

Judite Sanson de Bem
Silvio Luiz Gonçalves Vianna
(Orgs.)

O TURISMO COMO ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO

XIV Encontro sobre os Aspectos Econômicos e
Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul



EDUCS

O turismo como estratégia do desenvolvimento

XIV Encontro sobre os Aspectos Econômicos e Sociais da Região Nordeste do Rio Grande do Sul

19 e 20 de outubro de 2015

Coordenadores Judite Sanson de Bem

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em História Íbero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pós-Doutorado em economia da cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade de Caxias do Sul. Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário La Salle (Unilasalle). Professora do Mestrado Profissional e Doutorado Acadêmico em Memória Social e Bens Culturais na Unilasalle. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Economia do Meio Ambiente; Economia do Bem-Estar Social. Responsável pelo estudo e desenvolvimento da análise econômica do Corede Sinos-RS. Atua principalmente nos seguintes temas: Economia da Cultura, Indústrias Criativas, Desenvolvimento Regional e Urbano. Economia do Trabalho.

Silvio Luiz Gonçalves Vianna

Administrador formado pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Desenvolve pesquisas na área de Administração e Turismo, com ênfase em Competitividade das Destinações Turísticas e Qualidade de Vida. Professor Adjunto no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordena o Grupo de Pesquisas do CNPq voltado às pesquisas de Turismo e Desenvolvimento Regional vinculado à Universidade de Caxias do Sul (UCS).



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Presidente:

Ambrósio Luiz Bonalume

Vice-presidente:

Carlos Heinen

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Reitor:

Evaldo Antonio Kuiava

Vice-Reitor e Pró-Reitor de Inovação e

Desenvolvimento Tecnológico:

Odacir Deonísio Gracioli

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

José Carlos Köche

Pró-Reitor Acadêmico:

Marcelo Rossato

Diretor Administrativo:

Cesar Augusto Bernardi

Chefe de Gabinete:

Gelson Leonardo Rech

Coordenador da Educs:

Renato Henrichs

CONSELHO EDITORIAL DA EDUCS

Adir Ubaldo Rech (UCS)

Asdrubal Falavigna (UCS)

Cesar Augusto Bernardi (UCS)

Jayme Paviani (UCS)

Luiz Carlos Bombassaro (UFRGS)

Márcia Maria Cappellano dos Santos (UCS)

Paulo César Nodari (UCS) – presidente

Tânia Maris de Azevedo (UCS)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

T938 O turismo como estratégia do desenvolvimento [recurso eletrônico] /
coord. Judite Sanson de Bem, Silvio Luiz Gonçalves Vianna. –
Caxias do Sul, RS : EDUCS, 2016.
Dados eletrônicos (1 arquivos)

ISBN 978-85-7061-801-6

Artigos apresentados no XIV Encontro sobre os Aspectos Econômicos
e Sociais do RS, Universidade de Caxias do Sul, 19 e 20 de outubro de
2015.

Apresenta bibliografia.

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo – Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento econômico – Rio
Grande do Sul. 3. Planejamento regional. I. Bem, Judite Sanson de. II.
Vianna, Silvio Luiz Gonçalves.

CDU 2. ed.: 338.48(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo – Rio Grande do Sul	338.48(816.5)
2. Desenvolvimento econômico – Rio Grande do Sul	330.34(816.5)
3. Desenvolvimento regional	332.146.2

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291



Endereço para contato:

EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-970 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone/Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197

www.ucs.br – E-mail: educs@ucs.br

Sumário

Apresentação	10
1 A importância da educação financeira no trabalho técnico social: estudo de caso do loteamento “Campos da Serra” em Caxias do Sul	11
Cléia M. Rezende – cleiajg@gmail.com	
Daniele C. Saldanha – dcsaldanha@ucs.br	
Maria Carolina R. Gullo – mcrgullo@ucs.br	
2 Utilização do método Custeio Baseado em Atividades (ABC) em uma Câmara de Vereadores	27
Juliano da Silva Reis – julianodasilvareis@yahoo.com.br	
Juliana Andréia Rüdell Boligon – julianaboligon@unifra.br	
Flaviani Souto Bolzan Medeiros – flaviani.13@gmail.com	
Bruna Felin Cerezer – brunacerezer@hotmail.com	
3 O efeito da variação da taxa Selic e da taxa média de juros nas operações de crédito à pessoa física sobre a inadimplência das famílias no Brasil	42
Flaviani Souto Bolzan Medeiros – flaviani.13@gmail.com	
Anderson Luis Walker Amorin – ander.walker1@gmail.com	
Bruna Felin Cerezer – brunacerezer@hotmail.com	
Andreas Dittmar Weise – mail@adweise.de	
4 Um estudo a respeito dos estoques em uma organização pública	57
Juliano da Silva Reis- julianodasilvareis@yahoo.com.br	
Juliana Andréia Rüdell Boligon – julianaboligon@unifra.br	
Flaviani Souto Bolzan Medeiros – flaviani.13@gmail.com	
Bruna Felin Cerezer – brunacerezer@hotmail.com	
5 O programa Bolsa Família e o princípio da igualdade equitativa de oportunidade de John Rawls.....	72
Cleide Calgaro – ccalgaro@ucs.br	
Paulo Cesar Nodari	
6 Inovação tecnológica em produtos e processos: estudo de caso em empresa de automação industrial	86
Edvania Rocha Rodrigues	
Micheli Dalbó	
Paula Patrícia Ganzer – ganzer.paula@gmail.com	
Cristine Hermann Nodari	
Eric Charles Henri Dorion	
Pelayo Munhoz Olea – pmolea@ucs.br	
Oberdan Teles da Silva	
Alfonso Augusto Froes Davila	
7 Metodologia de internacionalização da empresa Marcopolo: um estudo de caso nos projetos da Índia	98
Edvania Rocha Rodrigues	
Marina D’Agostini	
Rosa Maria Sartor;	
Paula Patrícia Ganzer – ganzer.paula@gmail.com	
Cristine Hermann Nodari	

Eric Charles Henri Dorion
Pelayo Munhoz Olea – pmolea@ucs.br
Adrieli Alves Pereira Radaelli
Cassiane Chais

- 8 Lei Complementar em matéria tributária: princípio da legalidade, origem, evolução e sua aplicação na Constituição de 1988.....126**
Camila Ziliotto Serafin – camilazserafin@hotmail.com
- 9 A democracia, o desenvolvimento e a busca do equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente: breve comparativo entre a Constituição do Equador de 2008 e a Constituição do Brasil de 1988 137**
Cleide Calgaro – ccalgaro@ucs.br
Sandrine Santos – sandrineasadv@gmail.com
Lucas Dagostini Gardelin – gardelin_lucas@hotmail.com
- 10 Democracia e hiperconsumo na sociedade moderna 149**
Haiany Serraggio de Souza – hsouza1@ucs.br
Cleide Calgaro – ccalgaro@ucs.br
Agostinho Oli Koppe Pereira – Agostinho.koppe@gmail.com
- 11 Um estudo sobre a utilização de robôs de solda para otimização do processo de trabalho em uma empresa do ramo metalomecânico da Serra gaúcha 156**
Roberta Rodrigues Faoro – roberta.faoro@ucs.br
Felipe Lisboa Vieira – flvieir1@ucs.br
Scheila de Avila e Silva – sasilva6@ucs.br
Marcelo Faoro de Abreu – marcelo.faoro@ucs.br
- 12 Os principais produtos exportados pelo Brasil para destinos selecionados, no período de 2000-2014 167**
Rosângela Viegas Maraschin – ro.viegas@yahoo.com
Angélica Massuquetti – angelicam@unisinis.br
- 13 Análise do processo de sucessão familiar em uma empresa da Região Central do Rio Grande do Sul..... 181**
Diego Cerezer Dalla Lana – diego_cerezer@gmail.com
Thiago Kader Rajeh Ibdaiwi – thiagokader@hotmail.com
Damiana Machado de Almeida – adm.damiana@gmail.com
Sheila de Oliveira Goulart – sheilagoulart@ibest.com.br
Vânia Medianeira Flores Costa – vania.costa@ufsm.br
Talita Gonçalves Posser – talitaposser-@hotmail.com
- 14 “Movimento Tratado Cidadão”: relato das ações desenvolvidas por meio de um projeto de extensão na comunidade de Santa Maria – RS..... 198**
Vânia Medianeira Flores Costa – vani.costa@ufsm.br
Luciana Falcão Padilha
Sabrina Lima Figueira Goularte – sabrina.l.goulart@gmail.com
Samia Mercado Alvarenga
Andressa Schaurich dos Santos
Gean Carlos Tomazzoni
Talita Gonçalves Posser – talitaposser-@hotmail.com

15 Transformando vidas: geração de trabalho e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social	209
Vânia Medianeira Flores Costa – vani.costa@ufsm.br	
Rita de Cássia Trindade dos Santos	
Andressa Schaurich dos Santos	
Gean Carlos Tomazzoni	
Lucas Almeida dos Santos	
Talita Gonçalves Posser	
16 Comprometimento e entrincheiramento na carreira de professores de Educação Profissional no Brasil	222
Lucimara Moro Stefanello – Lucimara75@hotmail.com	
Elizabeth Zanetti	
Vânia Medianeira Flores Costa – vani.costa@ufsm.br	
Laércio André Gassen Balsan	
Andressa Schaurich dos Santos	
Gean Carlos Tomazzoni	
Talita Gonçalves Posser	
17 Turismo de eventos em Gramado – RS: uma análise dos impactos dos quatros principais eventos que o município produz	233
Roger Pierre Vidal – rogerpvidal@hotmail.com	
18 Dimensões de inovação nos trabalhos vencedores do II Prêmio Inovação do Turismo – RS.....	246
Débora Toffoli Snel – deborasnel@yahoo.com	
Aline Vieira Malano – vicz malanovicz@gmail.com	
19 O desenvolvimento em municípios selecionados do Corede Metropolitano Delta do Jacuí, no período de 2000 a 2010: um estudo da dimensão educação	258
Karen Forneck Cardoso – karenforneck@gmail.com	
Angélica Massuquetti – angelicam@unisinios.br	
20 Os desafios políticos do desenvolvimento humano: estudos na Serra gaúcha	272
João Ignácio Pires Lucas – jiplucas@ucs.br	
Alexandre Lamas Rodrigues	
21 Desenvolvimento rural: uma reflexão sobre o turismo na perspectiva dos atores locais.....	280
Ana Maria Costa Beber – galáxia_ana@hotmail.com	
Renata Menasche – renata.menasche@gmail.com	
Susana Gastal – susana.gastal@gmail.com	
22 Migrações e hospitalidade: os senegaleses em Caxias do Sul.....	290
Caroline Camargo – carol.camargo_555@hotmail.com	
Vania B. M. Herédia – vheredia@terra.com.br	
23 O turismo no espaço rural e suas tipologias no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil	299
Rafael Lima de Souza – rafael_limatur@hotmail.com	
24 A Economia Criativa e a mão de obra em municípios selecionados da microrregião de Caxias do Sul, no ano de 2011	314
Rochele Macedo	

Jacqueline Maria Corá – jmcora@ucs.br

- 25 O Jardim Botânico de Caxias do Sul: uma aproximação prévia da interpretação patrimonial 336**
Felipe Zaltron de Sá – fzsa@ucs.br
Aline Valéria Fagundes – aline.efe@gmail.com
Susana de Araújo Gastal – susanagastal@gmail.com
- 26 Clima organizacional: uma análise das percepções de gestores e colaboradores..... 349**
Lucas Almeida dos Santos – luksanttos@gmail.com
Luciana Figuera Marzall – lucimarzall@gmail.com
Andressa Schaurich dos Santos – dessaschaurich@gmail.com
Vânia Medianeira Flores Costa – vania.costa@ufsm.br
Talita Gonçalves Posser
- 27 Desenvolvimento rural: uma proposta de políticas públicas para um município da Região Central do Rio Grande do Sul..... 367**
Flaviano Moura Fragoso
Rodrigo Belmonte da Silva – rodrigo.silva@iffarroupilha.edu.br
- 28 O Vale do Jaguari – RS: um recorte da análise socioeconômica 385**
Rodrigo Belmonte da Silva – rodrigo.silva@iffarroupilha.edu.br
Lucas Veiga de Ávila
João Serafim Tusi da Silveira
- 29 Estudos sobre o Modelo *Servqual* 398**
Leticia Carvalho Vivian – leticia.vivian@ig.com.br
- 30 Cidades criativas da rede Unesco: Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia.... 418**
Débora Wollmann – deborawollmann@hotmail.com
Camila Fagundes – camilafagundes@feevale.br
Mary Sandra Guerra Ashton – marysga@feevale.br
- 31 Gastronomia e turismo: os pães coloniais de São Gotardo..... 432**
Etiene M. Johannsen – etygastronomia@hotmail.com
Susana Gastal – susanagastal@gmail.com
- 32 Realidade migratória: dados comparativos entre Senegal e Brasil 441**
Vania Beatriz Merlotti Herédia – vbmhered@gmail.com
Bruna Pandolfi – bdolfi.as@gmail.com
- 33 Turismo alternativo como forma de desenvolvimento 450**
Felipe Decol – fdecol@ucs.br
Rosane Maria Lanzer – rlanzer@ucs.br
- 34 Hospitalidade no “Sonho de Natal” – Canela – RS: breve contextualização 462**
Simone Simon – simone.simon1974@gmail.com
Susana Gastal – susanagastal@gmail.com
- 35 Lei Complementar em matéria tributária: princípio da legalidade, origem, evolução e aplicação na Constituição de 1988473**
Camila Ziliotto Serafin – amilazserafin@hotmail.com

36 Produtos regionais e inflação: análise da cesta básica em Caxias do Sul entre 2004 e 2014.....	484
Suélen Teles Andreazza – su_andreazza@hotmail.com	
Andréia Valiati – valiatiandreia@gmail.com	
Fernanda Danieli Witt – fer.witt@hotmail.com	
Adrieli Alves Pereira-Radaelli – adrieli.radaelli@gmail.com	
Cassiane Chais – cassichais@gmail.com	

Apresentação

Este trabalho apresenta artigos e discussões do **XIV ENCONTRO SOBRE OS ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REGIÃO NORDESTE DO RS**, que ocorreu em outubro de 2015, na Universidade de Caxias do Sul, RS.

Esta obra é mais do que um Relatório ou Anais de um evento, ele reflete uma trajetória de 14 anos em que a coordenação desse evento esteve a cargo da Profa. Judite Sanson de Bem, auxiliada por professores do curso de Ciências Econômicas, do Centro de Ciências Sociais (CCSO). Nesse ano, o evento ganhou uma nova roupagem: passou a ser uma atividade conjunta com o PPG em Turismo e Hospitalidade, fato que, em muito, contribuiu para as discussões regionais e de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental tanto em nível local como do RS e em outros estados da Federação.

Nestes 14 anos, houve uma preocupação constante com a divulgação do evento, mas sobretudo com a produção final de uma obra que representasse os esforços deste trabalho. Assim, o *ebook* que ora está sendo entregue à comunidade mostra que a UCS preocupa-se muito, com a ciência, e que seu quadro de professores e pesquisadores tem contribuído para reflexões ímpares sobre os sintomas que pairam na Região Nordeste do estado.

Assim, primeiramente, agradecemos aos professores, acadêmicos e funcionários que auxiliaram na realização do evento, sobretudo à direção do CCSO, à coordenação do curso de Ciências Econômicas e ao PPG em Turismo.

Posteriormente, agradecemos aos nossos constantes apoiadores: Conselho Regional de Economia do RS (CORECONRS), LUNA ALG e Associação dos Economistas da Serra Gaúcha (ECOSERRA).

Finalizo, salientando que a presente obra visa contribuir, no sentido de promover reflexões acerca do tema desenvolvimento regional, e a conscientização a respeito das possibilidades e dos problemas inerentes à pesquisa científica que o cerca. Mas, o fundamental deste trabalho é contribuir para o desenvolvimento nos jovens do gosto pela leitura e pesquisa, na medida em que esses textos refletem o uso da teoria interagindo com um problema empírico da sociedade.

A todos meu muito obrigada pelos 14 anos de acreditação.

Profa. Dra. Judite Sanson de Bem

Palavras-chave: Economia. Turismo. Desenvolvimento. Região.

A importância da educação financeira no trabalho técnico social: estudo de caso do loteamento “Campos da Serra” em Caxias do Sul

Cléia M. Rezende* – Daniele C. Saldanha** – Maria Carolina R. Gullo***

Resumo: O objetivo deste artigo é salientar a importância da educação financeira no trabalho técnico social por meio de um estudo de caso com famílias do loteamento residencial popular “Campos da Serra” na cidade de Caxias do Sul. Para o desenvolvimento deste estudo, realizou-se uma pesquisa quantitativa, para a qual se utilizou o método de pesquisa de campo. Como resultado deste trabalho, aponta-se que o desenvolvimento de um projeto de orçamento familiar se torna importante no planejamento financeiro dessas famílias, visto que pode auxiliá-las no controle de sua renda e seus gastos, tanto na nova habitação como também na vida pessoal e familiar.

Palavras-chave: Educação financeira. Campos da Serra. Trabalho técnico social. Minha Casa Minha Vida. Caxias do Sul.

Abstract: The purpose of this article is to highlight the importance of financial education in the social technical work through a case study with families of blending popular residential “Campos of Serra” in Caxias do Sul. For the development of this study, a quantitative research, which used the method of field research. As a result of this work, points out that the development of a project of family budget becomes important in the financial planning of these families, since it can assist them in control of your income and your expenses, both in new housing, as well as in personal and family life.

Keywords: Financial education. Fields of the Sierra. Social technical work. My House My Life. Caxias do Sul.

1 Introdução

O Brasil vive uma economia capitalista que se caracteriza por um sistema de organização econômica baseada na propriedade privada dos meios de produção. Nesse sistema, de acordo com Pinho, Vasconcellos e Toneto Júnior (2011), são os indivíduos que recebem os juros, os dividendos, os lucros e os aluguéis, bem como o salário de empregado e os lucros das empresas. Sendo assim, as pessoas têm autonomia sobre seus gastos já que existe trabalho e moeda.

Com o desenvolvimento, o Brasil passou por um processo de urbanização acelerado e mobilidade social e, conseqüentemente, o consumo aumentou. Abriram-se novas formas de comercializar produtos, e esses também se tornaram mais baratos, mais fartos e com inúmeras marcas competindo no mercado pelo mesmo público. Essas transformações consolidaram o consumismo.

Nesse cenário, está a família, um grupo social forte, que tem resistido a mudanças de estados, religiões e gêneros. Sabendo-se disso, a educação financeira busca fortalecer

* Graduada em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – RS. *E-mail:* cleiajg@gmail.com.

** Graduada em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – RS. *E-mail:* dcsaldanha@ucs.br.

*** Professora orientadora. Doutora em Economia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) – RS. *E-mail:* mcrgullo@ucs.br.

a estrutura familiar, dando a ela harmonia e liberdade para que todos contribuam com sua parte no âmbito familiar. Assim, dando um caráter de direitos, mas também de deveres aos indivíduos desse núcleo, a autonomia é essencial para garantir a existência dos indivíduos e não permite, por exemplo, que apenas uma pessoa seja sobrecarregada com todos os deveres, conforme Sorj (2001).

Uma pessoa que mantém o foco e consegue desenvolver habilidades na sua educação financeira tende a progredir, sintetizando aspirações e obtendo melhores condições de vida. Esse é um fenômeno relativamente recente na história; em sendo assim, muitas pessoas ainda não aprenderam a lidar com o aumento da renda e, à medida que ganham mais, gastam mais, não sendo possível planejar e, principalmente, poupar. Esse desequilíbrio afeta todo o núcleo familiar, o que causa desestabilidade ao invés de desenvolvimento, segundo Tolotti (2009).

Nesse contexto, é necessário que as pessoas estejam preparadas ao se depararem com decisões importantes, como escolher uma compra, saber investir, ou mesmo, aprender a poupar, para que não corram o risco de se tornarem inadimplentes ou não consigam evoluir financeiramente. É fundamental que insiram no seu cotidiano um planejamento financeiro familiar, visto que esse pode contribuir para sua independência financeira, realização de seus sonhos e redução das incertezas do futuro.

E para que as consequências da vida financeira das famílias que residem no loteamento residencial popular “Campos da Serra” V, VI e VII, na cidade de Caxias do Sul, não sejam negativas e não comprometam, até mesmo, as contas do condomínio, este trabalho tem como objetivo salientar a importância da educação financeira no trabalho técnico social com um estudo de caso desse residencial.

Com isso, é proposto o seguinte problema: Qual é a importância da educação financeira no trabalho técnico social no loteamento “Campos da Serra” em Caxias do Sul?

Para tratar dessa questão, será realizada uma pesquisa quantitativa, tendo como principais referências teóricas a Portaria 21, do Ministério das Cidades (MC) e a obra Educação financeira, de Meneghetti Neto, Folcetta e Rassiter (2014). Além dessas, será também utilizada como fonte secundária o artigo “A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos, de Lucci et al. (2008).

Já o método utilizado para a realização desta pesquisa foi a pesquisa de campo, sendo a técnica de coleta de dados utilizada a aplicação de um questionário de maneira individualizada.

Este trabalho está dividido em quatro partes: a primeira, intitulada “Educação financeira”, tem como objetivo descrever a mesma. Também, resgata a história da urbanização do Brasil ao longo dos anos e sintetiza o comportamento do ser humano. A

segunda expõe o “trabalho técnico social”, com seu objetivo, suas divisões e temas abordados nas diversas áreas, assim como a descrição do local onde este trabalho foi desenvolvido. A terceira, denominada “A educação financeira” no loteamento Campos da Serra”, explica o processo pelo qual foi desenvolvida e aplicada a capacitação de educação financeira, assim como a sua análise. E, por fim, a quarta, “Análise e resultados parciais”, tem como objetivo apresentar as considerações e conclusões a respeito do objetivo proposto neste trabalho e da pesquisa realizada.

2 Educação financeira

Em meio às novas tecnologias que surgem e aos desafios que requerem cada vez mais capacidade e criatividade para serem enfrentados, Vieira, Bataglia e Sereia (2011) defendem que a educação financeira no Brasil ainda precisa ser desenvolvida. Os autores destacam que, em países como os Estados Unidos, a disciplina *Educação financeira* já é fato, o que contribui na hora de decidir um negócio ou um investimento financeiro, por exemplo, analisando os riscos e/ou os benefícios do mesmo. Para eles, a falta de planejamento presente na população brasileira pode estar relacionada à cultura e ao histórico do País, visto que o mesmo passou por altas taxas de inflação e variações monetárias, o que marcou a economia.

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005), a educação financeira é:

o processo pelo qual os consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, por meio de informação, instrução e/ou orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005, p. 26).

Isso pode possibilitar uma contribuição de maneira mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, com habilidades e capacidade de compreender os termos financeiros e conceitos, tornando-os comprometidos com o futuro e conscientes de oportunidades financeiras, escolhas e consequências.

Ainda, para a OCDE (2005), a educação financeira não pode ser confundida com proteção do consumidor. Embora ambas possuam o objetivo de assegurar o bem-estar e proteger os indivíduos de danos financeiros, a proteção do consumidor enfatiza a legislação e a regulamentação das normas, enquanto a educação financeira se dá por meio de instruções e conselhos às pessoas.

2.1 Um pouco de história

Fazendo uma análise dos dados demográficos do Brasil, a partir de 1940, percebe-se que o País passou de uma predominância rural para um país urbano, e essa urbanização se deu de maneira acelerada. O ritmo de crescimento da população urbana das cidades brasileiras duplicou a cada 16 anos até meados da década de 90 (séc. XX). Apesar de ter diminuído nos últimos anos, o grau de urbanização em 2008 chegou a 85% da população, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010).

O Ipea (2010) explica que, apesar de a população brasileira ter se tornado urbana de forma acelerada, a questão da urbanização só começou a ser pensada a partir da metade da década de 60, inserindo-se na agenda política do Brasil de forma mais orgânica. A década de 70, marcada por uma crise econômica, foi um período de inflação alta e de desemprego, o que levou o país a um aumento das desigualdades sociais, urbanas e regionais. Essa crise se estendeu até o final da década de 90.

A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), o País ingressou em novo período jurídico-institucional com novas práticas de planejamento. Essas inovações geraram expectativas positivas quanto à possibilidade de construir cidades mais eficientes, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, que refletissem melhor os anseios e as necessidades de sua população.

As dificuldades históricas que a grande maioria dos municípios brasileiros enfrenta para desenvolver boas práticas na sua gestão urbana geraram a criação de um programa de fortalecimento da gestão urbana, em 2004, pelo MC e tem o intuito de promover a capacidade institucional e democratizar o acesso à informação para o planejamento e a gestão urbana.

No cotidiano das cidades brasileiras, é possível ver-se a desigualdade social, de renda e de poder, principalmente nos territórios intraurbanos, como em bairros, vilas, distritos e regiões que, no geral, apresentam condições de vida precárias. A grande maioria da população convive com a insegurança social e de renda, situações de risco e vulnerabilidade, vivendo em moradias deficitárias e distantes do trabalho.

O Brasil seguiu a tendência mundial de urbanização. Estima-se que em 2030 os países em desenvolvimento e as demais regiões do globo terão a maior parte de suas populações vivendo em cidades, conforme o *Geografia para todos* (2015), baseado no órgão *Population Reference Bureau* (2011). A urbanização tem duas faces: de um lado, gera riqueza, desenvolvimento, inovação, fortalecimento das instituições democráticas, mas, na contramão, está a pobreza, a marginalização e a degradação ambiental.

Um dos principais desafios dos formadores de políticas públicas é aliar o avanço urbano com a inclusão social. Dessa forma, não é necessariamente só construir novas

moradias, mas servir também essas populações com infraestrutura, geração de emprego e renda, pensar na integração dessas intervenções com o novo local de moradia e atuar ativamente para que essa população melhore sua vida.

2.2 Comportamento

Todo indivíduo, cada qual com suas características pessoais, tem dependência do dinheiro, seja para suprir as suas necessidades básicas, seja para prover os seus desejos. Macedo Júnior (2007) ressalta que o importante é entender e aprender a se relacionar com o dinheiro, para que o mesmo impulse a conquista de mais qualidade de vida.

Para o autor, desejar é necessário, afinal, é o desejo que impulsiona o progresso. Porém, o fundamental para a aquisição de algo é o pensamento por parte do indivíduo, se ele realmente quer aquilo que deseja. Não se permitir crer que a compra de algo seja garantia de felicidade, por isso, se deve prezar por uma visão crítica, saber quais são os seus objetivos para que, quando os alcançar, tenha consciência do que obteve, pois, caso contrário, nunca estará satisfeito.

Lucci et al. (2008) acreditam que o aprendizado da educação financeira contribui para que as pessoas tenham consciência de suas decisões acerca de gastos e investimentos. Nesse âmbito, visto que há uma sociedade cada vez mais consumista, com facilidade de acesso à internet e, conseqüentemente, com uma grande variedade de opções de aquisição de bens e serviços, saber avaliar as opções disponíveis é essencial para tomadas de decisão eficientes.

3 O trabalho técnico social

Diante das dificuldades que surgiram relacionadas à urbanização da população brasileira, que deixou o meio rural e passou a habitar as grandes cidades e suas periferias ao longo dos anos, a Política Nacional de Habitação (PNH) (2004) foi elaborada pelo MC e tem o intuito de desenvolver uma reestruturação institucional e legal do setor e a retomada do planejamento de longo prazo.

Dentro desse planejamento, encontra-se o trabalho técnico social, que compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos do território, o qual compreende as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, conforme disposto na Portaria 21, do MC (2014).

O objetivo geral desse trabalho compreende promover a participação social, a melhoria das condições de vida, a efetivação dos direitos sociais dos beneficiários e a sustentabilidade da intervenção. Esse trabalho é aplicado nas fases de planejamento,

execução e avaliação, trabalhando de forma integrada com as demais equipes do projeto, visando à participação dos beneficiários nos processos de decisão, desenvolvimento de lideranças, mobilização comunitária, diálogo entre os beneficiários e gestão das ações sociais associadas à execução das obras.

Dentro desse projeto social são abordados diversos temas, entre eles a educação financeira que possui uma grande relevância, visto que as famílias participantes do mesmo podem estar sujeitas a gastos que até então não faziam parte de sua rotina, tal como gastos com condomínio.

Como visto, a educação financeira é um processo que contribui de modo consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. Ela constitui um processo pelo qual as pessoas e as sociedades melhoram a sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros, conforme os autores Meneghetti Neto, Folcetta e Rassier (2014).

Esse tipo de estudo não deve estar ligado apenas a pessoas com acesso aos recursos financeiros, mas ser compatível com todos os níveis sociais, para que os indivíduos tenham a possibilidade de reter renda e incrementar a poupança. O grande desafio é minimizar as incertezas do futuro com uma gestão equilibrada dos recursos financeiros disponíveis nas diferentes famílias brasileiras.

Um dos primeiros passos, para que essa mudança necessária aconteça e para que seja possível uma liberdade financeira, é estabelecer metas de poupança e gerenciar os gastos, definir os objetivos específicos que possam ser mensurados e, sobretudo, possíveis de serem atingidos.

3.1 O loteamento “Campos da Serra”

O MC foi criado em 1º de janeiro de 2003 e está diretamente subordinado à Presidência da República, possui autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas áreas de sua competência. Também cabe a ele estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais, conforme a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dentro dos projetos criados e administrados pelo MC, encontra-se o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), destinado ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$1.600,00, o qual recebe recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU), para viabilizar a construção de unidades habitacionais. Seu objetivo é diminuir o déficit habitacional urbano, pois os estados e os municípios indicam as famílias a serem beneficiadas com o recurso por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A execução das obras do empreendimento, segundo a Caixa Econômica Federal (CEF), é realizada por uma construtora contratada pela CEF, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Esses imóveis integram o patrimônio da CEF até que sejam alienados e possuem características que devem ser seguidas em todas as 27 Unidades Federativas do Brasil, visto que apresentam tipologia de casas térreas ou apartamentos.

A cidade de Caxias do Sul, situada no Estado do Rio Grande do Sul, é umas das beneficiadas pelo projeto. A Secretaria Municipal de Habitação (SMH) realiza estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e habitacional, coordena e elabora projetos e orçamentos para a captação de recursos nessa área e monitora locais de risco para o reassentamento de famílias, segundo a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2015).

Em conjunto com a Universidade de Caxias do Sul (UCS), o município desenvolveu o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que é um instrumento que permite aos municípios desenhar políticas habitacionais com foco nas questões regionais de maior relevância. O plano foi elaborado em 2010, quando foram feitas três audiências públicas e, posteriormente, esse projeto foi entregue à CEF. Assim, a cidade está habilitada a participar de programas federais.

Dessa forma, a cidade captou recursos, e um dos projetos beneficiados, o loteamento “Campos da Serra”, é dotado de ótima infraestrutura com pavimentação, rede de esgoto pluvial, rede de esgoto sanitário, Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), rede de abastecimento de água, rede de subadutoras, rede de eletrificação e de iluminação pública, Unidade Básica de Saúde (UBS) e escola de tempo integral, segundo a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2015).

Esse loteamento assentou os inscritos que aguardavam por moradias do Fundo da Casa Popular (Funcap), que busca construir, ou mesmo, reformar unidades habitacionais populares para posterior comercialização na forma financiada. Esses são inscritos também no PMCMV e também do Programa Multissetorial Integrado (PMI). Até o momento, foram assentadas 1.020 famílias, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Habitação de Caxias do Sul.

4 A educação financeira no loteamento “Campos da Serra”

Todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar a sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais, aplicados no seu dia a dia. O caminho para a realização de sonhos e projetos passa pelo costume de economizar, pois esses, geralmente, envolvem a utilização de recursos financeiros. Para que todo esse processo

de aprendizagem financeira aconteça é indispensável saber aonde se quer chegar e quais são as metas que devem ser atingidas.

A realização de sonhos e projetos não acontece por acaso, mas é fruto das nossas escolhas, do que é feito para torná-los reais. Quanto mais dívidas se têm, maior é a dependência do dinheiro. Ter independência financeira é ser livre, pois o endividamento é aprisionamento e, quando se tem determinação, é possível começar, segundo Tolotti (2009).

Com esse pensamento, buscou-se realizar, no loteamento “Campos da Serra”, na cidade de Caxias do Sul (*in loco*) mais especificamente nos Campos da Serra V, VI e VII, o projeto de educação financeira, com o objetivo de capacitar e organizar o planejamento pessoal e familiar. No dia 24 de abril de 2015, deu-se início ao primeiro encontro de capacitação no residencial “Campos da Serra VII”, em que todas as cem famílias do residencial foram convidadas.

Nesse dia, compareceram 19 moradores, que receberam informações relacionadas à educação financeira, como a importância do planejamento, a diferença entre gasto e investimento, levando em consideração a necessidade de criar e manter o hábito do controle dos mesmos, a comparação entre o custo e o benefício de bens e serviços, o pensamento acerca das possibilidades e das opções que existem de compra com o mesmo preço e também a questão da compra a juros ou à vista, levando em conta a importância do planejamento e da poupança. Também foram tratados assuntos referentes aos sonhos de cada participante e às possibilidades e maneiras de alcançá-los, com a criação de metas ou mesmo aprendendo a decidir sobre uma compra, por exemplo.

Os encontros puderam se expandir também para o “Campos da Serra VI”, no dia 28 de abril de 2015, em que as 140 famílias foram convidadas, apenas e 23 pessoas estiveram presentes e, no “Campos da Serra V”, no dia 4 de maio de 2015, em que as 240 famílias do residencial receberam o convite em seu apartamento, porém, somente dez pessoas participaram.

O projeto de educação financeira buscou tratar, nas reuniões de capacitação, principalmente, a questão do planejamento financeiro das famílias, visto que elas passaram a residir em condomínio, que precisa manter-se com as contas em dia. Também tratou da importância do orçamento familiar e da poupança, dos riscos do mau-uso do cartão de crédito e da situação atual da economia.

A capacitação, realizada sob a supervisão da economista professora Dra. Maria Carolina Gullo, foi ministrada por estudantes de graduação do curso de Administração da UCS. As alunas desenvolveram materiais didáticos compostos de apresentação em formato A3 com tópicos gerais de planejamento financeiro, teste de verificação do

comportamento financeiro das famílias, uma apostila com *slides* da apresentação, dicas para aprender a economizar, ideias para poupar, teste de verificação do comportamento financeiro, um texto “Como criar e modificar hábitos” e planilhas para o registro das entradas e saídas financeiras mensais para controle. O material utilizado foi entregue aos participantes.

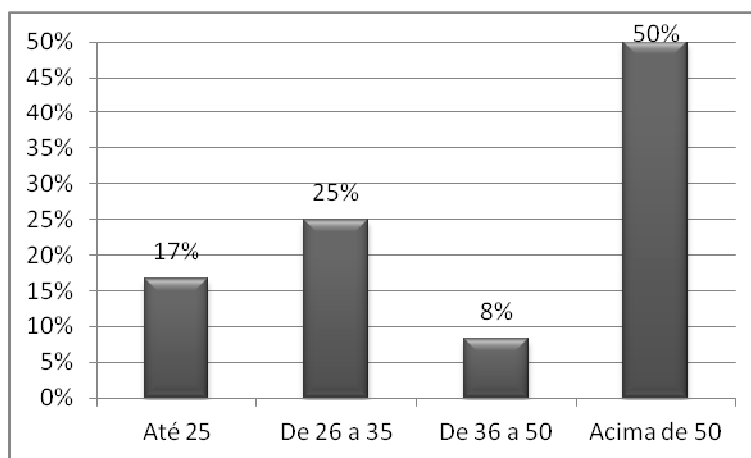
4.1 Análise e resultados parciais

Com o objetivo de descobrir a percepção dos moradores quanto ao seu aproveitamento e conhecimento adquirido, foi aplicado um questionário, como instrumento de coleta de dados, que se encontra no Apêndice A deste trabalho. A população-alvo foi composta por quatro famílias de cada “Campos da Serra V, VI e VII”, que participaram da capacitação de educação financeira. Devido ao número de pessoas presentes nas reuniões, acredita-se constatar essa percepção. Além disso, a técnica de amostragem utilizada foi a não probabilística.

Com o intuito de se obter uma amostra total de 12 famílias participantes, foram impressos e entregues 12 questionários à população-alvo, no dia 15 de agosto de 2015. Posteriormente, obteve-se o retorno dos mesmos com as respostas.

Desse modo, com base nas respostas analisadas na pesquisa, destacam-se alguns aspectos relevantes para o presente trabalho. Por meio das perguntas feitas, com o intuito de conhecer o perfil do público-alvo, observa-se, no Gráfico 1, que 50% dos mesmos têm mais de 50 anos de idade; 25% têm de 26 a 35 anos, 17% encontram-se na faixa etária até 25 anos, e 8% deles, de 36 a 50 anos.

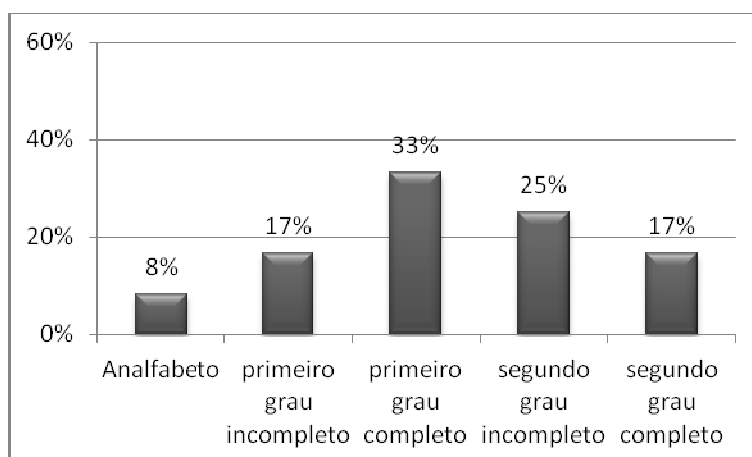
Gráfico 1 – Faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

A respeito da escolaridade dos respondentes, percebe-se, no Gráfico 2, que 33% possuem o Ensino Fundamental completo, enquanto 25% não completaram o Ensino Médio, 17% não chegaram a completar o Ensino Fundamental, sendo o mesmo percentual para os que não completaram o Ensino Médio. Os restantes 8%, são analfabetos. Nenhum respondente possui nível superior.

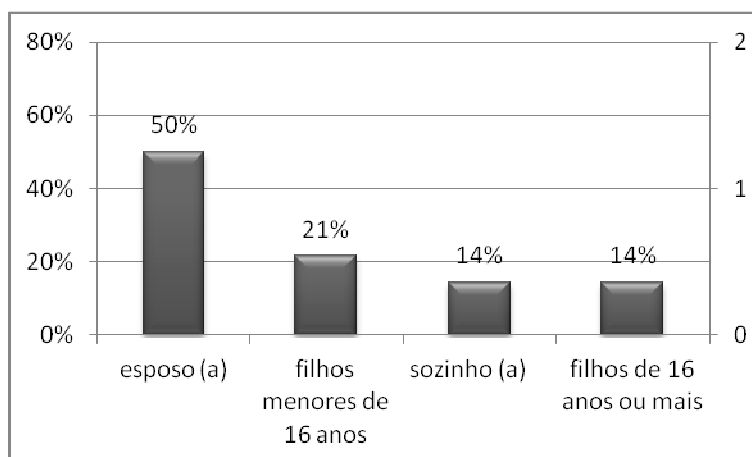
Gráfico 2 – Escolaridade



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Considerando esse mesmo aspecto, vê-se no Gráfico 3 que 50% das pessoas que responderam ao questionário moram com esposo(a), enquanto 21% residem com filhos menores de 16 anos, e 14% moram sozinhas, e esse percentual é o mesmo para aos que moram com filhos de 16 anos ou mais.

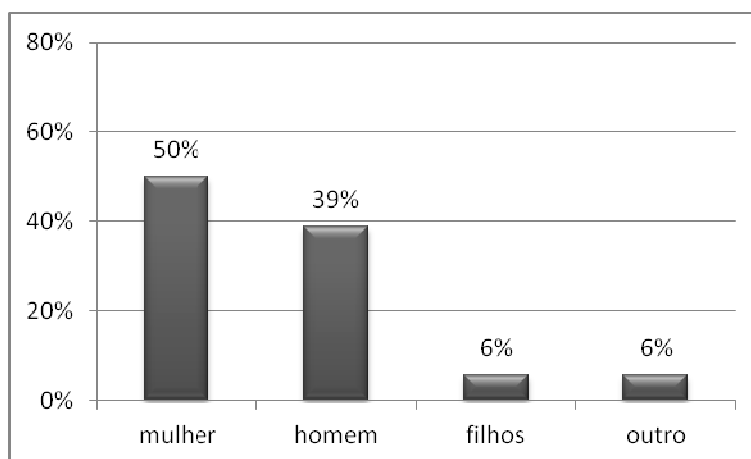
Gráfico 3 – Com quem mora



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Com relação ao responsável financeiramente pela família, pode-se perceber no Gráfico 4, que 50% das mulheres contribuem na renda familiar, enquanto os homens representam 39%. Ainda, 6% dos filhos e netos também ajudam no orçamento da família.

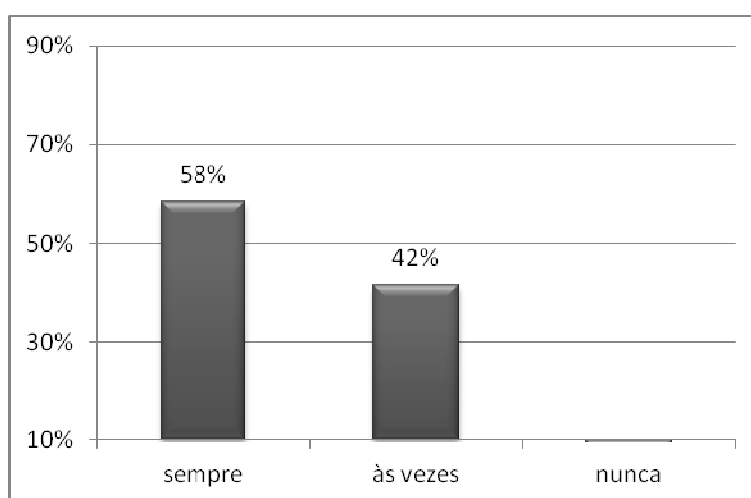
Gráfico 4 – Responsável financeiramente



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Para ressaltar o papel e a importância da educação financeira n trabalho técnico social, questionou-se em relação ao controle do que é recebido e do que é gasto. Um total de 58% das famílias respondentes sempre mantêm esse controle, enquanto 42% controlam às vezes, de acordo com o Gráfico 5, o que mostra a preocupação por parte de quem respondeu em relação ao orçamento familiar, visto que nenhuma das pessoas informou que nunca controla o que recebe e o que gasta.

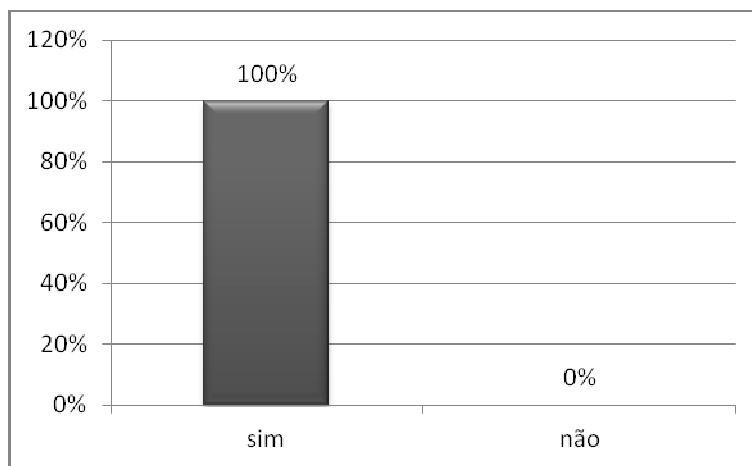
Gráfico 5 – Costume de controlar o que recebe/gasta



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Ainda, neste mesmo aspecto, o Gráfico 6 salienta a importância dada pelas pessoas em relação à educação financeira e ao controle de suas despesas, visto que todos os respondentes, 100%, afirmaram isso.

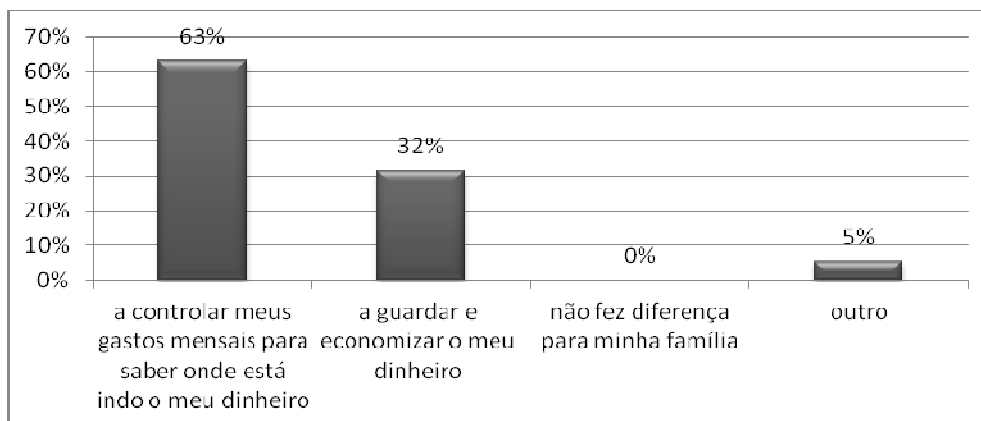
Gráfico 6 – Saber mais sobre o assunto e controlar o dinheiro é importante?



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

Visando disseminar a experiência pela participação das famílias no trabalho técnico social e verificar a sua percepção quanto à educação financeira, quando questionadas sobre o que haviam entendido com a capacitação ministrada pela UCS, conforme o Gráfico 7, a maioria (63%), afirmou que aprendeu a controlar os gastos mensais para saber onde está indo o seu dinheiro, e 32% perceberam a importância de guardar e economizar o que ganham. Ainda: uma pessoa informou que passou a valorizar a compra à vista.

Gráfico 7 – O que aprendi



Fonte: Elaborado pelas autoras (2015).

É preciso salientar a importância da família como um espaço de socialização, proteção, reprodução e formação dos indivíduos. A capacidade de prover as necessidades de seus membros depende da posição que a mesma ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho.

Nesse cenário, o trabalho de educação financeira busca provocar reflexões e mudança de hábitos, tendo como objetivo o comprometimento harmônico em torno da manutenção de uma família com as próprias finanças. A capacitação em orçamento familiar busca oferecer ferramentas para que a população aprenda a viver adequadamente dentro do seu potencial financeiro.

Nas últimas décadas, a família tornou-se o elemento central da intervenção de políticas de assistência social. O trabalho técnico social busca apresentar a essas famílias um novo olhar, reforçando suas competências e seus atributos, para que se desenvolvam, se organizem e se tornem comunidades com melhores condições de geração de renda e de trabalho.

5 Considerações finais

No presente trabalho, o objetivo era expor a importância da educação financeira no âmbito familiar. Considerou-se o planejamento, a questão do orçamento individual e da família, a realidade das novas despesas, a importância da poupança, além dos cuidados ao se utilizar o cartão de crédito e, também, assuntos relacionados à situação econômica atual.

Atualmente, em um contexto marcado pelo aumento do desemprego, no qual se torna cada vez mais difícil a obtenção de trabalho assalariado e, por consequência, o acesso à cidadania, a família vem se tornando uma das únicas possibilidades reais para os indivíduos proverem suas necessidades e encontrarem recursos para lidar com situações adversas.

A realização de um programa inserido no trabalho técnico social proporcionou aos participantes uma maior reflexão acerca de gastos, despesas e investimentos, aspectos esses que são essenciais para a nova realidade financeira que tais moradores encontrarão nas unidades habitacionais, como o pagamento de condomínio, por exemplo.

A participação, por meio do projeto Orçamento Familiar, possibilitou uma integração entre a UCS e a sociedade, o que permitiu aos estudantes da instituição a prática do conhecimento adquirido, bem como o planejamento e a elaboração de atividades, as quais buscaram vincular as famílias e conscientizá-las quanto à necessidade de planejar suas finanças.

No que diz respeito à percepção das famílias beneficiadas pelo trabalho técnico social a respeito da educação financeira, percebeu-se, por meio da pesquisa realizada, que as mulheres são as maiores contribuintes na renda familiar, representando 50% do total. Outra questão verificada foi que 58% das famílias respondentes dizem sempre manter o controle sobre o que recebem e o que gastam. Contudo, um fator relevante é que todas as famílias afirmaram ser importante a educação financeira e o controle de seu dinheiro.

Por fim, como consideração sobre o projeto Orçamento Familiar, verificou-se a eficiência na sua realização, visto que a maioria dos respondentes, representando 63%, relata ter aprendido a controlar seus gastos mensais, enquanto 32% dizem ter percebido a importância de economizar o dinheiro.

Um dos fatos importantes percebidos foi o interesse apresentado pelas famílias que participaram das reuniões, como relatou uma moradora ao responder que pôde perceber a importância de anotar tudo o que ganha e o que gasta. Além disso, ela lamentou a pouca participação dos moradores, mas que, se houver outros eventos, ela participará com certeza. Outra pessoa destacou a importância de desenvolver habilidades lucrativas, que podem, até mesmo, gerar renda para o condomínio não entrar na inadimplência.

Como sugestão de desenvolvimento para futuros projetos, pode-se pensar em atividades que aproximem as crianças e os jovens do orçamento familiar, como, por exemplo, a utilização do tempo disponível de pré-ocupação com atividades voltadas a essa área. Pensando nisso, verifica-se a importância da introdução de matérias ligadas ao planejamento e ao orçamento familiar desde o Ensino Fundamental, como forma de conscientizar sobre o seu papel no planejamento financeiro-familiar e sobre os gastos desnecessários que, geralmente, ocorrem por impulso, sem levar em consideração o meio social em que se vive.

Outra sugestão a ser introduzida é o uso de planilha de controle mensal relativa ao que se recebe e ao que se gasta, apesar de que já possuem informações de itens que são usualmente utilizados pelas famílias, como: condomínio, conta de luz, supermercado, gás de cozinha, transporte, por exemplo. Com o seu uso, as pessoas vêm e se lembram de seus gastos atuais e futuros com mais facilidade, sem correr o risco de esquecer suas obrigações.

Por fim, outra preocupação a ser considerada é a baixa quantidade de participantes, se considerado o montante de moradores do residencial, sendo necessário se pensar em um meio de conseguir mais participantes nas reuniões de capacitação.

Referências

- CEF. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR*. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/saiba_mais.asp>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- GEOGRAFIA para todos. *Capítulo 6 – crescimento populacional: tendências e dilemas*. 2015. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=capitulo_6_crescimento_populacional_tend%C3%A2ncias_e_dilemas>. Acesso em: 24 jul. 2015.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1528&Itemid=68>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- LUCCI, C. R. et al. *A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos*. 2008. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2015.
- MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. *A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MC MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2003. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- MENEGHETTI NETO, A.; FOLCETTA, F. P.; RASSIER, L. H. *Educação financeira*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.
- OCDE. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Improving financial literacy: analysis of issues and policies*. Paris, 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org.). *Manual de economia*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PNH. POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO. *Ministério das Cidades*. 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria 21. 2014. Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/casapaulista/downloads/portarias/portaria_21_01jan_22_2014_manual_inst_trabalho_social.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.
- PREFEITURA Municipal de Caxias do Sul. *Secretaria Municipal da Habitação (SMH)*. 2015. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/habitacao/apresentacao.php>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
- SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- TOLOTTI, Márcia. *O desafio da independência financeira e afetiva*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2009.
- VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. *Revista de Administração da Unimep*, v. 9, n. 3, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO USADO NA COLETA DE DADOS DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO – CAPACITAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Importante: o respondente deve ser, preferencialmente, o responsável pela família.

*Obrigatório

1 Qual é a sua faixa etária?*

() até 25 anos () de 26 a 35 anos () de 36 a 50 anos () acima de 50 anos

2 Qual é o seu grau de escolaridade?*

() analfabeto () Ensino Fundamental incompleto () primeiro grau completo
() Ensino Médio incompleto () segundo grau completo () Ensino Superior incompleto
() Ensino Superior completo () pós-graduação () mestrado/doutorado

3 Com quem você mora no apartamento?*

() sozinho(a) () esposo(a) () mãe () pai () filhos menores de 16 anos
() filhos de 16 anos ou mais () avô () avó () outro, quem? _____

4 Quem é o responsável financeiramente pela família? (assinalar todos os responsáveis)*

() mulher () homem () filhos, quantos? _____
() avô () avó () outro, quem? _____

5 A família costuma controlar o que recebe e o que gasta?*

() sempre () às vezes () nunca

6 Se nunca, por quê?

() não sabe fazer () não tem tempo () não acha importante
() outra, qual? _____

7 O que você aprendeu com a capacitação de educação financeira ministrada pela Universidade de Caxias do Sul? (marcar quantas achar necessário)*

() a controlar meus gastos mensais para saber onde está indo o meu dinheiro.
() a guardar e economizar o meu dinheiro.
() não fez diferença para minha família.
() Outro, qual? _____

8 Você acredita que saber mais sobre o assunto e aprender a controlar os gastos é importante?*

() sim () não

9 Qual é o recado que você deixa para quem está tentando se organizar financeiramente, mas nunca consegue?

10 Deixe a sua opinião: o que poderia ser melhorado na apresentação de capacitação de educação financeira?

Utilização do método Custeio Baseado em Atividades (ABC) em uma Câmara de Vereadores

Juliano da Silva Reis* – Juliana Andréia Rüdell Boligon** – Flaviani Souto Bolzan Medeiros***
Bruna Felin Cerezer****

Resumo: Os custos são sempre uma preocupação por parte dos gestores e, com a complexidade que permeia, cada vez mais, o ambiente no qual as organizações estão inseridas, ter um controle dos mesmos se tornou um desafio atualmente. Para auxiliar nesse sentido, o Custeio Baseado em Atividades (ABC) é uma metodologia de custos resultante do produto entre o custo unitário e o volume comprado, permitindo, assim, que cada item tenha um tratamento diferenciado. Diante do exposto, este artigo se propõe a elaborar a curva ABC para produtos em estoque da instituição pública analisada, visando classificar os produtos de maior representatividade no estoque e, conseqüentemente, os que merecem maior atenção. Para isso, utilizou-se uma pesquisa descritiva quanto aos fins e uma pesquisa-ação quanto aos meios de investigação, tendo sua coleta dos dados a partir das informações retiradas do relatório de consumo ABC gerado pelo sistema de gestão de estoques utilizado pela instituição pública analisada. Os resultados apontam que dos 245 itens listados 143 são classificados como C no método ABC. Porém, apesar de o sistema fornecer várias informações que ajudam a encontrar os parâmetros de estocagem além da classificação ABC, tais recursos não são considerados no momento do planejamento das compras e do acompanhamento dos estoques na instituição.

Palavras-chave: Método de custeio. Custeio Baseado em Atividades. Curva ABC. Câmara de Vereadores. Instituição pública.

Abstract: Costs are always a concern for managers and the complexity that increasingly permeates the environment in which organizations are inserted have a track of them has become a challenge today. To assist in this regard, the Activity Based Costing (ABC) is a resulting product cost methodology between the unit cost and the amount purchased, thus allowing each item has a different treatment. Given the above, this article aims to develop ABC curve for the products in stocks of public institution assessed to classify the most representative products in stock and therefore deserve more attention. For this, we used a descriptive research on the purposes and an action research as to research means having your data collection from the information taken from the consumer report generated by the ABC inventory management system used by the public institution analyzed. The results show that of the 245 143 items listed are classified as C in the ABC method. However, despite the system provide various information to help you find the storage parameters beyond the ABC classification, such resources are not considered when planning purchases and monitoring of inventories in the institution.

Keywords: Cost method. Activity Based Costing. ABC curve. Municipal council. Public institution.

1 Introdução

De modo geral, desde a década de 80 (séc. XX), para se adequar a um cenário cada vez mais competitivo, as empresas vêm modificando sua estrutura operacional ao desenvolver novas tecnologias de produção, bem como novas filosofias de gestão. (MEGLIORINI, 2011).

* Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* julianodasilvareis@yahoo.com.br

** Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria; Coordenadora do Curso de Administração do Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* julianaboligon@unifra.br

*** Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria; Especialista em Finanças pelo Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* flaviani.13@gmail.com

**** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria. *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com

Sendo assim, entender como os produtos e/ou serviços de uma empresa são custeados é algo extremamente importante para os gestores, porque a forma como os custos são determinados pode gerar um impacto tanto nos lucros divulgados, como também nas decisões gerenciais. (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

Nesse sentido, Corrêa e Corrêa (2010) enfatizam que, a partir do entendimento de que certos itens do estoque têm custos maiores do que outros, é importante usar algum tipo de classificação, por determinado critério, a fim de estabelecer quais merecem maior atenção e alocação de recursos.

Assim sendo, Passarelli e Bomfim (2004) explicam que o Custeio Baseado em Atividades – do inglês *Activity Based Costing* (ABC) – é um método que tem como base a análise das atividades mais significativas desenvolvidas pela organização. Wanke (2012) salienta que, no custeio ABC, os itens são classificados conforme a demanda, o custo de aquisição e, desse modo, a sua representatividade financeira para a empresa.

Esse método surgiu pela complexidade dos processos, bem como pelo aumento da variedade de produtos e o surgimento de uma economia globalizada, em que era preciso um novo sistema de informações que refletisse como os recursos eram consumidos na empresa. (FREGA; LEMOS; SOUZA, 2007).

Sob essa perspectiva, Bertó e Beulke (2011) corroboram a ideia, considerando a globalização da economia, cujo preço gira, cada vez mais, em função do valor percebido pelo cliente e menos pelos custos, e o custeio ABC, ao apresentar os custos de maneira mais detalhada, possibilita identificar os pontos de ineficiência.

Com base no exposto, este artigo tem como propósito elaborar a curva ABC para os produtos em estoque da instituição pública analisada, visando classificar os de maior representatividade no estoque e, conseqüentemente, os que merecem maior atenção. Este artigo é relevante pelo fato de que as instituições públicas devem buscar o aperfeiçoamento na prestação dos serviços públicos, mantendo ou melhorando a qualidade dos mesmos com economia de despesas.

Desse modo, o custeio ABC, se usado de forma adequada, permite melhorias no nível de informações, auxiliando, assim, no processo de tomadas de decisão por parte dos gestores. (REBELATTO, 2004). Sob esse enfoque, Cox III e Schleier Júnior (2013) acrescentam que, além dele oferecer informações mais detalhadas que podem ser usadas em iniciativas de melhoria, também possibilita reverter um desempenho ruim.

2 Referencial teórico

O embasamento teórico deste trabalho contempla uma breve discussão sobre os métodos de custeio e ainda sobre o ABC objeto deste estudo.

2.1 Métodos de custeio

Primeiramente, Michel (2009) explica que *método* refere-se ao conjunto de procedimentos sistemáticos usado com o propósito de se obter um resultado pretendido, sendo, desse modo, um norteador do processo, o caminho escolhido para se atingir uma resposta, uma solução, enquanto *custeio*, de acordo com Wernke (2010), significa atribuir valor de custo a uma mercadoria, produto ou serviço, sendo que para tal atribuição utiliza-se a ficha técnica – para custos diretos ou variáveis – ou se recorre aos métodos de custeio (custos indiretos ou fixos).

Sendo assim, os métodos de custeio definem a maneira de valoração dos objetos de custeio. Na literatura, é comum encontrar sua classificação em: métodos tradicionais e métodos contemporâneos, a saber: (1) os primeiros têm como foco a apuração do custo dos produtos, considerando que os mesmos sejam geradores de custos; e (2) os segundos envolvem novas abordagens para gestão dos custos sendo elaborado, para aplicações específicas, como a teoria das restrições, o custeio-alvo, entre outros. (MEGLIORINI, 2011).

Complementarmente, Wernke (2010) menciona que os métodos de custeio são adotados em conformidade com os objetivos almejados pela organização, mas, dentre os métodos existentes, os mais conhecidos ou utilizados são: Custeio por Absorção; Método Unidades de Esforço de Produção (UEP); Custeio Direto ou Variável; e ABC.

Em relação ao Custeio por Absorção, Garrison, Noreen e Brewer (2013) esclarecem que esse trata de todos os custos de produção, independentemente de serem variáveis ou fixos – materiais diretos, mão de obra direta e custos indiretos de produção – dessa forma, esse método destina parte dos custos gerais de produção fixos para cada unidade de produto, com os custos de produção variáveis.

Sobre o método UEP, refere que se baseia na determinação de medida comum, medida essa que unifica todos os produtos e/ou processos da organização. Tal unificação da produção consiste na soma de todos os esforços de produção necessários a fim de transformar a matéria-prima em produto acabado. (FERREIRA, 2007). Já o custeio direto, ou variável, por sua vez, segundo Assef (2010), é um método usado apenas nas avaliações gerenciais e não fiscalmente.

Pelo critério do custeio direto ou variável, não há rateio dos custos indiretos. Por esse critério, apropria-se aos produtos somente os custos e as despesas diretas e variáveis, tanto da produção como da venda. Os custos fixos são levados para a conta de resultados como despesas do período, não sendo necessário fazer uso de bases de rateio. (BRAGA, 2012, p. 35).

Desse modo, o custeio direto, ou variável, não disponibiliza o valor do custo de um produto, mas apenas gera a contribuição que cada respectivo produto traz à organização na formação do resultado. (MISSAGIA; VELTER, 2012).

No que tange ao custeio ABC, Correia Neto (2007) cita que esse tem como propósito, ao fazer uso de algum critério de ordenação decrescente, hierarquizar uma lista de itens, que, depois de ordenados, os mesmos são classificados conforme sua importância em relação aos demais. Considerando que o foco deste estudo é o custeio ABC, no próximo tópico será abordado mais detalhadamente esse método.

2.1 Custeio Baseado em Atividade

O custeio ABC, de acordo com Moura (2006, p. 139), “foi estruturado no início da década de 70 por Staubus, e depois desenvolvido por vários autores na segunda metade da década de 80, particularmente por Kaplan e Cooper”.

Nos dias de hoje, o custeio ABC se tornou um sistema de contabilidade popular que surgiu para superar deficiências dos sistemas de custeio tradicionais. (KAPLAN, 1989; HILTON, 2005). Assim sendo, entre outras finalidades, a análise ABC favorece uma alocação de custos mais exata das atividades relacionadas aos processos, consumidores, produtos e serviços que pertencem à cadeia de valor. (LEONE; LEONE, 2004).

Sob essa perspectiva, Seefeld et al. (2009) acrescentam que o sistema ABC é um instrumento importante na gestão de estoques. Logo, a curva ABC é uma ferramenta necessária para o gestor, pois permite que verifique quais são os itens que necessitam de atenção e tratamento adequado quanto à sua administração, visto que a curva ABC ordena os itens pela sua importância. Após essa ordenação, as classes da curva ABC podem ser assim definidas, de acordo com Dias (2010):

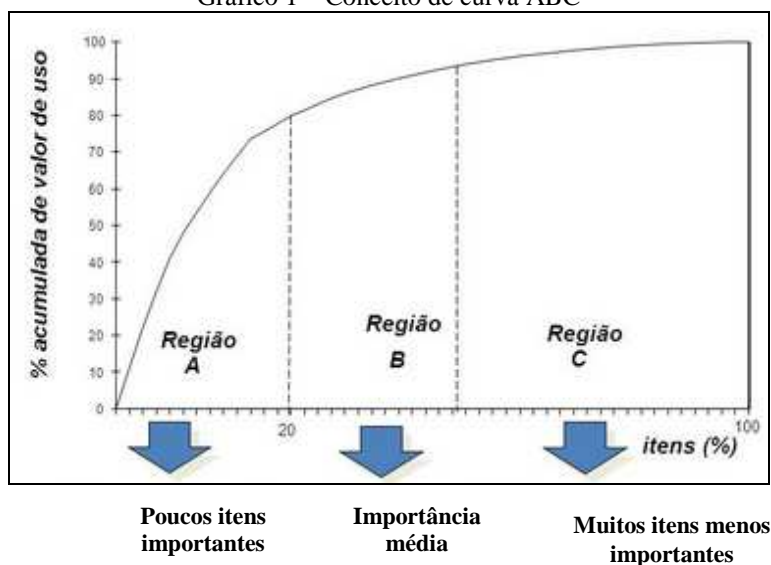
Classe A: itens de maior importância e que, por isso, merecem especial tratamento e atenção. Possuem altos níveis de valor e consumo. Correspondem, aproximadamente, a 20% dos materiais e a 80% do valor do estoque;

Classe B: itens em situação intermediária entre os de classe A e C; equivalem a 30% do número de materiais e a 15% do valor estocado; e

Classe C: itens de menor importância, requerendo menor atenção. Representam 50% do número de materiais em estoque e 5% do seu valor total.

O Gráfico 1 revela a classificação de materiais pelo sistema ABC.

Gráfico 1 – Conceito de curva ABC



Fonte: Corrêa e Corrêa (2010, p. 542).

Conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, os materiais classificados como A correspondem a 20% dos itens e, aproximadamente, a 80% do valor de uso dos itens em estoque. Por essa razão, essa curva também é conhecida como curva “80-20”. Percebe-se, ainda, que os itens de classificação A deveriam receber maior atenção por parte da gestão já que os benefícios da redução dos mesmos seriam bem maiores do que os dos itens classificados como C, responsáveis por uma parcela muito menor do valor de uso dos itens em estoque.

Complementarmente, Arnold (2002) adverte que existem duas regras universais para a utilização do sistema ABC:

- a) ter grande número de itens de baixo valor. Os itens de classe C representam 5% do valor estocado, por isso manter um estoque extra desses itens acrescenta pouco valor ao total do estoque. Esses itens são importantes apenas quando há a falta deles; assim, quando se tornam extremamente importantes, é necessário manter um estoque disponível; e
- b) fazer uso do dinheiro e do esforço economizado para diminuir o estoque de itens com alto valor. Eles representam 20% dos itens e em torno de 80% do valor do estoque; portanto, necessitam de maior controle, mais frequente e aprofundado.

Em termos de metodologia de cálculo, no Quadro 1, Dias (2010) propõe um passo a passo para a elaboração da curva ABC.

Quadro 1 – Passo a passo para o cálculo da curva ABC

1	Relacionar todos os itens consumidos no período.
2	Para cada item, registra-se o preço unitário.
3	Registra-se o consumo no período analisado.
4	Para cada item, calcular o valor de consumo, que é igual ao preço unitário vezes o consumo.
5	Registra-se a classificação, numerando o valor do consumo do menor para o maior (1 para o de maior valor, 2 para o segundo de maior valor, e assim sucessivamente).
6	Ordenam-se os itens conforme classificação (item 5).
7	Para cada item, lança-se o valor de consumo acumulado, que é igual ao seu valor de consumo somado ao valor de consumo acumulado da linha anterior.
8	Para cada item, calcula-se o percentual sobre o valor total acumulado, que é igual ao seu valor de consumo acumulado dividido pelo valor de consumo acumulado do último item.

Fonte: Adaptado de Dias (2010).

Todavia, Borna (2010) ressalta que existe mais de um modelo para o cálculo do ABC, porque alguns autores dão mais ênfase ao cálculo de custos (o lado do método), enquanto outros o relacionam mais às decisões estratégicas, passando, ainda, pela melhoria dos processos.

3 Procedimentos metodológicos

A fim de alcançar o objetivo proposto, o presente trabalho utilizou-se de pesquisa descritiva quanto aos fins e uma pesquisa-ação quanto aos meios de investigação. (VERGARA, 2013). Sendo assim, Gil (2012) explica que, no caso de pesquisa descritiva, o seu propósito é a descrição das características do fenômeno considerado para análise ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Enquanto na pesquisa-ação, o pesquisador, além de se envolver na análise crítica do problema, também se envolve na implantação das soluções. (MICHEL, 2009).

Quanto ao plano de coleta de dados, parte-se do entendimento de que a análise ABC de estoques consiste no processo de classificar os materiais movimentados em determinado período pela sua representatividade no estoque, a saber: (1) os itens classificados como classe **A** correspondem, aproximadamente, a 20% dos itens estocados e a 80% do valor financeiro; (2) os de classe **B** somam 30% dos itens e em torno de 15% do valor; e (3) os itens **C** são a maior parte, correspondendo a 50% do volume movimentado e apenas a 5% do valor total.

Nesse viés, os dados foram obtidos para a elaboração da curva ABC com base em informações retiradas do relatório de consumo ABC gerado pelo sistema de gestão de estoques, utilizado pela instituição pública considerada para análise neste trabalho. Salienta-se que o período de referência para a coleta, a fim de realizar os cálculos foram os três primeiros trimestres do ano de 2013 – de 1º/1/2013 a 30/9/2013, cujos dados foram organizados com o auxílio do *software* Excel®.

4 Custeio ABC

Com base nas informações coletadas no relatório de consumo gerado pelo sistema informatizado de gestão de estoques da instituição pública analisada, os resultados obtidos para a elaboração da curva ABC podem ser visualizados nas Tabelas 1, 2, 3 e 4, bem como no Gráfico 2, todos a seguir expostos.

Tabela 1 – Itens classe A

Seq.	Item	Quant.	Consumo	Consumo acumulado	% Consumo acumulado	Classe
1	Folha A4 branca, pacote com 500 folhas	907	R\$ 8.799,78	R\$ 8.799,78	10,19	A
2	Bobinas de papel-toalha	394	R\$ 4.728,00	R\$ 13.527,78	15,67	A
3	Envelope branco, tamanho 22,8 x 11,2	94.226	R\$ 4.711,30	R\$ 18.239,08	21,13	A
4	Papel higiênico interfolhado	908	R\$ 4.540,00	R\$ 22.779,08	26,39	A
5	Informativos Cid Legal 1/2013	3.000	R\$ 4.380,00	R\$ 27.159,08	31,47	A
6	toner HP CE285A HP 85A	138	R\$ 4.354,58	R\$ 31.513,66	36,51	A
7	Livro <i>A boca, a esquina e o recanto</i>	408	R\$ 2.896,80	R\$ 34.410,46	39,87	A
8	Casaco de lã masculino, azul-marinho	6	R\$ 2.394,00	R\$ 36.804,46	42,64	A
9	Café moído extraforte 500g	312	R\$ 2.351,90	R\$ 39.156,36	45,36	A
10	Galões de 20 litros de água mineral	304	R\$ 2.037,00	R\$ 41.193,36	47,72	A
11	Livro <i>Maria polissêmica</i>	472	R\$ 1.986,60	R\$ 43.179,96	50,03	A
12	Garrafas de 500ml de água mineral com gás	1.932	R\$ 1.844,28	R\$ 45.024,24	52,16	A
13	Toner CB436A HP36A	58	R\$ 1.819,95	R\$ 46.844,19	54,27	A
14	Fita de vídeo DVCAM 184ME	10	R\$ 1.500,00	R\$ 48.344,19	56,01	A
15	Informativo Cid Legal 2/2013	1.000	R\$ 1.460,00	R\$ 49.804,19	57,70	A
16	Mural com estrutura em madeira	10	R\$ 1.299,00	R\$ 51.103,19	59,21	A
17	Copos descartáveis para água	121.500	R\$ 1.292,28	R\$ 52.395,47	60,70	A
18	Casaco de lã masculino preto	3	R\$ 1.197,00	R\$ 53.592,47	62,09	A
19	Regimento Interno	88	R\$ 1.177,95	R\$ 54.770,42	63,45	A
20	Livro <i>Nova história do município</i>	168	R\$ 1.177,92	R\$ 55.948,34	64,82	A
21	Sapatos masculinos pretos	9	R\$ 1.071,00	R\$ 57.019,34	66,06	A
22	Impressão de convites modelo 1	3.605	R\$ 995,00	R\$ 58.014,34	67,21	A
23	Livro <i>Vertebrados fósseis</i>	110	R\$ 979,00	R\$ 58.993,34	68,35	A
24	Garrafa térmica de 1,9 l	10	R\$ 914,32	R\$ 59.907,66	69,41	A
25	Cartazes para ações institucionais A3	560	R\$ 845,60	R\$ 60.753,26	70,39	A
26	Aparelho telefônico comum de mesa	25	R\$ 785,75	R\$ 61.539,01	71,30	A
27	Açúcar refinado de 1kg	198	R\$ 768,10	R\$ 62.307,11	72,19	A
28	Livro <i>O coronel, o jornalista e o delegado</i>	144	R\$ 766,08	R\$ 63.073,19	73,07	A
29	Livro <i>A vida de Águeda Brazzalle Leal</i>	60	R\$ 750,00	R\$ 63.823,19	73,94	A
30	Fita de vídeo DVCAM 40M	10	R\$ 640,00	R\$ 64.463,19	74,68	A
31	Luminária fluorescente de emergência	22	R\$ 621,00	R\$ 65.084,19	75,40	A
32	Fôlderes para ações institucionais 4 dobras	3.500	R\$ 609,00	R\$ 65.693,19	76,11	A
33	Toner Samsung ML 1665/1660	10	R\$ 562,99	R\$ 66.256,18	76,76	A
34	Envelope branco, tamanho A4	2.411	R\$ 545,79	R\$ 66.801,97	77,39	A
35	Pendrive 4 GB	24	R\$ 544,85	R\$ 67.346,82	78,02	A
36	Fôlderes para ações institucionais 2 dobras	3.000	R\$ 522,00	R\$ 67.868,82	78,63	A
37	Copos descartáveis para café	30.000	R\$ 503,50	R\$ 68.372,32	79,21	A
38	Café em grão torrado 1kg	19	R\$ 481,25	R\$ 68.853,57	79,77	A

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Ao analisar a Tabela 1, nota-se que os 38 primeiros itens listados concentram quase 80% dos gastos totais com estoque de materiais nos nove primeiros meses do ano de 2013, o que representa apenas 15,51% do volume físico de materiais movimentado. Logo, são caracterizados como de classe A. Na sequência, são apresentados os itens classe B.

Tabela 2 – Itens classe B

Seq.	Item	Quant.	Consumo	Consumo acumulado	% Consumo acumulado	Classe
39	Impressora c/ guilhotina p/ relógio de ponto	1	R\$ 440,00	R\$ 69.293,57	80,28	B
40	Fita de cetim	120	R\$ 420,00	R\$ 69.713,57	80,77	B
41	Calça social masculina azul-marinho	6	R\$ 408,00	R\$ 70.121,57	81,24	B
42	Sabonete líquido individual 800ml	58	R\$ 400,80	R\$ 70.522,37	81,70	B
43	Camisa masculina, manga longa, azul-clara	6	R\$ 390,00	R\$ 70.912,37	82,16	B
44	Tinta esmalte sintético camurça	8	R\$ 376,00	R\$ 71.288,37	82,59	B
45	Crachás (confeção conforme necessidade)	94	R\$ 366,60	R\$ 71.654,97	83,02	B
46	Vidro para tampo de mesa	2	R\$ 340,00	R\$ 71.994,97	83,41	B
47	Camisa masculina manga curta, azul-clara	6	R\$ 336,00	R\$ 72.330,97	83,80	B
48	DVD – R velocidade 16x	364	R\$ 334,05	R\$ 72.665,02	84,19	B
49	Seta indicativa de saída fotoluminescente	31	R\$ 310,00	R\$ 72.975,02	84,55	B
50	Bobina para relógio de ponto	12	R\$ 308,04	R\$ 73.283,06	84,90	B
51	Cartucho de Toner 1K Xerox	5	R\$ 306,25	R\$ 73.589,31	85,26	B
52	Buquê de flores da época	4	R\$ 280,00	R\$ 73.869,31	85,58	B
53	Comenda Coronel Pillar	2	R\$ 280,00	R\$ 74.149,31	85,91	B
54	Medalha Mérito Teatral “Edmundo Cardoso”	2	R\$ 280,00	R\$ 74.429,31	86,23	B
55	Medalha Farroupilha do Poder Legislativo	2	R\$ 280,00	R\$ 74.709,31	86,55	B
56	Capa transparente A4 para encadernação	975	R\$ 276,39	R\$ 74.985,70	86,87	B
57	Cartão de visita formato 9cmx5cm	12.600	R\$ 269,64	R\$ 75.255,34	87,19	B
58	Reator partida rápida 2X40	18	R\$ 269,10	R\$ 75.524,44	87,50	B
59	Clips 3/0	185	R\$ 255,51	R\$ 75.779,95	87,79	B
60	Lâmpada 650w	6	R\$ 250,80	R\$ 76.030,75	88,09	B
61	Caneta esferográfica azul	481	R\$ 240,40	R\$ 76.271,15	88,36	B
62	Envelopes brancos com timbre	5.000	R\$ 240,00	R\$ 76.511,15	88,64	B
63	Caixa-arquivo permanente de papelão	170	R\$ 239,90	R\$ 76.751,05	88,92	B
64	Livro <i>Fragmentos da história ferroviária</i>	30	R\$ 239,40	R\$ 76.990,45	89,20	B
65	Cola líquida 40g	294	R\$ 236,06	R\$ 77.226,51	89,47	B
66	Comenda “Chico Mendes”	1	R\$ 230,00	R\$ 77.456,51	89,74	B
67	Caneta marca-texto	252	R\$ 222,94	R\$ 77.679,45	90,00	B
68	Copos de vidro	48	R\$ 216,00	R\$ 77.895,45	90,25	B
69	DVD-R 4,7 GB	250	R\$ 215,00	R\$ 78.110,45	90,49	B
70	Chá: caixa com 10 sachês	94	R\$ 207,10	R\$ 78.317,55	90,73	B
71	Toner Samsung ML 2010	4	R\$ 205,00	R\$ 78.522,55	90,97	B
72	Calça social masculina preta	3	R\$ 204,00	R\$ 78.726,55	91,21	B
73	Diplomas, certificados e moções	500	R\$ 200,00	R\$ 78.926,55	91,44	B
74	Camisa masculina, manga longa, branca	3	R\$ 195,00	R\$ 79.121,55	91,67	B
75	Comenda “Manoel Pena Xavier”	2	R\$ 190,00	R\$ 79.311,55	91,89	B

76	Capa preta para encadernação	875	R\$ 189,38	R\$ 79.500,93	92,11	B
77	Cola em bastão	236	R\$ 172,28	R\$ 79.673,21	92,31	B
78	Filtro de linha com 5 tomadas	9	R\$ 171,75	R\$ 79.844,96	92,50	B
79	Camisa masculina, manga curta, branca	3	R\$ 168,00	R\$ 80.012,96	92,70	B
80	Caneta esferográfica preta	263	R\$ 165,69	R\$ 80.178,65	92,89	B
81	Cartucho de tinta de cor ciano	5	R\$ 161,90	R\$ 80.340,55	93,08	B
82	Folha sulfite 120g branca.	2.450	R\$ 157,34	R\$ 80.497,89	93,26	B
83	Caixa-arquivo de plástico polionda	54	R\$ 156,26	R\$ 80.654,15	93,44	B
84	Pasta com aba e elástico	189	R\$ 151,61	R\$ 80.805,76	93,62	B
85	Impressão convites modelo 2	600	R\$ 148,80	R\$ 80.954,56	93,79	B
86	Biscoito salgado/pacote 500g	49	R\$ 142,48	R\$ 81.097,04	93,96	B
87	Tinta PVA areia, lata 3,6l.	1	R\$ 135,00	R\$ 81.232,04	94,11	B
88	Braço hidráulico para porta	2	R\$ 134,00	R\$ 81.366,04	94,27	B
89	Estojo plástico porta DVD	100	R\$ 133,93	R\$ 81.499,97	94,42	B
90	Tinta Látex PVA Palha 16,2l	1	R\$ 130,00	R\$ 81.629,97	94,57	B
91	Cartucho de tinta cor magenta	4	R\$ 129,52	R\$ 81.759,49	94,72	B
92	Cartucho de tinta magenta-clara	4	R\$ 129,52	R\$ 81.889,01	94,87	B

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os 54 itens seguintes (Tabela 2) configuram mais 15,10% dos gastos com materiais e 22,04% da quantidade movimentada, representando a classe B. Com relação aos itens com classificação C, os mesmos podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela 3 – Itens classe C

Seq.	Item	Quant.	Consumo	Consumo acumulado	% Consumo acumulado	Classe
93	Camisa feminina, manga longa, branca	2	R\$ 124,00	R\$ 82.013,01	95,02	C
94	Recarga de cartucho HP88 magenta	7	R\$ 121,55	R\$ 82.134,56	95,16	C
95	Etiquetas adesivas para visitantes	3.000	R\$ 120,00	R\$ 82.254,56	95,30	C
96	Tinta Látex PVA camurça	1	R\$ 119,00	R\$ 82.373,56	95,43	C
97	Cabo de áudio	1	R\$ 119,00	R\$ 82.492,56	95,57	C
98	Reator 1 x 110w	5	R\$ 113,62	R\$ 82.606,18	95,70	C
99	Álcool gel para higienização das mãos 5l	4	R\$ 105,80	R\$ 82.711,98	95,83	C
100	Pilha alcalina AAA (palito)	73	R\$ 102,06	R\$ 82.814,04	95,94	C
101	Toner Lexmark compatível E 340	1	R\$ 99,00	R\$ 82.913,04	96,06	C
102	Perfurador de papel grande	1	R\$ 98,00	R\$ 83.011,04	96,17	C
103	Reator eletrônico 1x 40w	8	R\$ 94,17	R\$ 83.105,21	96,28	C
104	Grampeador de metal para grampo 26/6	16	R\$ 93,41	R\$ 83.198,62	96,39	C
105	Folha A4 não clorada pac. com 500 fls.	7	R\$ 89,21	R\$ 83.287,83	96,49	C
106	Caixa para correspondência 3 andares	3	R\$ 86,67	R\$ 83.374,50	96,59	C
107	CD-R 700 MB 80min	76	R\$ 79,93	R\$ 83.454,43	96,69	C
108	Filtro de papel para coar café	44	R\$ 79,76	R\$ 83.534,19	96,78	C
109	Caderno para atas/100 folhas	12	R\$ 77,90	R\$ 83.612,09	96,87	C
110	Folha Vergê, branca, 180g	407	R\$ 75,18	R\$ 83.687,27	96,96	C
111	Grampo 26/6 com 1.000 unid.	61	R\$ 74,42	R\$ 83.761,69	97,04	C
112	Mapa cidade/guia dobrável	12	R\$ 68,16	R\$ 83.829,85	97,12	C
113	Pasta classificadora com ferragem	131	R\$ 67,68	R\$ 83.897,53	97,20	C

114	Cartucho de tinta ciano-clara	2	R\$ 64,76	R\$ 83.962,29	97,27	C
115	Cartucho de tinta amarela	2	R\$ 64,76	R\$ 84.027,05	97,35	C
116	Toner Compatível HP Q5949A	1	R\$ 64,64	R\$ 84.091,69	97,42	C
117	Etiqueta adesiva três colunas	3	R\$ 64,18	R\$ 84.155,87	97,50	C
118	Toner Compatível HP Q2612	2	R\$ 59,85	R\$ 84.215,72	97,57	C
119	Lâmpada fluorescente 110-220w	5	R\$ 56,90	R\$ 84.272,62	97,63	C
120	Grampo 26/6 (cx. com 5.000)	15	R\$ 55,42	R\$ 84.328,04	97,70	C
121	Folha Vergê, branca, 120g	450	R\$ 54,97	R\$ 84.383,01	97,76	C
122	Impressão convites modelo 3	200	R\$ 52,40	R\$ 84.435,41	97,82	C
123	Tesoura 21cm	15	R\$ 50,60	R\$ 84.486,01	97,88	C
124	Toner HP CE505A HP 05A	1	R\$ 50,20	R\$ 84.536,21	97,94	C
125	Cola de contato 2,8kg	1	R\$ 49,00	R\$ 84.585,21	98,00	C
126	Bateria 9v	5	R\$ 47,50	R\$ 84.632,71	98,05	C
127	Impressão de certificados F. D'O.	52	R\$ 46,80	R\$ 84.679,51	98,11	C
128	Solvente	8	R\$ 45,20	R\$ 84.724,71	98,16	C
129	Lâmpada compacta 15w	8	R\$ 44,80	R\$ 84.769,51	98,21	C
130	Fita adesiva transparente 48mmx 50mm	22	R\$ 43,34	R\$ 84.812,85	98,26	C
131	Folha Vergê, amarelo-creme 180g	250	R\$ 41,60	R\$ 84.854,45	98,31	C
132	Pasta suspensa com ferragem	80	R\$ 40,80	R\$ 84.895,25	98,36	C
133	Pasta polionda 500 fls.	19	R\$ 40,53	R\$ 84.935,78	98,40	C
134	Livro <i>Esboço histórico</i>	2	R\$ 40,00	R\$ 84.975,78	98,45	C
135	Pilha Alcalina AA	22	R\$ 39,60	R\$ 85.015,38	98,49	C
136	Tomada simples sistema X	11	R\$ 38,31	R\$ 85.053,69	98,54	C
137	Capa projeto de lei	180	R\$ 37,24	R\$ 85.090,93	98,58	C
138	Risque e rabisque plástico	4	R\$ 36,72	R\$ 85.127,65	98,62	C
139	Corretivo líquido branco	27	R\$ 36,61	R\$ 85.164,26	98,67	C
140	Folha sulfite 180g, branca	500	R\$ 35,50	R\$ 85.199,76	98,71	C
141	Assento para vaso sanitário	4	R\$ 35,23	R\$ 85.234,99	98,75	C
142	Perfurador de papel pequeno	8	R\$ 33,34	R\$ 85.268,33	98,79	C
143	Mola plástica para encadernação 14mm	300	R\$ 33,00	R\$ 85.301,33	98,83	C
144	Pasta A-Z lombo largo	12	R\$ 31,20	R\$ 85.332,53	98,86	C
145	Recarga de cartucho HP88 ciano	2	R\$ 31,01	R\$ 85.363,54	98,90	C
146	Canaletas sistema X	16	R\$ 30,40	R\$ 85.393,94	98,93	C
147	Fio para extensão de telefone	100	R\$ 30,00	R\$ 85.423,94	98,97	C
148	Caixa de correspondência em acrílico	4	R\$ 29,73	R\$ 85.453,67	99,00	C
149	Mola para encadernação 40mm	53	R\$ 28,09	R\$ 85.481,76	99,03	C
150	Mola para encadernação 9mm	200	R\$ 26,55	R\$ 85.508,31	99,07	C
151	Papel Contact/rolo	1	R\$ 26,29	R\$ 85.534,60	99,10	C
152	Fio duplo 2,5mm	15	R\$ 26,25	R\$ 85.560,85	99,13	C
153	Cartucho de tinta preta	3	R\$ 26,25	R\$ 85.587,10	99,16	C
154	Grampo trilho plástico	200	R\$ 24,34	R\$ 85.611,44	99,19	C
155	Mola plástica para encadernação 20mm	240	R\$ 24,00	R\$ 85.635,44	99,21	C
156	Pasta sanfonada	3	R\$ 23,34	R\$ 85.658,78	99,24	C
157	Caderno protocolo espiral 50 fls.	5	R\$ 22,43	R\$ 85.681,21	99,27	C
158	Fita isolante preta	7	R\$ 18,79	R\$ 85.700,00	99,29	C
159	Brocas de vídia 12mm	1	R\$ 18,56	R\$ 85.718,56	99,31	C
160	Pasta catálogo	5	R\$ 18,20	R\$ 85.736,76	99,33	C
161	Fita adesiva transparente 19mmx50mm	12	R\$ 17,88	R\$ 85.754,64	99,35	C
162	Tecla para válvula de descarga	2	R\$ 17,80	R\$ 85.772,44	99,37	C
163	Mola para encadernação 23mm	120	R\$ 17,29	R\$ 85.789,73	99,39	C
164	Sabonete líquido refil individual 800ml	3	R\$ 17,05	R\$ 85.806,78	99,41	C
165	Cola líquida litro, branca	1	R\$ 17,00	R\$ 85.823,78	99,43	C

166	Cesto para lixo 20l	1	R\$ 16,90	R\$ 85.840,68	99,45	C
167	Tomada fêmea 3 pinos	8	R\$ 16,57	R\$ 85.857,25	99,47	C
168	Álcool gel p/higienização mãos 500ml	4	R\$ 16,00	R\$ 85.873,25	99,49	C
169	Teclado para computador USB	1	R\$ 15,50	R\$ 85.888,75	99,51	C
170	Caixa PVC externa sistema X	8	R\$ 14,40	R\$ 85.903,15	99,52	C
171	Brocas de vídia 8mm	1	R\$ 14,30	R\$ 85.917,45	99,54	C
172	Livro <i>Três peças teatrais</i>	3	R\$ 13,50	R\$ 85.930,95	99,56	C
173	Tomada macho para extensão	6	R\$ 13,20	R\$ 85.944,15	99,57	C
174	Cabo de rede	18	R\$ 12,60	R\$ 85.956,75	99,59	C
175	Folha branca A3	411	R\$ 12,33	R\$ 85.969,08	99,60	C
176	Fita adesiva crepe 45mmx50mm	3	R\$ 12,25	R\$ 85.981,33	99,61	C
177	Tomada fêmea para extensão	5	R\$ 11,66	R\$ 85.992,99	99,63	C
178	Brocas de vídia 10mm	1	R\$ 11,63	R\$ 86.004,62	99,64	C
179	Adaptador para tomada padrão	4	R\$ 11,53	R\$ 86.016,15	99,65	C
180	Pincel 4"	2	R\$ 10,62	R\$ 86.026,77	99,67	C
181	Braçadeira plástica 30cm	100	R\$ 10,00	R\$ 86.036,77	99,68	C
182	Bobina para calculadora 57x60	13	R\$ 9,83	R\$ 86.046,60	99,69	C
183	Mola para encadernação 50mm	12	R\$ 9,48	R\$ 86.056,08	99,70	C
184	Porta-caneta/clips em acrílico	2	R\$ 9,20	R\$ 86.065,28	99,71	C
185	Brocas de vídia engate rápido (3042)	1	R\$ 9,12	R\$ 86.074,40	99,72	C
186	Clips de metal 8/0 caixa c/50	7	R\$ 9,10	R\$ 86.083,50	99,73	C
187	Torneira	1	R\$ 8,90	R\$ 86.092,40	99,74	C
188	Cartucho de tinta amarela 3092	1	R\$ 8,75	R\$ 86.101,15	99,75	C
189	Bobina para fax, modelo Sharp	2	R\$ 8,46	R\$ 86.109,61	99,76	C
190	T universal (padrão antigo para novo)	2	R\$ 8,40	R\$ 86.118,01	99,77	C
191	Setas indicativas para extintor	1	R\$ 8,00	R\$ 86.126,01	99,78	C
192	CD-RW 700MB, 80 minutos	4	R\$ 7,86	R\$ 86.133,87	99,79	C
193	Óleo/spray desingripante	2	R\$ 7,84	R\$ 86.141,71	99,80	C
194	Lápis tipo grafite n. 2	31	R\$ 7,54	R\$ 86.149,25	99,81	C
195	Lâmina para serra manual	3	R\$ 7,50	R\$ 86.156,75	99,82	C
196	Conector de rede RJ45	32	R\$ 7,38	R\$ 86.164,13	99,83	C
197	Alfinete para mural cx. c/50	5	R\$ 7,37	R\$ 86.171,50	99,83	C
198	Capa resolução legislativa	20	R\$ 7,20	R\$ 86.178,70	99,84	C
199	Parafuso 10mm	24	R\$ 7,20	R\$ 86.185,90	99,85	C
200	Mangote de pia 40cm	3	R\$ 6,39	R\$ 86.192,29	99,86	C
201	Prego de aço para alvenaria 9x10	2	R\$ 5,90	R\$ 86.198,19	99,87	C
202	Envelopes pardos A4	38	R\$ 5,70	R\$ 86.203,89	99,87	C
203	Caneta preta para escrever em CD	7	R\$ 5,60	R\$ 86.209,49	99,88	C
204	Borracha branca para apagar lápis	25	R\$ 5,38	R\$ 86.214,87	99,88	C
205	Estilete lâmina larga	7	R\$ 4,72	R\$ 86.219,59	99,89	C
206	Saco plástico para pasta catálogo	40	R\$ 4,43	R\$ 86.224,02	99,89	C
207	Extrator de grampo em metal	10	R\$ 4,40	R\$ 86.228,42	99,90	C
208	Porta-utensílios duas divisórias	1	R\$ 4,32	R\$ 86.232,74	99,91	C
209	Caneta esferográfica vermelha	8	R\$ 4,16	R\$ 86.236,90	99,91	C
210	Lixa n. 80	3	R\$ 4,11	R\$ 86.241,01	99,91	C
211	Caderno protocolo 100 fls.	1	R\$ 4,05	R\$ 86.245,06	99,92	C
212	Capa Projeto de Lei Complementar	10	R\$ 4,00	R\$ 86.249,06	99,92	C
213	Lâmpada fluorescente 20W	1	R\$ 3,90	R\$ 86.252,96	99,93	C
214	Visor plástico para pasta suspensa	30	R\$ 3,90	R\$ 86.256,86	99,93	C
215	Porta-diploma	1	R\$ 3,86	R\$ 86.260,72	99,94	C
216	Parafuso 8mm com bucha	28	R\$ 3,64	R\$ 86.264,36	99,94	C
217	Conector de telefone RJ11	4	R\$ 3,12	R\$ 86.267,48	99,95	C

218	Pilhas AA não alcalinas	4	R\$ 3,00	R\$ 86.270,48	99,95	C
219	Soquete c/pressão p/lâmpada	4	R\$ 2,92	R\$ 86.273,40	99,95	C
220	Espátula 5 CM	1	R\$ 2,90	R\$ 86.276,30	99,96	C
221	Fita crepe 19mmx50mm	2	R\$ 2,88	R\$ 86.279,18	99,96	C
222	Fita adesiva dupla face 12mmx30mm	2	R\$ 2,77	R\$ 86.281,95	99,96	C
223	Pasta Polionda 50 fls	2	R\$ 2,60	R\$ 86.284,55	99,97	C
224	Pincel atômico azul	4	R\$ 2,60	R\$ 86.287,15	99,97	C
225	Prancheta de madeira	2	R\$ 2,50	R\$ 86.289,65	99,97	C
226	Gesso	1	R\$ 2,50	R\$ 86.292,15	99,97	C
227	Régua 30cm	8	R\$ 2,23	R\$ 86.294,38	99,98	C
228	Apontador	4	R\$ 2,02	R\$ 86.296,40	99,98	C
229	Adaptador P-2 estéreo p/RCA	1	R\$ 2,00	R\$ 86.298,40	99,98	C
230	Pincel atômico preto	3	R\$ 1,95	R\$ 86.300,35	99,98	C
231	Percevejo latonado (caixa c/100 unid.).	2	R\$ 1,75	R\$ 86.302,10	99,99	C
232	Parafuso 6mm com bucha	16	R\$ 1,60	R\$ 86.303,70	99,99	C
233	Estopa	1	R\$ 1,58	R\$ 86.305,28	99,99	C
234	Grafite 0,5mm	3	R\$ 1,34	R\$ 86.306,62	99,99	C
235	Veda-rosca	1	R\$ 1,28	R\$ 86.307,90	99,99	C
236	Broca aço rápido n. 4	1	R\$ 1,23	R\$ 86.309,13	99,99	C
237	Broca aço rápido n. 3	1	R\$ 1,02	R\$ 86.310,15	99,99	C
238	Lixa-d'água 150	1	R\$ 0,80	R\$ 86.310,95	100,00	C
239	Lápis-borracha	2	R\$ 0,78	R\$ 86.311,73	100,00	C
240	Caneta vermelha p/escrever em CD	1	R\$ 0,76	R\$ 86.312,49	100,00	C
241	Bobina para máquina autenticadora	1	R\$ 0,70	R\$ 86.313,19	100,00	C
242	Pincel atômico vermelho	1	R\$ 0,65	R\$ 86.313,84	100,00	C
243	Folha de cartolina branca	2	R\$ 0,49	R\$ 86.314,33	100,00	C
244	Plug conector fêmea p/ RG59	1	R\$ 0,35	R\$ 86.314,68	100,00	C
245	Bucha 8mm plástica	1	R\$ 0,03	R\$ 86.314,71	100,00	C

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os 153 itens restantes apresentados na Tabela 3 representam 5,13% do valor total consumido, e a maior parcela do número de materiais consumidos no período (62,45%), sendo, portanto, classificados como itens C. A Tabela 4 apresenta, de maneira resumida, o comparativo entre as classes de materiais e o volume de capital e de bens movimentados.

Tabela 4 – Resumo da análise ABC

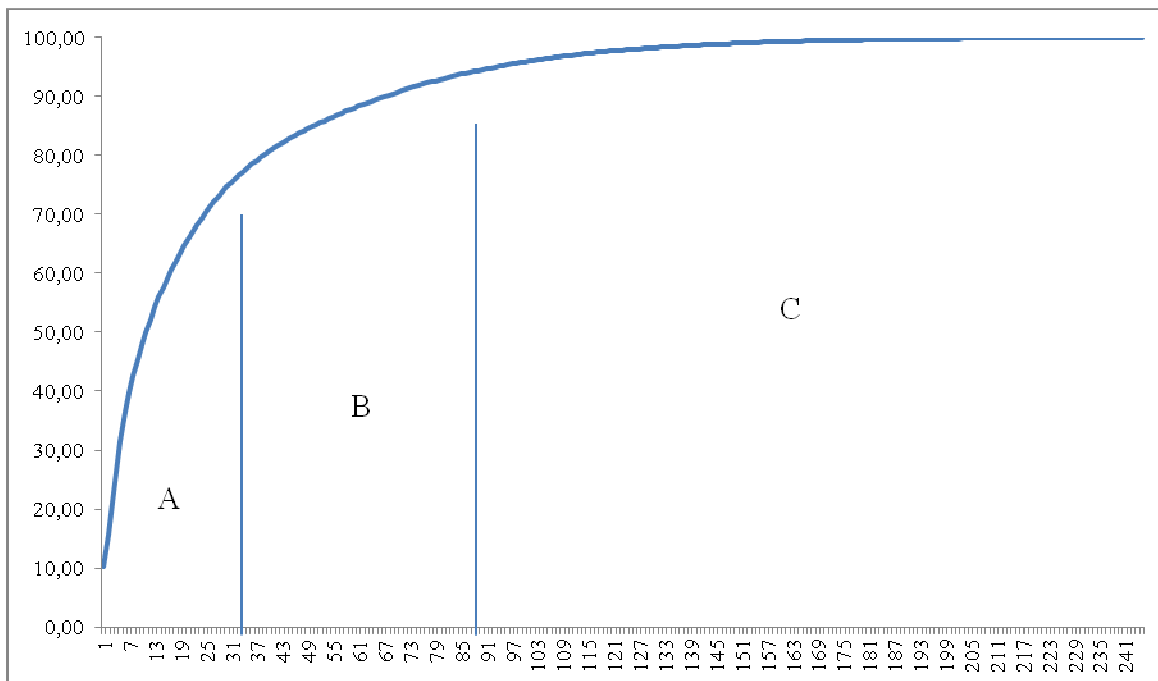
Classe	Itens	% Itens	Valor	% Valor Total
A	38	15,51%	R\$ 68.853,57	79,77%
B	54	22,04%	R\$ 13.035,44	15,10%
C	153	62,45%	R\$ 4.425,70	5,13%
TOTAL	245	100,00%	R\$ 86.314,71	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Em sendo assim, pode-se dizer que uma redução de 10% no valor de itens de classe A resulta em uma redução de 6,12% no saldo final do mês de setembro/2013, fazendo-o passar de R\$ 112.468,84 – valor do estoque total – para R\$ 105.585,75. Com

base nos dados obtidos, como mostrado nas Tabelas 1, 2, 3 e 4 de consumo ABC é elaborado o traçado do Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Consumo ABC da instituição pública analisada



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Cabe lembrar que a técnica ABC avalia somente o consumo dos materiais, tanto no aspecto quantitativo-financeiro quanto no de volume. Uma análise de estoques baseada puramente no ABC pode levar a empresa a tomar decisões equivocadas, haja vista que essa técnica não considera a importância e a necessidade do item no processo como um todo. Um item classe C, com baixo custo unitário, se vier a faltar, não inviabilizará no caso, mas dificultará o andamento das atividades da organização.

5 Considerações finais

Com a realização deste estudo, constatou-se que 38 itens listados na instituição pública analisada são classificados como A, representando 15,51% dos materiais consumidos no período analisado e 79,77% do valor total consumido. Já 54 itens estão na classificação B obtendo 15,10% do gasto com materiais e 22,04% da quantidade movimentada. Os itens C, por sua vez, são 153 itens que totalizam 62,45% do volume físico de materiais movimentados e somente 5,13% do valor total no período.

Sendo assim, e considerando que a análise ABC do estoque resulta do produto entre o custo unitário e o volume comprado, permitindo que cada classe tenha um

tratamento diferenciado, é importante salientar que os itens de classificação A necessitam de maior atenção, pois a melhoria (ou a racionalidade) de sua utilização pode resultar em uma economia considerável.

Verificou-se, ainda, que o sistema informatizado utilizado pela instituição pública oferece várias informações que ajudam a encontrar os parâmetros de estocagem além da classificação ABC dos itens movimentados. Todavia, tais recursos não são considerados no planejamento das compras e nem no acompanhamento dos estoques.

Por isso, recomenda-se que a instituição faça uso dos recursos disponíveis, por um lado, para evitar a falta de materiais necessários na execução dos serviços, e, por outro, o excesso de itens que, além de imobilizarem recursos financeiros, acarretam custos sem nada agregar à sociedade que paga seus tributos e que, em troca, espera o retorno desse desembolso.

De tal modo que, ao findar este estudo, levando em conta a importância dos custos para todo e qualquer tipo de organização, acredita-se que novos podem ser realizados visando contribuir ainda mais com o tema. Nesse sentido, uma análise complementar ao custeio ABC, como no caso do levantamento dos custos de estocagem, bem como do giro de estoque, estoque de segurança, lote econômico de compra e, também, acurácia dos estoques podem conduzir a uma gestão estratégica dos custos permitindo, assim, um uso mais eficaz dos recursos disponíveis.

Referências

- ARNOLD, J. R. T. *Administração de materiais*. São Paulo: Atlas, 2002.
- ASSEF, R. *Gerência de preços como ferramenta de marketing*. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BERTÓ, D. J.; BEULKE, R. *Gestão de custos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BORNIA, A. C. *Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRAGA, R. M. M. *Gestão da gastronomia: custos, formação de preços, gerenciamento e planejamento*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2012.
- CORRÊA, C. A.; CORRÊA, H. L. *Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CORREIA NETO, J. F. *Excel para profissionais de finanças: manual prático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- COX III, J. F.; SCHLEIER JÚNIO, J. G. *Handbook da teoria das restrições*. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- DIAS, M. A. P. *Administração de materiais: uma abordagem logística*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

- FERREIRA, J. A. *Custos industriais: uma ênfase gerencial*. São Paulo: STS, 2007.
- FREGA, J. R.; LEMOS, I. S.; SOUZA, A. Relação dinâmica entre as estratégias competitivas e os sistemas de gestão de custos: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Enanpad, 2007.
- GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. *Contabilidade gerencial*. 14. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2013.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- HILTON, R.W. *Managerial accounting*. New York: McGraw-Hill, 2005.
- KAPLAN, R. S. Management accounting for advanced technological environments. *Science*, v. 245, n. 25, p. 819-823, 1989.
- LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G. *Dicionário de custos*. São Paulo: Atlas, 2004.
- MEGLIORINI, E. *Custos: análise e gestão*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- MICHEL, M. H. *Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MISSAGIA, L.; VELTER, F. *Contabilidade de custos e análise das demonstrações contábeis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MOURA, B. do C. *Logística: conceitos e tendências*. Portugal: Centro Atlântico, 2006.
- PASSARELLI, J.; BOMFIM, E. de A. *Custos: análise e controle*. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.
- REBELATTO, D. (Org.). *Projeto de investimento: com estudo de caso completo na área de serviços*. São Paulo: Manole, 2004.
- SEEFELD, R.; MARTINELLI, E. A.; MARQUES, T. R. F.; NUNES, R. da S. Gestão de estoques: um enfoque prático em uma empresa prestadora de telecomunicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29., 2009, Salvador. *Anais...* Salvador: Enegep, 2009.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- WANKE, P. Quadro conceitual para gestão de estoques: enfoque nos itens. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 677-687, 2012.
- WERNKE, R. *Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

O efeito da variação da taxa Selic e da taxa média de juros nas operações de crédito à pessoa física sobre a inadimplência das famílias no Brasil

Flaviani Souto Bolzan Medeiros* – Anderson Luis Walker Amorin**
Bruna Felin Cerezer*** – Andreas Dittmar Weise****

Resumo: A maior facilidade de acesso ao crédito aliado à falta de planejamento financeiro faz com que muitos brasileiros se encontrem com algum tipo de dívida, em muitos casos, sobre-endividados e até inadimplentes. Nesse sentido, o presente artigo tem como propósito verificar o efeito da variação da taxa Selic e da taxa média de juros nas operações de crédito à pessoa física sobre a inadimplência das famílias brasileiras após 2010. Para isso, foi escolhido um modelo de regressão linear múltipla adotando os juros e a taxa Selic como variáveis independentes. Os resultados obtidos mostram que o efeito negativo da taxa Selic faz com que as famílias brasileiras diminuam sua inadimplência no mercado. Em contrapartida, as taxas médias de juros cobradas em operações de crédito para pessoa física têm um efeito positivo sobre a inadimplência.

Palavras-chave: Finanças pessoais. Planejamento financeiro. Operações de crédito. Inadimplência. Regressão linear múltipla.

Abstract: Easier access to credit coupled with the lack of financial planning makes many Brazilians are with some kind of debt, in many cases, over-indebted and even delinquent. In this sense, this paper aims to investigate the effect of variation in the Selic rate and the average interest rate of individual credit operations on the default of Brazilian families after the year 2010. For this, a model was chosen multiple linear regression taking interest and the Selic rate as independent variables. The results show that the negative effect of the Selic rate causes that the Brazilian families reduce their defaults in the market. In contrast, the average interest rates charged on loans to individuals has a positive effect on default.

Keywords: Personal finance. Financial planning. Credit operations. Default. Multiple linear regression.

1 Introdução

Pode-se dizer que quase todos os tipos de despesa de consumo disputam o mesmo conjunto limitado de recursos, no caso, a renda do consumidor, seja individual, seja familiar. (DU, KAMAKURA, 2008). Assim sendo, Miotto (2013) complementa que as decisões sobre o que comprar, como pagar e quanto poupar fazem parte do cotidiano das famílias independentemente da renda. Entretanto, combinar todos os desejos e as obrigações em um orçamento limitado não é tarefa fácil.

* Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Finanças pelo Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* flaviani.13@gmail.com

** Mestrando em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* ander.walker1@gmail.com

*** Mestranda em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com

**** Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* mail@adweise.de

Mas é preciso considerar que o consumo de bens e serviços tem suas conseqüências, gerando, muitas vezes, um aumento no nível de endividamento pessoal. (BONOMO; MAINARDES, 2014). Sob esse enfoque, Bagliano e Bertola (2004) citam que economistas apontam que o principal problema dos consumidores tem sido escolher entre o consumo atual e o consumo futuro.

Nesse sentido, Ottaviani e Vandone (2011) afirmam que, no início da vida profissional, as pessoas esperam receitas mais elevadas, financiando, assim, a compra de ativos a fim de elevar o consumo em relação ao nível oferecido pela renda atual. Chegando ao fim da vida profissional, as pessoas tendem a aumentar os níveis de poupança, em preparação à aposentadoria. Nesses modelos econômicos, os indivíduos se comportam racionalmente.

Entretanto, Ferreira (2008) argumenta que isso não fica comprovado na prática, já que é possível encontrar irracionalidades, como no caso de dar maior atenção ao valor das prestações do que ao custo total. Em parte, isso se deve às dificuldades com a aritmética dos juros compostos, o que acaba comprometendo os rendimentos com as prestações e isso poderá gerar dificuldades em honrar os compromissos assumidos.

Já Trindade, Righi e Vieira (2012) atribuem esse comprometimento de boa parte da renda ao consumo exacerbado, levando muitos indivíduos a contrair dívidas e, em muitos casos, isso acarreta o não cumprimento dos compromissos assumidos, assim, tornando-os inadimplentes. Sob esse enfoque, Frade et al. (2008) comentam que esse problema vem se acentuando decorrente da expansão de acesso ao crédito. Nesse sentido, Vieira, Roma e Ferreira (2014) frisam um item importante nessas operações de crédito, em que o risco de crédito e a taxa de juros são variáveis que têm uma relação diretamente proporcional, portanto, quanto maior for o risco maior será a taxa de juros a ser aplicada.

Assim sendo, Kasznar (2009) entende que a ausência de limites nas operações de crédito, sua dilapidação em excesso, pode causar um aumento nos níveis de inadimplência. Por isso, apesar do crédito ter grande relevância econômica por estar incluído nas contas de consumo, bem como de investimento em um sistema econômico, permite assim, rapidez nas transações e a devida expansão desse sistema. (MELO, 2010). Paranhos (2014, p. 2) acredita que “o aumento na demanda por crédito deve estar associado a uma análise mais rigorosa do crédito concedido e da inadimplência a ele associada por parte das instituições financeiras”.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo verificar o efeito da variação da taxa Selic e da taxa média de juros nas operações de crédito à pessoa física sobre a inadimplência das famílias brasileiras após 2010. O estudo justifica-se pelo fato de que a falta de disciplina faz com que as pessoas não controlem sua vida financeira e, com

isso, percam completamente o controle de suas finanças pessoais. Ainda, é importante lembrar que administrar bem as finanças pessoais não significa o quanto cada um recebe no final do mês, mas como cada pessoa controla o que ganha. (DOMINGOS, 2007).

A estrutura proposta no presente artigo inclui, além desta introdução, um embasamento teórico contemplando tópicos referentes às finanças pessoais e o planejamento financeiro, bem como a questão dos níveis de inadimplência no Brasil. Na seção subsequente, é apresentado o modelo de regressão linear múltipla utilizado neste trabalho. Em seguida, apresenta-se a análise e discussão dos resultados. E, no último tópico, seguem as considerações finais a partir do estudo realizado acompanhado de sugestões para novas pesquisas na área.

2 Referencial Teórico

2.1 Finanças pessoais e planejamento financeiro

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. (CHEROBIM; ESPEJO, 2010).

Em finanças pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro. Estudos de opções de financiamento, orçamento doméstico, cálculos de investimentos, gerenciamento de conta corrente, planos de aposentadoria, acompanhamento de patrimônio e acompanhamento de gastos são todos exemplos de tarefas associadas a finanças pessoais. (CHEROBIM; ESPEJO, 2010, p. 1).

Entretanto, Lopes (2009) revela que boa parte dos cidadãos brasileiros costuma afirmar não *ter* dinheiro, bem como não entender *nada* de finanças. A gestão dos recursos disponíveis é uma estratégia imprescindível na sociedade em que os seres humanos estão submetidos como organização social, econômica e política.

Mas, por não atingir os objetivos, muitos não estabelecem prioridades nos mesmos e acabam desviando seu foco de atenção para algo menos importante naquele momento. Ferreira (2008) corrobora: ainda que as pessoas estejam determinadas a poupar o dinheiro que sobra, a recompensa imediata para gastar, na maioria das vezes, acaba sendo maior do que a recompensa imediata para poupar. Sob esse enfoque, Hoji (2010) complementa que o futuro está ligado ao presente por meio da linha do tempo, sendo que as escolhas realizadas no presente determinam o futuro. Assim sendo, Giannetti (2005) explica que, no ciclo da vida, o consumo antecipado paga juro e o consumo postergado é recompensado com juro. O autor lembra que a operação de lidar com o amanhã por meio de ações realizadas no presente pode ser decomposta em três elementos básicos, a saber:

- a) *antevisão*: é o futuro imaginado, o que se espera alcançar;

- b) *estratégia*: é a identificação de um caminho que leve ao futuro imaginado, é a forma de chegar lá; e
- c) *implementação*: é o enquadramento da conduta para que reflita a estratégia definida e conduza, de fato, ao futuro imaginado; é um processo contínuo de monitoramento para ver se o caminho traçado está sendo trilhado consistentemente. Consumir antes ou consumir depois é uma questão de disciplina financeira.

Desse modo, Hoji (2010) entende que a situação financeira atual de uma família, boa ou má, é consequência de planejamento, ou da falta dele, bem como de decisões tomadas ao longo da vida. Algumas famílias julgam que tiveram muito *azar* e acabaram endividadas em vez de acumular riqueza. O autor vai além e questiona se foi culpa exclusivamente do azar. Não teria sido a falta de planejamento e disciplina financeira?

Por isso, Luquet e Assef (2006) recomendam que todos devem fazer um orçamento, pois, sem ele, simplesmente, não se consegue saber onde o dinheiro foi gasto. O orçamento é algo simples de se fazer e, para planejá-lo, basta, com um simples lápis e papel, resumidamente, definir quanto se ganha e quanto se gasta. Desse modo, se percebe a importância da educação financeira, pois, a partir dela, é possível além de ler os números, também interpretá-los e, assim, conseguir transformá-los em informações para elaboração do planejamento financeiro que permita ter um futuro equilibrado quando se trata de finanças pessoais. (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

2.2 Níveis de inadimplência das famílias brasileiras

De acordo com Riul et al. (2007), a inadimplência diz respeito à falta de pagamento de uma dívida. No entendimento de Pinto e Coronel (2013), a inadimplência surge, basicamente, da falta de pagamento por parte do cliente dentro do prazo estipulado em comum acordo. Para Souza (2010), a inadimplência se configura num problema que afeta as atividades comerciais, sendo ruim tanto para as empresas quanto para os consumidores, que se veem cercados *por* e em meio *às* restrições e aos limites que são usados no sentido de prevenir contra maus pagadores.

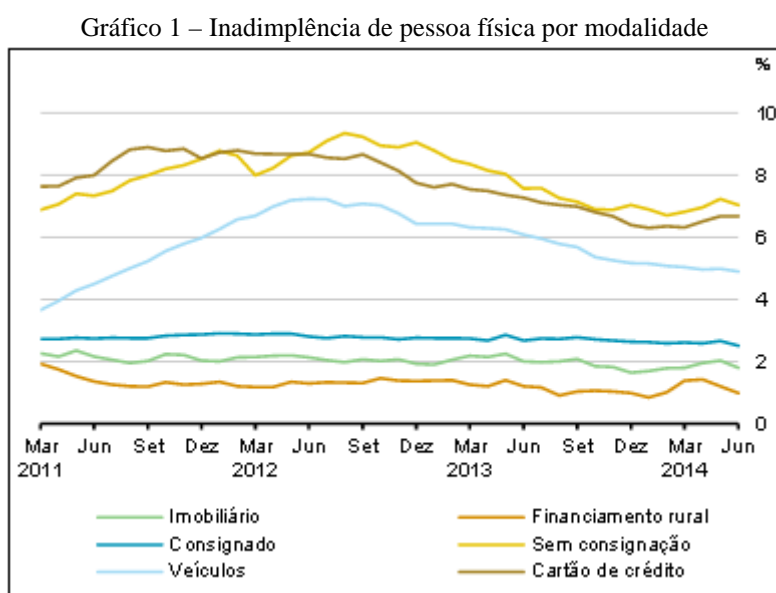
A inadimplência se institucionalizou no Brasil a partir da implementação do Plano Real, em 1994, pois, com a estabilização da inflação, a sociedade brasileira passou a ter um orçamento doméstico fixo sem as alterações indexadas pela inflação mensalmente; assim, as despesas, teoricamente, deveriam ser pagas com esse rendimento fixo. (SEHN; CARLINI JÚNIOR, 2007).

Maia (2007) explica que, com a economia estabilizada, a preocupação é manter o controle dos níveis de inadimplência que surge decorrente das políticas de expansão do crédito, bem como pelo incentivo ao consumo, porém, essa concessão de crédito vem se

tornando um problema à medida que aumenta os níveis de inadimplência o que, por sua vez, torna difícil essa relação de consumo.

Nesse cenário, Ruberto et al. (2013, p. 58) trazem a informação de que “o percentual das famílias com dívidas tem aumentado significativamente, atingindo 59,8% das famílias brasileiras em agosto de 2012, além de aumentar a inadimplência da população”. Medeiros et al. (2014) corroboram que o nível de endividamento das famílias no Brasil aumentou, e esse acréscimo tem relação com o aumento da contratação de crédito pelas pessoas físicas, o qual vem ocorrendo num ritmo muito rápido no País.

De acordo com os dados divulgados no Relatório de Estabilidade Financeira pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2014b) houve um aumento em todas as modalidades de crédito no Brasil, em especial, os créditos rotativos e o crédito pessoal não consignado em função do maior nível de inadimplência nesses casos. No Gráfico 1, é possível visualizar a inadimplência de pessoa física por modalidade.



Fonte: Bacen (2014b, p. 20).

Ao analisar o Gráfico 1, percebe-se um aumento na inadimplência entre os meses de fevereiro e junho nas modalidades mais arriscadas – empréstimos sem consignação e as operações com cartão de crédito – de 6,7% para 7% e de 6,4% para 6,7%, respectivamente.

Desse modo, Ferreira (2006) alerta que os endividados, em função de ter pouca ou até mesmo nenhuma habilidade de lidar com o dinheiro, como também pelo fato de não ter um planejamento financeiro, tentam quitar suas dívidas para voltar a ter um

equilíbrio. Alguns conseguem, outros precisam de ajuda, enquanto muitos serão eternos endividados.

Portanto, o recomendado é ter um planejamento financeiro, sendo uma ferramenta importante e essencial para que seja possível levar uma vida financeira regrada, sem abdicar da qualidade de vida. No entanto, a falta dele é comum nos dias de hoje, e até no caso daqueles que o fazem ao deixar de fazer ao longo do tempo, isso gera transtornos que podem levar muito tempo para serem solucionados, (LOPES, 2009).

3 Modelo de regressão linear múltipla

Para realizar a análise sobre a inadimplência das famílias brasileiras, foi escolhido um modelo de regressão linear múltipla. Kasznar e Gonçalves (2010) e Giolo (2007) comentam que esse tipo de regressão deriva da regressão linear simples, como mostrado na Equação 1, que explica o processo por meio de uma equação funcional, de primeiro grau, usando apenas duas variáveis para tal explicação:

$$Y = a + Bx \quad (1)$$

Nesse cenário, o componente “a” da Equação 1 demonstra o coeficiente linear, cuja reta corta o eixo da variável. Já o coeficiente “b” simboliza o coeficiente angular da reta. E, por fim, f(Y) representa a função a ser explicada. Como definido previamente, o modelo utilizado neste trabalho é o modelo de regressão linear múltipla com o propósito de explicar a inadimplência das famílias brasileiras (variável dependente) em função de fatores econômicos – taxa média de juros das operações de crédito à pessoa física e taxa Selic (variáveis independentes). Segundo Kasznar e Gonçalves (2010) e Wonnacott e Wonnacott (1981), essa modelagem é uma técnica multivariada que tem como objetivo demonstrar a relação matemática entre a variável dependente (Y) e as variáveis independentes ($X_1; X_2; X_3 \dots$).

Complementarmente, Sassi et al. (2012) relatam que o uso dessa técnica tem como intuito reduzir um grande número de variáveis explicativas visando ao mínimo de perda de informação, encontrando, assim, maiores padrões de similaridade, associação e correlação entre as variáveis. Para isso, a fim de alcançar o modelo matemático proposto, apresenta-se a Equação 2:

$$\text{Log}(Y) = \beta_0 + \beta_1 X_1 \dots \beta_p X_p + \epsilon_i \quad (2)$$

Dada a Equação 2, os coeficientes apresentados representam: Log(Y), a variável dependente; β_0 , o intercepto do plano de regressão; (β_1) o coeficiente da primeira variável independente do modelo; (β_p) é o coeficiente da p-ésima variável

independente do modelo; e (ϵ_i) , o erro do modelo. O termo (ϵ_i) da Equação 2 necessita ser um ruído branco, ou seja, é necessário que $\epsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$. Isso significa que os erros do modelo de regressão devem apresentar média zero e variância constante no tempo.

Sendo assim, para indicar a percentagem de variação explicada pelo modelo ajustado na Equação 2, deve-se calcular o índice de determinação R^2 , visualizado na Equação 3. Esse índice varia de 0 a 1, sendo que o valor 1 indica uma correlação perfeita, e 0, a não existência de correlação entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes. (BALZANA FILHO; BORDEAUX-RÊGO, 2014). No mesmo sentido, é possível ser calculado também o índice de determinação ajustado R^2 , conforme se observa na Equação 4, que mostra a ordem de contribuição de cada variável ao modelo:

$$R^2 = \frac{SQR}{SQT} = \frac{1-SQE}{SQT} \quad (3)$$

$$\text{Adjusted } R^2 = 1 - \left[\frac{((1-R^2)(n-1))}{(n-p)} \right] \quad (4)$$

O termo SQR da Equação 3 representa o somatório dos quadrados correspondente à regressão ou $\sum(\hat{y}_i - \bar{y})^2$. Já o termo SQE mostra a soma dos quadrados dos resíduos, ou $\sum \hat{\epsilon}_i^2$, e, por fim, SQT é a soma dos quadrados totais ou $\sum(\hat{y}_i - \bar{y})^2$. Além do pressuposto de homocedasticidade já apresentado, também é necessário atentar para o pressuposto de linearidade, ou seja, que as variáveis apresentem relação linear no plano cartográfico. Outra necessidade para aceitação da modelagem é a normalidade dos resíduos; para isso, a fim de validar, foram utilizados os testes de *Kolmogorov-Smirnov*, *Lilliefors* e *Shapiro-Wilk*.

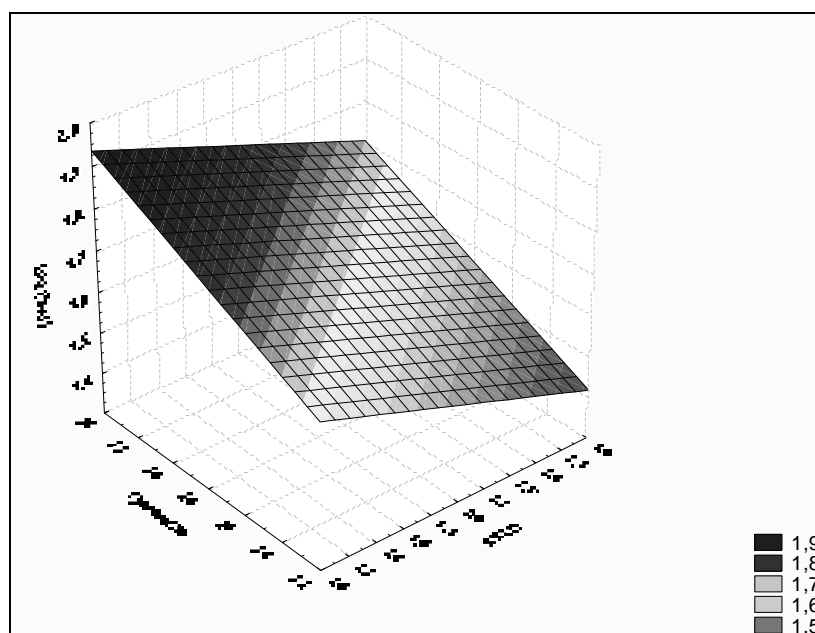
Seguindo essa lógica, para garantir a parcimônia do modelo ajustado, buscou-se a presença de *outliers* em observações com mais de três desvios padrão da média zero. Dessa maneira, para avaliar se não existe influência, foi utilizada a Distância de *Cook* como métrica, sendo que o fator influencia quando esse valor é maior do que dez. Por fim, para avaliar a existência (ou não) de multicolinearidade, ou seja, alta correlação entre as variáveis, foi usado o *Variance Inflation Factor* (VIF), em que os valores não devem ser superiores a 10. A coleta dos dados envolvendo a taxa média de juros das operações de crédito para pessoa física e a taxa Selic foram obtidas a partir das informações divulgadas no *site* do Bacen (2014a), sendo que o período considerado para

fins de estudo foi março de 2011 a dezembro de 2013. Os dados obtidos foram analisados com o auxílio do *software* Statistica[®] versão 9.0.

4 Análise e discussão dos resultados

Partindo do objetivo de verificar o efeito da variação da taxa Selic e da taxa média de juros nas operações de crédito à pessoa física sobre a inadimplência das famílias brasileiras após 2010, a fim de validar o modelo de regressão múltipla, primeiramente, foi verificada a relação linear entre a variável dependente e suas variáveis independentes. Desse modo, segue, no Gráfico 2, o plano 3D do modelo de regressão para Log(inadimplência).

Gráfico 2 – Plano 3D do modelo de regressão para Log(inadimplência) após 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Pode ser observado no Gráfico 2 para o Log(inadimplência) das famílias brasileiras, após 2010, que as variáveis apresentam uma relação linear plana, cuja relação só pode ser vista nesse tipo de gráfico 3D em função de o modelo contar com mais de uma variável independente. Já na Tabela 1, nota-se que a relação apresentada entre a inadimplência das famílias brasileiras após 2010 com a taxa média de juros das operações de crédito para pessoa física e taxa Selic tem sinal positivo e significância com $p < 0,05$.

Tabela 1 – Coeficientes de regressão e explicação do modelo Log(inadimplência)

R	0,81016	
Múltiplo R ²	0,65636	
Adjustado R ²	0,63346	
	F calculado	p-valor
ANOVA	28,65092	> 0,0001

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Nota-se que, de acordo com o coeficiente de explicação R² 0,65, as variáveis independentes explicam o comportamento da variável dependente em 65%. Seguindo tal lógica, consta na Tabela 2 a relação entre as variáveis do modelo de regressão múltipla para o Log(inadimplência) ajustado das famílias brasileiras após 2010.

Tabela 2 – Modelo regressão múltipla para Log(inadimplência) das famílias brasileiras

	Beta	Std.Err.	B	Std.Err.	t(30)	p-level
Intercept			0,559637	0,154365	3,62542	0,001057
Selic	-2,48148	0,336985	-0,356356	0,048393	-7,36379	0,00001
Oper crédito	2,54073	0,336985	0,064399	0,008541	7,53959	0,00001

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Pela análise na Tabela 2, nota-se que a variável independente *taxa Selic* apresenta um valor de -0,356356 com $p < 0,0001$. Por isso, pode-se auferir que, ao longo do tempo, quando no aumento de 1% da taxa Selic faz com que o logaritmo natural da inadimplência das famílias brasileiras diminua em -0,356356 pontos.

Ressalta-se que tal resultado contraria o que diz a teoria econômica, pois se esperava que a taxa Selic fosse positiva, pois, ao aumentar a Selic aumentava a inadimplência das famílias. Isso pode ter ocorrido em função de que não foram considerados os dados defasados da Selic no estudo, como também decorrente do aumento da renda da população no período.

Assim, pelo resultado obtido, pode-se dizer que, em razão de a taxa Selic ser referência para as taxas cobradas no mercado, no momento em que a mesma aumenta faz com que o ímpeto por gastos seja diminuído. Portanto, quando essa taxa diminui traz certa liberdade para que as famílias aumentem a sua inadimplência. Da mesma maneira, se observa outra variável independente (operação de crédito) que representa a taxa média de juros das operações de crédito para pessoa física e possui um valor de 0,064399 com $p < 0,0001$. Isso demonstra que, quando aumenta um ponto percentual nas taxas de operação de crédito, o logaritmo natural da inadimplência das famílias brasileiras aumenta em 0,064399 pontos. Esse fenômeno é explicado porque as taxas de operações de crédito para famílias brasileiras está diretamente ligada às dívidas feitas pela população. Assim, após a apreciação dos coeficientes do modelo de regressão, é necessário fazer a análise dos resíduos. Inicialmente, verificou-se o pressuposto de

homocedasticidade, que almeja que os resíduos sigam uma distribuição normal com média zero e variância constante no tempo, ou seja, $e_t \sim N(0, \sigma^2)$. Tal pressuposto pode ser analisado na Tabela 3, que apresenta os resíduos padronizados para o modelo de regressão múltipla para o Log(inadimplência) das famílias brasileiras após 2010.

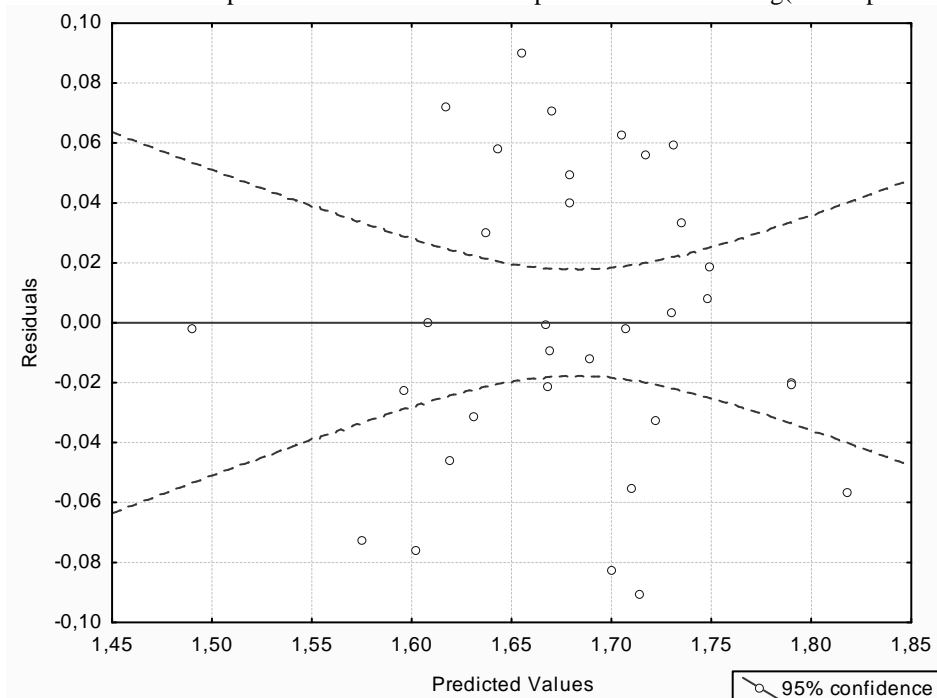
Tabela 3 – Resíduos padronizados para modelo de regressão múltipla Log(inadimplência)

	Resíduos Padronizados	Distância de Cook
Mínimo	-1,77906	0
Máximo	1,77661	0,127197
Média	0	0,030778
Mediana	-0,03881	0,012548

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Constata-se, na Tabela 3, que o pressuposto de homocedasticidade é respeitado, porque o modelo apresenta média zero, assim como não apresenta *outliers*, já que os resíduos padronizados não ultrapassam dois desvios padrão. E, ainda, não existem observações que estejam a uma distância com valor maior do que um, ao analisar a Distância de Cook. A homocedasticidade dos resíduos também pode ser observada no Gráfico 3, que exhibe os resíduos padronizados *versus* os preditos do modelo de regressão múltipla do Log(inadimplência) das famílias brasileiras.

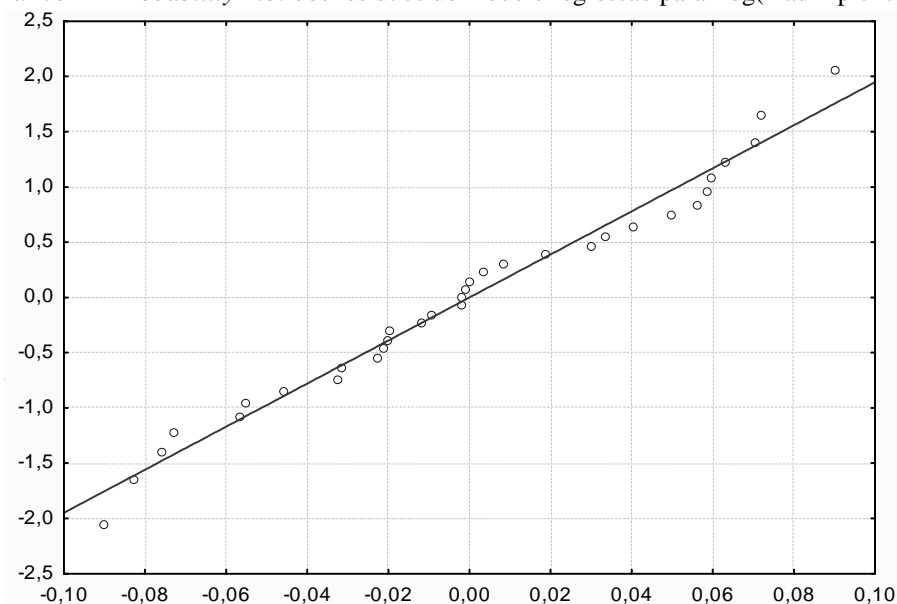
Gráfico 3 – Resíduos padronizados *versus* valores preditos no modelo Log(inadimplência)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

No Gráfico 3, visualiza-se a dispersão dos pontos dentro do gráfico e a não formação cônica dos pontos de dispersão. Após essa verificação, é preciso ver a normalidade dos resíduos do modelo. Para esse pressuposto, inicialmente, segue o Gráfico 4, chamado de *Probability Plot*, no qual se deve observar o quanto os pontos estão mais próximos da reta de regressão do modelo de regressão ajustado para o Log(inadimplência) das famílias brasileiras após 2010.

Gráfico 4 – *Probability Plot* dos resíduos do modelo regressão para Log(inadimplência)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Percebe-se no Gráfico 4 que os pontos estão muito próximos à reta da função de regressão. No mesmo sentido, para garantir a normalidade dos resíduos, foram aplicados três testes de normalidade dos resíduos. Com isso, pode ser notado que os valores dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* ($d=,08558$, $p> .20$); *Lilliefors* ($p> .20$) e *Shapiro-Wilk* ($W=,96905$, $p=,45440$) demonstram a normalidade dos resíduos do modelo ajustado.

Por fim, se buscou identificar se existe (ou não) multicolinearidade entre as variáveis do modelo, ou seja, se existe alta correlação entre as variáveis independentes. Nesse sentido, utilizou-se o VIF do modelo de regressão múltipla para Log(inadimplência) das famílias brasileiras após 2010 conforme segue na Tabela 4:

Tabela 4 – VIF para Log(inadimplência) das famílias brasileiras após 2010

	Selic	Oper crédito	Log (Inad)
Selic	-9,91388		
Oper crédito		-9,91388	
Log(inad.)			0,34364

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2014).

Constata-se, na diagonal principal da matriz da Tabela 4, que nenhum dos valores de VIF está acima de dez, evidenciando a não influência de multicolinearidade das variáveis independentes. Sendo assim, pode-se inferir que o modelo que explica em 65% o logaritmo natural da inadimplência das famílias brasileiras é explicado pela Equação 5:

$$\ln(\text{inad}) = 0,559637 - 0,356356\text{SELIC} + 0,064399\text{Operação crédito PF} \quad (5)$$

Nota-se, na Equação 5, a pressão negativa da taxa Selic sobre a evolução do Log(inadimplência) da população brasileira e o efeito positivo das taxas de operação de crédito para pessoa física na variável dependente.

Diante de tais dados, pode-se dizer que, quando aumenta a taxa média de juros das operações de crédito à pessoa física, isso gera também um aumento da inadimplência das famílias brasileiras.

5 Considerações finais

Basicamente, é preciso viver o presente, refletir sobre o passado e planejar o futuro, principalmente, quando se trata do futuro financeiro, para que seja possível ter uma melhor qualidade de vida sem dívidas e, conseqüentemente, sem estresse e aborrecimentos, situação essa vivenciada por aqueles que estão com desequilíbrio no orçamento ou se encontram inadimplentes. Logo, com a realização deste estudo, a fim de investigar a inadimplência das famílias brasileiras após 2010, constatou-se que o efeito negativo da taxa Selic faz com que as mesmas diminuam sua inadimplência no mercado. Isso é notado nesse período principalmente pela queda da taxa Selic e o aumento da inadimplência das famílias do Brasil.

Em contrapartida, as taxas médias de juros cobradas em operações de crédito para pessoa física tem um efeito positivo sobre a inadimplência. Isso é explicado pela maior demanda da população, o que fez com que as instituições aumentassem o seu *spread* sobre tais operações com vistas a mitigar também riscos de crédito posteriores.

Sendo assim, para que a inadimplência das famílias brasileiras diminua, é preciso considerar as boas práticas do planejamento financeiro, adotando uma educação financeira para que, assim, seja possível se organizar dentro do orçamento familiar. Nesse sentido, Silva (2005) reforça que o primeiro passo para se adquirir saúde financeira seria uma mudança na cultura financeira, já que hoje é possível comemorar uma inflação civilizada sendo perfeitamente possível e necessário adquirir hábitos frugais e realizar uma cuidadosa gestão das finanças.

Ao findar este estudo, acredita-se que novos possam ser realizados como no caso da estimação de um modelo que use variáveis macro e microeconômicas, fazendo com que sejam identificadas as variáveis que têm peso sobre a inadimplência das famílias brasileiras em suas microrregiões. E, ainda, um novo estudo com o mesmo foco, porém, agora considerando os dados defasados da Selic, a fim de comparar os resultados aqui obtidos.

Referências

- BACEN. Banco Central do Brasil. 2014a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 13 mar. 2014.
- BACEN. Banco Central do Brasil. *Relatório de estabilidade financeira*. Brasília, v. 13, n. 2, set. 2014b.
- BAGLIANO, F. C.; BERTOLA, G. *Models for dynamic macroeconomics*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BALZANA FILHO, M. de L.; BORDEAUX-RÊGO, R. Uma análise da relação entre o retorno das ações do setor de construção civil brasileiro e indicadores macroeconômicos. *Engevista*, v. 16, n. 2, p. 137-151, jun. 2014.
- BONOMO, B.; MAINARDES, E. W. Análise da relação entre a compra não planejada e o endividamento pessoal. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Enanpad, 2014.
- CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.). *Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!* São Paulo: Atlas, 2010.
- CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Semead, 2009.
- DOMINGOS, R. *Terapia financeira: quebre o ciclo de gerações endividadas e construa sua independência financeira*. São Paulo: Elevação, 2007.
- DU, R. Y.; KAMAKURA, W. A. Where did all that money go? Understanding how consumers allocate their consumption budget. *Journal of Marketing*, v. 72, p. 109-131, Nov. 2008.
- FERREIRA, V. R. de M. *Psicologia econômica: como o comportamento econômico influencia nas nossas decisões*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2008.
- FERREIRA, R. *Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais*. São Paulo: Thomson IOB, 2006.
- FRADE, C.; LOPES, C.; JESUS, F.; FERREIRA, T. *Um perfil dos sobre-endividados em Portugal: relatório final*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia de Coimbra, 2008.
- GIANNETTI, E. *O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza de juros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GIOLO, S. R. *Análise de regressão linear*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.
- HOJI, M. *Finanças de família: o caminho para a independência financeira*. 2. ed. São Paulo: Cia. dos Livros, 2010.

- KASZNAR, I. K. ; GONÇALVES, B. M. L. Regressão múltipla: uma digressão sobre seus usos. *Instituto Business Consultoria Internacional*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibci.com.br/Banco_dados.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.
- KASZNAR, I. K. Marketing, políticas de crédito e inadimplência: vender bem e evitar o mau pagador: um desafio permanente. *Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 51-70, maio/ago. 2009.
- LOPES, E. *Seu bolso no divã: enfrentando seus problemas financeiros de perto: em busca da qualidade de vida financeira*. Porto Alegre: AGE, 2009.
- LUQUET, M.; ASSEF, A. (Coord.). *Você tem mais dinheiro do que imagina: um guia para suas finanças pessoais*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MAIA, A. do S. R. S. *Inadimplência e recuperação de créditos*. 2007. 65 f. Monografia (Especialista em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração/Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.
- MEDEIROS, G. M. de; DANTAS, G. Q.; SILVA, J. da C.; PEREIRA, R. de C. de F. Endividamento e literacia financeira na perspectiva dos consumidores endividados no cartão de crédito. In: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Enanpad, 2014.
- MELO, M. M. de. O impacto do crédito no desempenho recente da economia brasileira. *Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 372-402, jul./dez. 2010.
- MIOTTO, A. P. *Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidoras da classe C*. 2013. 164 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013.
- OTTAVIANI, C.; VANDONE, D. Impulsivity and household indebtedness: evidence from real life. *Journal of Economic Psychology*, v. 32, p. 754-761, 2011.
- PARANHOS, L. S. *Interferência do ambiente macroeconômico na inadimplência de pessoas físicas no Brasil*. 2014. 26 f. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Inadimplência no serviço de TV por assinatura: um estudo sobre as suas causas em uma empresa do setor da cidade de Santa Maria – RS. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2013, Ponta Grossa. *Anais...* Ponta Grossa, 2013.
- RIUL, P. H. et al. A inadimplência e as estratégias utilizadas em instituições particulares de ensino: caso da cidade de Franca. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 10., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Semead, 2007.
- RUBERTO, I. V. G. et al. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005-2012. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, jan./jun. 2013.
- SASSI, C. P. et al. Modelos de regressão linear múltipla utilizando os *softwares* R e Statistica: uma aplicação a dados de conservação de frutas. *ICMC – USP*, São Carlos, n. 377, p. 1-20, 2012.
- SEHN, C. F.; CARLINI JÚNIOR, R. J. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: um estudo junto à Caixa Econômica Federal. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.
- SILVA, E. D. da. *Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.
- SOUZA, T. F. de. *Negociação da inadimplência: um estudo de caso em uma IES Confessional do interior do Estado de São Paulo*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

TRINDADE, L. de L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. *REAd – Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, set./dez. 2012.

VIEIRA, A. L. B. D.; ROMA, C. M. da S.; FERREIRA, B. P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros. *Economia & Gestão*, v. 14, n. 36, p. 138-160, jul./set. 2014.

WONNACOTT, R. J.; WONNACOTT, T. H. *Estatística básica práctica*. México: Limusa, 1991.

Um estudo a respeito dos estoques em uma organização pública

Juliano da Silva Reis* – Juliana Andréia Rüdell Boligon** – Flaviani Souto Bolzan Medeiros***
Bruna Felin Cerezer****

Resumo: A gestão de estoques é uma área que precisa ser cuidadosamente planejada nas organizações em razão dos recursos financeiros investidos, dos custos que estão envolvidos, da respectiva armazenagem e do manuseio dos materiais. Porém, muitos gestores ainda não fazem uso de ferramentas para auxiliar nesse sentido, ou, até mesmo, desconhecem, na prática, como essas funcionam. Diante do exposto, este trabalho se propõe a investigar o sistema de controle de estoques utilizado por uma organização pública localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do levantamento do lote econômico de compra, estoque de segurança, estoque máximo e acurácia. Para tanto, adotou-se uma pesquisa descritiva a respeito dos objetivos, realizada por meio de um estudo de caso com relação aos procedimentos de coleta sendo bibliográfica e documental quanto às fontes de informação. Os resultados obtidos indicam que, nos itens analisados, existe uma variação de 70,76% entre o estoque atual e o estoque máximo ideal. Em relação à acurácia dos itens estocados, constatou-se diferenças entre o saldo físico e o saldo cadastrado no sistema de controle utilizado pela Câmara. Desse modo, pode-se dizer que fica visível a importância do uso de ferramentas para um eficiente controle dos estoques.

Palavras-chave: Estoques. Lote econômico de compra. Estoque de segurança. Estoque máximo. Acurácia.

Abstract: The inventory management is an area that needs to be carefully planned in organizations because of the financial resources invested, costs involved, their storage and handling of materials. However, many managers still do not make use of tools to assist in this regard, or even unaware of how these work in practice. Given the above, this study aims to investigate the inventory control system used by a public organization located in the central region of Rio Grande do Sul State from the economic survey of purchasing batch, safety stock, maximum stock and accuracy. Therefore, we adopted a descriptive research on the objectives, carried out through a case study regarding the procedures for collection and literature and documents the sources of information. The results indicate that the analyzed items, there is a variation of 70.76% between the current stock and the ideal maximum stock, as well as in relation to the accuracy of stocked items found were differences between the physical balance and the registered balance in control system used by the House. Thus, one can say that is visible to the importance of using tools for efficient inventory control.

Keywords: Stocks. Economic lot purchase. Safety stock. Maximum inventory. Accuracy.

1 Introdução

Parte-se do entendimento de que as organizações precisam manter estoques para o andamento das suas atividades e, no caso das empresas comerciais, essas precisam atender à sua demanda. Caso isso não aconteça, vão perder vendas por não ter o produto disponível para atender ao cliente. Entretanto, existe uma diferença de velocidade entre os recursos que são consumidos e os que são obtidos. (SIQUEIRA, 2009).

* Bacharel em Administração pelo Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* julianodasilvareis@yahoo.com.br

** Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Curso de Administração do Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* julianaboligon@unifra.br

*** Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Finanças pelo Centro Universitário Franciscano. *E-mail:* flaviani.13@gmail.com

**** Mestranda em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* brunacerezer@hotmail.com

Desse modo, manter estoques é algo necessário, contudo, a forma como os estoques serão geridos é que precisa ser cuidadosamente planejada pelas organizações. Mas, nos dias de hoje, para Vieira (2009), cada vez mais, administrar um estoque torna-se uma tarefa extremamente complexa por haver muitos fatores envolvidos, tais como: flutuação na demanda, breve ciclo de vida dos produtos, grande diversidade de itens, entre outros.

Assim Silva et al. (2013) entendem que essa complexidade surgiu a partir do momento em que as organizações se deram conta da necessidade de reduzir os níveis de estoques para conseguir reduzir os custos, porém, isso não poderia acarretar a falta dos itens para o atendimento dos públicos interno e externo.

Por isso, adotar ferramentas que auxiliem no controle dos estoques é tão importante nas empresas, já que esse recurso permite, de maneira rápida e eficiente, obter informações acerca do tipo: volume de dinheiro aplicado em estoques, bem como a rotatividade desses estoques, o custo da mercadoria e, ainda, a quantidade existente e a média de compras e/ou vendas de determinado período. (MARQUES, 2010).

Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a investigar o sistema de controle de estoques utilizado por uma organização pública localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul a partir do levantamento do lote econômico de compra, do estoque de segurança, do estoque máximo e da acurácia.

O trabalho é relevante considerando a importância da gestão de estoques, principalmente quando se trata de uma organização pública, cuja origem dos recursos para a aquisição dos materiais vem dos impostos e tributos pagos pela sociedade. No caso da falta de materiais para o desenvolvimento das atividades ou o excesso de itens que, além de ser um recurso imobilizado, também vai acarretar custos desnecessários – armazenagem, segurança, entre outros. Esses são cuidados que precisam ser adotados visando ao cumprimento dos princípios fundamentais da administração pública.

2 Gestão de estoques

Nos últimos anos, a gestão de estoques é um tema que vem recebendo atenção tanto do meio acadêmico como do empresarial. (GUTIERREZ; BERTRAND, 2005). Mas, por um lado, embora a gestão de estoques seja algo importante, ainda é negligenciada por muitas empresas recebendo pouca atenção por parte dos gestores, o que pode acarretar problemas financeiros, ou, até mesmo, deficiências no atendimento. (PIMENTEL; MELO; OLIVEIRA, 2005; FALCÃO, 2008). Todavia, por outro lado, Garcia et al. (2006) mencionam que algumas organizações já identificaram que a mesma pode trazer vantagens competitivas.

Severo Filho (2006) afirma que, na maioria das vezes, o problema com a gestão dos estoques está relacionado à ação e, ao não chegar a uma resposta, porém, a gestão de estoques tenta amenizar os atritos nas relações internos *versus* externos, priorizando os interesses da organização. Também tem por objetivo:

- a) garantir o suprimento dos materiais necessários à empresa a partir dos dados de previsão de demanda (consumo);
- b) manter os investimentos em estoques em níveis econômicos – respeitando as condições financeiras e de armazenamento;
- c) cortar dos estoques os materiais que estejam obsoletos, como também os defeituosos ou em excesso;
- d) identificar e fiscalizar os níveis de estoque providenciando a sua reposição a um custo mínimo de aquisição; e
- e) manter, quando houver as demandas, que os itens de material fiquem à disposição dos utilizadores.

Portanto, considerando que os estoques representam capital investido, torna-se estratégico o seu controle adequado de tal forma que sejam reduzidos os custos ocorridos pela sua existência. (FERNANDEZ, 2010). Para isso, existem ferramentas que auxiliam nesse processo, que, além de atenderem à demanda com quantidades adequadas de estoques, também contribuem para a redução dos custos envolvidos através de uma gestão eficiente.

2.1 Lote econômico de compra

Marques e Oda (2012) explicam que o Lote Econômico de Compra (LEC) consiste em um método que proporciona a identificação, com maior exatidão, da quantidade a ser reposta, possibilitando, dessa forma, o menor custo total do estoque e, assim, oportunizando que as decisões referentes às compras tenham critérios mais precisos. Em outras palavras, diz respeito à quantia adquirida de cada pedido, o que possibilita à organização o menor custo total possível. Para se obter o LEC, basta aplicar os dados na Equação 1. (FRANCISCHINI; GURGEL, 2014):

$$LEC = \sqrt{\frac{2C_p D}{C_a}} \quad (1)$$

Onde:

C_p = Custo de um pedido;

D = Demanda no período T ; e

C_a = Custo unitário de armazenamento.

Vale lembrar que, ao considerar a necessidade de existência de estoques e sua importância estratégica e financeira para as organizações, o LEC foi uma das primeiras e é a mais tradicional forma de trabalhar com a questão da gestão dos estoques. (ROSA; MAYERLE; GONÇALVES, 2010).

2.2 Estoque de segurança e estoque máximo

O estoque de segurança, também conhecido como estoque mínimo, consiste em uma determinada quantidade de itens de um material específico que precisa existir no estoque, com o objetivo de suprir eventuais variações no sistema, que podem ser: atraso na entrega por parte dos fornecedores, rejeição do lote de compra ou aumento da demanda. (POZO, 2010).

A importância do estoque de segurança é fator-chave para o estabelecimento do ponto de pedido ideal. Dias (2009) destaca que o estoque mínimo poderia ser tão alto que não haveria de faltar no estoque. Porém, supondo que a margem de segurança não seja utilizada – o que tornaria o estoque permanente – os custos de armazenagem se tornariam elevados. Ao contrário, estabelecer margem de segurança menor do que o ideal poderia gerar maiores custos pela não posse do material, acarretando perda nas vendas e paralisação da produção.

Complementarmente, Dias (2009, p. 63) acrescenta que “o estabelecimento de uma margem de segurança ou estoque mínimo é o risco que a companhia está disposta a assumir com relação à ocorrência de falta de estoque”.

Em relação aos cálculos, Tubino (2000) destaca que, para se obter o estoque mínimo, é necessário partir do princípio de que uma parte do consumo deverá ser atendida. Esse grau de atendimento consiste na relação entre a quantidade atendida e a quantidade necessitada. Assim sendo, o estoque mínimo, ou de segurança, pode ser estabelecido por meio de dois métodos principais:

a) *grau de risco*: é o método mais simples, pois usa como determinante o fator de risco, em porcentagem, definido pelo administrador, em função da sensibilidade do mercado e de informações do setor de compras. Para isso, adota-se a Equação 2:

$$ES = C \times K \quad (2)$$

Onde:

ES = Estoque de segurança;

C = Consumo médio no período; e

K = Nível de atendimento.

b) *método com grau de atendimento definido*: busca definir o estoque de segurança com base no consumo médio de determinado período e o atendimento da demanda não na totalidade, mas em grau de atendimento definido. Para estabelecer o estoque de segurança por meio desse método, é necessário seguir três passos:

b.1) calcular o Consumo Médio (C_{md}):

$$C_{md} = \frac{\sum c}{n} \quad (2.1)$$

b.2) calcular o desvio padrão (δ):

$$\delta = \sqrt{\frac{\sum (C - C_{md})^2}{n-1}} \quad (2.2)$$

b.3) calcular o Estoque de Segurança (ES):

$$ES = \delta \times k \quad (2.3)$$

O consumo médio é obtido através da média aritmética do consumo de um item em determinado período de tempo. O desvio padrão é obtido a partir da raiz quadrada da razão entre a soma do consumo, diminuído o consumo médio do período, ao quadrado, pelo número de períodos que está sendo analisado, menos um.

O valor resultante do cálculo dessa equação deve servir de base para o planejamento da empresa quanto à sua política de estoques, pois, da mesma forma que não é o ideal a manutenção de altos níveis de estoques, um nível mínimo deverá ser mantido para que a empresa possa passar por oscilações não controláveis sem sofrer influências em sua produção.

Em contrapartida, segundo Pozo (2010), existe o estoque máximo que consiste na soma do estoque de segurança, acrescido do LEC. Para se obter o estoque máximo, basta utilizar a Equação 3:

$$EMáx = LEC + ES \quad (3)$$

Onde:

EMáx = Estoque máximo;

LEC = Lote econômico de compra; e

ES = Estoque de segurança.

O nível máximo do estoque geralmente é determinado de maneira que seu volume supere a soma das quantidades do estoque de segurança com o lote econômico num valor capaz de suportar as oscilações normais de estoque diante da dinâmica do mercado. Assim, garante uma margem segura, no sentido de que, a cada novo lote, o nível máximo não aumente e não encareça os custos de manutenção do estoque. (POZO, 2010).

2.3 Acurácia do controle

A acurácia de estoques consiste em averiguar a diferença entre os valores físicos obtidos com a contagem *in loco* dos itens e os dos registros no sistema de controle. Para Valente Neto (2013), a acuracidade de estoques é um indicador da qualidade e confiança na informação existente nos sistemas de controle em relação à existência física dos itens controlados. Quando a informação de estoques no sistema de controle informatizado ou manual não confere com o saldo real, diz-se que esse inventário não é confiável ou não tem acuracidade. O cálculo da acurácia irá gerar um índice que pode ser calculado por meio da Equação 4:

$$Acurácia = \frac{\text{Registros corretos}_s}{\text{Registros contados}_s} \times 100\% \quad (4)$$

Onde:

Registros corretos = número de itens cujo estoque real contado foi igual ao número de itens registrados no sistema; e

Registros contados = número de itens registrados no sistema de controle.

É possível, também, verificar o nível de divergência unitário entre o saldo real e o saldo dos controles de cada item. Para isso, basta aplicar os dados na Equação 4.1:

$$Divergência = \left(\frac{\text{Saldo físico}_o}{\text{Saldo do sistema}_a} \times \text{Saldo do sistema} \right) \times 100\% \quad (4.1)$$

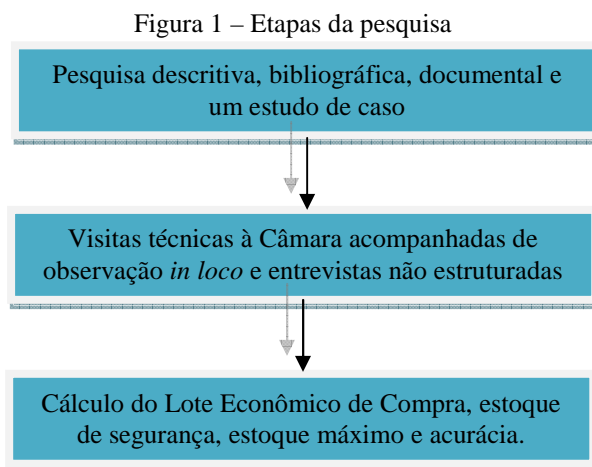
Cabe ressaltar que a falta de confiabilidade nas informações afeta todos os setores da empresa, desde o nível gerencial até o operacional, porque uma informação errada dos saldos em estoque pode levar a uma decisão equivocada na área de planejamento de estoques ou compras, atrasar a produção ou, até mesmo, ocasionar a falta do produto.

3 Procedimentos metodológicos

Primeiramente, destaca-se que a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva a respeito dos objetivos, realizada por meio de um estudo de caso com relação aos procedimentos de coleta, sendo bibliográfica e documental quanto às fontes de informação. (GONSALVES, 2011).

Em seguida, como plano de coleta de dados, a fim de investigar o sistema de controle de estoques utilizado por uma Câmara de Vereadores considerada neste trabalho, realizou-se a análise dos procedimentos e práticas adotados pelo setor competente.

Para isso, foram realizadas visitas técnicas acompanhadas de observação *in loco* na referida Câmara, como também se realizou entrevistas não estruturadas com servidores do nível gerencial e com o assessor técnico-econômico. Salienta-se que esse período de análise corresponde aos meses de janeiro a setembro de 2013, e as etapas da pesquisa podem ser visualizadas na Figura 1 a seguir.



Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Ressalta-se que, para estabelecer o LEC com base nas práticas atuais da Câmara de Vereadores, utilizou-se como referência a quantidade que foi comprada ao longo do período analisado, bem como as informações referentes ao custo do pedido de compra e do custo de armazenagem obtidas no sistema de gestão de estoques usado pela Câmara.

Já o estoque máximo é calculado somando o LEC e o estoque de segurança dos itens. Para o cálculo da acurácia foi realizada uma contagem física dos itens em estoque, comparando os resultados com o relatório de saldos gerados pelo *software* de gestão de estoques para, só então, proceder, a partir das informações encontradas, à aplicação do cálculo em tais itens. Ressalta-se que todos os cálculos foram realizados com o auxílio do *software* Microsoft Excel[®].

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 Lote econômico de compra

A partir do cálculo do LEC, obteve-se o resultado demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – LEC da Câmara de Vereadores

Seq .	Item	Quantidade de compra	Custo do pedido	Custo de estocagem	LEC
1	Açúcar refinado 1kg	200	R\$309,23	0,0101	3.500
2	Álcool gel galão 5l	6	R\$309,23	0,0101	607
3	Aparelho telefônico	10	R\$309,23	0,0101	783
4	Bobina para relógio de ponto	12	R\$309,23	0,0101	858
5	Buquê de flores	4	R\$309,23	0,0101	495
6	Caderno para atas, 100 folhas	20	R\$309,23	0,0101	1.107
7	Caderno protocolo espiral 50 folhas	10	R\$309,23	0,0101	783
8	Café em grão torrado PAC. de 1kg	15	R\$309,23	0,0101	959
9	Café moído extraforte 500g	340	R\$309,23	0,0101	4.563
10	Caixa arquivo papelão	600	R\$309,23	0,0101	6.062
11	Caixa arquivo plástico	100	R\$309,23	0,0101	2.475
12	Caixa de correspondência em acrílico com andares	30	R\$309,23	0,0101	1.356
13	Caneta esferográfica azul	504	R\$309,23	0,0101	5.556
14	Caneta esferográfica preta	900	R\$309,23	0,0101	7.424
15	Capa preta para encadernação A4	875	R\$309,23	0,0101	7.320
16	Capa transparente para encadernação A4	875	R\$309,23	0,0101	7.320
17	Cartão de visita 9cmx 5cm	12.600	R\$309,23	0,0101	27.777
18	Cartazes para ações institucionais tamanho A3	560	R\$309,23	0,0101	5.856
19	Clips 3/0	400	R\$309,23	0,0101	4.950
20	Cartucho de Toner 1K Xerox	40	R\$309,23	0,0101	1.566
21	Cola bastão	700	R\$309,23	0,0101	6.548
22	Cola líquida 40g	504	R\$309,23	0,0101	5.556
23	Copos descartáveis para água, 200ml	62.500	R\$309,23	0,0101	61.864
24	Diplomas, certificados e moções	500	R\$309,23	0,0101	5.534
25	DVD-R, 4.7 GB, 16x	2.252	R\$309,23	0,0101	11.744
26	Envelope branco A4	3.620	R\$309,23	0,0101	14.889

27	Estojo plástico porta-DVD	1.100	R\$309,23	0,0101	8.208
28	Folha A4 branca, pacote com 500 folhas	1.856	R\$309,23	0,0101	10.661
29	Folha sulfite branca 120g	5.000	R\$309,23	0,0101	17.498
30	Galões de 20 litros de água mineral	303	R\$309,23	0,0101	4.308
31	Garrafas de 500ml de água mineral com gás	1.608	R\$309,23	0,0101	9.923
32	Grafite 0,5mm, 2B com 12 minas	12	R\$309,23	0,0101	858
33	Grampeador de metal para grampo 26/6	30	R\$309,23	0,0101	1.356
34	Grampo 26/6 caixa com 1.000 unidades	348	R\$309,23	0,0101	4.617
35	Grampo trilho plástico para pasta suspensa	500	R\$309,23	0,0101	5.534
36	Impressão de convites modelo 1	3.605	R\$309,23	0,0101	14.858
37	Impressão de convites modelo 3	200	R\$309,23	0,0101	3.500
38	Livro <i>A boca, a esquina e o recanto</i>	1.000	R\$309,23	0,0101	7.826
39	Livro <i>Maria polis-sêmica</i>	2.000	R\$309,23	0,0101	11.067
40	Mola plástica para encadernação 14mm	1.000	R\$309,23	0,0101	7.826
41	Papel pardo rolo com 60m	2	R\$309,23	0,0101	350
42	Pasta com aba e elástico	252	R\$309,23	0,0101	3.929
43	Pendrive 4GB	11	R\$309,23	0,0101	821
44	Perfurador de papel pequeno	30	R\$309,23	0,0101	1.356
45	Perfurador de papel grande (até 260 fls.)	2	R\$309,23	0,0101	350
46	Placa identificadora de acrílico para chaves	21	R\$309,23	0,0101	1.134
47	Regimento Interno	80	R\$309,23	0,0101	2.214
48	Seta indicativa de saída fotoluminescente	20	R\$309,23	0,0101	1.107
49	Toner HP Q2612A	10	R\$309,23	0,0101	783
50	Toner HP Q5949A	2	R\$309,23	0,0101	350
51	Toner HP CE285A	240	R\$309,23	0,0101	3.834
52	Toner HP CE505A	3	R\$309,23	0,0101	429
53	Toner Samsung ML 1665/1660	15	R\$309,23	0,0101	959

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Os resultados apresentados na Tabela 1 parecem muito discrepantes, pois demonstram uma grande diferença entre o lote de compra efetivamente realizado e o lote econômico calculado. Todavia, percebe-se que o fator preponderante na elevação do LEC é o custo do pedido. Pelo valor atual desse custo, a câmara poderia comprar 101 vezes mais o item 2 da lista sem incorrer na elevação proporcional dos custos.

Porém, vale lembrar que o LEC não considera a demanda do produto; por isso, revela a necessidade de redução forte no fator custo do pedido. Cabe alertar, também, que o custo do pedido de compra gira em torno, principalmente, da mão de obra, demonstrando, nesse caso, certo grau de dificuldade na sua redução.

4.2 Estoque de segurança e estoque máximo

Partindo dos princípios estabelecidos por Pozo (2010), procurou-se definir os parâmetros de estoque de segurança que a Câmara de Vereadores deveria manter, a fim de não incorrer na falta dos mesmos. Com base nas informações obtidas no *software* de gestão de estoques usado pela organização, foi possível elaborar a Tabela 2.

Tabela 2 – Estoque de segurança da Câmara de Vereadores

Material	Consumo médio (CMd)	Desvio padrão (δ)	Coefficiente de risco (k)	Estoque de segurança
Folha A4, branca, pacote com 500 folhas	100,778	9,121	3,090	29
Envelope branco tamanho A4	267,889	90,091	2,326	210
Bobinas de papel-toalha	43,778	13,027	2,326	31
Papel higiênico interfolhado	100,889	23,788	3,090	74
Toner HP CE285A HP 85A comp.	15,333	4,664	2,326	11
Livro <i>A boca, a esquina e o recanto</i>	45,333	110,272	0,524	58
Livro <i>Maria polis-sêmica</i>	191,778	503,184	0,524	264
Café moído extraforte	34,667	20,224	1,960	40
Galões de 20 litros de água	33,778	9,922	3,090	31
Toner CB436A HP36A tipo compatível	6,444	1,236	2,082	3
Garrafas de 500ml de água mineral	214,667	88,719	3,090	275
Regimento Interno	10,333	22,198	0,102	3
Copos descartáveis para água	13.500,000	23.303,701	1,282	29.876
Livro <i>A vida de Águeda Brazzalle Leal</i>	6,667	14,142	0,524	8
Garrafa térmica de 1,9 litros	1,111	44,101	0,102	5
Aparelho telefônico comum	2,778	6,160	1,282	8
Livro <i>Vertebrados fósseis</i>	12,222	19,402	0,524	11
Pendrive 4 GB	2,667	4,387	0,674	3
Livro <i>O coronel, o jornalista e o delegado</i>	16,000	24,000	0,524	13
Luminária fluorescente de emergência	2,444	5,981	1,282	8
Açúcar refinado 1kg	42,889	9,453	3,090	30
Livro <i>Nova história do município</i>	18,667	37,523	0,524	20
Toner Samsung ml 1665/1660	1,111	1,054	2,326	3

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

O coeficiente de risco (k) observado na Tabela 2, que é estabelecido a partir do nível de atendimento esperado, foi arbitrado quando da análise empírica dos tempos médios de reposição praticados pelos fornecedores. Dessa forma, procurou-se dar maior importância aos itens considerados mais necessários. Quanto ao estoque máximo, esse foi apurado apenas entre os itens que tiveram movimentos de entrada e saída no período analisado, conforme consta na Tabela 3.

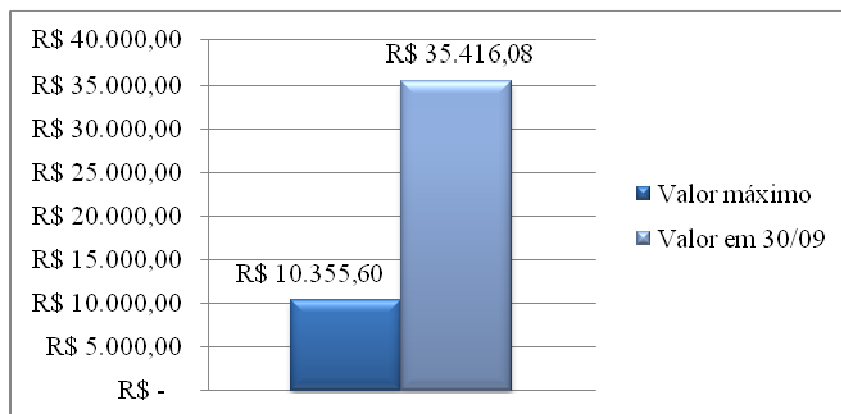
Tabela 3 – Estoque máximo da Câmara de Vereadores

Item	ES	LEC	EMáx	Valor máximo	Atual em 30/09	Valor em 30/09
Folha A4, pac c/ 500 folhas	29	94	123	R\$ 1.300,12	1.458	R\$ 15.411,22
Envelope branco tamanho A4	210	131	341	R\$ 77,97	2.406	R\$ 550,15
Toner HP CE285A HP 85A comp.	11	34	45	R\$ 2.141,70	178	R\$ 8.471,63
Livro <i>A boca, a esquina e o recanto</i>	58	69	127	R\$ 901,70	592	R\$ 4.203,20
Livro <i>Maria polis-sêmica</i>	264	98	362	R\$ 1.556,60	538	R\$ 2.313,40
Café moído extraforte	40	41	81	R\$ 604,26	14	R\$ 104,44
Galões de 20 litros de água	31	38	69	R\$ 457,13	41	R\$ 271,63
Garrafas de 500ml de água mineral	275	88	363	R\$ 359,37	300	R\$ 297,00
Regimento Interno	3	20	23	R\$ 308,27	150	R\$ 2.010,48
Copos descartáveis para água	29.876	543	30.419	R\$ 1.019,04	2.500	R\$ 83,75
Aparelho telefônico comum	8	7	15	R\$ 584,75	15	R\$ 584,75
Pendrive4 GB	3	8	11	R\$ 238,47	0	R\$ 00,00
Açúcar refinado de 1kg	30	31	61	R\$ 112,39	40	R\$ 73,70
Toner Samsung ml 1665/1660	3	9	12	R\$ 693,82	18	R\$ 1.040,73
TOTAIS				R\$ 10.355,60		R\$ 35.416,08

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Percebe-se, ao analisar a Tabela 3, que boa parte dos itens analisados está com estoque atual acima do máximo calculado. O Gráfico 1 apresenta a diferença financeira entre o nível de estoque máximo ideal e o real.

Gráfico 1 – Variação entre o estoque ideal e o real



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Conforme visualizado no Gráfico 1, somente os itens que foram analisados representam R\$ 35.416,08 do estoque atual, enquanto o estoque máximo ideal seria de R\$ 10.355,60, ou seja, uma variação de 70,76%. No valor financeiro do estoque total, apenas com a redução da quantidade de 14 produtos, o valor atual passaria de R\$ 112.468,84 para R\$ 87.408,36 (diferença de 22,28%), o que causaria, consequentemente, a redução dos custos de manutenção.

Esses dados apontam à importância do uso das ferramentas de gestão para o bom planejamento dos estoques nas organizações. A deficiência na administração de compras, associada a um controle mal-aplicado resulta em altos valores imobilizados, valores esses que poderiam estar sendo utilizados na aquisição de outros bens de maior necessidade.

4.3 Acurácia no controle de estoque

A fim de verificar a acuracidade no controle de estoques foi usado o relatório de saldo fornecido pelo *software* utilizado pela Câmara de Vereadores considerada neste estudo, durante o período de 23/9/2013 a 26/9/2013, a partir do inventário dos itens armazenados e a conferência com o saldo do sistema. Sendo assim, a Tabela 4 relaciona os itens que apresentaram variação na quantidade.

Tabela 4 – Relação de itens com diferença entre os saldos

Seq.	Material	Saldo físico	Saldo do sistema	Varição	Nível de divergência
1	Capa plástica preta para encadernação	300	500	-200	-40,00%
2	Lixa-d'água n. 150	15	19	-4	-21,05%
3	Caixa PVC externa sistema X	30	35	-5	-14,29%
4	Pilha alcalina AAA (palito)	26	30	-4	-13,33%
5	Fita adesiva transparente 48mmx50mm	40	45	-5	-11,11%
6	Pincel atômico preto	18	20	-2	-10,00%
7	Lápis tipo grafite n. 2	20	22	-2	-9,09%
8	Mapa da cidade/guia dobrável	12	13	-1	-7,69%
9	Caixa de correspondência em acrílico com andares	25	27	-2	-7,41%
10	Envelope A4 branco	2.224	2.366	-142	-6,00%
11	Toner Samsung ML 1660/1665	17	18	-1	-5,56%
12	Parafuso 6mm cabeça chata	76	80	-4	-5,00%
13	Grampeador de metal para grampo 26/6	20	21	-1	-4,76%
14	Tomada simples sistema X	20	21	-1	-4,76%
15	Interruptor sistema X	29	30	-1	-3,33%
16	Grampo 26/6 caixa c/1.000un.	275	284	-9	-3,17%
17	CD-R 700mb	286	293	-7	-2,39%
18	Mola plástica para encadernação 35mm	112	114	-2	-1,75%
19	Visor plástico para pasta suspensa	112	114	-2	-1,75%
20	Caneta marca-texto	452	460	-8	-1,74%
21	Cola líquida 40g	341	345	-4	-1,16%
22	Envelope branco 22,8cmx11,8cm	214.644	216.644	-2.000	-0,92%
23	Caneta esferográfica preta	623	627	-4	-0,64%
24	Cola bastão	455	456	-1	-0,22%
25	Caixa arquivo permanente papelão	485	484	1	0,21%
26	Envelope A4 pardo	1.404	1.399	5	0,36%
27	Pasta com aba e elástico	272	270	2	0,74%
28	Folha cartolina branca	93	92	1	1,09%

29	Grampo 26/6 caixa c/5.000un.	66	65	1	1,54%
30	Bateria 9 volts	42	41	1	2,44%
31	Cartucho de toner 1K Xerox 3040/3045	36	35	1	2,86%
32	Caneta preta para escrever em CD	28	27	1	3,70%
33	Pasta classificadora com ferragem	956	920	36	3,91%
34	Tomada fêmea para extensão	25	24	1	4,17%
35	Bobina de papel-toalha	444	422	22	5,21%
36	Livro <i>A boca, a esquina e o recanto</i>	624	592	32	5,41%
37	Parafuso 6mm com bucha	32	29	3	10,34%
38	Livro <i>Maria polis-sêmica</i>	594	538	56	10,41%
39	Grampo trilho plástico para pasta suspensa	500	450	50	11,11%
40	Caixa de correspondência em acrílico	9	8	1	12,50%
41	Clips de metal 8/0 caixa com 50un.	14	12	2	16,67%
42	Capa plástica para encadernação transparente	500	400	100	25,00%
43	Toner Lexmark compatível E 340	2	1	1	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

Com base na contagem realizada, verificou-se que, dos 350 itens estocados, 43 apresentavam diferenças entre o saldo físico e o saldo do sistema de controle, representando um nível de acuracidade de 88%, conforme demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados do inventário

Contagem	Percentual
Total dos itens estocados	350
Itens com diferença	43
Acurácia	88%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2013).

O percentual de 88% na acurácia do controle de estoques da Câmara de Vereadores representa um bom nível de controle, todavia pode ser considerado um pouco distante do nível ideal, que é acima de 95%. Verifica-se, no início da Tabela 5, que o item 1 apresenta uma divergência de -40% em seu saldo físico, se comparado com o saldo do sistema. Esse valor representa a ausência do material no estoque físico em relação ao sistema na porcentagem mencionada.

No outro extremo da Tabela 5, nota-se que o item 43 apresenta uma divergência de +100%, o que mostra que a quantidade física do material excede o saldo informatizado no dobro da quantidade. Dentre os fatores que podem causar diferenças no saldo de materiais, estão erros de digitação, tanto no momento de cadastramento das notas de compra quanto na digitação das requisições.

Como na Câmara de Vereadores as requisições podem ser feitas nas próprias unidades solicitantes (sem a necessidade de se deslocarem à sala do almoxarifado, apenas para a retirada), outro fator crítico é a conferência das requisições, porque a não

correspondência entre as quantidades solicitadas causará alteração automática no saldo do sistema, pois, sendo um procedimento realizado por meio eletrônico, os eventuais erros só poderão ser constatados posteriormente.

Também pode causar diferenças no inventário o fato de um mesmo material estar armazenado em locais diferentes. No caso dessa Câmara analisada, há materiais que estão armazenados em locais mais próximos e em quantidade menor com a finalidade de atender rapidamente às solicitações, e o restante, em maior quantidade, em outro armário. Esse fato mostra a importância também do planejamento do *layout* como um fator crítico de sucesso para a gestão de estoques.

5 Considerações finais

Com a realização deste trabalho, constatou-se a respeito do estoque de segurança, que os copos descartáveis para água foi o item que mais despontou nos cálculos realizados, portanto, deverá ser mantido pela Câmara um estoque mínimo de 29.876 itens, a fim de não incorrer na falta dos mesmos.

Em seguida, ao verificar a situação dos itens analisados entre o estoque atual (R\$ 35.416,08) e o estoque máximo ideal (R\$ 10.355,60), nota-se que existe uma variação de 70,76%. Diante desses dados, fica visível a importância de adotar metodologias de custos para o eficiente controle dos estoques, pois tais recursos imobilizados, sem a real necessidade, poderiam estar sendo usados em outros itens visando a melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Sobre a acurácia dos estoques, identificou-se que dos 350 itens estocados, 43 desses revelaram ter diferenças entre o saldo físico e o saldo cadastrado no sistema de controle utilizado pela Câmara. Isso pode ter ocorrido em função de algum erro no momento do cadastro das notas no sistema ou no momento do registro das requisições, como também, decorrente do fato de o armazenamento dos itens estar em diferentes locais.

Por isso, se recomenda aos servidores um cuidado minucioso tanto no cadastro das notas e na conferência das requisições realizadas como no *layout* adotado, evitando, assim, possíveis diferenças entre o físico e o registrado no sistema.

De modo geral, acredita-se que este estudo contribui no sentido de demonstrar a importância de se ter um controle dos estoques independentemente do tipo de organização. Pode-se dizer que, a partir do planejamento e da adoção de ferramentas de custos, torna-se possível executar as tarefas necessárias com quantidades suficientes em estoque, evitando o excesso de recursos, como também a falta de materiais o que, por sua vez, prejudicaria o andamento das atividades.

Referências

- DIAS, M. A. P. *Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FALCÃO, R. F. *Gestão de estoques: uma ferramenta para a redução de custos*. 2008. 15 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FERNANDEZ, H. M. *Falir jamais: gestão correta x crise: com a gestão correta não há crise que resista*. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.
- FRANCISCHINI, P. G.; GURGEL, F. do A. *Administração de materiais e do patrimônio*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2014.
- GARCIA, E. S.; REIS, L. M. T. V. dos; MACHADO, L. R.; FERREIRA FILHO, V. J. M. *Gestão de estoques: otimizando a logística e a cadeia de suprimentos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- GONSALVES, E. P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.
- GUTIERREZ, M.; BERTRAND, H. (Org.). *Estudos em negócios IV*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- MARQUES, C. F.; ODA, E. *Atividades técnicas na operação logística*. Curitiba: Iesde, 2012.
- MARQUES, W. L. Controle de estoques para análise fundamental empresarial: utilizada nas micro e pequenas empresas. In: _____. *Contabilidade gerencial a necessidade das empresas*. Curitiba: Livrarias Curitiba, 2010.
- PIMENTEL, E. W.; MELO, J. F. M. de; OLIVEIRA, J. N. de. Planejamento e controle da produção e a gestão de estoques: um estudo de caso em uma metalúrgica paraibana. *Qualit@s Revista Eletrônica*, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2005.
- POZO, H. *Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ROSA, H.; MAYERLE, S. F.; GONCALVES, M. B. Controle de estoque por revisão contínua e revisão periódica: uma análise comparativa utilizando simulação. *Produção*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 626-638, out./dez. 2010.
- SEVERO FILHO, J. *Administração de logística integrada: materiais, PCP e marketing*. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.
- SILVA, M. C. da et al. A influência da falta de estoque nos custos de manutenção na gestão de frota: o caso de uma empresa de transporte de passageiros do Ceará. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9., 2013, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: CNEG, 2013.
- SIQUEIRA, J. P. L. de. *Gestão de produção e operações*. Curitiba: Iesde, 2009.
- TUBINO, D. F. *Manual de planejamento e controle da produção*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- VALENTE NETO, E. *Acuracidade na gestão de inventário*. 2013. Disponível em: <<http://www.portalsupplychain.com.br/default2.asp?action=artigo&codigo=49>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- VIEIRA, H. F. *Gestão de estoques e operações industriais*. Curitiba: Iesde, 2009.

O programa Bolsa Família e o princípio da igualdade equitativa de oportunidade de John Rawls

The Bag Program Family and the principle of John Rawls opportunity fair equality

Cleide Calgaro* – Paulo Cesar Nodari**

Resumo: O presente trabalho avalia o programa Bolsa Família juntamente com suas condicionalidades, verificando se existe a presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades advindo da Teoria da Justiça como equidade, de Rawls. Conclui-se que através do programa Bolsa Família, existe uma preocupação com a igualdade de oportunidades, pois o programa objetiva a elevação da renda e as condições de bem-estar da população menos favorecida. Ressalta-se que a igualdade de oportunidades se dá na condição anterior que os beneficiários possuíam. A teoria rawlsiana tem preocupação com os sujeitos “menos favorecidos” que necessitam de benefícios e de inclusão social na sociedade brasileira. Mas fica a advertência: o programa não é um fim, mas um meio de reduzir a vulnerabilidade social dos menos favorecidos.

Palavras-chave: Bolsa Família. John Rawls. Igualdade equitativa de oportunidades.

Abstract: This paper evaluates the Family Grant Program along with their conditionalities, checking for the presence of the principle of fair equality of opportunities arising from the theory of justice as fairness of John Rawls. In conclusion, through the Family Grant Program there is a concern with equal opportunities therefore the program aims to increase the income and welfare conditions of the underprivileged population, it is emphasized that equality of opportunity is given in previous condition that the beneficiaries had. The Rawlsian theory has concern with the subject “less fortunate” who need benefits and social inclusion in Brazilian society. But is a warning, the program is not an end but a means to reduce the social vulnerability of the underprivileged in Brazilian society.

Keywords: Bolsa Família. John Rawls. Fair equality of opportunity.

1 Introdução

O presente trabalho dispõe acerca do programa Social Federal de Transferência de Renda Bolsa Família e suas condicionalidades, além de verificar se há a presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, de acordo com a Teoria da Justiça como equidade, de John Rawls.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Mestre em Direito e em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora no curso de Direito da UCS. Atua como pesquisadora no grupo de pesquisa “Metamorfose Jurídica”. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro@ucs.br

** Graduado em Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com período sanduíche na Universidade de Tübingen – Alemanha. Professor Adjunto II na Universidade de Caxias do Sul. Foi professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGED-UCS). Professor no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul (PPGFIL-UCS). Pós-Doutorado, em Filosofia pela Universidade de Bonn – Alemanha.

Inicialmente, se examina a Teoria da Justiça como equidade, de John Rawls, e os princípios da liberdade e da igualdade, dando ênfase à igualdade, para se entender a sua aplicação no contexto do programa Bolsa Família. Após, se faz um exame do programa, tendo como foco principal as condicionalidades que ele atribui aos seus beneficiários. Por fim, avalia-se a presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, a partir das condicionalidades impostas pelo citado programa no Brasil, examinando se essas permitem (ou não) a ocupação de cargos e posições pelos “menos favorecidos” na sociedade brasileira. O estudo pretende se concentrar na análise da Teoria da Justiça, de Rawls, com alicerce no princípio da igualdade equitativa de oportunidades, averiguando as condicionalidades advindas do programa Bolsa Família e se permitem a presença desse princípio. O método utilizado para análise é o dialético.

2 Os princípios da Teoria da Justiça, como equidade, em John Rawls

Rawls, em sua teoria, entende que a Justiça seria a primeira virtude que as instituições sociais possuem; assim sendo, “cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade pode ignorar”. (RAWLS, 2002, p. 4). Dessa forma, a justiça “nega que a perda da liberdade de alguns [se] justifique por um bem maior partilhado por outros”. (RAWLS, 2002, p. 4). Além do mais, o autor entende que, para que haja uma sociedade bem-ordenada e justa, é necessário que exista uma liberdade voltada à cidadania igual, onde os direitos sejam garantidos pela justiça e não sejam sujeitos a negociações e arranjos sociais.

Rawls assevera que pode haver um conflito de interesses porque os indivíduos não se tornam indiferentes, haja vista que “os benefícios produzidos pela colaboração mútua são distribuídos, pois para perseguir seus fins cada um prefere uma participação maior a uma menor”. (RAWLS, 2002, p. 5). Lembra que a ideia principal é que os princípios da justiça devam vir de um consenso original, de modo que todas as pessoas partam de uma cooperação social e acordem mutuamente. Portanto, se deve conceber que os indivíduos que estão comprometidos em atuar numa cooperação social, ou seja, que vão escolher os princípios de forma conjunta, sabem que os demais também o farão. Quando avalia a justiça como equidade, o autor trabalha com a posição original, sendo que a mesma corresponderia a um estado de natureza, sendo que, numa situação hipotética, os princípios da justiça seriam escolhidos sob o véu da ignorância, conforme é assinalado nesta passagem:

Na justiça como equidade a posição original de igualdade corresponde ao estado de natureza na teoria tradicional do contrato social. Essa posição original não é, obviamente, concebida como uma situação histórica real, muito menos como uma situação histórica real, muito menos como uma condição primitiva da cultura. É

entendida como uma situação puramente hipotética caracterizada de modo a conduzir a uma certa concepção de justiça. (RAWLS, 2002, p. 12).

Importante é salientar que a posição original sob o véu da ignorância é uma situação hipotética, ou seja, um contrato social pelo qual os indivíduos assumem mutuamente, através de uma cooperação social, os princípios da justiça. Rawls afirma que os indivíduos de uma sociedade podem escolher as regras sociais se não souberem de seus dons e habilidades, pois, nessa situação, se teria o “véu da ignorância”, ou seja, as pessoas não saberiam sobre seus talentos naturais e morais e sua posição na sociedade. A posição original “é o *status quo* inicial apropriado para assegurar que os consensos básicos nele estabelecidos sejam equitativos”. (RAWLS, 2002, p. 19).

Para Rawls existem dois princípios fundamentais da justiça como equidade: o da liberdade igual e o da igualdade, dividido em igualdade equitativa de oportunidades e o princípio da diferença. Esses princípios serão escolhidos e vão atribuir direitos e deveres básicos, além de determinarem a divisão de benefícios sociais. A teoria de Rawls averigua os direitos de liberdade e igualdade, sendo que o autor criou dois princípios da justiça em 1971 e, posteriormente, os aperfeiçoou no livro *O liberalismo político*, sendo eles:

- a) Todas as pessoas têm igual direito a um projeto inteiramente satisfatório de direitos e liberdades básicas iguais para todos, projeto este compatível com todos os demais; e, nesse projeto, as liberdades políticas, e somente estas, deverão ter seu valor equitativo garantido.
- b) As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: primeiro, devem estar vinculadas a posições e cargos abertos a todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades; e, segundo, devem representar o maior benefício possível aos membros menos privilegiados da sociedade. (RAWLS, 2000, p. 47-48).

O primeiro princípio se denomina “da igual liberdade”, sendo que, segundo esse princípio, as pessoas teriam o direito a um projeto pleno de direitos e liberdades básicas iguais para todo. Rawls demonstra os tipos de liberdade, sendo que a liberdade política é o direito de votar e ocupar cargos públicos; a liberdade de reunião e mesmo de expressão é a possibilidade de expressão e participação na sociedade; a liberdade de pensamento e de consciência é a liberdade de pensar e se manifestar na sociedade.

Já, o segundo princípio, que é o “da igualdade” se divide em duas categorias: a primeira seria “o princípio da igualdade equitativa de oportunidades” cuja referência é à vinculação a cargos e posições, aberta a todos as pessoas na sociedade. Essas pessoas teriam acesso a cargos e posições na sociedade de maneira igual, sem privilégios, sendo que as menos favorecidas teriam a mesma oportunidade que as demais dentro da sociedade. Desse modo, o princípio da “igualdade equitativa de oportunidades” tem a função de neutralizar os efeitos da distribuição inicial de posições privilegiadas, pois

todos devem ter igualdade de oportunidades na distribuição de cargos. Esse princípio não elimina as desigualdades, mas permite que os menos favorecidos possam ter a oportunidade de ocupar cargos públicos e políticos. Portanto, como as pessoas melhor dotadas de talentos ficariam dentro dessa ótica? Para resolver o problema, surge o “princípio da diferença”. Na segunda divisão do princípio, há “o princípio da diferença”, pautado na possibilidade de se poder ter desigualdades sociais desde que os “menos favorecidos” possam, a partir disso, se beneficiar na sociedade. Para Rawls esses princípios devem obedecer a uma ordem serial, ou seja,

o primeiro antecedendo o segundo. Essa ordenação significa que as violações das liberdades básicas iguais protegidas pelo primeiro princípio não podem ser justificadas nem compensadas por maiores vantagens econômicas e sociais. Essas liberdades têm um âmbito central de aplicação dentro do qual elas só podem ser limitadas ou comprometidas quando entram em conflito com outras liberdades básicas. (RAWLS, 2002, p. 65).

Rawls garante que “o primeiro objeto dos princípios da justiça social é a estrutura básica da sociedade, onde a ordenação das instituições sociais parte de um esquema de cooperação”. (RAWLS, 2002, p. 57). Entende o autor que as instituições são “um sistema público de regras que definem cargos e posições com seus direitos e deveres, poderes e imunidades”. (RAWLS, 2002, p. 58). Assim sendo, as instituições são a estrutura base da sociedade, sendo compostas por um sistema político que estabelece regras, e todas as pessoas, que estão nelas ligadas sabem ou devem saber que essas regras e, mesmo a sua participação, seriam o resultado de um acordo mútuo.

Silva afirma que “uma sociedade bem-ordenada seria aquela modulada para promover o bem de seus membros conforme uma concepção pública de justiça e segundo a qual ela efetivamente se regula”. (SILVA, 2003, p. 49). Logo, se percebe que Rawls visa a um modelo de instituição que deve aplicar o valor da justiça e, assim, diminuir os problemas de desigualdade social, em que a ideia de justiça deveria ser pactuada anteriormente pelas instituições.

No momento seguinte, se examina o Programa Social Federal de Transferência de Renda Bolsa Família e seus principais aspectos referentes às condicionalidades impostas aos beneficiários desse programa na sociedade brasileira.

3 O Programa Social Federal de Transferência de Renda Bolsa Família no Brasil: análise estrutural

O programa Bolsa Família está num dos três eixos do Plano Brasil Sem Miséria (no eixo da garantia de renda) que foi lançado no mês de junho de 2011, pelo governo Dilma, sendo que esse plano possui a finalidade de superar a condição de extrema

pobreza e a de pobreza que parte da população brasileira vive, criando oportunidades para que esses cidadãos possam elevar sua renda e ter acesso a serviços públicos. Dessa forma, o programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, o qual compreende condicionalidades, que beneficiam famílias em situação de pobreza e famílias em extrema pobreza. Isso está explicitado na Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. (MDS, 2015).¹

Conseqüentemente, o programa em estudo, de acordo com o MDS (2015),² foi criado no governo Lula, em 2003, mas anteriormente foi uma estratégia do programa FOME ZERO implementado no governo Fernando Henrique Cardoso, criado para unificar a diversidade de outros programas, como o Bolsa Escola, o Auxílio-Gás, etc. Desse modo, o programa Bolsa Família tem o objetivo de assegurar direitos humanos de alimentação, segurança alimentar e nutricional e erradicar a pobreza extrema que parte da população vive, além de permitir o acesso das famílias beneficiárias às redes de serviços públicos voltados às áreas de educação, saúde e assistência social. Ou seja, é uma forma de conquistar a cidadania e reduzir a vulnerabilidade social de grande parcela da população pobre e extremamente pobre no Brasil. Portanto, o programa Bolsa Família é um mecanismo condicional de transferência de recursos às famílias em situação de vulnerabilidade social, permitindo que tenham melhores possibilidades na sociedade.

Segundo o MDS (2015),³ esse programa se destina a famílias extremamente pobres, que são aquelas que possuem renda *per capita* de até R\$77,00 por mês e a famílias pobres, que são as que têm renda entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por mês, além de serem compostas por gestantes, nutrizes (bebês), crianças ou adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos. Esse programa, de acordo com o MDS (2015),⁴ trabalha com três eixos fundamentais: a transferência de renda que visa promover o conforto imediato da pobreza; as condicionalidades que vão reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, garantindo o mínimo existencial e a dignidade humana; e ações e programas que têm o objetivo de complementar o desenvolvimento das famílias, de forma que os beneficiários possam ter a chance de superar a situação de vulnerabilidade social em que vivem e que possam ter oportunidades na sociedade.

Portanto, todos os meses, o governo federal faz um depósito às famílias que se inscreveram no Cadastro Único (CadÚnico) e que preenchem os requisitos do

¹ BRASIL. MDS. <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 15 fev. 2015.

² BRASIL. MDS. <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 15 fev. 2015.

³ BRASIL. MDS. <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

⁴ BRASIL. MDS. <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

programa. O saque é feito preferencialmente pelas mulheres, cujo valor varia de acordo com a quantidade de membros da família, da idade e da renda. Também existem benefícios específicos que são dados às famílias, no caso, a crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam. Quanto à maneira de selecionar as famílias, para terem acesso ao programa, essa é escolhida com base em informações que são registradas pelos Municípios, no CadÚnico para Programas sociais do governo federal, que é um instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. (MDS, 2015).⁵ É importante que se ressalte, também, que a gestão é baseada na ideia de subsidiariedade, com a participação de forma conjunta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Com embasamento nesses dados, o MDS (2015)⁶ elege, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber esse benefício, mas é importante ressaltar que o cadastramento não alude à entrada imediata das famílias no programa e ao recebimento do benefício. As famílias são encontradas e incluídas no CadÚnico através de busca ativa, que é uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria.

Destarte, a Escola de Formação do PT (2015, s.p.)⁷ assevera que, no mês de março de 2013, esse benefício foi aberto a todas as famílias do programa em análise, em situação de extrema pobreza, sendo que foram retiradas desse quadro cerca de 22 milhões de pessoas. O programa vem sendo composto por uma diversidade de benefícios, que são definidos de acordo com o perfil das famílias registradas no CadÚnico e que vão receber o valor mensal. Os tipos de benefício podem ser definidos a partir de vários critérios, como: renda mensal por pessoa; número de integrantes da família; total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes e nutrízes, de acordo com a tabela 1:

⁵ BRASIL. MDS. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 15.02.2015

⁶ BRASIL. MDS. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 15.02.2015

⁷ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02.2015

Tabela 1 – Benefícios do programa Bolsa Família

BENEFÍCIOS*	DESCRIÇÃO
Benefício Básico (R\$ 77 por família)	Pago a famílias extremamente pobres (renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 77), independentemente do número de crianças
Benefício Variável (R\$ 35,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 175,00)	Famílias pobres e extremamente pobres (renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 154): <ul style="list-style-type: none"> ✓ Crianças de 0 a 15 anos ✓ Mulher grávida ✓ Mães lactantes (máximo de 5 benefícios por família)
Benefício Variável Jovem (R\$ 42,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 84,00)	Famílias com renda mensal <i>per capita</i> de até R\$ 154 e adolescentes de 16 e 17 anos (máximo de 2 benefícios por família)
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	Famílias que continuam em situação de extrema pobreza, mesmo após o recebimento dos outros benefícios (garante que as famílias superem a extrema pobreza)

Fonte: Escola de Formação do PT. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/node/1108>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

O programa citado não faz somente a transferência de renda às famílias, mas completa uma série de condicionalidades, que, segundo o MDS são

compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo governo. Por um lado, as famílias devem cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, o poder público deve se responsabilizar pela oferta de serviços públicos de saúde, educação, assistência social, entre outros. (2015, s.p.).⁸

Esses compromissos servem para ampliar o acesso das famílias a seus direitos sociais que são elementares para ter uma vida digna e para que tenham o mínimo para sua subsistência. Por outro lado, o Poder Público se responsabiliza pela oferta desses direitos básicos de saúde, educação e assistência social.

Portanto, esses compromissos podem ser divididos da seguinte forma: na área da saúde, é feito um acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento de crianças menores de 7 anos; além disso, se é feito o pré-natal pelas gestantes e o acompanhamento de nutrízes na faixa etária de 14 a 44 anos. Na área da educação, todas as crianças e os adolescentes, entre 6 e 15 anos, devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já, no que se refere aos estudantes entre 16 e 17 anos, também devem ter frequência mínima de 75%. Por fim, na área da assistência social, é exigida a frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos tanto para

⁸ BRASIL. MDS. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> acesso em 15.02.2015

crianças quanto para adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil. (MDS, 2015).⁹

O Poder Público tem o dever de acompanhar se as condicionalidades estão sendo seguidas, além de implementar ações de acompanhamento das famílias em situação de descumprimento que estão em vulnerabilidade social. Já as famílias que não conseguem cumprir as condicionalidades devem procurar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou a equipe de assistência social do seu município, pois, de acordo com o MDS (2015),¹⁰ a ideia fundamental é ajudar a família a superar as dificuldades enfrentadas. Quando são esgotadas as oportunidades de reverter o descumprimento dessas condicionalidades, as famílias podem ter o benefício (Bolsa Família) bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. O acompanhamento das condicionalidades acontece com base em um calendário que é acordado de maneira prévia pelas áreas envolvidas com o programa. Esses calendários definem os períodos em que os municípios devem realizar o acompanhamento das famílias e fazer o registro das informações. (MDS, 2015).¹¹

Importante é ressaltar que as condicionalidades não são uma forma de punir as famílias, mas de responsabilizar, de forma solidária, os beneficiários e o Poder Público, pois sabendo-se os motivos do não cumprimento das condicionalidades, podem ser criadas políticas públicas sociais que permitam a efetividade das mesmas.

Segundo a Escola de Formação do PT (2015, s.p.),¹² em dez anos do Bolsa Família se obteve uma série de resultados, visto que foram beneficiados 14 milhões de famílias e 50 milhões de pessoas mensalmente. Também se retirou em torno de 36 milhões de pessoas da situação de extrema pobreza e se destinou R\$ 120 bilhões às famílias beneficiárias. O destaque está no fato de que a maior parte (50%) das famílias beneficiadas pelo programa vive na Região Nordeste. Outro dado importante é que, após 2011, em torno de 62,6% das famílias que deixaram o programa eram nordestinas.

Outros dados devem ser observados, segundo a Escola de Formação do PT principalmente questões relativas aos benefícios que o Poder Público tem ao investir no programa, sendo que

cada R\$1,00 investido no Bolsa Família gera um aumento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto; Cada R\$1,00 investido no Bolsa Família gera um acréscimo de R\$1,19 no Benefício de Prestação Continuada e de R\$1,06 no seguro-desemprego; Cada R\$1,00 transferido às famílias gera um aumento de R\$1,98 no consumo final

⁹ BRASIL. MDS. http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades acesso em 15.02.2015

¹⁰ BRASIL. MDS. http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades acesso em 15.02.2015

¹¹ BRASIL. MDS. http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades acesso em 15.02.2015

¹² BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02.2015

da economia e de R\$2,40 no indicador de consumo final das famílias. Prova desses resultados positivos é que, desde a criação do Bolsa Família, 5,8 milhões de famílias já deixaram o programa, porque aumentaram a sua renda e não mais se enquadravam na atual faixa de pagamento do benefício. (2015, s.p.).¹³

Percebe-se que houve resultados positivos e perceptíveis às famílias pobres e extremamente pobres. Na questão relacionada ao trabalho, observa-se que “apesar da transferência de renda, 70% dos beneficiários do PBF trabalham”. (ESCOLA DE FORMAÇÃO DO PT, 2015, s.p.).¹⁴ Na área da educação, houve a preocupação de que crianças e adolescentes pudessem romper o ciclo de pobreza estrutural de vulnerabilidade social existente; 15,4 milhões de estudantes têm frequência acompanhada; 95% dos beneficiários do programa (14,5 milhões de crianças e adolescentes) cumpriram a exigência de frequência escolar; a taxa de aprovação dos estudantes do Bolsa Família, no Ensino Fundamental, em 2011, foi de 84%; a defasagem idade-série foi menor do que a média registrada pelas crianças não beneficiadas pelo programa. (ESCOLA DE FORMAÇÃO DO PT, 2015, s.p.).¹⁵ Já, no que tange ao Ensino Médio, “a taxa de aprovação dos alunos beneficiados pelo programa foi de 79,9%, superando a média nacional que é de 75,2%; a taxa de abandono dos estudantes do Ensino Médio do Bolsa Família foi de 7,4%, menor do que a taxa nacional que foi de 11,3% em 2012; a taxa de abandono dos estudantes de Ensino Fundamental, beneficiados pelo Bolsa Família foi de 2,8%, enquanto a média nacional foi de 3,2%, em 2012. (ESCOLA DE FORMAÇÃO DO PT, 2015, s.p.).¹⁶

A área da saúde se integrou com o objetivo de ampliar o acesso dessas famílias beneficiadas aos serviços públicos, melhorando a qualidade de vida das famílias, sendo que foram obtidos os seguintes resultados:

Redução da mortalidade infantil causada por desnutrição em 58%; Apenas 5,5% dos filhos dos beneficiários do Bolsa Família apresentaram baixo peso ao nascer, contra 6,5% dos filhos de não beneficiários; As crianças menores de 5 anos beneficiadas pelo programa tiveram 26% mais chances de atingir a altura ideal para idade do que os filhos de não beneficiários; Os beneficiários do Bolsa Família consumiram 8,5% mais calorias do que os não atendidos pelo programa; As famílias beneficiárias gastaram 6% a mais com a alimentação do que os não beneficiados pelo programa; O número de crianças vacinadas contra a poliomielite foi 15% maior em crianças atendidas pelo Bolsa Família; A vacinação contra tétano, difteria e coqueluche foi 18% maior em filhos de beneficiários do Bolsa Família. (ESCOLA DE FORMAÇÃO DO PT, 2015, s.p.).¹⁷

¹³ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02 2015

¹⁴ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02 2015

¹⁵ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02 2015

¹⁶ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02 2015

¹⁷ BRASIL. *Escola de Formação do PT*. <http://www.enfpt.org.br/node/1108> acesso em: 15.02 2015.

É importante ressaltar que houve melhoras para os beneficiários do programa Bolsa Família, mas existe uma lógica contraditória na questão que deve ser abordada. O Brasil passa por uma crise na área da saúde, onde os hospitais e postos de saúde públicos estão em condições precárias e, muitas vezes, se observa a falta dos mesmos. Também, existem problemas com falta de medicamentos e médicos. Houve políticas públicas, como o programa “Mais Médicos”, que foi lançado no ano de 2013, pela presidente Dilma, como forma de suprir a carência de médicos na periferia dos municípios, entre outras medidas que são tomadas.

Na área da educação, tem-se uma diversidade de políticas públicas, voltadas para a ideia de inclusão, que permitem aos alunos possibilidade de estudar, nos diversos níveis de ensino, como o Prouni, o Sisu, a EJA, etc. Mas, tem que ser observado com cuidado, pois os professores não recebem salários adequados, algumas escolas estão em situações precárias, faltam materiais, entre outros problemas. Já, a assistência social no Brasil, é regida pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Loas, que cuida da assistência social no Brasil, além do programa Bolsa Família, se possui o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, entre outros. O cuidado é que a assistência não deve ser uma forma de caridade, mas deve ser um direito básico daquele cidadão que vive em situação de vulnerabilidade social.

Essas áreas de atuação do programa devem levar cidadania aos beneficiários e, em nenhum momento, deve ser uma forma de assistencialismo ou de manobra política, visto que o programa é barato para o governo e rentável, pois a cada R\$1,00 investido gera um aumento para o PIB de R\$1,78, além de aumentar a possibilidade de consumo das famílias beneficiárias, o que permite o crescimento do mercado interno do País.

Esse programa deve integrar políticas públicas de Estado e jamais de governo, mesmo porque esse programa foi criado não por um governo apenas, mas é a construção de diversos governos. No momento seguinte, analisa-se a presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, de Rawls, no que se refere às condicionalidades impostas pelo programa Bolsa Família no Brasil.

4 A presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades e as condicionalidades advindas do programa Bolsa Família

A questão da organização dos sistemas políticos e econômicos, bem como a proteção de direitos e deveres dos cidadãos devem conciliar a liberdade e a igualdade. Mas como essa estrutura básica conseguirá conciliar ambos os direitos? Percebe-se que, na atual sociedade, não existe um consenso acerca da forma como as instituições básicas devem ser organizadas, com a finalidade de respeitar a liberdade e a igualdade dos cidadãos. O correto é que a liberdade e a igualdade das pessoas devem ter uma forma

pública, segundo Rawls, ou seja, os sistemas políticos e econômicos, bem como a cooperação devem ser definidos e ajustados via uma concepção pública de justiça social, para que, a partir disso, se possa instaurar uma cooperação social com vantagens mútuas a todos.

Também os cidadãos devem estar convictos de que a sua atuação nos sistemas político e econômico vai objetivar uma justiça social equitativa, assim, vão perceber que sua cooperação se torna essencial, sendo que é dentro dessa ideia que a liberdade e a igualdade seriam e se tornariam os objetos da justiça. A liberdade e a igualdade buscam a ideia de cidadania igual permitindo que os cidadãos possam participar dos rumos da sociedade, e que os menos favorecidos possam ter oportunidades dentro da sociedade brasileira.

A questão *oportunidade* é tratada pelo princípio da “igualdade equitativa”, que tem a função de neutralizar os efeitos da distribuição inicial de posições privilegiadas, sendo que se refere à vinculação de cargos e posições aberta a todas as pessoas. Desse modo, as pessoas terão acesso a cargos e posições na sociedade de forma igual, sem que existam privilégios. Nesse contexto, esse princípio seria superior ao princípio da diferença, pois existe uma ordem lexical, mas ao unir os dois princípios sob a ideia de justiça, a teoria busca um liberalismo igualitário, uma justiça com equidade. Assim, deve haver um consenso, ou seja, a forma como se organizam os sistemas político, econômico e social deve partir de uma cooperação de todos, sendo esses sistemas a estrutura básica da sociedade atual. Também esses sistemas têm forte influência em toda a formação das relações sociais, permitindo que a equidade possa se corporificar.

A ideia desse princípio vai ser aplicada à distribuição de renda e à de riqueza, uma vez que ambas não precisam ser iguais, mas devem ser vantajosas para todos, principalmente para os “menos favorecidos”. Embora a distribuição de renda e a de riqueza não necessitem ser iguais, têm que ser vantajosas para todos e, ao mesmo tempo, “as posições de autoridade e de responsabilidade devem ser acessíveis a todos”. (RAWLS, 2002, p. 65). Nesse sentido, os cidadãos, independentemente de seus talentos, devem ter a oportunidade de alcançar cargos e posições públicas ou políticas, não sendo esses prerrogativas de pessoas que possuem maior renda e riqueza. Assim, Rawls assevera que

a igualdade equitativa de oportunidades exige não só que cargos públicos e posições sociais estejam abertos no sentido formal, mas que todos tenham uma chance equitativa de ter acesso a eles. Para especificar a ideia de chance equitativa, dizemos: supondo que haja uma distribuição de dotes naturais, aqueles que têm o mesmo nível de talento e de habilidade e a mesma disposição para usar esses dons, deveriam ter as mesmas perspectivas de sucesso, independentemente de sua classe social de origem, a classe em que nasceram e se desenvolveram até a idade da razão. Em todos os âmbitos da sociedade, deve haver praticamente as mesmas perspectivas

de cultura e de realização para aqueles com motivação e com dotes semelhantes. (RAWLS, 2003, p. 61-62).

Ou seja, esse princípio parte da ideia de *igualdade liberal*, visto que Rawls entende que há a necessidade de se fazer certas exigências à estrutura básica, além das que o sistema de liberdade natural impõe. Assim, a sociedade tem o dever de estabelecer oportunidades iguais de educação, entre outras, independentemente da renda familiar que cada cidadão recebe. (RAWLS, 2003, p. 62). Assim, uma estrutura bem-ordenada tem o dever de se organizar de maneira a impedir a concentração da propriedade e da riqueza, impedindo, de certo modo, a dominação econômica que irá propiciar por vias secundárias à dominação política da sociedade. Assim sendo, deve ser oferecidas oportunidades de educação para todas as pessoas, além de saúde e outros direitos, independentemente da classe social a que pertencem. Ou seja, a sociedade tem o dever de fazer um esforço para garantir liberdade política e participação em cargos públicos a todos, garantindo oportunidades iguais a todos.

Um sistema bem-organizado permite justiça social, que leva ao desenvolvimento pleno do cidadão. Logo, as condicionalidades impostas pelo programa Bolsa Família, na área da saúde, da educação e da assistência social permitem que os indivíduos, em situação de vulnerabilidade social, possam ter oportunidades na sociedade, tendo cargos e posições abertas às suas conquistas, conforme seus talentos. Quando se permite que um cidadão possa estudar, ter acesso à saúde e à assistência social, se dá a ele a chance de buscar seu espaço na sociedade. Quando a criança tem a oportunidade de ser vacinada e de receber acompanhamento de saúde, pode ter uma vida saudável, livre de desnutrição e de uma série de problemas. E, se essa criança ou adolescente estiver matriculado na escola e a frequentar terá a chance de ocupar qualquer cargo ou posição na sociedade, mesmo sendo “menos favorecido”, além do que, quando tem a chance de sair do trabalho infantil e de frequentar serviços socioeducativos, isso lhe permite que tenha uma infância e uma adolescência apta a torná-lo um cidadão merecedor de qualquer posição na sociedade.

5 Conclusão

O programa Bolsa Família objetiva a inclusão dos beneficiários em direitos sociais básicos, além de permitir a sua emancipação econômica, no que se refere à situação anterior dos mesmos que viviam em condição de pobreza e extrema pobreza. Assim, em ações conjuntas com os Estados, a União e os Municípios, que admitem o aumento das capacidades, a geração de renda às famílias, as oportunidades de trabalho, a melhoria na saúde e na educação, permitem que as famílias possam se desenvolver e

sair da vulnerabilidade social. Esse programa visa tirar a população da pobreza e da pobreza extrema permitindo que, tenham acesso, através das condicionalidades, a direitos sociais básicos que levam ao exercício da autonomia e da cidadania na sociedade brasileira, fazendo com que saiam da situação de vulnerabilidade social e tenham dignidade como pessoas humanas e o mínimo existencial, além de permitir que acessem as oportunidades que a sociedade oferece de acordo com o talento de cada um.

Quanto à presença do princípio da igualdade equitativa de oportunidades, de John Rawls, nas condicionalidades inseridas pelo programa Bolsa Família, pode-se observar que estão firmemente embutidas, pois que permitem que o ciclo estrutural de pobreza possa ser rompido, além do que permite às pessoas beneficiadas a possibilidade de autonomia e busca de sua cidadania social plena, galgando posições e cargos na sociedade brasileira. A igualdade de oportunidades vem a ser superior ao princípio da diferença, pois, como foi afirmado, existe uma ordem lexográfica. Mas unir os dois princípios junto com o da liberdade leva à busca de justiça com equidade, o que permite que a igualdade e a liberdade estejam presentes nas políticas públicas sociais brasileiras, principalmente no programa Bolsa Família.

Se as pessoas fossem colocadas numa posição original através do véu da ignorância (um contrato social hipotético), poderiam escolher os princípios da justiça, visto que a cooperação de todos levaria a que se tivesse uma sociedade mais cooperativa e solidária. Quando Rawls afirma que as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam, ao mesmo tempo, vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos, entende-se que as condicionalidades permitem que os beneficiários possam se afastar da pobreza e buscar uma oportunidade na sociedade, quebrando o ciclo estrutural de pobreza existente. Ou seja, os princípios de Rawls não tentam eliminar as desigualdades, mas buscar uma forma de equidade na sociedade.

Pode-se concluir que, através do programa Bolsa Família, há uma preocupação com a igualdade de oportunidades, sendo que isso se pode observar no fato de o programa objetivar a elevação da renda e as condições de bem-estar da população. Considerando a teoria rawlsiana, ressalta-se que o compromisso assumido pelo programa é democratizante e equitativo segundo o modelo de liberalismo igualitário e, com isso, tem-se clara a preocupação com os sujeitos “menos favorecidos” que necessitam de benefícios e de inclusão social. Mas fica a advertência ao fato de que o programa não deve ser uma plataforma de governo ou uma forma de assistencialismo/caridade paliativa à pobreza, deve, antes, realmente trazer autonomia e cidadania social aos seus beneficiários; também não deve ser um fim, mas um meio de eliminar a pobreza.

O País passa por uma crise social de valores, e vários aspectos devem ser revistos, principalmente no que se refere à corrupção e à construção de uma verdadeira cidadania. Verificam-se sérios problemas sociais pautados na desconstrução da identidade da sociedade brasileira, pois a corrupção se instala em todos os setores. Essa crise moral e ética começa pelo próprio cidadão que vive com base no “jeitinho brasileiro” e perpassa pelos demais setores até chegar à esfera governamental. Os programas sociais não podem servir de plataforma eleitoral; devem beneficiar as pessoas que vivem à margem da sociedade, marcadas pela vulnerabilidade social. Caso contrário, a democracia jamais se efetivará na sociedade brasileira atual.

Referências

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/>. Acesso em: 15 fev. 2015

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/gestao-de-condicionalidades/condicionalidades-de-educacao%20>>. Acesso em: 15 fev. 2015

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>. Acesso em: 15 fev. 2015

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 fev. 2015

BRASIL. *Escola de formação do PT*. Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/node/1108>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

RAWLS, John. *Justiça como equidade*. Trad. de Cláudia Berliner. São Paulo: M. Fontes, 2003.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Ática, 2000.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: M. Fontes, 2002.

RAWLS, John. *A ideia de razão pública revisitada*. WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares (Org.). *Democracia deliberativa*. São Paulo: Singular, 2007.

RAWLS, John. *Justiça e democracia*. São Paulo: M. Fontes, 2000a.

RDH2014. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014*. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Lisboa: Pnud, 2014.

SILVA, Sidney Reinaldo da. *Formação moral em Rawls*. Campinas: Alínea, 2003.

WEBER, Thadeu. *Ética e filosofia do direito: autonomia e dignidade da pessoa humana*. Porto alegre: Vozes, 2013.

WEBER, Thadeu. *Ética e filosofia: Hegel e o formalismo kantiano*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

Inovação tecnológica em produtos e processos: estudo de caso em empresa de automação industrial

Edvania Rocha Rodrigues* – Micheli Dalbó** – Paula Patrícia Ganzer***
 Cristine Hermann Nodari**** – Eric Charles Henri Dorion# – Pelayo Munhoz Olea##
 Oberdan Teles da Silva### – Alfonso Augusto Froes Davila####

Resumo: Atualmente, a tecnologia tem se apresentado como um dos fatores de progresso e de desenvolvimento das empresas. A busca pela competitividade em mercados cada vez mais exigentes e a redução da vida útil dos produtos e serviços de alta velocidade de desenvolvimento são fatores que exigem das empresas inovação constante. Alguns autores como Davis, Aquilano e Chase (2001) relatam que inovações tecnológicas levam à geração de vantagens competitivas, motivando as empresas a buscarem continuamente inovação, para não serem ultrapassadas pela concorrência. O artigo tem como objetivo identificar a inovação tecnológica e como ela influencia na competitividade de uma empresa de automação industrial de Caxias do Sul. Para isso, foi utilizado um estudo de caso aplicado na empresa Alfatronic Automação Ltda., onde foi realizada uma entrevista utilizando um questionário previamente elaborado, que foi aplicado ao diretor industrial e ao diretor comercial. A conclusão do artigo apontou que as inovações tecnológicas aumentam a competitividade, reduzem custos e contribuem para a diferenciação dos negócios da empresa. Dessa forma, a empresa otimiza a produtividade, melhora a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, aumenta a lucratividade.

Palavras-chave: Tecnologia. Inovação tecnológica. Competitividade.

1 Introdução

O fator-chave para o sucesso de uma organização é entregar a seus consumidores produtos e serviços com o maior valor agregado possível (*performance/preço*), atendendo às suas necessidades, em menor tempo e melhor que o da concorrência.

A concorrência é um fator crítico para o sucesso das organizações, determinando como as atividades de uma organização devem ser conduzidas para garantir o sucesso da mesma em longo. É válido destacar, nesse contexto, caracterizado pela concorrência acirrada, que cabe às empresas definir suas prioridades competitivas, sabendo que essas se constituem em um conjunto consistente de critérios que a empresa tende a valorizar para competir no mercado.

* Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

*** Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

**** Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Doutor em Administração de Empresas pela Université de Sherbrooke – Canadá. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e na Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale).

Doutor em Administração de Empresas pela Universitat Politècnica de Catalunya – Espanha. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UCS) e na Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale).

Doutorando em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Mestrando em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Uma das principais características das últimas décadas é a velocidade com que as inovações tecnológicas vêm sendo introduzidas nas organizações, trazendo a necessidade de rever e reformular constantemente as práticas e os modelos de gestão adotados. As inovações tecnológicas correspondem à introdução, no mercado, de produtos, serviços, processos novos ou significativamente melhorados.

De modo geral, a produção de novos conhecimentos tecnológicos começa com a percepção e a identificação de problemas ou oportunidades de ordem técnica ou econômica. Após são realizadas pesquisas para buscar conhecimentos capazes de resolver problemas, projetos que incorporem tais conhecimentos e, por fim, tem início a produção e comercialização, bem como as modificações nos produtos, serviços ou processos que tenham aceitação comercial.

Davis, Aquilano e Chase (2001) destacam que, no contexto globalizado e competitivo em que as organizações estão inseridas, a utilização inadequada dos recursos tecnológicos, e, até mesmo, a sua não utilização podem representar uma ameaça à sobrevivência das empresas. Diante desse cenário, observa-se que as empresas que não se adequarem ao mercado, buscando inovação e tecnologia, se tornarão obsoletas e sem condições de ser competitivas.

Para este artigo optou-se por estudar uma empresa de pequeno porte do setor metalmeccânico de Caxias do Sul. O fato de Caxias do Sul ser um polo industrial, atraindo empresas de todo o mundo e, conseqüentemente, aumenta a concorrência entre as empresas, Dessa forma, a inovação tecnológica se faz necessária, pois sem ela as empresas deixam de ganhar competitividade e perdem mercado.

Souza (2005) afirma: para uma empresa de pequeno porte que ainda não tem a devida força financeira para sustentar experimentos que possam não dar certo, a inovação pode ser algo arriscado, que requer muita coragem dos empresários. Se há coragem no empresário, além dele conseguir criar algo novo, terá êxito e, certamente, essa inovação será copiada e, muitas vezes, até aperfeiçoada por outros empresários.

A imitação justifica os vários saltos de progresso e de retrocesso, pois a inovação, além de trazer consigo uma perturbação inicial inerente ao processo, traz também a possibilidade de *provocar* crises periódicas. “A crise força a reorganização da produção, o aumento da eficiência e a redução de custos.” (SOUZA, 2005, p. 145).

De acordo com o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul (Simecs) (2014), existem, hoje, em Caxias do Sul, 2.155 empresas do setor metalomeccânico, sendo que em torno de 95% delas são consideradas de pequeno e médio portes.

Diante dos dados apresentados, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais são os impactos da inovação tecnológica na competitividade da empresa Alfatronic

Automação? Para responder à questão apresentada, foi necessário identificar e descrever as principais contribuições alcançadas pela inovação tecnológica, bem como identificar e descrever de que forma ela influencia na competitividade das empresas.

O artigo está estruturado em seções: na primeira, é descrita a introdução da pesquisa, a segunda apresenta a revisão bibliográfica sobre inovação tecnológica, competitividade, relação entre inovação tecnológica e competitividade; na terceira, seguem descritos os procedimentos metodológicos utilizados para obtenção e análise dos dados; e na quarta seção, estão as conclusões da pesquisa.

2 Referencial teórico

2.1 Inovação tecnológica

Barbieri (1990) afirma que a inovação tecnológica corresponde a toda mudança que é feita em uma tecnologia. É pela inovação que se introduz efetivamente um novo produto ou processo ou se aperfeiçoam os já existentes por intermédio das seguintes opções: criação de novo processo produtivo ou alteração nos processos existentes; modificações no produto existente, ou a substituição de um modelo por outro; introdução de novos produtos integrados verticalmente aos existentes; e a introdução de um novo produto que exige novas tecnologias.

Seguindo essa linha de raciocínio, Masiero (2007) afirma que as formas de inovar consistem na introdução de um novo modelo de produção, na inovação de um produto, na identificação de novas oportunidades no mercado, no emprego de novas fontes de matéria-prima, de fatores de produção semi-industrializados, bem como no desenvolvimento de novos tipos de organização e gestão. Masiero (2007) ainda ressalta que a inovação tecnológica, como um processo, é formada por um conjunto de atividades inscritas em determinado período, que acaba por introduzir, no mercado, uma ideia em forma de produtos novos, com êxito e pela primeira vez.

Valeriano (1985), define inovação tecnológica sob um ponto de vista fundamentalmente econômico: “A inovação tecnológica é o processo pelo qual uma ideia ou invenção é transposta para a economia”, ou seja, ela percorre o trajeto que vai desde essa ideia, passando pelas tecnologias existentes ou buscadas para tanto, até criar um novo produto ou serviço e colocá-lo em disponibilidade para consumo ou uso.

De modo geral, a inovação tecnológica está associada a alterações nos produtos, na matéria-prima, nos processos, nas técnicas de produção, bem como nos sistemas de produção, distribuição e comercialização resultantes de modificações não rotineiras nas técnicas de engenharia e de gerenciamento seguidas por uma unidade produtiva. (TOLEDO, 1987).

Já no século passado, Schumpeter (1982) chegou à conclusão que são as inovações tecnológicas ou o progresso técnico o principal gerador de mudanças na economia. As inovações tecnológicas são a origem verdadeira do lucro, pois geram o desenvolvimento econômico de um país. Contudo, conforme Schumpeter (1982), as inovações só ocorrem porque existe um agente denominado *entrepreneur*, que é aquele que realiza novas combinações, é o agente das inovações e deve ter capacidade de ação empreendedora, de previsão, de iniciativa e liderança.

Masiero (2007) afirma que os aspectos que mais têm dificultado mudanças da base tecnológica no contexto organizacional estão relacionados aos recursos humanos, uma vez que, entre esses aspectos, encontram-se as falhas no fluxo de informações, o não envolvimento dos diversos departamentos e políticas inadequadas de gestão de pessoas.

Desse modo, é necessária a existência do *entrepreneur*, conforme afirma Schumpeter (1982), para estimular esforços tecnológicos endógenos, visando a alcançar e incorporar o domínio de novas tecnologias, bem como solucionar possíveis problemas que surgirem nos âmbitos interno e externo.

Na busca pelo lucro, as empresas se enfrentam no mercado, e é nesse ambiente de concorrência que o processo de inovação ocorre. Pode-se afirmar que a insegurança e a instabilidade do mercado fazem com que a empresa busque uma forma de inovar que minimize os custos e maximize a qualidade dos produtos.

De acordo com Gonçalves, Gonçalves Filho e Reis Neto (2006), para sustentar a inovação tecnológica, é necessário alinhar-se ao conceito de melhoria tecnológica constante, que compreende a busca contínua por melhores produtos e tecnologias produtivas. Portanto, a organização que conseguir acompanhar esse ritmo de melhorias será recompensada com vantagem competitiva, baseada em características operacionais, como flexibilidade no seu processo produtivo.

2.2 Competitividade

Os avanços tecnológicos e a velocidade das mudanças vêm fazendo com que os líderes de grandes organizações se voltem à competitividade e considerem todos os elementos que, de alguma forma, a influenciam. São mais competitivas as empresas capazes de inovar, de se antecipar às mudanças e de se adequarem a elas.

Para Degen e Mello (1989), competitividade é a base do sucesso ou fracasso de um negócio onde há livre-concorrência. Aqueles que tem boa competitividade prosperam e se destacam dos seus concorrentes, independentemente do seu potencial de lucro e crescimento.

“O sucesso competitivo passa, assim a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produto se esforça por obter peculiaridades que o distingam dos demais.” (COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 18). Desviar o curso concorrencial da guerra de preços, pois a competição por preço pode ser benéfica para os consumidores em curto prazo, mas uma ameaça às margens de lucro em longo prazo, o que pode dificultar os reinvestimentos e inibir a inovação. (MOORE, 1997).

De acordo com Porter (1986), o conceito de competitividade compreende posicionar o empreendimento de modo que suas capacidades proporcionem a melhor defesa contra o conjunto de forças competitivas existentes, influenciando-as por meio de estratégias competitivas.

Para Levy (1992, p. 187), a competitividade “é consequência do grau de foco que o produto conseguiu em relação aos requisitos do mercado, e também da colocação que a marca está obtendo com suas vantagens competitivas em relação aos concorrentes”. Para esse autor (1992) os produtos que dispõem tanto de alta competitividade como de alta capacidade de manobra ou flexibilidade são os líderes e poderão prosseguir inovando e consolidando sua liderança no tempo.

Davis, Aquilano e Chase (2001, p. 41) afirmam que a competitividade de uma empresa “refere-se à sua posição relativa no mercado consumidor, em termos de como ela compete com outras empresas em seu mercado”. Uma empresa precisa diferenciar-se de seus concorrentes, a fim de não apenas sobreviver, mas prosperar em um mercado competitivo. Portanto, entender os fatores que podem influenciar na competitividade de uma empresa é essencial para o delineamento de estratégias efetivas e de crescimento. (DAVIS; AQUILANO; CHASE, 2001).

Tubino (2000, p. 22) defende que “ser competitivo é ser capaz de superar a concorrência naqueles aspectos de desempenho que os nichos de mercado visados mais valorizam”. Levy (1991, p. 187) destaca que a competitividade “é consequência do grau de foco que o produto conseguiu em relação aos requisitos do mercado, e também da colocação que a marca está obtendo com suas vantagens competitivas, em relação aos concorrentes”.

2.3 Inovação tecnológica *versus* competitividade

Para que a empresa se mantenha competitiva, é primordial a existência de um processo continuado de capacitação tecnológica, ou seja, um processo de implantação de novas tecnologias que, ao alcançarem êxito no mercado, resultam em inovações tecnológicas que, por sua vez, possibilitam competitividade e lucratividade.

“O processo competitivo passa a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, e um processo em que cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam dos demais.” (COUTINHO; FERRAZ, 1994, p. 18).

Dessa forma, as empresas devem investir para alcançar vantagem competitiva sustentável. Para Rumelt (1984), a vantagem é sustentável se continuar a existir mesmo depois que os esforços desenvolvidos pelos concorrentes, para duplicar a vantagem, tiverem cessado. Ou seja, a sustentabilidade da vantagem competitiva não depende do tempo cronológico, mas da falta de habilidade dos concorrentes atuais e potenciais em duplicar a estratégia que a gera.

Vantagem competitiva sustentável é uma condição enfatizada por Porter (1985), ao discutir que as estratégias competitivas dependem de baixo custo e diferenciação. Em complemento a essas ideias, Day e Wensley (1988) propuseram uma estrutura de análise que ajuda a empresa a conquistar vantagens competitivas por meio da identificação e do desenvolvimento de competências diferenciadas, buscando baixo custo ou diferenciação.

A sustentabilidade da posição de vantagem exige que a empresa coloque barreiras que dificultem a imitação, obrigando-a a investir continuamente na manutenção e melhoria de vantagens. Prahalad e Hamel (1990) enfatizam a ideia de que a empresa deve aprender a criar, continuamente, novas vantagens que lhe permita manter-se na liderança.

Prahalad e Hamel (1990) explicam que a sustentabilidade depende de competências centrais, e que a empresa deve transformar seus recursos e habilidades em competências que lhe permita adaptar-se rapidamente às oportunidades resultantes de mudanças ambientais.

Na mesma linha de raciocínio, Barney (1991) mostrou a existência de ligação entre recursos da empresa e vantagens competitivas sustentáveis e que, para que os recursos de uma firma gerem vantagens competitivas sustentáveis, devem possuir quatro características essenciais: ser valiosos, raros, difíceis de ser imitados e difíceis de ser substituídos. Os recursos são considerados valiosos quando permitem que a empresa conquiste ou implemente estratégias que melhorem a sua eficiência e efetividade.

Mesmo sendo valiosos, se os recursos forem apropriados por competidores, podem não representar fonte de vantagem competitiva sustentável, pois cada empresa tem a capacidade de explorar os recursos da mesma forma que todos os demais concorrentes.

Os recursos valiosos e raros que uma empresa possui só poderão ser fonte de vantagens competitivas sustentáveis se puderem ser conseguidos com dificuldade pelas

empresas que não os tenham. Se não houver recursos equivalentes, as estratégias deverão gerar vantagens competitivas sustentáveis, porque os recursos usados para gerar e implantar as estratégias são valiosos, raros, imperfeitamente imitáveis e de difícil substituição.

O “termômetro” que permite verificar o sucesso da empresa e o seu nível de competitividade é o seu percentual de lucro, pois, de acordo com Hunt e Morgan (1996), a competição é o desequilíbrio, processo contínuo que consiste na luta constante entre firmas para uma vantagem comparativa em recursos que renderão posições de vantagem competitiva no mercado, e assim, desempenho financeiro superior.

Nesse cenário, para todas as empresas parece haver um conjunto de eventos que se traduz em três grandes elementos de pressão para mudanças tecnológicas: variações no volume ou índice de lucro; mudanças no ambiente concorrencial; e novas tecnologias.

De acordo com Penrose (1959, p. 92), “a inovação garante vantagens competitivas às empresas em seus mercados e, em algumas vezes, novas oportunidades para realizar processos de diversificação”. A força da empresa está na política de inovação que lhe garante defesa contra a concorrência em sua área de especialização.

Na visão de Porter (1989), a tecnologia pode ter um efeito sobre as estratégias de custo e diferenciação, sendo que a empresa que conseguir executar uma atividade melhor do que os seus concorrentes ganha vantagem competitiva.

De todos os fatores que podem modificar as regras da concorrência, a inovação tecnológica apresenta-se como um dos fatores mais proeminentes, podendo destruir a vantagem competitiva de empresas bem posicionadas no mercado, como também aumentar a competitividade de outras menos favorecidas. De acordo com Porter (1989), a inovação tecnológica irá influenciar na vantagem competitiva de uma empresa, sempre que:

- a) reduzir o custo ou aumentar a diferenciação, além de ser protegida contra imitações;
- b) mudar os direcionadores do custo ou da singularidade em favor da empresa;
- c) melhorar a estrutura industrial; e
- d) significar pioneirismo, traduzindo-se em vantagem para o primeiro a mover-se.

No entanto, nem sempre a primeira empresa a comercializar um novo produto terá as vantagens inerentes ao evento. (TEECE, 1992). Diversas situações podem impedir que as empresas consigam se apropriar dos lucros subsequentemente gerados pela inovação.

Os primeiros a moverem-se podem enfrentar desvantagens, as quais, de acordo com Porter (1989), decorrem de duas fontes principais: o primeiro a mover-se, em geral, arca com os custos substanciais do pioneirismo, bem como pode ter que enfrentar os riscos provenientes de possíveis mudanças que possam ocorrer nas condições de mercado.

Além disso, outros produtores potenciais podem também aprender a evitar certos defeitos presentes nos primeiros modelos lançados no mercado. Dessa forma, o primeiro a mover-se corre o risco de perder rapidamente espaço no mercado para um imitador que aprenda com a experiência propiciada por seu pioneirismo. (POSSAS, 1999).

Para Davis, Aquilino e Chase (2001), o modo como a inovação tecnológica possibilita às empresas alcançarem tal vantagem competitiva é por intermédio da otimização da produtividade, da melhoria na comunicação, e na qualidade dos produtos, bem como nos métodos de controle e planejamento, possibilitando, conseqüentemente, a diferenciação ou a redução dos custos. Desse modo, o aumento da concorrência, nos últimos anos, deu-se pelos avanços contínuos em tecnologia, sendo que a inovação tecnológica passou a ser o elemento mais importante no processo de competitividade dos setores.

Para Vasconcelos e Brito (2004), a arma da competição é um meio, cujos elementos principais são a produtividade, a qualidade no processo e a exploração da tecnologia, o qual deve ser utilizado pelas empresas para obter vantagens competitivas. Desse modo, percebe-se que o domínio das inovações tecnológicas culmina num dos fatores que se apresentam como exigências que desafiarão, constantemente, a capacidade dos empreendedores e empresários de se reposicionarem ante a uma realidade marcada fortemente pela necessidade de conhecimento e aplicação de estratégias ligadas a essas variáveis.

3 Método de pesquisa

Para este artigo, realizou-se uma pesquisa descritiva e qualitativa, através do estudo de caso na empresa Alfatronic Automação Ltda., empresa de pequeno porte do setor metalomecânico de Caxias do Sul. Os dados coletados foram analisados através do método *análise de conteúdo*.

Segundo Gil (1991, p. 46), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para tal, podem ser utilizadas descrições quantitativas e/ou qualitativas. A diferença básica entre as metodologias quantitativa e qualitativa é que esta última geralmente não utiliza métodos estatísticos como suporte

para o processo de equacionar o problema de pesquisa. Vale ressaltar que não há um limite claramente definido entre essas metodologias. (LAKATOS; MARCONI, 1996).

Um dos tipos de pesquisa qualitativa é o estudo de caso, que pode ser definido como uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa com profundidade, visando ao maior detalhamento na descrição de determinada realidade. (TRIVIÑOS, 1987). Assim, no estudo de caso, observa-se a principal característica da abordagem qualitativa que é o privilegiamento dos conteúdos. Para tal, empregam-se, frequentemente, como forma de coleta de dados, a observação empírica, a pesquisa documental e a entrevista. (DEMO, 1995). No caso da pesquisa realizada, foram utilizadas a pesquisa documental e a entrevista.

Em relação à entrevista, alguns autores consideram-na como um sistema muitas vezes superior de obtenção de dados, largamente utilizado em pesquisas qualitativas, devido à sua flexibilidade, possibilidade de avaliar atitudes, condutas e reações e de obter informações mais precisas e de comprovação imediata, além de dar a oportunidade de aquisição de dados não encontrados em fontes documentais. (LAKATOS; MARCONI, 1996; GIL, 1991). Para este artigo foi realizada uma entrevista semiestruturada com o diretor comercial e o diretor industrial da empresa.

Os dados obtidos foram analisados através da metodologia de análise de conteúdos cuja importância, segundo Demo (1995, p. 147), encontra-se, “sobretudo, na construção dialogal, que produz conhecimento na prática e prática no conhecimento”.

4 Análise dos dados e conclusão

O trabalho foi desenvolvido na Alfatronic Automação Ltda., empresa do setor metalmeccânico, localizada na região Nordeste do Rio Grande do Sul. De acordo com as entrevistas realizadas, foi observado que os respondentes declararam ter percebido os impactos da inovação tecnológica na competitividade da empresa. Para eles a inovação tecnológica está relacionada ao desenvolvimento de novas máquinas, à modernização das existentes e ao lançamento de produtos com atributos não existentes no mercado. As inovações organizacionais e de *marketing* não são citadas pelos entrevistados.

O *Manual de Oslo* (1997) define quatro dimensões da inovação, que devem ser seguidas pelas empresas: inovação de produtos, inovação de processo, inovação organizacional e inovação de *marketing*.

Segundo Porter (1989), a transformação tecnológica não é por si só importante, mas será se afetar a vantagem competitiva e a estrutura industrial. Nem toda transformação tecnológica é estrategicamente benéfica; ela pode piorar a posição

competitiva de uma empresa e a atividade da indústria e alta tecnologia não garante elevada rentabilidade.

Existe uma coincidência no processo de inovação tecnológica: os entrevistados se utilizam, de alguma forma, da tecnologia para melhorar sua produção. Nesse sentido, Maximiano (2000) orienta sobre a existência de dois tipos de tecnologia, de produto e de processo. A tecnologia *de produto* incorpora os conhecimentos relacionados ao projeto do produto – forma e função. A tecnologia *de processo* compreende os conhecimentos sobre como transformar os materiais para obter o produto.

Nas entrevistas, foi possível observar que os entrevistados concordam que a inovação tecnológica traz melhorias e desenvolvimento à empresa, sendo que o maior impacto é em relação à redução de custos, o que reflete diretamente no lucro.

Na percepção dos empresários, o impacto da inovação tecnológica é positivo, pois, por meio dela, aumentam a competitividade da empresa, a margem de lucro pela redução dos custos, a agilidade no processo de fabricação, o aumento do volume de produção e uma melhoria considerável na qualidade do produto final, assim como nos serviços.

Os empresários consideram a inovação tecnológica como a modernização e aquisição de máquinas. Entretanto, como demonstrado pela literatura, esse processo é muito mais abrangente e engloba qualquer processo pelo qual uma ideia ou invenção é transposta para a economia. De outra forma, desde a concepção da ideia até a criação do novo produto ou serviço, muitas vezes sem precisar de conhecimentos científicos, há a necessidade de conhecimentos práticos ou experimentais, em geral oriundos de pesquisa, visando à produção de novos materiais, produtos, equipamentos, processos, sistemas ou serviços específicos, assim como melhoria significativa daqueles já existentes.

O desenvolvimento do conhecimento, a partir da percepção dos empresários da região a respeito de inovação tecnológica em produtos e processos, torna-se preponderante para a trajetória local de apreensão de diferentes técnicas e comportamentos. Da mesma forma, incita a um ambiente econômico-alvo e oportunidade de trabalhos futuros, desvelando o aprimoramento social da região, através do desenvolvimento do mercado de trabalho.

Referentemente às limitações, a pesquisa ficou restrita à entrevista com o diretor comercial e o diretor industrial da empresa, configurando-se como um estudo de caso, por isso não é possível generalizar os resultados a outras empresas do setor metalomecânico.

Como oportunidade de pesquisas futuras, sugere-se um estudo de múltiplos casos, assim como pesquisa quantitativa sobre a percepção de gestores quanto à inovação tecnológica em produtos e processos.

Referências

- BARBIERI, J. C. *Produção e transferência de tecnologia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.
- COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papyrus, 1994.
- DAY, G. S.; WENSLEY, R. Assessing advantage: a framework for diagnosing competitive superiority. *Journal of Marketing*, v. 52, p. 1-20, apr. 1988.
- DAVIS, M. M.; AQUILANO, N. J.; CHASE, R. B. *Fundamentos de administração da produção*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DEGEN, P. J.; MELLO, A. A. A. *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. rev. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GONÇALVES, C. A.; GONÇALVES FILHO, C.; REIS NETO, M. T. *Estratégia empresarial: o desafio nas organizações*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- HUNT, S. D.; MORGAN, R. M. The resource-advantage theory of competition: dynamics, path dependencies, and evolutionary dimensions. *Journal of Marketing*, p. 107-114, Oct. 1996.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Técnicas de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEVY, A. R. *Competitividade organizacional*. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1992.
- MASIERO, G. *Administração de empresas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- MAXIMIANO, A. C. *Introdução à administração*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.
- MOORE, J. F. *The death of competition: leadership & strategy in the age of business ecosystems*. New York: Haper Business, 1997.
- PENROSE, Edith. *The theory of the growth of the firm*. London: Basil Blackwell, 1959.
- PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e de concorrência*. São Paulo: Campus, 1986.
- PORTER, M. E. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
- POSSAS, S. Aspectos gerais da noção de concorrencial. In: _____. *Concorrência e competitividade: notas sobre estratégia e dinâmica seletiva na economia capitalista*. São Paulo: Hucitec, 1999.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. The core competence of the corporation. *Harvard Business Review*, v. 68, p. 79-91, Mai./Jun. 1990.

RUMELT, R. P. *Towards a strategic theory of the firm*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press, 1954.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento*. São Paulo: Abril, 1982.

SIMECS. Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul. *Resultados Econômicos*. 2014. Disponível em: <<http://www.simecs.com.br/empresas/resultados-economicos/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TEECE, D. J. Strategies for capturing the financial benefits from technological innovation. In: ROSENBERG, N.; LANDAU, R.; MOWERY, D. *Technological and the wealth of nations*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

TOLEDO, José C. de. *Qualidade industrial: conceitos, sistemas e estratégias*. São Paulo: Atlas, 1988.

TUBINO, Dalvio F. *Manual de planejamento e controle da produção*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, F. C.; BRITO, Luiz A. L. Vantagem competitiva: o construto e a métrica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 44, n. 2, p. 51-63, abr. 2004.

Metodologia de internacionalização da empresa Marcopolo: um estudo de caso nos projetos da Índia

Edvania Rocha Rodrigues^{*} – Marina D’Agostini^{**} – Rosa Maria Sartor^{***}
 Paula Patrícia Ganzer^{****} – Cristine Hermann Nodari[#] – Eric Charles Henri Dorion^{##}
 Pelayo Munhoz Olea^{***} – Adrieli Alves Pereira Radaelli^{####} – Cassiane Chais^{#####}

Resumo: Entende-se por internacionalização o processo de expansão, através do qual uma empresa investe em outros países com a criação de unidades de negócio. Historicamente, é mais frequente em países desenvolvidos, mas com o incremento do comércio mundial nas últimas décadas, percebe-se que as empresas brasileiras têm buscado atuar além da fronteira nacional garantindo presença nos mercados-chave. Para essas organizações, pela falta de *know-how* e tecnologias avançadas, o desafio de internacionalização é ainda maior. O método de pesquisa utilizado é a abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e descritivo. Como técnica, foi utilizado o estudo de caso que tem como objetivo analisar a estratégia de internacionalização utilizada pela empresa Marcopolo, com foco no exemplo das plantas instaladas na Índia. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com gestores e do acesso a documentos e informações da organização. A relevância deste estudo está em investigar uma empresa nacional em estágio avançado de internacionalização, contribuindo para a construção do conhecimento empírico nessa esfera do conhecimento. A pesquisa concluiu que o modelo utilizado pela Marcopolo não se ajusta unicamente a um dos modelos de internacionalização levantados no referencial teórico, mas se utiliza de alguns aspectos complementares de cada modelo para montar aquele que melhor se adapta à sua realidade. Atualmente, às tomadas de decisão da Marcopolo sobre a seleção de mercados externos a serem explorados se baseiam em estudos intensivos dos mercados, na determinação e análise da atratividade de cada país, no potencial de competitividade da empresa e na análise da melhor forma de entrada.

Palavras-chave: Internacionalização. Marcopolo. Índia.

1 Introdução

A internacionalização, que pode ser definida como um processo crescente e contínuo de envolvimento de uma empresa com operações em outros países, fora de sua base de origem, constitui um fenômeno antigo e amplamente estudado. (GOULART; BRASIL; ARRUDA, 1996).

Historicamente, esse processo foi (e é) mais frequente entre empresas de países desenvolvidos, geralmente de grande porte, com maior capacidade financeira para

^{*} Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

^{**} Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

^{***} Mestra em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

^{****} Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

[#] Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

^{##} Doutor em Administração de Empresas pela Université de Sherbrooke – Canadá. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração de empresas pela (UCS) e na Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale).

^{***} Doutor em Administração de Empresas pela Universitat Politècnica de Catalunya – Espanha. Professor no Programa de Pós-Graduação em Administração de empresas pela (UCS) e na Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo (Feevale).

^{####} Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

^{#####} Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

investimentos estrangeiros necessários e mais desenvolvidas tecnologicamente. Entretanto, com a evolução das relações comerciais entre países, o advento da globalização, a abertura de mercados e as consequências que isso implica na concorrência, as empresas de países em desenvolvimento buscam, cada vez mais, mercados externos.

Para as empresas aumentarem o volume de negócios internacionais significa operar com maiores economias de escala, diminuir a dependência das vendas no mercado interno e alcançar maior competitividade. (HEXSEL, 2003). Klotzle (2002) defende que, em um mundo globalizado, o incremento da competitividade tornou-se questão de sobrevivência às empresas, independentemente do ramo em que atuam. A globalização não só exige presença nos mercados-chave, como também aumento da produtividade, redução dos custos, melhoria da qualidade dos produtos, investimentos na qualificação dos funcionários e desenvolvimento de novas tecnologias.

No Brasil, a globalização e a abertura do mercado tiveram grande impacto nas empresas nacionais e no ambiente competitivo. Na década de 90 (séc. XX), a estabilização da economia atraiu concorrentes mais preparados e poderosos do que as empresas locais. Para as empresas brasileiras, os desafios da globalização foram ampliados por sua pouca (ou nenhuma) experiência internacional e pelo atraso tecnológico. Entretanto, a internacionalização constitui-se em processo desafiador, principalmente às empresas que buscam a globalização.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a metodologia de internacionalização adotada pela empresa Marcopolo. Para atender aos objetivos gerais, foram propostos os seguintes objetivos específicos: (i) identificar o histórico da internacionalização da Marcopolo e suas intenções estratégicas; (ii) estudar a metodologia de internacionalização utilizada por essa organização; (iii) exemplificar essa metodologia por meio do caso das duas plantas na Índia; e (iv) realizar um levantamento, por meio de pesquisa bibliográfica, dos modelos de internacionalização mais comuns na literatura, comparando-os com o modelo utilizado pela Marcopolo.

Entender o desenvolvimento das atividades de uma empresa em estágio avançado de internacionalização contribui para a construção do conhecimento nessa esfera de estudo e fornece subsídios que auxiliam na iniciativa de outras organizações, que pretendem avançar no processo de internacionalização. Nesse contexto, a relevância deste estudo de caso de cunho empírico se dá pela importância da empresa Marcopolo e por ela ser *benchmarking* em internacionalização, possuindo plantas em diversos países.

O seu processo de internacionalização criou um importante diferencial competitivo de mercado, fortaleceu sua marca mundialmente e segue sendo o foco da estratégia de crescimento do grupo. As vantagens competitivas do domínio tecnológico

de produto e processo, desenvolvidas no Brasil e reforçadas no Exterior, e a relação de parceria com as montadoras mundiais de chassi, foram facilitadores do sucesso do processo de internacionalização da Marcopolo.

Para melhor compreensão da pesquisa, este artigo está dividido em seções: a primeira delas é esta introdução; a segunda trata do desenvolvimento do embasamento teórico da pesquisa; a terceira é a descrição do método utilizado e do ambiente de pesquisa; a quarta contempla a análise dos dados e resultados obtidos, e a quinta, por fim, se dedica às considerações finais.

2 Referencial teórico

2.1 Internacionalização

Entende-se por internacionalização o processo de expansão, através do qual uma empresa investe em outros países para criação de unidades de negócio, podendo ser sob a forma de representantes comerciais, filiais, escritórios, fábricas ou controladas. Como Carlson (1975) comparou, o processo de internacionalização assemelha-se a andar de forma cautelosa em terreno desconhecido.

A Fundação Dom Cabral (2002, p. 5) conceitua internacionalização como o “processo de obtenção de parte ou totalidade do faturamento a partir de operações internacionais, seja por meio de exportação, licenciamento, alianças estratégicas, aquisição de empresas em outros países ou construção de subsidiárias próprias”. Já Soares (2004) sinaliza que, quando uma empresa decide internacionalizar-se, significa a inclusão no seu planejamento estratégico (visão de longo prazo) do objetivo de buscar e manter negócios internacionais, tanto em relação à importação quanto à exportação.

Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), as barreiras ao livre-comércio estão sendo eliminadas gradativamente. Com o passar do tempo, o mundo vai se transformando num só mercado, o mercado global. As grandes empresas são favorecidas por essa situação por possuírem a produção em larga escala, reduzindo seus custos e se tornando mais competitivas. (CARLSON, 1975).

Ao interagir no mercado global, a organização desenvolve novas culturas e aprimora tanto seus métodos administrativos quanto seus métodos organizacionais. Todo o processo de expansão do mercado levará ao aprimoramento de estratégias mercadológicas, assimilação de novas técnicas de comercialização e de produção, como também a elaboração de planos de *marketing* mais sofisticados. Essas condições trazem à empresa maior competitividade nos âmbitos nacional e internacional, mudança de visão estratégica, propiciando um salto na qualidade e atuação no mercado interno. (URBASCH, 2003).

Conforme Kogut e Zander (1993), o estudo sobre a internacionalização de empresas tende a ser dividido em perspectivas que abrangem o lado econômico, a teoria organizacional, a história e a política. Essas perspectivas são complementares no sentido de que a empresa multinacional é uma organização econômica que se desenvolve através de sua origem nacional para, então, ultrapassar fronteiras e ganhar mercados externos.

Segundo Dunning (1993), o principal objetivo de uma empresa ao querer se internacionalizar está em garantir rentabilidade em longo prazo, sendo que essa rentabilidade é composta de dois elementos: primeiramente, a rentabilidade obtida pela própria operação no Exterior e, segundo, os efeitos que a produção externa tem sobre toda a organização. Esse efeito pode ser positivo no caso de o investimento culminar em aumento da produção doméstica ou redução de custos, mas também pode ser negativo como no caso da produção de uma empresa no Exterior substituir a produção de outra também no Exterior.

Por outro lado, algumas empresas contam com operações produtivas em outro país, como parte de uma estratégia competitiva global coerente e coordenada e não como uma garantia de rentabilidade em longo prazo. Contudo, esses são casos característicos de empresas multinacionais já com muita experiência e já consideradas globais. Empresas pequenas ou que estão iniciando o processo de internacionalização tendem a se internacionalizar em busca de rentabilidade de longo prazo.

Para Dunning (1993), devido às dificuldades de identificar as condições apropriadas para maximizar os lucros e ao mesmo tempo evitar que novos concorrentes sejam atraídos ou até mesmo evitar a atenção não bem-vinda do governo local, muitas empresas se contentam em obter apenas um retorno satisfatório enquanto poderiam continuar investindo para maximizar ainda mais o retorno.

Enquanto o aumento em alguns fatores de risco é um fator para reduzir a inclinação da empresa em investir no país, outros riscos podem ser vistos como oportunidades, como no caso de não haver confiabilidade no principal fornecedor, ou haver ineficiência em agentes independentes de vendas, investir em operações próprias pode se mostrar a melhor solução.

A maioria das explicações econômicas e comportamentais para uma empresa se internacionalizar não especifica explicitamente a motivação para que essas se engajem em produção externa, explicam apenas as variáveis que determinam seu comportamento. (DUNNING, 1993 p. 56). A afirmativa acima reflete as inúmeras variáveis que devem ser consideradas na decisão de uma empresa de se internacionalizar, e mais ainda, na estratégia a ser adotada.

2.2 Modelos de Internacionalização

Esta subseção dedica-se à descrição dos modelos de internacionalização de empresas que se dividem em: (i) abordagens com base em critérios econômicos: soluções que trazem a maximização dos retornos financeiros; e (ii) abordagens com base em critérios comportamentais: dependem de atitudes, percepções e comportamentos dos tomadores de decisão que tendem a aplicarem-se melhor às empresas menores e no início de seu processo de internalização. (ANDERSEN; BUVIK, 2002).

Os modelos abordados neste artigo para cada uma das abordagens, conforme o Quadro 1, foram definidos no levantamento bibliográfico levando em conta a frequência e a relevância com as quais apareciam nas publicações sobre o tema.

Quadro 2 – Modelos de internacionalização abordados neste artigo

Abordagens	Modelos	Autor(es) principal(is)
Base em critérios econômicos	Ciclo de vida internacional	Vernon (1966, 1979)
	Poder de mercado	Hymer (1960/1976)
	Internalização	Buckley e Casson (1976, 1998)
	Paradigma eclético	Dunning (1980, 1988)
	Diamante	Porter (1989, 1999)
	Baseado em recursos	Barney (1991), Grant (1991)
Base em critérios comportamentais	Uppsala	Johanson e Wiedersheim-Paul (1975) Johanson e Vahlne (1977)
	Networks	Johanson e Mattson (1986) Forsgren (1989)
	Empreendedorismo internacional	Coviello e Munro (1995) Andersson (2000)

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.2.1 Modelo de Ciclo de Vida Internacional do Produto

Esse modelo foi proposto por Vernon (1966) e revisado por Vernon (1979) baseado na sequência lógica que as empresas americanas seguiam, nessa época, para atingir a internacionalização. Conforme Vernon (1966), o processo começa com a exportação dos produtos, chamada fase de inovação. Nessa fase, o mercado é restrito e incerto e a vantagem competitiva é a novidade e a escassez do produto nos países importadores, sendo o custo menos importante.

A fase subsequente é a de crescimento, na qual os mercados de exportação já são mais conhecidos, podendo-se aumentar os volumes, reduzir preços e atingir o mercado doméstico, percebendo em quais países importadores encontram-se as maiores oportunidades. Inicia a fase de maturidade; nela a expansão do mercado de exportação permite a padronização e a produção em massa, e os países importadores começam a

incentivar a economia local a produzir esses itens, colocando barreiras e tarifas de importação.

Essa fase conduz à próxima, de estagnação, já que a produção é transferida a países em desenvolvimento para reduzir custos de produção e mão de obra, completando o ciclo da internacionalização da empresa, conforme o tempo de vida do produto. Nesse modelo, a vantagem está nas altas taxas de juros estrangeiras. (CARNEIRO; DIB, 2007).

No entanto, nos dias atuais, o ciclo de vida do produto está cada vez menor e a internacionalização enfrenta outras barreiras e dificuldades, não dependendo apenas da inovação dos produtos. Sendo assim, não segue mais a sequência lógica de etapas proposta por Vernon (1966).

2.2.2 Modelo do poder de mercado

O modelo do poder de mercado foi originado de estudo de Hymer de 1960 a 1976, que observou que as empresas, em suas fases iniciais, deviam aumentar continuamente sua participação no mercado local, fazendo uso de vantagens competitivas ou de competências essenciais, ou ainda, com uma postura de fusões e aquisições, aproveitando falhas presentes no mercado local para crescer no mesmo.

Quando um grau de monopólio é atingido de forma a não mais haver razões para competir no mercado nacional, a empresa deve, então, utilizar os lucros locais para investir no mercado internacional, seguindo a mesma lógica, de concentração de mercado. Esse modelo considera a teoria do investimento direto, motivando-se pelos lucros derivados do controle da empresa estrangeira. Esse tipo de modelo não ocorre facilmente em qualquer tipo de indústria, precisando estar bem-consolidada, seja por meio de economias de escala, seja por conluios. (CARNEIRO; DIB, 2007).

2.2.3 Modelo de Internalização

Esse modelo foi criado por Buckley e Casson em 1976 e revisitado em 1998. Introduz os custos de transação como fator-chave na decisão sobre o grau com que as atividades internacionais serão feitas dentro da organização. Ou seja, pode-se considerar que qualquer produto, tecnologia, *know-how* ou atividade pode ser internalizado, desde que os custos de transação sejam vantajosos. (CARNEIRO; DIB, 2007).

Rugman (2001) defende que uma empresa se internacionaliza quando o custo percebido em realizar internamente as atividades internacionais é menor que o de subcontratá-las no mercado externo. Ou seja, a decisão de se internacionalizar ocorre quando os benefícios da internalização superam os custos.

Para Guedes (2007), a decisão de internalização ocorre de acordo com os seguintes parâmetros: (i) fatores específicos da indústria (produto e estrutura de mercado); (ii) fatores específicos da região; (iii) fatores específicos do país (incluindo políticas governamentais); e (iv) fatores específicos da firma.

Esse tende a ser o caso das multinacionais, indústrias com processos integrados verticalmente, das baseadas em capital intelectual que possuem cuidado com a imagem ou reputação, ou que necessitam de serviço intensivo local. (MORAES; OLIVEIRA; KOVACS, 2006). Essa teoria foca a opção de exportação ou de investimento direto no Exterior, mas defende a existência de um melhor modo de entrada ou de estabelecimento nos países estrangeiros, conforme os custos de transação da empresa e dos mercados escolhidos. (BUCKLEY; CASSON, 1998).

2.2.4 Modelo de Paradigma Eclético

O paradigma eclético é oriundo dos estudos de Dunning (1980, 1988) e consegue lidar com a atitude monopolizadora do *modelo de poder de mercado* e a atitude oportunista do modelo de internalização. É uma abordagem multitéorica para estudar a escolha de modos de entrada que se baseia em três teorias: negócios internacionais; visão baseada em recursos, e em custos de transação. Cita as entradas por meio de exportação, licenciamento e investimento direto podendo ser instalação de subsidiárias ou aquisição. (MORAES; OLIVEIRA; KOVACS, 2006).

De maneira geral, Dunning (1993) afirma que existem quatro focos principais de internacionalização: (i) busca por recursos; (ii) busca por mercado; (iii) busca por eficiência; e (iv) busca por ativos estratégicos.

Na busca por recursos, a motivação está em aumentar a rentabilidade e sua competitividade nos mercados em que está presente ou pretende estar. Nesse caso, a maior parte das subsidiárias em países estrangeiros se torna exportadora para a matriz no país de origem. Três grupos de recursos podem ser procurados: recursos físicos (matérias-primas e insumos em geral), recursos humanos (normalmente de baixo custo), e recursos tecnológicos (equipamentos e *know-how*).

Dunning (1993) cita quatro razões que motivam as organizações a buscarem mercado: (i) quando o principal fornecedor ou cliente da organização investe no Exterior; (ii) para entender melhor a cultura, a língua, os costumes, os requisitos legais e as regras de mercado para adaptar seus produtos aos consumidores; (iii) minimizar custos de produção e transferência; e (iv) estar operacionalmente presente nos principais mercados consumidores como parte da estratégia de *marketing* da organização.

A internacionalização baseada na busca de eficiência tem a intenção de aproveitar os arranjos institucionais, de sistemas políticos e econômicos, e de estruturas de

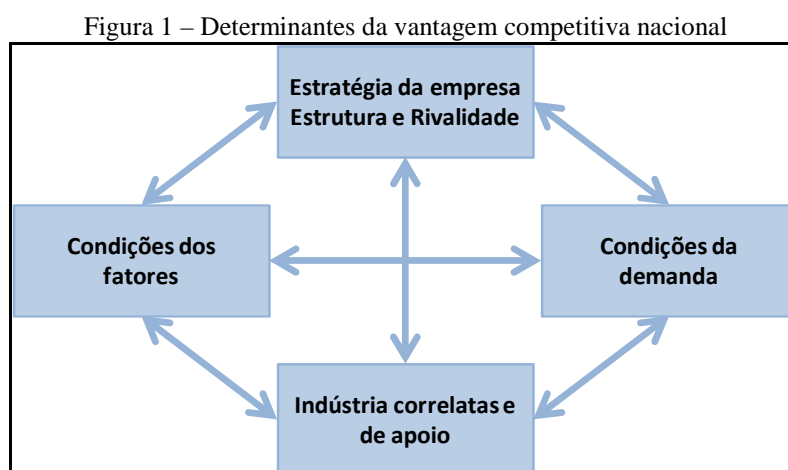
marketing para concentrar a produção em um número limitado de localidades com o propósito de atender a múltiplos mercados.

Por fim, o grupo que busca por ativos estratégicos é formado pelas empresas que optam por adquirir ativos de corporações estrangeiras para promover seus objetivos estratégicos de longo prazo, especialmente de manter ou avançar sua posição no mercado internacional ante seus concorrentes ou até mesmo enfraquecê-los.

2.2.5 Modelo Diamante

O “Modelo Diamante” proposto por Porter (1989) não apresenta claras evidências empíricas de comprovação em todos os determinantes do modelo, porém sua importância está em conscientizar de um paradigma que trate de características nacionais da indústria gerando vantagem competitiva internacional. Porém, nessa estrutura, a indústria é considerada um grupo de empresas com atividades semelhantes e não uma empresa individual única.

Esse modelo visa “buscar características decisivas de uma nação que permitem às suas empresas criar e manter a vantagem competitiva em determinados campos, isto é, a vantagem competitiva das nações”. (PORTER, 1989, p. 19). O modelo recebe o nome de diamante devido ao formato da estrutura que Porter (1989) utilizou para ilustrar os determinantes da vantagem competitiva das nações, conforme mostra a Figura 1.



Fonte: Adaptado de Porter (1989).

Ainda conforme Porter (1989), o governo tem papel influente nos fatores determinantes do modelo com a criação de fatores especializados, na intervenção nos mercados dos fatores e monetários, na aplicação de normas rigorosas sobre produtos, na segurança e no meio ambiente, além de na regulamentação da concorrência e na promoção de objetivos que conduzam a investimentos sustentados.

2.2.6 Modelo Baseado em Recursos

Esse modelo muda o foco de análise dos demais modelos de mercado descritos para dentro das organizações, buscando recursos que sejam raros, valiosos, insubstituíveis e difíceis de imitar, gerando, assim, uma vantagem competitiva sustentada. (BARNEY, 1991).

De acordo com Grant (1991), as empresas devem elaborar suas estratégias baseadas na exploração das capacidades geradas pelos próprios recursos e que melhor respondam às oportunidades externas. Nesse contexto, o adensamento da dificuldade de imitar a combinação dos recursos, incluindo os relacionamentos interorganizacionais em uma base global, resulta em vantagem competitiva internacional à empresa.

2.2.7 Modelo de Uppsala

O “Modelo de Uppsala” é o mais conhecido e abordado modelo de internacionalização, que recebeu esse nome devido ao local onde foi desenvolvido: a Universidade Uppsala, na Suécia. A pesquisa envolveu empresas manufatureiras suecas com atividades de internacionalização e foi desenvolvida por Hörmell, Vahlne e Wiedersheim-Paul (1973), Johanson e Wiedersheim-Paul (1975) e Johanson e Vahlne (1977).

O modelo advoga que a internacionalização terá como foco a busca de novos mercados quando não é mais vantajoso explorar o mercado doméstico e isso se dará por meio de estágios sequenciais em ordem incremental de comprometimento de recursos, como uma cadeia de estabelecimento no mercado estrangeiro. (JOHANSON; VAHLNE, 1977). Ou seja, o processo de internacionalização não é uma sequência de passos racionais e planejados, mas uma sequência de aprendizagens por meio de etapas de comprometimento crescente com os mercados estrangeiros. (HILAL; HEMAIS, 2003).

Conforme Johanson e Vahlne (1977, 1990), a abordagem é incremental devido à incerteza nas informações recebidas sobre o novo mercado, e essas incertezas aumentam com a distância. Hilal e Herais (2003) complementam essas informações explicando que, para os autores do Modelo de Uppsala, a fronteira da incerteza está relacionada à distância psíquica de forma que, quanto maior for a diferença entre o país de origem e o país estrangeiro em termos de desenvolvimento, nível e conteúdo educacional, idioma, cultura, sistema político, entre outros, maior será o nível de incerteza.

2.2.8 Modelo de *Networks*

Por meio de estudos de Forsgren e Johanson (1992), uma nova teoria foi desenvolvida como uma evolução natural da Escola de Uppsala, trazendo à tona o conceito de *networks*, quando a internacionalização deixa de ser somente uma questão

de mudar a produção para o Exterior e passar a ser percebida mais como exploração de relacionamentos potenciais além-fronteiras. (MORAES; OLIVEIRA; KOVACS, 2006).

O processo de internacionalização é visto como um processo incremental, que visa ao benefício da aprendizagem sucessiva por meio de etapas de comprometimento crescente com os mercados estrangeiros, ao invés de um processo planejado, deliberado e baseado em análise racional. (HILAL; HEMAIS, 2003).

Essa teoria defende que o próprio mercado deve ser encarado como uma rede de empresas, e que as decisões de internacionalização, mesmo seguindo o modelo comportamental, serão determinadas dentro das redes de negócios. (JOHANSON; MATTSON, 1986; FORSGREN, 1989). Ou seja, as motivações para internacionalização no “Modelo de *Networks*” baseiam-se em acompanhar participantes das redes de negócio em suas investidas internacionais e/ou aperfeiçoar relacionamentos dentro da rede.

2.2.9 Modelo de Empreendedorismo Internacional

A internacionalização, pelo modelo de empreendedorismo, coloca o empreendedor como o tomador de decisões de tempos e movimentos da internacionalização. Sendo assim, esse modelo depende mais do perfil do empreendedor do que da organização ou do mercado. (ANDERSSON, 2000).

Não coloca restrições quaisquer ao que pode ser internacionalizado, ficando a cargo do empreendedor a decisão. Em relação ao país-alvo da internacionalização, diferentemente dos modelos de Uppsala e de seu sucessor *networks*, o empreendedorismo não segue a premissa da distância psíquica, sendo que essa decisão é, novamente, de responsabilidade do empreendedor.

3 Método de pesquisa

O método científico é definido como um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais com o objetivo de atingir o conhecimento ou conhecer determinada realidade (GIL, 1995), ou seja, o método identifica de que forma serão alcançados os objetivos propostos pela pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a metodologia de internacionalização adotada pela empresa Marcopolo, caracterizando-se como estudo de caso.

De acordo com Yin (1999), a opção pelo estudo de caso se justifica quando o estudo focaliza o âmbito das decisões, isto é, tenta esclarecer o motivo pelo qual as decisões foram tomadas, como foram implementadas e quais foram os resultados encontrados.

Quanto aos fins, esta pesquisa classifica-se como sendo qualitativa e exploratória. O estudo qualitativo diz respeito à finalidade de entender, com maior profundidade, a realidade estudada, sem a necessidade de análise estatística, utilizando uma seleção de amostras pequenas e não representativas. Segundo Minayo (1996), a pesquisa qualitativa engloba o mundo dos significados das ações e das relações humanas, tarefa que não seria possível por meio da utilização de equações e fórmulas estatísticas.

Segundo Gil (1995), o objetivo de uma pesquisa exploratória é o de possibilitar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, sendo que, na maioria dos casos, essa pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto pesquisado e análise de exemplos que favoreçam a compreensão. Para Vergara (2006), o objetivo do estudo exploratório é contribuir para que haja uma maior familiaridade dos pesquisadores com o assunto investigado.

A coleta dos dados foi feita por meio de acesso à documentação da organização e entrevistas com os gestores envolvidos no processo de internacionalização. As entrevistas foram desenvolvidas com os seguintes gestores da Marcopolo: diretor corporativo de Estratégia e *Marketing* Institucional, o gerente corporativo de Estratégia e *Marketing* Institucional e com a experiência prática do diretor de Negócios Internacionais Ônibus que vivenciou *in loco* essa parceria e conquista.

O material documental utilizado para descrever e exemplificar o método de internacionalização da Marcopolo foi extraído dos arquivos internos do *marketing* e os relatos e fatos históricos do material arquivado no Centro de Documentação Memória Marcopolo, ambos situados em Caxias do Sul – Brasil.

Outro método utilizado, para obtenção de dados, foi a observação participante devido à vivência dos pesquisadores durante a formação das *joint-ventures* pesquisadas. A pesquisa participante ocorreu a partir da interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas, assim como pelo fácil acesso à empresa analisada e aos entrevistados. (RICHARDSON, 1999).

4 Resultados e discussão

Quanto à caracterização, a Empresa Marcopolo foi fundada em 6 de agosto de 1949, na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul é um polo metalomecânico e de autopeças onde estão presentes outras grandes empresas do setor automobilístico. Inicialmente, fabricava apenas carrocerias para ônibus.

As primeiras carrocerias eram fabricadas em madeira, que levavam em torno de 90 dias para ficar prontas e, em 1952, surgiram as primeiras carrocerias estruturadas em

ação, um salto tecnológico que colocou a empresa à frente no mercado brasileiro, trazendo como grande vantagem a redução do peso dos veículos. As décadas de 50 e 60 (séc. XX) foram bastante prósperas para a empresa devido à crescente industrialização do País, à intensificação do processo de urbanização e à abertura de estradas.

A estratégia da Marcopolo baseia-se na vantagem competitiva da diferenciação, entendida como a capacidade da empresa de atender às solicitações específicas dos clientes na fabricação dos seus produtos. A produção é totalmente customizada, sendo cada produto uma combinação diferente e, dependendo da solicitação do cliente ou inovação prospectada pela engenharia, os novos conceitos de produtos vão sendo incorporados à linha normal de produção.

O sucesso da Marcopolo é creditado a três fatores principais: verticalização da produção, flexibilidade nas linhas de produção e customização dos produtos aos requisitos dos seus clientes. A verticalização compreende a fabricação de poltronas a janelas, passando por painéis e bagageiros. A empresa consegue aliar o conceito de estoques baixos com flexibilidade, pelo fato de ter que trabalhar com várias plataformas de chassis diferentes. Na maior parte das vendas, o cliente escolhe e fornece o chassi, e a Marcopolo monta a carroceria sob medida, de acordo com a configuração definida especialmente pelo cliente.

Por definição estratégica, a tecnologia de produto é desenvolvida internamente e incorporada aos seus produtos, tanto no Brasil quanto no Exterior. Essa capacidade de inovação, aliada ao projeto e à produção interna dos componentes estratégicos, proporciona a essa empresa um diferencial competitivo em nível mundial e faz da empresa uma das mais internacionalizadas do Brasil.

Em 1961, foi fechado o primeiro contrato de exportação com a companhia de ônibus Pando, no Uruguai. A partir do final dos anos 60, a Marcopolo passou a investir mais em seu departamento técnico, buscando aumentar a produtividade industrial. Um dos resultados dessa ação foi o desenvolvimento da capacidade de produção seriada a partir de peças e componentes padronizados, equipamentos e ferramentais específicos, novo *layout* industrial e modificações na programação da produção e do controle.

No início dos anos 70, a empresa comprou uma pequena fábrica de carrocerias sediada em Porto Alegre e, com essa compra, o domínio de transferência dos produtos entre as empresas utilizando o *Semi Knocked Down* (SKD) e o *Completely Knocked Down* (CKD) gerou uma importante experiência que foi utilizada nos anos seguintes como uma das bases para expansão das exportações. A estratégia predominante de internacionalização da Marcopolo foi a busca de aumento do desempenho pela ampliação do mercado, expansão do seu *market share global*, diluindo os riscos e conhecendo as necessidades de cada mercado para adaptar seus produtos e contornar

barreiras de entrada. Outra grande contribuição das exportações foi o aperfeiçoamento técnico da própria atividade industrial, pois a tecnologia que é produzida para o Exterior agrega-se ao mercado nacional.

Para a Marcopolo, a partir de 1998, o mercado brasileiro não apresentava perspectivas de grande crescimento e a decisão da empresa foi pela estratégia de Internacionalização. Esse processo iniciou com a exportação de produtos completos (CBU). À medida que tal processo ganhou volume, surgiram barreiras de importação impondo impostos elevados, pois os países desejam a industrialização e criação de empregos locais. Os países importadores aceitam reduzir os impostos de importação, desde que os produtos importados sejam montados no país. A empresa, hoje, tem projeção internacional, conforme pode ser visto na Figura 2, mostrando a localização das plantas da Marcopolo no mundo e na Figura 4 com um breve histórico dos movimentos de internacionalização da Marcopolo.

Figura 2 – Plantas da Marcopolo no mundo



Fonte: Material institucional da Marcopolo.

No início das atividades internacionais, a busca de mercados externos se baseou na proximidade dos países e nas oportunidades que se apresentavam. Não havia uma estratégia definida para explorar os mercados estrangeiros, e tudo ocorria de modo empírico. As operações internacionais iniciavam de forma não planejada e, à medida que cresciam em importância, a empresa ganhava experiência e essas atividades foram sendo profissionalizadas. Atualmente, as operações internacionais representam a maior parte dos negócios da empresa, e decisões desse cunho passaram a ser bem-estruturadas, apoiada em pesquisas de mercado, em materiais promocionais e numa estrutura

organizacional, que dá prioridade aos negócios no Exterior e ao desenvolvimento de produtos específicos para a demanda de determinados países.

Percebe-se que a Marcopolo soube diversificar suas estratégias de internacionalização conforme suas necessidades e as oportunidades oferecidas pelo mercado. É possível encontrar, entre suas intenções de internacionalização, o início do processo com a exportação de produtos para, posteriormente, com melhor conhecimento do mercado local, instalar suas plantas de fabricação. A primeira fábrica, conforme relatado pelo gerente que acompanhou esse processo e as demais fábricas no Exterior, foi implementada em Portugal pela proximidade cultural (mesma língua) e com a intenção de buscar novas tecnologias no mercado europeu que estava bastante avançado em relação ao americano.

As plantas que seguiram tiveram a intenção de ganhar mercado e, para facilitar a penetração nesse mercado, a Marcopolo teve por prática firmar parcerias com empresas locais importantes. Como essas parcerias apresentavam riscos à Marcopolo pela transferência de tecnologia e projetos, formaram-se parcerias de longo prazo conhecidas como *joint-ventures* para segurança de ambas as partes. Assim, a Marcopolo atingia novos mercados, e suas sócias ganhavam em aquisição de know-how conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Histórico da internacionalização da Marcopolo

Ano	País	Descrição
1961	Uruguai	Primeira exportação de carrocerias montadas para cliente estrangeiro
1971	Venezuela	Primeiro contrato de venda de tecnologia (carrocerias exportadas em CKD)
1974	Gana	Exportação via CKD ou SKD
1975	Equador	Exportação via CKD ou SKD
1988	Chile	Exportação via CKD ou SKD
1988	Peru	Exportação via CKD ou SKD
1988	EUA	Exportação de micro-ônibus montado para atender um nicho de curta distância
1990	Portugal	Primeira fábrica fora do Brasil em busca de novas tecnologias
1992	México	Contrato com a empresa Dina Autobuses para transferência de tecnologia
1998	Argentina	Segunda fábrica fora do Brasil
1999/2001	México	Terceira fábrica fora do Brasil em sociedade com a Daimler Chrysler
2000	África do Sul	Parceria com a Scania fornecendo tecnologia e gestão industrial
2000	Colômbia	Quarta fábrica em <i>joint-venture</i> com a Superbus (Volvo)
2001	África do Sul	Quinta fábrica para montagem de ônibus fora do Brasil
2002	China	Fábrica de montagem de ônibus em parceria com a Iveco
2002	Arábia Saudita	Exportação de ônibus montado atendendo às exigências religiosas
2002	Europa	Exportação através da planta de Portugal
2004	EUA	Exportação através da planta do México
2006	Rússia	Fábrica de montagem de ônibus em parceria com a Ruspromauto (líder local)
2007	Índia	Fábrica de montagem de ônibus em parceria com a Tata Motors
2007	Argentina	Fábrica de montagem de ônibus em parceria com o grupo Chileno Metalpar
2008	China	Fábrica de componentes com custos baixos para exportar às demais plantas
2008	Índia	Segunda fábrica de montagem de ônibus nesse país, localizada na região sul

2008	Egito	Fábrica de montagem de ônibus junto com a GB Auto, visando ao mercado
2012	Austrália	Quatro fábricas em parceria com a Volgren (maior fabricante nacional)
2013	Canadá	Aquisição de 19,99% das ações da New Flyer, visando ao mercado dos EUA

Fonte: Elaborado pelos autores baseados no material institucional fornecido pela empresa.

Conforme relatado pelos gerentes entrevistados, é consenso que as plantas na Índia utilizaram um método de internacionalização bem-estruturado e que servirá de *benchmarking* às plantas internacionais sucessoras e, por isso, terão seu processo de internacionalização detalhado na sequência.

4.1 Descrição das plantas da Marcopolo na Índia

Em 2006, a Marcopolo concretiza a *joint-venture* com a principal montadora da Índia, a Tata Motors, sendo a participação da Marcopolo de 49% e a da Tata Motors de 51%. A produção da nova empresa, para atender ao mercado da Índia e ao de exportação, é de responsabilidade da Marcopolo e consiste em uma linha diversificada: ônibus rodoviários, urbanos, miniônibus e micro-ônibus. O histórico das plantas da Índia segue no Quadro 3.

Quadro 3 – Histórico das plantas da Marcopolo na Índia

Ano	Ocorrência
2005	Negociação de <i>joint-venture</i> com a Tata Motors (líder de mercado na Índia)
2006	Início da construção da planta na cidade de Lucknow
2007	Inauguração oficial e início da produção
2007	Construção da segunda fábrica na cidade de Darward
2008	Inauguração da segunda fábrica, a maior do mundo em produção de ônibus
2009	Tata Marcopolo produz o milésimo ônibus

Fonte: Elaborado pelos autores baseados no material institucional fornecido pela empresa.

A Tata Motors fornece os chassis e fica responsável pela venda dos ônibus completos, portanto, a Marcopolo deverá se concentrar na sua competência essencial, que é a produção de carrocerias, e a Tata Motors complementa as carrocerias com os chassis e ainda proporciona os canais de comercialização, reduzindo o risco da Marcopolo nesse mercado. Ao mesmo tempo, a *joint-venture* permite sua entrada no mercado de um país que protege as encarroçadoras locais com elevados impostos de importação.

A ficha técnica de cada uma das plantas da Índia segue nas Figuras 3 e 4. Sobre as plantas na Índia, um dos gestores entrevistados, declarou:

Nossas fábricas na Índia, Norte e Sul, atualmente estão preparadas para produzir 30.000 unidades/ano, porém, no momento a economia não está favorável e planejamos para 2014 produzir 15.000 unidades. Nosso quadro de pessoas varia de 3.500 a 5.000 dependendo dos volumes. Já acumulamos um volume produzido de

mais de 55.000 em 4 anos, mais que o produto Volare. Tenho muita expectativa destas unidades para o futuro, pois é um grande mercado e com investimentos em infraestrutura no país, este vai crescer e precisará muito de transporte. (DIRETOR DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS DA MARCOPOLO, 2014).

Figura 3 – Ficha técnica da Tata Marcopolo na cidade de Lucknow



Fonte: Elaborada pelos autores baseados no material institucional fornecido pela empresa.

Figura 4 – Ficha técnica da Tata Marcopolo na cidade de Darward



Fonte: Elaborada pelos autores baseados no material institucional fornecido pela empresa.

4.2 Descrição das etapas do método de internacionalização das plantas na Índia

Nesta subseção, estão descritos os critérios e as pontuações resultantes da forma como a Marcopolo escolheu a Índia como país-alvo, para a instalação de suas fábricas a partir de 2007. O método é descrito e exemplificado, os fatores relevantes são reais, porém, os valores finais são fictícios, pois a empresa não liberou a divulgação das informações reais resultantes da aplicação do método, que resultou na decisão pela Índia.

A Marcopolo, na sua longa história de internacionalização, definiu uma série de requisitos indispensáveis ao sucesso da operação, antes mesmo de iniciar o processo em um determinado país, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Requisitos iniciais da Marcopolo para serem avaliados antes de tomar a decisão de internacionalização

Avaliação do mercado consumidor com pesquisas	Existência de mercados comuns
Potencial do mercado	Inserção do país-alvo em mercados comuns
Aceitação do produto: preço, performance, adaptação	Costumes, religião, alimentação e habitação
Conhecer a legislação local	Adaptação dos executivos expatriados
Mão de obra disponível e especializada	Existência de redes de distribuição dos seus produtos
Custo da mão de obra	Existência de sistemas adequados à operação
Logística e infraestrutura	Adaptação do produto ao uso local
Disponibilidade de matérias-primas e fornecedores	Estrutura política e socioeconômica do país
Exigências de índices de nacionalização progressiva	Composição acionária da empresa
Barreiras alfandegárias na importação	Adaptação do produto à legislação ambiental
Financiamento disponível (taxas, prazos, garantias)	<i>Business plan</i> para cinco anos
Incentivo à exportação	Competitividade nos mercados de atuação

Fonte: Elaborado pelos autores baseados no material institucional fornecido pela empresa.

O primeiro passo deste estudo compreende a montagem de um banco de dados por país de interesse, resultante de pesquisa detalhada das ameaças (concorrentes) e oportunidades, aspectos externos da matriz *Strong; Weaknesses; Opportunities; Threats* (SWOT), em cada país de interesse, bem como a relação e análise das montadoras (para fornecimento do chassi), e dos fornecedores para (aquisição de componentes primários como, por exemplo, ar-condicionado e vidros). O Quadro 5 mostra um modelo de banco de dados.

Quadro 5 – Banco de dados com levantamento de informações sobre os países de interesse

BANCO DE NOTÍCIAS MARCOPOLO S.A.							
MÊS/ANO	DATA	FABRICA	FABRICA	PAIS	NOTÍCIA	FOIITE	OFICIAL
set-07	set-07	TATA MOTORS	ASHOK LEYLAND	Índia	O Mercado de ônibus pesado e médio (7.5 a 12 ton) na Índia cresceu fortemente no últimos anos, com vendas de 24.727 de abril de 2006 a março de 2007, comparados com 23.772 no ano anterior. O mercado foi especialmente estimulado pelas grandes cidades que preferem veículos modernos, menos poluentes; isso é incentivado pela proibição de circulação de veículos com mais de 15 anos e a obrigatoriedade de que esses veículos estejam em conformidade com as mais recentes exigências de emissão do mercado europeu. Tata Motors e Ashok Leyland, permanecem sendo as forças dominantes no mercado de ônibus indiano mas Eicher motors mais que dobrou suas vendas de ônibus pesados e de médio porte nos últimos dois ou três anos e Volvo Índia mantém forte posição no setor de mercado de ônibus.	TRUCK & BUS BUILDER	SIM
set-07	set-07	VOLVO	JAICO	Índia	Volvo está estabelecendo uma nova empresa para produção de ônibus em Bangalore próximo a sua instalação já existente lá. Antes disso, os ônibus eram construídos pela Jaico, pertencente ao Grupo Azad mas, recentemente, Volvo Índia formou uma nova unidade para a fabricação de ônibus, da qual 70% é da Volvo e 30% Jaico. De acordo com Haloen, Índia é também um possível local para que a Volvo desenvolvesse uma linha de produção de transmissões e motores para o mercado asiático.	TRUCK & BUS BUILDER	SIM
set-07	set-07	MAHINDRA & MAHINDRA	ITEC	Índia	Mahindra International Ltd, a joint venture entre Mahindra & Mahindra Lda de Mumbai e International Truck and Engine Corporation (ITEC) de Warrenville, EUA, anunciou que está estabelecendo uma nova empresa em Chakan, próximo a Pune para produzir uma nova veículos comerciais de médio e grande porte, sendo que a produção de ônibus e caminhão deve iniciar em dezembro de 2008. Sr. Rakesh Kalra, diretor de operações da Mahindra International Lda, disse que os novos veículos seriam lançados no final de 2008 ou início de 2009. Os motores para os novos veículos que serão produzidos terão como base a tecnologia da International Truck & Engine Corporation, via sua subsidiária na América do Sul, M/M International Indústria de Motores da América do Sul Ltda. (Em 2005, ITEC comprou os motores M/M com base no Brasil. M/M produz vasta variedade de motores a diesel pequenos e de médio porte, de 50 a 310hp para pick-up, vans, caminhões de médio o ugrande porte. A produção anual passa de 85.000 motores).	TRUCK & BUS BUILDER	SIM
set-07	set-07	ASHOK LEYLAND	NISSAN	Índia	Ashok Leyland e Nissan assinam acordo de joint venture para produção de veículos comerciais leves na Índia. A nova companhia, uma joint venture 50/50 devem desenvolver produtos do segmento LCV destinados para os mercados indiano e emergentes. Os produtos desenvolvidos serão vendidos com as marcas Ashok Leyland e Nissan. Espera-se que esse parceria esteja concluído em outubro 2007.	TRUCK & BUS BUILDER	SIM

Fonte: Material fornecido pela empresa.

Os principais concorrentes em cada continente, a quantidade de fábricas, a localização e a produção nos últimos sete anos completam o banco de dados, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Complemento do banco de dados com os principais concorrentes ativos

FÁBRICA DE ÔNIBUS NO MUNDO									
PRODUÇÃO									
CONTINENTE	FÁBRICAS ATIVAS	HOME	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EUROPA	1	SHKODER	0	0	0	0	0	0	0
		OUTROS	0	0	0	0	0	0	0
		TOTAL	0	0	0	0	0	0	0
			2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
ÁFRICA	1 1	ALGERIA'S NATIONAL INDUSTRIAL VEHICLES	0	117	0	0	0	0	0
		MAVIA	0	0	0	0	0	0	0
		OUTROS	0	0	0	0	0	0	0
		TOTAL	0	117	0	0	0	0	0
AMÉRICA DO SUL		ARMAR	0	0	0	0	0	0	20
		CORWINI	3	0	0	0	130	173	138
		DIC	0	0	0	0	0	0	0
		EL DETALHE	0	0	0	0	5	0	0
		EL LUCERO	3	0	0	0	0	0	0
		EUROBUS	0	0	0	0	0	0	0
		FAVORITA	0	0	0	0	90	110	120
		GALÍCIA	61	15	53	126	180	191	225
		IMECA (Argentina Sudar	0	0	0	0	81	200	300
		ITALBUS	0	0	0	0	450	600	720
		LA FAVORITA	0	0	0	0	4	9	16
		LUCERO	0	0	0	0	0	0	0
		MANHOS	0	0	0	0	0	0	0
		MARCOPOLO	385	0	0	0	0	0	0
		MARRI COLONNESE	0	0	0	0	0	0	0
		MASTER BUS	0	0	0	0	0	0	0
		METALPAR	0	0	144	440	1091	1375	1474
		METALSUR	15	3	24	68	90	147	160
		NICOLO ROSSI	13	6	38	56	73	92	103
		PILAR EXPRESS	0	0	0	0	0	0	0
		SALDIVIA	0	0	0	0	0	0	62
SAN ANTONIO	0	0	0	0	5	8	12		
TATSA	0	0	0	0	0	0	192		
TROYANO	60	13	52	76	86	94	95		
OUTROS	9	3	9	54	50	0	0		
TOTAL	549	40	320	820	2335	2999	3637		

Fonte: Material fornecido pela empresa.

Esse banco de dados completo gera as atratividades de cada país ou região, que serão analisadas pelo comitê de estratégia para decisão de quais países são atrativos. Após a seleção de quais países são atrativos para a internacionalização, uma matriz de Força Competitiva (aspecto interno da matriz Swot) *versus* atratividade do mercado (aspecto externo na matriz Swot), será montada baseada no método de GE-McKinsey, para dar embasamento e efetivação à escolha de quais mercados são atrativos o suficiente para iniciar o processo de internacionalização no país. A Figura 5 mostra um exemplo da matriz de GE-McKinsey.

Figura 5 – Matriz de GE-McKinsey

		Força Competitiva		
		Alta	Média	Baixa
Atratividade do Mercado	Alta			
	Média			
	Baixa			

Fonte: Material fornecido pela empresa.

A próxima etapa consiste em montar a Matriz de Atratividade (Tabela 1) dos países selecionados e calcular o valor correspondente e a porcentagem de atratividade, segundo fatores definidos pela Marcopolo. As fontes de informações para pontuação são: (i) Relatório do banco mundial; (ii) *Freedonia*; e (iii) *The Works Bus and Coach Manufacturing Industry*. O peso máximo de cada fator corresponde a 5, e a nota máxima que pode ser atribuída para cada país e fator também é 5. Multiplica-se o peso pela nota e se obtém a pontuação de cada país e mercado. Conforme a Figura 6, o peso total máximo é 145, ou seja, o total dos pesos que é 29 multiplicado por 5 que é a nota máxima.

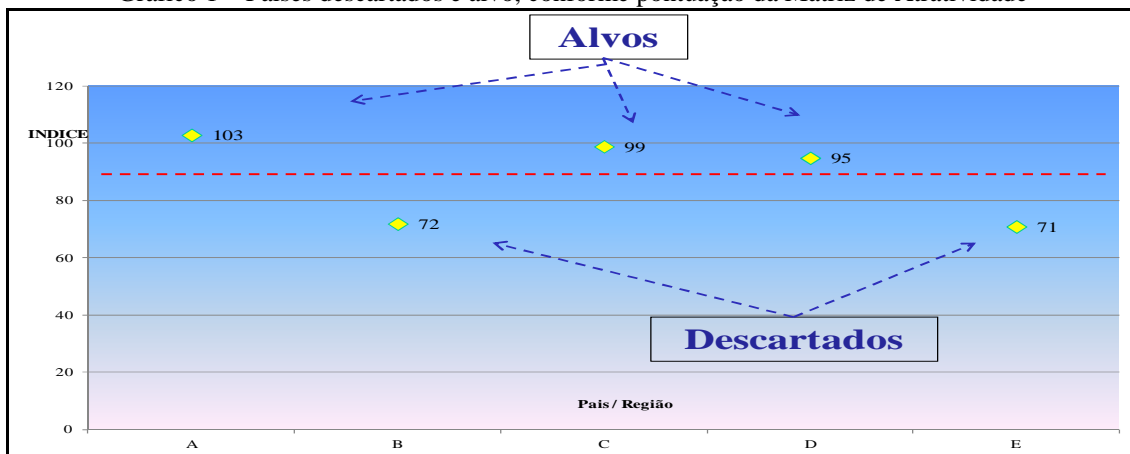
Tabela 6 – Matriz de atratividade

Atratividade dos Mercados Alvo Carroceria											
Fatores Marcopolo	Peso Comercialização	País A		País B		País C		País D		País E	
Tamanho do Mercado	5	5	25	3	15	5	25	5	25	3	15
Crescimento Setor Ônibus	3	5	15	1	3	5	15	3	9	2	6
Concentração de Player's	2	3	6	1	2	5	10	4	8	2	4
Competição por Diferenciação	2	3	6	2	4	2	4	2	4	3	6
Margens	5	3	15	2	10	2	10	3	15	2	10
Competidores Globais	2	3	6	5	10	1	2	4	8	2	4
Barreiras Legais - Investimentos	2	3	6	2	4	2	4	2	4	3	6
Barreiras Comerciais	3	4	12	2	6	4	12	1	3	3	9
Poder Clientes	3	2	6	4	12	3	9	3	9	3	9
Substitutos	2	3	6	3	6	4	8	5	10	1	2
Pontuação Máxima e por Mercado	Max. 145		103		72		99		95		71
Linha mínima = 60% do máximo	87	60%									

Fonte: Material fornecido pela empresa.

Os países que atingirem uma pontuação maior que 60% da pontuação máxima, ou seja, maior que 87, serão considerados países-alvo e os demais serão descartados, conforme demonstrado na Figura 7.

Gráfico 1 – Países descartados e alvo, conforme pontuação da Matriz de Atratividade



Fonte: Material fornecido pela empresa.

A próxima etapa consiste em montar a Matriz de Competitividade, conforme exemplo na Tabela 2, para ter como resultado final o quanto a Marcopolo é competitiva nos países-alvo, pré-selecionados na etapa da atratividade.

Tabela 2 – Matriz de Competitividade

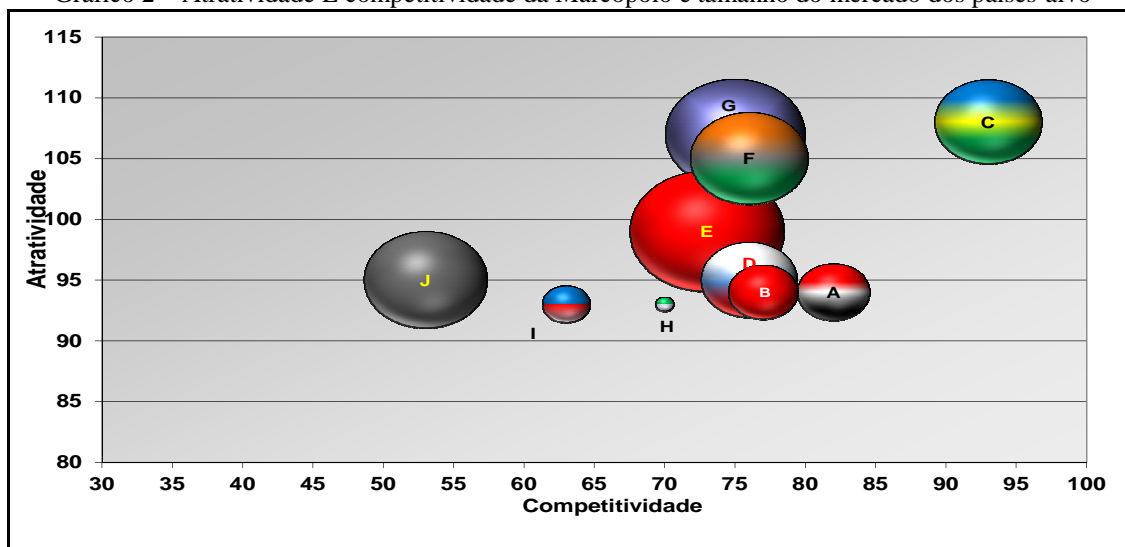
Fatores País D		Importância	Marcopolo		Concorrente Alvo X		Setor	Diferenças	Atratividade de Aquisição			
Custos	Curva de Aprendizagem (Mercadológica)	4	3	12	4	16	3	12	-25%	4	16	
	Controle de Processos / Operação	5	5	25	3	15	3	15	67%	5	25	
	Melhorias Processo Produtivo	5	5	25	3	15	3	15	67%	5	25	
	Economia Escala	5	5	25	3	15	3	15	67%	5	25	
	Economia Escopo	3	4	12	2	6	2	6	100%	4	12	
	Custo Financeiro	4	2	8	4	16	3	12	-50%	4	16	
	Custo de Compras	4	5	20	3	12	3	12	67%	5	20	
	Custo Entrega	3	3	9	4	12	4	12	-25%	4	12	
Vantagem Competitiva	Capacidade de Desenvolvimento (Design)	5	5	25	2	10	2	10	150%	5	25	
	Velocidade Entrega	4	5	20	3	12	3	12	67%	5	20	
	Valor Revenda	4	3	12	3	12	3	12		3	12	
	Solidez da Empresa (Continuidade)	4	4	16	4	16	3	12		4	16	
	Custo Total (Aquis. Fin. Oper. Rep.)	5	4	20	3	15	2	10	33%	4	20	
	Variedade de Produtos	3	5	15	3	9	2	6	67%	5	15	
	Assistência Tec.	5	2	10	3	15	2	10	-33%	3	15	
Total		63		254		196		171		65	274	86.98%
Máximo do Setor		315		80.63%		62.22%		54.29%		MP	20	7.87%
Atratividade Marcopolo				18.41%		7.94%				Alvo	78	39.80%

Fonte: Material fornecido pela empresa.

Os fatores relevantes para o cálculo da competitividade são elencados pela Marcopolo, nos critérios *Custos* e *Vantagem Competitiva*, e para cada fator foi atribuído um nível de importância de 3 a 5, de não relevante a importante. O somatório dessas importâncias, multiplicado pelo peso máximo de cada fator que é 5 (ótimo), resulta no valor máximo do setor, que corresponde à maior pontuação que qualquer concorrente poderá obter nesse país. No exemplo, o somatório das importâncias é 63, e o valor máximo do setor é 315.

A Marcopolo avalia, primeiramente, a sua entrada no mercado internacional sem nenhuma parceria e calcula a sua pontuação total. No exemplo, obteve o resultado de 254 que corresponde à competitividade de 80,63% em relação aos 315 totais. Como representado no Gráfico 2, em relação ao país D, a Marcopolo apresenta uma competitividade boa (80,63%), porém o país apresenta uma atratividade mediana e bastante parelha, 95 num total de 145, em relação aos demais países-alvo. O diâmetro do círculo corresponde ao tamanho do mercado de ônibus representado pelo país.

Gráfico 2 – Atratividade E competitividade da Marcopolo e tamanho do mercado dos países-alvo



Fonte: Material fornecido pela empresa.

Visualmente, se pode identificar se o país é atrativo, se a Marcopolo tem um nível de competitividade satisfatório para se lançar nesse mercado e se o tamanho do mercado é ideal para uma análise mais aprofundada do setor (média dos fabricantes locais) e do concorrente-alvo. Os concorrentes-alvo são entidades passíveis de compra, fusão ou *joint-venture*, que a Marcopolo incorpora e analisa como se fosse ela própria nos fatores predefinidos.

Da decisão estratégia de investir no país-alvo, em função do nível de competitividade, da atratividade e do tamanho do mercado analisados, segue-se na

determinação de outros elementos importantes da Matriz de Competitividade (Tabela 2). De posse dos valores calculados para o concorrente-alvo e do setor, calculam-se os percentuais de competitividade de ambos em relação ao máximo do setor. Na atratividade, calcula-se o quanto a competitividade da Marcopolo supera a do alvo concorrente, e esse em relação à competitividade do setor. A diferença de competitividade corresponde a quanto a Marcopolo está acima, se positivo, ou abaixo, se negativa, em relação ao concorrente-alvo.

Por fim, preenche-se a determinação da atratividade de aquisição que corresponde ao melhor valor resultante para cada fator, seja da Marcopolo ou do alvo concorrente. O total desses valores corresponderá à competitividade acumulada, em caso de decisão pela parceria entre as duas empresas e, principalmente, o quanto a Marcopolo e o concorrente-alvo ganharão em potencialidade e competitividade nesse país. Esse é o principal indicador quantitativo, cujo objetivo é servir de argumento de convencimento para o comitê de estratégia da própria Marcopolo e do concorrente-alvo, demonstrando os ganhos previstos de uma parceira em curto prazo.

Caso as empresas decidam pela parceira, esse método não auxilia na definição de que tipo de negociação (fusão, compra ou *joint-venture*) seria o mais adequado em cada caso. Essa é uma decisão que tem muitos critérios subjetivos, cujas variáveis ainda não foram metodologicamente desenvolvidas e categorizadas pela Marcopolo.

A estratégia da Marcopolo pode ser definida como inteligente e flexível, sendo que ocorreu de formas diferentes em cada país, aproveitando-se das oportunidades de mercado e da aprendizagem adquirida com as práticas de internacionalização. Em determinadas plantas, chegou a formar parcerias com empresas concorrentes e, em uma planta de um país, formou parcerias com uma concorrente da sócia da planta de outro país, sempre avaliando os riscos e as restrições mercadológicas geradas por elas.

Dada essa versatilidade, percebe-se que a Marcopolo não tem uma metodologia fixa para internacionalização, sendo possível perceber traços de diversos modelos de internacionalização pesquisados para embasamento teórico deste artigo. Do “Modelo de Ciclo de Vida Internacional do Produto”, o modelo da Marcopolo apresenta a lógica das etapas, iniciando com a simples exportação quando o mercado é incerto, ocupando-se da vantagem competitiva da escassez do produto nos mercados-alvo, para, depois, com maior conhecimento de mercado, aumentar os volumes, reduzindo preços até que se torne mais rentável transferir a produção aos países-alvo.

Do “Modelo de Internalização” é possível verificar no “Modelo de Internacionalização da Marcopolo” a influência dos custos de transação na produção, principalmente em relação à maneira de entrada no país, verificando o quanto da

produção será internalizada (CKD, SKD) e também se é mais vantajoso entrar sozinho no mercado ou realizar fusões ou aquisições. (BUCKLEY; CASSON, 1998).

O “Modelo de Paradigma Eclético” é o que mais se assemelha ao “Modelo de Internacionalização da Marcopolo”, pois considera um misto de abordagens de internacionalização e também porque apresenta os quatro focos da internacionalização propostos por Dunning (1993): (i) busca por recursos, como foi o caso da planta da Marcopolo em Portugal; (ii) busca por mercado, que pode ser vista na maioria das plantas da Marcopolo no Exterior; (iii) busca por eficiência, principalmente no caso da China com redução de custos e mão de obra; e (iv) busca por ativos estratégicos, como no caso de realizar *joint-ventures* com importantes clientes ou fornecedores, como ocorreu com a planta no México, na Colômbia e na Índia.

Apresenta, ainda, as quatro motivações para internacionalização estudadas: (i) acompanhar um importante fornecedor ou cliente da organização no Exterior; (ii) entender a necessidade dos consumidores estrangeiros e adaptar a eles seus produtos; (iii) minimizar custos de produção e transferência; e (iv) estar operacionalmente presente nos principais mercados consumidores. (DUNNING, 1993).

Do “Modelo diamante de Porter,” (1989), encontram-se traços dos determinantes da vantagem competitiva internacional analisados por meio das matrizes de atratividade e competitividade utilizadas pela Marcopolo nas plantas na Índia. O “Modelo Baseado em Recursos” também influenciou em alguns traços dessa sistemática, pois nela também são consideradas as vantagens competitivas da organização nas decisões por internacionalização.

Entrando nas abordagens com base comportamental, tendo como foco principal o “Modelo de Uppsala”, a Marcopolo segue estágios sequenciais em ordem incremental de comprometimento de recursos em seu “Modelo de Internacionalização” (JOHANSON; VAHLNE, 1977), o que é evidenciado pelas plantas instaladas que não iniciaram com toda sua capacidade e nem com todos os produtos possíveis, conhecendo o mercado, adaptando-se, conquistando a confiança dos consumidores, para, depois, ir investindo mais no país, como foi o caso da China e da Índia onde se instalou uma segunda planta após alguns anos de instalação da primeira.

O “Modelo de *Networks*” é uma evolução do “Modelo de Uppsala” e também está presente no “Modelo de Internacionalização da Marcopolo”, sendo que a empresa forma parcerias com seus clientes e fornecedores principais e se baseia nas decisões de internacionalização, em muitos casos, nos investimentos de seus principais clientes e fornecedores no exterior. O “Modelo de Empreendedorismo Internacional” não se evidencia claramente no modelo da Marcopolo de internacionalização, pois as decisões não se concentraram no empreendedor em si, mas em dados e informações de mercado,

custos, clientes, concorrentes, fornecedores, entre outros fatores, sendo a decisão final tomada em conjunto pelos gestores.

A Marcopolo ainda tem como um dos pilares de seu modelo de internacionalização a matriz GE-McKinsey, que, no levantamento bibliográfico realizado para este artigo, não foi citada. Trata-se de uma matriz vastamente utilizada nas tomadas de decisão estratégicas, desenvolvida na década de 70 pela *General Motors* com o apoio da *McKinsey and Company*. Por meio dessa matriz, a empresa será capaz de decidir qual é a unidade de negócios que deve receber mais investimentos, variando conforme o mercado que alcançar mais lucros e vendas. Outra competência dessa matriz é desenvolver estratégias de crescimento incluindo novos produtos e negócios ao portfólio. (MONTEIRO, 1983). A matriz *GE-McKinsey* tem como limitação a necessidade de uma pesquisa profunda e de confiança, tanto no que tange ao produto quanto ao mercado consumidor.

5 Considerações finais

Os objetivos do artigo foram atingidos de forma que o modelo de internacionalização adotado pela Marcopolo foi descrito e analisado nos seguintes aspectos: (i) entendendo seu histórico e sua estratégia de internacionalização; (ii) estudando, por meio do exemplo das plantas instaladas na Índia, o modelo de internacionalização utilizado por essa organização; e (iii) comparando com os modelos de internacionalização mais citados na literatura. Dessa forma, contribuiu-se para a construção do conhecimento empírico desse tema de importância crescente que é a internacionalização, especialmente em países em desenvolvimento.

Conclui-se que o modelo utilizado pela Marcopolo não se ajusta unicamente a um dos modelos de internacionalização levantados no referencial teórico, mas se utiliza de alguns aspectos de cada modelo para montar aquele que melhor se adaptava à realidade da empresa, apresentando, inclusive, aspectos da abordagem baseada em fatores econômicos e da abordagem baseada em fatores comportamentais.

Isso ocorre porque não existe um modelo de internacionalização integrado, aplicável a todos os tipos de empresa, em todos os tipos de indústria inseridos em todos os contextos ambientais. Logo, é necessário verificar cada situação e qual(is) modelo(s) teórico(s) melhor se ajustaria(m), podendo misturar fatores de mais de um modelo na mesma situação, uma vez que a maioria dos modelos é complementar entre si e não concorrente. (CARNEIRO; DIB, 2007).

Dois fatores contribuem particularmente para um baixo índice de internacionalização das empresas brasileiras: um mercado doméstico atraente e a

defasagem tecnológica de alguns setores, muitas vezes, acabam prendendo as empresas ao seu mercado local, o que se constitui numa “armadilha”. (BARTLETT; GHOSHALL, 2000).

Rocha (2003) concluiu, baseado em diversos estudos realizados com empresas nacionais nas últimas décadas, que as empresas brasileiras não se internacionalizam devido às imensas dificuldades que a elas se apresentam, originadas do isolamento geográfico e linguístico do país, da formação cultural da sua gente e do impacto do ambiente macroeconômico sobre as motivações empresariais. Fatores de ordem econômica e comportamental exercem influência na vocação internacional das organizações brasileiras. A Marcopolo é um exemplo de empresa brasileira bem-sucedida em suas atividades internacionais, pois que conquistou muitos mercados e alcançou estágios avançados de internacionalização. Para essa organização, os mercados externos se tornaram fonte de crescimento, de melhoria de desempenho e de expansão de negócios.

Dificuldades de natureza econômica e comportamental foram identificadas no processo de internacionalização da empresa. A falta de conhecimento acerca dos mercados e as barreiras do idioma foram importantes obstáculos nas fases iniciais de internacionalização, e a dificuldade com o idioma definiu a escolha do país do primeiro investimento direto no Exterior. Essas barreiras têm peso menos significativo, hoje à organização, mas as dificuldades com os fatores culturais, treinamento de funcionários no Exterior, expatriação de funcionários brasileiros e sistema legal dos diferentes países ainda permanecem sendo as principais dificuldades na realização de investimentos para a instalação de novas fábricas no estrangeiro.

Atualmente, as tomadas de decisão da Marcopolo sobre a seleção de mercados externos a serem explorados e formas de atuação nos mesmos, tendem a ser desenvolvidas de forma bastante pragmática pela companhia. Essas decisões se baseiam em estudos intensivos sobre os mercados, a determinação e análise da atratividade de cada país, o potencial de competitividade da Marcopolo e a análise de viabilidade da melhor forma de entrada, o que levou a organização a projetar investimentos como os que ocorreram na Índia, Rússia e Austrália. Desse profundo e coeso estudo surgiram os primeiros contatos com ditos mercados, culturalmente distantes do Brasil, por meio da instalação direta de unidades produtivas nesses países.

Referências

ANDERSEN, O.; BUVIK, A. Firm's internationalization and alternative approaches to the international customer/market selection. *International Business Review*, v. 11, p. 347-63, 2002.

ANDERSSON, S. The internationalization of the firm from an entrepreneurial perspective. *International Studies of Management & Organization*, v. 30, n. 1, p. 63-92, Spring 2000.

- BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v.17, n.1, p. 99-120, 1991.
- BARTLETT, C. A.; GHOSHAL, S. Going global: lessons from late movers. *Harvard Business Review*, Boston, v. 78, n. 2, Mar./Apr. 2000.
- BUCKLEY, P.; CASSON, M. *The future of the multinational enterprise*. London: The MacMillan Press, 1976.
- BUCKLEY, P.; CASSON, M. Analyzing foreign market entry strategies: extending the internalization approach. *Journal of International Business Studies*, v. 29, n. 3, p. 539-62, 1998.
- CARLSON, S. *How foreign is foreign trade: a problem in international business research*. Uppsala: Uppsala University Press, 1975.
- CARNEIRO, Jorge; DIB, Luis Antônio. Avaliação comparativa do escopo descritivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas. *INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2007.
- COVIELLO, N.; MUNRO, H. Growing the entrepreneurial firm: networking for international market development. *European Journal of Marketing*, v. 29, n. 7, p. 49-61, 1995.
- DUNNING, J. H. Towards an eclectic theory of international production: some empirical tests. *Journal of International Business Studies*, v. 11, n. 1, p. 9-31, 1980.
- DUNNING, J. H. *Multinational enterprises and the global economy*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1993.
- DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. *Journal of International Business Studies*, v.19, n. 1, p. 1-31, 1988.
- FAHY, John. Resources and global competitive advantage: a study of the automotive components industry in Ireland. *Irish Marketing Review*, v. 10, n. 2, 1997/1998.
- FAHY, John. The role of resources in global competition. In: HOOLEY, Graham; LOVERIDGE, Ray; WILSON, David (Org.). *Internationalization: process, context and markets*. New York: MacMillan Press, 1998. p. 122-135.
- FORSGREN, M. Foreign acquisitions: internationalization or network dependency? *Advances in International Marketing*, Greenwich: JAI Press, v. 3, p. 141-159, 1989.
- FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Pesquisa sobre a internacionalização da empresa brasileira*. Sumário executivo. 2002.
- GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOULART, L.; BRASIL, H. V.; ARRUDA, C. A. A internacionalização de empresas brasileiras: motivações e alternativas. In: FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Internacionalização de empresas brasileiras*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- GRANT, R. M. The resource-based theory of competitive advantage: implications for strategy formulation. *California Management Review*, p. 114-135, Spring 1991.
- GRIFFITH, David A.; HARVEY, Michael G. A resource perspective of global dynamic capabilities. *Journal of International Business Studies*, v. 32, n. 3, Third Quarter 2001.
- GUEDES, A. L. *Negócios internacionais*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

- HEXSEL, Astor Eugênio. O entendimento do sucesso internacional da Marcopolo: uma visão com base em recursos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., 2003, Atibaia, SP. *Anais...* Atibaia: Enanpad 2003.
- HILAL, A.; HEMAIS, C. A. O processo de internacionalização na ótica da Escola Nórdica: evidências empíricas em empresas brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, v. 7, n. 1, 2003.
- HYMER, S. *The international operations of national firms: a study of direct foreign investment*. 1976. Thesis (Doctorate) – University of Cambridge, MA: The MIT Press, 1976.
- HÖRNELL, E.; VAHLNE, J.; WIEDERSHEIM-PAUL, F. *Exports and foreign establishments*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1973.
- JOHANSON, J.; MATTSON, L. International marketing and internationalization processes – a network approach. In: PALIWODA, S.; TURNBULL, P.W. (Ed.). *Research in international marketing*. London: Croom Helm, 1986.
- JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The internationalization process of the firm: a model of knowledge and increasing foreign market commitment. *Journal of International Business Studies*, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1977.
- JOHANSON, J.; WIEDERSHEIM-PAUL, F. The internationalization of the firm: four Swedish cases. *Journal of Management Studies*, v. 12, n. 3, p. 305-22, 1975.
- KLOTZLE, M. C. Alianças estratégicas: conceito e teoria. *Revista RAC*, v. 6, n. 1, p. 85-104, 2002.
- KOGUT, B.; ZANDER, U. Knowledge of the firm and the evolutionary theory of the multinational corporation. *Journal of International Business Studies*, v. 24, n. 4, p. 625-645, 1993.
- LAM, Long W.; WHITE, Louis P. An adaptative choice model of the internationalization process. *International Journal of Organizational Analysis*, v. 7, n. 2, p. 105-134, Apr. 1999.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MONTEIRO, Ubaldo. *Introdução à administração*. São Paulo: Ática, 1983.
- MORAES, W. F. A.; OLIVEIRA, B. R. B.; KOVACS, E. P. Teorias de internacionalização e aplicação em países emergentes: uma análise crítica. *INTERNEXT – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, v. 1, n. 1, p. 203-220, 2006.
- PORTER, M. E. *Vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- PORTER, M. E. *Competição: on competition: estratégias competitivas essenciais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROCHA, Angela da. Por que as empresas brasileiras não se internacionalizam? In: ROCHA, Angela da (Org.). *As novas fronteiras: a multinacionalização das empresas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- RUGMAN, A. M. *The end of globalization: why global strategy is a Myth & How to profit the realities of regional markets*. AMACOM American Management Association, 2001.
- SOARES, Cláudio César. *Introdução ao comércio exterior: fundamentos teóricos do comércio internacional*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- URBASCH, G. *A globalização brasileira: a conquista de empresas nacionais*. São Paulo: Campus, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VERNON, Raymond. International investment and international trade in the product cycle. *Quarterly Journal of Economics*, 1966.

VERNON, Raymond. The product cycle hypothesis in a new international environment. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, v. 41, n. 4, p. 255-267, 1979.

YIN, Robert. *Case study research: design and methods*. London: Sage Publications, 1999.

Lei Complementar em matéria tributária: princípio da legalidade, origem, evolução e sua aplicação na Constituição de 1988

Supplementary Law on tax matters: principle of legality, origin, evolution and their application in the Constitution of 1988

Camila Ziliotto Serafin*

Resumo: O presente artigo pretende esclarecer a importância dos princípios dentro do ordenamento jurídico, em especial o da legalidade tributária, previsto no art. 150, I, da Constituição Federal de 1988, que se apresenta como uma garantia individual do cidadão, que tem por finalidade prover ao contribuinte a tão almejada segurança jurídica contra as investidas arbitrárias do Estado. Analisam-se as características e o alcance do princípio da legalidade no Direito Tributário brasileiro em conjunto com a Constituição Federal. Através da pesquisa foram obtidos os seguintes entendimentos: a) os princípios exercem papel decisivo no sistema, pois servem de fundamento de validade da norma jurídica; b) o princípio da legalidade configura uma limitação ao poder de tributar, e, como uma típica garantia individual dos contribuintes, qualifica como cláusula pétrea; c) o princípio da legalidade em matéria tributária pressupõe não só a existência de lei criadora de uma obrigação fiscal, mas essa lei descreve todos os elementos indispensáveis à formação da relação jurídico-tributária.

Palavras-chave: Lei Complementar. Direito Tributário. Constituição Federal. Princípio da legalidade. História econômica.

Abstract: This article aims to clarify the importance of the principles within the legal system in particular the legality of the tax provided for in article 150, I of the Federal Constitution of 1988, which is presented as an individual guarantee citizen, is to provide the taxpayer as desired legal certainty against arbitrary invested state. The aim of this study was to analyze the features and the scope of the principle of legality in Brazilian tax Law in conjunction with the Federal Constitution. Through research, I obtained the following understandings: a) the principles exert decisive role in the system as they provide a foundation of validity of the rule of law; b) the principle of legality set a limitation on the power to tax, and as a typical individual guarantee taxpayers qualifying as entrenchment clause; c) the principle of legality in tax matters presupposes not only the existence of creative law a tax liability, but is law describes all the essential elements forming the legal and tax relationship. Thus the principle of tax legality serves as qualified standard that guides us to drive the performance of all legal rules for the direction to be followed, resulting in the correct understanding of reality before certain standard to be applied fairly.

Keyword: Complementary Laws. Tax Law. Federal Constitution. Principle of legality. Economic history.

1 Introdução

O núcleo deste artigo é a investigação acerca dos aspectos fundamentais do princípio da legalidade no Direito Tributário, aprofundando-se na origem e evolução do referido princípio, bem como o seu reflexo no mundo jurídico, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O estudo desse tema é de extrema relevância na ordem jurídica atual, pois visa a observar a garantia e a segurança jurídicas nas relações entre contribuinte e Estado, as quais devem ser inteiramente disciplinadas em lei, obrigando tanto o sujeito passivo

* Aluna no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* camilazserafin@hotmail.com

como o sujeito ativo da relação obrigacional tributária a cumprirem os seus deveres legais.

Esta pesquisa tem como objetivos: 1) produzir um artigo acadêmico; 2) investigar o conteúdo e o alcance do princípio da legalidade, com foco em matéria tributária; 3) elucidar a origem e evolução do princípio; 4) diferenciar Lei Complementar de Lei Ordinária; 5) aplicar o princípio da legalidade segundo a CF/88.

Para a investigação do objeto e alcance dos objetivos, foi utilizado o método indutivo¹ sendo organizado com as técnicas,² bem como com pesquisa bibliográfica proposta por Colzani,³ dividindo-se o artigo em três tópicos.

A problemática levantada é a seguinte:

- 1) o Código Tributário Nacional (CTN) é lei ordinária ou complementar?
- 2) a origem do princípio da legalidade; e
- 3) princípio da legalidade e sua aplicação/disposição na CF/88.

O presente artigo se encerra com os pontos conclusivos da pesquisa, sendo feito um breve resumo de cada tópico buscando resolver as questões formuladas acima, verificando se as mesmas restaram (ou não) respondidas.

2 Lei Complementar em matéria tributária

O CTN, é denominado lei ordinária, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, lei essa que instituiu normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O CTN foi publicado na vigência da CF de 1946, na qual não havia previsão de lei complementar.

Em 1967, ano seguinte à publicação do CTN, sobreveio a CF de 1967, trazendo, no seu texto constitucional, a previsão de Leis Complementares, entre elas as normas gerais de Direito Tributário (art. 18, §1º).⁴

Com o advento da CF/88, foi repetida a exigência de Lei Complementar para as normas gerais de Direito Tributário. Sendo assim, a lei ordinária em vigor foi recepcionada como complementar, podendo ser classificado o CTN, formalmente, como Lei Ordinária e, materialmente, como Lei Complementar.

¹ O método indutivo consiste em pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral. (PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008. p. 87).

² Técnica é um conjunto diferenciado de informações reunidas e acionadas em forma instrumental para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas investigatórias. (PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008. p. 63).

³ COLZANI, Valdir Francisco. *Guia para elaboração do trabalho científico*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Ao longo de sua criação, esse código esteve inserido em três constituições, ressaltando que a cada promulgação de nova constituição era imprescindível que fossem respeitados os princípios e, fundamentalmente, a Teoria da Recepção, que ensina que, quando uma nova Constituição é aprovada, as leis em vigor no regime passado e não conflitantes com o novo texto continuam válidas na nova ordem. Assim, as leis compatíveis são recepcionadas pela nova Constituição, independentemente de os requisitos formais de aprovação serem diferentes.

O fundamento da existência de Leis Complementares é derivado da constatação de que há matérias de especial importância e que, contudo, não encontram razão para figurar no texto constitucional, assim merecem um cuidado maior na sua elaboração e alteração, seguindo um procedimento mais rígido do que a Lei Ordinária.

As Leis Complementares basicamente se diferenciam das Ordinárias em dois aspectos: disciplinam matérias taxativamente previstas na Constituição (diferença material) e requerem para sua aprovação maioria absoluta (diferença formal).

Moraes entende que

a razão da existência da lei complementar consubstancia-se no fato do legislador constituinte ter entendido que determinadas matérias, apesar da evidente importância, não deveriam ser regulamentadas na própria Constituição Federal, sob pena de engessamento de futuras alterações; mas, ao mesmo tempo, não poderiam comportar constantes alterações através do processo legislativo ordinário.⁵

A Teoria Coordenativa sustenta não existir relação de subordinação entre Lei Complementar e a Lei Ordinária. Para essa doutrina, as duas espécies se situam no mesmo plano hierárquico, tendo, porém, campos distintos de atuação, determinados pela reserva de matérias.

Considera-se ser essa teoria a mais apropriada, pois, com base nos ensinamentos do mestre austríaco Kelsen,⁶ há hierarquia quando “a norma que determina a criação de outra norma é a norma superior, e a norma criada segundo essa regulamentação é a inferior”, o que não se observa nesse caso.

A Lei Ordinária é lei como a Complementar; a diferença é que o campo da Lei Complementar foi expresso pelo texto constitucional e o *quorum* para votação é mais rigoroso. A Lei Complementar é uma Lei Ordinária adjetivada constitucionalmente. Como ensina Souto Maior Borges,⁷ o *quorum* só faz a existência da Lei Complementar, mas não lhe confere a eficácia. Ai se percebe o grande erro em dizer que a Lei

⁵ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 569.

⁶ KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: M. Fontes, 2000. p. 181.

⁷ BORGES, José Souto Maior. *Curso de Direito Comunitário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 45.

Complementar tem hierarquia sobre a Lei Ordinária em razão do maior número de votantes necessário para a sua aprovação.

O ministro Moreira Alves, ao proferir seu voto no RE 84.994/SP, formou jurisprudência dizendo que “a lei complementar federal também está no mesmo nível da lei ordinária federal. O problema é apenas de competência. [...] Não há subordinação hierárquica, senão a lei federal também poderia ser ilegal.”⁸

Assim, a Lei Complementar em matéria tributária tem enorme importância como norma geral, pois não possui a função de criar tributos, apenas os institui em situações excepcionais, mencionadas na própria CF/88, sob pena de desvirtuar sua natureza.

3 Princípio da legalidade em matéria tributária: origem e evolução

A origem do princípio da legalidade acaba por se confundir com a origem do próprio Estado Democrático de Direito. Isso acontece, pois esse princípio tem como função essencial garantir que o Estado não cometa abuso contra os cidadãos, lhes proporcionando, ao contrário, segurança jurídica. Segundo Carazza,⁹ “o Estado de Direito assegura o império da lei, como expressão da vontade popular”.

Historicamente, afirma Uckmar,¹⁰ que o princípio da legalidade foi elaborado como norma jurídica em meados de 1215, na Inglaterra, na Magna Carta elaborada pelo rei inglês João Sem-Terra, a qual tinha como diferencial dos textos medievais a limitação ao poder do soberano, que deve respeito à lei, sendo genérica, abstrata e tendo eficácia contra todos. Nas monarquias espanholas, francesas, italianas e portuguesas, constam registros do desenvolvimento da ideia de consentimento popular à tributação a partir da Idade Média.

Com a Revolução Francesa e Americana, acabou por surgir o denominado constitucionalismo clássico, que engloba todos os princípios basilares do Direito Constitucional, mais o princípio da legalidade tributária, encontrados daí em diante, em todas as Constituições dos Estados Democráticos de Direito, conforme atestado por Uckmar,

Todas as Constituições vigentes – exceção feita, pelo que me consta, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – afirmam explicitamente que os impostos devem ser aprovados pelos órgãos legislativos competentes, preceito que, pelo menos nos Estados de Direito, não seria nem mesmo necessário.¹¹

⁸ POLETTI, Ronaldo. *Constituição anotada*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 194.

⁹ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 237.

¹⁰ UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 9-20.

¹¹ UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 24-25.

O princípio da legalidade reflete a necessidade de se ter, no texto constitucional, dispositivos destinados a limitar a atividade estatal, ter o regramento das relações sociais de cada época, buscando obter o bem comum, sendo moldado de acordo com as concepções políticas, por ser produto do trabalho dos poderes constituídos.

No Brasil, o princípio da legalidade tributária foi consagrado por todas as Constituições, iniciando-se no sistema jurídico desde a Constituição Política do Império de 1824 (arts. 36, inciso I, e 171), na Constituição Federal, de 28 de fevereiro de 1891 (art. 72, § 30), na Constituição Federal, de 16 de julho de 1934 (art. 17, inciso VII), na Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946 (art. 141, § 34), na Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1967 (arts. 20, inciso I, 150, §§ 2º e 29), e na Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969 (arts. 19, inciso I, e 154, § 2º).

Na Constituição vigente em 1967, na redação dada pela Emenda Constitucional 1/1969, contempla o princípio da legalidade tributária em dois capítulos: no primeiro, dedicado ao Sistema Tributário Nacional, o princípio da legalidade é expresso como uma proibição dirigida aos poderes tributantes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); e o segundo capítulo se dedica aos direitos e garantias individuais.

A CF/1891, além de reproduzir o princípio da legalidade na parte relativa à competência do Poder Legislativo (art. 34, itens 1 a 4), o elevou à categoria de direito individual, incluindo-o na Declaração de Direitos (art. 72, § 30).¹²

Atualmente, o princípio da legalidade está presente no art. 150, inciso I, da CF/88.

4 Princípio da legalidade em matéria tributária: aplicação na CF/88

Os princípios são as bases de qualquer ordenamento jurídico, pois são fundamentais à completa e correta interpretação das normas e carregam os valores de uma sociedade. Quase em sua totalidade, os princípios aparecem de forma expressa no texto constitucional como no art. 5º ao tratar dos direitos e garantias fundamentais, no *caput* do art. 37, que trata da Administração Pública, bem como o art. 145 que se detém no Sistema Tributário Nacional.

Percebe-se que o legislador reservou aos princípios um lugar de extrema importância, em nível constitucional, não ficando engessados somente na Constituição, dando aos seus efeitos uma abrangência por todo o ordenamento jurídico brasileiro. Ressalta-se que os princípios explícitos, ou não, carregam uma grande carga de valores.

¹² BRASIL. Constituição (1891). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

A Constituição é definida como um documento escrito e formal elaborado pelo Poder Constituinte Originário, possui vários conceitos, que ainda não se encontram pacificados na doutrina, mas Kimura a conceitua como sendo

a norma suprema do ordenamento jurídico, pois forma o Estado, estabelece as regras e princípios estruturais do exercício de poder, atribui competências orgânicas e espaciais às instituições, bem como os seus respectivos limites e relações. Estado e Constituição são institutos indissociáveis, vale dizer, o Estado não subsiste sem a Constituição. [...] No sentido jurídico, a Constituição é a lei fundamental de um Estado, da qual todas as demais normas jurídicas extraem o seu fundamento de validade.¹³

A CF/88, ao estabelecer que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, consagrou todos os fundamentos como sendo os valores da Nação brasileira. Assim, o conjunto princípio lógico tem uma função importantíssima para a manutenção do sistema democrático brasileiro. A Carta Magna está no ápice da nossa pirâmide normativa, sendo observada por todos.

Se, de uma banda, os princípios ensinam a maneira como deve ser o sistema jurídico, de outra, negam validade a qualquer norma criada em desacordo com o seu intento. Os princípios balizam a atuação do legislador na elaboração de novas leis e também o aplicador na interpretação dos comandos para a construção de normas que serão aplicadas ao caso concreto.

Princípios jurídicos sem dúvida, significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais do próprio Direito. Indicam o alicerce do Direito. [...] Assim, nem sempre os princípios se inscrevem nas leis. Mas, porque servem de base ao Direito são tidos como preceitos fundamentais para a prática do Direito e proteção dos direitos.¹⁴

O princípio da legalidade surgiu da necessidade de haver o consentimento do povo para a imposição de direitos e obrigações, estando previsto na CF/88, no Título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, no art. 5º, II,¹⁵ leia-se *in verbis*:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. (grifo nosso).

¹³ KIMURA, Alexandre Issa. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Forense, 1989. p. 7.

¹⁴ DE PLÁCIDO e SILVA, Oscar Júnior. *Vocabulário jurídico*. 30. ed. São Paulo: Forense, p. 639.

¹⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Sendo este artigo uma base importante para o Direito Tributário brasileiro, como elucida Carrazza,¹⁶ “a raiz de todo ato administrativo tributário deve encontrar-se em uma norma legal, nos termos expressos no artigo 5º, II, da Constituição da República”; sendo assim, o constituinte deixou claro que os entes tributantes só poderiam estabelecer a cobrança de tributos que fossem estabelecidos em lei.

O particular somente terá que pagar o tributo ou outro dever que se manifeste de forma pecuniária em algum momento desde que a lei determine. No mesmo sentido, Machado afirma: “Tais princípios existem para proteger o cidadão contra os abusos do Poder. Em face do elemento teleológico, portanto, o intérprete, que tem consciência dessa finalidade, busca nesses princípios a efetiva proteção do contribuinte”.¹⁷

O princípio da legalidade se torna claramente uma delimitação ao poder do Fisco. Carrazza¹⁸ ressalta: “O princípio da legalidade garante, decisivamente, a segurança das pessoas, diante da tributação.” O tributo necessita mais do que uma lei que o defina, requer uma lei que defina todos os aspectos pertinentes ao fato gerador.

É tão grande a importância do princípio da legalidade, que ele foi incluído entre os direitos e garantias individuais, o que lhe garante a condição de cláusula pétrea, ficando vedada qualquer deliberação sobre proposta de emenda à Constituição que até mesmo tente abolir essa garantia, conforme disposição no art. 60, § 4º, IV da CF/88.

Assim, se verifica que o art. 5º da CF/88 exerce grande influência no Direito Tributário, talvez maior do que em outros ramos do Direito. Isso se deve ao fato de o Direito ser um instrumento de proteção dos cidadãos, mas que se usado por pessoas egocêntricas, torna-se uma forma de dominação. Em se tratando de matéria tributária, traria danos muito gravosos à boa parte da sociedade, se não a toda ela.

Aprofundando-se na história, se verifica que já houve a necessidade do princípio tributário desde séculos atrás, como Amaro disciplina.

O princípio é informado pelos ideais de justiça e segurança jurídica, valores que poderiam ser solapados se à administração pública fosse permitido, livremente, decidir quando, como e de quem cobrar tributos. Este princípio é multissecular, tendo sido consagrado na Inglaterra, na Magna Carta de 1215, pelo rei João Sem-Terra, a quem os barões ingleses impuseram a necessidade de obtenção prévia de aprovação dos súditos para a cobrança de tributos.¹⁹

A Constituição destinou um capítulo do seu texto ao sistema tributário, mas apenas o art. 5º da CF/88 bastaria para impor limites ao Estado, mas, para assegurar os

¹⁶ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 241.

¹⁷ MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 52, 58.

¹⁸ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 245.

¹⁹ AMARO, Luciano. *Direito Tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. p. 114.

direitos dos cidadãos, foi incorporado o seu art. 150, I, da CF,²⁰ denominado princípio da legalidade tributária, leia-se *in verbis*:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça. [...].

Esse artigo foi incorporado, pois, ao conferir aos entes políticos competência para instituir tributos, a Constituição também quis assegurar que determinadas situações, pessoas, bens ou serviços ficassem fora da incidência de tributos, propiciando segurança jurídica, firmando a ideia de Estado Constitucional.

Segundo Tavares,²¹ “assim como os princípios constitucionais que regem o Sistema Tributário Nacional, a imunidade tributária aparece como uma limitação ao poder de tributar”.

Acerca da imunidade tributária, conceitua Oliveira: “É a vedação constitucional ao poder de tributar. Emerge da Constituição e as pessoas ou bens imunes tornam-se inatingíveis pelas leis tributárias, ou seja, não chega a ocorrer o fato gerador da obrigação tributária”.

A imunidade, é simplesmente, o meio instituído pela CF/88 para excluir do campo tributário certas situações que devem ser isentas da cobrança fiscal de alguma maneira.

As Leis Complementares surgiram no Brasil com a Emenda Constitucional 18/1965, que vigora até os dias atuais. Essa espécie normativa foi criada para suprir a necessidade de uma lei que extrapolasse o âmbito de interesse da União, abrangendo os interesses nacionais. Para que seja aprovada uma Lei Complementar, é necessário *quorum* qualificado conforme previsto no art. 69 da CF/88, ou seja, a maioria absoluta em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Assim, sempre que a nossa Constituição exigir que determinado assunto seja tratado por Lei Complementar, estará expresso “Lei Complementar”; quando fizer menção, se tratará de Lei Ordinária, como, por exemplo, o caso do art. 146 da CF/88 que trata das matérias tributárias que exigem Lei Complementar:

Art. 146. Cabe à lei complementar:
I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

²⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²¹ TAVARES, Alexandre Macedo. *Fundamentos do Direito Tributário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. p. 41.

- a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- c) adequado tratamento tributário ao cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
- d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais e simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13 e da contribuição a que se refere o art. 239.²²

A Carta Magna confere à Lei Complementar a função exclusiva de instituir, excepcionalmente, determinados tributos, como, por exemplo, os empréstimos compulsórios previsto no art. 148, e os impostos de natureza residual da União, art. 154, inciso I, da CF/88.

No que diz respeito a essa matéria, a Constituição conferiu exclusivamente à Lei Complementar a regulamentação desse assunto. Além do art. 146, a Lei Complementar é mencionada na CF/88 nos arts. 153, inciso VII; 155, § 1º, inciso III e § 2º, inciso XII, bem como no art. 156, inciso III e § 3º.

Ensina Ichihara:

As Leis Complementares [...], além de típicas, têm a função de, ao complementar a Constituição, traçar diretrizes a serem observadas pelas leis ordinárias, como limites ou molduras dentro das quais o legislador ordinário deve atuar. São as leis complementares destinadas a implementar o campo das chamadas normas gerais do direito tributário, como é o caso do Código Tributário Nacional.²³

Atualmente, o CTN é a Lei Complementar a que se refere o art. 146 da CF/88. Porém, quando de sua edição, o CTN não restou aprovado como tal, uma vez que a Constituição da época não previa tal forma normativa. Assim, o CTN só restou recepcionado como Lei Complementar pelo texto constitucional de 1967, bem como pela nossa vigente Constituição, no art. 146, inciso III.

A possível razão pela qual a Constituição reservou para a Lei Complementar a instituição de determinadas figuras tributárias está presente no fato de que o processo legislativo da Lei Complementar é mais representativo que o da Lei Ordinária, em razão de ela exigir *quorum* especial de aprovação.

Dessa forma, a Carta Magna prevê, de forma exaustiva, os possíveis conflitos existentes entre os entes tributantes, bem como limita o poder de tributar dos mesmos, podendo a Lei Complementar simplesmente reafirmar o que já está previsto.

²² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 1º jun. 2015.

²³ ICHIHARA, Yoshiaki. *Princípios da legalidade tributária na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 89.

A função da Lei Complementar, no âmbito dos conflitos, é tentar evitá-los e não dirimi-los. Pode esse tipo de norma reafirmar o que está previsto na Constituição, detalhando o que lá está escrito, apenas reforçando o perfil constitucional de cada tributo. Assim, o limite dessa norma nacional são as próprias competências tributárias já demarcadas no texto constitucional.

5 Conclusão

O presente estudo foi realizado à luz da CF/88, com o objetivo de elucidar o princípio da legalidade na referida Constituição e no Direito Tributário, desde a sua origem, evolução e aplicação, bem como realizar a diferenciação entre Leis Complementares e Leis Ordinárias, ressaltando a não incidência hierárquica entre elas.

O interesse pelo tema foi em razão da sua diversidade, amplitude e importância e pelo fato de não só beneficiar o contribuinte como delimitar as ações estatais, evitando abusos e arbitrariedades, sendo uma garantia a todos os cidadãos.

Para a organização do trabalho, o mesmo foi dividido em três itens. O primeiro foi desenvolvido sobre a Lei Complementar em matéria tributária, a qual tem a finalidade de servir de guia para normas gerais, ou seja, traçar diretrizes básicas, e os princípios é que devem orientar as normas tributárias que lhe devam obediência.

O segundo tópico abordado foi a origem e a evolução do princípio da legalidade, iniciando-se a reflexão em meados de 1215, na Inglaterra, com a elaboração da Magna pelo rei inglês João Sem-Terra, e passando pelas Constituições brasileiras que adotaram o referido princípio.

O terceiro e último tema aborda o princípio da legalidade e sua aplicação na nossa atual Constituição, o qual está inserido de maneira expressa no art. 5º, inciso II e art. 150, inciso I. O princípio da legalidade em matéria tributária exerce uma função importantíssima, pois tem o objetivo de limitar o poder tributário do Estado, sendo, desse modo, um instrumento colocado à disposição do particular.

A finalidade do princípio da legalidade é impedir que o Estado interfira na esfera do patrimônio do particular criando-lhe encargos financeiros em nome da satisfação dos interesses públicos coletivos. Ressalta-se que o princípio da legalidade tributária proveniente do Estado Democrático de Direito, quando corretamente aplicado, produz justiça fiscal, segurança jurídica, igualdade e respeito aos direitos humanos. Entretanto, se for mal-empregado, se constituirá em arbítrio legalizado e injustiça positivada.

Referências

AMARO, Luciano. *Direito Tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

BORGES, José Souto Maior. *Curso de Direito Comunitário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

COLZANI, Valdir Francisco. *Guia para elaboração do trabalho científico*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002.

DE PLÁCIDO e SILVA, Oscar Júnior. *Vocabulário jurídico*. 30. ed. São Paulo: Forense, p. 639.

ICHIHARA, Yoshiaki. *Princípios da legalidade tributária na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1995.

KELSEN, Hans. *Teoria Geral do Direito e do Estado*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: M. Fontes, 2000.

KIMURA, Alexandre Issa. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Forense.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008.

POLETTI, Ronaldo. *Constituição anotada*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TAVARES, Alexandre Macedo. *Fundamentos do Direito Tributário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

A democracia, o desenvolvimento e a busca do equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente: breve comparativo entre a Constituição do Equador de 2008 e a Constituição do Brasil de 1988

Cleide Calgaro* – Sandrine Santos** – Lucas Dagostini Gardelin***

Resumo: No presente trabalho, quer se analisar, sob a égide da visão antropocêntrica predominante e da introdução da visão biocêntrica no novo constitucionalismo da América Latina, as considerações acerca do homem, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. A partir disso, verifica-se como seria possível atingir o desenvolvimento sustentável numa sociedade democrática, através de estudo comparativo entre as atuais Constituições do Equador e do Brasil. O método que será utilizado é o analítico-dedutivo, mediante revisão bibliográfica e documental. Ao final, observa-se uma nova visão de como lidar com o meio ambiente que não a antropocêntrica, ou seja, através de uma visão biocêntrica nas democracias atuais.

Palavras-chave: Meio ambiente. Desenvolvimento sustentável. Democracia. Constituição Federal.

Abstract: In this paper wants to analyze, under the aegis of the prevailing anthropocentric vision and the introduction of biocentric vision in the new constitutionalism in Latin America, considerations about man, the environment and sustainable development. From this, it appears as it would be possible to achieve sustainable development in democratic society, through a comparative study of the present Constitutions of Ecuador and Brazil. The method to be used is the deductive analytical by bibliographical and documentary review. At the end, there is a new vision of how to deal with the environment than anthropocentric, ie through a biocentric vision in today's democracies.

Keywords: Environment. Sustainable development. Democracy. Federal Constitution.

1 Introdução

No presente trabalho, analisa-se a ideia de democracia e de sustentabilidade, fazendo-se um estudo comparado entre a Constituição do Equador de 2008, que entende o meio ambiente como sujeito de direitos, e da Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/88), que promove o entendimento do meio ambiente como um bem de uso comum do povo.

Diante da ampliação dos debates, inclusive em nível internacional, acerca dos problemas ambientais existentes, a CF/88, em seu art. 225,¹ estipula a garantia legal ao usufruto de um meio ambiente sadio a toda a coletividade presente e futura. Assim, se percebe que o legislador brasileiro priorizou uma visão antropocêntrica, na qual o

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Direito e Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz (Unisc). Professora na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* ccalgaro@ucs.br

** Mestranda em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista/taxista Capes. *E-mail:* sandrineasadv@gmail.com

*** Aluno nos cursos de Direito e Letras da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista de Iniciação Científica. BIC/UCS. *E-mail:* gardelin_lucas@hotmail.com

¹ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. “Art. 225 CF/88: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

homem continua no centro da sociedade democrática. A Constituição do Equador de 2008, por sua vez, inova em seu Capítulo 7º, onde constam os “Direitos da Natureza”, com especial destaque ao art. 71,² ao elevar a natureza a sujeito de direitos.

O método utilizado é o analítico dedutivo, por meio do qual se verificará, através de dados bibliográficos e documentais, a eficácia do presente trabalho.

Conclui-se, desse modo, que, em relação à CF/88, a Constituição do Equador de 2008 é inovadora e demonstra uma visão biocêntrica, pois, ao reconhecer a natureza como sujeito de direitos e ao se empenhar na busca do equilíbrio entre essa e as necessidades dos seres humanos, complementa a tradicional previsão constitucional do direito a um ambiente saudável para as presentes e futuras gerações, possibilitando que uma nova visão de sociedade democrática e sustentável se efetive.

2 O homem e sua verdadeira função na natureza

A humanidade, no século XXI, vive uma crise ambiental marcada pela ingerência do homem sobre o meio ambiente, causada sobretudo pelo desrespeito aos limites de recuperação impostos pela natureza, fomentado pela busca do poder econômico, o que contribui para o esquecimento de um princípio primordial a todos: a preservação das espécies e do meio ambiente sustentável para as gerações presentes e futuras. O ser humano pauta-se, exclusivamente, por uma visão antropocêntrica, sendo que o mesmo se considera o ser supremo e “senhor” de tudo, desvinculando-se da ideia de vida harmônica com a natureza. Nesse ponto de vista, a relação entre o ser humano e a natureza é uma forma de dominação daquele sobre essa. Como realça Carvalho,

a visão antropocêntrica, panteísta, está profundamente arraigada em nosso universo mental e deita raízes nas origens de nossa civilização atual. Os nossos valores culturais vêm insistindo, praticamente sem interrupção no decurso histórico, na predominância absoluta do ser humano sobre a natureza e sobre os demais seres. A idéia de domínio total impõe, numa categoria de dever moral, a subjugação do não-humano. Dominar, impor, transformar, criar novas realidades materiais parece ser uma determinação inelutável ligada ao destino de “ser humano”. (2003, p. 16).

Para compreender a herança do antropocentrismo e as influências suscitadas no tratamento dispensado à natureza, cumpre citar a visão de Ost:

É em Descartes e noutros pensadores eruditos do seu século que procuraremos os indícios, mais claros, do redemoinho que conduz hoje a uma tal ruptura entre o

² EQUADOR, 2008: “Art. 71: A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos. Toda pessoa, comunidade, povoado, ou nacionalidade poderá exigir da autoridade pública o cumprimento dos direitos da natureza. Para aplicar e interpretar estes direitos, observar-se-ão os princípios estabelecidos na Constituição no que for pertinente. O Estado incentivará as pessoas naturais e jurídicas e os entes coletivos para que protejam a natureza e promovam o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema.”

homem e a natureza. Mas o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza. Como qualquer outra espécie natural, o homem, só pela sua presença, pesa sobre os ecossistemas que o abrigam; como qualquer outro ser vivo, o homem retira recursos para assegurar a sua sobrevivência e rejeita matérias usadas [...] ao contrário do homem moderno, que, liberto de todas as amarras cosmológicas, transforma descomedidamente o mundo natural com a sua tecnologia, o homem primitivo não se arrisca a perturbar a ordem do mundo senão mediante infinitas preocupações, consciente da sua presença no universo cósmico, no seio do qual natureza e sociedade, grupo e indivíduo, coisa e pessoa, praticamente não se distinguem. (1997, p. 30-31).

Em virtude da vigência desse paradigma, na ótica de Nalini (2002, p. 6), o homem desconhece ou parece ignorar uma das mais relevantes características da Terra: a íntima interdependência das partes que a constituem conjuntamente. O Planeta é um sistema harmônico, tudo está conectado, formando um encadeamento que, desrespeitado, implica, inevitavelmente, a ruptura de um ciclo natural e a reverberação de suas consequências.

Considerada a crise ambiental atual, observa-se que os seres humanos e o meio ambiente estão em rota de colisão, uma vez que as atividades humanas utilitaristas, voltadas à busca de poder econômico, vão se extinguir junto com a humanidade.

O mundo se transforma a partir de novas perspectivas que vão se alterando e buscando novas formas, novas nuances, mesclando-se com a realidade, formando um processo regenerador das coisas. O ser humano deve, também, reencontrar sua verdadeira racionalidade e sua sincronia com a natureza, além de mudar seus sedentários hábitos de vida, invocando um novo futuro à humanidade, vez que constitui, ela, apenas um fragmento da história do planeta Terra. Nesse diapasão, cumpre citar as palavras de Boff:

Dominadores, vossa arrogância vos torna cruéis e sem piedade. Ela vos faz etnocêntricos, dogmáticos e fundamentalistas. Não percebeis que vos desumanizais a vós mesmos? Reparai: onde chegais, fazeis vítimas de toda ordem por conta do caráter discriminador, proselitista e excludente de vossas atitudes e de vosso projeto cultural, religioso, político e econômico que impondes a todo mundo! (2002, p. 21).

A ausência de valores com que, de certa forma, se vive, faz com que o homem seja castrado por suas próprias ideias e conceitos. O homem pós-moderno – alimentado de falsos absolutos –, seduzido, perde o elo com a vida. O homem que busca controlar a natureza, fazendo da mesma um meio de comércio, parece esquecer-se de sua situação de extrema dependência dela. No que tange ao critério de dominação, o homem, desde os primórdios, buscou ser dono da natureza. Um exemplo foi a busca de poder através da “terra”, do direito de propriedade; na atualidade, o poder gira em torno do “petróleo” e da “água”, fontes de energia não renováveis.

Tendo claro o papel do homem nesse contexto, discute-se, na sequência, a questão do meio ambiente, a necessidade de sua preservação e sua importância para o ser humano.

3 O meio ambiente

Proteger o meio ambiente é um desafio da atualidade, dado que o planeta Terra vive um momento de inúmeras transformações. Na verdade, o seu equilíbrio ecológico está, de certa maneira, sendo rompido, o que acarreta diversas consequências e perigos à humanidade e a todos os seres vivos existentes. Como argumenta Guattari,

o planeta Terra vive um período de imensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humana individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. (2004, p. 3).

Destarte, a proteção do meio ambiente não se refere apenas à conservação, mas à coordenação e à racionalização do uso dos recursos, com a finalidade de preservar o futuro do homem e do Planeta. Constata-se a existência de uma variedade de fatores que se somam ao processo de desequilíbrio e perturbação do meio ambiente.

Sob essa ótica, percebe-se que a fauna, a flora, o ar, a água, o solo e todos os recursos naturais, inclusive o próprio homem, estão ameaçados. O art. 3º, I, da Lei 6.938/1981 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece um conceito de meio ambiente. A doutrina, aqui representada por Silva, assevera que

o meio ambiente integra-se, realmente, de um conjunto de elementos naturais e culturais, cuja interação constitui e condiciona o *meio* em que se vive. Daí porque a expressão “meio ambiente” se manifesta mais rica de sentido (como conexão de valores) do que a simples palavra “ambiente”. Esta exprime no conjunto de elementos; aquela expressa o resultado da interação desses elementos. O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda a Natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico. (1995, p. 20).

Cristalizando as ideias referentes ao conceito de meio ambiente, que deve ser considerado em sua totalidade, percebe-se a importância do mesmo para o ser humano, sendo ele fundamental para sua sobrevivência. O meio ambiente é um direito de todos, ou seja, é um sistema de valores universais.

Congregando as ideias anteriormente citadas, verifica-se a dependência entre as diversas realidades existentes na sociedade. Suscita-se que o consumo dos recursos naturais está vinculado aos padrões de desenvolvimento adotados pelos países

individualmente e por seu desempenho econômico. Indo além, a União, os Estados e os Municípios são dotados de amplas competências ambientais. Esse fato é um paradoxo, pois a prática tem demonstrado que os três níveis da administração pública não agem de forma simultânea. Torna-se urgente a tomada de atitudes que protejam o meio ambiente de forma harmônica e integrada.

Aludindo, então, à CF/88, percebe-se que a mesma dispõe de um artigo específico tutelando o meio ambiente (art. 225), buscando tutelar não só o meio ambiente natural, mas também o artificial, o cultural e o do trabalho. Essa Lei Magna reconheceu que as questões concorrentes ao meio ambiente são de vital importância para o contexto social, seja pelo fator referente à preservação de valores que não eram mensurados na economia, seja pelo fato de o meio ambiente passar a ser, ele próprio, um dos princípios constitucionais que fundamentam a atividade econômica. Constitui ele, acima de tudo, um direito fundamental e indispensável à pessoa humana.

Esse direito foi reconhecido pela Declaração do Meio Ambiente, adotada na Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo, no ano de 1972, imputando 26 princípios que constituem um prolongamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Em sua esteira, surgiram as declarações emanadas da ONU – com especial destaque à Rio-92 –, que buscavam a aurora de um novo humanismo ecológico, tentando proteger um valor maior: a qualidade de vida.

Verificado o novo fôlego conferido à importância e validade da questão ambiental, apresenta-se, conforme aponta o texto constitucional, a necessidade inadiável da busca pelo equilíbrio sustentável entre o progresso, o desenvolvimento econômico e o social, bem como acerca da correta utilização dos recursos naturais. É necessário que se atinja uma justiça social, de modo que o desenvolvimento econômico e a defesa do meio ambiente caminhem lado a lado, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

4 Desenvolvimento e sustentabilidade: o homem e sua contribuição

O desenvolvimento sustentável está ligado à palavra *progresso*, que, por sua vez, remete a termos como: *tecnologias, máquinas, ciência, dinheiro, poder, indústrias, cidades*, o que paradoxalmente gerou e continua a gerar enormes desequilíbrios, que se refletem no meio ambiente e nos seres humanos. Se, por um lado, o progresso é indispensável para um efetivo crescimento econômico, é, por outro, gerador de miséria e de degradação ambiental.

O ser humano, em sua visão antropocêntrica, age e não percebe que a poluição e a destruição ecológicas avançam em todas as direções: no ar, no solo, na água, nos

alimentos e, principalmente, nele mesmo. Desenvolve-se ela na degradação da flora, nas agressões à fauna, na destruição das paisagens e na deterioração do perfil urbanístico.

Destarte, a degradação ambiental surge do crescimento desordenado e da globalização da economia, originando uma crise de civilização que questiona a racionalidade dos sistemas sociais, dos modos de produção, dos valores e dos conhecimentos que a sustentam. Na concepção de Leff,

a Natureza se levanta de sua opressão e toma vida, revelando-se à produção de objetos mortos e à coisificação do mundo. A superexploração dos ecossistemas, que os processos produtivos mantinham sob silêncio, desencadeou uma força destrutiva que em seus efeitos sinérgicos e acumulativos gera as mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta: a destruição da biodiversidade, a rarefação da camada estratosférica de ozônio, o aquecimento global. O impacto dessas mudanças ambientais na ordem ecológica e social do mundo ameaça a economia como um câncer generalizado e incontrollável, mais grave do que as crises cíclicas do capital. (2002, p. 56).

Por fim, deve-se verificar que a ameaça ao meio ambiente não vem somente da tecnologia, mas das formas, das condições em que ela se cria e é posta em uso. Dessa maneira, o desenvolvimento sustentável depende também da construção de novos paradigmas pessoais, governamentais e estruturais, de vontades políticas e de uma participação dos cidadãos. O antropocentrismo, segundo o qual o ser humano é o centro da existência do Planeta, é uma ilusão criada que vem servindo de justificativa à apropriação da natureza pelo homem. Ao contrário disso, o ser humano é extremamente dependente das relações ecossistêmicas.

5 Breve comparativo entre o art. 71 da Constituição do Equador de 2008 e do art. 225 da Constituição brasileira de 1988: em busca da sustentabilidade

Após a verificação da contribuição humana na modernidade, passa-se à breve análise da visão de meio ambiente recepcionada pelas Constituições do Brasil (1988) e do Equador (2008).

Para tanto, ao acompanhar o contexto histórico, é relevante lembrar que a América Latina sofreu, em seu desenvolvimento, a interferência do colonialismo e do liberalismo europeus, percorrendo longos períodos de dominação, que refletiam a exploração das forças humanas e naturais. Essa interferência, por sua vez, alastrou-se à construção das normas constitucionais desses territórios, que, por consequência natural, incorporaram os ideais liberais ao seu processo de construção nacional.

Mesmo com os processos de independência, permaneciam vivos, nas estruturas de poder, esses ideais. Assim, decorridos muitos anos, não em um primeiro momento, mas

árdua e gradativamente, as Constituições de alguns países da América Latina abriram espaço ao diálogo com as minorias e com os povos originários indígenas e à proteção da natureza.

Diante desse contexto, já vivenciando uma crise ambiental crescente, esse diálogo avançou com a recepção dos debates internacionais, acompanhando os grandes movimentos mundiais que iniciaram com maior intensidade nas citadas Conferência de Estocolmo de 1972 e na Rio-92, para a definição dos parâmetros de desenvolvimento sustentável.

Seguiram nesse rumo, com alterações significativas em suas Constituições, tanto o Brasil quanto o Equador, partes constitutivas, embora em ciclos e com enfoques diferentes daquilo que se decidiu cunhar de “novo constitucionalismo” na América Latina.

No caso da CF/88 e, considerando em especial o art. 225 supracitado, tem-se que o meio ambiente é um bem comum, ao qual cabe a proteção do Poder Público e da coletividade, visando à sua preservação para a consecução da sadia qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

Ao fracionar o referido artigo, é possível verificar que o mesmo reconhece a necessidade de proteção dos recursos naturais, bem como determina que tal proteção deva ser aproveitável no presente e futuramente.

Daí se depreende que a CF/88, por prever o uso racional dos bens ambientais em prol das futuras gerações, apresenta um caráter antropocentrismo, decorrente da noção de que, ao proteger os bens ambientais, protege-se, por conseguinte, a vida humana.

Todavia, tal concepção não afasta a adoção de um relativo aporte biocêntrico no ordenamento brasileiro, vez que houve, no texto constitucional, a valorização dos recursos naturais.

Complementando as inovações da Carta Magna brasileira, há que se reconhecer que a inserção de novos direitos – em especial os concernentes ao meio ambiente e aos povos indígenas – no texto constitucional configura um real avanço, pois, a partir de então, a proteção ambiental passou a desfrutar de maior sustentação. A ela se seguiram importantes leis protetivas ambientais, como a de recursos hídricos, o Estatuto das Cidades, entre outras.

O passo de contemplar os novos direitos rendeu à CF/88 o título de “Constituição Cidadã”, com a consagração do pluralismo mediante a valoração, no texto legal, de grupos sociais diversos. (WOLKMER, 2011, p. 151).

Por sua relevância, ainda sobre a inserção dos novos direitos, mostra-se esclarecedora a lição de Wolkmer

O texto constitucional brasileiro de 1988, ao reconhecer direitos emergentes ou novos direitos (direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, do idoso e do meio ambiente) resultantes de demandas coletivas recentes engendradas por lutas sociais, introduziu em seu Título VIII (Da Ordem Social) um capítulo exclusivo aos povos indígenas (arts. 231-232). A norma constitucional em seu art. 131 deixa muito claro seu entendimento nitidamente pluralista e multicultural, no qual “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (2011, p. 151).

Apesar da recepção constitucional, que por si só representou um movimento inovador se comparada à antiga e total subordinação teórica ao paradigma privatista-individualista, conferida aos temas ambientais (ínsitos na chamada terceira geração de direitos), não se promoveu, na realidade, a superação do paradigma antropocêntrico: remanesceu o homem como único e legítimo detentor de direitos, sendo o meio ambiente ainda considerado como “objeto”, a ser sadia e equilibradamente usufruído pelo homem pelas presentes e futuras gerações.

Passando para a Constituição do Equador, aborda-se o texto constitucional de 2008, aprovado pela população por referendo, em 28 de setembro do mesmo ano, com 444 artigos e 30 normas transitórias.

Antes de analisar seu conteúdo, é necessário observar que referida Constituição também é fruto da onda de reformas constitucionais na América Latina, responsáveis pela recepção, em seu conteúdo, dos direitos de terceira geração, com especial destaque aos temas ambientais. (MARTÍNEZ, 2012).

Desta forma, reconhecendo suas raízes, sua espiritualidade, a sabedoria de suas culturas, as lutas sociais em face da dominação e do colonialismo, e, em especial, seu povo como parte da natureza e o valor dessa para todas as formas de vida para esta e as futuras gerações, o Equador optou por construir uma nova forma de convivência harmoniosa, com respeito a todas as formas de vida, à dignidade das pessoas e da coletividade, como bases estruturais para se atingir o *buen vivir*.

Assim aprovada, a Constituição do Equador de 2008 trouxe uma série de alterações, incorporando a necessidade do *buen vivir* como forma de conectar a qualidade de vida à ideia de homem como parte integrante da natureza, que provê a vida em todas as suas formas, decorrendo, daí, a valorização da harmonia entre humanos e demais seres presentes na Pacha Mama.

Essa forma de viver harmoniosamente é reflexo, no efervescente campo contra-hegemônico, da concepção germinada pelo *Sumak Kawsay* (*buen vivir*), que oferece vasta e substancial variedade de aportes, visto que “incorpora a la naturaleza en la

história” e se traduz em um “cambio fundamental en la episteme moderna”, herdeira do paradigma ocidental de dominação e objetificação da natureza. (DÁVALOS, 2008).

Além de pleitear a superação da perspectiva tradicional, ao propor a subjetivação da natureza e sua consequente inserção à história na condição de ser social, o *Sumak Kawsay* “expresa una relación diferente entre los seres humanos y con su entorno social y natural. El buen vivir incorpora una dimensión humana, ética y holística al relacionamiento de los seres humanos tanto con su propia historia cuanto con su naturaleza”. (DÁVALOS, 2008).

Para esclarecer as noções do novo constitucionalismo e do “bem viver”, apresentam-se novamente as sábias palavras de Wolkmer:

Inaugura-se, portanto, com o “Novo” Constitucionalismo latino-americano – centrado na concepção ética do “buen vivir” – a redefinição de sociedade sustentável, erradicada de todas as formas produtivas de extrativismo e de visões mecanicistas de crescimento econômico, trazendo propostas inovadoras capazes de superar as ameaças globais à biodiversidade e de conscientizar a construção de uma sociedade que seja parte da natureza e que conviva harmonicamente com esta mesma natureza. (2014, p. 997).

Da análise do teor constitucional, pode-se observar o reflexo das lutas sociais e da emancipação humana, ou seja, a presença de um pluralismo de valores que foram contemplados, dentre os quais destacam-se a interação dos povos originários, das minorias, da diversidade cultural e da natureza. Essa miscigenação dos povos, da diversidade e da natureza resultou no chamado pluralismo, melhor explicado por Martínez:

Paralelamente a la historia oficial de la construcción y ejercicio de los derechos de un Estado, conviven y han convivido aquellos derechos propios ejercidos y mantenidos por los pueblos ancestrales, que nacen y se construyen desde las tradiciones más arraigadas de las nacionalidades y pueblos de la América prehispánica (2012).

Com a absorção desses valores, fazem-se notáveis os reflexos do pluralismo com o aumento do poder de grupos diversos, a transferência dos processos decisórios para esferas locais, especialmente através da participação de minorias antes não consideradas, e a valoração da diversidade cultural regional. (WOLKMER, 2001, p. 171).

A interação com os povos originários é, talvez, um dos meios mais eficazes de lograr a devida valorização natural, visto serem eles conhecedores de sua essência, dos processos naturais de manutenção e recomposição, da necessidade de se envolver com a Pacha Mama como parte da mesma, afastando a visão estritamente utilitarista. Para eles, a “naturaleza representa a una madre, probablemente la más importante, pues es la

madre de todo lo que crece en ella y a su vez hay una conciencia de ésta como parte de un sistema integral, como provedora se le respeta”. (MARTÍNEZ, 2012).

O conceito de Pacha Mama permite variadas interpretações, dado que perfaz a grande maioria das cosmovisões indígenas latino-americanas. Tendo isso em mente, percebe-se a complexidade de sua definição. Esclarecedores são, no entanto, os apontamentos desse estudioso, que afirma que Pach Mama

representa una especie de dualidad con base en la cual se sustenta la existencia misma, es divino al mismo tiempo que terrenal, es la espiral que simboliza la vida y la muerte. La Pachamama es lo que sostiene la existencia de este tipo de pueblos tanto en el ámbito humano como en el sagrado. (MARTÍNEZ, 2012).

Mediante significativas mudanças com relação à harmonia entre homem e natureza, nota-se que o Equador privilegiou, em sua Constituição, uma visão biocêntrica, atribuindo um verdadeiro valor aos recursos naturais por sua essência, e não apenas para atender às necessidades do homem. Esse, por sua vez, vê-se em plena harmonia com o meio ambiente que o circunda e integra, desvencilhando-se do utilitarismo, da noção de natureza com objeto.

Sendim, citado por Gomes, ao discorrer em texto referente às concepções sobre as quais é meio ambiente, diz:

A opção por uma ética ecocêntrica corresponde, pois, à consideração valorativa do Homem enquanto parte integrante da Natureza. O princípio antropocêntrico é substituído por um princípio biocêntrico, não no sentido em que o valor Natureza se substitui ao valor do Homem, mas sim no sentido em que o valor radica na existência de uma comunidade biótica em cujo vértice nos encontramos. (2010, p. 16).

Assim percebida, a natureza passa a ocupar lugar de maior relevância, considerada em si mesma, alçada à condição de sujeito de direitos, conforme se depreende do citado art. 71 da Constituição do Equador. Esse artigo reflete um novo paradigma, que, nas palavras de Wolkmer (2014, p. 1006), protagoniza “um giro biocêntrico, fundado nas cosmovisões dos povos indígenas”. Para compreender a ideia de novo paradigma acrescenta-se que se

trata de uma ruptura aos paradigmas tradicionais edificados pela cultura ocidental, que projetou uma concepção antropocêntrica assentada na assertiva de que a titularidade de direitos seria de exclusividade da pessoa humana, dos indivíduos em si. (WOLKMER, 2014, p. 1006).

Observada sob a ótica de sujeito de direitos, a natureza passa a ser vista além de um objeto para satisfação das necessidades humanas, estabelecendo uma relação de

solidariedade e harmonia entre os sujeitos humanos e não humanos que constituem a Mãe-Terra.

O biocentrismo não relega o homem a uma posição subalterna – permite, antes, que ele, plenamente, assuma sua *integralidade*, seu pertencimento, conforme aponta Martínez (2012), à “Madre tierra de la cuál las personas son parte”.

Conclusão

Na atualidade, há um crescente despertar de consciência ética em relação a diversos tipos de desafio levantados pelos avanços científicos e pelo progresso econômico.

Surgem diversas preocupações voltadas à ecologia, apontando os efeitos maléficos da ciência que não levam em consideração a preservação ambiental e, conseqüentemente, a preservação da humanidade. Deve-se ter cuidado, pois o crescimento científico e tecnológico e o progresso voltado ao consumo desordenado se fundam numa relação antropocômica, o que não significa a equalização de todos os seres, nem o respeito à natureza.

É importante a busca de uma visão mais realista no que se refere ao equilíbrio entre o crescimento do progresso e da humanidade, tornando-se de vital importância a busca de conscientização e de sobrevivência planetárias. Nesse contexto, se percebe o quão necessária se faz tal busca para a preservação da biodiversidade natural e a procura de um crescimento sustentado, de modo que a economia de mercado cresça, mas de forma ordenada, menos cruel, antagônica e paradoxal.

O despertar de uma nova consciência é necessário, bem como a ruptura com antigos paradigmas, antigas tautologias e paradoxos; deve-se buscar, dessa forma, um consumo e um crescimento sustentados e ordenados. É de caráter urgente e necessário que o homem se afaste dessa visão antropocêntrica absoluta que o acompanha, arraigada em seu ser, e que busque novos valores, desvencilhando-se da estreita ótica consumerista e *desenvolvimentista* da busca de progresso e de poder econômico.

É preciso um novo sentido para reconstruir a história, levantar-se das cinzas, buscar um novo sentido à vida, vez que a complexidade é parte da sustentabilidade. Sendo assim, é necessário produzir a disjunção entre *ente* e *ser*, para abrir caminho à racionalidade, criando uma pós-modernidade ordenada e sustentável.

A questão ambiental não se esgota na necessidade de oferecer novas bases ecológicas aos processos produtivos, de inovar tecnologias para reciclar os resíduos contaminados, de incorporar normas ecológicas aos agentes econômicos, ou mesmo de valorizar o patrimônio de recursos, não só naturais, como também culturais, para que se possa chegar a um desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza. O

desenvolvimento sustentável deve buscar maneiras de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente, além de aspirar pelo fim da pobreza no mundo. Portanto, é obrigação dos governantes e da coletividade, alicerçados num verdadeiro compromisso com a humanidade, tornar as questões de defesa e proteção do meio ambiente questões centrais nas suas propostas políticas.

Referências

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 31 jul. 2015.

CARVALHO, Carlos Gomes de. *O que é Direito Ambiental: dos descaminhos da casa à harmonia da nave*. Florianópolis: Habitus, 2003.

DÁVALOS, Pablo. Reflexiones sobre el Sumak Kawsay (el buen vivir) y las teorías del desarrollo. *América Latina em Movimento*, p. 3, 5 ago. 2008. Disponível em: <<http://alainet.org/active/25617&lang=es>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

EQUADOR. *Constitución del Ecuador de 2008*. Disponível em: <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2015.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2004.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARTÍNEZ, Esperanza. *Pachamama y Sumak Kawsai*. 2012. Disponível em: <<http://www.sicsal.net/reflexiones/CentenarioProanhoEMartinez.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

NALINI, José Renato. *Ética ambiental*. Campinas: Millennium, 2001.

OST, François. *A natureza à margem da lei*. Lisboa: Piaget, 1997.

PENNA, Carlos Gabaglia. *O estado do Planeta: a sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENDIM, Cunhal apud GOMES, Carla Amado. *Direito Ambiental*. Curitiba: Juruá, 2010.

SILVA, José Afonso da. *Direito Constitucional Ambiental*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo e crítica do Constitucionalismo na América Latina*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL, 9., *Anais...* Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista3/antoniowolkmer.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos; WOLKMER, Maria de Fátima S. Repensando a natureza e o meio ambiente na teoria constitucional da América Latina. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 3, set./dez.. 2014. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/6676>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

Democracia e hiperconsumo na sociedade moderna

Haiany Serraggio de Souza* – Cleide Calgaro** – Agostinho Oli Koppe Pereira***

Resumo: No presente trabalho, busca-se verificar a influência da sociedade hiperconsumista sobre a democracia e sobre o sujeito, em que existe a inversão de valores permitindo que, nas sociedades capitalistas, o consumismo seja intrínseco e coletivo. Observa-se, também, a hipérbole do consumo, pois existe a finitude de recursos naturais em contrapartida a um consumismo exagerado. A metodologia utilizada para tal é o estudo através de pesquisa bibliográfica. Conclui-se que deve haver medidas que permitam um futuro onde haja harmonia entre a demanda consumerista pós-moderna e a capacidade da natureza quanto aos seus recursos naturais.

Palavras-chave: Modernidade. Consumo. Democracia. Hiperconsumo.

Abstract: In this paper we seek to verify the influence of hiperconsumista society on democracy and on the subject where there is the inversion of values allowing in capitalist societies consumerism is intrinsic and collective. It is also observed, the hyperbole of consumption, where there is the finiteness of natural resources in contrast to an over-consumption. The methodology used for this is the study through literature searches. It follows that there must be measures to enable a future where there is harmony between the postmodern consumerist demand and the capacity of nature and its natural resources.

Keywords: Modernity. Consumption. Democracy. Hyperconsumerism.

1 Introdução

O presente trabalho objetiva caracterizar a sociedade hiperconsumista e analisar onde paira a democracia num contexto em que a inversão de valores e o consumismo não somente se mostram presentes, como estão intrínsecos ao inconsciente coletivo.

Muito se discute sobre aonde caminha a sociedade atual, manifestada pela hipérbole do consumo. A finitude dos recursos naturais do planeta Terra, concepção relativamente recente na atualidade, vem preocupando cientistas alarmados pela sombra do consumo demasiado e, quase sempre, desnecessário. Até onde vai a capacidade da natureza de suportar a força que a cultura do consumo tem tomado?

Trata-se, neste artigo, da modernidade líquida, do consumo desenfreado e da relação desses com o sistema democrático, através de quatro tópicos específicos para a

* Aluna no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* hsouza1@ucs.br

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Mestre em Direito e Mestranda em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professora no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atua como pesquisadora no grupo de pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. *E-mail:* ccalgaro@ucs.br

*** Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor e pesquisador no Programa de Mestrado e no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenador do grupo de pesquisa "Metamorfose Jurídica". CV: <http://lattes.cnpq.br/5863337218571012>. *E-mail:* Agostinho.koppe@gmail.com

melhor compreensão do leitor. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, e se analisam os fatos para estabelecer conclusões.

2 Significação na modernidade líquida

Foi-se o tempo em que o consumo era proporcional às necessidades do homem, observando a capacidade e finitude dos recursos do Planeta, período esse que cedeu espaço a uma nova forma de sociedade. Esse novo corpo social apoia-se sobre os pilares do consumo desenfreado, da exteriorização do *ser* e do *ter*, da inversão de valores, da substituição de *quem* pelo *que*, da busca incontente pelo poder e o notável descompromisso com o amanhã. É a partir desses preceitos que novos costumes se enraízam.

Muito antes da sociedade de consumo ser definida e se tornar o que é hoje, o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C), em sua obra *Ética a Nicômaco* expôs uma das grandes virtudes do homem: a mediedade. É na direção contrária às virtudes aristotélicas que caminha a sociedade moderna, marcada pelo consumo demasiado e não consciente. (ARISTÓTELES, 2001).

É possível atribuir uma lógica simples à coletividade moderna: inversão de valores. Observa-se um processo de *coisificação* (SEVERIANO, 2010) da modernidade, reduzida ao signo do consumo. Sob essa lógica, os bens de consumo traduzem a individualidade privada do ser, a partir da “personificação de objetos e objetificação de pessoas”. (SEVERIANO, 2010, p. 2). O cidadão deixa seu espírito de civilidade para tornar-se consumidor, pois o “ter” torna-se uma máxima imposta. Seus atos não mais tendem a ser fruto de sua subjetividade, mas sim, produto da busca do status. “O melhor-viver tornou-se uma paixão das massas, um ideal; o bem-estar tornou-se o novo Deus, sendo o consumo seu templo e o corpo sua permanente liturgia”. (SEVERIANO, 2010, p. 7).

De volta à válida reflexão aristotélica, tendo o ponto médio como referência de equilíbrio, vê-se o contraste em relação à cultura do hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007), bem como seu distanciamento desse, a partir da satisfação dos prazeres cotidianos pela *medicação do consumo*. Tem-se, então, um remédio universal para o mal-estar social.

No novo arquétipo de sociedade, o homem distancia-se da coletividade e se aproxima dos objetos de consumo que integram sua individualidade. Assim, tanto a lógica mercadológica quanto a lógica consumerista articulam-se à modernidade, formando um sistema complexo e inerente ao que Jung chamou de “inconsciente coletivo”.

3 A sociedade moderna e o hiperconsumo

A nova *modernidade*, surgida após o capitalismo das massas e o período pós-guerra, no final do século XIX, adaptou-se a uma forma de consumo jamais vista, traduzida pela oferta incessante de produtos, por vezes desnecessários e em escala astronômica. Somos diariamente bombardeados pela mídia através da publicidade. Assim, para esse novo *modelo de vida*, o hedonismo do consumo é um ideal a ser constantemente buscado, muito embora nunca plenamente atingido e satisfeito.

Sob esse contexto, a sociedade de consumo tende a crescer exponencialmente, de modo a fazer parte do inconsciente coletivo. “A febre do conforto ocupou o lugar das paixões nacionalistas e os lazeres substituíram a revolução”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 7). É a sociedade da comodidade, cuja busca pelo conforto torna-se objeto de anseio desmedido. Instituição em que a felicidade é puramente paradoxal, quando o *consumir* é respirado pelo homem e manipulado pelo mercado. Uma nova forma de consumo é mais que meramente instalada; é enraizada e celebrada sem prever limites ou qualquer sombra de horizontes.

O consumo é permanente e irremovível enquanto condição e aspecto de vida, desvinculado de qualquer tempo ou história. É um dos elementos inseparáveis, atrelado à sobrevivência a qual compartilhamos. Assim, o consumo tem suas raízes tão antigas quanto os organismos vivos e é permanente e parte integral de qualquer forma de vida. (BAUMAN, 2007, p. 25).

A felicidade, agora concretizada no ato de consumir, tão somente comprada, como é o caso da individualidade, do reconhecimento, dos sentimentos de segurança e pertença, chega à esfera do convívio interpessoal. As sensações reduzem-se à compra dos signos que individualizam, bens subjetivados adquiridos, assim como os relacionamentos. (PEREIRA, et al., 2009, p. 15).

Nessa “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), o consumo está a ela atrelado e intrínseco, posto como condição e estilo de vida, não havendo qualquer preocupação com o amanhã. É trivial que o desejo do *ter*, mascarado pela imediaticidade da felicidade adquirível, seja saciado. (BAUMAN, 2007, p. 25). Assim, as coisas são subjetivadas, enquanto as pessoas são reduzidas aos signos do consumo, isto é, são medidas pelos bens que consomem e que traduzem uma personalidade produzida em massa e vendida pela indústria do consumismo. (SEVERIANO, 2010). Forma-se uma cadeia alimentar.

A vontade de consumir equipara-se à esfera psíquica do *Id*, conceito advindo do “Pai da Psicanálise”, Sigmund Freud. O *Id* nada mais é que a febre gritante pelo *aqui e agora*, instância norteadada pelo princípio do prazer, o mais primitivo dos impulsos que

movem a psique, associado às crianças recém-nascidas, que não têm consciência de tempo, mas necessitam de urgência para sanar suas necessidades. (FREUD, 1990, p. 170) É assim que se pinta a imagem da voracidade do consumismo moderno.

Constata-se, também, uma evolução da forma de publicidade, sempre a favor do mercado de consumo. Observando sua característica de promover atividade econômica, é notável que a publicidade tenha tomado força no último século, fomentada a partir de produção em grande escala. No século XIX, respeitava sua finalidade informativa, depois, no século XX, com o advento da produção em massa, a publicidade “deixa de lado a informação para assumir a condição de convencimento, persuasão do consumidor”, nas palavras dos Professores Pereira e Calgaro (2012).

4 Descompromisso ante as perspectivas futuras

As empresas têm um papel desproporcional nos processos de tomada de decisão sobre a exploração dos recursos naturais. Mas elas não estão sujeitas a cumprir juridicamente as obrigações de direitos humanos. É hora de abordar esta questão de forma mais enérgica; corporações não devem escapar da responsabilidade de salvaguardar os direitos humanos. (KIAI, s.d.).¹

Ocupando-se apenas com o presente e a constante sensação de vazio que tende a ser preenchida pela efemeridade do consumo, é notável a omissão da sociedade atual diante das questões ambientais que muito preocupam cientistas e pesquisadores de todo o mundo. De acordo com o relatório da *World Watch Institute*, em 2010, foram coletados 60 bilhões de toneladas de recursos naturais, valor 50% maior que em 1980.²

O consumidor atual não é efetivamente orientado sobre a prática sustentável dos produtos que adquire, bem como sobre seu descarte. Percebe-se o ínfimo cuidado e a preocupação com o meio ambiente, cada vez mais degradado pelo manejo incorreto de produtos tóxicos e outros materiais deixados para decomposição a céu aberto.

A ganância do mercado em produzir, circular bens e, principalmente, lucrar, leva a sociedade do hiperconsumo a um caminho que pode não ter volta. Os danos causados ao meio ambiente se acumulam e se arrastam por anos. É preciso que haja uma política efetiva, não somente de orientação, mas de conscientização do homem, visto como consumidor e cidadão.

Muito se sabe sobre a finitude dos recursos naturais do Planeta, embora a omissão da sociedade hiperconsumista, bem como da indústria, em face desse aspecto, seja notável e gritante. A busca por *status* e poder tomou tamanha dimensão que não mais se

¹ KIAI apud NAÇÕES UNIDAS. s.d. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-empresas-exploracao-de-recursos-naturais-a-respeito-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

² WORLD WATCH INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

leva em conta o lugar que será deixado às gerações futuras. É com tamanha displicência que a *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001) compactua com o perigoso ciclo vicioso do consumismo.

5 Democracia e busca por *status*

“Se existisse um povo de deuses, governar-se-ia democraticamente. Governo tão perfeito não convém aos homens”. (ROUSSEAU, 1987, p. 151).

É notável o sucesso da indústria ao costurar uma relação entre o homem e os signos de consumo da maneira que bem entende, nutrindo o hiperconsumo. Forma-se uma cadeia alimentar mascarada pelas sensações que estão ao alcance do homem mediante o poder de compra, segmentando a sociedade, colonizando uma nova existência de indivíduos, fundamentada no hedonismo.

O homem acredita que tem o poder de escolha em suas mãos, quando, na verdade, sua escolha é, muito antes, manipulada. Assim, não se fala em democracia no contexto do hiperconsumo na sociedade líquida. A produção publicitária, travestida de liberdade de escolha, suga a subjetividade do homem para transformá-la em objeto de desejo, conquistado pelo poder de aquisição.

Essa forma de governo das mentes modernas aproxima-se do totalitarismo, cuja máxima é a subjetivação através do consumo desmedido. O homem, como consumidor, é apenas uma engrenagem nesse complexo sistema. É sob uma lógica perigosa que o consumismo substitui vínculos sociais e produz novas formas de dominação.

6 Conclusões

“A responsabilidade num consumo sustentável é uma forma de sabedoria que leva à resistência num mundo em que há poucos amanhãs”. (LIPOVETSKY, 2007).

Uma das ideias presentes na filosofia de Lipovetsky, na brilhante obra *Felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo* (2006), é a de uma sociedade de consumo sustentável. Para que isso possa se concretizar, acredita-se que deva haver uma reeducação do homem, o resgate de valores e a conscientização da sociedade quanto ao dever de preservar o meio ambiente e respeitar a capacidade do Planeta.

A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém o programa *Consumer Information Programme* (CiP) (Unep, 2015),³ através do United Nations Environment Programme (Unep), que visa a aprimorar a acessibilidade e qualidade da informação

³ Apud UNEP. Disponível em: <<http://www.unep.org/10yfp/Programmes/ProgrammeConsultationandCurrentStatus/Consumerinformation/tabid/106265/Default.aspx>>. Acesso em: 28 maio 2015.

repassada ao consumidor, incentivando, assim, o consumo sustentável. No Brasil, o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma) segue a mesma ideia. Programas como esses ajudam a conscientizar o consumidor acerca de práticas perigosas que agredem o ecossistema.

Desse modo, pode-se apontar para um futuro onde haja harmonia entre a demanda consumerista pós-moderna e a capacidade da natureza quanto aos seus recursos naturais. É claro que não será uma tarefa fácil. Em grande parte, é preciso contar com a colaboração das grandes corporações que arbitram esse jogo que pouco têm a ganhar.

Bibliografia

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- ARNAUD, André-Jean. *O direito entre modernidade e globalização: lições de filosofia do Direito e do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Reimp. Lisboa: Edições 70; LDA, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Consuming life*. Cambridge: Polity Press, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: 4. ed. Ed. da UnB, 1999.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL. CDC. Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990. Brasília, 1990.
- CECCATO, Patrícia; GOMEZ, Luis Salomão Ribas. *A sociedade de hiperconsumo e as marcas da moda*. jan./jul. 2012. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/modapalavra/edicao9/arquivos/7._ARTIGO_MODAPALAVRA_VOL_9_CCCATO.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.
- FREUD, Sigmund. *O Ego e o Id*. Rio de Janeiro: Imago. 1990. v. 19.
- KIAI apud NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-empresas-exploracao-de-recursos-naturais-a-respeito-dos-direitos-humanos/>> Acesso em: 28 ago. 2015.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo*. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide. A posição do consumidor na sociedade moderna hiperconsumista: políticas públicas de educação para o consumo sustentável. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 28, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2012.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

SEVERIANO, M. F. V. *Lógica do mercado e lógica do desejo*: reflexões críticas sobre a sociedade de consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt. In. SOARES, J. C. (Org.). *Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

UNEP. United Nations Environment Programme. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/especialista-da-onu-empresas-exploracao-de-recursos-naturais-a-respeito-dos-direitos-humanos/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

WORLD WATCH INSTITUTE. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

Um estudo sobre a utilização de robôs de solda para otimização do processo de trabalho em uma empresa do ramo metalomecânico da Serra gaúcha

Roberta Rodrigues Faoro^{*} – Felipe Lisboa Vieira^{**} – Scheila de Avila e Silva^{***}
Marcelo Faoro de Abreu^{****}

Resumo: Com o constante crescimento e a forte competitividade do mercado, as metalúrgicas e montadoras investem em pesquisas e desenvolvimento de processos produtivos cada vez mais eficientes, ou seja, as empresas buscam a excelência em qualidade, desempenho e lucratividade. Nesse sentido, as empresas visam, cada vez mais, buscar tecnologia para suprir suas necessidades de mão de obra qualificada e ter um diferencial no seu processo de solda, com o intuito de melhorar as condições de trabalho para o funcionário. Dessa forma, o objetivo do estudo é comparar o processo de solda robótica e o processo de solda manual em uma indústria do ramo metalomecânico. A pesquisa foi de natureza qualitativa, nível exploratório, e a estratégia utilizada foi o estudo de caso em uma empresa do ramo metalomecânico da Serra gaúcha. Foram obtidos resultados como a precisão nos tempos de trabalho do processo de solda manual e do processo de solda robotizada. Assim sendo, pôde-se observar que, na solda robótica, o processo teve melhor produtividade e qualidade. Por fim, pôde-se perceber que a robotização possibilita o desenvolvimento e a diminuição de erros na produção, decorrentes do trabalho humano manual.

Palavras-chave: Processo de solda. Solda robótica. Solda manual. Setor metal-mecânico.

Abstract: The high level of growth and market competitiveness, metallurgical and manufacturers have been investing in research and development of more efficient production processes, looking for achieving excellence in quality, performance and profitability. In this sense, the companies aim to increasingly seek technology to meet their needs hand of qualified work and have a gap in your soldering process, in order to always improve working conditions for the employee. Thus, the objective of the present paper is to compare the process of robotic weld and manual weld process in a metal-mechanic industry sector. The nature of this research was qualitative, in an exploratory level by using a case study of a metal-mechanical branch enterprise located in the Brazilian region named Serra gaúcha. The results obtained were related to the accuracy in working hours of manual weld process and the robotic weld process. Thus, it was possible to observe that the robotic weld process improved the productivity and quality of the

^{*} Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil e pela Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil (2015). Mestre em Ciência da Computação (2003) com ênfase em Sistemas de Informação e Especialista em Ciência da Computação (2000) pela Universidade Federal de Santa Catarina, Graduada em Administração de Empresas (2006) e em Tecnologia em Processamento de Dados (1998) pela Universidade de Caxias do Sul. Atualmente é Professora na Universidade de Caxias do Sul, atuando nas áreas de Administração e Sistemas de Informação. *E-mail:* roberta.faoro@ucs.br

^{**} Graduando em Sistemas de Informação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* flvieir1@ucs.br

^{***} Possui graduação em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014) e em Ciências Biológicas pela Universidade de Caxias do Sul (2004). A formação *stricto sensu* inclui mestrado em Computação Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007) e doutorado em Biotecnologia pela Universidade de Caxias do Sul (2011). Docente na Universidade de Caxias do Sul na área de Informática, coordenadora do curso de Sistemas de Informação do Campus de Vacaria e pesquisadora do Núcleo de pesquisa em Bioinformática da Instituição. *E-mail:* sasilva6@ucs.br

^{****} Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Especialista em Ensino e Pesquisa pela Universidade de Caxias do Sul (1998) e Graduado em Ciência da Computação pela Universidade de Passo Fundo (1996). Atualmente é Professor na Universidade de Caxias do Sul, atuando como Coordenador de Extensão da UCS. Também atua na Área de Avaliação da Assessoria de Planejamento e Orçamento da Reitoria da UCS. Tem experiência na área de Sistemas de Informação e possui estudos e pesquisas na área de empreendedorismo, gestão da tecnologia da informação, terceirização da TI, adoção de novas TIs e riscos relacionados com a TI. *E-mail:* marcelo.faoro@ucs.br

process. Finally, it was possible to verify that the robot enables the development and the reduction of errors in the production resulting from manual human labor.

Keywords: Weld process. Weld robotics. Weld manual. Metal-mechanic sector.

1 Introdução

Com o constante crescimento e a forte competitividade do mercado, as metalúrgicas e montadoras investem em pesquisas e desenvolvimento de processos produtivos cada vez mais eficientes, ou seja, as empresas buscam a excelência em qualidade, desempenho e lucratividade. Nesse sentido, um dos principais problemas detectados é a falta de mão de obra qualificada, principalmente no que se refere ao processo de solda manual. Essa atividade dificulta o atendimento da demanda, e, adicionalmente, o processo manual representa baixa qualidade e quebra do ritmo produtivo devido ao grande processo de retrabalho. Dessa maneira, a tecnologia robótica de soldagem se torna uma alternativa para o problema. (ALBUQUERQUE et al., 2011).

A robótica está sendo aplicada em diversas áreas e em inúmeras tarefas, tais como: exploração espacial (*JPL – Nasa*), sondas de inspeção de dutos de petróleo e gás (robô *G.I.R.I.N.O – Petrobras*), cirurgias (*Da Vinci Surgical System – Intuitive Surgical*), eletrodomésticos (robô *Roomba – iRobot*), soldas (robô *Sumig*), entre outras. (KLIPP, 2013). Segundo a revista digital *Ipesi* (2014), os maiores fabricantes de robôs industriais como Kuka, ABB, Fanuc e Yaskawa abrangem 60% das vendas mundiais. Na China foram comercializados 37 mil robôs em 2013. No Brasil, estima-se que menos de 15 marcas disputam o mercado. Ainda assim, a empresa Sakuvoshi vendeu 360 robôs no Brasil em 2013, sendo que para os próximos anos a expectativa de crescimento é de 40%. A Fanuc, uma das líderes de mercado, teve um crescimento de 15% a 20% de vendas no Brasil nos últimos dez anos. A empresa KUKA, nos últimos anos, obteve um crescimento de 20% nas vendas, com 4,5 mil robôs instalados no Brasil, sendo que desses, 60% foram para o ramo metalomecânico. (Ipesi, 2014). Considerando o exposto, percebe-se que os robôs estão sendo cada vez mais utilizados nas indústrias, principalmente em situações nas quais é mais complicada a realização do trabalho humano. Um exemplo é a operação de soldagem, pois, na soldagem manual, o soldador trabalha num ambiente insalubre, com gases, poeiras, ruídos e risco de queimaduras. Já na soldagem robotizada, os riscos com a saúde no trabalho tornam-se reduzidos, consequentemente, aumentando produtividade. (ALBUQUERQUE et al., 2011).

Diante disso, o objetivo do estudo é comparar o processo de solda robótica e o processo de solda manual em uma indústria do ramo metalomecânico. O estudo está estruturado da seguinte forma: na seção 2, é apresentado o referencial teórico, que

aborda a solda manual e a solda robotizada; na sequência (seção 3), os procedimentos metodológicos; em seguida (seção 4), a análise e discussão dos resultados e, por fim, as conclusões e as referências utilizadas no estudo.

2 Solda

Existem diversos tipos de soldagem que empregam a concentração de energia como a principal fonte de origem do processo. (MAGRINI, 1999). Conforme a fonte de energia usada, pode-se definir o processo em algumas áreas, como: solda por proteção de fluxo, fase sólida, arco não protegido, resistência elétrica, termoquímica protegida por gás, energia radiante e solda robotizada. (MACHADO, 1996).

O processo de utilização da soldagem busca unir materiais com um equipamento chamado máquina de solda. O processo é a união de materiais de forma permanente, de modo que os dois objetos a serem soldados se tornem um só. (SOUZA, 2010). Para isso, uma máquina de solda com fonte de calor térmico entra em contato com uma peça metálica para realizar a fusão. Esse é o momento no qual a tensão e a corrente nominal fazem o arame derreter formando a solda. (MODENESI, 2000).

2.1 Solda manual

O processo de soldagem é uma técnica que compreende a união de duas ou mais partes metálicas, dando a continuidade do material e suas características. (MAGRINI, 1999). A soldagem tem grande atuação na área dos metais e suas ligas, porém provoca alteração na base do material. (MACHADO, 1996). Na visão técnica, a soldagem se dá pelo processo de recuperação e união de peças ou equipamentos, fazendo com que as partes moldadas pela solda se tornem uma só. (ANDRADE, 2007).

O processo de soldagem MIG/MAG é um processo que utiliza arame de solda e gás. O gás de solda é extremamente importante para a proteção da oxidação e da fusão de partículas metálicas na transferência. (MODENESI, 2000). Inicialmente, a solda MIG/MAG foi empregada na soldagem de alumínio, no entanto, esse método foi convertido para o processo de união de componentes em aço. (MAGRINI, 1999). Em suas primeiras aplicações, o controle sobre as transferências metálicas era difícil por não existirem fontes de energia apropriadas, o que causou uma resistência em seu uso. (SOUZA, 2010). Desse modo, foi necessário procurar outras formas de controle dessas transferências. Uma solução foi a realimentação do processo, no qual a soldagem é realizada pelo processo contínuo de um arame alimentado pela fonte de energia e pelo gás de proteção. A fonte controla a energia necessária, o alimentador controla a

necessidade de arame, e a tocha tem a função de conduzir o arame e o gás. (MACHADO, 1996).

2.2 Solda robótica

O robô é um dispositivo eletromecânico capaz de realizar trabalhos pré-programados através de uma pessoa. Os robôs são utilizados em processos em locais mal-iluminados ou em tarefas perigosas, sendo os robôs industriais os mais encontrados. (MACHADO, 1996).

Ao longo do tempo, o homem tem procurado desenvolver ferramentas que possibilitem a sua adaptação ao meio em que vive. Essas ferramentas visam não só ampliar as ações humanas, como também substituir a presença humana para realização de tarefas pesadas ou em ambientes inóspitos. As ferramentas criadas pelo homem possuem valores culturais e históricos, denominados artefatos culturais. (SILVA, 2009).

Os robôs, em sua maioria, são comuns e adaptáveis, permitem uma produção mais rápida, com maior qualidade no processo e maior taxa de precisão em soldas mais complexas. (GEBRAN, 2009). Com o objetivo de automatizar e reduzir o custo, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade e confiabilidade do produto final, a automação vem para eliminar os erros humanos. (GONÇALVES et al., 2014).

As demais vantagens com a utilização de um sistema robótico para soldagem são: Qualidade: o controle dos parâmetros de soldagem durante o processo produz uma maior homogeneidade ao longo de todo o comprimento do cordão de solda, independentemente da posição de soldagem; Repetitividade: o robô sempre produz soldas similares, aumentando a repetitividade do processo; Economia: redução do retrabalho através do aumento da qualidade; Redução do tempo de trabalho: a possibilidade de otimização dos parâmetros de soldagem (corrente, tensão e velocidade de soldagem, *stick-out* e ângulo da tocha) permitindo obter soldas de qualidade e cordões bastante longos, aumentando o tempo de arco aberto ininterruptamente. (FELIZARDO; BRACARENSE, 2007, p. 23).

Dessa forma, a solda robotizada vem sendo cada vez mais empregada, principalmente nos países com maior desenvolvimento. (KADEFORS, 1999).

A soldagem robótica é basicamente uma parte de um sistema automatizado de soldagem [...]. Robôs articulados podem com facilidade simular os movimentos e ações de um ser humano na soldagem [...]. Um robô pode ser uma solução bem efetiva economicamente para trabalhos de soldagem a arco. O mais simples robô é um manipulador que pode ser programado. Este manipulador é ativado por atuadores, motores elétricos, e controlado por um computador. (PICANÇO, 2010, p. 24).

Nas indústrias, os robôs têm uma grande vantagem na produção, sendo simplificada, livre dos detalhes dos projetos que é uma questão que influencia no produto final. A diminuição do quadro de funcionários é considerada um ponto positivo

da automação do processo, diminuindo os retrabalhos das peças soldadas. (BOEKHOLT, 1999; GONÇALVES et al., 2014).

A soldagem robotizada com o processo MIG/MAG (soldagem com proteção gasosa e eletrodo consumível) é um exemplo de soldagem automatizada, pois o dispositivo é capaz de seguir juntas, alterando seu direcionamento e fazendo eventuais correções de forma automática, sem que seja necessária a presença do soldador. O objetivo da automação nada mais é que reduzir o custo da manufatura, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade e confiabilidade do produto final. (MARQUES; MODENESI; BRACARENSE, 2009, p. 129).

O custo dessa tecnologia é equivalente ao da instalação de um posto de soldagem com vários soldadores. Porém, em longo prazo, a solda robotizada é vantajosa por aumentar a produtividade e reduzir o número de funcionários, pois necessita somente de uma pessoa para operá-lo. (SPENCER, 2001; GONÇALVES et al., 2014).

A ideia de implementação da solda robotizada é que os trabalhadores se afastem da exposição de fumos, gases, radiações e demais partículas prejudiciais à sua saúde, além dos ruídos e equipamentos desconfortáveis como a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Por se tratar de uma profissão de baixa valorização, a solda manual vem perdendo seu espaço nas indústrias. Assim, o processo automatizado ameniza a dificuldade de recrutamento desses profissionais. (KADEFORS, 1999; BOEKHOLT, 2000).

Quanto à sua qualidade, é fruto do estudo de testes prévios, nos quais são escritos os programas para obter o máximo de acerto em sua trajetória de aplicação, em que sensores realimentam o sistema corrigindo eventuais problemas. (MARQUES; MODENESI; BRACARENSE, 2009).

3 Método de pesquisa

A pesquisa foi feita no setor de solda manual de uma empresa do ramo metalomecânico localizada na Serra gaúcha. A empresa possui, aproximadamente, cem funcionários, e uma de suas dificuldades está na contratação de operários qualificados para a função.

Neste trabalho foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa e de nível exploratório, especialmente adequada quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. As pesquisas exploratórias compõem-se de levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que têm conhecimento sobre o problema que está sendo pesquisado. (GIL, 1991). A estratégia de pesquisa adotada foi a de *estudo de caso* (BENBASAT; GOLDSTEIN; MEAD, 1987) com base no ambiente observado pelo

pesquisador e através de entrevistas não estruturadas realizadas com funcionários diretamente envolvidos no setor de solda manual.

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas. Esta definição [é] apresentada como uma definição mais técnica. (YIN, 2002, p. 23).

Em relação à coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo entre todos os métodos de pesquisa, pois utiliza dados relativos de documentos, como também dados obtidos através de pessoas, ou seja, vai desde a coleta de dados em arquivos da empresa, até entrevistas sistemáticas. (GIL, 1991; YIN, 2002). No estudo, foram utilizados vários métodos, como: análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais e observações espontâneas. Nesse sentido, foi realizado o diagnóstico da solda manual da empresa e mantido contato com os funcionários envolvidos diretamente no processo de solda, bem como consulta a documentos. A discussão com o grupo envolvido na área onde a pesquisa foi realizada teve fundamental importância para conhecer as várias visões a respeito das atividades desenvolvidas na empresa. As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2015, com cinco funcionários, sendo que um é o operador do robô de solda, e os demais são soldadores manuais. Ainda assim, os funcionários participaram de um teste prático no robô de solda, com o intuito que os mesmos reconhecessem a praticidade do processo em relação ao modo de trabalho manual.

Por fim, o processo de análise de dados ocorreu por meio da técnica *análise de conteúdo* proposta por Chizzotti (2006). Para Minayo (2001, p. 74), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. A análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema. (VERGARA, 2005).

4 Análise e discussão dos resultados

Esta seção está estruturada em duas partes: na primeira, é apresentada a análise do processo de solda manual e do processo de solda robotizada (4.1) e, na segunda parte, são apresentados os resultados dos dados obtidos na empresa estudada (4.2).

4.1 Análise do processo de solda manual versus processo de solda robotizada

Como pode ser observado na Tabela 1, foi efetuado um trabalho com tempos de processo entre a solda manual e a solda robotizada. Não há uma precisão de tempo na solda manual, o que causa inúmeros problemas à empresa; ao contrário do robô, cujo

tempo oscila em poucos segundos sem falhas no processo e é realizado o processo sem nenhuma divergência.

Tabela 1 – Tempos de trabalho da solda manual e da solda robotizada

	Peça 1	Peça 2	Peça 3	Peça 4	Peça 5	Peça 6
Manual 1	5:31 min	5:40 min	6:01 min	5:55 min	6:50 min	7: 08 min
Manual 2	8:01 min	8:30 min	7:30 min	8:10 min	9:12 min	9:53 min
Manual 3	9:50 min	10:20 min	11:05 min	11:59 min	9:04 min	12:32 min
Robô 1	4:54 min	4:54min	4:53 min	4:54min	4:55 min	4:55 min
Robô 2	4:54min	4:55 min	4:54min	4:53 min	4:55 min	4:54min
Robô 3	4,53 min	4:54min	4:54min	4:55min	4:54min	4:55 min

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ainda: foi analisado o mapa de riscos dos dois processos (solda manual e solda robotizada), pois o mapa de risco visa a estimular ações de prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais na empresa. Visa a estimular, também, a conscientização, fazendo com que, após o conhecimento dos riscos, os funcionários passem a ser mais zelosos pela própria segurança. Assim sendo, pôde-se perceber que os mapas de riscos relativos à solda manual e à solda robotizada apresentaram um índice bem diferente ao se tratar da saúde do funcionário. Sendo assim, como se pode observar no Quadro 1, a solda robótica traz menor risco à saúde do funcionário.

Quadro 1 – Comparativo do mapa de riscos relativo à solda manual e à solda robotizada

Riscos	Solda manual	Solda robotizada
Físicos	Grande/médio	Médio/pequeno
Químicos	Grande/médio	Médio/pequeno
Ergonômicos	Grande	Pequeno
Acidentes	Grande	Pequeno

Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda assim, pôde-se constatar que a solda manual MIG/MAG é bastante versátil. As principais vantagens do processo são: menos gás e fumaça na soldagem e grande capacidade de aplicação; e as principais desvantagens são: processo de ajuste mais complicado, dificuldade na solda de juntas de acesso restrito, sensível à corrente de ar, elevada quantidade de respingos, entre outros.

Já a solda robotizada traz vantagens como: maior qualidade, mais produtividade, segurança, e eficiência, entre outras. A questão apresentada é a comparação entre o ser humano que tem suas limitações e necessidades com o robô que não as apresenta. O robô de solda tem um alto grau de precisão. Robôs só não respondem em situações de

emergência e falta de energia, mas, em ambos os processos, os mesmos não iram funcionar. A única desvantagem é o custo inicial e a programação deles.

Por outro lado, a solda manual também tem alto custo, que se dá por meio dos EPIs, os quais são, obrigatoriamente, fornecidos pela empresa: máscara de solda com escurecimento automático, touca de proteção, óculos de proteção, máscara de proteção com filtro, avental (de couro) de proteção, mangote (de couro) de proteção, luva de couro, perneira de couro, calçado de segurança, jaleco e calça de brim. Todos os equipamentos têm que ter certificado de aprovação, cujo laudo pode ser verificado no *site* do Ministério do Trabalho.

Dessa forma, com o grande número de funcionários realizando o processo de solda manual, as empresas investem mais e mais em robôs por se tratar de um trabalho insalubre. As empresas gastam de 10% a 30% sobre o salário-base do funcionário a título de indenização pelo prejuízo causado à sua saúde; por outro lado, robôs de solda não necessitam desse custo extra.

Por fim, ambos os processos têm a mesma responsabilidade com o cumprimento das instruções de trabalho de acordo com os parâmetros e padrão preestabelecidos que é do operador que está executando a tarefa e do gestor responsável pela área, conforme mostrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Responsabilidade pelo cumprimento das instruções de trabalho

É de responsabilidade do operador que está executando a tarefa e do gestor responsável pela área comunicar ao Setor de Qualidade, caso houver qualquer alteração nos processos.
É de responsabilidade do operador que está executando a tarefa e do gestor responsável pela área realizar a conferência dimensional e visual das peças de acordo com as especificações do projeto.

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

4.2 Resultados da pesquisa

Com base no estudo, 80% dos funcionários se adaptaram ao robô de solda e se sentiram aliviados pelo fato de não terem que usar todos os EPIs que são usados na solda manual. Em relação à temperatura no ambiente de trabalho produzida pelo calor do processo de soldagem manual e pelo uso dos EPIs, 80% dos entrevistados dizem estar insatisfeitos com o ambiente no verão, e 32%, no inverno; 16% reclamam da fumaça produzida pelo processo, 64% dizem estar insatisfeitos com o espaço físico do seu posto de trabalho.

A ventilação no ambiente de trabalho das soldas manuais é feita por exaustores diretamente na solda e, na robotizada, é feita em toda a célula visando a um maior resultado na exaustão de gases poluentes, pois que ambos os processos produzem ruídos e somente na robotizada o mesmo é mais abafado por se tratar de um ambiente fechado.

A iluminação, no ambiente de trabalho de ambos os processos, é semelhante, pois todos eles compartilham da iluminação da fábrica, porém, na solda manual, há vários funcionários em um espaço físico menor. Já na robotizada, o espaço é mais amplo e com iluminação direcionada à célula.

Em relação ao peso das ferramentas e à postura adotada durante a execução das tarefas, 100% dos entrevistados optaram pelo uso do robô, já que o mesmo não tem desgaste pelo esforço físico durante a soldagem. Quanto à altura dos dispositivos de solda, 80% dos funcionários optaram pelo uso do robô, e 20%, pela solda manual; em relação ao acúmulo de tarefas, 32% optaram pelo uso de solda manual, pois se trata de funcionários com mais tempo de empresa e o trabalho é dividido com outros funcionários, podendo ficar mais tempo parados ou até mesmo não trabalhando, deixando o acúmulo para outro, enquanto o restante (68%) optou pelo uso do robô.

O fator que mais prejudica o funcionário na solda manual é a posição para execução do trabalho, pois, com o passar do tempo, o corpo (e principalmente a coluna) sofre com movimentos repetitivos, como nos casos relatados pelos próprios soldadores. Além disso, a solda robotizada garante maior qualidade às peças soldadas, rapidez e exatidão na execução do trabalho. Por fim, os resultados obtidos às entrevistas evidenciam que o processo manual prejudica muita a saúde do colaborador, e a solda robótica vem para ajudar no processo, pois a maioria dos colaboradores optou pelo uso de robô.

5 Considerações finais

Neste estudo foi apresentada uma comparação entre a solda robótica e a solda manual em uma indústria do ramo metalomecânico. Pôde-se observar que, na solda robótica, o processo teve melhor produtividade e qualidade, além do que seria humanamente impossível executar a mesma tarefa, da mesma forma, dezenas de vezes, e por um período longo sem descanso. Já os robôs têm vantagens como fatores técnicos, flexibilidade na gama de processos, agilidade nas operações em ambientes hostis e perigosos ou em tarefas desagradáveis e repetitivas sem perda de qualidade e produtividade, bem como a redução do número de acidentes.

Outra vantagem é a possibilidade de redução no número de dispositivos de solda manual, visando à qualidade das soldas na sequência do ciclo de trabalho; a outra é a estratégia de controle com mais tempo de parada para possível manutenção. Além disso, a redução do número de respingos, o que garante as exigências dos desenhos com a compatibilidade entre as partes soldadas, fazendo, assim, com que atinja os níveis de produção projetadas com redução de insumos e de 73% do tempo sem contar a

ergonomia e a contratação de funcionários. Percebe-se que a robotização possibilita o desenvolvimento e a diminuição de erros na produção decorrentes do trabalho humano manual.

Em relação à limitação do estudo, essa se deu em vista do processo de produção da empresa, posto que nem sempre os entrevistados podiam responder aos questionários pelo fato de estarem trabalhando, levando, assim, mais tempo para poder reunir todas as informações necessárias à conclusão das atividades. É importante salientar que a análise deste trabalho refere-se aos resultados obtidos e restritos a essa empresa, não podendo ser generalizada.

Referências

ANDRADE, Silvio Trivellato. *Mapeamento do processo mecanizado de soldagem unilateral Fcaw com backing cerâmico aplicável no passe de raiz em aço cabono*. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

ALBUQUERQUE, Siderley Fernandes et al. Avaliação da microestrutura e propriedades mecânicas de metais de solda obtidos por processos de soldagem manual e automatizados utilizados na soldagem de aço API 5L X80. *Soldag. insp.*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 322-332, dez. 2011.

BENBASAT, I.; GOLDSTEIN, D. K.; MEAD, M. The case research strategy in studies of information systems. *MIS Quartely*, v. 11, n. 3, p. 368-386, 1987.

BOEKHOLT, Richard. Manufacturing technology in welding fabrication: the welding workplace beyond 2000. *Welding in the World/Le Soudage dans le Monde*, Roissy, v. 43. Supplementary Issue: *The Human Factor and its Environment*, p. 309-331, 1999.

BOEKHOLT, Richard. *The welding workplace: technology change and work management for a global welding industry*. Cambridge: Abington Publishing, 2000.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DOMINGOS, Giovanni. *Os desafios do desenvolvimento: tendências e perspectivas para a economia gaúcha*. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

FELIZARDO, Ivanilza; BRACARENSE, Alexandre Queiroz. Sistema robótico para soldagem de tubos. *Mecatrônica Atual*, p.18-23, out./nov. 2007.

GEBRAN, Mauricio Pessoa. *Tecnologias educacionais*. Curitiba: Iesde Brasil, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Luzan Beiriz et al. Soldagem robótica aplicada à indústria automobilística: a evolução e processos adaptativos para o desenvolvimento do setor. *Cadernos de Graduação*, v. 1, n. 1, p. 85-98, 2014.

KADEFORS, Roland. The welder as a strategic resource: preservation of health and productivity. In: *International Conference the Human Factor and its Environment*. Proceedings. Lisbon, jul. 1999.

KADEFORS, Roland. A human resource perspective on technological change: the case of the European welding industry. In: WENNBERG, Arne (Ed.). Scientific reports from the workshops. *Work Life 2000 – Quality in Work, Sweden*, p. 160-166, jan. 2001.

- KLIPP, Telmo dos Santos. *Proposta de uma arquitetura para alocação de tarefas em grupos de robôs móveis baseada em acordo Bizantino*. 2013. Artigo (Graduação) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- IPESI REVISTA GIGITAL Disponível em: <<http://www.ipesi.com.br/Noticias/1240-grande-oferta-e-queda-de-preco-de-robos-facilitam-aplicacao-em-industrias-de-menor-porte>>. Acesso em: 3 mar. 2015.
- MACHADO, I. G. *Soldagem & técnicas conexas processos*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1996.
- MAGRINI, Rui de Oliveira. *Segurança do trabalho na soldagem oxiacetilênica*. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 1999.
- MARQUES, P. V.; MODENESE, P. J.; BRACARENSE, A. Q. *Soldagem: fundamentos e tecnologia*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MODENESI, P. J. *Introdução à física do arco elétrico e sua aplicação na soldagem dos metais*. Belo Horizonte: Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da UFMG, 2000. Apostila Didática.
- McMILLAN, Grant H. G. Strategies for a healthier workforce and environment in the new millennium. *Welding in the World/Le Soudage dans le Monde*, Roissy, v. 43, Supplementary Issue: *The Human Factor and its Environment*, p. 23-29, 1999.
- PICANÇO, Maurício Luiz Gemaque. *A robótica na indústria naval*. 2010. Monografia (TCC) – Faculdade de Engenharia Mecânica do Instituto Tecnológico, UFPA, Belém, 2010.
- SILVA, A. F. da. *RoboEduc: uma metodologia de aprendizado com robótica educacional*. 2009, 115 f. Tese (Doutorado em Engenharia Elétrica) – UFRGN, Natal, 2009.
- SOUZA, D. *Levantamento de mapas operacionais de transferência metálica para soldagem MIG/MAG de aço ao carbono na posição plana*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG. 2010.
- SCOTTI, A.; PONOMAREV, V. *Soldagem MIG/MAG: melhor entendimento, melhor desempenho*. São Paulo: Artliber, 2008.
- SPENCER, Rob. Quality matters: is your shop ready for robotic arc welding? *Robotics World*, v. 19, i. 9, n. 4, p. 16, dez. 2001.
- VERGARA, S. C. *Método de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.
- YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para destinos selecionados, no período de 2000 a 2014

Rosângela Viegas Maraschin* – Angélica Massuquetti**

Resumo: O objetivo do estudo é descrever o perfil exportador brasileiro por produto, no período de 2000 a 2014, para a China, os Estados Unidos, a União Européia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). A base de dados utilizada foi o AliceWeb (MDIC), e a variável analisada, a exportação brasileira em termos monetários. Os resultados evidenciam a crescente participação dos produtos primários na pauta exportadora brasileira para os destinos selecionados. No entanto, os produtos classificados como intensivos em economia de escala têm destaque dentre as exportações para os EUA e, especialmente, para o Mercosul.

Palavras-chave: Exportação. Brasil. Produtos primários. China. Mercosul.

Abstract: The aim of this study is to describe the Brazilian export profile by product between 2000 and 2014 for China, USA, EU and Mercosur. The database used was the AliceWeb (MDIC) and the variable analyzed was the Brazilian exports in monetary terms. The results evidence the growing share of primary products in the Brazilian export basket to the selected destinations. However, the products classified as intensive economies of scale are prominent among exports to the US and especially for Mercosur.

Keywords: Export. Brazil. Primary products. China. Mercosur.

1 Introdução

A composição da pauta exportadora brasileira tem sido objeto de estudos acadêmicos, visando a identificar o nível de intensidade tecnológica e de competitividade dos produtos nacionais, como em Posser e Massuquetti (2014), Gräf e Azevedo (2013), Santetti e Azevedo (2013), Hoffmann (2012) e Negri e Alvarenga (2011). Os autores indicam a tendência, nos últimos anos, de ampliação da participação de produtos primários na formação da pauta de exportação dos produtos brasileiros.

Considerando o período de 2000 a 2014, as exportações brasileiras para o mundo registraram um crescimento de 308%, passando de US\$ 55,1 bilhões, em 2000, para US\$ 225,1 bilhões, em 2014, conforme Brasil (2015). A partir de 2000, as exportações do Brasil foram favorecidas pela intensidade do crescimento do comércio mundial, aproveitando o ciclo virtuoso das *commodities* com a elevação das cotações de preços e, seguindo, em 2001, com aumento do *quantum*. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2000).

Em 2009, afetada pela crise internacional do *subprime*, as exportações brasileiras registraram queda de US\$ 44,9 bilhões, em comparação com o ano anterior. A recuperação foi favorecida pelo crescimento de 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) chinês, em 2010, e pela elevação das cotações das *commodities*,

* Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *E-mail:* ro.viegas@yahoo.com

** Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). *E-mail:* angelicam@unisinos.br

como o preço do minério de ferro, elevando as exportações brasileiras para US\$ 256 bilhões, em 2011. (BRASIL, 2015).¹

Os principais destinos dos produtos exportados pelo Brasil em 2014, representando 61,5% do total exportado, foram a China, os Estados Unidos da América (EUA), a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), conforme Brasil (2015). Considerando as exportações totais do Brasil, em 2000, o fluxo de comércio brasileiro para esses destinos reduziu -7,8 p.p., entre 2000 e 2014, com exceção da China, que teve um incremento de 17,6 p.p. na participação nas exportações brasileiras no período de 2000 a 2014.

Considerando a relevância das exportações brasileiras para esses destinos, este estudo tem o objetivo de descrever o perfil exportador nacional por produto, entre 2000 e 2014, para China, os EUA, a UE e o Mercosul. O artigo está estruturado, além desta introdução e das considerações finais, em mais três seções. Na segunda seção, são analisados estudos acerca da pauta de produtos exportados por intensidade tecnológica, pelo Brasil. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos e, por fim, os resultados e discussões do estudo são expostos na quarta seção.

2 Comércio externo brasileiro

O perfil das exportações brasileiras tem sido estudado no campo acadêmico, como nas pesquisas de Posser e Massuquetti (2014), Gräf e Azevedo (2013), Santetti e Azevedo (2013), Hoffmann (2012) e Negri e Alvarenga (2011). Esses estudos analisaram o comércio entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais e revelaram a ampliação da participação de produtos primários na composição da pauta exportadora do Brasil.

Posser e Massuquetti (2014) estudaram o perfil das exportações brasileiras, no período de 2000 a 2012, para a China, os EUA, a UE e o Mercosul. Em 2012, esses destinos foram responsáveis por 60,9% do total das exportações nacionais, com destaque para a UE, representando 20,6%, a China, 17,4% do total das exportações brasileiras, seguida pelo Mercosul, 11,7%, e dos EUA, 11,3% de participação. As autoras destacaram a ampliação da participação das exportações brasileiras para a China, que, em 2000, era de 2% do total exportado pelo Brasil, crescendo, em 2012, 15,4 p.p.

Para Santetti e Azevedo (2013), no período de 2000 a 2008, o crescimento da demanda, especialmente para a China, aliado ao aumento dos preços internacionais de

¹ As exportações brasileiras alcançaram, em 2014, apenas US\$ 225,1 bilhões, impactadas pela redução da demanda mundial e pela queda dos preços das *commodities*. (BRASIL, 2015). Conforme o Banco Mundial (2015), dentre os motivos para a queda nas exportações dos países em desenvolvimento, registra-se a redução do crescimento mundial devido à desaceleração da economia da China e ao baixo crescimento na UE.

produtos primários e os de baixa intensidade tecnológica, contribuiu para o aumento do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), indicando maior competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

Negri e Alvarenga (2011) ressaltaram a importância da China como principal país-destino das exportações do Brasil, com o valor de US\$ 30 bilhões, em 2010, cerca de 80% delas formados por *commodities*, como soja e minério de ferro. Para os autores, a menor desaceleração das importações chinesas em comparação com o restante do mundo contribuiu significativamente para o crescimento da participação de *commodities* na pauta exportadora brasileira.

Os EUA, tradicional parceiro comercial brasileiro, foram superados pela China em 2009, mantendo-se, em 2014, em segundo lugar como país-destino dos produtos brasileiros. (BRASIL, 2015). Posser e Massuquetti (2014) destacaram que, em 2012, as exportações Brasil-EUA totalizaram US\$ 26 bilhões, superados pelas exportações brasileiras para a China (US\$ 41 bilhões), para a UE (US\$ 27 bilhões) e para o Mercosul (US\$ 26 bilhões). Dentre os principais produtos exportados para os EUA, por intensidade tecnológica, em 2012, as autoras destacam os produtos primários, com 29,7% da pauta, e os intensivos em economia de escala, representando 24,5% do total.

A UE, em 2012, representou o destino preferencial das exportações brasileiras, conforme Hoffmann (2012). Para o autor, a UE tem um peso considerável sobre o potencial de desenvolvimento no Brasil, tanto em função de atuação direta através da sua política de ajuda ao desenvolvimento e, principalmente, através de seu papel de maior parceiro econômico do País. O fluxo comercial Brasil-UE, em 2012, esteve concentrado em produtos primários e intensivos em recursos naturais, totalizando 69% da pauta exportadora brasileira, segundo Posser e Massuquetti (2014). A representação negativa, destacada pelas autoras, ocorreu na categoria de produtos intensivos em trabalho, com uma redução de 5,8 p. p. nas exportações, no período, passando de 9,7%, em 2000, para 3,9% em 2012.

Nas exportações brasileiras para a UE, no período de 2000 a 2014, conforme Brasil (2015), o ano de 2011 representou o maior valor das exportações no período (US\$ 53 bilhões), reduzindo para US\$ 42 bilhões em 2014. Uma das explicações para a queda nas exportações brasileiras para a UE, conforme Abijaodi (2014), foi o fim do benefício tarifário dado pelos europeus às economias em desenvolvimento: o Sistema Geral de Preferência (SGP) em dezembro de 2013.²

² Abijaodi (2014) destacou que importantes setores exportadores viram as tarifas de seus bens subirem significativamente, como os de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, combustíveis minerais, químicos orgânicos, peles e couros, plástico e suas obras, veículos automóveis e tratores, calçados e suas partes, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, frutas e químicos inorgânicos.

No estudo de Posser e Massuquetti (2014), no período de 2000 a 2012, foi observada uma redução da participação no total exportado pelo Brasil para o Mercosul, passando de 15,4%, em 2000, para 11,7% em 2012.³ As exportações do Brasil para a China, os EUA e a UE, caracterizadas por produtos primários, se diferenciaram das exportações para o Mercosul, identificadas, predominantemente, por produtos intensivos em economia de escala, com participação de 47,5% na composição das exportações, em 2012. Gräf e Azevedo (2013) destacaram, no comércio Brasil-Mercosul, no período de 1995 a 2010, que os maiores fluxos de comércio envolvem o Brasil e a Argentina, onde há acordos que privilegiam o comércio bilateral em detrimento das importações extrabloco, envolvendo setores com forte participação no comércio bilateral, especialmente o automotivo.

Para Pereira (2015), o período de aumento de preços das *commodities* terminou em 2012, levando à queda nos termos de troca e no índice de preços dos produtos primários. A autora destaca a ação do governo de promoção de políticas comerciais brasileiras, com o lançamento do Plano Nacional de Exportações (PNE) de 2015 a 2018. O plano objetiva fomentar a venda de bens e serviços brasileiros ao Exterior, com foco na ampliação, diversificação, consolidação e agregação de valor e de intensidade tecnológica. Dentre os principais destinos das exportações brasileiras, a China e os EUA e os blocos da UE e do Mercosul são apresentados como estratégias de manutenção, consolidação, recuperação e abertura de mercado para determinados grupos de produtos e setores de serviços de elevado interesse exportador. A autora concluiu que quanto ao acesso a mercados, em termos de acordos comerciais e de investimentos, o PNE mostra cautela em assumir compromissos que possam exigir um maior grau de abertura comercial da economia; além disso, a estratégia deverá exigir medidas de caráter multilateral e não apenas bilateral.

O perfil das exportações brasileiras, como descrito nos estudos apresentados anteriormente, mostra a importância da China, da UE, dos EUA e do Mercosul como principais destinos das exportações nacionais. Os resultados evidenciam a crescente participação de produtos primários na pauta exportadora brasileira para os destinos selecionados. No entanto, os produtos classificados como intensivos em economia de escala têm destaque na composição da pauta exportadora dos produtos brasileiros para os EUA e, principalmente, para o Mercosul.

³ Reis e Azevedo (2008) destacaram a importância do Mercosul como destino das exportações brasileiras e a obtenção de avanços importantes à sua consolidação como bloco econômico. Entre eles, o bloco obteve avanços no âmbito de redução de suas tarifas intrabloco para a maioria dos produtos comercializados na região e na definição de uma Tarifa Externa Comum (TEC) para a maioria dos produtos comercializados. Para os autores, o bloco permitiu algumas exceções em determinados produtos e, mesmo com essas exceções concedidas, muitos acordos foram ignorados e postergados para alguns produtos.

3 Método e procedimentos

A base de dados utilizada nesse estudo foi o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O período de estudo foi de 2000 a 2014, e a variável analisada, a exportação brasileira em termos monetários (US\$ *Free On Board* (FOB)).

As informações foram agrupadas conforme o grau tecnológico dos produtos brasileiros exportados para o mundo e os destinos selecionados: China, EUA, UE e Mercosul. Conforme conceituação utilizada para acesso à base de dados, os países são agrupados por blocos econômicos, seguindo a constituição de regiões geoeconômicas e acordos internacionais. (BRASIL, 2015). Para eleger os principais produtos exportados pelo Brasil para o mundo e demais destinos selecionados, considerou-se o grupo de produtos que totalizasse o mínimo de 50% das exportações totais, em valores monetários, em 2014. (BRASIL, 2015). Assim, se identificou um grupo de 15 produtos. Contudo, em relação ao Mercosul, a representação do grupo de 15 produtos é inferior ao critério de 50%,⁴ que foi de 34,8%.

Os dados seguem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que tem como base o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias com seis dígitos (SH6), classificação adotada internacionalmente. Segundo Posser e Massuquetti (2014), para a análise da evolução das exportações por produto, é necessário correlacionar as versões da NCM (NCM, 1996; NCM, 2002; NCM, 2007; e NCM, 2012). A NCM deriva da nomenclatura internacional denominada Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias (SH), gerido pelo Conselho de Cooperação Aduaneira, órgão responsável por revisar periodicamente e publicar novas edições da nomenclatura, ligado à Organização Mundial das Alfândegas (OMA).

A classificação de intensidade tecnológica adotada neste estudo se baseou na tipologia de Pavitt (1984), adaptada por Guerrieri (1991), que classifica os produtos em: Primários (PP), Intensivos em Recursos Naturais (IRN), Intensivos em Trabalho ou Tradicional (IT), Intensivos em Escala (IEE), Fornecedores Especializados (FE) e Intensivos em P&D (P&D). Para a conversão dos códigos de produtos de subposição – SH6 dígitos, em grupos organizados conforme a classificação de intensidade tecnológica, foi utilizado o modelo usado na aplicação dessa mesma tipologia, descrito em Laplane et al. (2001).

⁴ Na exportação do Brasil para o Mercosul, em 2014, 50% do valor dos produtos exportados totalizaram US\$ 12,6 bilhões, distribuídos entre 38 setores. (BRASIL, 2015).

Na próxima seção, são apresentados os resultados do estudo a partir da análise da evolução das exportações brasileiras por produto, para os principais destinos, no período de 2000 a 2014.

4 Resultados e discussão

Em 2014, entre os 15 principais produtos exportados pelo Brasil para o mundo, 52,2% do total foram classificados como PP e IRN. Os produtos de maior valor exportado, em 2014, que representaram 26,5% do total, foram “Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira” (PP), “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” (PP) e “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” (PP). Os produtos “Outros açúcares de cana” e “Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja”, ambos IRN, corresponderam a 6,4% do total exportado pelo Brasil em 2014 (Tabela 1).

Considerando os três primeiros produtos exportados, indicados no *ranking* de 2014, o crescimento, em valores monetários, correspondeu a 1.319%, quando comparado com os valores exportados desses produtos em 2000. Esse aumento nas exportações brasileiras ocorreu em razão da ampliação da demanda internacional por *commodities*, conforme indicado nos estudos de Souza e Veríssimo (2013), Munhoz e Veríssimo (2013) e Sonaglio et al. (2010). A elevação dos preços internacionais e a apreciação da taxa de câmbio real no Brasil, ao longo do período, incentivaram a ampliação do fenômeno.

Tabela 1 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o mundo – 2000 a 2014

Grupo de Produtos – SH6	Grau de Intensidad e Tecnológica	Ranking		Exportações (US\$)		Participação Total Geral %	
		2000	2014	2000	2014	2000	2014
Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	PP	2	1	2.187.878.569	23.273.062.321	4,0	10,3
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	PP	3	2	1.852.908.386	19.982.659.631	3,4	8,9
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	PP	64	3	158.584.973	16.356.785.878	0,3	7,3
Outros açúcares de cana	IRN	0	4	0	7.446.112.985	0,0	3,3
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	IRN	4	5	1.650.508.909	7.000.584.494	3,0	3,1
Café não torrado, não descafeinado	PP	5	6	1.559.264.642	6.041.066.755	2,8	2,7
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	PP	8	7	1.195.331.710	5.836.430.545	2,2	2,6
Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou a sulfato, semibranqueada ou branqueada	IRN	6	8	1.526.027.698	4.913.761.497	2,8	2,2
Carnes de bovino, desossadas, congeladas	PP	28	9	332.766.824	4.890.487.240	0,6	2,2
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	NC	11	10	976.174.819	4.552.651.057	1,8	2,0
Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados	PP	21	11	445.006.593	4.460.836.525	0,8	2,0
Milho, exceto para sementeira	PP	1.346	12	259.034	3.875.969.010	0,0	1,7

Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios	IRN	0	13	0	3.633.242.548	0,0	1,6
Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 15.000kg, vazios	P&D	18	14	635.632.331	2.719.661.966	1,2	1,2
Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas	PP	27	15	359.439.259	2.431.725.051	2,2	1,6
Subtotal				12.879.785.747	117.415.039.517	23,4	52,2
Total				55.118.919.865	225.100.871.193	100,0	100,0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

A China⁵ tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em 2009, conforme destacado por Pautasso (2010). Segundo o autor, o Brasil possuía um fluxo de comércio de US\$ 36,1 bilhões com a China, em 2009, sendo que cerca de 70% das exportações brasileiras para o país asiático eram formadas por três produtos básicos: o minério de ferro (31,4%), a soja (31,4%) e o petróleo (6,6%). Os demais produtos eram essencialmente primários ou semimanufaturados. As principais variáveis que determinaram o incremento do fluxo comercial Brasil-China estão relacionadas ao nível de renda chinês e ao preço das *commodities* agrícolas e minerais. (MORTATTI et al., 2011).

Considerando os 15 principais produtos exportados para a China, em valor, 81,7% do total comercializado corresponderam a PP. Os produtos “Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura”, “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” e “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” somaram 72,4% do total da pauta exportada em 2014 (Tabela 2).

Tabela 2 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a China – 2000 a 2014

Grupo de Produtos – SH6	Grau de Intensidad e Tecnológica	Ranking		Exportações (US\$)		Participação Total Geral %	
		2000	2014	2000	2014	2000	2014
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	PP	1	1	337.350.321	16.615.105.360	31,1	37,8
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	PP	2	2	175.976.879	11.744.118.112	16,2	26,7
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	PP	7	3	36.124.318	3.472.942.587	3,3	7,9
Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou a sulfato, semibranqueada ou branqueada	IRN	4	4	53.676.872	1.470.427.758	4,9	3,3
Carnes de bovino, desossadas, congeladas	PP	106	5	310.795	1.146.420.752	0,0	2,6
Pedaços e miudezas comestíveis de galos e galinhas da espécie doméstica, congelados	PP	14	6	11.047.063	971.682.080	1,0	2,2
Outros açúcares de cana	IRN	0	7	–	875.859.497	0,0	2,0
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	PP	3	8	95.214.851	559.195.798	8,8	1,3
Couros e peles curtidos de bovinos ou de equídeos, depilados, no estado úmido (incluindo <i>wet blue</i>),	IT		9	–	467.787.139	0,0	1,1

⁵ A China representou 13,7% das exportações brasileiras em 2009, superando os EUA, que apresentaram uma participação de 10,2%. (BRASIL, 2015).

plena flor, não divididos; divididos, com a flor							
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes, inteiros ou em pedaços, frescos, refrigerados, congelados, salgados, secos ou defumados	PP	197	10	75.165	380.373.030	0,0	0,9
Ferronióbio	IEE	15	11	9.880.530	364.280.362	0,9	0,8
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado	PP	5	12	41.833.372	359.049.363	3,9	0,8
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	IRN	9	13	17.333.922	343.869.909	1,6	0,8
Algodão, não cardado nem penteado	PP	0	14	-	333.549.293	0,0	0,8
Outras miudezas comestíveis de bovino, congeladas	PP	141	15	177.654	296.657.536	0,0	0,7
Subtotal				779.003.742	39.401.320.590	71,8	89,7
Total				1.085.301.597	43.939.493.889	100,0	100,0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

No *ranking* dos principais produtos exportados para a UE, em 2014, 33,7% foram classificados em PP, e 21,7%, em IRN. Os principais produtos exportados para a UE, por ordem de valor exportado, em 2014, foram: “Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja” (10,8%), “Café não torrado, não descafeinado” (8,0%), “Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura” (7,4%) e “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” (6,4%) (Tabela 3).

As exportações brasileiras para a UE, no decorrer dos anos 2000, alcançaram o maior valor em vendas em 2011, com US\$ 53,168 bilhões, apresentando redução nos anos seguintes. Em 2014, com o volume de vendas de US\$ 42 bilhões, a UE alcançou o segundo principal destino das exportações brasileiras. (BRASIL, 2015).

Para Hoffmann (2012), a crise que se desenrola desde 2008, na EU, impactou a redução das exportações brasileiras. O Brasil e a UE participam de negociações birregionais, iniciadas em 1999, entre a EU e o Mercosul. As negociações avançaram rapidamente em diversos setores, mas sofreram várias suspensões e retomadas em função de divergências, principalmente, nas áreas de produtos agrícolas, serviços e compras governamentais. A longa demora das negociações birregionais e a falta de uma perspectiva concreta para sua finalização são vistas como aspectos negativos à ampliação do fluxo comercial, de acordo com Hoffmann (2012).

Tabela 3 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a EU – 2000 a 2014

Grupo de Produtos – SH6	Grau de Intensidade e Tecnológica	Ranking		Exportações (US\$)		Participação Total Geral %	
		2000	2014	2000	2014	2000	2014
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	IRN	2	1	1.347.966.143,00	4.549.233.910	8,8	10,8
Café não torrado, não descafeinado	PP	3	2	967.761.714,00	3.364.556.841	6,3	8,0
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	PP	1	3	1.402.167.319,00	3.123.073.786	9,1	7,4
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	PP	5	4	827.116.115,00	2.703.512.531	5,4	6,4

Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou a sulfato, semibranqueada ou branqueada	IRN	6	5	681.410.087,00	2.057.960.131	4,4	4,9
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	PP	9	6	391.619.194,00	1.579.564.632	2,5	3,8
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	PP	104	7	14.995.741,00	1.380.177.309	0,1	3,3
Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios	IRN	0	8	–	1.353.713.168	0,0	3,2
Minérios de cobre e seus concentrados	PP	0	9	–	1.145.551.127	0,0	2,7
Fumo não manufaturado, total ou parcialmente destalado	PP	10	10	309.992.989,00	891.990.715	2,0	2,1
Tubos flexíveis de ferro ou aço, mesmo com acessórios	IEE	812	11	404.011,00	862.455.257	0,0	2,1
Ouro (incluído o ouro platinado) em outras formas semimanufaturadas, para usos não monetários	IEE	63	12	29.625.493,00	763.532.220	0,2	1,8
Outros sucos de laranjas, não fermentados	IRN	210	13	6.164.219,00	594.732.869	0,0	1,4
Carnes de outros animais, comestíveis, salgadas, secas ou defumadas; miudezas, farinhas e pós	IRN	0	14	–	561.200.462	0,0	1,3
Ferronióbio	IEE	27	15	98.496.810,00	526.628.225	0,6	1,3
Subtotal				6.077.719.835	25.457.883.183	39,5	60,5
Total				15.370.107.425	42.047.281.231	100,0	100,0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

As exportações brasileiras para os EUA foram crescentes nos anos 2000, sendo o principal país de destino, alcançando, em 2008, o valor de US\$ 27,423 bilhões, conforme Brasil (2015). A partir de 2009, no período de crise financeira mundial, o país reduziu sua participação como destino das exportações, sendo superado pelas vendas dirigidas à China. Em 2014, as exportações brasileiras para os EUA somaram de US\$ 27,144 bilhões, retornando ao nível de 2008. Entre os produtos exportados pelo Brasil para os EUA, os PP representaram 18,9% do total, com destaque para “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos”, que corresponderam a 12,6%, em 2014. Os IEE representaram 14,2% dos principais produtos exportados, com ênfase em “Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados” e “Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços”. Destaca-se o grupo de produtos P&D, com 6,2%, formado por “Aviões e outros veículos aéreos”, conforme se observa na Tabela 4.

Tabela 4 – Principais produtos exportados pelo Brasil para os EUA – 2000 a 2014

Grupo de Produtos – SH6	Grau de Intensidade e Tecnológica	Ranking		Exportações (US\$)		Participação Total Geral %	
		2000	2014	2000	2014	2000	2014
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	PP	418	1	35.573.758	3.407.143.867	0,3	12,6
Aviões e outros veículos aéreos, de peso > 15.000 kg, vazios	P&D	2851	2	325.855.537	1.682.560.535	2,5	6,2
Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados, contendo em peso < 0,25% de carbono, de seção transversal, retangulares	IEE	1777	3	336.239.324	1.443.272.732	2,5	5,3
Partes de turbinas ou de turbopropulsores	FE	2197	4	26.386.637	1.414.600.178	0,2	5,2

Café não torrado, não descafeinado	PP	141	5	218.351.621	1.194.983.685	1,7	4,4
Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato, semibranqueada ou branqueada	IRN	1056	6	424.456.511	919.978.890	3,2	3,4
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços	IEE	1855	7	150.132.459	750.532.434	1,1	2,8
Ferro fundido bruto não ligado, contendo, em peso <= 0,5% de fósforo	IEE	1761	8	364.139.431	706.898.662	2,8	2,6
Granitos trabalhados de outro modo e suas obras	IEE	1620	9	1.472.873	687.194.031	0,0	2,5
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	PP	195	10	971.624	538.145.095	0,0	2,0
Álcool etílico não desnaturado com volume de teor alcoólico => 80%	IRN	349	11	4.584.423	488.029.281	0,0	1,8
Outras partes para motores diesel ou semidiesel	FE	2187	12	135.412.397	334.266.590	1,0	1,2
Consumo de bordo (combustíveis e lubrificantes para embarcações e aeronaves)	NC	3134	13	10.439.950	309.136.095	0,1	1,1
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	IRN	315	14	187.884.794	271.496.635	1,4	1,0
Ferronióbio	IEE	1767	15	57.077.737	267.715.109	0,4	1,0
Subtotal				2.278.981.076	14.415.955.833	17,3	53,1
Total				13.189.576.929	27.144.742.433	100,0	100,0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

Conforme Apex (2011), em 2010, o produto mais exportado para os EUA era relativo à atividade de extração de petróleo e gás natural, “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos”, representando 19,9% do total, ou US\$ 3,849 bilhões, acima dos US\$ 667,3 milhões registrados em 2005, que representavam apenas 3% do total. Cabe destacar a retração acentuada da participação nas exportações totais, ocorrida em manufaturados intensivos em P&D. Além do processo de reprimarização da pauta de exportações, houve uma queda, em termos absolutos, das exportações brasileiras para o mercado estadunidense.

Os principais setores exportadores para o Mercosul, na análise das exportações, incluindo a Venezuela, totalizaram 34,8% dos produtos brasileiros para o bloco em 2014. Dos produtos classificados como IEE no *ranking*, 15,5% pertencem à indústria automotiva. Entre os classificados como PP e IRN, 18,5% do total, os produtos de destaque foram “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” e “Carnes de bovino, desossadas, congeladas” (Tabela 5).

As exportações do setor automotivo foram analisadas por Azevedo e Massuquetti (2015), no período de 1991 a 2010, considerando o fluxo comercial Brasil-Mercosul. Para os autores, o incremento do comércio com o Mercosul constitui-se no aumento da eficiência das empresas beneficiadas por um mercado ampliado e protegido, favorável a explorar os ganhos de escala, característicos do setor automotivo.

Tabela 5 – Principais setores exportadores Brasil-Mercosul – 2000 a 2014

Grupo de Produtos – SH6	Grau de Intensidade Tecnológica	Ranking		Exportações (US\$)		Participação Total Geral %	
		2000	2014	2000	2014	2000	2014
Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (<i>station wagons</i>) e os automóveis de corrida, c motor de pistão alternativ, d ignição p centelha, d cilind > 1.500 cm ³ e <= 3.000 cm ³	IEE	2	1	302.735.895	1.896.515.416	3,6	7,6
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	PP	189	2	8.830.391	1.207.507.838	0,1	4,8
Carnes de bovino, desossadas, congeladas	PP	1589	3	270.632	904.981.085	0,0	3,6
Automóveis de passageiros, incluídos os veículos de uso misto (<i>station wagons</i>) e automóveis de corrida, com motor d pistão alternativo d ignição p centelha, d cilind > 1000 cm ³ e <= 1500 cm ³	IEE	13	4	79.590.884	748.186.136	0,9	3,0
Outros óleos de petróleo ou de minerais betuminosos e preparações, exceto desperdícios	IRN	0	5	–	498.584.461	0,0	2,0
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	PP	15	6	72.074.759	474.619.305	0,8	1,9
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	PP	18	7	62.553.469	466.299.359	0,7	1,9
Carnes de galos e galinhas da espécie doméstica não cortadas em pedaços, congeladas	PP	50	8	28.727.558	425.548.476	0,3	1,7
Outros bovinos vivos	PP	0	9	–	342.585.533	0,0	1,4
Veículos automóveis para transporte de mercadorias, com motor de pistão, d ignição p compressão de peso em carga máx > 5 t e <= 20 t	IEE	5	10	141.074.345	317.067.679	1,7	1,3
Outros açúcares de cana	IRN	0	11	–	314.811.467	0,0	1,3
Pneus novos de borracha dos tipos utilizados em ônibus ou caminhões	IEE	11	12	82.564.235	303.600.576	1,0	1,2
Outros medicamentos contendo produtos misturados, para fins terapêuticos ou profiláticos, em doses, para venda a retalho	P&D	17	13	69.025.946	278.245.581	0,8	1,1
Outras partes e acessórios de carroçarias (incluídas as cabinas) p/veículo autom. das pos 8701 a 8705	IEE	25	14	51.423.306	272.898.013	0,6	1,1
Tratores rodoviários para semirreboques	IEE	54	15	26.560.367	263.010.198	0,3	1,0
Sub total				925.431.787	8.714.461.123	10,9	34,8
Total				8.492.505.150	25.053.075.299	100,0	100,0

PP – Produtos Primários; IRN – Intensivos em Recursos Naturais; IT – Intensivos em Trabalho; IEE – Intensivos em Economia de Escala; FE – Fornecedores Especializados; P&D – Intensivos em P&D; NC – Não Classificado

Fonte: Brasil (2015).

O grupo dos 15 principais produtos exportados para a China representou 89,7% do total comercializado com o país asiático. Já para a UE e os EUA, a participação desse grupo representou 60,5% e 53%, respectivamente. Ao avaliar o comércio Brasil-Mercosul, o valor foi de 34,8%. Observa-se, portanto, a maior diversificação da pauta total de produtos exportados para o Mercosul.

4 Considerações finais

O perfil das exportações brasileiras foi descrito nas pesquisas de Posser e Massuquetti (2014), Gräf e Azevedo (2013), Santetti e Azevedo (2013), Hoffmann

(2012) e Negri e Alvarenga (2011). A partir da análise do comércio entre o Brasil e os principais destinos dos produtos brasileiros, observou-se que os produtos nacionais têm sido direcionados à China, à UE, os EUA e ao Mercosul. Também ocorreu a ampliação da participação de produtos primários na composição da pauta exportadora do Brasil.

Em 2014, entre os 15 principais produtos exportados do Brasil para o mundo, 52,2% foram classificados como PP e IRN. Os principais setores exportadores, no mesmo período, foram “Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura” (PP), bem como “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” (PP) e “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” (PP).

Na análise do fluxo de comércio Brasil-China, no período de 2000 a 2014, verificou-se o crescimento da exportação de produtos primários. Os demais setores exportadores para a China reduziram a sua participação, com destaque para os IRN, os IEE e os P&D. Em 2014, dos 15 principais produtos exportados para a China, 81,7% do total comercializado corresponderam a PP e os produtos “Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura”, “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” e “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” somaram 72,4% do total da pauta exportada.

O comércio Brasil-EUA, no período, manteve o mesmo perfil de intensidade tecnológica, sendo que os IEE foram o principal setor exportado. Nos anos 2000, ganharam espaço os PP, reduzindo-se os valores exportados para os grupos de IT, P&D e IEE. Em 2014, as exportações brasileiras para os EUA foram de US\$ 27,144 bilhões, retornando ao nível de 2008. E, dentre os produtos exportados pelo Brasil para os EUA, os PP representaram 18,9% do total, com destaque para “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos”, que corresponderam a 12,6%. Os IEE representaram 14,2% dos principais produtos exportados, com ênfase em “Outros produtos semimanufaturados, de ferro ou aços, não ligados” e “Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aços”. Destaca-se o grupo de produtos P&D, com 6,2% do total, formado pelo setor de “Aviões e outros veículos aéreos”.

Houve redução do comércio de produtos brasileiros para a EU, nos anos 2000. Em 2014, com o volume de vendas de US\$ 42 bilhões, a UE alcançou o segundo principal destino das exportações brasileiras. O fim do benefício tarifário em 2013, dado pelos europeus às economias em desenvolvimento, explica a queda nas exportações brasileiras para a UE, segundo Abijaodi (2014). Quanto ao nível de intensidade tecnológica dos produtos exportados no período, destaca-se a ampliação do comércio dos PP e IRN e a redução dos produtos IT, P&D e IEE. Dentre os principais produtos exportados para a UE, em 2014, 33,7% foram classificados em PP e 21,7% em IRN e os principais setores foram: “Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja”

(10,8%), “Café não torrado, não descafeinado” (8,0%), “Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura” (7,4%) e “Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados” (6,4%).

Com relação às exportações brasileiras para o Mercosul, em 2014, mais de 65% dos produtos foram classificados como IT, IEE, FE e P&D. O destaque foi a ampliação do comércio de PP, característica da pauta brasileira. Entretanto, os produtos IEE mantiveram seu crescimento nas exportações brasileiras e sua importância na composição da pauta por perfil tecnológico. Em 2014, os principais setores exportados para o Mercosul totalizaram 34,8% do total. Dos produtos classificados como IEE, 15,5% pertencem à indústria automotiva. Dentre os classificados como PP e IRN, 18,5% do total, destacam-se “Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos” e “Carnes de bovino, desossadas, congeladas”. Conforme Azevedo e Massuquetti (2015), o incremento do comércio com o Mercosul constitui-se no aumento da eficiência das empresas beneficiadas por um mercado ampliado e protegido, favorável a explorar ganhos de escala, característicos do setor automotivo.

Assim, o perfil das exportações brasileiras, como descrito, ratifica a importância da China, da UE, dos EUA e do Mercosul como principais destinos das exportações nacionais. Os resultados evidenciam a crescente participação dos produtos primários na pauta exportadora brasileira para os destinos selecionados. No entanto, os produtos classificados como IEE têm destaque na composição da pauta exportadora dos produtos brasileiros para os EUA e, especialmente, para o Mercosul.

Referências

ABIJAODI, C. Recuperação das exportações para a União Europeia depende de acordo comercial, diz CNI. *Agência de Notícias da CNI*, Brasília, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/03/1,34730/recuperacao-das-exportacoes-para-uniao-europeia-depende-de-acordo-comercial-diz-cni.html>>. Acesso em: 4 ago. 2015.

APEX. AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. *Estados Unidos*: perfil e oportunidades comerciais. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.industriamecanicabrasil.com.br/portico/arquivos/1468_Perfil_EUA.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

AZEVEDO, A.; MASSUQUETTI, A. Exports from the Brazilian automotive sector to the southern common market: trade diversion or cost reduction? *CEPAL Review (Print)*, v. 115, p. 145-163, 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual 2000. *Boletim do Banco Central do Brasil*. Relações Econômico-Financeiras com o Exterior, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2000/rel2000cap5p.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BANCO MUNDIAL. As perspectivas econômicas globais mostram melhorias em 2015, mas tendências divergentes colocam riscos de abrandamento, afirma o Banco Mundial. *Global Economic Prospects (GEP)*, Washington, 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press->

release/2015/01/13/global-economic-prospects-improve-2015-divergent-trends-pose-downside-risks>. Acesso em: 18 jul.2015.

BRASIL. MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). *Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb2)* Base de dados, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

GRÄF, C. O.; AZEVEDO, A. F. Z. Comércio bilateral entre os países-membros do Mercosul: uma visão do bloco através do modelo gravitacional. *Economia Aplicada*, São Paulo, USP, v. 17, n. 1, p. 135, 2013.

GUERRIERI, P. *Technology and international trade performance in the most advanced countries*. Roma: Publication, 1991. Disponível em: <<http://www.escholarship.org/uc/item/1f1116fd>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

HOFFMANN, A. R. A. *União Europeia como parceiro para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2012.

LAPLANE, M. F. et al. El caso brasileño. In: CHUDNOVSKY, D. (Coord.). *El boom de las inversiones extranjeras directas en el Mercosur*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

MORTATTI, C. M.; MIRANDA, S. H. G.; BACCHI, M. R.P. Determinantes do comércio Brasil-China de *commodities* e produtos industriais: uma aplicação VECM. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 311-335, abr./jun. 2011.

MUNHOZ, V. C. V.; VERÍSSIMO, M. P. Fluxos de capitais *versus* exportações de *commodities*: efeitos sobre a taxa de câmbio real brasileira no período 2000-2013. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41., 2013, Foz do Iguaçu (PR). *Anais...* Rio de Janeiro: Anpec, 2013. v. 1. p. 1-20,

NEGRI, F.; ALVARENGA, G. V. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. *Boletim Radar – IPEA*, São Paulo, v. 13, p. 7-14, abr. 2011.

PAUTASSO, D. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. *Meridiano 47*, Brasília, DF, n. 114, jan. 2010.

PAVITT, K. Sectoral patterns of technical change: towards a taxonomy and a theory. *Reserarch Policy*, Brighton (UK), v. 13, n. 6, p. 343-373, 1984.

PEREIRA, L. B. V. O Plano Nacional de Exportações 2015-2018: um estudo de mercados. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 7, jul. 2015.

POSSER, D. R.; MASSUQUETTI, A. Brazilian and Rio Grande do Sul exports between 2000 and 2012: an analysis of the reprimarization process. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL – ANPECSUL, 17., 2014, Maringá (PR). *Anais ...* Rio de Janeiro (RJ): Anpec, 2014.

REIS, M.; AZEVEDO, A. F. Z. O impacto da criação do Mercosul no fluxo de comércio bilateral: uma abordagem com o modelo gravitacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC, 36., 2008, Salvador (BA). *Anais ...* Rio de Janeiro (RJ): Anpec, 2008.

SANTETTI, M.; AZEVEDO, A. F. Z. Evolução das exportações da Região Sul e do Brasil nos anos 2000: competitividade e perfil tecnológico. *Revista Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria (RS), v. 1, n. 25, 2013.

SONAGLIO, C. M. et al. Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 347-372, 2010.

SOUZA, T. A.; VERÍSSIMO, M. P. O papel das *commodities* para o desempenho exportador brasileiro. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 79-94, 2013.

Análise do processo de sucessão familiar em uma empresa da Região Central do Rio Grande do Sul

Diego Cerezer Dalla Lana* – Thiago Kader Rajeh Ibdaiwi** – Damiana Machado de Almeida***
Sheila de Oliveira Goulart# – Vânia Medianeira Flores Costa## – Talita Gonçalves Posser###

Resumo: Em se tratando de processo de sucessão familiar, a sucessão pode ser de pai para filho ou por alguém capacitado, possuindo experiência ou merecimento, de fora ou de dentro da empresa. Este estudo objetiva analisar a percepção dos possíveis sucessores do proprietário de uma empresa de materiais de construção com relação ao processo de sucessão. Como objetivo específico é identificar o perfil de competências/habilidades do atual gestor e dos possíveis sucessores. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com estratégia de *estudo de caso*, com abordagem qualitativa e quantitativa. Realizou-se entrevista semiestruturada com cada um dos sujeitos na linha de sucessão e se aplicou o instrumento adaptado de Braga (2008), que diz respeito à dimensão do conhecimento. Como resultados, verificou-se que, dentre as candidatas à sucessão, apenas uma não está inserida na gestão da empresa e não tem interesse em assumir a administração da mesma. Já as outras três sucessoras estão trabalhando no negócio em determinadas áreas, e apenas uma delas está inserida na gestão e administração com foco no processo de sucessão.

Palavras-chave: Papel do empreendedor. Empresas familiares. Processo de sucessão. Empreendedorismo. Estratégias empreendedoras.

Abstract: When it comes to family succession process, the sequence can be from father to son or someone trained, with experience or merit, from outside or inside the company. This study aimed to analyze the perception of possible successors of the owner company of building materials in relation to the succession process, and as a specific objective to identify the competence profile/current manager skills and potential successors. The study is characterized as a descriptive research with case study approach with a qualitative and quantitative approach. Semi-structured interview was performed on each subject in line and applied to the adapted instrument Braga (2008), which relates to the size of knowledge. As a result, it was found that among the candidates for succession, only one is not inserted in the management of the company and has no interest in taking over the management of it. As for the other three successor, are working in business in certain areas, and only one of them is inserted in the management and administration, focusing on the succession process.

Keywords: Paper entrepreneur. Family businesses. Succession process. Entrepreneurship. Entrepreneurial strategies.

1 Introdução

As empresas, especialmente as familiares, estão inseridas em diversos setores, contribuindo em termos sociais e econômicos para o desenvolvimento do País. Estudos

* Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (Fames). *E-mail:* diego_cerezer@gmail.com

** Professor na Faculdade Metodista de Santa Maria (Fames). Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* thiagokader@hotmail.com

*** Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* adm.damiana@gmail.com

Mestranda em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* sheilagoulart@ibest.com.br

Professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). *E-mail:* vania.costa@ufsm.br

Aluna no curso de Administração de Empresas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* talitaposser-@hotmail.com

indicam que, no Brasil, a maioria dos negócios é de origem familiar, empregando mais de 60% da força de trabalho. Nesse contexto, o fortalecimento da economia e da dinâmica de mercado se reflete no desempenho das empresas familiares. (ALMEIDA; MELO, 2012).

Por muito tempo, a economia dificultou a abertura de novos mercados levando muitas empresas à falência. Um empreendimento familiar depende da participação e do envolvimento de todos para o bom desempenho do negócio, o que torna as tomadas de decisão um elemento crucial para a sobrevivência das empresas.

Conforme Ricca (2006), as empresas familiares têm a finalidade de atender às necessidades do fundador e, geralmente, são constituídas pelo núcleo familiar, proporcionando investimentos na condição de retorno em lucratividade, a fim de assegurar a continuidade da empresa.

Quando ocorre o processo sucessório, a definição do conceito e a certeza da sucessão devem ser discutidas de modo exaustivo entre todos os envolvidos, possibilitando que a empresa tenha um ciclo de vida crescente, uma vez que esse processo influenciará, diretamente, no futuro da organização.

Questões familiares podem apresentar complexidade devido ao histórico cultural e ao grau hierárquico de seus membros. Dessa forma, normalmente, acontece a sucessão direcionada, que possibilita dar continuidade à empresa através das gerações de filhos. A continuidade da empresa pode se mostrar fraca e ameaçada devido ao despreparo do sucessor em rotinas administrativas e de planejamento, bem como pelo duplo comando gerado pela disputa de poder. (FLORIANI; RODRIGUES, 2000).

Com base nesse contexto, o presente estudo visa a responder ao seguinte questionamento: Qual é a percepção dos familiares do proprietário de uma empresa de materiais de construção com relação ao processo sucessório? Tal problemática remete ao objetivo geral, que é o de analisar a percepção dos possíveis sucessores do proprietário dessa empresa de materiais de construção com relação ao processo de sucessão, e o objetivo específico é identificar o perfil de competências/habilidades do atual gestor e dos possíveis sucessores.

O presente estudo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução ao estudo. A segunda, a revisão de literatura dividida em duas subseções, as quais contêm: i) a origem, as características e o papel do empreendedor; ii) estratégias empreendedoras no contexto das empresas familiares e o processo de sucessão. A terceira seção apresenta o método adotado para alcançar os objetivos propostos e a forma como foi conduzida a coleta de dados com os sujeitos da pesquisa. Já a quarta seção do estudo contém os resultados, momento em que são descritas as percepções dos

entrevistados e a análise sobre elas. Por fim, se apresentam as considerações finais, seguidas das referências.

2 Revisão de literatura

Para embasar a proposta deste estudo, esta seção apresenta a pesquisa realizada na literatura acerca dos temas: origem, características e papel do empreendedor; estratégias empreendedoras no contexto das empresas familiares e processo de sucessão.

2.1 Origem, características e papel do empreendedor

Na Idade Média, o indivíduo que gerenciava grandes projetos de produção era definido como empreendedor; não assumia grandes riscos e utilizava os recursos disponíveis provenientes do governo para apenas gerenciar seus projetos. No século XVII, ocorreu a primeira relação entre assumir riscos e empreendedorismo. Desse modo, os indivíduos estabeleciam um acordo com o governo para realizar alguns serviços ou fornecer produtos. No século XVIII, devido ao início da industrialização, o empreendedor e o capitalista foram diferenciados, sendo que a grande mudança ocorreu nos séculos XIX e XX. Os empreendedores foram confundidos com gerentes e administradores, o que ocorre até os dias atuais, sendo percebidos como aqueles que organizam a empresa, planejam, pagam os empregados, controlam as ações na organização, sempre a serviço do capitalismo e meramente do ponto de vista econômico. (DORNELAS, 2005).

Existem mitos de que não é possível desenvolver o empreendedorismo, o que não é verdade, pois existem situações que dão origem a um empreendimento: o empreendedor nato, que possui vocação e personalidade forte por influência da família; o herdeiro, que pode (ou não) ter características empreendedoras, tornando-se, possivelmente, um problema à continuação da empresa; o funcionário da empresa que pode ter frustrações em seu emprego e partir para seu próprio negócio; vendedores, pois já têm experiência no mercado e decidem começar o seu próprio negócio e, por fim, a própria aposentadoria, quando os indivíduos estão com vasta experiência no mercado e também de vida e conseguem dar início a um novo empreendimento. (BERNARDI, 2003).

Tidd e Bessant (2009) pontuam: para que um indivíduo estabeleça novo empreendimento, precisa considerar diversos fatores, entre eles, a origem tanto familiar quanto religiosa, pois isso irá influenciar no contexto empresarial, tendo como resultado confiança, experiência própria e personalidade.

O empreendedor apresenta características que o conduzem a determinada personalidade e a um tipo de perfil. Destacam-se, na figura empreendedora, as seguintes características: (1) senso de oportunidade; (2) dominância; (3) agressividade e energia para realizar; (4) autoconfiança; (5) otimismo; (6) dinamismo; (7) independência; (8) persistência; (9) flexibilidade e resistência a frustrações; (10) criatividade; (11) propensão a riscos; (12) liderança carismática; (13) habilidade de equilibrar sonhos e realizações; e (14) habilidade de relacionamento. (BERNARDI, 2003).

A partir dessas características, é possível refletir sobre a influência que as mesmas exercem no momento de iniciar uma empresa, pois cada perfil se portará de forma diferente diante de problemas e fatos. Além disso, os empreendedores revelam traços psicológicos em comum, disposição para trabalhar, otimismo, determinação, um forte nível de energia e comportamentos inovadores e autônomos. (ROBBINS, 2000).

Degen (2009) caracteriza os empreendedores a partir de quatro papéis, os quais sofrem grandes variações dentro das organizações:

- *empreendedor*: assume todos os riscos, tem visão abrangente do negócio e não mede força para concretizar suas ideias;
- *empresário*: procura um bom negócio para investir seu dinheiro e obter lucros, assume riscos financeiros, tendo em vista a obtenção de vantagens pecuniárias;
- *executivo*: assume o risco profissional do negócio; é aquele que treina a equipe para alcançar os objetivos traçados pela empresa; e
- *empregado*: trabalha em determinado tipo de tarefa, assumindo o risco do emprego no negócio. Sua finalidade é desempenhar um bom trabalho e ser reconhecido por meio de pagamento de salário, sendo classificado como intraempreendedor.

2.2 Estratégias empreendedoras no contexto das empresas familiares e processo de sucessão

De acordo com Hisrich et al. (2009), uma das ações básicas do empreendedorismo está relacionada ao fornecimento de novo produto ao mercado sólido. A estratégia empreendedora maximiza as vantagens da novidade e minimiza seus custos em um conjunto de decisões, ações e reações.

Para chegar a um resultado pretendido, segundo Lenzi (2009), as pessoas partem para uma ação, independentemente de qualquer análise; elas têm em mente o que desejam e logo fazem aquilo a que se propõem. Na prática, os empreendedores se dedicam mais ao planejamento do que à execução, conseguindo chegar ao que almejam, tanto no âmbito profissional como no pessoal e empresarial.

Dalla Costa (2006) define a empresa familiar como aquela criada pelo espírito empreendedor de um ou de vários fundadores, cujo capital majoritário e controle

encontram-se nas mãos de uma única ou de poucas pessoas da família, havendo influência do sistema empresarial e familiar, independentemente da gestão.

Ricca (2006) menciona que os papéis na família e na empresa podem tornar-se confusos, pois os conflitos, como desempenhar comandos aos parentes, são mais complexos e podem sobrecarregar o relacionamento familiar.

A empresa e a família são duas unidades separadas, porém, para o sucesso do empreendimento, é necessário definir, com precisão, o papel de cada uma, pois as duas têm interesses próprios e, para atingirem o sucesso, precisa haver uma boa relação emocional entre os membros que as compõem. De maneira geral, alguns autores se referem ao processo sucessório nas empresas familiares através de quatro elementos, conforme apresentado no o Quadro 1.

Quadro 1 – Componentes do processo sucessório

A família	A empresa	A empresa familiar	O plano sucessório
<ul style="list-style-type: none"> – Unidade Social; – Valores passados de geração para geração; – Histórico familiar; – Berço do fundador e seus herdeiros e sucessores. 	<ul style="list-style-type: none"> – Unidade econômica; – Produtora de riquezas; – Suporte comunitário; – Fonte de emprego e renda. 	<ul style="list-style-type: none"> – Representativa de grande parcela da economia mundial; – Responsável pela manutenção e estabilidade de grande parte do mercado econômico e de igual parcela da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Envolve: a família, a propriedade e a administração; – Possibilita a perpetuação da organização, quando bem elaborado.

Fonte: Floriani (2000, p. 302).

Na visão de Leone et al. (2010), existem dois tipos de processo sucessório nas empresas familiares: a sucessão familiar e a sucessão profissional. A primeira é passada de geração a geração, da atual para a seguinte, tendo como principal característica o envolvimento direto do fundador e do sucessor, bem como o de toda a família que, por sua vez, deverá estar preparada para a saída do fundador da atual gestão. Já a profissionalizada ocorre quando os herdeiros não têm interesse em assumir a gestão da empresa.

No Quadro 2, é possível visualizar as vantagens existentes em cada tipo de processo sucessório, conforme descreve Gorgati (2000).

Quadro 2 – Vantagens da sucessão familiar e da sucessão profissional

Sucessão familiar	Sucessão profissional
<ul style="list-style-type: none"> – Continuidade da família no comando da empresa; – Maior conhecimento do fundador pelo sucessor; – Minimiza o sistema de remuneração; – Poder de comando sobre o sucessor no início do processo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Facilidade no recrutamento do executivo com o perfil desejado; – Renovação nos modelos administrativos; – Maior agilidade nas trocas de experiências e conhecimentos do profissional; – Fácil alteração no corpo de administradores.

Fonte: Adaptado de Gorgati (2000).

Independentemente da escolha pela sucessão familiar ou pela sucessão profissional é necessário que os cargos de gestão sejam ocupados por pessoas capacitadas e com alto nível de conhecimento e comprometimento para dar sequência e sobrevivência ao negócio. (LEONE et al., 2010).

Os processos sucessórios devem ser planejados antes da troca de comando, caso contrário, a permuta acontecerá de forma desordenada, podendo representar tanto uma vantagem competitiva, como também, uma desvantagem. (LEMONS, 2003).

Oliveira (2010) apresenta algumas vantagens e desvantagens da sucessão em empresas familiares, conforme revela o Quadro 3.

Quadro 3 – Vantagens e desvantagens da sucessão em empresas familiares

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> – Visão de longo prazo e plano de investimentos mais consistentes, porque o proprietário não convive com pressão dos acionistas, possibilitando ações estratégias diferenciadas; – Viabilidade de treinamento mais extenso e intenso, o sucessor tem a possibilidade de aperfeiçoar seus conhecimentos desde a juventude; – Maior espírito de família para alcançar os objetivos pretendidos. 	<ul style="list-style-type: none"> – Dificuldade de demitir o sucessor devido a conflitos familiares; – Dificuldade de desempenhar diferentes papéis: o pai no papel de pai e diretor, e o filho no papel de filho e sucessor; – Disputa de poder pelos membros da família, pois todos os herdeiros podem se candidatar, ocasionando uma rivalidade familiar.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2010).

Almeida e Mello (2012) afirmam que, na empresa familiar brasileira, a confiança entre as pessoas está relacionada ao grau de parentesco e aos laços que interferem no processo decisório, o que exige muita dedicação e responsabilidade para separar o sentimento da razão.

Na visão de Freire et al. (2010), o desafio da sucessão familiar apresenta resistências individuais que provocam desequilíbrios na organização em geral, resistências essas que precisam ser enfrentadas sistematicamente para alcançar os resultados pretendidos. A resistência individual às mudanças é aquela provocada ao sair da “zona de conforto” que as rotinas transmitem. Portanto, nesse contexto, é importante analisar a percepção dos colaboradores no processo de sucessão, sendo tais mudanças consideradas positivas ou negativas à gestão do negócio.

3 Método

Considerando o objetivo deste estudo, que busca analisar a percepção dos familiares do proprietário de uma empresa de materiais de construção com relação à sucessão familiar, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo-quantitativo. Em relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois especifica o processo de sucessão na empresa, descrevendo como ocorrem os processos de sucessão familiar.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo se caracteriza como bibliográfico e, como estratégia, optou-se pelo *estudo de caso*. Segundo Yin (2010), o estudo de caso não é somente uma tática para coleta de dados, mas uma estratégia de pesquisa abrangente, podendo ser documental ou por entrevista, baseando-se em abordagens quantitativas e/ou qualitativas.

Quanto às ferramentas para coleta de dados, utilizou-se entrevista a semiestruturada, cujo objetivo central era analisar a percepção dos possíveis sucessores ao cargo de diretor-presidente da empresa em estudo. Foram entrevistados, além do atual gestor, todos os que estão na linha de sucessão, ou seja, sua esposa e suas três filhas.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e após analisadas, vislumbrando compreender as perspectivas dos participantes. Os sujeitos da pesquisa foram denominados como G1 (gestor) S1, S2, S3, S4 (para os prováveis sucessores), no intuito de preservar as identidades.

Os dados coletados foram analisados de forma qualitativa, pois, segundo Richardson (2007), é uma forma utilizada em diversas situações, particularmente nas mais complexas, visto que buscam descrever, analisar e interpretar certas variáveis, além de compreender os processos dinâmicos de grupos sociais. A contribuição da análise qualitativa visa a estudar grupos sobre os quais se dispõe de poucas informações.

Na segunda etapa da coleta de dados, utilizou-se o instrumento adaptado de Braga (2008), que diz respeito à dimensão do conhecimento, quando foram analisadas 10 (dez) variáveis. O formulário utiliza a Escala Likert que varia de 1 a 5, sendo (1) insuficiente; (2) fraco; (3) regular; (4) bom; e (5) excelente. Para a análise dos dados, as variáveis foram tratadas por meio de estatística descritiva.

4 Análise dos resultados

A pesquisa foi desenvolvida em uma empresa de materiais de construção localizada em um município da Região Central do Estado do Rio Grande do Sul. A empresa está voltada ao ramo da construção civil há mais de 30 anos, atendendo, além de à Região Central do estado, à fronteira e à quarta colônia. Possui 150 funcionários diretos e mais de trinta indiretos.

A empresa obteve destaque de 2008 a 2010 entre as 15 maiores lojas de materiais de construção do Estado do Rio Grande do Sul, segundo *ranking* da *Revista da Associação Nacional de Materiais de Construção* (Anamaco). Atualmente, com vistas a atender aos seus clientes com excelência, a empresa conta com uma frota própria de

caminhões, uma logística de 3.700m² totalmente coberta e informatizada, com ponte rolante e paleteiras e uma área descoberta de 21.900m² para depósito. Além disso, possui uma loja com área de vendas de 3.000m², igualmente informatizada.

4.1 Análise do processo de sucessão familiar na empresa em estudo

O objetivo da primeira questão era analisar a percepção dos prováveis sucessores sobre seu conhecimento acerca do assunto. Quando se trata do processo de sucessão, conforme Nogueira (2012), as empresas familiares passam por um processo, sofrem com a adaptação e maturação. Ainda, de acordo com a autora, poucas empresas conseguem chegar à segunda e à terceira gerações, pois tem sido considerada pelos gestores um desafio a continuidade do negócio.

O Quadro 4 apresenta a percepção dos entrevistados com relação ao processo sucessório.

Quadro 4 – Percepção do processo sucessório

Entrevistado	Respostas
G1	Processo importantíssimo para a continuação da empresa familiar.
S1	É preparar algum membro da família para continuar os negócios familiares.
S2	A preparação de todas as partes envolvidas, incluindo colaboradores, empresa, sucessor, sucedido e sociedade. Em termos de representatividade, liderança, desenvolvimento pessoal e profissional, bem como em termos de gestão do negócio, no caso do sucessor.
S3	É um processo longo que deve ser realizado com muita cautela, já que o sucessor representa o futuro de toda a empresa.
S4	Entendo que é uma conciliação em que os herdeiros gostariam de fazer e que a família espera que eles executem. Todos visando o bem maior, que é a estabilidade financeira da empresa e a felicidade de todos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a importância do processo sucessório em empresas familiares, percebe-se, entre os entrevistados, que é um processo complexo, lento e cauteloso, um verdadeiro desafio a ser enfrentado pelos fundadores na luta pela continuidade da empresa e de sua sobrevivência.

A questão 2 focou o processo de sucessão familiar e como esse deve ser trabalhado nos eixos empresarial, familiar e pessoal, sob a ótica dos entrevistados. Segundo Ricca (2006), por mais que os fatores de profissionalização estejam bem-formalizados, os laços emocionais, na maioria das vezes, acabam dificultando os processos, fazendo com que os envolvidos acabem agindo sem racionalidade. O Quadro 5 apresenta os resultados referentes à essa questão.

Quadro 5 – Percepção nos meios empresarial, familiar e pessoal

Entrevistado	Respostas
G1	Empresarial: Profissionais competentes e objetivos; Familiar: Clareza e metas para sucessão; Pessoal: Ver a interação com a família e a responsabilidade.
S1	Empresarial: A pessoa que demonstrar afinidade com negócios deve começar a frequentar a empresa desde cedo, para conhecê-la e, assim, perceber se realmente quer assumir tal compromisso no futuro; Familiar: Devem-se respeitar as aptidões de cada um dos membros à sucessão, pois não devemos obrigar ninguém a assumir o que não conseguirá realizar; Pessoal: Talvez, se trabalhado desde a infância, o processo de sucessão seja bem mais fácil.
S2	Empresarial: Desenvolvimento de processos/critérios para a sucessão; Familiar: Sem imposições, deve-se perceber e atender às aptidões e vontade de cada membro da família; Pessoal: Preparação pessoal e profissional do sucessor.
S3	Empresarial: Educando o sucessor, ensinando os processos da empresa e preparando ele para o dia que for assumir o negócio; Familiar: Discutindo abertamente, quando necessário o assunto, para não gerar conflito entre os possíveis sucessores; Pessoal: O sucessor deve se empenhar para entender a metodologia da empresa e tentar se inserir desde cedo, conhecer os funcionários e sempre ter em mente a missão e visão que deverá seguir.
S4	Empresarial: Considero importante trabalhar a imagem do herdeiro dentro da empresa, mostrando aos funcionários que ele(a) tem plena capacidade de tomar as rédeas do negócio na ausência do dono, deixando que o(a) mesmo(a) seja parte importante no processo decisório; Familiar: É importante conversar e entender o papel profissional que cada um quer assumir e desempenhar dentro da empresa, sem estimular qualquer tipo de competição entre irmãos; Pessoal: Acho que o herdeiro deve estudar bastante e manter o foco na aprendizagem que o trabalho proporciona. E deixar claro suas vontades e aspirações quanto ao seu próprio futuro.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os entrevistados, o processo de sucessão familiar deve estar sempre em consonância com a família, empresa e pessoa, considerando que o sucessor deve estar, desde cedo, na empresa e em pleno sincronismo com o perfil da mesma, trabalhando com objetivos claros, sem estimular qualquer competição entre irmãos.

Na questão 3, foram tratadas as características que devem ser consideradas pelo gestor na decisão de escolher ou indicar um sucessor. Na visão de Gorgati (2000), para a escolha de um sucessor, devem-se atender a todas as expectativas dos membros familiares, considerando os valores que cada um preservará no processo sucessório. Os resultados dessa análise constam no Quadro 6.

Quadro 6 – Característica para a escolha ou indicação de sucessor

Entrevistado	Respostas
G1	Identificação com a empresa e competência profissional.
S1	O perfil e interesse da pessoa e da empresa devem ser compatíveis. O sucessor deve querer assumir o negócio.
S2	Identificação com o negócio, aptidões pessoais e busca por aperfeiçoamento pessoal. Além disso, é claro, da vontade de trabalhar na empresa familiar.
S3	Deve-se levar em consideração que o sucessor esteja mais interessado e inserido na empresa.
S4	Identificação do sucessor com o trabalho comercial e seu interesse nos problemas da empresa e o quanto oferece soluções.

Fonte: Dados da pesquisa.

Na percepção dos entrevistados, o sucessor, em primeiro lugar, deverá ter interesse em assumir a empresa. Quando o gestor busca um sucessor, está colocando em jogo uma vida dedicada aos negócios da família, porquanto terá em suas mãos todo o controle da organização.

A questão 4 verificou se a empresa possuía treinamento ou política interna para contribuir no processo sucessório. A sucessão é a entrega do “bastão” para um novo líder, determinada quando o sonho de um futuro é compartilhado por toda a família, sendo que, uma boa condução na “troca de bastão” manterá a estrutura de liderança e suas convicções. (NOGUEIRA, 2012). Os resultados obtidos para esse questionamento podem ser visualizados no Quadro 7.

Quadro 7 – Em relação à política de treinamento

Entrevistado	Respostas
G1	Já fizemos da primeira para a segunda geração e estamos finalizando para a terceira geração.
S1	Não.
S2	Há um tempo participamos de um treinamento sobre a parte tributária da sucessão. Fora isso nada específico.
S3	O treinamento se dá ao longo dos anos, fazendo o sucessor conhecer cada área e particularidade da empresa para estar completamente inserido quando chegar a hora.
S4	Não.

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as respostas, percebe-se que não houve treinamento específico em relação ao processo sucessório, somente sobre a parte burocrática. Ainda: se observa discordância nas respostas, pois dois dos entrevistados mostraram não ter conhecimento de nenhuma ação desse tipo.

A questão 5 abordou a percepção familiar dentro do contexto da troca de comando, conversa entre os sucessores e interesse em discutir sobre o assunto proposto. Conforme Ricca (2006), a intimidade entre os familiares poderia atrapalhar o profissionalismo empresarial. Assim, para ajudar nos relacionamentos e nos negócios,

são propostas dinâmicas familiares, que ajudam na relação entre os parentes. O Quadro 8 apresenta a comunicação do processo de sucessão da empresa estudada.

Quadro 8 – Comunicação do processo de sucessão

Entrevistado	Respostas
G1	Sim, nos reunimos diversas vezes para debater o tema com profissionais que nos assessoram.
S1	Conversa aberta para ver quem seria o(a) sucessor(a), nunca foi tema em família, pois jamais houve pressão sobre nenhum membro, somente especulações para ver quem tem interesse de assumir a empresa.
S2	Nunca houve um diálogo propriamente dito, mas sim uma liberdade para a escolha pessoal de cada uma.
S3	O assunto não é muito discutido, fica mais subentendido, mas, quando é necessário, conversa-se abertamente, sem nenhum conflito.
S4	Acredito que seja um acordo tácito e eu, particularmente, não faço parte desta esfera de tomada de decisões. Quando minhas irmãs decidiram estudar o ramo, fica claro que elas são as mais interessadas no processo decisório.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme a resposta do entrevistado G1, são realizadas reuniões para debate do assunto, inclusive com auxílio de assessorias, mas essa ação não fica clara nas respostas dos demais. Cabe destacar que, na maioria das respostas, há uma conversa informal sobre o processo sucessório, que é discutido abertamente sem conflitos familiares. Ainda: se destaca que o sujeito S4 não possui interesse na sucessão familiar e nas discussões quanto ao assunto.

Na questão 6, foi analisada a percepção dos sucessores com relação a uma possível troca de comando, levando em consideração o modelo atual de gestão. Na visão de Gorgati (2000), muitas das características atuais da empresa são determinadas pela personalidade do fundador, mas aspectos empreendedores do futuro sucessor, possivelmente, formarão uma nova identidade da empresa. O Quadro 9 registra a percepção dos entrevistados sobre o modelo de gestão.

Quadro 9 – Percepção dos sucessores sobre a possível mudança de gestão atual

Entrevistado	Respostas
G1	Cada liderança trata o modelo de gestão como princípio norteador da empresa.
S1	De forma alguma, toda a mudança deve ser executada gradualmente, portanto, elas são necessárias sim, mas implementadas aos poucos, pois aperfeiçoar o modelo de gestão com a mudança de sucessão poderia acarretar em alteração de identidade da empresa.
S2	Acredito que se forem percebidas a necessidade de mudanças, as mesmas devem ser feitas, mas de forma gradual e de modo que não gere desconforto junto aos colaboradores.
S3	Acredito que sempre seja necessária a mudança, não em todo o modelo, mas algumas adaptações e modernização devem ser realizadas.
S4	Não me sinto competente para discorrer sobre o tema por total desconhecimento do funcionamento da empresa. Espero que não seja nada traumático e que todas as partes envolvidas (família e funcionários) sejam consultados sobre eventuais mudanças drásticas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que, sabendo da carga emocional que as mudanças sucessórias podem acarretar em todos os membros da empresa, tanto G1 como os demais sucessores entrevistados concordam que não deveria haver uma mudança na gestão atual no momento da sucessão, devendo ocorrer, caso necessário, de forma gradual e sem afetar os envolvidos.

4.2 Perfil de competência dos herdeiros candidatos a sucessor

A segunda etapa do estudo constituiu-se a partir da aplicação de um instrumento fechado contendo 10 (dez) variáveis, as quais visam a destacar o perfil de competência dos candidatos a sucessores. Em relação às variáveis de competência das prováveis sucessoras, chegou-se ao resultado expresso a seguir.

Quanto à variável **Área/Setor de atuação da empresa familiar**, definida como conhecimentos de cunho estratégico sobre o mercado no qual a empresa se insere, incluindo clientes, concorrentes e fornecedores, dos cinco participantes, um entende como insuficientes os seus conhecimentos estratégicos; os outros três acreditam ser bom; e apenas um percebe, como sendo excelentes seus conhecimentos de cunho estratégico.

Ao analisar essa primeira variável, foi possível identificar os seguintes resultados: o atual gestor, denominado G1, apresentou uma pontuação 4 (quatro) para essa variável. Os sucessores denominados S1 e S2 apresentaram uma pontuação 4 (quatro). A sucessora S3 apresentou uma pontuação 5 (cinco), e a sucessora S4 a menor pontuação.

Na variável **Administração/Finanças** com a definição de conhecimentos pertinentes às áreas de administração e finanças, incluindo custos, bem como legislação, especialmente trabalhista e comercial, dos cinco entrevistados apenas um entende como insuficiente, os outros quatro acreditam serem bons seus conhecimentos acerca do assunto.

Em relação à segunda variável, foi possível identificar os seguintes resultados: G1 e os sucessores S1, S2 e S3 apresentaram uma pontuação 4 (quatro), e apenas a sucessora S4, a menor pontuação 1 (um ponto).

Já na variável **Planejamento estratégico e operacional**, com definição no conhecimento de modelos e processos de planejamento, envolvendo desde o diagnóstico, a definição de prioridades até o monitoramento/avaliação, para orientar a adequada construção de planos de ação para a organização, dos cinco entrevistados, três apontam como bom, um aponta como excelente, e o outro como insuficientes seus conhecimentos em relação ao tema.

Ao observar a terceira variável, foi possível visualizar os seguintes resultados: o atual gestor G1 apresentou uma pontuação 5 (cinco); os sucessores S1, S2 e S3 apresentaram pontuação 4 (quatro), sendo que a menor pontuação foi a da sucessora S4.

Na próxima variável, foi avaliada a **Gestão de Pessoas**, que tem como definição conhecimentos sobre administração de recursos humanos, como: planejamento de RH, seleção/suprimento, treinamento e avaliação de desempenho. Apenas um apontou como sendo insuficiente, e os outros quatro, como sendo bons seus conhecimentos sobre gestão de pessoas. Foi possível identificar os seguintes resultados: o gestor G1 e os sucessores S1, S2 e S3 apresentaram uma pontuação 4 (quatro) e a sucessora S4, a menor pontuação.

Na variável **Conhecimentos técnicos específicos**, com definição em conhecimentos técnicos, próprios de sua área de formação específica. Dos cinco participantes, dois apresentam como sendo bons, e três responderam como excelentes seus conhecimentos em sua área de formação. Ao considerar a quinta variável, foi possível perceber que o G1 e os sucessores S3 e S4 atingiram a pontuação 5 (cinco). Já os sucessores S1 e S2, a pontuação 4 (quatro).

Na variável seguinte, foi analisada a **Informática**, tendo como definição o conhecimento sobre o uso de computadores, redes, internet, bem como sobre os principais *softwares* de sua área de atuação. Dos cinco entrevistados, um aponta como regular seus conhecimentos sobre o assunto, enquanto três revelam ser excelentes e um, como sendo boa sua instrução acerca do tema. Nessa variável, tem-se os seguintes resultados: o gestor G1 e os sucessores S2 e S4 chegaram à pontuação 5 (cinco). A sucessora S1 apresenta a pontuação 4 (quatro), e a sucessora S3, a menor pontuação com 3 (três) pontos.

Na variável **Processo de tomadas de decisão**, considerou-se o conhecimento de métodos/técnicas que facilitem a tomada de decisão. Dos entrevistados, um apontou como excelente, os outros três apontam como bom e, apenas um indica como fraca a definição de conhecimento na área. Ao analisar, foi possível identificar os seguintes resultados: G1 apresentou uma pontuação 5 (cinco). Os sucessores S1, S2 e S3 apresentaram uma pontuação 4 (quatro), e a sucessora S4, a menor pontuação com 2 (dois) pontos.

Na variável **Gestão de qualidade**, definida como conhecimento da teoria básica, bem como dos processos relacionados com o funcionamento de sistemas de qualidade total, dos cinco entrevistados, três apontam como excelente, e dois, como sendo bons seus conhecimentos acerca do assunto. Possibilita a identificação dos seguintes resultados: o G1 e a sucessora denominada S2 apresentaram pontuação 4 (quatro). Os Sucessores denominados: S1, S3 e S4 atingiram a pontuação 5 (cinco).

Já na variável **Psicologia Organizacional**, definida como todo conhecimento sobre comportamento das pessoas dentro de uma organização (comunicação interpessoal, administração de conflitos, negociação, motivação, formação de equipes), dos entrevistados dois apontam como bom, outros dois como regulares, e apenas um, como fracos seus conhecimentos sobre psicologia organizacional. Denota os seguintes resultados: o atual gestor G1 e a sucessora S3 apresentaram pontuação 4 (quatro). Os sucessores S1 e S2 exibiram uma pontuação 3 (três), e a sucessora S4 apresentou a menor pontuação: 2 (dois) pontos. Cabendo a S2, como provável sucessora, um treinamento na área de Psicologia Organizacional, pois remete a conflitos e formação de equipes.

A última variável sobre **Produto/Mercado** de atuação da empresa/instituição indica como definição o conhecimento de nível mercadológico sobre os serviços e/ou produtos fornecidos pela organização. Dos entrevistados, um aponta como sendo insuficiente, um como sendo excelente, e os outros três, como bons seus conhecimentos no mercado de atuação da empresa. Ao analisar, foi possível identificar os seguintes resultados: o G1 e os sucessores S1 e S2 atingiram a pontuação 4 (quatro). A sucessora S3 conseguiu um total de 5 (cinco) e a sucessora S4 apresentou a menor pontuação: 1 (um) ponto.

Quadro 10 – Perfil de competências dos herdeiros/variáveis

Variáveis	Maior	Menor
Área/Setor de atuação da empresa familiar	G1	S4
Administração/Finanças	G1; S1; S2; S3	S4
Planejamento estratégico e operacional	G1	S4
Gestão de pessoas	G1; S1; S2; S3	S4
Técnicos específicos	G1; S3; S4	S1; S2
Informática	G1; S2; S4	S3
Processo de tomada de decisão	G1	S4
Gestão de qualidade	S1; S3; S4	G1; S2
Psicologia Organizacional	G1; S3	S4
Produto/Mercado de atuação da empresa /instituição	S3	S4

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se em relação às variáveis apresentadas que a sucessora S4 não tem nenhum interesse em assumir a gestão, tampouco participar dos negócios da empresa em relação ao nível mercadológico e sobre os serviços e produtos fornecidos pela organização. O Gestor (G1) e as sucessoras S1, S2 e S3 possuem conhecimento em relação ao processo sucessório. As sucessoras conhecem boa parte da administração de finanças, planejamento estratégico, gestão de pessoas, informática, e o mais importante,

conhecimento sobre serviços e produtos fornecidos pela organização, incluindo clientes, concorrentes, fornecedores e parceiros.

Percebe-se, além disso, que entre os entrevistados, a sucessora S2 já está inserida na gestão e nos processos da empresa, pois a mesma conhece todas as variáveis apresentadas, incluindo custos, bem como legislação, especialmente trabalhista e comercial, colaborando com o G1, nas decisões e na administração da empresa.

5 Considerações finais

As empresas, de modo geral, são fundamentais à economia mundial. O processo de globalização gerou grandes oportunidades às instituições, inclusive à grande maioria de empresas familiares. O presente estudo foi realizado em uma empresa que se encontra na segunda geração, cujo gestor e a provável sucessora trabalham juntos na gestão da organização, o que consolida a empresa como familiar, pois há a presença da segunda geração na direção do negócio.

O processo de sucessão, de modo geral, é muito lento; é necessário haver um planejamento eficiente e focado e, nas empresas familiares, deve ser ainda mais cauteloso, pois essas possuem uma cultura e valores próprios, envolvendo o patrimônio da família. Tanto o fundador quanto os sucessores precisam estar, emocionalmente, em harmonia e seguros da decisão para poder superar as possíveis dificuldades que surgirão. Dificuldades essas em desempenhar papéis diferentes, delegar funções e descapitalização, bem como o sucessor pode não estar inteiramente capacitado e o fundador pode se recusar a sair do poder.

Assim, o presente estudo buscou analisar a percepção dos possíveis sucessores do proprietário dessa empresa de materiais de construção com relação ao processo de sucessão. Com base nos resultados das entrevistas, verificou-se que, dentre as candidatas à sucessão, a sucessora S4 não possui interesse em assumir a gestão da empresa, já as sucessoras S1, S2 e S3 estão trabalhando no negócio, em determinadas áreas, e apenas a sucessora S2 está inserida na gestão e administração da empresa, com foco no processo sucessório.

A empresa estudada, de acordo com a pesquisa realizada, possivelmente, seguirá um critério tradicional de escolha: de pai para filho. Apresenta uma gestão capacitada, em nível crescente de desenvolvimento, mesmo que o gestor e as sucessoras demonstrem diferentes percepções, as quais, com muito trabalho e dedicação de todos, poderão ser alinhadas para o sucesso pessoal e profissional.

O processo de sucessão, até o momento, não teve nenhuma dificuldade, está sendo encarado de maneira tranquila, pois o gestor e a sucessora S2 trabalham juntos, possibilitando à mesma adquirir mais conhecimento, experiência e amadurecimento.

O presente estudo contribuiu para uma análise das diferentes variáveis do processo de sucessão. Sugerem-se estudos futuros com a mesma empresa, visto que o processo de sucessão familiar ainda não foi consolidado.

Referências

- ALMEIDA, Edson Rodrigo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Implantação do processo de sucessão em uma empresa familiar de transportes: desafios e contradições. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos12/511630.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2014.
- BERNARDI, Luiz Antonio. *Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DALLA COSTA, Arnaldo. *Sucessão e sucesso nas empresas familiares*. Curitiba: Juruá, 2006.
- DEGEN, Ronald Jean. *O empreendedor: empreender como opção de carreira*. São Paulo: Pearson, 2009.
- DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo transformando ideias em negócios*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FLORIANI, Oldoni Pedro. *Sucessão empresarial: processo sucessório em empresas familiares*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau (FURB). 2000. Disponível em: <[http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicaC3%A7%C3%B5es/IHYPERLINK"http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicações/leonel/10.pdf"eonel/10.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publicaC3%A7%C3%B5es/IHYPERLINK)>. Acesso em: 25 out. 2014.
- FLORIANI, Oldini Pedro; RODRIGUES, Leonel Cezar. *Sucessão empresarial: processo sucessório em empresas familiares*. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau (FURB). 2000. Disponível em: <<http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/maringa/GPE2000-19.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.
- FREIRE, Patricia de Sá et al. *Processo de sucessão em empresas familiares: gestão do conhecimento contornando resistências as mudanças organizacionais*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jistm/v7n3/11.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.
- GORGATI, Vlamir. *Os determinantes da estrutura de capital de empresas familiares brasileiras durante os processos sucessórios: contribuições da Teoria da Firma*. 2000. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/diegoc/Meus%20documentos/Downloads/Vlamir_Gorgati_dis%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/diegoc/Meus%20documentos/Downloads/Vlamir_Gorgati_dis%20(1).pdf)>. Acesso em: 18 set. 2014.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra et al. IN: LEONE, Nilda Maria de Clodoaldo Pinto Guerra (Org.). *Empresa familiar desvendando competências, racionalidades e afetos*. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEMONS, Monica de Faria Mascarelhas. O processo de sucessão em empresas familiares: planejamento da troca de comando evita desgastes emocionais e riscos para as empresas. *Revista FAE BUSINESS*, n. 5, abr. 2003. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_fae_business/n5/gestao_oprocessodesucessaoemempfamiliares.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.
- LENZI, Fernando César. *A nova geração de empreendedores: guia para a elaboração de um plano de negócios*. São Paulo: Atlas, 2009.

LENZI, Fernando César; KIESEL, Marcio Daniel; ZUCCO, Fabricia Durieux. *Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência*. São Paulo: Gente, 2010.

NOGUEIRA, Luciana Sarah Jacob. *Sucessão em empresas familiares: um estudo multicaso no Amazonas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Empresa familiar: como fortalecer o empreendimento e otimizar o processo sucessório*. São Paulo: Atlas, 2010.

RICCA, Domingos. *Sucessão na empresa familiar: conflitos e soluções*. São Paulo: CLA, 2006.

RICHARDSON, R. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROBBINS, Stephen. *Administração, mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2000.

TIDD, Joe; BESSANT, John. *Inovação e empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

“Movimento Tratado Cidadão”: relato das ações desenvolvidas por meio de um projeto de extensão na comunidade de Santa Maria – RS

Vânia Medianeira Flores Costa* – Luciana Falcão Padilha** – Sabrina Lima Figueira Goularte***
 Samia Mercado Alvarenga**** – Andressa Schaurich dos Santos# – Gean Carlos Tomazzoni##
 Talita Gonçalves Posser###

Resumo: O presente estudo parte de um enlace entre teoria e prática e tem por objetivo relatar as ações desenvolvidas no projeto de extensão: “Divulgação das atividades desenvolvidas pelo Movimento Tratado Cidadão na comunidade de Santa Maria – RS”, com o intuito de divulgar e esclarecer a proposta do movimento, aumentando a participação da academia no processo de aproximação universidade-sociedade-empresa. O “Movimento Tratado Cidadão” (MTC) surgiu da necessidade de aproximar o diálogo entre Instituições de Ensino Superior (IESs), sociedade e instituições prestadoras de serviços, a fim de recriar o elo entre os saberes científicos e os saberes práticos. Os resultados alcançados com o desenvolvimento do projeto possibilitaram uma maior participação dos cursos de graduação das IESs da cidade de Santa Maria – RS e região no MTC; e auxílio na realização dos fóruns públicos, bem como na elaboração do material de divulgação do mesmo; a busca de parceiros para o movimento, a criação do Mérito Tratado Cidadão, entre outros.

Palavras-chave: “Movimento Tratado Cidadão”. Universidade. Sociedade. Projeto de extensão. Divulgação.

Abstract: This study is a link between theory and practice and aims to report the actions taken in the extension project “Disclosure of the activities developed by the Movimento Tratado Cidadão in the community of Santa Maria – RS”, in order to disseminate and clarify the proposal movement by increasing the involvement of academia in the process of university-society-company approach. The “Movimento Tratado Cidadão” (MTC) arose from a need for closer dialogue between Institutions of Higher Education (IES), society and institutions providing services in order to recreate the link between scientific knowledge and practical knowledge. The results achieved with the development of the project allowed greater participation of undergraduate courses of IES of Santa Maria/RS and region in the MTC; aid in achieving the Public Forums, and in the preparation of the same promotional material; search for partners for the movement and creation of Mérito Tratado Cidadão, among others.

Keywords: “Movimento Tratado Cidadão”. University. Society. Extension project. Disclosure.

1 Introdução

Há um crescente interesse da sociedade e dos cursos superiores na construção de uma proposta de caráter social, econômico e político, que busque integrar a formação

* Doutora em Administração de Empresas. Professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* vani.costa@ufsm.br

** Aluna no curso de Administração de Empresas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* lufpturismo@gmail.com

*** Aluna no curso de Administração de Empresas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* sabrina.l.goulart@gmail.com

**** Aluna no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* samia_alvarenga@hotmail.com

Mestre em Administração. Doutoranda em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* dessaschaurich@gmail.com

Bacharel em Administração. Mestrando em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* gean.tomazzoni@mail.ufsm.br

Aluna no curso de Administração de Empresas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* talitaposser-@hotmail.com

profissional às reais necessidades da sociedade. Esta última, juntamente com as universidades e o mercado de trabalho, compõem uma relação interdependente, responsável não só por avanços sociais e tecnológicos, como também por avanços individuais das pessoas como cidadãs. No entanto, é visível o descompasso ora entre universidade e mercado de trabalho, ora entre sociedade e universidade. Percebe-se que estudantes saem do Ensino Superior despreparados para ingressar em seus postos de trabalho e atuar como cidadãos dentro do contexto social.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (1996), ancorada em alicerces filosóficos, conceituais, políticos e metodológicos, norteia os princípios a serem incorporados nos projetos pedagógicos das IESs. Prioriza a formação de profissionais críticos, reflexivos, dinâmicos e ativos diante das necessidades impostas pelo mercado de trabalho, para que os mesmos assumam seus direitos de liberdade e cidadania, a fim de que compreendam as tendências do mundo atual, auxiliando no desenvolvimento das comunidades nas quais estão inseridos. Dentro desse contexto, de acordo com Chauí (2003), a universidade deve estar atenta à solução dos problemas da sociedade, para que os estudos científicos nela produzidos possam ser incorporados como benefícios à população.

Para enfrentar esses desafios, um grupo de ex-docentes das IESs de Santa Maria e região iniciaram o MTC, que se desenvolve na sociedade para facilitar e potencializar a interação entre as universidades e organizações, visando a aprimorar a coerência entre a formação de profissionais e as necessidades da sociedade. O foco do movimento é orientação para o desenvolvimento de um perfil cidadão, visando a proporcionar a todos os estudantes uma prática durante os cursos de graduação, com a produção de um trabalho de cunho prático e a análise do processo de interação entre escola e serviços.

A inserção dos alunos nesse projeto é importante pelo fato de que, assim, estarão contribuindo com um projeto social que tem como foco a divulgação de trabalhos e atividades curriculares que estão sendo realizados no âmbito dos cursos. O projeto MTC foi escolhido porque consiste em um grupo que busca formular e aprovar um tratado de corresponsabilidade com políticas e ações que contribuam para a formação de profissionais mais comprometidos e preparados para atender às carências profissionais da sociedade. Além disso, o citado movimento mantém um diálogo com os responsáveis pelos cursos de Ensino Superior, visando a fazer uma releitura do compromisso desses quanto à formação de profissionais que prestarão serviços para atender às necessidades que emanam da sociedade como um todo.

Mediante o exposto, o presente estudo, que parte de um enlace entre teoria e prática, tem por objetivo *relatar as ações desenvolvidas no projeto de extensão: “Divulgação das atividades desenvolvidas pelo Movimento Tratado Cidadão na*

comunidade de Santa Maria – RS”, com o intuito de divulgar e esclarecer a proposta do movimento, aumentando a participação da academia no processo de aproximação universidade-sociedade-empresa.

Em termos teóricos, o projeto justifica-se pela oportunidade que é dada aos alunos de colocarem em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Ainda: propicia a participação dos alunos num movimento social que busca disseminar a prática orientada durante o curso de graduação, com a produção de um trabalho que será apresentado em um fórum público, aberto à sociedade.

Já em termos práticos, justifica-se pelo incremento à integração universidade-sociedade no âmbito do acadêmico e do social no Município de Santa Maria. Além disso, possibilita divulgar a progressiva preocupação das empresas e sociedade em geral com a coerência entre a formação e as necessidades profissionais da sociedade, desenvolvendo uma nova mentalidade que valorize um perfil cidadão nos futuros trabalhadores, permitindo aos seus participantes a oportunidade de diferenciação e agregação de valores sociais mais abrangentes, tão necessários para uma formação mais holística dos envolvidos.

Para uma melhor explanação, o presente estudo abordará, na sequência, algumas considerações iniciais sobre a fundamentação teórica no que diz respeito aos temas-foco do estudo e do MTC. Após, se apresenta a metodologia com que são realizadas as ações do projeto e, por fim, o relato da experiência e resultados alcançados até então, bem como as considerações finais.

2 Fundamentação teórica

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para todos os cursos superiores, conforme o Ministério da Educação (MEC, 2001), norteiam os projetos pedagógicos para a formação de profissionais de nível superior. Já a LDB apresenta os princípios filosóficos, conceituais, políticos e metodológicos para nortear a elaboração de projetos pedagógicos nas escolas, trazendo como proposta, para a formação dos profissionais, diretrizes para que esses venham a ser críticos, reflexivos, dinâmicos e ativos diante das demandas do mercado de trabalho. (MEC 1996).

Os cursos superiores, à luz da LDB de 1996, elaboraram e tiveram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação do MEC, as DCNs. Desde então, os cursos desenvolvem seus projetos pedagógicos e discutem as competências profissionais. Percebe-se, entretanto, que a prioridade para uma lógica que prima por mão de obra capacitada para dar conta da dimensão tecnológica, descuida da formação crítica e reflexiva, capaz de impactar o mercado e proporcionar melhorias sociais no âmbito

local, em médio e longo prazos. Além disso, outro aspecto se refere à responsabilidade primeira das IESs para a formação de competências, o que deveria também ser papel das organizações com a formação de uma rede permanente de construção de conhecimentos que gerasse desenvolvimento contínuo. (MEC, 1996).

Dentre os desafios que se colocam, aparecem a necessidade e a importância de compreender o processo de formação profissional, no qual a escola de graduação tem papel determinante. Os cursos de graduação se colocam como o substrato do processo que deve ter continuidade na pós-graduação e educação permanente durante o exercício da profissão. Esse processo deve ser acompanhado por um sistema avaliativo permanente no mundo do trabalho quando se observa uma velocidade crescente na oferta de novos produtos e serviços, decorrente do avanço científico e tecnológico.

A verdade é que, assim como a sociedade evoluiu na escala de conhecimento, o método de ensinar, aprender e apreender também sofreu grandes modificações. No período medieval, quando surgiram as primeiras universidades na Europa, o discípulo acompanhava o mestre, e o ofício era ensinado através da prática. Com o passar do tempo, o estudo foi aos poucos se dissociando do trabalho e, hoje, é visto como uma transmissão obsoleta de conhecimento quando deveria ser uma formação de construção contínua. (CHAUI, 2003).

As universidades – que na sua origem tinham a finalidade de abranger uma classe universal de saberes – teve seu ideal solapado pelas exigências mercadológicas de especialização. Segundo Santos (1996), “a conversão da ciência em força produtiva acabou por pôr em causa a própria validade da distinção entre investigação básica e aplicada”.

Percebe-se que, atualmente, formam-se profissionais especializados em diversas áreas, porém, não se formam cidadãos que compreendam o contexto de forma crítico-reflexiva, sendo esses incapazes de usar o conhecimento científico em favor de atitudes propositivas de melhoria e bem-estar à sociedade. No entendimento de Santos (1996), a legitimidade das universidades, bem como seus propósitos, só serão, de fato, realizados quando as atividades de extensão estiverem inseridas no aprendizado acadêmico a ponto que desapareçam como tais, passando a integrar de forma permanente as atividades de ensino.

O autor destaca que existe uma dicotomia entre teoria e prática, justificada na origem das universidades, cuja função primeira era desenvolver a pesquisa científica. Disso decorre a omissão dessas instituições no que tange à extensão, fazendo com que o conhecimento ali gerado não ultrapasse os muros acadêmicos. Entretanto, o inverso também é verdadeiro, pois se constatou que conhecimentos produzidos fora do ambiente acadêmico são menosprezados e dificilmente adentram as barreiras impostas pelo

cientificismo. Ou seja, perdem os alunos, a sociedade, o mercado de trabalho e não menos as IESs, já que “o próprio espaço de produção transforma-se por vezes numa ‘comunidade educativa’ onde as necessidades de formação, sempre em mutação, são satisfeitas no interior do processo produtivo.” (SANTOS, 1996, p. 198).

Para Mészáros (2008) é preciso reformular a educação para que o homem torne-se sujeito da mudança social deixando de ser mero objeto da história. Nesse sentido, se reconhece que a prática é uma importante ferramenta, pois somente ela é capaz de aproximar conhecimento e realidade. Esse conhecimento precisa ser visto não apenas como fim último para o mercado de trabalho, mas como um intermediador de cidadania que aproxima os indivíduos do reconhecimento e do exercício de seus direitos. Para tanto, precisa capacitar o sujeito a exercer sua profissão de forma cidadã, uma vez que não basta que se use o conhecimento apenas para olhar a realidade; é necessário que a transforme por meio da inovação e reinvenção. (FREIRE, 2006).

3 O “Movimento Tratado Cidadão”

O MTC nasceu em 2010, por iniciativa de um grupo de professores de Ensino Superior de Santa Maria, para aproximar o diálogo entre IESs, sociedade e instituições prestadoras de serviços, a fim de recriar o elo entre os saberes científicos e os saberes práticos, entendendo a importância de formar não só profissionais especializados e produtores de conhecimento, como também cidadãos atentos às demandas contemporâneas.

De acordo com esse tratado (2014), o movimento tem como objetivo geral sensibilizar a sociedade organizada e os cursos superiores do Município de Santa Maria e região para a construção de uma proposta de caráter social, econômico e político, visando a aprimorar a coerência entre a formação de profissionais e as necessidades da sociedade, e como objetivos específicos:

- reunir a sociedade organizada e os cursos superiores do Município de Santa Maria – RS e região para a construção de uma proposta de caráter social, econômico e político;
- oportunizar a todos os estudantes, durante a graduação, e conhecimento e o desenvolvimento de estudos sobre o mercado de trabalho onde pretendem atuar;
- proporcionar interação entre os cursos superiores e a sociedade, durante a graduação, aos futuros profissionais, tendo a sociedade como objeto de estudo;
- estimular a produção e a divulgação irrestrita dos trabalhos produzidos nessa interação; e
- implementar a proposta com acompanhamento, avaliações, revisões e ajustes para uma melhoria contínua do processo em desenvolvimento nessa interação.

Para atingir seus objetivos, o movimento propõe ações de corresponsabilidade entre a sociedade organizada e os cursos superiores da cidade e região. O foco principal é formar profissionais de nível superior com competências para conhecer, reconhecer e, principalmente, vivenciar as necessidades da sociedade e do mercado nos quais estão prestes a ingressar, oferecendo condições de sobrevivência ética ao prestar serviços adequados às necessidades postas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida social, seja individual, seja coletiva.

4 Metodologia da ação

Diante do exposto, o projeto de extensão “Divulgação das atividades desenvolvidas pelo Movimento Tratado Cidadão na comunidade acadêmica de Santa Maria – RS” foi formulado e desenvolvido por um grupo de pesquisadores do curso de Administração de Empresas UFSM, com a participação de docentes e discentes, com o intuito de esclarecer a proposta do movimento e aumentar a participação da comunidade acadêmica nesse processo.

Para tanto, os objetivos do projeto de extensão foram buscados a partir da seguinte metodologia:

- a) formação de um grupo de estudos composto de alunos e docentes que tinham interesse em desenvolver as ações definidas;
- b) mapeamento e elaboração das ações que seriam realizadas com os alunos;
- c) realização de reuniões para levantamento de informações e definição das etapas a serem seguidas;
- d) auxílio na divulgação das atividades a serem realizadas pelo tratado, nos cursos superiores e na sociedade em geral de Santa Maria, como forma de ampliar a participação desses no movimento;
- e) participação nas reuniões semanais do grupo “Movimento Tratado Cidadão” de, pelo menos, um bolsista vinculado ao projeto de extensão;
- f) elaboração de material para divulgação do tratado na UFSM;
- g) realização de seminários ou palestras para esclarecimento e divulgação do processo e dos resultados obtidos;
- h) busca de novos parceiros dentro da comunidade de Santa Maria;
- i) inclusão do MTC no projeto “Ciclo de Debates do Curso de Administração da UFSM”;
- j) auxílio por parte das universidades na promoção de fóruns públicos para apresentação dos trabalhos produzidos na prática durante os cursos de graduação;

k) auxílio na criação do evento “Mérito Tratado Cidadão” para entrega de premiação aos melhores trabalhos; e

l) divulgação dos trabalhos acadêmicos que participarem dos fóruns, anuais ou semestrais, abertos ao público.

Por meio dessa metodologia, pretendeu-se exercitar a percepção do perfil cidadão nos futuros profissionais, proporcionando aos alunos a oportunidade de se engajarem na construção de uma proposta que visa a aprimorar a coerência entre a formação de profissionais e as necessidades da sociedade. Além disso, procurou-se sensibilizar os alunos por meio da aproximação dos cursos superiores com as instituições empresariais, proporcionando aos estudantes de graduação o conhecimento das experiências práticas em uma organização, relatadas no movimento.

5 Análise e discussão dos resultados

O MTC iniciou suas atividades externamente com um grupo de três professores aposentados da UFSM, com o objetivo de sensibilizar a sociedade organizada e os cursos de Ensino Superior de Santa Maria, para a construção de uma proposta permanente de caráter social e econômico, visando a aprimorar e alinhar as demandas do mercado com a formação de profissionais.

Ao longo desses dois anos de realização do projeto de extensão, conseguiu-se a adesão de duas bolsistas, uma do curso de Administração de Empresas e outra do curso de Economia da UFSM, bem como de docentes e demais pesquisadores interessados. Isso possibilitou a sensibilização e divulgação do movimento dentro da comunidade acadêmica de Santa Maria – RS e região, auferindo com isso a inclusão de outras IESs da cidade, além da UFSM, como a Faculdade de Direito de Santa Maria (Fadisma), a Faculdade Metodista de Santa Maria (Fames), a Faculdade Palotina (Fapas), a Faculdade Integrada de Santa Maria (Fisma), o Centro Universitário Franciscano (Unifra), a Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e a Faculdade Antonio Meneghetti (AMF). Destacam-se, dentre os cursos inseridos no movimento, a participação mais expressiva, dos de principalmente, Administração, Direito, Comunicação Social, Engenharias e Enfermagem.

Com o intuito de alcançar os objetivos traçados para o projeto de extensão, é realizada uma reunião semanal do movimento, sempre com a participação dos três professores aposentados voluntários e das duas alunas bolsistas, que auxiliam os professores do projeto na divulgação e ações nas universidades de Santa Maria e região, bem como à sociedade organizada. Evidencia-se que essas reuniões são abertas ao

público, ou seja, todos que têm interesse no projeto podem participar, variando o número de participantes a cada encontro.

A partir da elaboração e realização do projeto de extensão em parceria com o curso de Administração de Empresas da UFSM, nos anos de 2013 e 2014, o MTC alcançou diversos objetivos, que serão descritos a seguir.

➤ Fórum Público do MTC

Nos fóruns públicos são apresentados os trabalhos finais de graduação dos alunos de Santa Maria. Contudo, sempre antes da realização de cada fórum, é realizada uma divulgação nas IESs da cidade e região, com o intuito de sensibilizar as mesmas a convidarem seus alunos a participarem do evento.

O fórum público é um espaço organizado para apresentação oral dos trabalhos de cunho prático produzidos pelos estudantes durante o curso de graduação nas IESs de Santa Maria e região, que oportuniza a análise do processo de aproximação entre IESs e organizações de produção e/ou prestação de serviços, assim como exercita a percepção do perfil cidadão.

A realização dos fóruns públicos tem como objetivo: criar espaço para apresentação dos trabalhos orientados de cunho prático dos estudantes, realizados durante a graduação; dar conhecimento à sociedade dos trabalhos que estão sendo realizados durante a graduação; identificar variáveis que facilitam e dificultam o processo de aproximação entre escola e serviço; e exercitar a percepção da formação de cidadania.

Os alunos que demonstram interesse em participar devem fazer sua inscrição no *site* com um resumo de seu trabalho. No fórum público, os alunos apresentam seus trabalhos para uma mesa conselheira que é composta por professores, alunos e profissionais, sendo que cada componente da mesa recebe uma ficha para avaliação da apresentação do aluno. No final de cada apresentação, a mesa dialoga com o apresentador e com o público que está assistindo para um melhor entendimento dos trabalhos. Por fim, cada discente ganha um certificado de participação no projeto que é entregue pelos membros da mesa conselheira.

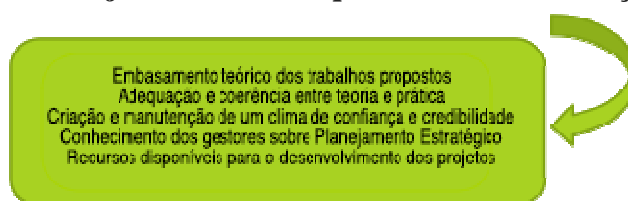
Esses fóruns, além de permitirem essa aproximação (universidade-sociedade-empresa), também possibilitam a sinalização de variáveis que facilitam e/ou dificultam o processo de aproximação e, principalmente, a existência de um perfil cidadão. Dentre as possíveis deficiências que podem ocorrer nesse processo de ensino/extensão, por exemplo, foram sinalizadas: a necessidade de aprimorar e enfatizar o estudo da disciplina de Planejamento Estratégico nos cursos envolvidos com o movimento, bem

como foi apontada também a falta de comunicação entre o orientador e o preceptor do aluno em seu local de estágio.

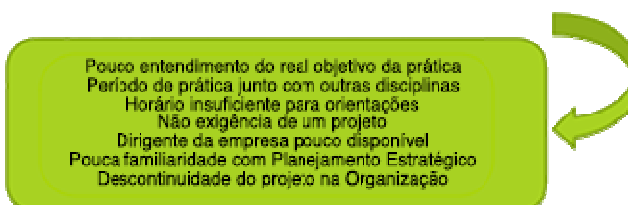
Além dessas, foram identificadas outras variáveis que facilitam ou dificultam o processo de aproximação entre IESs e organizações produtoras e/ou prestadoras de serviços, sendo estas apresentadas na Figura 1.

Figura 1 – Processo de aproximação entre IESs e as organizações

Variáveis já identificadas que facilitam a interação



Variáveis já identificadas que dificultam a interação



➤ Mérito Tratado Cidadão

Após a apresentação de todos os trabalhos, os avaliadores se reúnem para decidir a quem conceder o “Mérito Tratado Cidadão”. Esse é uma premiação criada como forma de reconhecimento aos estudantes que melhor pontuaram no “Perfil Cidadão”, na percepção dos componentes da mesa conselheira.

O Perfil Cidadão leva em consideração indicadores para sua medição na sequência lógica do exercício da cidadania:

- capacidade de perceber o contexto;
- demonstração de senso crítico-reflexivo;
- atitude propositiva; e
- disposição para efetivar ações.

➤ Divulgação do MTC

Com o intuito de difundir as ações do MTC, foram construídos o *site* do movimento e uma página na rede social *Facebook*. De acordo com Rosa e Kamimura (2012), as mídias sociais têm evoluído muito nos últimos anos, sendo considerada uma ferramenta de grande utilidade para a divulgação e difusão de informações.

Além disso, em 2014, o MTC, com o apoio do curso de Comunicação Social da UFSM, construiu uma propaganda para melhor explicar o movimento, a qual foi vinculada na mídia televisiva. Essa forma de mídia é considerada por Lopes e Lisboa Filho (2010), como uma mídia de alto alcance, de fácil acessibilidade e de impacto na população brasileira, sendo que 91% das famílias no Brasil possuem aparelho de televisão.

A apresentação do MTC foi incluída também no projeto “Ciclo de Debates do Curso de Administração da UFSM”, com o intuito de buscar uma melhor compreensão e divulgação do movimento e o engajamento dos parceiros existentes.

Ainda, em 2013 e 2014, o projeto de extensão vinculado ao curso de Administração de Empresas da UFSM foi apresentado em alguns eventos científicos da cidade de Santa Maria, como na Jornada Acadêmica Integrada (JAI) e Mostra Acadêmica do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM.

➤ **Parcerias estabelecidas**

Durante 2013 e 2014, foram feitas diversas palestras nas IESs da cidade de Santa Maria e região, resultando no contato e na formação de novas parcerias, como com a Associação dos Estudantes de Administração (Aead), a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (Adesm), a Associação dos Jovens Empreendedores de Santa Maria (Ajesm), a Associação dos Professores Universitários de Santa Maria (Apusm), a Aiesec, Laboratório Social, a Incubadora Social da UFSM, entre outros.

Essas parcerias possibilitaram o encaminhamento do projeto “Construção e divulgação de atividades voltadas para o fortalecimento da cidadania e inovação social em IES de Santa Maria e região em parceria com o Movimento Tratado Cidadão”, como forma de conseguir financiamento e auxiliar na subsistência do movimento.

6 Considerações finais

Como se pôde observar, existem indícios empírico-analíticos da existência de desconpassos entre a dinâmica das necessidades da sociedade e a formação de profissionais. Nesse desconpasso necessidade/formação, percebe-se uma fragilidade na dimensão *formação cidadã*, prevista nas DCNs do MEC para os cursos de graduação de todo País.

O MTC surge, então, como um catalisador para facilitar o processo de interação universidade-sociedade-empresa, concebendo métodos, identificando variáveis, propondo referenciais e se envolvendo em ações necessárias para essa aproximação.

Ressalta-se que o objetivo do presente estudo: relatar as ações desenvolvidas no projeto de extensão “Divulgação das atividades desenvolvidas pelo Movimento Tratado Cidadão na comunidade de Santa Maria/RS”, com o intuito de divulgar e esclarecer a proposta do movimento, aumentando a participação da academia no processo de aproximação universidade-sociedade-empresa, foi alcançado com base nos resultados expostos, tais como: maior participação dos cursos de graduação das IESs da cidade e região no projeto; participação de duas bolsistas do projeto de extensão nas reuniões semanais do MTC; auxílio na realização dos fóruns públicos, bem como na elaboração do material de divulgação do mesmo; busca de parceiros para o projeto, criação do “Mérito Tratado Cidadão”, entre outros.

Diante disso, evidencia-se que, o MTC tem como metas futuras ampliar suas ações dentro da comunidade acadêmica de Santa Maria e região, incluindo a participação de novos cursos dentro da academia, bem como realizar mais fóruns públicos para que se oportunize a análise do processo de aproximação das IESs com as organizações de produção e/ou prestação de serviços.

Além disso, pretende-se continuar e ampliar a divulgação do movimento, por meio da produção de trabalhos acadêmicos sobre o projeto e apresentação em congressos científicos. Para tanto, cabe destacar que o movimento está encaminhando um projeto para institucionalização à UFSM.

Referências

- BRASIL. MEC. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília, 2001.
- BRASIL. MEC. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases*. Brasília, 1996.
- CHAUÍ, M. S. A universidade pública sob nova perspectiva. *Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Anped*, Poços de Caldas, 2003.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- LOPES, I. G.; LISBOA FILHO, F. O merchandising na telenovela: a trama (publicitária) de *A Favorita*. *INICIACOM – Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social*, v. 2, p. 1-13, 2010.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Biotempo, 2008.
- ROSA, G. R.; KAMIMURA, Q. P. O poder das redes sociais: uma nova abordagem. In: INTERNATIONAL CONGRESS UNIVERSITY INDUSTRY COOPERATION, 4., 2012, Taubaté. *Anais...* Taubaté, 2012.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MOVIMENTO Tratado Cidadão. Disponível em: <<http://tratadocidadao.com.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

“Transformando Vidas”: geração de trabalho e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social

Vânia Medianeira Flores Costa ^{*} – Rita de Cássia Trindade dos Santos ^{**}
 Andressa Schaurich dos Santos ^{***} – Gean Carlos Tomazzoni[#]
 Lucas Almeida dos Santos^{##} – Talita Gonçalves Posser^{###}

Resumo: O presente estudo, desenvolvido em um município da Região Central do Rio Grande do Sul, tem por objetivo relatar as experiências vividas por meio do projeto “Transformando Vidas”, para a inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio da geração de trabalho e renda. Esse projeto, construído a partir de um grupo de estudo formado por alunos e docentes do curso de Administração de Empresas, conta com a participação de 17 moradoras da comunidade local, com o qual são realizadas reuniões para a sistematização de atividades que sejam pertinentes à realidade em que se encontram. O acompanhamento e a mensuração dos resultados obtidos com o projeto possibilitaram a identificação de oportunidades para a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, por meio de oficinas como arteculinária, artesanato e estética. Os produtos desenvolvidos nessas oficinas resultaram em geração de trabalho e renda às participantes, bem como a inclusão das mesmas no contexto socioeconômico em que vivem.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social. Geração de trabalho e renda. Mulher empreendedora. Mercado de trabalho.

Abstract: This study, developed in a town in the Central Region of Rio Grande do Sul, aims to report the experiences through the project "Changing Lives" for the socio-economic inclusion of women in situations of social vulnerability by creating work and income. This project, constructed from a study group formed by students and course teachers of Directors, with the participation of 17 residents of the local community in which meetings are held for the systematization of activities that are relevant reality in which found. Monitoring and measuring the results obtained from the project enabled the identification of opportunities for the integration of women into the labor market through workshops and artcooking, crafts and aesthetics, that through the products developed in these workshops resulted in generation employment and income for participants, as well as the inclusion in socio-economic context in which they live.

Keywords: Social vulnerability. Generating employment and income. Enterprising woman. Labor market.

^{*} Doutora em Administração de Empresas. Professora no Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* vani.costa@ufsm.br

^{**} Aluna no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* ritasantos@mail.ufsm.br

^{***} Mestre em Administração de Empresas. Doutoranda em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* dessoaschaurich@gmail.com

[#] Bacharel em Administração de Empresas. Mestrando em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* gean.tomazzoni@mail.ufsm.br

^{##} Bacharel em Ciências Contábeis. Mestrando em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* luksantos@gmail.com

^{###} Aluna no curso de Administração de Empresas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* talitaposser-@hotmail.com

1 Introdução

O acesso ao mercado de trabalho torna-se cada vez mais seletivo devido às exigências de formação acadêmica e ao nível de experiência esperado de profissionais que possuam algum diferencial. É nesse contexto que o fenômeno da exclusão social torna-se frequente em diferentes segmentos da classe trabalhadora, uma vez que, devido à precarização do trabalho, o crescimento do temporário e subcontratado conduz a uma fragilização das condições de vida. (MAIA; CESAR, 2008). Nessa conjuntura, os autores supracitados elucidam que o processo contemporâneo de formação e inserção no mundo do trabalho tem sido impactado de forma central pela incerteza que o mesmo oferece. Diante disso, o grande desafio consiste em pensar programas e projetos que capacitem para a qualificação e geração de trabalho e renda.

Situando especificamente a realidade da mulher nesse contexto, Carloto e Gomes (2011) apontam que o trabalho feminino foi colocado em pauta, atualmente, com a crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho, sendo que um dos principais elementos que fomentam a discussão é o fato de as mulheres estarem em uma situação desigual em relação aos homens, no que diz respeito aos salários. Tal fato, aliado à questão da dupla jornada exercida pela mulher, constituem elementos que aparecem para discussão sobre o lugar assumido por elas no mundo do trabalho, os quais estão relacionados às possibilidades que possuem de enfrentamento dos riscos sociais e situações de vulnerabilidade agravada pela situação de pobreza.

As famílias chefiadas por mulheres, dentro das camadas mais pobres da população, geralmente, estão associadas a situações de vulnerabilidade econômica, já que a mulher, por vezes, como único membro adulto, torna-se provedora e, além dos cuidados inerentes à maternidade, assume funções domésticas, vinculando-se muitas vezes a trabalhos malremunerados em tempo parcial ou intermitente, tendo maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família. (CARVALHO, 1998). Mediante o exposto, o presente estudo – que parte de um enlace entre teoria e prática – tem por objetivo relatar experiências vividas através do projeto “Transformando Vidas” para a inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio da geração de trabalho e renda em um município da Região Central do Rio Grande do Sul.

O presente estudo justifica-se, teoricamente, por contribuir com a temática da geração de trabalho e renda do ponto de vista da aprendizagem e prática do processo de administrar pequenos empreendimentos com o público-alvo. Já sob o ângulo prático, por buscar ser instrumento de inclusão social e econômica, possibilita ao público o desenvolvimento de suas capacitações, geração de trabalho e renda, contribuindo para sua subsistência e autonomia. Por outro lado, a integração entre docentes e discentes,

por meio do desenvolvimento e acompanhamento de atividades de extensão, aliada ao contato com realidades para além do espaço acadêmico, dentre elas a de comunidades carentes, desafia a operacionalizar os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Dessa forma, ações como as desenvolvidas colaboram para a formação do aluno e vem ao encontro de um dos grandes eixos da Política Nacional de Extensão Universitária (2012), que é a de contribuir para que a extensão universitária seja parte da solução de grandes problemas sociais do País.

Para melhor explanação, o presente estudo aborda, na sequência, algumas considerações iniciais sobre a fundamentação teórica no que diz respeito à geração de trabalho e renda, à vulnerabilidade social e à situação da mulher. Após, são colocados a metodologia da ação, o relato de experiência do projeto “Transformando Vidas” e as considerações finais.

2 Fundamentação teórica

No intuito de compor um arcabouço teórico, optou-se por subdividir este capítulo em duas breves seções sobre a temática, nas quais se fundamenta a proposição desse projeto: geração de trabalho e renda, vulnerabilidade social, e a situação da mulher.

2.1 Geração de trabalho e renda

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2005, p. 18) define, em seu documento sobre geração de renda, o conceito da mesma: “A possibilidade de criação de força de trabalho que por sua vez gerará renda ao trabalhador.” Nessa lógica, a qualificação profissional capacita o trabalhador para fazer frente às necessidades do mercado de trabalho, levando em consideração as suas próprias características. Segundo a organização, essa é uma das formas mais eficazes de redução do desemprego, de combate à pobreza e à violência, além de favorecer a produtividade, a qualidade e a competitividade.

Conforme exposto por Maia e Cesar (2008), é possível identificar uma inserção crescente no mercado de trabalho, por meio de experiências de trabalho no campo da informalidade devido às propostas implementadas em Organizações não Governamentais e Governamentais (ONGs) para enfrentamento do desemprego. Essas iniciativas são fundamentais para a minimização dos efeitos econômicos e sociais vindos das constantes mudanças em curso, além de contribuírem para propostas de reinclusão social na afirmação do desenvolvimento com cidadania.

Nesse sentido, os autores explicam a importância da adoção de um padrão de desenvolvimento que valorize as iniciativas locais, suas características específicas e,

sobretudo, impulse o resgate das potencialidades existentes, como parte das estratégias de enfrentamento da pobreza e dos problemas dela decorrentes. Outrora, Filho (1998) já destacava que a criação de alternativas de qualificação que atendam ao mercado, produzam, distribuam riqueza e que ainda possam ser desenvolvidas por pessoas com nível de qualificação insuficiente é uma urgência, visto que, enquanto não se consegue aumentar a escolaridade da População Economicamente Ativa (PEA), é preciso encontrar alternativas de ocupação que garantam sua sobrevivência.

Segundo orientações da OIT (2005), a implantação de um programa de geração de renda e capacitação profissional deverá seguir uma estratégia denominada Qualificação Profissional Vinculada à Demanda Local. Para isso, são necessárias algumas etapas: a) identificação e avaliação de oportunidades de geração de renda; b) desenvolvimento do plano de negócios; c) determinação e captação dos recursos necessários; e) capacitação da equipe envolvida; f) abertura e gerenciamento do negócio criado; e g) assessoria profissional até a estruturação do negócio.

Partindo do pressuposto de uma teoria da empregabilidade/sustentabilidade, o desenvolvimento de oficinas de capacitação para usuários atendidos por programas e projetos de geração de renda são como um passaporte à reinserção no mercado restrito de trabalho ou para o trabalho autônomo. (MAIA; CESAR, 2008). Na atual conjuntura, esses são considerados estratégias de enfrentamento do desemprego, assumindo diversas configurações no chamado campo das políticas de inclusão social como uma ação emergencial.

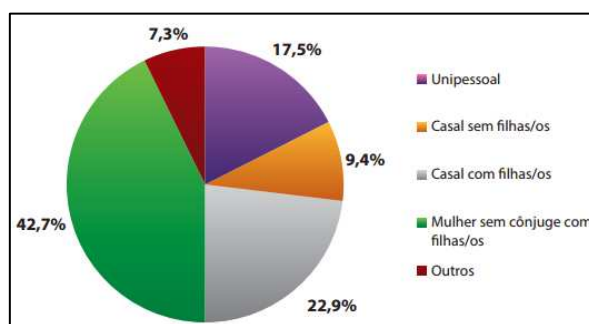
2. 2 Vulnerabilidade social e a situação da mulher

Embora a vulnerabilidade social seja um conceito de recente formulação, há um consenso entre os autores que estudam essa temática de que essa abrange inúmeras dimensões, a partir das quais podem-se identificar situações de vulnerabilidade de indivíduos, famílias ou comunidades. Essas dimensões estão ligadas a características tanto de indivíduos e grupos quanto do meio social no qual estão inseridos. (PADOIN; VIRGOLIN, 2010).

É importante compreender que, quando se fala em vulnerabilidade social, aponta-se a um estado no qual grupos ou indivíduos se encontram, destituídos de capacidade para ter acesso a equipamentos e oportunidades sociais, econômicas e culturais, oferecidos pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. A falta de acesso a elementos considerados fundamentais para o desenvolvimento de recursos materiais e socioculturais, como: educação, lazer, trabalho e cultura, colabora para aumentar a situação de vulnerabilidade social. (PADOIN; VIRGOLIN, 2010).

Um estudo realizado pelos autores Pinto et al. (2010) aprofunda a temática da mulher em situação de vulnerabilidade social dentro da condição feminina de chefe de família e revela que, nos últimos anos, tem ocorrido um crescimento significativo de famílias monoparentais, em especial daquelas em que a mulher assume a chefia do domicílio. Em estudo realizado pelo IBGE (2009), demonstrado no documento “Síntese dos Indicadores Sociais”, apresentam-se dados estatísticos, referenciados entre os anos de 1998 e 2008, que ratificam um significativo aumento de mulheres nessa condição, tendo um aumento de 25,9% para 34,9%. Já em 2014, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM, 2014), refere que, em 2012, em quase 38% dos domicílios brasileiros, a mulher é tida como a pessoa de referência, ou seja, é responsável pelos seus membros. Os dados de forma mais específica são apresentados no Gráfico 1.

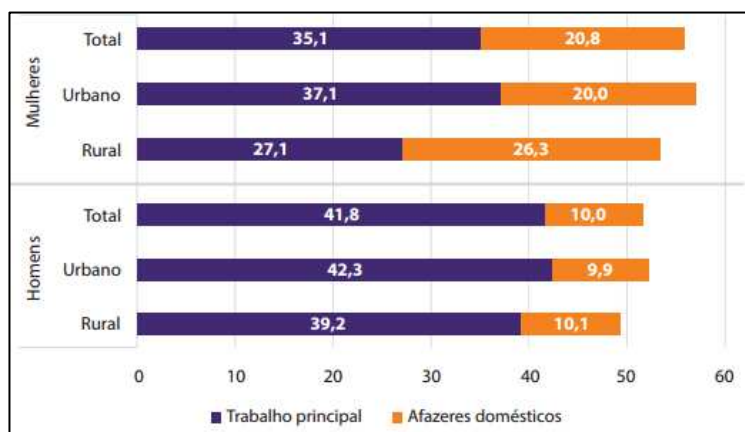
Gráfico 1 – Distribuição percentual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino por tipo de família: Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2012), entre as famílias chefiadas por mulheres, 42,7% eram compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos em contrapartida; o percentual de famílias chefiadas por homens nessa mesma situação era de 3,5%. Além disso, quando somadas as famílias formadas por casais com filhos, o percentual vai para 65,6%. Isso demonstra o quanto a mulher ainda assume, em grande parte, o papel social do cuidado de seus dependentes de forma mais incidente que os homens. Em relação à jornada de trabalho, quando somada ao tempo dedicado aos afazeres domésticos, a mulher desenvolve uma jornada total superior à dos homens, conforme detalha o Gráfico 2 com diferenciações entre o setor rural e o urbano.

Gráfico 2 – Média de horas semanais trabalhadas no trabalho e em afazeres domésticos por sexo, segundo a situação do domicílio: Brasil – 2012



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2012.

Pelo exposto no Gráfico 2, a jornada total das mulheres, considerando o tempo dedicado ao trabalho principal juntamente com os afazeres domésticos é de mais de 55 horas semanais, superior à jornada total dos homens de mais de 51 horas semanais. Tal diferença se acentua quando analisado o meio urbano, em que as mulheres passam a ter uma jornada total de, aproximadamente, 57 horas semanais em relação aos homens com 52,2 horas. Quando analisado o vínculo empregatício entre as mulheres, 28,4% possuem carteira assinada contra 71,6% que a têm já entre os homens, o percentual de carteira assinada aumenta para 50,2% e os que não possuem atinge 49,8%. (IBGE, 2012). Isso demonstra que, algumas vezes, há uma estreita relação entre chefia feminina e pobreza em consequência da ocupação de postos de trabalho com baixa remuneração e vinculação a atividades informais, estando a mulher mais sujeita às oscilações do mercado de trabalho do setor informal. (PINTO et al., 2010).

3 Metodologia da ação

O projeto de extensão “Transformando Vidas” oferece oficinas de aprendizagem e profissionalização para mulheres em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de contribuir para a geração de trabalho e renda. Para execução do projeto, procedeu-se à formação de um grupo de estudo, composto de alunos e docentes do curso de Administração de Empresas da UFSM com interesse em participar de um projeto voltado a um público social e economicamente carente, em um bairro periférico de um município localizado na Região Central do Rio Grande do Sul.

Dentre as atividades desenvolvidas no primeiro ano, estão reuniões de integração entre alunos, professores e público-alvo, conhecimento da realidade local e

planejamento conjunto da execução do projeto de acordo com as necessidades e disposições das participantes. Após a sistematização das oficinas de interesse, foi realizada a busca por oficinairos e assessoria, bem como articulação com a comunidade local em relação à infraestrutura e aos materiais necessários. Todas as oficinas foram realizadas no espaço do Centro Social Comunitário São Francisco de Assis do bairro.

No que diz respeito à avaliação das atividades e ações do projeto, tem-se a descrição dos indicadores tanto em nível de público-alvo quanto acadêmico, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Avaliação das atividades e ações do projeto de extensão

Indicadores de avaliação do nível do grupo de mulheres	Indicadores de avaliação em nível acadêmico
Mapeamento das necessidades e potencialidades das atividades a serem desenvolvidas com o grupo de mulheres do município em foco.	Qualificação de pesquisadores e alunos.
Aumento da corresponsabilidade e parceria a partir de uma maior integração entre a universidade e a comunidade local.	Vivência prática das dificuldades e facilidades enfrentadas nas atividades realizadas de cunho social.
Implementação das oficinas de aprendizagem para geração de trabalho e renda.	Estímulo ao desenvolvimento de projetos de cunho social e aproximação comunidade <i>versus</i> universidade.
Apresentação dos resultados do projeto nas atividades administrativas.	Ampliação dos conhecimentos sobre ações sociais e abertura das empresas para realização de estágios supervisionados e atividades de extensão.
Demandas de outras iniciativas envolvendo a universidade e o corpo discente participante do projeto.	Socialização das experiências obtidas com as ações a outros projetos em vigor.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que tange à complementação das oficinas de profissionalização, está prevista a realização de seminários sobre gestão financeira, visando ao esclarecimento de questões técnicas para venda dos produtos elaborados. Além disso, pretende-se elaborar um mapeamento de potenciais espaços que favoreçam a comercialização para geração de trabalho e renda ao público-alvo.

4 Público-alvo e oficinas de aprendizagem para geração de trabalho e renda: relato de experiência

O projeto “Transformando Vidas” destinou-se a mulheres em situação de vulnerabilidade social, moradoras em um bairro periférico de um município localizado na Região Central do Rio Grande do Sul. O bairro é formado por uma população advinda de diversas áreas da cidade por motivos diversos de (re)alocação de moradia. Muitas dessas famílias dividem a mesma casa ou terreno, revelando deficiências

econômicas e financeiras que impedem uma vida digna e a garantia das necessidades básicas, como: moradia, saúde, alimentação e educação. Essas carências, dentre outros fatores, contribuem para a marginalização e os altos índices de criminalidade frequentemente noticiados pela mídia local.

Conforme percebido, a maioria das famílias não tem renda fixa e se constitui de diaristas, recicladores, pintores, construtores civis e serventes ou trabalhadores no comércio da cidade. Além disso, muitas pessoas não têm escolaridade adequada para suprir as necessidades das empresas; assim, parte da PEA vive desempregada ou, ainda, com baixa remuneração. A renda média familiar é de um a dois salários-mínimos, com Educação Básica incompleta o que dificulta a inserção no mercado de trabalho.

Nesse contexto, é grande o número de famílias chefiadas por mulheres que assumem, além da educação dos filhos e netos, a subsistência da família, tanto como provedoras principais, quanto como auxiliares nas despesas diárias. Assim, atingir especificamente esse público torna-se uma importante ferramenta de inclusão social e econômica, pois possibilitar a geração de trabalho e renda a essas mulheres contribui para sua emancipação, autoestima e sustento de suas famílias. Tal realidade gera a necessidade de desenvolvimento de ações sociais voltadas a pessoas economicamente carentes, a fim de proporcionar-lhes uma formação que conduza à autonomia e à qualificação profissional.

O bairro conta com o Centro Social Comunitário São Francisco de Assis, que dispõe de uma infraestrutura composta por salas, cozinha e um salão amplo. O espaço físico e a infraestrutura do Centro Comunitário contribuíram para o desenvolvimento das atividades do projeto. Após as reuniões de integração e planejamento, foram escolhidas pelas participantes as oficinas de arte-culinária e beleza estética, devido ao período de execução estar planejado para o segundo semestre, e o foco dos produtos elaborados foi para comercialização em período de datas festivas. No Quadro 2, tem-se a descrição das etapas das oficinas realizadas.

Quadro 2 – Atividades desenvolvidas no projeto

ATIVIDADE	OBJETIVO
Formação do grupo de professores e alunos interessados na atuação no projeto social;	Proporcionar aos alunos interessados atividade complementar à formação acadêmica para atuação em projeto de cunho social;
Reuniões semanais do grupo de estudo, envolvendo professores e alunos;	Planejar as etapas do projeto, contatos, divisão de tarefas, articulação, acompanhamento;
Inserção do grupo de alunos no espaço da comunidade local do público-alvo;	Integração entre a comunidade acadêmica, lideranças da comunidade local e público-alvo a ser atingido, proporcionando o conhecimento da realidade local;

Reuniões no Centro Social Comunitário com o grupo de mulheres do projeto;	Explanar sobre os objetivos de um projeto de extensão, bem como o papel da universidade na comunidade local; Planejamento conjunto das atividades e escolha das oficinas de interesse por parte do grupo de mulheres;
Busca de profissionais para dar assessoria nas oficinas de aprendizagem;	Proporcionar oficinas de qualidade para capacitação profissional das mulheres envolvidas.
Oficina de arteculinária: fabricação de panetones;	Capacitar o público-alvo para a fabricação, embalagem e venda de panetones, tendo em vista as datas festivas como aporte maior para sua comercialização;
Oficina de arteculinária: fabricação de <i>cupcakes</i> ;	Proporcionar os conhecimentos culinários necessários para fabricar, embalar e comercializar <i>cupcakes</i> ;
Oficina de arteculinária: fabricação de bolachas decoradas;	Proporcionar os conhecimentos culinários necessários para fabricar, decorar, embalar e comercializar bolachas decoradas;
Oficina de estética e beleza;	Disponibilizar às participantes orientações, práticas e aprendizado sobre estética e beleza; Proporcionar espaço de cultivo à beleza estética das participantes como forma de incentivar a autoestima.
Retomada das ações, oficinas e reuniões realizadas com o grupo de mulheres.	Avaliar o andamento do projeto, a satisfação do público envolvido, as demandas, melhorias e sugestões.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante das atividades propostas no Quadro 2, além da experiência gerada à comunidade acadêmica, o projeto “Transformando Vidas” contribuiu para a geração de trabalho e renda por meio da qualificação profissional do público envolvido. Para isso, todas as etapas foram desenvolvidas sistematicamente, pactuando desde a inserção do grupo de alunos do curso de Administração de Empresas da UFSM na comunidade local em que são desenvolvidas as atividades, até a explanação sobre as finalidades de um projeto de extensão, escolha das oficinas e captação de profissionais qualificados.

Os primeiros encontros entre os acadêmicos e o grupo de mulheres participantes deu-se por meio da integração e do relato de suas experiências vividas através de contextualização acerca da realidade local do bairro em que residem e as motivações de cada uma para participar do projeto. A possibilidade de trabalho e geração de renda por meio de oficinas de aprendizagem foi aceita com entusiasmo e responsabilidade diante (retorno de complementação da renda familiar) e da qualificação profissional.

Para a escolha das oficinas, foram discutidas diversas opções, tendo como critério a viabilidade econômica da execução de cada uma, a infraestrutura necessária, os materiais, a matéria-prima, o tempo e o potencial de comercialização dos produtos a serem elaborados ou serviços a serem prestados. Assim, o grupo de mulheres escolheu três oficinas, sendo elas: arte-culinária, fabricação de panetones, *cupcakes*, bolachas decoradas e oficina de estética e beleza.

Nas oficinas de arteculinária, as orientações dadas pela assessora compreendiam todos os elementos para fabricação de alimentos, como: o cuidado no uso de aventais, luvas e acessórios; o trato dos alimentos; a higienização dos materiais de uso; boas maneiras na cozinha; manuseio dos equipamentos e demais orientações necessárias. Nessas oficinas, primeiramente, foram distribuídas as receitas para cada uma das participantes e, após leitura atenta e explicação dos detalhes e segredos da fabricação, a assessora dava início à elaboração dos produtos, mostrando o passo a passo do procedimento de forma didática a todas as participantes.

A oficina de fabricação de panetões teve duração, aproximadamente, de seis horas e foi realizada em duas etapas: no primeiro momento, a assessora explicou sobre o uso correto dos ingredientes, quantidades, sabores, materiais de uso e explicações técnicas, durante as quais cada participante teve a oportunidade de fazer perguntas e tirar dúvidas ou corrigir erros que detectaram em suas práticas culinárias. No segundo momento, após a fabricação da massa e espera do tempo necessário, seguiram as orientações sobre o acondicionamento dos ingredientes restantes, a forma correta de embalar, o cuidado com a apresentação ao consumidor final e estratégias de apresentação do produto. Todas as mulheres participantes puderam provar o resultado da receita e avaliá-la a partir do próprio produto confeccionado, bem como a qualidade alcançada.

A oficina de *cupcakes* também teve duração aproximada de seis horas, tempo em que as participantes, com conhecimento maior sobre o uso de equipamentos, higiene e trato dos ingredientes, estavam mais integradas na dinâmica das oficinas, mantendo-se atentas a todas as orientações. Da mesma forma, a oficina de bolachas decoradas foi realizada com duração de seis horas. No término da confecção, houve degustação e retomada dos passos da receita para esclarecimento de dúvidas. Todas as oficinas oportunizaram às participantes, além de aprendizagem técnica, noções de quantidade de material, planejamento, custo, como apresentar os produtos da forma correta para venda e noções do trabalho em equipe. A assessora enfatizou o quanto é importante ter qualidade na fabricação de alimentos, o não desperdício de materiais e matéria-prima, o uso correto dos equipamentos e a higiene. Outras receitas também foram disponibilizadas com o uso de ingredientes para fabricação de produtos integrais, que possuem boa aceitação no mercado.

A oficina de beleza e estética foi realizada por um grupo de profissionais voluntárias sendo elas: manicure, cabeleireira e maquiadora. Em forma de rodízio, todas as participantes do projeto tiveram a oportunidade de aprender as técnicas utilizadas para cada uma das atividades, quando também puderam usufruir de seus resultados. Essa oficina, além de proporcionar a aprendizagem, também foi instrumento de melhora

da autoestima das participantes do projeto, contribuindo para sua motivação e valorização como mulher, recebendo ainda das profissionais algumas orientações de como cuidar da aparência. A oficina teve a duração seis horas, com horário alternado para cada participante.

A avaliação das atividades desenvolvidas nas oficinas foi realizada de forma específica ao término de cada uma, momento em que o grupo de mulheres expressava dúvidas, esclarecimentos adquiridos, aprendizagens e discutia a viabilidade dos produtos para comercialização, técnicas utilizadas e autoavaliação. No que tange à avaliação geral do projeto, cada uma das participantes partilhou da satisfação em relação ao aprendizado, trabalho em equipe e profissionalismo das assessoras. Todas as oficinas foram avaliadas como positivas para a geração de trabalho e renda pelas participantes que deram continuidade, especialmente à de arteculinária para comercialização em festas e feiras. Ademais, as mulheres sugeriram outras oficinas, quando solicitaram à continuidade do projeto para o ano seguinte.

5 Considerações finais

Segundo Sartori e Garcia (2012), a realidade familiar atual é resultado de uma série de transformações socioeconômicas e, com a mudança de alguns valores, a mulher passou a ser o eixo de sustentação da base familiar. Nessa perspectiva, mesmo os programas sociais consideram a mulher-mãe a responsável titular para o recebimento dos benefícios socioeconômicos. A mulher passa a ser vista, em sua grande maioria, como chefe de família e provedora do lar.

Diante dessa realidade, o projeto “Transformando Vidas” foi elaborado tendo em vista oportunizar a geração de trabalho e renda a mulheres em situação de vulnerabilidade social e, nessa conjuntura, todo o processo de estruturação das etapas do projeto foram discutidas e planejadas com as mulheres participantes de forma dialogada e democrática. Tal ação remete aos princípios da autogestão. Para Ferraz e Dias (2008) uma das características da autogestão, além da eliminação das hierarquias, é a participação direta de todos os envolvidos no processo decisório da organização.

Sobre a adesão do público-alvo formado especificamente por mulheres – desde há muito tempo, é evidenciado que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários tem um aumento significativo de iniciativas organizadas exclusivamente por mulheres se comparadas aos homens. (MTE, 2006). O último relatório publicado pela pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2014) sobre empreendedorismo no Brasil, revela que dos 23 milhões de empreendimentos em estágio inicial, a maioria deles (51%) são geridos por mulheres. Dessa forma, o trabalho realizado pelo projeto

“Transformando Vidas” mostra-se coerente com a realidade brasileira, pois que as mulheres possuem um potencial expressivo na atividade de empreender para a geração de trabalho e renda.

A comprovação de que as mulheres, de fato, possuem essa tendência, foi constatada durante a parte inicial do projeto. No planejamento conjunto das atividades, as participantes utilizaram como critério para a escolha das oficinas não só o seu gosto pessoal, mas também as possibilidades de concretizar a comercialização dos produtos a serem elaborados, visto que o projeto já se encontrava em andamento no segundo semestre do ano. Quanto às oficinas de arteculinária (com a fabricação de panetones, *cupcakes* e bolachas decoradas) essas foram escolhidas pelas mulheres em função das datas festivas de fim de ano.

Bulgacova et al. (2010) salientam que empreender é um processo experimental e social dentro de um contexto que transforma e é transformado pelo empreendimento que, de forma prática, atinge o indivíduo em suas habilidades para mudança do seu meio ou de si próprio. Existe, assim, uma interação entre histórias pessoais e das comunidades atingindo de modo paralelo o individual e o coletivo. Logo, empreender é considerado um meio alternativo de geração de trabalho e renda, característica presenciada no comportamento das participantes.

Com a avaliação positiva dada pelas mulheres participantes e a possibilidade de incremento na renda familiar, o projeto atingiu o objetivo proposto para o público-alvo. Somado aos benefícios oferecidos a comunidade local, o mesmo representou para os alunos a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos no curso, o que aperfeiçoa o processo de ensino e aprendizagem dos alunos e professores envolvidos com o projeto, além de outras habilidades profissionais e pessoais desenvolvidas com a execução do mesmo, tais como: comunicação, trabalho em equipe, liderança, motivação, comprometimento, responsabilidade social, entre outras.

As ações relatadas do projeto permanecem em andamento, com *feedback* e sugestões das participantes de novas atividades, que já estão sendo planejadas para sua continuidade: a disseminação de conhecimento para aproveitamento de materiais alternativos (recicláveis) em forma de artesanato, ações voltadas à educação ambiental e oficinas sobre gerenciamento, finanças, venda de produtos e trabalho em equipe.

Referências

BULGACOVA, Y. L. M. et al. Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente? *Psicologia Argumento*, v. 28, n. 63, p. 337-349, out./dez. 2010. Disponível em < www2.pucpr.br/reol/index.php/PA?dd1=3935&dd99=pdf >. Acesso em: 18 ago. 2015.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, n. 105, p. 131-145, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n105/08.pdf>> Acesso em: 3 jul. 2015.

CARVALHO, L. Família chefiada por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano 19, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.

SARTORI, E.; GARCIA, C. H. M. Políticas compensatórias *versus* emancipatórias: desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 2, mar./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v46n2/a05v46n2.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. *Organização & Sociedade*, v. 15, n. 46, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n46/05.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados*. Rio de Janeiro: 2012. CD ROM.

MAIA, L. V. S.; CESAR, T. F. Projetos de geração de trabalho e renda, uma inserção informal no mercado, sobre possibilidades de inclusão social. *Revista Eletrônica Novo Enfoque*, v. 7, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/files/07/12.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *I Conferência Nacional de Economia Solidária: Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Brasília: Senaes, 2006.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Geração de Renda*. (Coleção Boas Práticas e Lições Aprendidas). Disponível em: <http://white.oit.org.pe/ipecc/documentos/renda_generacion_br.pdf>. Acesso em: 1º jul. 2014.

PADOIN, I. G.; VIRGOLIN, I. W. C. A vulnerabilidade social como uma dificuldade à participação política. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2010, Cruz Alta. *Anais...* Cruz Alta, 2010. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20POL%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PINTO, R. M. et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Revista de Serviço Social e Sociedade*. n. 105, p. 167-179, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n105/10.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

POLÍTICA Nacional de Extensão Universitária. 2012. Disponível em: <<http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/2012-07-13-politica-nacional-de-extensao.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

RELATÓRIO Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam). 1. impr. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2015.

Comprometimento e entrenchamento na carreira de professores de Educação Profissional no Brasil

Lucimara Moro Stefanello* – Elizabeth Zanetti** – Vânia Medianeira Flores Costa***
 Laércio André Gassen Balsan**** – Andressa Schaurich dos Santos#
 Gean Carlos Tomazzoni## – Talita Gonçalves Posser###

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar o histórico da Educação Profissional, bem como a importância do comprometimento e entrenchamento na carreira desses professores, tendo como base autores que trabalham os temas. Classifica-se como um estudo exploratório cuja estratégia de pesquisa utilizada é a bibliográfica. Com o intuito de investigar a existência de publicações sobre os temas “Educação Profissional”, “Comprometimento com a carreira” e “Entrenchamento na carreira” foram realizadas buscas nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A partir da análise dos resultados, foi possível identificar a existência de trabalhos acerca da temática do comprometimento e entrenchamento com a carreira de professores do Ensino Superior, não sendo identificado nenhum trabalho referente à carreira dos professores do Ensino Profissional como campo de estudo. Logo, isso mostra a necessidade de publicações referentes ao estudo da relação entre “Ensino Profissionalizante” e “vínculos com a carreira”, ou seja, comprometimento e entrenchamento.

Palavras-chave: Educação Profissional. Professores. Comprometimento. Entrenchamento. Carreira.

Abstract: This study aims to analyze the history of Vocational Education as well as the importance of commitment and entrenchment in vocational teachers' career, based on authors that the themes work. It is classified as an exploratory study whose research strategy used is the literature. In order to investigate the existence of publications on the topics “Professional Education”, “Commitment to career” and “Entrenchment with career” searches were conducted on the basis Scientific Electronic Library Online (SciELO). From the analysis of the results was possible to identify the existence of studies on the theme of commitment and entrenchment with higher education teachers career and is not identified any work concerning the careers of vocational teachers as field of study. So this shows the need for publications related to the study of the relationship between “vocational education” and “attachment to career”, ie, commitment and entrenchment.

Keywords: Vocational Education. Teachers. Commitment. Entrenchment. Career.

* Licenciada em Pedagogia. MBA em Recursos Humanos pela UNINTER. E-mail: Lucimara75@hotmail.com

** Mestre em Engenharia da Produção UFSC, Especialista em Psicologia de RH-UNICAMP, Bacharel em Administração de Empresas-FESP. Especialista/EAD. Professor Adjunto da UTP. Orientadora de TCC UNINTER e UFPR.

*** Doutora em Administração. Professora do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: vani.costa@ufsm.br

**** Mestre em Administração. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: laerciobalsan@yahoo.com.br

Mestre em Administração. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: dessaschaurich@gmail.com

Bacharel em Administração. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gean.tomazzoni@mail.ufsm.br

Acadêmica do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: talitaposser@hotmail.com

1 Introdução

É perceptível nas organizações aquela visão histórica de compensar os empregados pelos serviços prestados, voltada apenas ao incentivo com valores monetários. Realidade que vem se moldando de modo diferente, nos últimos tempos, pois as pessoas passam a formar novos conceitos, não bastando mais apenas a remuneração pelo seu trabalho, trazendo aspirações de desenvolver carreira profissional nas empresas.

De acordo com Dutra (2006), as pessoas se vinculam a uma organização quando compreendem que ela acrescenta valor ao seu trabalho, tendo as empresas a necessidade de criar uma ligação entre suas expectativas e as das pessoas que nelas trabalham. Uma das maneiras de fortalecer esse vínculo é através da gestão de carreiras.

Diante dessa nova perspectiva, apresenta-se um novo cenário: as empresas sentem-se pressionadas a estabelecer uma gestão do processo de evolução dos profissionais nas organizações, as quais precisam encarar esse desafio como uma oportunidade para reter e ter profissionais motivados; em contrapartida, terá profissionais que trilham caminhos de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional dentro da empresa.

Esses anseios caracterizam os vínculos com a carreira que podem ser estudados tanto do ponto de vista da organização quanto dos seus colaboradores. Sabe-se que esses vínculos têm se tornado acentuados em decorrência das alterações no mundo do trabalho, a exemplo das mudanças advindas com a reestruturação organizacional, o aumento da percepção do trabalhador em relação à insegurança no trabalho e o crescimento da força de trabalho, visto que afetam a estruturação da carreira profissional. (ROWE; BASTOS, 2010).

É possível perceber, no ambiente dos negócios, a inquietação das empresas por terem que traçar meios de tratar desse novo contexto. É o caso das empresas voltadas ao Ensino Profissionalizante, objeto deste estudo, as quais vêm discutindo e procurando caminhos para desenvolver ações e encarar tal desafio, tendo como objetivo central proporcionar um processo de desenvolvimento de carreira de forma justa e transparente para seu quadro de pessoal.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o histórico da Educação Profissional, bem como a importância do comprometimento e do entrenchamento na carreira dos professores do Ensino Profissional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, cuja especificidade, segundo Frigotto et al. (2005), é a utilização de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros, artigos científicos e monografias.

A importância deste trabalho está implícita na necessidade de um olhar voltado aos professores que atuam no Ensino Profissional, que se encontra em franca expansão no País, pois se constitui num trabalho desafiador, submetendo os professores a diferentes regimes de trabalho, com variações também nas condições de atuar e de políticas organizacionais voltadas ao suporte e ao seu desenvolvimento.

Para tanto, o texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. A primeira trata de um breve contexto da Educação Profissional no Brasil; a segunda aborda os vínculos com a carreira: comprometimento e entrincheiramento; a terceira apresenta o método de estudo e, por fim, são descritas as considerações finais.

2 Educação profissional: breve contexto no Brasil

Segundo Kuenzer (2007), o Estado brasileiro assumiu a Educação Profissional em 1909, e criou 19 escolas de artes e ofícios em diferentes Unidades da Federação, com o intuito de preparar as gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo o mercado produtivo, na época dominado pela burguesia, formando profissionais advindos das camadas pobres da população.

A partir de 1930, aconteceu a consolidação de uma política de Educação Profissional que, de acordo com Saviani (2007), objetivava atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento ascensional da população urbana, na qual a Educação Profissional foi contemplada por intermédio das Reformas Capanema de 1942 e 1943, que resultou na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), na regulamentação dos ensinos industrial, secundário e comercial com as leis orgânicas, visando a atender às demandas oriundas da divisão social e técnica do trabalho organizado sob a égide do paradigma taylorista-fordista.

No ano de 1996, ocorreu uma nova configuração do Ensino Médio e a oferta de cursos profissionalizantes, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional passou a regulamentar o ensino por níveis. A nova LDB (Lei 9.394/1996) exige do Poder Público a obrigatoriedade do Ensino Médio, na qualidade de um direito do cidadão. A Educação Profissional, nos arts. 39 e 42, é concebida como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, de modo a conduzir “ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva”. (BRASIL, 1996, p. 67). No que se refere aos níveis, tem-se:

Quadro 1 – Níveis da Educação Profissional

Níveis	Tipos de educação	Alunos
Básico	Não formal	Por meios de programas de qualificação, certificação e requalificação independentemente de escolaridade prévia.
Técnico	Não formal	Destinado à habilitação para alunos egressos do Ensino Médio.
Tecnológico	Formal	Cursos de nível superior da Educação Profissional.

Fonte: Brasil (2004).

Conforme descrito no Quadro 1, a Educação Profissional compreende cursos complementares, como a especialização, o aperfeiçoamento e a atualização. O ensino técnico tem o caráter de complementaridade do Ensino Médio, ficando a critério do aluno realizar a parte específica da formação técnica sob duas modalidades: *concomitante* ao Ensino Médio, oferecida a quem ingressasse no Ensino Médio ou se já estivesse cursando, efetuando matrículas distintas para cada curso, ou *subsequente, para* quem já havia concluído o Ensino Médio. (BRASIL, 1996).

O Decreto 5.154/2004 regula o ensino de nível médio no Brasil trazendo princípios e diretrizes desse ensino integrado à Educação Profissional, de forma orgânica, num mesmo currículo.

A LDB, contida na Lei 5.692/1971, estabelece que o Estado do Rio Grande do Sul rompe com os paradigmas já existentes e apresenta, conjuntamente com a comunidade escolar, referencial que consolide uma Política Pública de Educação Profissional. A mesma deve estar articulada com a Educação Básica, voltada a uma formação científica, tecnológica, humanista, cidadã e do trabalho. Esses referenciais são diretrizes para a Educação Profissional no estado e os mesmos devem partir desses princípios para construir a proposta dos cursos técnicos.

Atualmente, a depender do ramo, é notória a carência de profissionais capacitados para atuarem no mercado de trabalho. Existe, em muitos segmentos, falta de mão de obra especializada, havendo mais oferta de vagas do que demanda de candidatos. Daí a importância do papel do curso profissionalizante; entregar ao mercado profissionais capacitados e preparados para os desafios profissionais.

3 Vínculos com a carreira: comprometimento e entrenchamento

3.1 Comprometimento com a carreira

O mundo do trabalho mudou para acompanhar as novas necessidades modernas, os profissionais trilham caminhos de capacitação, aprimoramento, especialização, buscando ingressar em boas oportunidades de trabalho, que venham a contribuir com a construção da tão sonhada realização profissional. Nesse contexto, Batista e Codo (2007) afirmam que as relações trabalhistas sofreram mudanças consideráveis no século

XXI, e que as particularidades do trabalho como ocorriam no século passado deixaram de existir. Desse modo, a carreira profissional tem seu cerne no indivíduo, que passa a ter a responsabilidade de gerir sua própria carreira.

Em face das mudanças no mundo do trabalho, os indivíduos dificilmente conseguem sustentação para o desenvolvimento de suas carreiras em uma única organização. (NUSSBAUM, 1991 apud CARSON; BEDEIAN, 1994).

Em se tratando de comprometimento com a carreira, segundo Bandeira et al. (2000), entende-se por um forte vínculo do trabalhador com sua carreira. Comprometimento trata-se de uma competência significativa para qualquer ramo de negócio; é ter pessoas que se comprometem em fazer acontecer, e junto vem o dinamismo, o entusiasmo, a qualidade e os resultados.

Cooper-Hakim e Viswesvaran (2005) definem o comprometimento com a carreira como dedicação ou compromisso de uma pessoa com sua profissão, ocupação. Assim, uma pessoa com alto comprometimento ocupacional se identifica fortemente e tem sentimentos positivos em relação à sua ocupação.

O comprometimento com a carreira envolve o desenvolvimento de objetivos de carreira, o que pode acontecer depois de vários empregos na vida profissional do indivíduo. Ao mesmo tempo, envolve a identificação do indivíduo com sua carreira, sendo a expressão de seus valores profissionais e vocacionais. Desse modo, um trabalhador que empregue energia, eficácia e persista em seus objetivos pessoais de carreira poderá ser considerado dono de alto nível de comprometimento. (GOULET; SINGH, 2002).

Existem profissionais que não possuem claras a direção e a carreira, por essa razão, acabarão não se identificando com as empresas e oportunidades. É claro que, se esse mesmo profissional ingressar em um modelo que ofereça um plano de desenvolvimento de carreira, poderá constituir o diferencial para atraí-lo e desenvolvê-lo.

O termo comprometimento é largamente usado de modo popular quando alguém se refere ao relacionamento de uma pessoa com outra, com um grupo ou organização. Na língua portuguesa, a palavra expressa uma ação ou ato de comprometer-se, sendo que o próprio ato de comprometer revela a idéia de obrigar por compromisso. (ZANELLI et al., 2004, p. 313).

De acordo com Goulet e Sing (2002), o comprometimento com a carreira envolve o desenvolvimento de objetivos de carreira, os quais podem acontecer ao longo de diversos empregos, através da vida profissional do indivíduo, envolvendo a identificação do mesmo com sua carreira, bem como a expressão de seus valores profissionais e vocacionais. Assim sendo, aquele profissional que persiste nos seus

objetivos poderá ser considerado possuidor de alto nível de comprometimento com a carreira.

Aqueles profissionais que, de antemão, estabeleceram seu projeto de desenvolvimento de carreira, certamente buscam colocações que venham a atender aos seus objetivos, ou seja, que ofereçam continuidade no seu crescimento profissional, diferentemente daqueles que não possuem e que precisam ainda encontrar o fator motivador, para se comprometerem com seus propósitos e, conseqüentemente, com os da empresa em que estiverem atuando.

Com o olhar voltado às empresas que despertam para este desafio: desenvolver internamente possibilidades de construção de carreira, Rowe e Bastos (2008) destacam que o cenário socioeconômico contemporâneo afeta não somente as organizações, mas também os indivíduos, o que resulta em impactos nos relacionamentos dos profissionais, inclusive no aspecto da construção de carreira. Diante dessa realidade, o compromisso com a carreira pode indicar significação e continuidade no trabalho aos indivíduos, uma vez que as organizações tornaram-se incapacitadas para prover a estabilidade no emprego contribuindo para o fato de a carreira representar o principal foco da vida de muitas pessoas.

3.2 Entrincheiramento na carreira

Em contrapartida, considerando a construção de carreira, de forma a geri-la constantemente, muitos profissionais, em certo momento de sua vida profissional, deparam-se com um entrincheiramento na carreira, que poderá comprometer tanto seus objetivos pessoais como o desempenho profissional na empresa.

A ideia de entrincheiramento, na visão de Rowe, Bastos e Pinho (2011), procura estabelecer um vínculo diferenciado em relação ao comprometimento, construído classicamente mais estudado. De acordo com Rodrigues et al. (2013), esse vínculo, considerado mais instrumental, foi proposto em função de inconsistências observadas por pesquisadores em relação à base de continuação do comprometimento, evidenciando-se a necessidade de se refletir sobre a maneira como o indivíduo atua em relação à sua empregabilidade e no contexto organizacional.

O entrincheiramento, de acordo com Rodrigues (2009) e Pinho et al. (2012), começou a ser tratado mais frequentemente na literatura a partir do estabelecimento de vínculo entre os profissionais e sua carreira, por meio de pesquisas realizadas por Carson e Bedeian (1994) e Carson, Carson e Bedeian (1995). Esses autores utilizaram a mesma base teórica aplicada ao comprometimento instrumental para fundamentar o construído, com início nas ideias apresentadas por Becker, em 1960. A partir da teoria de *side bets* [trocas laterais] desse autor, passa-se a considerar a base teórica do

comprometimento com a continuação como sendo pertencente à caracterização do vínculo de entrincheiramento estabelecido entre o indivíduo e sua carreira, pois essa está associada principalmente às ideias de investimento e persistência em curso de ação, aspectos extraídos dessa teoria. (ROWE, 2008).

Carson e Bedeian (1994) definem o construto de entrincheiramento com a carreira como sendo uma opção do indivíduo em continuar na mesma linha de ação profissional por falta de alternativas, pela sensação de perda de investimentos já realizados ou pela percepção de um preço emocional muito alto a ser pago em prol da mudança. Carson, Carson e Bedeian (1995) destacam que esse vínculo ocupacional pode ser definido também como um processo de estagnação na carreira, no qual o indivíduo não apresenta aspectos de adaptabilidade ou motivação para encontrar alternativas para seu desenvolvimento.

Tal vínculo consiste na percepção de perda de opções disponíveis com uma mudança de carreira ou opção em uma nova carreira, envolve custos emocionais, questões sociais e psicológicas associadas à ruptura de relações interpessoais que uma mudança traria. Esses autores propuseram três dimensões para o construto, apresentados resumidamente no Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões do entrincheiramento na carreira

Dimensões	Definição
Investimentos na carreira	Baseada nos estudos de Becker (1960), diz respeito a investimentos acumulados, como: dinheiro, esforço, tempo dedicado a treinamentos e ao alcance de uma melhor posição, entre outros que poderiam ser perdidos na busca de alternativas.
Custos emocionais	Também baseada nos estudos de Becker (1960), refere-se aos custos associados à mudança, como interrupção de relacionamentos interpessoais, redução de contatos no campo de atuação e perda de reconhecimento social, devido à renúncia do papel e do <i>status</i> profissional alcançados. A escolha por uma carreira é um compromisso assumido publicamente, portanto, sair desse compromisso pode custar muito.
Limitação das alternativas	Percepção de poucas oportunidades fora da carreira devido, principalmente, à especificidade dos conhecimentos desenvolvidos e à idade do profissional.

Fonte: Adaptado de Rowe (2008) e Rodrigues (2009).

As dimensões apresentadas no Quadro 2 referem-se aos aspectos que fazem com que o indivíduo permaneça em sua carreira mesmo não estando adaptado ou se sentindo desmotivado, não buscando, assim, novos meios que lhe possibilite desenvolver-se profissionalmente. Segundo Carson, Carson e Bedeian (1995), o entrincheiramento na carreira não é puramente definido por dimensões psicológicas, como é o caso do comprometimento com a carreira, mas de avaliações que o indivíduo faz a partir da

perspectiva de continuação e permanência em uma ocupação, sobretudo pelas recompensas extrínsecas associadas a uma carreira e pelas prováveis perdas relacionadas ao seu abandono. No entendimento de Carson et al. (1996), essa imobilidade presente no comportamento do indivíduo é desencadeada tanto pelos aspectos psicológicos como econômicos, tornando a mudança de carreira algo difícil de ser concretizado.

Ainda: outros fatores podem ser adicionados ao entrincheiramento como Carson et al (1995) citam: desejo de evitar estigma social, medo que a idade limite uma boa colocação, falta de desejo de deixar privilégios já adquiridos e medo de perder com a troca. Possivelmente, a razão disso tudo é que há uma indicação empírica de que pessoas que seguem carreiras tradicionais ganham mais ao longo da vida do que pessoas que trocam de carreira.

4 Procedimentos metodológicos

Este é um estudo exploratório cuja estratégia de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. Para Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa bibliográfica é um procedimento reflexivo, sistemático, crítico, que permite descobrir novos fatos, dados ou relações em qualquer campo do conhecimento. Da mesma forma, Silveira (2004) denomina tal procedimento como “revisão de literatura”.

Com o intuito de investigar a existência de publicações sobre os temas “Educação Profissional”, “Comprometimento com a carreira” e “Etrincheiramento com a carreira”, foram realizadas buscas nas bases SciELO.

5 Resultados

Foram realizadas buscas no banco de dados da base SciELO, sendo utilizadas as seguintes palavras-chave, bem como o uso do operador AND (e) para pesquisa: “ensino” AND “profissionalizante”, AND “comprometimento”, AND “entrincheiramento”, AND “carreira”. Por meio dessa pesquisa, não foi localizado nenhum artigo que tratasse da relação entre as temáticas, reforçando a necessidade de serem desenvolvidas pesquisas sobre esses construtos no Brasil. Ressalta-se que a pesquisa com base nessas palavras foi realizada para todos os índices (ano, resumo, autor, financiador, periódico, título) na localidade “Brasil”.

Partiu-se, então, para uma busca mais ampla, ainda na base SciELO, utilizando as palavras: “comprometimento”, AND “entrincheiramento”, AND “carreira”, AND

“docentes”. Nessa segunda busca, foram encontrados três artigos sobre os tópicos pesquisados, apresentados no Quadro 3:

Quadro 3 – Síntese dos artigos encontrados na busca na base SciELO

Título do artigo	Autores	Periódico e ano	Objetivo	Método	Resultados
Vínculos com a carreira e produção acadêmica: comparando docentes de IESs públicas e privadas	Diva Ester Okazaki Rowe Antonio Virgílio Bittencourt Bastos	Revista de Administração contemporânea 2010	Analisar a influência dos vínculos de comprometimento e entrincheiramento com a carreira na produção acadêmica do docente, inseridos nos contextos público e privado do Ensino Superior brasileiro	Quantitativo Análises descritivas, fatoriais e modelagem de equações estruturais	Quanto mais o professor investe tempo e dinheiro em sua carreira, maior será a sua produção acadêmica. Foram encontradas, também, diferenças na influência dos dois vínculos na carreira (produção acadêmica) entre IESs públicas e privadas.
Comprometimento e entrincheiramento na carreira: um estudo das influências no esforço instrucional do professor de Ensino Superior	Diva Ester Okazaki Rowe Antonio Virgílio Bittencourt Bastos Ana Paula Moreno Pinho	Revista de Administração Contemporânea 2011	<i>Identificar as relações que há nos vínculos de comprometimento e entrincheiramento com a carreira, com o esforço instrucional, definido como o empenho em qualificar a atividade de ensino e potenciar os resultados positivos dos discentes.</i>	<i>Quantitativo</i> <i>Análise exploratória, análise da qualidade da mensuração das e modelagem de equações estruturais</i>	O modelo com melhor ajuste revelou que a identidade (dimensão do comprometimento com a carreira) exerce impacto sobre o esforço instrucional em todas as suas dimensões. foram encontradas também diferenças significativas entre IESs públicas e privadas.
Múltiplos comprometimentos com o trabalho e suas influências no desempenho: um estudo entre professores de Ensino Superior no Brasil	Diva Ester Okazaki Rowe Antonio Virgílio Bittencourt Bastos Ana Paula Moreno Pinho	<i>Organizações & Sociedade</i> 2013	Analisar, em professores de Ensino Superior, os efeitos dos vínculos com a carreira (comprometimento e entrincheiramento) e com a organização (comprometimento) no seu desempenho.	Quantitativo Análises descritivas e multivariadas	O entrincheiramento na carreira e o comprometimento organizacional instrumental influenciam negativamente na produção acadêmica dos professores, e o comprometimento com a carreira influencia positivamente no esforço instrucional.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode perceber, os três artigos destacados no Quadro 3 abordam questões de comprometimento e entrincheiramento com a carreira de professores de Ensino Superior, sendo que este não é o foco de estudo da presente pesquisa. Logo, isso mostra, mais uma vez, a necessidade de publicações referentes ao estudo da relação entre “Ensino Profissionalizante” e “vínculos com a carreira”, ou seja, comprometimento e entrincheiramento com a carreira.

5 Considerações finais

No Brasil, o Ensino Profissionalizante tem se expandido consideravelmente nos últimos anos, contudo a academia apresenta poucos estudos envolvendo professores de Ensino Profissionalizante e os vínculos por eles estabelecidos em sua carreira. Essa temática ganha ainda maior relevância ao se considerar a importância dessa modalidade de ensino para o desenvolvimento do País e a importante função social dessa categoria de profissionais.

A partir deste estudo exploratório, verifica-se que comprometimento com a carreira leva a um maior desempenho do indivíduo e faz com que ele permaneça em sua carreira porque gosta e se identifica com a mesma. Já o indivíduo entrincheirado se mantém na carreira por ter um vínculo de necessidade, não havendo vontade em sua permanência. O trabalhador fica ligado à carreira por não acreditar que haja outras opções melhores. O profissional entrincheirado teme perder a estabilidade obtida, os ganhos financeiros e os benefícios adquiridos. Assim, a permanência numa carreira não é indicador apenas de comprometimento; pelo contrário, a permanência pode ser decorrente do entrincheiramento ou do sentir-se aprisionado pelos investimentos feitos e custos envolvidos com o novo percurso profissional. Tal resultado tem, além de tudo, importante impacto prático na gestão de carreiras, e esse fato se torna evidente na carreira do professor de Ensino Profissional, o qual está inserido em um quadro geral de flexibilização, precarização do trabalho, vínculo horista e incerteza com relação à permanência nas instituições onde atuam. Com isso, os professores são levados a buscar e a conciliar o trabalho em duas ou mais instituições.

Tal fato permite indicar uma nova possibilidade de pesquisa, qual seja; verificar a relação dos níveis de comprometimento e entrincheiramento dos professores de Ensino Profissionalizante com sua carreira e sua percepção em relação à estabilidade nas instituições em que trabalham.

Este trabalho apresenta limitações próprias do estudo exploratório bibliográfico, porém abre caminho para uma nova possibilidade de pesquisa, que deve ser realizada em estudos futuros.

Referências

- ARAUJO, R. M. L. A regulação da Educação Profissional do governo Lula: conciliação de interesses ou espaço para a mobilização. In: GEMAQUE, Rosana Maria Oliveira; LIMA, Rosângela Novaes (Org.). *Políticas públicas educacionais: o governo Lula em questão*. Belém: Cejup, 2006.
- BATISTA, A. S.; CODO, W. O trabalho e o tempo. In: CODO, W.; JACQUES, M. G. (Org.). *Saúde mental & trabalho: leituras*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 401-420.

- BANDEIRA, M. L.; MARQUES, A. L.; VEIGA, R. T. As dimensões múltiplas do comprometimento organizacional: um estudo na ECT. *RAC*, v. 4, n. 2, maio/ ago. 2000.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: 1996.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996*. São Paulo: Edipro, 2004.
- BASTOS, A. V. B.; RODRIGUES, A. C. A.; BRITO, A. P. M. P. ; SILVA, E. E. C. E. Os vínculos do indivíduo com a sua organização empregadora: questões conceituais que cercam as medidas existentes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, 3., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: CBPOT, 2008.
- CARSON, K. D.; BEDEIAN, A. G. Career commitment: construction of a measure and examination of its psychometric properties. *Journal of Vocational Behavior*, v. 44, n. 3, p. 237-262, 1994.
- COHEN, A. *Multiple commitments in the workplace*. London; New Jersey: L. Erlbaum, 2003.
- COOPER-HAKIM, A.; VISWESVARAN, C. The construct of work commitment: testing an integrative framework. *Psychological Bulletin*, v. 131, n. 2, p. 241-259, 2005.
- DUTRA, Joel Souza. *Gestão de pessoas*. São Paulo: Atlas, 2006.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS Marise (Org.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAGALHÃES, M. de O. *Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta: generatividade e carreira profissional*. 2005. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- ROWE, D. E. O.; BASTOS, A. V. B. Vínculos com a carreira e produção acadêmica: comparando docentes de IES públicas e privadas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 6, p. 1.011-1.030, 2010.
- SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SILVEIRA, Amélia (Org.). *Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias*. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004.
- ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. São Paulo: Artmed, 2004.
- KUENZER, A. Z. *As relações entre trabalho e educação no regime de acumulação flexível: apontamentos para discutir categorias e políticas*. Curitiba, 2007.

Turismo de eventos em Gramado – RS: uma análise dos impactos dos quatros principais eventos que o município produz

Roger Pierre Vidal*

Resumo: O presente trabalho objetiva mostrar como o Município de Gramado, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo atrativo são os meses de inverno, tem conseguido ampliar a vida de turistas e prolongar sua estada fora da alta temporada, através da promoção de eventos, além de dar uma visão dos quatro principais eventos que a cidade produz e de suas múltiplas características. Pretende-se, ainda, analisar os impactos desses eventos na economia de Gramado. Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário a 20 empresas ligadas ao setor de turismo. A pesquisa teve como foco os eventos: Natal Luz, Festival de Cinema, Festival de Turismo e Chocofest. O presente trabalho traz como resultado as implicações dos eventos em Gramado de modo geral, e ainda, mostrar como tais eventos promovem o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Gramado – RS. Sazonalidade. Turismo. Turismo de Eventos.

Abstract: This work aims to show how the city of Gramado, whose attraction is the winter months, has been able to increase the arrival of tourists and prolong his stay outside the high season, by promoting events, in addition to giving an overview of the four main events that the city produces and its many features. The aim is also to show the impacts of these events on the Gramado economy. To achieve the objectives we carried out a field survey of entrepreneurs, through the application of a questionnaire to 20 companies linked to the tourism sector in order to analyze the four main Gramado of events. The research was focused on the events: Christmas Light Film Festival, Tourism Festival, and Chocofest. This work brings as a result the implications of the events in New York City in general, and also show how these events promote local development

Keywords: Local development. Gramado – RS. Seasonality. Tourism. Tourism Events.

1 Introdução

Este trabalho pretende mostrar como o Município de Gramado conseguiu impulsionar o turismo através da promoção de eventos. A pesquisa busca analisar o desenvolvimento do Município de Gramado, desde sua formação como núcleo turístico até a transformação que a “Festa das Hortênsias” sofreu como ponto inicial para que a cidade encontrasse os melhores eventos locais como forma de promover o turismo convencional.

Este trabalho busca também analisar o processo de construção das vantagens competitivas do sistema turístico de Gramado, no sentido de identificar o quanto e de que modo a cadeia produtiva do turismo local pode promover desenvolvimento através da promoção de eventos, atraindo um número crescente de turistas à cidade. Para tanto, o trabalho abordará a importância do turismo para os desenvolvimentos local e regional de modo amplo.

* Economista Crocon 8.221. Graduado em Administração de Empresas e Mestrando em Desenvolvimento Regional pelas Faculdades Integradas de Taquara (Faccat). *E-mail:* rogerpvidal@hotmail.com

A pesquisa almeja mostrar como o Município de Gramado, cujo atrativo são os meses frios, tem conseguido prolongar e aumentar a chegada de turistas fora da alta temporada, equilibrando a sazonalidade de seu fluxo turístico. Pretende-se, ainda, analisar como os quatro principais eventos afiguram-se com resultados complexos à economia de Gramado, abordando suas implicações no desenvolvimento da sociedade local, e ainda, mostrar como esses eventos diminuiriam a sazonalidade do fluxo turístico durante os meses, na cidade de Gramado.

2 Turismo e desenvolvimento regional

Para melhorar a compreensão sobre o turismo, será feita uma retomada do conceito de turismo e f o setor da economia a que ele pertence.

O turismo é classificado no setor terciário da economia, que corresponde aos “Serviços”, visa à satisfação de variadas necessidades humanas, derivadas do deslocamento temporário das pessoas para destinações fora de seu local de residência e que tornam indispensáveis serviços como transporte, alojamento, alimentação e entretenimento. (LAGE; MILONE, 2000, p. 26).

Segundo Lage e Milone (2000), a cadeia produtiva do turismo representa o conjunto de entes econômicos que realizam atividades e serviços visando a atender ao turista em todas as suas demandas durante suas viagens. Embora outros agentes também possam fazer parte desses serviços, a cadeia produtiva turística compõe-se, basicamente, de locadoras, restaurantes e afins, meios de hospedagem, guias turísticos e agências de viagens.

Tendo em vista os resultados que o turismo vem tendo como atividade econômica, é importante salientar que o Brasil é um polo turístico muito vasto, e que o setor de turismo está em constante crescimento. A movimentação de turistas, em especial no turismo interno no Brasil, gera resultados às sociedades locais, nas quais estão inseridos os destinos turísticos, pois se reflete no aumento de emprego e do poder de consumo da população local. Segundo Filho (2002), o turismo apresenta aspectos para promover o aumento da demanda.

Quando uma região turística é bem-sucedida, o gasto dos turistas é amplamente difundido gerando um efeito econômico na região. O reflexo disso é que mais trabalhadores buscarão esse local, precisarão de mais casas para morar, lojas, transporte, serviços, etc., provocando a instalação de postos de gasolina, táxis, ampliação do comércio, enfim, dos serviços que atendem à população residente e aos turistas.

Se os impactos forem positivos, afirma Steil (1998), irá ocorrer um intercâmbio cultural entre turistas e sociedade local. Quando há participação da sociedade local, o

turismo possibilita uma variação e o aumento dos gastos na própria comunidade, criando-se um ciclo de benefícios à economia local e à população.

O desenvolvimento local, através do turismo, deve propor, interinamente, oportunidades para que os recursos disponíveis sejam aproveitados e as deficiências e carências sejam supridas sem abalar o equilíbrio dinâmico de uma sociedade. O planejamento é o primeiro passo para a sociedade local alcançar o desenvolvimento por meio do turismo, mas para que haja sucesso, é preciso que as fases seguintes tenham a coordenação e a cooperação dos setores públicos e privados.

2.1 Turismo de eventos

O turismo de eventos pode ser visto como um setor que vem crescendo significativamente e está fomentando a oportunidade de criar empregos e empreendimentos, e isso é muito importante para o desenvolvimento de uma região.

Segundo Oliveira (2000, p. 64), 40% do movimento turístico internacional acontece em função da realização de eventos. O autor afirma que esse é o tipo de turismo mais disputado pelos países, porque, nessas ocasiões, os produtos turísticos são vendidos em grande quantidade, como: passagens aéreas e rodoviárias, diárias em hotéis, refeições, *souvenirs*, produtos e serviços em geral, além de intensa contribuição na divulgação dos atrativos naturais, culturais e artificiais da região, sede do evento.

Além de promover o desenvolvimento do turismo, os eventos podem resolver problemas de sazonalidade em cidades que dependem do turismo e, assim, fomentar o crescimento regional por meio de iniciativas capazes de promover o fluxo turístico na baixa estação. (LINS, 2001). Os núcleos turísticos têm como principal problema os períodos de baixa temporada, em que, nesses, muitas empresas acabam fechando, causando desemprego à população local.

Nesse contexto, os eventos podem ser uma alternativa para o turismo regional, tendo em vista o seu potencial econômico e social.

Há uma distinção marcante para os eventos, que é a sua capacidade de atração constante, em qualquer época, enquanto o Turismo tradicional é mais acentuado nos períodos de férias e de feriados prolongados, incorporando fatores significativos de modismos. (ANDRADE, 2002, p. 41).

Em sendo assim, o turismo de eventos visa a fomentar o fluxo turístico em diferentes épocas do ano, para tentar um maior equilíbrio entre a oferta e a demanda. Dessa forma, se apresenta como uma solução ideal às cidades turísticas, pois os eventos em baixa temporada encontram facilidades, já que a disponibilidade de locais para sediar eventos aumenta.

O turismo de eventos vem mudando nos últimos anos, pois há uma expectativa por parte dos turistas de eventos em relação a esse segmento. De acordo com Fazzini e Palladino (2003), 30% desse público tem motivação para voltar ao local com sua família. Esse setor do turismo auxilia no desenvolvimento das cidades, pois o turista acaba fazendo roteiros internos, com passeios pela cidade, da qual conhecerá os pontos de maior interesse. Geralmente, no final dos acontecimentos, os participantes são convidados a conhecer melhor a cidade. Normalmente, se ele é bem-recebido e tem todas as informações da cidade, volta depois em viagens de lazer com a família e também recomenda o local para amigos e parentes.

2.2 Gramado: o caminho para o turismo de eventos

O grande salto para o desenvolvimento de Gramado ocorreu com a inauguração do trem, que ligava Porto Alegre a Gramado. A chegada do trem à região teve um grande impacto nas relações econômicas, porque ligou Gramado às principais cidades da época. Com essa grande mudança, a atividade econômica começou a variar, surgindo um comércio mais diversificado, proporcionando a chegada de professores, médicos, dentre outros profissionais que adotaram o 5º Distrito Industrial de Taquara como sua nova morada.

Foi em 1918 que surgiu o primeiro serviço de hospedagem de Gramado, o Hotel Bertolucci, mas só em 1930, depois de concluído o processo de colonização e tendo o trem como via de ligação com a Capital do estado, Gramado vai ganhando forma e tamanho de uma cidade turística, devido às suas belezas naturais.

Esse período foi muito próspero para Gramado, época em que a cidade se firmou como local turístico do Rio Grande do Sul. Geralmente, as pessoas que moravam na Capital tinham Gramado como o lugar para descansar durante os fins de semana, além de servir como “colônia de férias” para os metropolitanos.

Em meados de 1950, as condições de prosperidade mudariam, porque a atividade de veraneio na Serra gaúcha sofreu uma redução. São dois os motivos que levaram à redução de visitantes a Gramado: o primeiro foi o surgimento do veraneio no litoral, quando surgem balneários turísticos; o segundo foi o processo iniciado pelo Governo Federal de troca da matriz de transporte ferroviário para a matriz de transporte rodoviário.

Em 1954, o Município de Gramado conseguiu sua emancipação política; a partir daí, a cidade respondeu à crise criada no período anterior, sendo que começava o processo de desenvolvimento do município. O período foi um marco para o processo de consolidação de uma cidade turística: os primeiros administradores, com o objetivo de

umentar o número de turistas nos meses de verão, criaram em 1958, a Festa das Hortênsias.

Segundo Daros e Barroso (2000), quando a Festa das Hortênsias nasceu, em 7 de dezembro de 1958, Gramado despontava para o turismo de eventos e foi com esta festa que os gramadenses aprenderam tudo que sabem. Para as historiadoras, a Festa das Hortênsias foi a “mãe de todos os eventos em Gramado”. Esse evento foi inspirado na plantação de hortênsias que cobriam canteiros na chegada à cidade, e tinha como objetivo resgatar os turistas de verão para Gramado. Acabou sendo o marco precursor da cidade para o turismo de eventos.

A partir desse evento, Gramado ficou conhecida nacionalmente, e, desde então, o turismo local tem se direcionado a uma constante produção de eventos, a fim de conseguir atrair grande número de visitantes que, cada vez mais, tornam-se indispensáveis para manter a organização turística que se estruturou na cidade. Através do tempo, Gramado conseguiu acompanhar mudanças e as tendências do turismo. Por meio do empreendedorismo de seu povo, conseguiu aliar as belezas naturais a um espírito inovador e desenvolveu uma das melhores estruturas de eventos do Brasil.

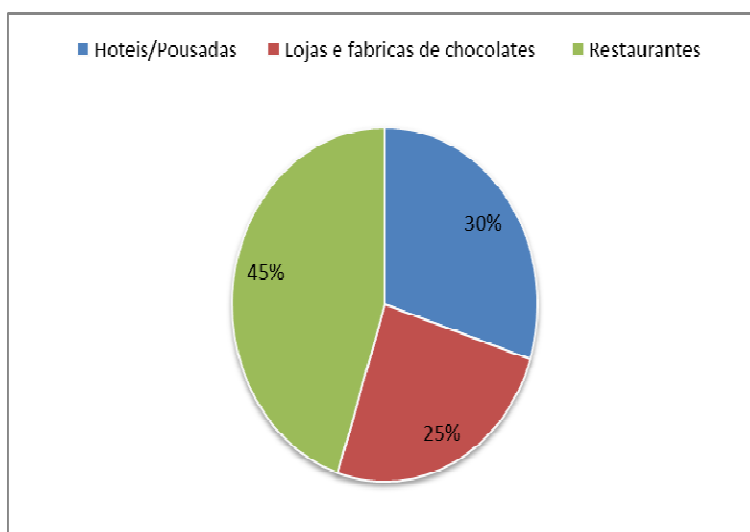
3 Turismo de eventos em Gramado: análise do impacto dos quatro principais eventos na economia local

Para alcançar os objetivos desta análise, foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário a 20 empresas ligadas ao setor de turismo, a qual procurou verificar os impactos dos eventos na economia de Gramado. A aplicação do questionário se deu no período de 25 de abril a 15 maio de 2012.

A pesquisa focou os quatro principais eventos de Gramado: Natal Luz, Festival de Cinema, Festival de Turismo e Chocofest. A análise teve como finalidade verificar quais são os eventos que geram um número maior de empregos na cidade e quais desses têm maior impacto na economia local.

Com relação às características das empresas entrevistadas, propôs-se, nessa análise, que fossem empresas com relação direta com o turismo de eventos. Nesse sentido, aplicou-se o questionário aos setores, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Setores econômicos da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa autor (2012).

Do total da pesquisa, 45% dos entrevistados eram do setor de gastronomia de Gramado, sendo que esse percentual de restaurantes correspondeu a 7,37% do total de restaurantes no município, em 2012; o setor hoteleiro totalizou 30%, o que equivale a 4,54% do total de hotéis/pousadas de Gramado, em 2012; já as fábricas e lojas de chocolate atingiram 25%, o que correspondeu a 55% do total das empresas desse segmento na cidade.

Conforme a Tabela 1, percebe-se que as empresas que mais geram empregos são as fábricas e lojas de chocolate, variando entre 100 a 200. Já o setor que menos gera emprego é o da gastronomia, pois 77% dos restaurantes empregam de 5 a 10 funcionários cada um.

Tabela 1 – Número de funcionários

Números de empregados	Quantidade	Frequência (%)
Empresas de 1 a 10 funcionários	8	40
Empresas de 11 a 50 funcionários	9	45
Empresas de 100 a 200 funcionários	3	15
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

A pesquisa ainda verificou que todos os funcionários das empresas são originários das cidades de Gramado e Canela como ilustra o Gráfico 2:

Gráfico 2 – Origens dos funcionários



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Verifica-se que 35% da mão de obra das empresas entrevistadas é da cidade de Canela, sendo que o aumento da atividade de eventos exerce impacto não apenas em Gramado, mas também no município vizinho, permitindo não apenas um fluxo econômico entre elas, mas também cultural, tendo em vista que, apesar de pertencerem à mesma região turística e com geografia semelhante, são municípios com culturas bastante distintas. Pode-se dizer que o turismo de Gramado repercute na região.

A pesquisa de campo vem complementar e comprovar a entrevista feita com o secretário da Indústria e Comércio de Gramado, pois, segundo ele, “40% da mão de obra do setor de turismo de Gramado provém da cidade vizinha de Canela”.

A investigação revela um dado importante, que é a geração de empregos temporários, (informais), em relação aos períodos sem eventos na cidade. Os entrevistados responderam que ocorre, sim, um aumento da contratação de mão de obra, sendo que o evento que mais contribui para fenômeno é o Natal Luz. Detalhes na Tabela 2.

Tabela 2 – Geração de empregos formais em período de eventos

Evento	Aumento da contratação de mão de obra comparada a períodos sem eventos
Natal Luz	40%
Chocofest	30%
Festival de Turismo	0%
Festival de Cinema	0%

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

O evento que mais trouxe empregos para Gramado foi o Natal Luz, responsável por um aumento de 40% na geração de empregos. Ressalta-se que os eventos Festival de Cinema e Festival de Turismo não geram aumento de empregos.

As empresas entrevistadas, em sua maioria, empregam nesse período a chamada mão de obra temporária ou informal. A pesquisa mostra que 80% das empresas, nesse período, empregam funcionários na informalidade. Os restaurantes são os que mais têm o percentual de empregados informais, sendo os hotéis os que mais trabalham com a contratação formal conforme a Tabela 3.

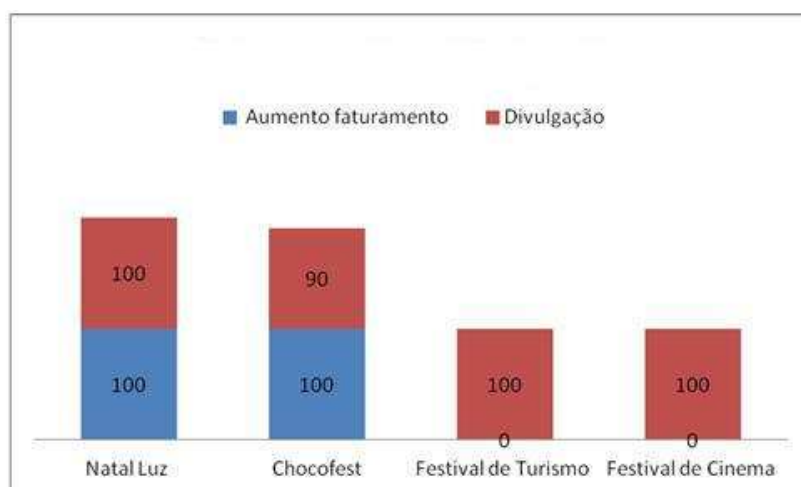
Tabela 3 – Empregos formais e temporários

Empregos formais e informais	Quantidade	fren.(%)
Contração temporária	16	80
Contração formal	4	20
Total	20	100

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Para 100% dos entrevistados, todos os quatro eventos são importantes, porque divulgam Gramado nacional e internacionalmente, mas todos são unânimes ao considerar o Natal Luz e a Chocofest, como sendo os eventos mais importantes em termos de aumento de faturamento e geração de empregos. Esses dois eventos são vistos pelos empresários como os que mais deixam divisas financeiras na cidade, ao passo que para 100% dos entrevistados os eventos Festival de Cinema e Festival de Turismo têm sua importância somente pela divulgação, pois não têm resultados em termos de aumento das vendas e geração de empregos. Pode-se observar esses dados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Relação dos eventos com o aumento do faturamento *versus* divulgação

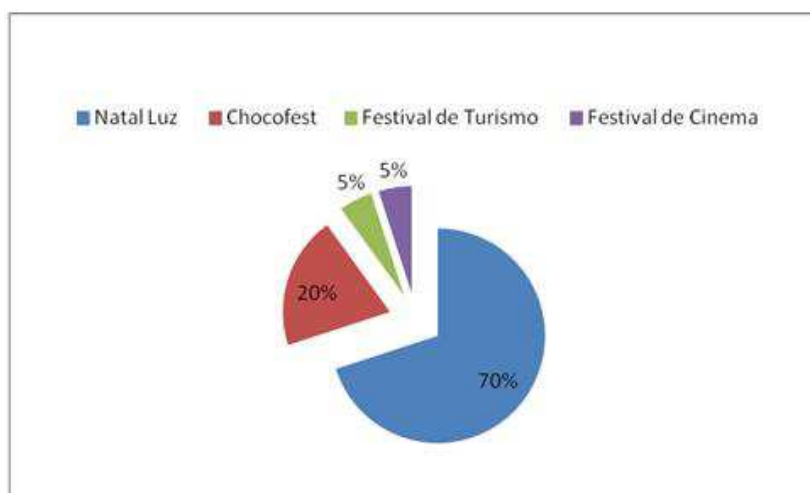


Fonte: Dados da pesquisa (2012).

O Natal Luz e a Chocofest geram aumento do número de empregos e expandem a renda local, ocasionando, conseqüentemente, o aquecimento da economia local. O reflexo desse aumento de demanda na economia da cidade tem efeito multiplicador, pois que a sociedade participa aumentando seus gastos na própria comunidade; esse aumento de empregos gera uma economia em espiral, processo pelo qual um aumento de emprego leva a outro que leva a outro, etc.; acredita-se, que boa parte da população é beneficiada com esse processo.

A pesquisa evidencia que de todos os eventos, o mais importante economicamente para a cidade é o Natal Luz, pois impulsiona a economia local nos meses de verão, entre novembro e janeiro. Esse evento fez com que Gramado aquecesse o turismo de verão, sendo que os meses em que ocorre esse evento são melhores em termos de faturamento. Pode-se dizer que o período de novembro a janeiro é a segunda temporada turística de Gramado. Observa-se que o evento Natal Luz é considerado o melhor período para os empresários. Para melhor visualizar o resultado da pesquisa, veja-se o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Evento de melhor período



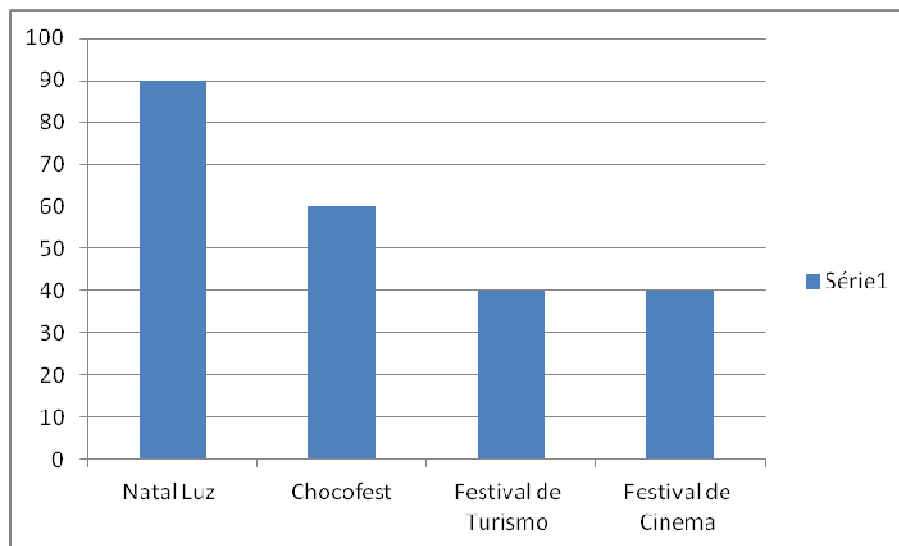
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

O Gráfico 4 mostra a importância dos eventos para os empresários entrevistados, ou seja, o período em que ocorre o Natal Luz é notadamente o mais importante, sendo que a Chocofest vem em segundo lugar, e empatados ficam o Festival de Turismo e o de Cinema.

A pesquisa vem comprovar os dados da Secretaria Municipal de Turismo, pois a taxa de ocupação nos hotéis, no período do Natal Luz, foi de 90% em todo o período do evento no ano de 2011, enquanto no período da Chocofest a taxa de ocupação

correspondeu a 60% nos hotéis e pousadas. Os eventos Festival de Cinema e Festival de Turismo geram ocupação elevada apenas nos fins de semana.

Gráfico 5 – Taxa de ocupação hoteleira



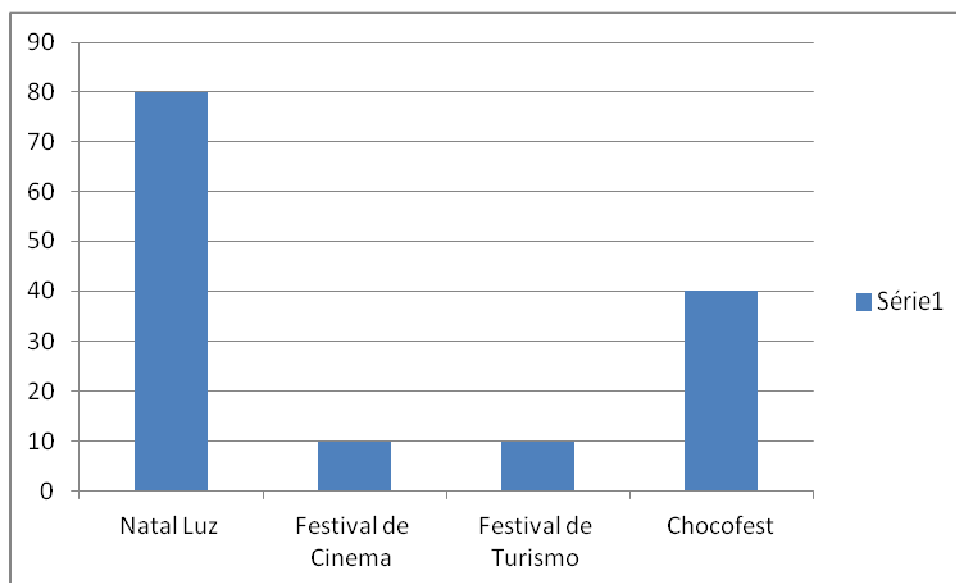
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

No gráfico acima, observam-se as taxas de ocupação hoteleira da cidade, no período dos eventos, sendo uma média de 90%, a ocupação, na época do Natal Luz, segundo os empresários do setor hoteleiro.

Para o Município de Gramado – que possui ociosidade no setor hoteleiro nos meses de baixa temporada – fica evidenciada a importância dos eventos Natal Luz e Chocofest, pois esses vem ao encontro da necessidade de se aumentar a taxa ocupacional dos hotéis. Na verdade, durante o período de realização desses dois eventos, não só a rede hoteleira se beneficia, como todo o comércio local. A cidade de Gramado, através dos eventos, encontra uma grande oportunidade de aquecer sua economia e se desenvolver.

No período do evento Natal Luz, o faturamento das empresas em relação a períodos sem eventos aumenta, em média, 80%. Já o evento Chocofest gera, em média, um incremento no faturamento de 40%; no entanto, os eventos Festival de Turismo e Festival de Cinema geram apenas 10% no aumento do faturamento, sendo que este se reflete, em sua maioria, no setor hoteleiro, pois os demais setores avaliam esses eventos como um período de faturamento sem eventos, ou seja, um período normal/comum na cidade. Esses dados podem ser melhor analisados no Gráfico 6, que mostra o aumento do faturamento da economia local.

Gráfico 6 – Aumento do faturamento da economia local



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

O Gráfico 6 ilustra que há uma relação muito forte entre eventos e turismo, o que se reflete diretamente no desenvolvimento econômico de uma cidade turística. A realização dos eventos Natal Luz e Chocofest é considerada a atividade que gera grande expansão socioeconômica em toda a comunidade local, trazendo benefícios a todas as partes envolvidas. Na verdade, a promoção desses eventos forma, junto com as belezas e a gastronomia de Gramado, a base para a atividade turística, através de ações interligadas à economia do município-sede.

Os eventos Natal Luz e Chocofest atraem, com sua programação, grande número de turistas, pois são vários os espetáculos que acontecem durante esses eventos, espetáculos esses que acabam envolvendo o turista, no mínimo, durante cinco dias na cidade, o que tende a dinamizar economicamente o município através de um maior movimento nos hotéis, restaurantes, comércio e meios de transportes, etc. Assim os eventos Natal Luz e Chocofest aumentam o ciclo de distribuição de renda e, conseqüentemente, geram o efeito multiplicador na economia local.

4 Considerações finais

A pesquisa mostrou que o turismo de eventos é o setor que impulsiona a cadeia econômica e envolve dezenas de atividades, num círculo que irriga a economia e fomenta o desenvolvimento de Gramado. Se considerarmos, além dos congressos, seminários, palestras, feiras e simpósios, também as festas populares, pode-se ter uma ideia muito clara do grande universo que envolve o mercado de eventos.

No decorrer deste trabalho, observou-se, também, a importância da atividade *turismo* sob o ponto de vista socioeconômico para a cidade de Gramado. O desenvolvimento do turismo em Gramado sempre esteve associado a uma rede de serviços voltada a atender aos visitantes que lá chegam. A história do município está fortemente ligada à rede de serviços que busca atender e satisfazer os turistas e garantir que retornem e multipliquem a imagem de Gramado como uma cidade encantadora, com estilo único no Brasil.

A pesquisa também apresentou a tendência ao turismo na cidade de Gramado, pois, através dos anos, a cidade construiu uma estrutura, que apenas o turismo convencional não é mais suficiente para atender à oferta; através da promoção de eventos, os setores públicos e privados conseguiram equacionar a demanda para atender a essa estrutura que se criou no município. Em suma, Gramado é um polo turístico, mas a simples existência de recursos naturais para o turismo não é condição suficiente nos dias atuais, para promover o desenvolvimento local.

A investigação mostra que a opção pelo turismo de eventos na cidade de Gramado diminuiu o período de sazonalidade e aumentou o fluxo de turistas em todas as estações do ano.

Outro resultado importante que foi observado é a contribuição dos eventos Natal Luz e Chocofest para o desenvolvimento socioeconômico de Gramado, pois citados eventos impulsionam a economia local nos meses que eram considerados de baixa temporada; esses eventos conseguiram aquecer o turismo local e hoje são considerados os melhores períodos para os empresários. Como resultado desses eventos, observam-se os benefícios à sociedade local como um todo, pois esses eventos geram incentivos à economia local; à geração de empregos; ao aumento da renda local; à inovação; e autoestima local.

A pesquisa evidenciou que o turismo de eventos em Gramado repercute também na região, pois 35% da mão de obra das empresas entrevistadas eram da cidade de Canela; nesse sentido, um aumento na atividade de eventos pode gerar efeitos na economia de Canela, com a elevação de empregos formais e também informais.

Depreende-se, também, que os eventos Festival de Turismo e Festival de Cinema não geram aumento do faturamento dos empresários, mas, mesmo assim, são considerados importantes devido à sua capacidade de divulgar a cidade e região nacional e também internacionalmente.

Referências

- ANDRADE, Renato Brenol. *Manual de eventos*. Caxias do Sul: Educs, 2002.
- CASIMIRO FILHO, F. *Contribuição do turismo a economia brasileira*. 2002. 220p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba: Edusp, 2002.
- CHOCOFEST. Disponível em <www.chocofest.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2012.
- DAROS, Marília; BARROSO, Vera L. M. (Org.). *Raízes de Gramado: anos. 2*. ed. Porto Alegre: EST, 2000.
- FAZZINI, C.; PALLADINO, R. Turismo de eventos. *Revista Turismo em Números*, São Paulo, n. 15, p. 8-16, out. 2003.
- FESTIVAL de Turismo. Disponível em: <<http://www.festivalturismogramado.com.br/Event/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- GRAMADO *site*. Disponível em: <<http://gramadosite.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Fundamentos econômicos do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Org.). *Turismo: teoria e prática*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 25-37.
- LINS, Hoyêdo Nunes. Florianópolis, cluster turístico? *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 55-70, nov. 2001.
- NATAL LUZ. Notícias. Natal Luz de Gramado. Disponível em: <<http://www.natalluzdegramado.com.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2012.
- MT. MINISTÉRIO DO TURISMO. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Desenvolvimento do turismo sustentável: manual para organizadores locais*, 1998.
- OLIVEIRA, Valmir Martins de. Turismo de negócios e eventos no desenvolvimento do município de Guarulhos. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 11, n. 1, maio 2000.
- STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal em Gramado e Canela. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1998.
- PORTER, Michael E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PREFEITURA Municipal de Gramado. Disponível em: <www.gramado.rs.gov.br/>. Acesso em: maio 2012.

Dimensões de inovação nos trabalhos vencedores do II Prêmio Inovação do Turismo do RS

Débora Toffoli Snel* – Aline Vieira Malanovicz**

Resumo: Este estudo se refere ao II Prêmio Inovação do Turismo do Rio Grande do Sul (RS), instituído pela Secretaria de Turismo do estado. O objetivo é investigar o edital de chamada pública número 003/2014, a fim de identificar as dimensões da inovação existentes nos trabalhos vencedores do prêmio e, também, se essas categorias de premiação estabelecem uma relação entre o turismo e a inovação. Os resultados demonstram que as principais dimensões de inovação foram identificadas nos trabalhos vencedores, incluindo dimensões de impacto (radical e incremental), de objeto (produto, processo, organização, marketing), e de foco (regulares e de nicho). Conclui-se que o turismo no RS tem muitas possibilidades de inovação, oriundas do conhecimento que vai sendo adquirido e da aplicação de experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas. Ademais, a importância do prêmio está principalmente em valorizar e estimular boas práticas em turismo também em órgãos públicos, proporcionando maior integração entre o *trade* turístico e a governança estadual do turismo.

Palavras-chave: Turismo. Inovação. Políticas públicas. Prêmio. Trabalhos.

Abstract: This study refers to the II Tourism Innovation Award of Rio Grande do Sul (RS), established by the Tourism Department of Rio Grande do Sul State. The aim is to investigate the public call notice number 003/2014, in order to identify the dimensions of the innovation within the award winning works, and also, if these award categories establish a relationship between tourism and innovation. The results show that the major innovation dimensions were identified in the winning entries, including impact dimensions (radical e incremental), object (product, process, organization, marketing), and focus (regular and niche). It is concluded that tourism in the RS has many innovative possibilities, derived from the knowledge that is being acquired and the application of national and international successful experiences. Moreover, the importance of the award is mainly to value and encourage good practice in tourism also in public organizations, providing greater integration between the tourism industry and state governance tourism.

Keywords: Tourism. Innovation. Public politics. Award works.

1 Introdução

O turismo é uma atividade econômica que cresce substancialmente no mundo, superando o número de 1,08 bilhão de turistas em 2013. O setor movimenta 9% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, sendo responsável por 1 a cada 11 empregos diretos ou indiretos e 6% das exportações mundiais, conforme dados da Organização Mundial do Turismo (OMT). (BRASIL, 2014).

Apesar desse crescimento mundial, o Brasil ainda não está entre os dez países que lideram as chegadas internacionais de turistas, ocupando, atualmente, o 45º lugar no

* Bacharel em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Servidora Pública na Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul. *E-mail:* deborasnel@yahoo.com

** Doutora em Administração. Tutora de Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública, da UAB/UFRGS. *E-mail:* malanovicz@gmail.com

ranking (BRASIL, 2014), demonstrando que muito ainda é preciso ser feito para o desenvolvimento dessa atividade no País.

O Rio Grande do Sul configura-se como o quarto Estado brasileiro que mais recebe turistas internacionais (BRASIL, 2014), o que pode ser explicado pela localização geográfica privilegiada, fazendo fronteira com o primeiro e o quinto países que mais enviam turistas para o Brasil, a Argentina e o Uruguai, respectivamente. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Nesse contexto, a importância desta pesquisa está centrada na concepção de inovação no turismo, utilizada pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Setur-RS) (nomenclatura utilizada até dezembro de 2014), órgão fomentador do turismo no Estado, tornando-a mais evidente nos produtos turísticos concorrentes do II Prêmio Inovação do Turismo do RS.

O Prêmio Inovação do Turismo foi criado pela Setur-RS, ancorado no Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS e no Plano de Marketing do Turismo do RS, como forma de reconhecer o trabalho dos municípios e de empresários que contribuem efetivamente, para a construção da atividade turística no estado, mas também como uma forma de integrar o setor e de promover a atividade turística.

O objetivo deste trabalho é analisar a segunda edição do Prêmio Inovação do Turismo do RS, identificando quais são as principais dimensões do conceito de inovação que se destacam nos projetos ganhadores do edital número 003/2014, periciados neste estudo. Os trabalhos premiados, objeto dessa perícia, foram escolhidos por uma comissão julgadora definida pela Setur-RS. Portanto, este estudo apenas se relaciona aos aspectos mais relevantes de inovação encontrados nas premiações já definidas, não cabendo o julgamento se os trabalhos são inovadores, ou não, mas encontrando traços inovadores nos mesmos.

2 Método

O turismo começa a ser encarado como um campo de estudos científicos cujos resultados devem se orientar tanto pela pesquisa básica e aplicada quanto pela resolução dos mais variados problemas: desde os mais imediatos em curto prazo, até os que envolvem planejamentos em médio e longo prazos, dentro de uma visão estratégica que defina áreas-chave de pesquisa. (REJOWSKI, 1998).

A metodologia aplicada ao presente trabalho foi um estudo de caso (YIN, 2005) do edital do Prêmio Inovação, a partir da análise documental de dados secundários, tais como: editais e anexos, legislação, fichas de inscrição, arquivos digitais e trabalhos apresentados pelos concorrentes ao prêmio.

Foi efetuada uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 2004) no universo de 23 trabalhos vencedores do II Prêmio Inovação do Turismo do RS, a fim de investigar os traços de inovação presentes em cada um. As categorias de análise utilizadas estão descritas na seção 3.1.3.

Em alguns trabalhos, não se encontrou informação sobre o momento em que a mudança ocorreu, não havendo, portanto, parâmetro para comparações “antes/depois” da inovação. Isso dificultou, principalmente, a identificação de inovações incrementais: Em que momento houve melhorias ou foram percebidos avanços significativos no consumo do produto turístico ou na forma como o mesmo passou a ser oferecido pela organização/empresa? Nesse caso, analisaram-se a intenção de inovar e os resultados esperados.

Para a coleta e interpretação dos dados, foi utilizado o seguinte procedimento:

Quadro 1 – Procedimento para coleta e interpretação dos dados

Etapa	Dinâmica
Identificação dos dados a coletar	Consulta ao <i>site</i> da Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, consulta a servidores da casa, reunião com servidores
Planejamento da pesquisa	Busca de dados disponíveis para composição do trabalho
Estudo da documentação existente	Edital 003/2014, anexos I, II e III, Lei 13.601/2011
Busca de exemplos de inovação em turismo	Livros, produções acadêmicas, <i>sites</i> dos governos federal, estadual e municipal
Elaboração de tabela com os principais conceitos sobre inovação	Com base nos autores Perez (2004), OCDE (2005) e Decelle (2004)
Estudo dos trabalhos premiados	Busca nas caixas do II Prêmio Inovação do Turismo do RS (23 trabalhos estavam misturados com os do I Prêmio)
Interpretação dos dados coletados	Classificação dos trabalhos pesquisados segundo as dimensões de inovação encontradas
Elaboração das conclusões finais	Com base na classificação dos dados coletados e nos conceitos sobre inovação dos autores pesquisados

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

3 Revisão teórica

O conceito de turismo estabelecido pela OMT (2011), adotado oficialmente pelo Brasil, compreende as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, para lazer, negócios ou outras motivações. Como a finalidade deste estudo é investigar o edital de chamada pública referente ao Prêmio Inovação do Turismo do RS, bem como os trabalhos inscritos no mesmo, é importante o entendimento de como o Ministério do Turismo define, de modo geral, os produtos e roteiros turísticos: com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo específicos. (BRASIL, 2015).

O turismo desenvolve-se a partir de meados do século XIX, mas, apenas a partir da década de 1950 é que se transformaria em atividade de massa, significativa em termos socioeconômicos e culturais. O desenvolvimento do capitalismo industrial possibilitou o uso de sua tecnologia em outras áreas, entre elas, o turismo. [...] Mas foi a partir de 1960 que o turismo explodiu como atividade de lazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos, como lugar garantido no mundo financeiro internacional. Hoje o turismo converteu-se na terceira maior indústria do mundo, perdendo somente para o petróleo e a indústria automobilística. (MOESCH, 2000, p. 19).

Sobre inovação existe uma variedade conceitual, e sua utilização depende do fim para o qual será aplicada e da abrangência que se desejar atingir. Em termos econômicos, “em regra, o novo não nasce do velho, mas aparece ao lado deste e o elimina da concorrência”. (SCHUMPETER, 1982, p. 143). E o processo de destruição/criação, em que há a introdução e a implementação de novos elementos, capaz de transformar uma estrutura econômica:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. (SCHUMPETER, 1961, p. 110).

Na era da informação e das telecomunicações, o turismo encontra o cenário ideal para seu desenvolvimento, pois já que a inovação de produto no turismo está mais voltada à customização de atrativos, equipamentos e serviços turísticos que atendam às necessidades específicas dos viajantes, é necessário divulgar esse produto no mercado, tornando as Tecnologias de Informação e Comunicação fundamentais para a difusão da informação turística.

As inovações estão não apenas na criação de novos produtos ou serviços, mas também na melhoria de produtos e serviços já existentes tanto no setor privado como no público.

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE, 2005, p. 55).

Nessa direção, novidades tecnológicas não param de surgir, como aplicativos para celulares móveis que indicam promoções em hotelaria, gastronomia, pacotes e outros produtos turísticos, sem contar os aplicativos periféricos para localização de linhas de ônibus, alugueis de bicicletas para passeios, chamadas de táxi. Tudo simplificado, necessitando apenas de um toque no celular, o que demonstra que no Brasil essas inovações no turismo são uma tendência.

Os diferentes tipos de inovação podem ser resumidos no Quadro 2.

Quadro 2 – Dimensões e tipos de inovação

Tipo de Inovação		Definição	Fonte
Impacto	Radical	Introdução de um produto ou processo inédito, caracterizando-se como o início de uma nova trajetória tecnológica (“o novo para o mundo”).	PEREZ (2004)
	Incremental	Melhoria sucessiva em produtos e processos já existentes (“o novo para a empresa ou para a organização”).	
Abrangência	Produto	Mudança nos produtos e serviços que uma empresa oferece.	TIDD et al. (2008)
	Processo	Mudança na forma em que os produtos/serviços são criados e entregues.	
	Posição	Mudança no contexto em que produtos/serviços são introduzidos.	
	Paradigma	Mudança nos modelos mentais subjacentes que orientam a empresa.	
Objeto	Produto	Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado em suas características ou usos previstos.	OCDE (2005)
	Processo	Implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado.	
	Organização	Implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.	
	Marketing	Implementação de um novo método de marketing com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços.	
Dimensão	Regular	Promoção de novos investimentos que aumentam a produtividade, treinamento dos proprietários e pessoal capacitado para operar de forma mais eficiente, aumento gradual de qualidade e equipe.	DECELLE (2004) (modelo Abernathy-Clark)
	de Nicho	Exploração de novas oportunidades de negócios, incentivo às empresas a introduzir novas alianças de mercado, combinação de produtos já existentes em novos formatos.	
	Revolucionária	Difusão de novas tecnologias para as empresas, introdução de novos métodos que alteram composição do staff, anexar mesmos mercados, mas com novos métodos.	
	Arquitetônica	Criação de novos eventos e atrações que exijam reorganização, redefinição da estrutura física ou legal, criação de centros de excelência que tratar e difundir novos conhecimentos baseados na investigação operacional.	

Fonte: Pesquisa bibliográfica.

Quanto à inovação no turismo, enquanto em outros setores da economia a capacidade de prestar serviços de qualidade a um preço mais baixo é uma vantagem bastante competitiva, no turismo nem sempre o preço mais baixo define a venda de um produto ou serviço, pois nesse setor a competitividade está na qualidade do serviço e no potencial de personalização do produto turístico. Quanto maior for o valor agregado e maior o grau de segmentação desse produto, aí poderá estar o seu diferencial e inovação. As formas de se fazer turismo estão mudando junto com o perfil do turista. Para Tidd, Bessant e Pavitt (2008, p. 32), “a novidade está no olho de quem vê”.

O importante não é o que realmente é, e sim o que os consumidores pensam que é, que afeta suas ações, seus hábitos de compra, seus hábitos de lazer e assim por diante. E, como os indivíduos tomam decisões e agem de acordo com aquilo que eles consideram ser a realidade, é importante que os profissionais de marketing compreendam toda a noção de percepção e seus conceitos relacionados para determinar mais prontamente quais fatores levam os consumidores a comprar. (SCHIFFMAN; KANUK, 2009, p. 108).

O fomento, o incentivo e a geração de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul são responsabilidade desse estado. “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. (BRASIL, 1988, art. 180). A Setur-RS é o órgão ao qual compete planejar, coordenar e executar os programas públicos do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento da atividade turística. (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Para nortear o planejamento, um dos eixos estratégicos é “competitividade, empreendedorismo e inovação”, com a orientação de que “o turismo, por meio dos setores público e privado, deve estimular o empreendedorismo e a capacidade de inovação, a fim de que os destinos turísticos possam manter-se competitivos, proporcionando ao turista uma experiência positiva”. (RIO GRANDE DO SUL, 2012). Outro eixo orientador é “fomentar o empreendedorismo, a inovação e a qualificação dos serviços turísticos”. Desse planejamento surge o Prêmio Inovação do Turismo do RS, analisado nesta pesquisa.

Em relação a prêmios que estimulam especificamente a inovação em turismo, há poucos, o que faz pensar que os prêmios de inovação do turismo por si sós já são inovadores. São eles: o Prêmio Inovação do Turismo do RS, em sua segunda edição (do qual trata este estudo); I Prêmio Inovação em Turismo do Recife 2014 (PERNAMBUCO, 2014); o Prêmio PANROTAS de Inovação em Tecnologia para o Turismo (PANROTAS, 2014); e o *UNWTO Ulysses Awards for Innovation*, organizado anualmente pela OMT, em sua 11ª edição. (UNWTO, 2015).

O Prêmio Inovação do Turismo do RS, analisado nesta pesquisa, tem como objetivo valorizar conquistas obtidas para o turismo no Rio Grande do Sul em termos de práticas inovadoras em diversas categorias. Seu principal mérito é descobrir novos talentos e oportunidades que mereçam fomento e atenção especiais das políticas públicas para o setor.

O conceito de inovação da Setur-RS é entendido de forma ampliada, com abrangência e flexibilidade, incluindo tanto produtos como processos, tanto mudanças radicais como também mudanças incrementais. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

A prática de inovar pode ser entendida como uma forma de alcançar os objetivos e não necessariamente um produto final, através das mudanças em condutas e metodologias anteriores, por meio da incorporação de novos elementos, combinação dos mecanismos existentes, que produzam resultados significativos. Portanto, é nesta concepção que as propostas devem ser apresentadas. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, s.p.).

O edital de chamada pública 003/2014 Setur-RS tem como objeto de concurso a seleção de 22 projetos com práticas inovadoras e 3 produções científicas divididas em 6

categorias, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento do Turismo e Plano de Marketing da Setur-RS. O prêmio teve por objetivo eleger as melhores práticas de turismo gaúcho em consonância com a política estadual do setor. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Tiveram oportunidade de participar da premiação entes da administração pública direta e indireta; colegiados (fóruns, conselhos, associações, comitês, grupo gestor, entre outros); iniciativa privada; terceiro setor (associações privadas, ONGs, entre outros); alunos e ex-alunos de Instituições de Ensino Superior (IESs) do Rio Grande do Sul. As inscrições poderiam ser efetuadas em até duas subcategorias, concorrendo, assim, em duas categorias, através do preenchimento de uma ficha de inscrição disponível no *site* da Setur-RS e também no edital, sendo que os projetos deveriam, obrigatoriamente, estar alinhados ao Plano Diretor do Turismo 2012 a 2015, composto pelo Plano de Desenvolvimento do Turismo do RS e também pelo Plano de Marketing do Turismo do RS. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

O processo seletivo envolveu uma comissão para análise da categoria *Produção Científica*, e outra comissão para análise das propostas das categorias analisadas neste trabalho (formada pelo presidente da *Convention & Visitors Bureau* de Porto Alegre, o presidente do Sindicato da Hotelaria e Gastronomia de Porto Alegre (Sindpoa), empresários das áreas: agências de viagem, hotelaria e eventos, uma professora turismóloga, jornalistas, publicitários, um músico da cultura nativista e uma servidora turismóloga da Setur-RS já aposentada).

Os critérios de avaliação, o intervalo numérico de notas atribuíveis, e o peso multiplicativo de cada critério são mostrados no Quadro 3. As propostas que receberam as maiores notas da categoria na soma das notas ponderadas foram consideradas as vencedoras. (RIO GRANDE DO SUL, 2014).

Quadro 3 – Critérios, pesos e notas para avaliação dos trabalhos no Prêmio Inovação do Turismo do RS

Ordem	Critério	Nota	Peso
1	Alinhamento da Proposta com o Plano Diretor do Turismo (eixos estratégicos, desafios e projetos)	0 a 10	3
2	Vinculação ao tema inovação (*critério de desempate)	0 a 10	3
3	Relevância da ação para o desenvolvimento do turismo na região	0 a 10	2
4	Relevância da ação para o desenvolvimento do turismo no estado	0 a 10	2

Fonte: Rio Grande do Sul (2014).

4 Análise dos resultados

O Quadro 4 apresenta as categorias do Prêmio Inovação do Turismo do RS analisadas nesta pesquisa. Também mostra subcategorias e trabalhos vencedores.

Quadro 4 – Categorias do Prêmio Inovação do Turismo do RS analisadas nesta pesquisa

	Descrição	Subcategorias	Trabalhos Vencedores
Planejamento e Gestão	Adoção de políticas públicas e ações que orientem o desenvolvimento da atividade turística. Preparação, organização e estruturação do destino. Criação de metas e objetivos a serem alcançados.	Sistema de Gestão do Turismo / Organização da Governança Regional e Municipal	Turismo como vetor de desenvolvimento no Vale do Taquari, através da Governança Regional da AMTURVALES – Encantado
		Monitoramento da Atividade Turística	Banco de Dados Hoteleiros
		Captação de Recursos para a Atividade Turística	Sistema de Captação de Recursos do Município de Farroupilha
		Gestão Sustentável	Eko Residence Hotel
		Turismo de Base Comunitária	Roteiros de Turismo de Base Comunitária – Gramado
Estruturação de Produto	Ampliação, recuperação, qualificação, valorização da oferta e diversificação do consumo dos produtos turísticos do Rio Grande do Sul. Desenvolvimento da atividade turística, estruturação do segmento, promovendo identidade e competitividade ao produto turístico de cada destino.	Ecoturismo	Zoo Noturno, a Fauna Brasileira Como Você Nunca Viu – Gramado
		Turismo Religioso	Corpus Christi e Romaria ao Frei Salvador – Flores da Cunha
		Enoturismo	Criação do Vinho Oficial da Copa do Mundo 2014 – Bento Gonçalves
		Turismo Rural	Turismo Rural na Agricultura Familiar – Osteria Della Colombina – Garibaldi
		Turismo de Negócios e Eventos (MICE)	Vila Ventura Ecoresort – A Copa e seu legado – Viamão
		Turismo Histórico-cultural	Passeio das Artes no Distrito Criativo de Porto Alegre
		Turismo Pedagógico	Primeira Fazenda de Turismo Rural Pedagógica do Brasil – Quinta da Estância – Viamão
		Turismo de Experiência	Caminho do Gol – de Porto Alegre para o Mundo
Hospitalidade	Capacidade de receber visitantes ou clientes de forma agradável, gerando conforto, permitindo que a pessoa se sinta à vontade e que usufrua de serviços de qualidade, tratando do conjunto de ações relativas à qualificação dos serviços e dos profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo e que contribuem para a elevação do padrão de qualidade dos produtos e serviços turísticos.	Serviços	Porto Alegre Guide
		Qualificação profissional	Qualificação Profissional – Programa de Qualificação Profissional para a Copa do Mundo 2014 – Viamão
		Acessibilidade	Bustour – Meio de Transporte para mais de 30 Atrativos de Canela e Gramado
Entretenimento e Lazer	Iniciativas de desenvolvimento, estruturação e qualificação do turismo de entretenimento e lazer, bem como a promoção das manifestações artísticas e culturais como um bem das populações locais, com o objetivo de ampliar a diversificação do produto turístico.	Parque Natural	Incremento da Atratividade em Minas do Camaquã – Minas <i>Outdoors Sports</i>
		Parque Temático	<i>Snowland</i> – O 1º Parque de neve Indoor das Américas
		Evento	Sonho de Natal – Canela
Promoção e Marketing	Promoção dos atrativos, segmentos e produtos turísticos, consolidação e posicionamento do destino nos mercados nacionais e internacionais, potencializando as ferramentas de promoção e possibilitando o incremento do fluxo turístico.	Estratégia de Promoção	Vídeo Promocional de Veranópolis
		Estratégia de Marketing	Plano de Marketing 2014-2016 de Antônio Prado – Antônio Prado
		Marca turística	Terra dos Bons Ventos: o Litoral Norte por Completo, ao Natural – Osório

Fonte: Rio Grande do Sul, (2012, p. 76-81).

Quanto a isso, dos 83 trabalhos finalistas nas cinco categorias analisadas, foram selecionados 22 trabalhos como sendo as melhores práticas inovadoras em turismo no

Rio Grande do Sul, e mais 1 foi considerado como *Hors Concours* pelos jurados (a “Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo”, realizada há 33 anos). As categorias analisadas atendem às diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Turismo nas suas metas e desafios. (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p. 76-81).

O Quadro 5 apresenta as dimensões da inovação (impacto, abrangência, objeto, dimensão) nos trabalhos ganhadores do II Prêmio Inovação do Turismo do RS.

Quadro 5 – Dimensões de Inovação identificadas nos trabalhos analisados

Trabalhos Pesquisados	Impacto	Abrangência	Objeto	Dimensão
Banco de Dados Hoteleiros	Radical e Incremental	Produto Processo		Regular
Bustour – Meio de transporte para mais de 30 atrativos de Canela e Gramado	Radical	Produto	Nicho	
Caminho do Gol – De Porto Alegre para o mundo	Radical	Posição	Marketing	
Corpus Christi e Romaria ao Frei Salvador – Flores da Cunha	Incremental	Produto		
Criação do Vinho Oficial da Copa do Mundo 2014 – Bento Gonçalves	Incremental	Produto	Marketing	
Eko Residence Hotel	Incremental			Regular
Incremento da Atratividade em Minas do Camaquã – Minas Outdoors Sports	Incremental	Produto Posição		
Jornada Nacional de Literatura de Passo Fundo	Incremental			Regular
Passeio das Artes no Distrito Criativo de Porto Alegre	Incremental	Produto		Regular
Plano de Marketing 2014-2016 de Antônio Prado – Antônio Prado	Incremental	Posição	Marketing	
Porto Alegre Guide	Radical	Produto	Marketing	
Primeira Fazenda de Turismo Rural Pedagógica do Brasil – Quinta da Estância – Viamão	Radical			de Nicho
Qualificação profissional – Programa de qualificação profissional para a Copa do Mundo 2014 – Viamão	Incremental	Produto		Regular
Roteiros de Turismo de Base Comunitária – Gramado	Radical e Incremental	Produto		Regular e de Nicho
Sistema de Captação de Recursos do Município de Farroupilha	Incremental	Processo	Organização	
Snowland – O 1º Parque de neve Indoor das Américas	Radical	Produto		de Nicho
Sonho de Natal – Canela	Incremental	Produto Processo Posição		
Terra dos Bons Ventos: o Litoral Norte por Completo, ao Natural – Osório	Incremental	Posição	Marketing	Regular
Turismo como vetor de desenvolvimento no Vale do Taquari, através da Governança Regional da AMTURVALES – Encantado	Incremental	Produto Processo Organização		Regular
Turismo Rural na Agricultura Familiar – Osteria Della Colombina – Garibaldi	Incremental			Regular
Vídeo Promocional de Veranópolis	Incremental		Marketing	
Vila Ventura Ecoresort – A Copa e seu legado – Viamão	Incremental	Produto		Regular
Zoo Noturno, a Fauna Brasileira Como Você Nunca Viu – Gramado	Radical	Produto		

Fonte: Dados da pesquisa.

5 Conclusões

Este trabalho atingiu seu objetivo, que era analisar a segunda edição do *Prêmio Inovação do Turismo do RS*, identificando quais as principais dimensões do conceito de inovação que se destacam nos projetos ganhadores do edital. Percebe-se que a maioria das premiações refere-se a inovações de caráter incremental e, mesmo as de caráter radical podem ser consideradas assim para o município, ou para a região, e não para o Brasil ou para o mundo. No entanto, todas as iniciativas causam impacto na economia, visto que buscam incrementar o turismo para atrair mais visitantes.

A importância do *Prêmio Inovação* está, principalmente, em valorizar e estimular as boas práticas em turismo também em órgãos públicos, como Prefeituras Municipais e consórcios, o que acaba mexendo de forma positiva com a governança de turismo no estado, proporcionando maior integração entre o *trade* turístico. Para estimular ainda mais a inovação no turismo, pode ser inserida uma categoria específica para a valorização de novas tecnologias e pesquisas nessa área interdisciplinar, que envolve tantos setores da economia.

Analisando-se as categorias do prêmio, percebe-se que, em uma nova edição da premiação, seria importante a criação de categorias que estimulassem a criatividade para o turismo do futuro, baseado em como será o perfil do viajante. A *Future Traveller Tribes* (2030) aponta seis perfis diferentes: Buscadores de capital social; Puristas culturais; Viajantes éticos; Buscadores de simplicidade; Participantes por obrigação; e Caçadores de Recompensa. (FUTURE TRAVELLER TRIBES, 2015).

Diante de tantos trabalhos que concorreram e se classificaram para o Prêmio Inovação, em suas duas edições, é possível concluir que o turismo no RS tem muitas possibilidades de inovação, as quais podem vir também do conhecimento que vai sendo adquirido e da aplicação de experiências nacionais e internacionais bem-sucedidas. A premiação dá visibilidade a práticas que podem ser reproduzidas nas regiões turísticas do estado, estimulando o setor de forma geral. Entretanto, Tidd, Bessant e Pavitt (2008, p. 32) referem: “A inovação está no olho de quem vê”. Caso ocorra nova edição do Prêmio Inovação, será necessário um trabalho intensificado da Secretaria Estadual de Turismo quanto à difusão do conceito de inovação, para que trabalhos inovadores de fato não deixem de ser inscritos por não se perceberem dessa forma.

Finalmente, o Prêmio Inovação do Turismo do RS, por estimular a criatividade de empresas e do setor público na geração de novos produtos interessantes para o turismo, reunir o setor público, o privado e as instituições que fazem parte da Governança do Turismo do Rio Grande do Sul, tem potencial para ser instituído como uma política

pública de incentivo e desenvolvimento do turismo no estado, que pode ser o pioneiro no Brasil nessa experiência.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Estatísticas básicas do turismo*. 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BRASIL. MTUR. Ministério do Turismo. Coordenação-Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. *Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8: promoção e apoio à comercialização*. Brasília: MTUR/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.

DECELLE, Xavier. art. *A Conceptual and Dynamic Approach to Innovation in Tourism*. Paris: Institut de Recherches et d'Etudes Supérieures du Tourisme (Irest); Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2004.

FUTURE Traveller Tribes. *Understanding tomorrows travel*. future foundation. Amadeus. 2015. Disponível em: <<http://www.amadeus.com/documents/future-traveller-tribes-2030/travel-report-future-traveller-tribes-2030.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

MOESCH, Marutschka. O fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: GASTAL, Susana (Org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Manual de Oslo: *Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Paris: OCDE, 2005.

OMT. Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. Madrid: OMT, 2001.

PANROTAS. Notícias. Turismo. Tecnologia. *Seis concorrem ao Prêmio PANROTAS de Inovação*. Disponível em: <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/tecnologia/seis-concorrem-a-premio-panrotas-de-inovacao-veja_98147.html>. Acesso em: 21 maio 2015.

PEREZ, Carlota. Revoluciones tecnológicas, câmbios de paradigmas y de marco socioinstitucional. In: ABOITES, J.; DUTRÉNIT, G. *Inovación, prendizaje y creación de capacidades tecnológicas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana; Unidade Xochimilco, 2004.

PERNAMBUCO. *I Prêmio Inovação em Turismo do Recife: Regulamento*. 2014. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/I-Pr%C3%AAmio-Inova%C3%A7%C3%A3o-em-Turismo.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2015.

REJOWSKI, Mirian. *Turismo e pesquisa científica*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

RIO GRANDE DO SUL. *Institucional: SETUR-RS*. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/conteudo/2167/Setur-RS>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. *Análises setoriais do Observatório de Turismo do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.setur.rs.gov.br/upload/1419267773_CADERNO%20PRONTO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano de desenvolvimento do turismo do Rio Grande do Sul: 2012-2015*. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. SETUR. Publicações. II PRÊMIO INOVAÇÃO DO TURISMO RS. Anexos. **Edital nº 003/2014**. Disponível em: <<http://www.setur.rs.gov.br/conteudo/2784/ii-premio-inovacao-do-turismo-rs/termosbusca=pr%C3%AAmio%20inova%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. SETUR. Publicações. II PRÊMIO INOVAÇÃO DO TURISMO DO RS. *Anexo III*. Edital 003/2014. Ficha de Inscrição.

RIO GRANDE DO SUL. SETUR Publicações. II PRÊMIO INOVAÇÃO DO TURISMO DO RS. Anexos. *Conceitos e subcategorias*. Disponível em: <<http://www.setur.rs.gov.br/conteudo/2784/ii-premio-inovacao-do-turismo-rs/termosbusca=pr%C3%AAmio%20inova%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Notícias. *SETUR apresenta edital do II Prêmio Inovação do Turismo RS*. Disponível em: <<http://www.setur.rs.gov.br/conteudo/2780/setur-apresenta-edital-do-ii-premio-inovacao-do-turismo-rs/termosbusca=pr%C3%AAmio%20inova%C3%A7%C3%A3o>>. 15 de setembro de 2014. Acesso em: 20 abr. 2015.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. *Comportamento do consumidor*. Trad. de Dalton Conde de Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

UNWTO. World Tourism Organization Network. 28 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://know.unwto.org/es/node/29210>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

O desenvolvimento em municípios selecionados do Corede Metropolitano Delta do Jacuí, no período de 2000 a 2010: um estudo da dimensão *educação*

Karen Forneck Cardoso* – Angélica Massuquetti**

Resumo: O objetivo do artigo é analisar o desenvolvimento da dimensão *educação* em cinco municípios do Corede Metropolitano Delta do Jacuí, no período de 2000 a 2010, observando a evolução do IDHM, do IDHM Educação e de seus subíndices. Os dados analisados foram extraídos do *Atlas Brasil* e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A Teoria do Capital Humano mostra a importância que um nível mais elevado de educação pode ter sobre fatores, como: renda, produtividade e desenvolvimento, além das externalidades sociais positivas geradas. Constatou-se que os municípios evoluíram positivamente no IDHM Educação, no nível de crianças e jovens na escola e na taxa de frequência, o que contribuiu para a melhora geral no IDHM.

Palavras-chave: Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Educação. Desenvolvimento. IDHM.

Abstract: The aim of this study is to analyze the development of Education dimension in five municipalities of the Corede Metropolitano Delta do Jacuí, in the period 2000-2010, observing the evolution of IDHM, IDHM Education and their sub-indices. The analyzed data were extracted from Atlas Brazil and United Nations Development Programme (UNDP). The Human Capital Theory shows the importance of a higher level of education can have in factors as the income, productivity, development and positive social externalities. It was found that the municipalities positively developed in the IDHM Education, in the level of children and youth in school and frequency rate, which contributed to an overall improvement in IDHM.

Keywords: Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Education. Development. IDHM.

1 Introdução

A partir dos anos 50 (séc. XX), começaram a surgir estudos que abordavam que o capital humano também influenciava na produtividade, além dos fatores trabalho e capital. (VIANA; LIMA, 2010). Os principais autores ligados à Teoria do Capital Humano são Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1964) e esses pesquisadores asseguram que a educação e o treinamento aumentam a capacidade dos indivíduos, o que contribui com sua produtividade e influencia vários aspectos da vida humana – externalidades sociais. A Teoria do Capital Humano busca mostrar, portanto, a relação existente entre investimentos em educação e crescimento econômico.

Ao considerar que o investimento em educação gera externalidades sociais positivas, refletidas em aumento da produtividade e renda, melhor percepção sobre temas relacionados à saúde, desenvolvimento cultural, entre outros, o presente estudo tem o objetivo de analisar a evolução do desenvolvimento da dimensão educação, no

* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Unibic/Unisinos. *E-mail:* karenforneck@gmail.com

** Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE/Unisinos). *E-mail:* angelicam@unisinos.br

período de 2000 a 2010, nos Municípios de Alvorada, Glorinha, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão, que integram o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Metropolitano Delta do Jacuí.¹

A pauta de políticas públicas sobre a dimensão educação é antiga no Brasil. De fato, para se chegar a um ideal de atendimento por parte desse serviço, com sua universalização e qualidade de ensino, são necessários debates sobre a distribuição de responsabilidades, a alocação de recursos públicos, os indicadores que medem quantitativa e qualitativamente dados sobre educação, etc. Acredita-se que, dessa forma, haverá conscientização por parte dos gestores públicos e aprimoramento da oferta de ensino.

Como metodologia empregada no estudo, avaliaram-se os índices e indicadores de educação, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação e o IDHM, que refletem o desempenho dos municípios em dado período.

Este estudo está dividido em cinco seções, considerando a Introdução e as Considerações Finais. Na segunda seção, apresenta-se a abordagem teórica do capital humano; na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos do estudo, e, por fim, na quarta, são analisados os resultados da pesquisa.

2 Capital humano e educação

O estudo sobre Economia da Educação surgiu a partir da Teoria do Capital Humano, desenvolvida por Theodore W. Schultz. Em 1961, o autor lançou sua obra *Investment in Human Capital*. Então professor da Universidade de Chicago, propôs uma teoria que buscava explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano na produção. Até então, os ganhos de produtividade eram medidos pelos fatores trabalho e capital (máquinas e equipamentos). O autor acreditava, contudo, que o trabalho humano, acrescido de educação e treinamento, era um fator adicional para explicar os ganhos de produtividade e o aumento da renda do trabalhador. (SCHULTZ, 1961).

Schultz definiu a importância da educação e sua influência no capital humano da seguinte forma:

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfação às pessoas no momento em que obtêm um tipo de educação, é primordialmente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição das capacitações que oferece satisfação futura ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. [...] Proponho [...] tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referir-me-ei a ela (educação) como capital humano. (1963, p. 79).

¹ O Corede Metropolitano Delta do Jacuí é formado também pelos seguintes municípios: Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Gravataí, Guaíba e Triunfo, além dos citados.

Segundo Motta (2009), a qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador – tornando-o mais produtivo – como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do País e equalização social. Schultz (1973) já citava que os investimentos em educação geram melhorias nas condições econômicas da população e externalidades sociais positivas,² pois um maior nível cultural influencia positivamente em outros aspectos da vida social, como, por exemplo, cuidados com a saúde, melhor convívio social, consciência civil, desenvolvimentos pessoal e intelectual. Enfim, os indivíduos conhecem seus direitos e deveres, sabem questionar decisões de cunho político e difundem a democracia.

Os investimentos em educação são considerados de longo prazo devido às mudanças gradativas que ocorrem na população. Tais mudanças se refletem nas tomadas de decisão mais racionais, na postura ante problemas sociais e no planejamento do futuro. Uma dessas mudanças é a que ocorre na unidade familiar, cujos pais fornecem estrutura emocional e financeira para que os filhos estudem. A entrada no mercado de trabalho é adiada, pois há preferência por adquirir maior educação formal, projetando um retorno financeiro mais elevado, bem como diversas opções de atividades que desejam desempenhar. (SANTOS, 2008). Segundo Moretto (2002), os filhos inspiram-se nos pais como modelos e absorvem seus valores pessoais. Os valores adquiridos pelos filhos têm um efeito muito maior sobre o emprego, a educação e outras realizações como adultos do que o montante de dinheiro que os pais possuem. Esse conhecimento e valores que são passados de geração em geração perpetuam a importância que a educação tem para a construção de uma sociedade mais desenvolvida social e economicamente.

Trazendo novamente a contribuição de Schultz, o autor elaborou sua definição de educação:

O que a educação tem como constante [...] é o ensino e o aprendizado. Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a

² Em 1990, a Capital Quito, no Equador, realizou um grande projeto de expansão da sua rede de água e esgoto, com foco nos bairros mais pobres. O objetivo era reduzir a mortalidade infantil elevada da região (40 crianças por mil nascidos vivos) e aumentar o acesso à água potável da população (na época, apenas 60% da população tinha acesso, sendo que na periferia eram 39%). Em 2001, foi realizada nova análise e se constatou que a cobertura de saneamento havia aumentado para 82% na cidade e, na periferia, o percentual subira para 73%. A mortalidade infantil caiu para 30 crianças por mil nascidos vivos. Os resultados positivos, apesar de apresentarem melhora, ficaram aquém do esperado. Estudos estatísticos mostraram que o efeito do programa foi uma redução de cerca de dez crianças por mil nascidas vivas, mas houve impacto diferenciado segundo o nível educacional das mães de família. Em famílias cujas mães tinham o Ensino Fundamental completo, o resultado foi de 16 crianças por mil nascidas vivas. Concluiu-se que a falta de educação formal de algumas mães impossibilitou que elas lessem a cartilha distribuída a todos os beneficiários com explicações para prevenção de doenças infecto-contagiosas. Isso impediu que tirassem proveito das melhores condições de saneamento, por isso, apesar de ter água e esgoto em casa, continuaram com as mesmas práticas insalubres que tinham antes. (BRASIL, 2006).

torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades [...]. A ação ou o processo de atingir um ou mais desses objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação. (1973, p. 18).

A educação é adquirida através de estudos ou práticas de treinamento e é um conhecimento específico de quem a absorve. Sempre que se investe em capital humano, espera-se que haja maior produção, maiores lucros e mais qualidade. Investir em capital humano é exatamente isso, é qualificar-se para oferecer informações e trabalho com mais competência técnica. Segundo Motta (2009), o estudo desperta curiosidade sobre assuntos diversos, elemento necessário para pesquisas e modernização dos fatores de produção. O autor argumentou, ainda, que também é um instrumento de equalização entre países e regiões, bem como entre classes.

Para Becker (1993), a educação formal eleva gradativamente a renda pessoal, e as evidências mostram que as pessoas com mais escolaridade recebem, em média, salários mais altos, e que essa diferença é maior nos países menos desenvolvidos. (ANDRADE, 2010). O capital humano é discutido também como fator fundamental para a diminuição das desigualdades sociais. Segundo Viana e Lima (2010), o mesmo é um importante dispositivo para amenizar as disparidades regionais, homogeneizando o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico entre regiões.

Para Almeida e Pereira (2000), a inserção de capital humano no espaço geográfico tem sido um dos principais métodos, politicamente utilizados, para a redução da pobreza e diferenciais de renda. Uma sociedade com nível intelectual maior traz benefícios à região em que está inserida. A saúde, uma das dimensões avaliadas pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é diretamente afetada pelo fator educação. Pessoas alfabetizadas buscam mais informações, aprendem formas de prevenção de doenças, alimentação saudável, práticas de exercícios e cuidados com a higiene, por exemplo. Essas atividades, em conjunto com o conhecimento já adquirido, geram impacto no índice de expectativa de vida, mortalidade infantil, entre outros.

Os países em desenvolvimento têm uma taxa de investimento em educação menor do que a de países desenvolvidos, ou seja, os países mais desenvolvidos formam mais capital humano, que gera maior produtividade à nação. O montante que resulta dessa ação pode ser reinvestido para aumentar novamente a quantidade de indivíduos com formação escolar e melhorar sua qualificação. Segundo Schultz (1961), o pouco capital humano existente em países pobres é uma limitação que impede o melhor uso do investimento em capital físico, tornando-se um fator limitador de crescimento.

Pelo fato de o capital humano acrescentar produtividade, conhecimento e melhorias nos âmbitos profissional, pessoal e econômico, o estudo dessa dimensão é

importante, pois pode contribuir para o aprimoramento de políticas públicas. O Brasil é um país deficitário na área de educação, estando em 60º lugar, em um *ranking* mundial de educação de um total de 76 países, medido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), através de um teste de Ciências e Matemática com alunos de 15 anos. O estudo auxilia no crescimento da *nação*, pois indivíduos mais produtivos geram riqueza e crescimento sustentado à economia e ao desenvolvimento humano; as externalidades ultrapassam o individual e se expandem à sociedade em geral, melhorando a qualidade de vida.

3 Métodos e procedimentos

3.1 Critério de seleção dos municípios

Os critérios para escolha dos cinco municípios selecionados neste estudo foram: os quatro municípios com menor IDHM Educação e o município com o maior nessa mesma dimensão, em 2010, dentre os dez integrantes do Corede Metropolitano Delta do Jacuí.

Os Municípios de Alvorada, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha e Viamão estão na faixa de desenvolvimento baixo e apresentaram, respectivamente, os seguintes valores para o IDHM Educação: 0,564, 0,593, 0,594 e 0,591. Porto Alegre, o quinto município selecionado, alcançou a faixa de alto desenvolvimento, com índice de 0,702, valor mais elevado que o do Brasil (0,637) e do Rio Grande do Sul (0,642 – médio desenvolvimento), em 2010, nessa mesma dimensão. Dos cinco municípios selecionados, quatro apresentam IDHM Educação menor que o do Brasil e o estado, para o ano de 2010. Ao selecionar os municípios dessa forma (menor e maior desenvolvimentos), é possível visualizar se o município com maior índice de desenvolvimento registra evolução maior que os municípios com pior desempenho.

3.2 Índice, indicadores e fonte de dados

Para a análise do desenvolvimento em municípios selecionados do Corede Metropolitano Delta do Jacuí, foram selecionados o IDHM e o IDHM Educação. O índice do IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda – e varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1 estiver maior é o desenvolvimento humano. Há cinco níveis caracterizados como Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal, sendo: de 0 a 0,499 muito baixo; de 0,500 a 0,599 baixo; de 0,600 a 0,699 médio; de 0,700 a 0,799 alto; e de 0,800 a 1 muito alto desenvolvimento. Para o cálculo do IDHM é feita a agregação de três dimensões do desenvolvimento humano: oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e de ter um padrão de vida que

garanta as necessidades básicas. A representação de cada uma, seguindo a ordem, é saúde, educação e renda. (PNUD, 2015).

No ano de 2012, a metodologia de cálculo do IDHM foi alterada pelo PNUD Brasil, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O objetivo era adaptar-se à metodologia do IDH Global, ou seja, utilizar as mesmas três dimensões: longevidade, educação e renda. Essa alteração permitiu que fossem utilizados indicadores mais apropriados para avaliação do desenvolvimento dos municípios brasileiros. A metodologia global foi adequada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. (ATLAS BRASIL, 2015).

Em relação especificamente à dimensão *educação*, foram escolhidos os dois subíndices disponibilizados pelo PNUD, utilizados para o cálculo do IDHM Educação, que são: escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. O primeiro subíndice é medido pela média aritmética do percentual de crianças entre 5 e 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental completo e do percentual de jovens entre 18 e 20 anos com Ensino Médio completo, tendo peso 2; o segundo subíndice é medido pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com Ensino Fundamental completo, tendo peso 1. O cálculo é feito considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100%, e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, e para convertê-las em um índice que varia entre 0 e 1, divide-se a taxa por 100. (ATLAS BRASIL, 2015). Os dados são do Censo Demográfico do IBGE e o objetivo dessa composição é acompanhar a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. (PNUD, 2015). Esses subíndices foram apresentados para os municípios eleitos, no período de 2000 a 2010. As fontes de pesquisa foram o PNUD, a Fundação João Pinheiro e o Ipea.

A taxa de frequência bruta é a razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o Ensino Básico (Fundamental ou Médio) e a população na faixa etária de 6 a 17 anos, multiplicada por 100. A taxa de frequência líquida é a razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 17 anos frequentando o Ensino Básico (Fundamental ou Médio) e a população total dessa mesma faixa etária multiplicado por 100. A taxa líquida mostra a população na faixa etária analisada que está no Ensino Básico. O mesmo método é aplicado à pré-escola, sendo que a faixa de idade utilizada é entre 0 e 5 anos. (ATLAS BRASIL, 2015). Idealmente, a taxa líquida deveria ser igual à taxa bruta, pois indica que as crianças da faixa de idade analisada que deveriam frequentar o ensino, estariam frequentando na idade correta. E a taxa líquida deveria se aproximar ao máximo de 100, pois todas as crianças e jovens que deveriam estar na escola estariam.

A análise dos dados sobre educação de cada município é relevante, pois permite identificar o desenvolvimento dessa dimensão. Assim, no Quadro 1, é apresentada a síntese do índice e dos subíndices empregados neste estudo.

Quadro 1 – Índice, indicadores e fontes dos dados

Índice/Subíndice/Indicador	Descrição	Período	Fonte
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	2000/2010	PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea
IDHM Educação	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação	2000/2010	PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea
Fluxo escolar da população jovem	Nível de ensino conforme a faixa etária: de 5 a 6; de 11 a 13; de 15 a 17 e de 18 a 20; anos.	2000/2010	PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea
Fluxo escolar da população jovem	Taxa de frequência na pré-escola e no Ensino Fundamental	2000/2010	PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4 Resultados e discussão

Nesta seção, busca-se analisar os indicadores e índices de educação tendo como base a teoria do capital humano. Um dos precursores dessa teoria, Schultz (1961), acreditava que a educação era um fator adicional para explicar os ganhos de produtividade e o aumento da renda do trabalhador. Em estudo feito por Queirós (2014), por exemplo, comprovou-se a importância do capital humano – maior escolarização da população – como gerador de crescimento e desenvolvimento econômico.

A Tabela 1 apresenta o IDHM e suas dimensões para o período de 2000 a 2010. Além da *Educação*, foco deste estudo, o conhecimento das dimensões *Renda* e *Longevidade* mostram as demais condições de desenvolvimento dos municípios.

Tabela 1 – IDHM por dimensão nos cinco municípios selecionados: 2000-2010

Município	IDHM		IDHM Renda		IDHM Longevidade		IDHM Educação	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alvorada	0,58	0,7	0,64	0,694	0,805	0,874	0,382	0,564
Glorinha	0,59	0,71	0,67	0,716	0,82	0,859	0,37	0,593
Porto Alegre	0,74	0,81	0,83	0,867	0,811	0,857	0,612	0,702
Santo Antônio da Patrulha	0,62	0,72	0,64	0,718	0,784	0,866	0,474	0,594
Viamão	0,62	0,72	0,67	0,72	0,844	0,866	0,423	0,591

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Atlas Brasil (2015).

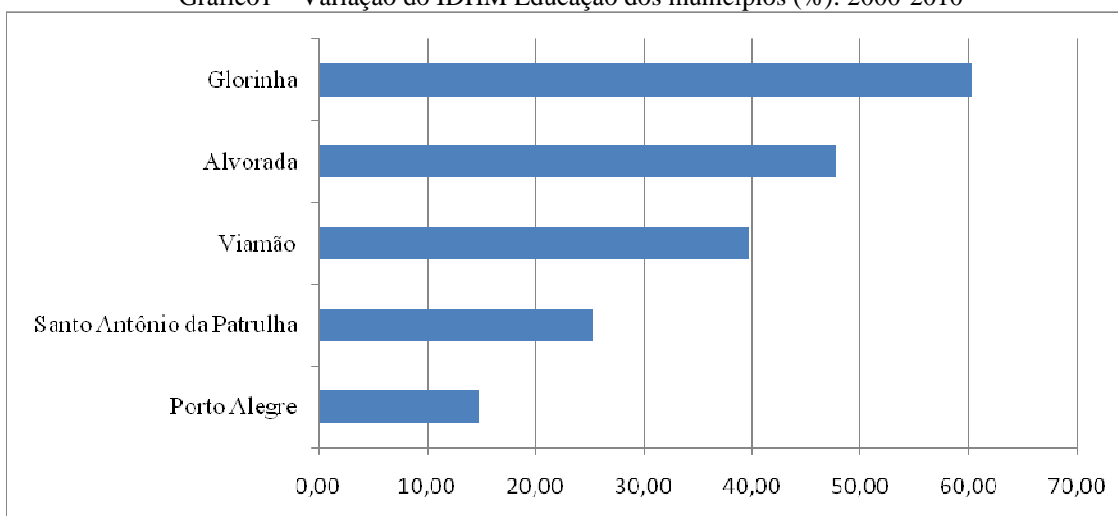
Analisando o desenvolvimento via IDHM e IDHM Educação de cada município, observou-se que o Município de Alvorada permaneceu na mesma faixa de desenvolvimento nas dimensões *Renda* e *Longevidade*, médio e muito alto desenvolvimento – 0,694 e 0,874 – respectivamente. Já na dimensão *Educação*, foi

observada uma evolução, saindo de muito baixo para baixo desenvolvimento – de 0,382 para 0,564. Esse resultado positivo se refletiu no IDHM, que passou de baixo (0,582) para médio desenvolvimento (0,699), e ressalta, ainda, as conclusões do estudo de Käfer (2014), que concluiu que o nível educacional influencia positivamente nos aspectos sociais, principalmente em países em desenvolvimento, pois as externalidades sociais advindas geram benesses à população.

Glorinha obteve melhora na dimensão *Renda*, de médio para alto desenvolvimento – de 0,666 para 0,716; no IDHM *Longevidade*, permaneceu com muito alto desenvolvimento – 0,859; e em *Educação*, obteve ganho, indo de muito baixo para baixo desenvolvimento – de 0,37 para 0,593, entre 2000 e 2010. O IDHM do município passou de baixo para alto desenvolvimento – 0,587 para 0,714, gerado pelo incremento em duas áreas analisadas, renda e educação. O resultado positivo obtido pelo Município de Glorinha sinaliza o que a teoria do capital humano chama de externalidades sociais positivas, ou seja, maior nível educacional e cultural influencia positivamente nos demais aspectos da vida social, como, por exemplo, melhores cuidados pessoais, que aumentam a longevidade e melhoram a qualidade de vida. (SCHULTZ, 1973).

A Capital do estado, Porto Alegre, registra patamares de desenvolvimento satisfatórios, sendo que das três dimensões, duas estão com muito alto desenvolvimento – Renda e Longevidade – 0,867 e 0,857, respectivamente, ao longo de todo o período analisado. O IDHM Educação obteve ganho, passando de médio para alto desenvolvimento – de 0,612 para 0,702, o que gerou a elevação do nível do IDHM para muito alto desenvolvimento, com resultado de 0,805. Em comparação com os demais municípios, Porto Alegre demonstrou maior desenvolvimento absoluto nas três dimensões, mas, ao analisar a variação percentual do índice entre os anos de 2000 e 2010, observou-se que Porto Alegre foi o município que menos evoluiu no IDHM Educação, dos cinco analisados, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico1 – Variação do IDHM Educação dos municípios (%): 2000-2010



Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Atlas Brasil (2015).

Santo Antônio da Patrulha apresentou evolução nas três dimensões: Renda de médio para alto desenvolvimento – de 0,642 para 0,718; Longevidade de alto para muito alto desenvolvimento – de 0,784 para 0,866; e Educação, dimensão com menor nível, obteve melhora, indo de 0,474 para 0,594 – ou seja, de muito baixo para baixo desenvolvimento. Vale ressaltar que dentre as três dimensões, a Educação foi a que mais se desenvolveu. O IDHM do município em 2010 foi de alto desenvolvimento, com 0,717. Com Barbosa Filho et al. (2010), concluiu-se que a relação entre educação e crescimento econômico depende mais da qualidade da educação do que da quantidade. Nesse município, Santo Antônio da Patrulha, foi percebida uma melhora em todas as dimensões e, dentre elas, a *Educação* com maior peso, o que pode ter provocado a evolução da *Renda* e da *Longevidade* – externalidades sociais positivas.

Em Viamão, por fim, observa-se um perfil semelhante ao de Santo Antônio da Patrulha, igualando, inclusive, os valores do IDHM, evolução de 0,62 para 0,717. A dimensão *Renda* passou de médio para alto desenvolvimento – de 0,667 para 0,720; a *Longevidade* permaneceu com muito alto desenvolvimento – de 0,844 para 0,866; e a *Educação* aumentou de 0,423 para 0,591 – de muito baixo para baixo desenvolvimento. Mais uma vez, a *Educação* foi a dimensão que registrou maior ganho dentre as analisadas, no período entre 2000 e 2010. Esse resultado comprova, mais uma vez, o impacto do capital humano como fator determinante para o crescimento e desenvolvimento econômico e social, conforme pesquisa realizada por Cangussu et al. (2010), cuja análise do capital humano sobre a renda dos estados brasileiros comprovou a influência desse sobre o PIB *per capita*, como sendo maior que a exercida pelo capital físico.

A fim de agregar mais conhecimento à dimensão Educação do IDHM e sabendo que ela é composta por indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem, é feita uma análise desse indicador desagregadamente. Segundo o Atlas Brasil,

o fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. (2015).

Busca-se, dessa forma, acompanhar quatro momentos importantes para a formação da população jovem na vida escolar: entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do Ensino Fundamental; conclusão do Ensino Fundamental; e conclusão do Ensino Médio. (ATLAS BRASIL, 2015).

Analisando a Tabela 2, observa-se que, para o percentual de crianças de 5 e 6 anos na escola, todos os municípios apresentam melhora. Glorinha e Viamão registram evolução de 31 p.p.; Alvorada, de 28 p.p.; Porto Alegre, de 17 p.p.; e, por último, Santo Antônio da Patrulha, com 6 p.p. Glorinha, que em 2000 estava na terceira posição em comparação com os demais municípios, em 2010 alcançou a primeira posição, com 81% de crianças de 5 e 6 anos na escola. Alvorada e Viamão mantiveram-se abaixo dos demais, mas evoluíram fortemente de 2000 para 2010. Os outros dois municípios estão no segundo e no terceiro lugares, com um percentual em torno de 70% de crianças na escola.

Tabela 2 – Nível de ensino, de acordo com a faixa etária, nos municípios selecionados: 2000-2010

Região	% de 5 e 6 anos na escola		% de 11 a 13 frequentando os anos finais do Ensino Fundamental regular		% de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo		% de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alvorada	31,5	59,0	65,3	85,2	37,9	48,5	17,8	33,0
Glorinha	50,0	81,0	66,8	95,4	46,7	55,4	24,2	39,8
Porto Alegre	60,8	77,7	75,5	86,8	57,9	59,3	44,2	48,1
Santo Antônio da Patrulha	70,9	76,2	87,3	89,2	59,9	66,0	26,1	43,1
Viamão	32,8	63,2	71,5	88,1	42,0	51,9	23,5	35,8

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Atlas Brasil (2015).

O segundo item apresenta percentuais ainda mais elevados que o primeiro, indicando que, nos municípios analisados, em torno de 90% das crianças entre 11 e 13 anos estão frequentando os anos finais do Ensino Fundamental regular, no período de 2010. Entre o período de 2000 e 2010, houve evolução significativa, principalmente, de dois municípios: Alvorada e Glorinha. O primeiro registrou aumento de 20 p.p., e o

segundo teve um aumento de 28 p.p. Os ganhos obtidos por Glorinha podem ser justificados pelo aumento dos gastos com educação que foram feitos a partir de 2007.

No terceiro item, nota-se uma piora no indicador, quando comparado com os dois indicadores analisados anteriormente. O percentual de jovens entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental completo registra evolução entre 2000 e 2010, mas menor do que a observada em idades menores. Os municípios que tiveram melhor desempenho registraram um ganho de 11 p.p. – Alvorada, Glorinha e Viamão, enquanto Porto Alegre mostrou um avanço de 2 p.p., e Santo Antônio da Patrulha, de 6 p.p.

O indicador de porcentagem de jovens entre 18 e 20 anos com Ensino Médio completo não foi abordado nesta pesquisa, contudo, é apresentado, pois compõe o índice de fluxo escolar da população jovem, que foi apresentado na Tabela 2. Esse indicador aumentou nos municípios, no período analisado: 2000 a 2010. Mesmo com a evolução, nenhum registrou percentual acima de 50%, o que é abaixo do ideal, considerando que quanto mais perto de 100%, mais jovens nessa faixa etária concluirão o Ensino Médio completo na idade correta.

Na Tabela 3, observa-se que Glorinha novamente mostrou evolução superior aos demais municípios, passando de uma taxa de frequência bruta e líquida de 11 para mais de 50 para a pré-escola. Os demais também registraram aumento, mas com menor intensidade. O pior desempenho foi o de Alvorada, que, em 2010, registrou taxa de frequência bruta de 24 e frequência líquida de 19 na pré-escola. Na área de Educação Infantil – pré-escola –, observa-se, portanto, que a taxa de frequência está longe de 100, indicando que não estão sendo atendidas todas as crianças do município, na faixa etária de 0 a 5 anos, e que poderiam estar na escola. As taxas de frequência no Ensino Fundamental permaneceram quase constantes ao longo dos dez anos. A frequência bruta ficou acima de 100, significando que pode ter havido repetência e, por isso, acúmulo de alunos em determinadas séries, causando essa elevada taxa de frequência.

Tabela 3 – Taxa de frequência dos municípios sob estudo: – 2000-2010

Municípios	Taxa de frequência bruta na pré-escola		Taxa de frequência líquida na pré-escola		Taxa de frequência bruta no Ensino Fundamental		Taxa de frequência líquida no Ensino Fundamental	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Alvorada	11,9	24,1	11,2	19,6	104,7	106,8	87,5	91,5
Glorinha	11,3	59,6	11,3	53,9	104,8	107,9	90,0	93,4
Porto Alegre	32,0	47,1	29,2	38,7	105,7	110,8	90,8	92,0
Santo Antônio da Patrulha	28,7	45,6	28,7	38,4	106,2	106,6	93,7	90,9
Viamão	33,5	33,4	10,7	26,7	105,8	109,8	87,4	91,3

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de Atlas Brasil (2015).

Analisando a evolução dos indicadores, percebe-se uma melhora em todos os municípios. O aumento do IDHM Educação dos municípios contribuiu para o

desenvolvimento do índice global dos mesmos. Esse resultado ratifica que o capital humano tem impacto no desenvolvimento dos municípios, como citado por Andrade (2010), por Barbosa Filho et al. (2010), por Cangussu et al. (2010) e por Käfer (2014), confirmando a teoria do capital humano. Além disso, dentre os cinco municípios estudados, um apresenta IDHM de muito alto desenvolvimento – Porto Alegre; três apresentam IDHM de alto desenvolvimento – Glorinha, Santo Antônio da Patrulha e Viamão; e Alvorada, por fim, apresenta IDHM de médio desenvolvimento.

4 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa era analisar a evolução da educação e o desenvolvimento dessa dimensão, no período de 2000 a 2010, nos Municípios de Alvorada, Glorinha, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e Viamão, que integram o Corede Metropolitano Delta do Jacuí.

Os resultados revelaram que Porto Alegre demonstrava maior índice de desenvolvimento no início do período, em comparação com os demais, porém, obteve menor evolução dentre os municípios analisados, 0,09 pontos (0,612 em 2000 para 0,702 em 2010). A taxa de frequência, por faixa de idade, varia bastante no município, sendo que o percentual mais baixo é de jovens entre 18 e 20 anos com Ensino Médio completo (48,1% em 2010) e o mais alto é de crianças entre 11 e 13 anos nos anos finais do Ensino Fundamental (86,8% em 2010).

Glorinha foi o município que registrou maior aumento na área de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Na proporção de crianças de 5 e 6 anos na escola, Glorinha registrou melhora de 30,97 p. p., passando de 50,03% para 81%, no período de estudo. No que se refere ao Ensino Fundamental, o município fica atrás somente de Alvorada, dentre os cinco selecionados. O desenvolvimento obtido revela-se no IDHM Educação, que passou de 0,37 (muito baixo desenvolvimento) para 0,593 (baixo desenvolvimento), enquanto o IDHM passou de 0,587 (baixo desenvolvimento) para 0,714 (alto desenvolvimento), no período de 2000 a 2010, ou seja, o IDHM Educação evolui uma faixa, e o IDHM, duas faixas.

Alvorada apresentou a segunda maior evolução no IDHM Educação, dentre os cinco municípios analisados: de 0,182 pontos foi para 0,382 em 2000 e para 0,564 em 2010. Porém, ainda é o município com menor nível de crianças e jovens na escola, em todas as faixas estudadas. A taxa de frequência bruta e líquida para a pré-escola também não é satisfatória em comparação com os demais.

Os resultados também revelaram que a atuação do município no atendimento dos anos iniciais pode gerar bons resultados, comprovados pelas taxas de frequência e proporção de crianças na escola. Também foi observada a dificuldade de obter esses

mesmos resultados para o Ensino Fundamental, em que se nota uma proporção menor de concluintes e, portanto, uma carência nessa faixa etária. Ter ciência acerca desse problema é o primeiro passo para uma mudança, que poderia gerar maior evolução nos indicadores de educação e, conseqüentemente, melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas.

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se a inclusão de indicadores de qualidade na área da educação e que a pesquisa sobre educação abrange para os demais municípios do estado. O estudo mais aprofundado dos fatores que contribuem para a evolução do ensino trará benefícios a toda população e desenvolvimento socioeconômico à região.

Referências

ALMEIDA, E. P. D.; PEREIRA, R. S. Críticas a teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação). *Revista da Universidade Federal do Mato Grosso*. 2000. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>>. Acesso em: 12 out. 2014.

ANDRADE, R. D. *Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros*. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

ATLAS Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. *Atlas Brasil*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BARBOSA FILHO, D. H.; PESSÔA, S. D. A.; VELOSO, F. A. *Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira com ênfase no capital humano: 1992-2007*. *RBE*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 2, p. 91-113, abr./jun 2010.

BECKER, G. S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. *National Bureau of Economic Research*, New York, 1993.

BRASIL. M. D. E. S. D. E. B. *PRADIME (Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação)*. Brasília, 2006.

KÄFER, B. D. *Educação e desenvolvimento humano: um estudo dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento da América do Sul no período 1980-2010*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2014.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 66, n. 4, p. 281-302, Aug. 1958.

MOTTA, V. C. D. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. *Trabalhando Educação e Saúde*, v. 6, n. 3, p. 549-571, fev. 2009.

PNUD. PDNUP. O. D. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Brasil. *PNUD Brasil*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

QUEIRÓS, A. S. D. S. *Crescimento econômico, capital humano e especialização produtiva: uma análise empírica*. Porto: Faculdade de Economia/Universidade do Porto, 2014.

SANTOS, R. A. Teoria do Capital Humano: uma análise do caso brasileiro. *Análise*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 18-30, dez. 2008.

SCHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. *The American Economic Review*, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SCHULTZ, T. W. *O capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VIANA, G.; LIMA, J. F. D. Capital humano e crescimento econômico. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, dez. 2010.

Os desafios políticos do desenvolvimento humano: estudos na Serra gaúcha

João Ignácio Pires Lucas* – Alexandre Lamas Rodrigues**

Resumo: A hipótese central do trabalho é que a sequência do desenvolvimento humano ainda não se completou para os usuários das políticas sociais brasileiras, especialmente pela falta de reconhecimento das mesmas. Nesse sentido, são utilizados dados coletados em dois *surveys* com usuários das políticas sociais públicas em cidades da Serra do Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e São Marcos. O desenvolvimento humano é composto por três dimensões, segundo Inglehart (1997): economia, cultura democrática e participação política. Os resultados mostram que os usuários das políticas sociais nem formaram ainda uma cultura política democrática e participativa, nem formaram o reconhecimento de que são usuários de políticas públicas. Um dos motivos é a manutenção de uma cultura política clientelista.

Palavras-chave: Democracia. Política pública. Cidadania. Desenvolvimento humano. Direitos sociais.

Abstract: The central hypothesis of the study is that the sequence of human development is not yet completed for users of Brazilian social policies, especially the lack of recognition of their own social policies. In this sense, data is used collected in two surveys with users of public social policies in cities of Serra of Rio Grande do Sul, Caxias do Sul, Bento Gonçalves and São Marcos. Human development has three dimensions, according to Inglehart (1997): economy, democratic culture and political participation. The results show that users of social policies not yet formed a democratic and participatory political culture, not formed the recognition that public policies are users. One reason is the maintenance of a clientelist political culture.

Keywords: Democracy. Public policy. Citizenship. Human development. Social rights.

1 Introdução

O Brasil tem tido, nas últimas décadas, uma agenda pública fortemente baseada na implementação de políticas sociais públicas, algumas delas, como a Bolsa-Família, representando a característica principal do governo dos presidentes Lula e Dilma. Isso não é um processo exclusivo do Brasil, pois a Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL, 2009) já havia identificado Programas de Transferência de Renda (PTRs) em 17 países da América Latina, alcançando algo em torno de 20 milhões de famílias, mais de 100 milhões de pessoas. Por exemplo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o caso do Brasil, no ano de 2010, os 20% mais pobres (renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00) da população brasileira detinham cerca de (apenas) 2,41% da apropriação de renda nacional, enquanto os 20% mais ricos detinham perto de 63,40%. Ou seja, é um enorme desafio para o conjunto da

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor na Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Aluno no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

sociedade e, especialmente, para o Poder Público. E, nesse sentido, vários resultados positivos da ação das políticas sociais públicas foram aparecendo. É o caso da diminuição do número de pobres no Brasil. Em 2010, o Brasil ostentava o índice de 6,62% de pessoas extremamente pobres (renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00), enquanto o índice de 2000 foi de 12,48% (e 18,64% em 1991). E o índice de pobres baixou desde 1991, passando de 38,16% para 15,20%.

Esses dados e tantos outros têm motivado várias reflexões e estudos no sentido de serem percebidos os efeitos econômicos e políticos desse relativo empoderamento social. Este trabalho busca analisar certos efeitos políticos presentes na cultura política dos usuários das políticas sociais públicas brasileiras em cidades da região da Serra do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, São Marcos e Bento Gonçalves) que, em linhas gerais, podem estar relacionados à sequência do desenvolvimento humano sugerida por Inglehart e Welzel (2009). Para tanto, são utilizados dados de duas pesquisas realizadas entre 2009 (em Caxias do Sul) e 2012 (em São Marcos e Bento Gonçalves). Tais pesquisas foram realizadas com amostras significativas de usuários cadastrados nos programas sociais desenvolvidos pelas Prefeituras das respectivas cidades.

Essas cidades não são as que ostentam os piores índices de pobreza e extrema pobreza. Por exemplo, em relação à pobreza, Caxias do Sul (1,72%), São Marcos (1,41%) e Bento Gonçalves (1,31%) estão entre as cidades com menos pobres no Brasil. Ou seja, tais programas teriam incidido sobre uma população com mais recursos no geral, o que permitiu um empoderamento social, cultural e político muito rápido para os usuários mais carentes, pois esses já viveriam em localidades mais desenvolvidas, pelo menos no âmbito econômico. Porém, como poderá ser visto neste trabalho, não é isso que ocorre. Nessas cidades, bem como no Brasil todo, o empoderamento social oriundo da participação dos mais pobres em programas sociais brasileiros ainda não repercutiu positivamente nas dimensões culturais do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, o trabalho está dividido em duas partes: na primeira, discute-se a “sequência do desenvolvimento humano” sugerida na obra de Inglehart (1997), tendo como principal referência a sua obra e de Welzel, *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Na segunda parte, são apresentados e discutidos dados de pesquisas realizadas em cidades da Serra gaúcha.

2 O desenvolvimento humano e a cultura política

“Valores mais sólidos de autoexpressão transformam a modernização em um processo de desenvolvimento humano, produzindo um novo tipo de sociedade

humanística, promovendo a emancipação em várias frentes”. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 188).

Além de Inglehart e Welzel (2009), desde a segunda metade do século XX, a partir da obra de Almond e Verba (1965) e com as significativas contribuições do próprio Inglehart (1997) e Putnam (1996, 2003), entre outros, existe certo consenso entre os estudiosos de cultura política, até mesmo para o caso do Brasil, como nas reflexões de Baquero e Prá (2007), de que o desenvolvimento humano somente pode ser completado integralmente pela dimensão cultural numa perspectiva participativa e democrática que, depois, se consolida em instituições democráticas (para a manutenção do desenvolvimento e da própria cultura democrática). “A proporção de pessoas em uma sociedade que enfatiza os valores de autoexpressão está fortemente correlacionada tanto com medidas de desenvolvimento socioeconômico, como com instituições democráticas”. (INGLEHART; WEZEL, 2009, p. 188). E tais valores de autoexpressão constituem uma cultura político-democrática e de participação, pois os cidadãos não esperam pelos outros para decidir ou se responsabilizar por questões políticas e públicas. Até que existam verdadeiras instituições democráticas, há uma sequência do desenvolvimento humano que começa nas dimensões material e econômica e segue na formação de uma cultura política de autoexpressão.

O processo começa com o desenvolvimento socioeconômico, que reduz as restrições à escolha humana autônoma, ao incrementar os recursos econômicos, cognitivos e sociais das pessoas. Os recursos econômicos incluem riqueza e renda [...], que tornam as pessoas materialmente mais independentes. Os recursos cognitivos resultam do acesso à informação e à educação formal [...], que tornam as pessoas intelectualmente mais independentes. Os recursos sociais [...] aumentam quando a complexidade social envolve as pessoas em interações cada vez mais diversas, tornando-as socialmente mais independentes. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 188-189).

Para que um cidadão seja independente deve passar por um longo processo até chegar à dimensão social das interações. Putnam (1996) se refere a essa dimensão das interações como “capital social”, no sentido de uma sociedade civil organizada e participativa. Porém, antes, tanto Putnam (1996) quanto Inglehart (1997) entendiam que seria preciso uma base intelectual (cognitiva) oriunda de informação e educação. E, ainda antes de tudo isso, condições econômicas materiais para os cidadãos poderem se manter, como acesso à renda.

Quando, então, países ou regiões não reúnem tais condições, mesmo a primeira que é a material e econômica, além, é claro, das condições de cultura e participação? Que papel tem o Poder Público no estímulo a esse processo? Ou ele é puramente dependente da sociedade civil? Essas são indagações que levam, mais cedo ou mais

tarde, à discussão do papel do Poder Público – através da ação das políticas públicas, especialmente das sociais para a construção de condições materiais – para a viabilização do desenvolvimento humano. Nesse sentido, o acesso à renda é uma condição fundamental e inicial à construção de uma sociedade desenvolvida. Com renda, as pessoas podem acessar outros recursos para o seu desenvolvimento, tais como: saúde, educação, segurança, habitação etc., ou seja, para a sua formação integral no sentido de independência ou autonomia. Esses recursos podem ser conquistados no mercado, no momento em que elas tiverem renda para adquiri-los. Esses recursos podem ser alvo de direitos sociais, materializados a partir de políticas públicas, senão para todos os cidadãos, pelo menos para os mais vulneráveis e pobres, que é o caso do Brasil.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi publicada em 2004 com um dos princípios desse caminho: “Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade”. Além disso, nas diretrizes para a execução dessa política, consta a questão da participação dos usuários na própria gestão da política.

Ainda que programas assistenciais como o Bolsa Família – que transfere pouca renda (R\$ 77,00) para famílias pobres e de extrema pobreza – não formem uma base material adequada, ajudam a construir um Brasil sem miséria, como o título da ação intersetorial *Plano Brasil Sem Miséria*¹ que agrega programas sociais assistenciais. Também são importantes outros programas sociais como os das áreas da saúde e habitação. No caso da saúde, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que busca organizar toda a atenção básica à saúde,² está voltada a ter uma ação intersetorial com as ações de assistência e todas essas para a construção de um cidadão integral (porque é tratado dessa forma por diferentes programas e serviços) e autônomo.

Assim, a despeito das avaliações técnicas dentro das respectivas áreas, ou até no plano intersetorial que esses programas e serviços demandam, no que concerne à formação de uma cultura político-democrática e participativa dentro da matriz do desenvolvimento humano, é preciso que se verifique quanto os usuários agregam de participação política, bem como da própria capacidade cognitiva de conhecerem e avaliarem tais programas. Isso que poderá ser visto na seção posterior.

3 Cultura política patrimonialista

Duas pesquisas foram realizadas com usuários de programas e serviços sociais públicos em cidades do Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Bento Gonçalves e São Marcos, ambas com o objetivo de medir a avaliação que os usuários têm desses

¹ Disponível em: <<http://www.brasilsemisericia.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

² Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_esf.php>. Acesso em: 31 ago. 2015.

programas, a começar pelo próprio conhecimento deles, verificando também os efeitos políticos no incremento de uma cultura político-democrática e participativa.

A primeira pesquisa foi realizada em 2009, na cidade de Caxias do Sul, a partir de uma amostra de 638 entrevistados cadastrados nos programas e serviços referenciados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs) de sua cidade. Na época, Caxias do Sul dispunha de quatro desses centros.

O perfil social dos entrevistados revela uma população vulnerável. Do total, 93% eram mulheres, o que representa o grande percentual delas como chefes desses lares; 76% deles ou eram analfabetos ou com apenas o Ensino Fundamental incompleto, e 53% tinham um salário-mínimo como renda mensal familiar. A Tabela 1 traz mais informações sobre questões culturais e políticas.

Tabela 1 – Informações dos usuários do CRAS em Caxias do Sul, 2009

Questões	Respostas
Participa de algum movimento social ou político?	Sim 18% (112), Não 82% (526), Total 538
Dentre eles, de qual movimento participa?	Partido 3%, Sindicato 2%, Religiosos 63%, Associação de Moradores 26%, Clube de Mães 11%
Os programas como Bolsa Família são um direito ou favor?	Direito 50%, Favor 50%

Fonte: Pesquisa: Avaliação dos CRASs no município de Caxias do Sul – RS.

Pode-se observar que os usuários não desenvolveram uma cultura participativa, e a pouca participação ocorre em entidades e movimentos sociais religiosos. Mesmo movimentos sociais como os de bairros, que são fortes e tradicionais em Caxias do Sul, ou os partidos políticos não receberam valores significativos. Ao contrário, esses movimentos não atingem essas pessoas, fazendo com que elas, a despeito de serem carentes de direitos e serviços, fiquem relegadas à sua própria sorte, ou reféns de certos movimentos sociais religiosos, como os de matriz pentecostal (maioria dos citados).

Também é destacável a visão geral de que tais serviços e programas ambientados no CRAS são mais um favor concedido pelo Poder Público do que um direito dessas pessoas. Isso é reforçado pelo relato que os usuários deram sobre os atendimentos que recebem. A maioria dos entrevistados, cerca de 70%, respondeu que os técnicos do CRAS não perguntavam a eles nada sobre as propostas que estariam sendo feitas para o caso de cada um, nem sobre a situação em que se encontravam. A visão patrimonialista do atendimento (como favor e não como direito) é fruto desse tipo de atendimento: autoritário e sem diálogo (muito diferente das regras estabelecida para o atendimento dos técnicos nos CRASs segundo a PNAS (2004).

Na segunda pesquisa realizada em 2012, nas cidades de Bento Gonçalves e São Marcos, foram realizadas 282 entrevistas com chefes de domicílio e coletadas informações sobre eles e seus familiares (um total de 1.120 pessoas). As entrevistas foram feitas com usuários do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), referenciados nos CRASs e com usuários da ESF, referenciados nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). A inclusão dos usuários da ESF deveu-se ao objetivo de se analisar também a intersectorialidade proposta aos programas sociais governamentais. Ambos os serviços são direcionados as famílias de baixa renda, sendo essas atendidas por região da cidade.

A Tabela 2 traz informações sobre certas questões que tentam medir o grau de conhecimento, as ações de intersectorialidade e a participação política dos entrevistados.

Tabela 2 – Informações prestadas usuários do PAIF e da ESF de São Marcos e Bento Gonçalves – 2012

Questões	Total	Usuários do PAIF	Usuários da ESF	Usuários dos dois
Entrevistados	282	120	220	93
Conhece o PAIF?	4%	6%	4%	7%
Conhece a ESF?	16%	28%	18%	27%
É atendido pelos dois: PAIF e ESF?	33%	77%	42%	-
Tem acompanhado as políticas sociais do governo federal? (% de sim)	45%	48%	47%	51%
Média da avaliação das políticas sociais do governo federal entre 0 (péssimo) e 10 (ótimo)	6,6	7,1	6,5	7,1
Recebe informações de outros programas? (% de sim)	13%	14%	15%	16%
Participação política, ³ (% de sim)	6%	3%	6%	4%

Fonte: Pesquisa com usuários do PAIF e da ESF em Bento Gonçalves e São Marcos – 2012.

Como se pode verificar, como na pesquisa de 2009 em Caxias do Sul, também em Bento Gonçalves e São Marcos os usuários não participam politicamente de forma significativa. Se a sequência do desenvolvimento humano leva ao incremento da participação e organização social, isso ainda não ocorreu com esses usuários. Porém, o mais preocupante é o grau de reconhecimento que eles têm das próprias políticas sociais das quais são usuários. Apenas 4% deles conhecem o PAIF, sendo que para os próprios usuários o percentual é de 6%. Em relação à ESF, os percentuais não são muito melhores. Apenas 18% deles afirmam que são usuários e que sabem o que ela significa. Se a dimensão primeira do desenvolvimento humano é marcada pelas condições cognitivas das pessoas, essas ainda estariam num estágio inferior, pois nem reconhecem a própria política. Isso explica a pouca participação política, pois ela já estaria num patamar mais elevado da cultura política.

³ Participação em partidos políticos, sindicatos, associações de moradores ou de outra espécie.

Destaca-se, também, o pouco conhecimento acerca de outros programas, bem diferente dos objetivos intersetoriais presentes nas diretrizes das políticas sociais públicas. Se o reconhecimento dos programas já é frágil, ainda pior é o reconhecimento dessas ações e medidas.

4 Considerações finais

A construção de uma sociedade desenvolvida do ponto de vista do desenvolvimento humano pressupõe grandes esforços não apenas econômicos, mas também políticos e culturais. Parte deles deve ser assumida pelo Poder Público, especialmente na criação e manutenção de programas sociais voltados ao empoderamento social de populações pobres. Porém, são fundamentais também os próprios esforços da sociedade e as dimensões político-culturais.

Quanto aos aspectos culturais, ou seja, de formação de valores de autoexpressão, o Poder Público já não tem tantas condições de criar programas e serviços que promovam o seu desenvolvimento. O mesmo vale para a participação política. Se programas conseguem transferir renda já com mais eficiência, não existem políticas que transfiram *cultura* ou *participação*. Nesse sentido, a própria sociedade precisa encontrar seus caminhos e desdobramentos e o que se constata nos levantamentos é que eles ainda não foram construídos.

Do ponto de vista político, estudos têm mostrado apenas os desdobramentos eleitorais desses serviços, como os apontados por Singer (2012), que traça um perfil do “lulismo” como fenômeno político dessas populações mais carentes. Braga (2012) também cita os aspectos de manipulação ainda presentes na cultura política e que produzem efeitos nem emancipatórios nem participativos.

Isso é ainda mais relevante tendo em vista que esses entrevistados vivem em cidades que já gozam de relativo desenvolvimento humano. Consta no Atlas de Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 desses municípios, todos no nível alto: Caxias do Sul (0,782); Bento Gonçalves (0,778); São Marcos (0,768). Essas cidades têm, segundo o Atlas, que cita o IBGE, apenas 1,72%, 1,42% e 1,31% de pobres, respectivamente. Nesse sentido, se esperava que os usuários das políticas sociais públicas, na medida em que fossem adquirindo mais condições de renda, fossem se incorporando à cultura participativa e democrática. Isso não ocorre até pelos baixos índices de participação verificados também em outros segmentos sociais.

A partir de 2013, tem havido certa reviravolta na participação. No Brasil, segundo Gohn (2014), há o crescimento de novas formas de participação, algo que pode ser

verificado ainda em 2015, nas manifestações contra a presidente Dilma e a corrupção. Mesmo que os participantes de 2013 tenham sido caracterizados mais como de classe média e média baixa, os segmentos sociais mais vulnerabilizados ainda não foram “às ruas”. Em 2013, muitos dos objetivos das manifestações pediam, justamente melhores serviços públicos, como: educação, transporte e saúde, serviços que empoderam os cidadãos, especialmente os mais carentes. Porém, os usuários das políticas sociais públicas não compareceram em peso, por mais que sejam eles os principais beneficiários dessas políticas.

De qualquer forma, o desenvolvimento humano, no sentido da criação de instituições democráticas e de uma cultura político-participativa, é lento e depende muito da própria sociedade e não apenas das políticas sociais públicas oferecidas. Se, a partir de 2013, a sociedade brasileira tem demonstrado certa indignação com a política em geral, ainda é preciso muito mais no dia a dia em termos de organização social e capital social para que isso possa representar um salto de qualidade.

Referências

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little; Brown and Company, 1965.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CEPAL. COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Panorama Social de América Latina –2009*. Santiago do Chile, 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Verbena, 2009.
- INGLEHART, Ronald. *Modernization and post modernization: cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton University Press, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e em praças de indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PNAS. POLITICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Brasília, Governo Federal, 2004.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PUTNAM, Robert. *Better together: restoring the american community*. New York: Somin & Schuster Paperbacks, 2003.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Desenvolvimento rural: uma reflexão sobre o turismo na perspectiva dos atores locais

Ana Maria Costa Beber* – Renata Menasche** – Susana Gastal***

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o desenvolvimento rural a partir de questões que envolvem os efeitos do turismo ali praticado, os modos de vida da família proprietária da pousada “Fazenda do Amor” e como isso se reflete na continuidade da atividade na perspectiva dos familiares. Para tanto, o método de pesquisa escolhido é a etnografia, e as técnicas de coleta são a observação participante, o diário de campo e as entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados é utilizado o *software NVivo*, na versão 9.0, e os dados coletados são elencados em categorias. Como resultados, tem-se que os familiares das pousada fazenda entendem o turismo como uma atividade que, juntamente com a pecuária, possibilita a melhoria na renda e do patrimônio familiar, o que é demonstrado pela ampliação e modernização da pecuária, pela oportunidade de estudo universitário dos filhos, pelo contato intercultural com os turistas e, principalmente, pela permanência no campo com qualidade de vida.

Palavras-chave: Turismo rural. Desenvolvimento rural. Multifuncionalidade. Gastronomia. São José dos Ausentes – RS.

Abstract: The objective of this paper is to discuss rural development from the issues surrounding the effects of rural tourism in the lifestyles of the family owns the pousada “Fazenda do Amor” and how this is reflected in the continuity of activity from the perspective of family. Therefore, the research method chosen was ethnography and collection techniques were participant observation, the field diary and semi-structured interviews. To analyze the data we used NVivo software in version 9.0 and the data collected were listed in categories. As a result, it has been the families of the Pousada Fazenda understand tourism as an activity which, together with farming, enables the improvement in income and family assets, which is demonstrated by the expansion and modernization of farming, the study opportunity university children, the intercultural contact with tourists and especially by staying on the field with quality of life.

Keywords: Rural tourism. Rural development. Multifunctionality. Gastronomy. São José dos Ausentes – RS.

1 Introdução

O tema deste artigo abarca o desenvolvimento rural, com o objetivo de refletir sobre questões que envolvem os efeitos¹ do turismo sobre os modos de vida familiares. Consideram-se as percepções da comunidade receptora, a reflexão privilegiando a observação das práticas alimentares em um contexto de interação e encontro entre

* Cursando Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura. Bolsista do CNPq. *E-mail:* galáxia_ana@hotmail.com

** Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura. *E-mail:* renata.menasche@gmail.com

*** Doutora. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista do CNPq de Produtividade em Pesquisa 2. *E-mail:* susana.gastal@gmail.com

¹ Entendemos efeito como consequência (BARRETTO, 2005) e também como resultado de um encontro, nem sempre expresso como positivo ou negativo, para o conjunto de atores. (SANTANA, 2009).

visitados (entendidos como sujeitos rurais) e turistas² (em geral, sujeitos urbanos). Para tanto, o método de pesquisa é a etnografia, com observação participante e entrevistas semiestruturadas, com anotações em diário de campo e tomada de fotos. As entrevistas, o diário de campo e os vídeos (gravados e degaravados na íntegra), foram inseridos no NVivo,³ na versão 9.0. A partir disso, os dados coletados foram divididos por pessoas e depois elencados em categorias para a análise. (COSTA BEBER, 2012).

A coleta de dados se deu na pousada “Fazenda do Amor”,⁴ localizada na área rural do Município de São José dos Ausentes – RS, em quatro momentos de estadas, todas em fins de semana, com permanência de quatro dias em cada uma delas (de sexta a segund-feira). No segundo momento da pesquisa de campo, foram 36 dias de permanência, período necessário à obtenção dos resultados requeridos pela etnografia. O método etnográfico permitiu apreender as mudanças decorrentes das relações entre os visitados/familiares em interação com turistas a partir da perspectiva dos sujeitos locais e ainda da observação da alimentação, aqui entendida como meio de expressão de valores do grupo. Como sujeitos da pesquisa, foram escolhidos para o estudo empírico os atores diretamente ligados à pousada, ou seja, o casal de proprietários: José e Nelci, e seus dois filhos: Pedro e Lurdes.

A pousada Fazenda do Amor é uma propriedade rural com 460 hectares. Trata-se de um empreendimento familiar em funcionamento desde 1997, cuja matriz econômica é caracterizada pela pecuária extensiva e pelo turismo, ou seja, marcada pela pluriatividade, na mescla de atividades agrícolas e não agrícolas. A sua infraestrutura física compartilha o espaço de habitação da família que, após diversas ampliações, conta, atualmente, com capacidade para receber 29 pessoas em cinco suítes e quatro quartos, esses com banheiro coletivo. Há, ainda, refeitório integrado à sala de estar com lareira, espaço para venda de produtos de pesca esportiva e para leitura. A diária implica pensão completa, ou seja, hospedagem incluindo as três refeições, mais lanches e frutas disponíveis em todos os horários.

Quanto aos produtos turísticos,⁵ destacamos a hospedagem na casa dos familiares, a prestação de serviços pelos proprietários, os recursos paisagísticos e abertos à prática de lazer como o cachoeirão dos Rodrigues, a cachoeira da Vovó, o desnível dos rios

² Os turistas, no entendimento de Barretto (2007), são pessoas que chegam a algum lugar como visitantes, com uma diversidade de motivações que pode abarcar desde esportes radicais até a contemplação de uma obra de arte ou do cotidiano.

³ Mais informações disponíveis em: <http://www.qsrinternational.com/other-languages_portuguese.aspx>.

⁴ Nome fictício, buscando preservar a identidade da propriedade em estudo.

⁵ Produto turístico, segundo Santana (2009), é o conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, percebidos pelos consumidores como uma experiência disponível em troca de um preço.

Silveira e Divisa, a Cascata do Funil; o acompanhamento em lidas campeiras;⁶ a observação de pássaros; passeios a cavalo; a prática de *flyfishing* [pesca esportiva de truta americana]; caminhadas, dentre outras.

Nesses termos, a reflexão proposta se insere no debate sobre desenvolvimento rural, a partir da valorização de um conjunto de dimensões associadas à ruralidade, tendo como perspectiva a multifuncionalidade. Essa noção propõe a ruptura com a abordagem setorial e o reconhecimento do espaço rural não somente como dimensão produtiva agropastoril.

2 Espaço rural e multifuncionalidade

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferenciaria por valorizar as peculiaridades do agrícola, do rural e da produção de bens privados, porque, ao romper com o enfoque setorial, ampliaria “o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação de recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos”. (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Destaque-se a importância dos agentes sociais que configuram esse espaço e que são responsáveis por sua transformação – agricultores familiares, trabalhadores rurais, residentes do campo – aos quais se associam outros personagens que, ao atuarem em processos econômicos e sociais, interagem com o meio rural, deixando suas marcas: os turistas. (WANDERLEY, 2009).

Assim, o meio rural seria o lugar de relações específicas, socialmente construídas, reproduzidas e redefinidas conforme seu espaço singular de vida, em função das relações estabelecidas nos laços de parentesco e de vizinhança, a partir da vida cotidiana e do ritmo dos acontecimentos que determinam o ciclo de vida familiar. Essas coletividades são entendidas como depositárias de uma cultura, portadoras de um sentimento de pertencimento. Contudo, tais coletividades não estão isoladas, mas integradas aos espaços sociais mais amplos, por meio de complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana. (WANDERLEY, 2009).

É nesse contexto que o conjunto de características do meio rural torna-se atrativo aos citadinos, permitindo o desenvolvimento de uma segunda atividade, de caráter não agrícola,⁷ o turismo rural, levando a reconfigurações deflagradas por essa interação. O

⁶ Atividades relacionadas ao cotidiano do trabalho com a pecuária. Produto turístico, segundo Santana (2009), é o conjunto de elementos tangíveis e intangíveis, percebidos pelos consumidores, como uma experiência disponível em troca de um preço.

⁷ As atividades não agrícolas, que sempre foram constitutivas dos modos de vida rurais, recentemente (SILVA, 2002) têm sido percebidas como um conjunto de funções que o meio rural teria passado a abarcar, como: turismo, lazer,

turismo, no espaço rural, vem se desenvolvendo como produto de consumo turístico e, conseqüentemente, como possível instrumento de desenvolvimento, inclusão social e melhoria da qualidade de vida para as populações locais, entre outros. Contudo, as questões relativas a mudanças de vida no espaço rural tornam a inserção dessa atividade uma questão de debate na interface entre as dimensões do turismo e do desenvolvimento rural, mesmo que, diante da presença dos meios de comunicação e de informação, o turismo seja apenas mais uma das interfaces a impactar a vida rural pela mentalidade urbana.

Assim, o rural surge no contexto contemporâneo, em que o turismo é visto, antes de tudo, como um fenômeno social, protagonizado por sujeitos que portam consigo sua cultura. Mas também não pode ser desconsiderado o seu viés econômico, em cuja cadeia produtiva está inserida a atribuição de sentido aos bens ofertados/consumidos. Nessa perspectiva, o rural é plural: não haveria um, mas muitos rurais, resultado de muitas décadas de mudanças, específicas de lugar para lugar, mas também daquela que o impactam a partir do exterior. (FIGUEIREDO, 2011). Os imaginários associados ao modo de vida rural o idealizam em termos de “ruralidades”, conforme Menasche (2010), em estudo sobre as percepções do espaço rural pelos moradores de Porto Alegre – RS, a partir da observação de suas práticas alimentares. As ruralidades envolvem, além da demanda turística por alimentos “sadios”, paisagens, costumes, festas, história, ressignificando o lugar também pelos que nele habitam, modificando percepções e identidades.

Cristóvão (2002) está entre os que concebem que a emergência dessa busca está baseada no quadro das representações urbanas sobre o campo e sobre a natureza. Na mesma perspectiva, Santana (2009) coloca que o estilo de vida rural vem se consolidando como atrativo turístico, a partir de perspectivas e de estereótipos que o diferenciam daquele do cidadão. Para esse autor, os produtos do turismo rural estão centrados na cultura e na natureza, tendo como inspiração o fenômeno de conscientização e reivindicação ecológicas pelo qual as sociedades altamente urbanizadas e avançadas passaram nas últimas décadas do século XX, em que o campo e o atrativo turístico são percebidos como sendo a mesma coisa.

Neste estudo, o olhar concentra-se na família proprietária da pousada “Fazenda do Amor”. A abordagem privilegia a observação dos modos de vida locais, buscando refletir sobre os efeitos do contato intercultural e o reflexo da percepção dos atores locais sobre a continuidade da atividade de turismo rural na propriedade.

moradia, parques com atividades relacionadas à conservação e à preservação ambientais, que visam a nichos de mercado específicos.

3 O turismo rural e a percepção dos locais

A pousada “Fazenda do Amor” vem tendo projeção na mídia desde 2002, por já ter servido de cenário para telenovelas, minisséries e programas especiais sobre turismo e gastronomia, o que ampliou sua atratividade turística. Para José,⁸ um dos proprietários do empreendimento, no turismo rural o elemento em destaque é a “*valorização do ser humano*”, prestígio que a atividade rural, tradicional não tem, o que implica perceber o campo como *habitat* e como espaço de trabalho, o qual é ativado como produto do turismo rural no momento em que a oferta turística compõe as rotinas e os modos de vida no campo. (WANDERLEY, 2009). Nesse processo, a propriedade é caracterizada como pousada e não como um “*hotel qualquer*”, o que se explica, segundo José, a partir do “*carisma que a pousada rural tem*”. Quando José afirma, na entrevista, que “*então tu tem que gostar e estar pronto para explicar, a maioria deles perguntam as mesmas coisa, a gente até já sabe o que vão dizer*”, aparece o que Figueiredo (2011) aponta sobre o rural como espaço de consumo, onde os recursos naturais, as tradições, as “*coisas da terra*” e os próprios habitantes se transformam em objetos de apreciação e de consumo turístico.

O proprietário explica que o turismo, a partir de 1997, permitiu o investimento na pecuária, sendo, ambas, atividades produtivas importantes, hoje, para a manutenção da família no campo. É a combinação dessas duas atividades que torna a rentabilidade da fazenda adequada, de acordo com José:

Se fosse pra viver só do turismo não dava certo, e só da pecuária também não, a gente faz uma associação das duas e consegue manter a fazenda, comprar gado, dar estudo aos filhos e ir melhorando a pousada de tempo em tempo. Mas teve uma época, que me lembro bem, era do turismo que saía o dinheiro pro gado, mas não era bom daí, porque dependia de uma só e a gente é do campo, né, a fazenda é nossa lida. (JOSÉ, 2011).

Quanto à pecuária, atualmente, ela representa 50% da renda da propriedade, sendo a outra parcela relativa ao turismo. O gado criado na fazenda pertence às raças *Aberdeen Angus* e *Zebu*, respectivamente, originárias da Escócia e Índia. Para ele, a lotação do campo poderia ser maior, mas a mão de obra é uma limitação. No entendimento de José, a pecuária ainda é a melhor opção para consorciar com o turismo. A justificativa para essa afirmação é o desejo de continuidade do trabalho da família, de estar no campo com o gado, da satisfação em consumir alimentos que ele mesmo produz, como, por exemplo, o churrasco, feito com a carne dos animais por ele mesmo abatidos. Acrescente-se a esse entendimento o fato de que o gado exige pouco

⁸ Nome fictício, assim como os demais aqui citados. Todas as falas são o resultado de entrevistas concedidas aos pesquisadores. As mesmas estão inseridas em itálico.

envolvimento quando comparado a outras atividades, que necessitam de mais mão de obra. O investimento de tempo (dois anos e meio), e a renda com o gado apresenta lucro satisfatório, pois pode ser vendido com muita facilidade na região.

Elesbão (2012) coloca que, no caso brasileiro, o turismo rural, visto como atividade complementar, é mais facilmente identificado em grandes propriedades, uma vez que, nas pequenas, o processo de refuncionalização do trabalho familiar priorizaria as atividades turísticas, como apontado por Almeida e Riedl (2000). O turismo passa a substituir as atividades agrícolas, podendo gerar efeitos negativos para o empreendimento e o desenvolvimento rural locais. O dado de Elesbão (2012) corrobora o caso em específico da pousada-fazenda, pois essa, ainda que com grande área de terra, em torno de 460 hectares, desenvolve duas atividades. Olhando por esse ângulo, podemos afirmar que, no caso da pousada-fazenda, o turismo foi (e continua sendo) uma atividade econômica importante, característica essa que o difere de outros empreendimentos que geram escassos contributos econômicos e sociais. (FIGUEIREDO, 2011; CAVACO, 2001).

Costa Beber (2004), em seu estudo sobre mudanças socioculturais na pousada “Fazenda do Amor”, no período de 2002 a 2004, mostra que, na visão do proprietário, o turismo seria a atividade produtiva principal, pois, na ocasião, a pecuária estava em crise, e o turismo, em expansão, uma alternativa para manutenção da família no campo. Por outro lado, José (2011) salienta que a presença de animais na fazenda é uma atração turística, tanto que são nominados de *gado turístico*: “*Os turistas não participam das lidas, mas querem ver que tem o bicho aqui, tu convida, eles não vão pro campo, é pesado, é trabalho, mas pra vê, eles gostam, acham bonito, é só pra bonito pra eles*” . (JOSÉ, 2011).

Quanto ao turismo na pousada, Pedro afirma que é importante que o turista e os familiares tenham espaços separados, delimitados, de modo que a família possa desfrutar de liberdade e privacidade. Segundo ele, o turismo foi importante para a retomada da pecuária, que tem sido objeto de estratégias pessoais visando ao aumento de gado por hectare. Essa situação dar-se-ia em razão da inserção de novas tecnologias para pastagem e cuidado com o gado, principalmente no período de inverno.

Para Pedro (2011), atualmente, a família, em especial a mãe, Nelci, está conseguindo separar a vida familiar da vida do turista. Ele relata que, no passado, não havia horário determinado para as atividades familiares básicas, como refeições, passeios e momentos de lazer entre eles, pois a rotina era determinada pelos turistas. Atualmente, o horário das refeições é determinado pela pousada e, segundo Nelci, estão de acordo com a vida da família. Uma das grandes mudanças apontadas por ela foi o medo de perder o turista, o medo de desapontá-lo com algo que estivesse fora do desejo

dele. Ela coloca que, com o passar do tempo, foi conhecendo o perfil dos turistas e verificando aquilo de que a família poderia ou não abrir mão. A partir disso, pôde constatar que precisavam fazer mudanças nos horários para poder manter a vida em família.

Temos que, para Nelci (2011), a pousada é parte de sua história, pois nela está inscrita a vida de sua família e a de seus antepassados. Quando questionada sobre sua percepção acerca do turismo rural, ela, imediatamente, se reporta à terra e à casa como herança, tanto na perspectiva financeira quanto na simbólica e patrimonial, pois aprendeu com seus antepassados como viver no campo. O entendimento é o de que ela precisa repassar aos filhos o mesmo que passaram a ela: os modos de viver no espaço rural. Isso se concretiza no desejo de deixar a Pedro e Lurdes a herança da terra, da mesma forma como os bisavôs, os avós e pais deixaram.

A continuação do turismo por seus filhos não é tão importante para Nelci quanto a continuidade da posse da fazenda por sua família:

Poder dar para os filhos aquilo de melhor, então. Por exemplo, meu pai e minha mãe compraram, além de herdar (de Egídio e Vera), eles compraram mais terra; então é uma coisa assim, que eu tenho esse pensamento também. Ainda bem que o José tem esse pensamento também, que a gente nesse mundo está aqui como uma passagem, e se a gente pode passar e deixar as coisas... Tomara que meus filhos, o Pedro e a Lurdes, pensem dessa forma de poder manter aqui; é porque, que nem ontem a gente estava escrevendo, foi por causa dos nossos antepassados, da liderança deles, da sabedoria deles, e da gente conseguir captar o que eles nos disseram lá atrás, que hoje a gente tem uma condição de vida boa, porque se eu quisesse e dissesse não, eu vou aproveitar só e não precisava trabalhar com o turismo. (NELCI, 2011).

A fala de Nelci nos remete a Wanderley (2009), para quem o significado da terra é patrimonial, ou seja, é reconhecido como espaço de pertencimento, de história de vida de uma coletividade que compartilha valores, crenças, hábitos cotidianos, formas de lazer e diversão, sotaque e alimentação. Esse conjunto de valores é a parte imaterial daquilo que é intrínseco ao processo de herança da terra, tanto na hora de recebê-la como na hora de transmiti-la. Há uma responsabilidade na passagem desses valores. Podemos interpretar que, para a proprietária (2011), o turismo e a pecuária fazem parte da maneira de se manterem na terra. Contudo, o turismo não está sendo colocado como atividade que deve ser passada de geração para geração. O valor a ser deixado é o da terra, do lugar onde se vive e se vive a vida, conforme aponta Wanderley (2009).

Para Lurdes (2011), as características da fazenda fazem com que seus pais entendam possível a realização do turismo rural na propriedade. Podemos destacar, em seu discurso, a forma como evidencia as vantagens e desvantagens da atividade, enfatizando os aspectos turísticos que agradam e desagradam:

Turismo rural é onde várias pessoas procuram pra descansar, pra passar finais de semana com a família, um meio de sair da rotina, de vir pra um lugar, aqui é um lugar que eles descansam, eles conseguem, é diferente do que eles vivenciam na cidade. Um turismo familiar, que a própria família que atende. O turismo é um dos meios de viver, eu estou lá estudando que é um dos benefícios que o turismo traz, o dinheiro. Tem vantagens, que é tu conhecer várias pessoas, tu tem vários amigos, vem gente de tudo que é lugar. Como a gente falou, acho que a gente fica mais distante assim, na família, não se tem mais aquela convivência da família, do dia a dia, é mais corrido, é bem mais, tu não tem mais tempo para sentar na mesa e tal, ficar conversando assim, é mais corrido tudo, eu acho que a desvantagem mais, seria essa... (LURDES, 2011).

Lurdes (2011) acredita que uma desvantagem relaciona-se à diminuição do tempo dedicado ao convívio em função das responsabilidades e características do turismo, que exige a presença e o contato dos familiares com os turistas. Como vantagem, ela aponta a possibilidade de estudar. Ainda, segundo Lurdes,

hoje em dia eu vejo que é bom, porque eu gosto da pousada, é a relação que a gente tem com as pessoas, conhece um monte de gente, tem bastante amizades. Eu já me acostumei também, quando era pequeninha assim, daí, às vezes, eu pedia pra mãe fazer uma coisa, ela não podia porque tinha turista, ela não podia porque tinha isso pra fazer, porque tinha coisa por causa dos turistas e aí nunca sobrava tempo. Por isso é que eu acho que não gostava, daí a gente vai entendendo, né, que tem que ter, que é necessário e, no fundo, se acostuma, parece até que gosta. (LURDES, 2011).

Em seus depoimentos, Lurdes (2011) destaca, ainda, a questão de ter se acostumado com a presença do turista, e que isso poderia ser entendido como gostar da pousada. Conforme Costa Beber (2004), a percepção de Lurdes era a de que a mãe dava toda atenção ao turista, sendo as comidas escolhidas em função daquilo que ele queria e não do que a filha gostava de comer. Na fala de Lurdes (2011), também podemos verificar as tensões vividas no que diz respeito ao tempo dedicado ao convívio familiar e ao turismo. Podemos pensar essa questão a partir de Contreras (2005), para quem a comida da mãe (ou comida caseira) evoca a infância, a segurança. A comida envolve emoção, remete ao familiar, ao íntimo, estabelecendo relação com a memória e os sentimentos.

4 Conclusão

O turismo rural na região Nordeste do Rio Grande do Sul apresenta características heterogêneas, tanto em relação aos níveis de desenvolvimento econômicos, sociais e culturais, como à tipologia de produtos turísticos e seus efeitos nas comunidades receptoras.

Neste estudo, relatamos o caso de uma pousada rural em São José dos Ausentes – RS, que atua no mercado turístico há 18 anos e que está enquadrada nos conceitos de

pluriatividade e multifuncionalidade. Constatamos que essas características vêm promovendo competitividade tanto para a atividade turística como à pecuária e, ainda, fortalecem o conjunto de valores imateriais ligados aos modos de vida do campo o que, conseqüentemente, reforça aspectos da atratividade turística ligados à ruralidade e a questões de herança patrimonial simbólica da terra.

Quanto aos aspectos de herança patrimonial simbólica, ligados ao significado da terra e aos modos de vida no campo, verificamos que para os familiares da pousada-fazenda o turismo é entendido como atividade importante na medida em que vem complementando economicamente a renda da propriedade e permitindo a continuidade do processo de herança da terra, de receber e transmitir o lugar onde se vive a vida.

Outro ponto ressaltado pelos sujeitos locais é a oportunidade de aprendizado e trocas culturais constantes com os turistas, o que os coloca numa relação aberta com o mundo através do contato intercultural com o estrangeiro, o sujeito de fora, em geral, o cidadão.

Ainda: constatamos que os familiares reconhecem os efeitos negativos do turismo e vivem um processo de elaboração constante, no sentido de adaptar as rotinas inerentes à atividade e aos padrões ligados aos modos de vida locais. Nesse sentido, entendemos haver amadurecimento no desenvolvimento da atividade na medida em que há profissionalização e crescimento econômico equilibrados com questões que envolvem a cultura e a identidade locais.

Referências

ALMEIDA, Joaquin A.; RIEDL, Mário. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000.

BARRETTO, Margarita. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.

BARRETTO, Margarita. Turismo étnico y tradiciones inventadas. In: CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA, 10., 2005, Sevilla. *El encuentro del turismo con el patrimonio cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación. Anais...* Sevilla: Fundación El Monte, 2005.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CAVACO, Carminda. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, Adyr Balestreli (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA BEBER, Ana Maria. *As mudanças socioculturais no turismo rural: o caso de uma pousada familiar*. 2004. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – UCS, Caxias do Sul, 2004.

COSTA BEBER, Ana Maria. *Turismo rural, modos de vida em mudança e percepções do rural: um estudo a partir das práticas alimentares de famílias rurais em contexto de interação com turistas*. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre, 2012.

CRISTÓVÃO, Artur. O mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquin Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

ELESBÃO, Ivo. O turismo no contexto das transformações do espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 8., 2012, Chaves, Portugal. *Anais...* Chaves, Portugal: Utad-Cetrad, 2012. p. 1.001-1.019.

FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo. Um rural cheio de futuros? In: FIGUEIREDO, Elisabete Maria Melo et al. (Org.). *O rural plural: olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100LUZ, 2011.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. *Ruris*, Campinas, v. 3, p. 195-218, 2010.

SANTANA, Augustin T. *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.

SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

Migrações e hospitalidade: os senegaleses em Caxias do Sul

Caroline Camargo* – Vania B. M. Herédia**

Resumo: O tema *migrações* tem repercutido na sociedade devido ao número considerável de fluxos migratórios que estão ocorrendo atualmente. No Rio Grande do Sul, esse fluxo tem crescido o que cria interesse pela pesquisa na área. Dessa maneira, este estudo tem como objetivo organizar subsídios teóricos para a discussão sobre a hospitalidade em Caxias do Sul, município localizado no Rio Grande do Sul, marcado por fluxos migratórios e que vem recebendo migrantes da África e América Latina. A discussão acerca da migração mostra as dificuldades das localidades em aceitarem a chegada do *outro*. Portanto, para entender melhor as questões sobre imigrantes e população local, é necessário compreender a hospitalidade. No caso de Caxias do Sul, percebe-se que, assim como os imigrantes do passado, os senegaleses estão indo até o município por motivos laborais, porém, esse fluxo pode causar conflitos e impactos culturais que devem ser trabalhados para uma melhor convivência entre os moradores de Caxias do Sul e migrantes e para questionar as medidas tomadas pelo município para atender a essas pessoas.

Palavras-chaves: Hospitalidade. Migrações. Senegaleses. Caxias do Sul. Migrantes.

Abstract: The issue of migration has had repercussions in society due to the large number of migration that are currently taking place. In Rio Grande do Sul, this migration has grown and created interest in research in academic research. So, this study aims to organize theoretical basis for discussion about the hospitality in Caxias do Sul, a city located in Rio Grande do Sul, marked by migration and that has received migrants from Africa and Latin America. The discussions about migration show the difficulties of accepting the entrance of foreigners. Therefore, to better understand the issues of immigrants and the local populations, it's necessary to understand the hospitality. About Caxias do Sul, it's clear that, like in the past, the Senegalese are going to the city for work reasons. This migration can induce conflicts and cultural impacts that must be worked for better coexistence between Caxias do Sul population and the migrants and to question the actions of the municipal government to attend this people.

Keywords: Hospitality. Migration. Senegaleses. Caxias do Sul. Migrants.

1 Introdução

Os deslocamentos populacionais, entendidos por muitos como fenômeno migratório, assumem particularidades que dependem da época e do lugar em que acontecem. O Brasil tem, em sua história, um marco significativo envolvendo esse fenômeno, e prova dessa afirmação encontra-se na história do País, na formação do povo brasileiro, na organização da cultura e nas relações econômicas, políticas e sociais que se estabeleceram desde a sua ocupação pelos portugueses.

A análise do fenômeno migratório implica o envolvimento de diversas variáveis que, dependendo das razões de saída e/ou de chegada dos que migram, têm por trás um quadro social de referência. Esses aspectos remetem à necessidade de explicitação do

* Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário La Salle (Unilasalle). Mestranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* carol.camargo_555@hotmail.com

** Mestre em Antropologia. Doutora em História Social pela Università degli Studi di Genova – Itália. Coordenadora do Núcleo de Estudos Migratórios da UCS. *E-mail:* vheredia@terra.com.br

conceito de hospitalidade, principalmente quando, na análise, não estão os motivos da emigração e as condições de imigração.

O local escolhido, Caxias do Sul, é um município de porte médio, que tem como marco histórico a presença de imigrantes europeus que instalaram sua cultura e costumes na localidade, no final do século XIX. A cidade, historicamente, sempre recebeu mão de obra de fora e absorveu fluxos migratórios que foram contínuos. Atualmente, a cidade está passando por uma nova onda migratória, no entanto, dessa vez, com migrantes africanos. Esse fenômeno vem atraindo a atenção de muitos pesquisadores devido às interferências econômicas, culturais e sociais causadas por esses imigrantes.

De acordo com a Polícia Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos anos, o número de imigrantes no País aumentou, chamando, assim, a atenção para problemáticas envolvendo legislação que possa melhor atender aos imigrantes e a questões que envolvam hospitalidade. Uma vez que o local estudado (Caxias do Sul), vem sendo foco dos migrantes senegaleses, questiona-se se a cidade está preparada para recebê-los. Com base nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da hospitalidade de uma cidade de porte médio que recebe migrantes senegaleses por meio do olhar de um grupo de agentes sociais que atendem a esses migrantes.

2 Migrações e hospitalidade

Durante a vida, as pessoas acabam por se deslocar para vários locais. Esses deslocamentos são permanentes ou temporários, características essas que podem classificar a pessoa como migrante, viajante ou turista. Desde a Antiguidade até a contemporaneidade, os diversos grupos populacionais entram em movimento, seja pela conquista de novos territórios, para fugir de perseguições étnicas, seja por almejarem melhores possibilidades no mercado de trabalho em outros locais. (BECKER, 1997).

O tema *migrações* tem ganhado espaço na academia e repercutido nos meios social e cultural, além de ser uma discussão central na esfera política de diversos países que são envolvidos por movimentos migratórios. O número de fluxos, a tipologia dos imigrantes, as nacionalidades, os motivos que levam à imigração, os meios de deslocamento, a legislação, os meios de controlar e gerenciar o fenômeno, os problemas culturais, religiosos, econômicos e sociais, entre outros, estão presentes na temática estudada. O tema é investigado também no âmbito nacional em várias áreas do conhecimento, já que o Brasil vivencia a imigração e a emigração. (TEDESCO; GRZYBOVSKI, 2011).

O conceito de migração implica o movimento de um local a outro por determinado período e se define como mudança de local de residência. Quando se aborda a imigração internacional, o local de origem e o de destino, são distintos, o que implica a existência de uma ou mais fronteiras que precisam ser atravessadas. (OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES, 2011). Essas implicações envolvem uma série de questões que dizem respeito a problemas de cidadania e de integração cultural.

Segundo Becker, a migração pode ser definida como “mobilidade espacial da população”. Essa autora destaca que tal mobilidade pode ser entendida como “um mecanismo de deslocamento populacional, o que gera mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) entre essas e o seu ambiente”. (1997, p. 323). De acordo com Sayad (1998, p.14), a migração é um “fato social complexo” e, antes de qualquer coisa, é um deslocamento no espaço físico que está relacionado às ciências que buscam compreender a população e o seu espaço.

Além dessa consideração, vale ressaltar que, de acordo com esse sociólogo francês, “é o trabalho que faz nascer o imigrante, não havendo como dissociar um do outro”. Um imigrante é “essencialmente uma força de trabalho, e uma força provisória, temporária, em trânsito”. (SAYAD, 1998, p. 54).

Neste estudo, essa concepção é atravessada pela ideia de que o imigrante é um trabalhador que se desloca na condição de imigrante. A condição dos senegaleses, contexto, é uma demonstração de uma população que migra em busca de trabalho. Sayad (1998, p. 55) diz que “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida”. Mesmo assim, existem múltiplas interpretações acerca da condição de migrantes trabalhadores, o que depende de cada sociedade que os recebe.

Há muito que ser discutido sobre o tema e a compreensão sobre como as migrações podem contribuir no desenvolvimento das nações ainda está no início, e a cooperação a respeito do conhecimento sobre a maneira de gerir os movimentos migratórios deve ser compartilhada, para que todos possam aprender, sistematicamente, uns com os outros. (ONU, 2015). Entretanto, se percebe que, quando as migrações têm características laborais, a aceitação dos fluxos é mais amena do que as migrações de outros tipos como a de refugiados.

Segundo Capel,

a força de trabalho pode ser incrementada não somente pela imigração senão também pela diminuição no desemprego, o aumento das taxas de atividade laboral feminina, o atraso da idade da aposentadoria e, em prazo mais longo, o aumento da fecundidade. Porém a esses pode-se unir o aumento da produtividade que permite produzir mais com menos força de trabalho e a existência de equipamentos sociais que não teriam necessidade da mão de obra imigrante. (2002, p. 8).

Essa visão defendida por Capel mostra que, dependendo das demandas em mercados nacionais, existem estratégias para incentivar ou desestimular a força de trabalho migrante. Esses mecanismos agem com o intuito de garantir que o processo produtivo de alguns segmentos não seja afetado pela ausência de mão de obra.

Unindo a problemática da migração à da hospitalidade, nota-se que surgem, cada vez mais, discussões a respeito, não apenas devido às migrações turísticas, mas, principalmente, à situação atual das diversas migrações humanas realizadas como saída para populações vítimas de violência, miséria e crise econômica.

Durante toda a evolução da humanidade, as sociedades sempre se debateram com “sentimentos contraditórios em relação aos estrangeiros, oscilando da admiração desmedida à aversão, ou seja, um movimento pendular entre xenofilia e xenofobia, conforme as circunstâncias históricas”. (CASTRO; GOMES; BOUCINHAS FILHO, 2012, p. 12,).

Essa questão, característica da sociedade moderna e que “vitima tanto os migrantes como os turistas, pode ser lida como uma falta de hospitalidade, de capacidade de hospitalidade tanto de anfitriões como de hóspedes”. (CAMARGO, 2004, p. 44). Isso significa que quem se desloca pode sofrer preconceitos e discriminações culturais, sociais, econômicas, raciais, etc. No entanto, se deve lembrar que tanto quem recebe quanto quem está sendo recebido precisam acolher o *outro* para que haja uma hospitalidade incondicional, sem obrigações.

A hospitalidade, tema presente ao longo da história, ainda hoje é estudada a partir de óticas distintas e bastante presente em discussões filosóficas e científicas. Uma dessas linhas de pensamento pode ser encontrada na obra *À paz perpétua*, de Kant, cuja ideia era assegurar que todos os Estados pudessem estabelecer entre si um quadro de paz perpétua através de elementos que impedissem que conflitos e guerras surgissem entre eles e, dessa forma, alcançar uma paz duradoura. Na obra, Kant aborda temas como o direito das gentes dos Estados, o direito político exercido pelo povo no Estado e o direito cosmopolita. Esse direito cosmopolita deveria “ser limitado às condições da hospitalidade universal”. (KANT, 1989, p. 43). Por sermos obrigados a conviver uns com os outros na superfície terrestre, se faz necessário que todos passem a praticar a tolerância mútua.

Dentro dessa premissa, Kant ensina que todo estrangeiro tem o direito de ser tratado com cordialidade em terra desconhecida, pois todos são coproprietários da Terra, porém, essa hospitalidade pode ser esquecida se esse estrangeiro passar a agir de modo hostil. (KANT, 1989).

Baseando-se no direito de posse comunitária da superfície da Terra, de Kant, o direito de visita e de hospitalidade poderia promover a comunicação e o relacionamento

entre pessoas de várias partes do mundo, inclusive os migrantes, de forma pacífica e, dessa forma, contribuir para tornar realidade a constituição cosmopolita pensada pelo autor.

A hospitalidade, de Kant, está ligada ao direito de circulação e de ser estrangeiro em outro local, não por filantropia, mas por ser algo seu de direito. A hospitalidade, nesse caso, está no sentido jurídico e é um ponto necessário para estabelecer a paz entre os Estados e povos, no entanto, possui limites. Para ser algo puro e incondicional, a hospitalidade deve ser para todos, também para quem não é esperado ou convidado.

Para Derrida (2004), ao contrário do que Kant idealiza, não há como a hospitalidade pura receber qualquer *status* legal ou político, porém a hospitalidade incondicional e sem limitações não poderia existir sem a condicional citada por Kant.

A hospitalidade incondicional, tratada por Derrida, está relacionada ao acolhimento (sem restrições) daqueles que são estrangeiros, migrados, convidados ou visitantes inesperados sem qualquer identificação prévia. Porém, a lei da hospitalidade incondicional necessita das leis de hospitalidade condicional ou, do contrário, essa permaneceria na utopia e não teria como se tornar efetiva.

Quanto a isso, Boff (2005) afirma que deve haver uma articulação entre a hospitalidade convencional e a incondicional, para que uma não seja sacrificada em nome da outra. Para o autor o ideal seria a hospitalidade elaborar “boas leis e inspirar políticas públicas generosas que viabilizem a acolhida do estrangeiro, do emigrado, do refugiado e do diferente. Caso contrário, permanece uma utopia sem conteúdo concreto”. (BOFF, 2005, p. 107). A hospitalidade, no caso, poderia ser a resposta humanitária a questões envolvendo a acolhida do estrangeiro pela sociedade e pelo Estado.

Ante o grande número de refugiados, migrantes e demais deslocamentos de populações mais pobres, entrando nas mais desenvolvidas, surgem algumas perguntas com difícil equacionamento. (BOFF, 2005). Os problemas não são apenas pessoais, mas também sociais e políticos, sendo que sociedades inteiras e vários Estados “são desafiados a mostrarem sentimentos humanitários mínimos e acolherem essas multidões”. (BOFF, 2005, p. 113). No entanto, também se deve questionar o outro lado: o de quem recebe. A convivência diária com a violência, as dificuldades de comunicação ocorridas por conta da diferença de idioma, o pavor do terrorismo e as epidemias acabam sendo alguns dos fatores que minam as relações humanas e devem ser desmistificados. Além disso, se deve lembrar que a condição de migração pode também proporcionar momentos de hospitalidade e solidariedade, quando a população acolhe os migrantes e os próprios migrantes que chegaram anteriormente acabam por

formar associações e demais órgãos para ajudar os que chegam, preservar sua cultura e criar laços.

Alguns países incentivam a imigração, porém, ao segmentar o público de acordo com o seu interesse e necessidade econômica, a ideia de hospitalidade incondicional se perde.

No caso de Caxias do Sul, a cidade foi formada inicialmente por imigrantes que foram acolhidos enquanto tentavam uma vida melhor no País, como alternativa aos problemas políticos e econômicos de sua terra natal. Essa cultura, presente na comunidade, se não for trabalhada e esclarecida, pode pesar para os dois lados: o do recebido e o de quem recebe, considerando a questão da hospitalidade e hostilidade com os novos imigrantes senegaleses e população local.

3 Migrações e Caxias do Sul

O Brasil tem a marca da imigração desde o seu descobrimento, sendo um país de emigrantes e imigrantes. Com os fluxos migratórios vindos da América Latina e da África, passando a fazer parte do quadro migratório do Brasil, cada vez mais, a problemática vem levantando discussões a respeito se o País tem condições de receber essas pessoas.

No Brasil, por volta de 1850 a 1890, havia leis que estimulavam a imigração e ofereciam ao estrangeiro muitos atrativos e privilégios, inclusive doação de terras, como aconteceu nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esse fator provocou a formação de vários núcleos de origem italiana, alemã e ucraniana, por exemplo. Essa política não tinha apenas objetivos econômicos, mas também raciais. Um dos motivos para a criação de *leis de imigração* estava ligado ao fato da predominância de população afrodescendente e, por isso, se buscava estimular a entrada de imigrantes da Europa. (Castro; Gomes; BOUCINHAS FILHO, 2012).

Trazendo o tema para o Sul do País, mais precisamente para o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, nota-se que alguns traços dos imigrantes que se fixaram no município, no passado, são semelhantes aos atuais migrantes senegaleses.

A história de Caxias do Sul teve ciclos migratórios em diversas épocas. Criado em 20 de junho de 1890, o município, atualmente, possui 470.223 habitantes (IBGE, 2014) e o PIB *per capita* é de 37.258,78 reais. (IBGE, 2014). Seus vários ciclos econômicos também marcaram sua evolução, desde o cultivo de uva e o fabrico de vinho, até se tornar o segundo maior polo metalomecânico do Brasil. Desde que seu território fora ocupado, em meados do século XIX pelo governo imperial, a história de Caxias do Sul

tem como característica fluxos migratórios contínuos, cujo objetivo é fixar residência no local e gerar riqueza através do trabalho. Esses fluxos migratórios mostram que Caxias do Sul recebeu levas de migrantes que buscavam melhores condições de vida e trabalho, em cada um dos seus períodos históricos, característica essa presente até os dias atuais. (HERÉDIA, 2012).

Atualmente, Caxias do Sul tem atraído a atenção de migrantes, entre eles os senegaleses, como local de trabalho, onde podem ter uma condição de vida melhor, assim como ocorria antigamente.

No passado, o grande número de imigrantes italianos que chegavam ao Rio Grande do Sul exigiu organização e distribuição rápidas e efetivas. (FROZI; MIORANZA, 2009). Atualmente, com as constantes levas de senegaleses chegando ao município, vários setores de Caxias do Sul se mobilizaram para tentar atender à demanda, entre esses, principalmente, o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), que vem auxiliando os migrantes em vários aspectos, como, por exemplo, na procura por vagas de emprego e no encaminhamento de documentação adequada.

Percebe-se que a migração e o trabalho marcam a história do município. No caso de Caxias do Sul, a migração “representa uma mistura cultural que faz parte daqueles que chegaram ao município em busca de alternativas de vida”. (HERÉDIA, 2012, p. 124). Além disso, esses ciclos se repetem ao longo dos anos, como vem acontecendo com os novos imigrantes, mais precisamente, os vindos de Gana, Haiti e Senegal.

O Senegal é marcado por conflitos internos, e isso tem colaborado para que centenas de senegaleses emigrem. Os migrantes que estão chegando são, em sua maioria, jovens homens que partiram de sua pátria para buscar melhores condições para a família que ficou para trás. As possibilidades encontradas no Brasil e os empregos em Caxias do Sul são motivos para aumentar o fluxo à região. Percebe-se que, assim como os imigrantes do passado, os senegaleses estão vindo até o município por motivos laborais, no entanto, esse fluxo pode também causar diversos impactos na localidade, os quais devem ser trabalhados e estudados para uma melhor convivência entre os moradores de Caxias do Sul e imigrantes e para questionar as medidas tomadas pelo município para atender a essas pessoas.

4 Considerações finais

Os debates acerca dos migrantes estão cada vez mais em foco diante de situação atual em que diversas pessoas se deslocam pelo Globo devido a guerras, à fome e à procura por melhores condições de vida. Com isso, se percebe que questões sobre bem

receber, hospitalidade e acolhimento permeiam a problemática, sendo um ponto-chave para resolver algumas questões envolvendo migrantes.

No caso de Caxias do Sul, questiona-se se o município está preparado para acolhê-los e também como ocorre esse processo na atualidade, já que o seu passado é marcado por imigrações, cuja história é motivo de orgulho à população local. Por outro lado, a atual situação do município pode provocar, na comunidade local, diferentes reações quanto à sua cultura e identidade, que pode ir de xenofobia à desvalorização da própria cultura em face do recém-chegado.

Esse embate entre acolhedores e acolhidos pode se dar por diversos motivos; em Caxias do Sul, aparentemente, ocorre um choque cultural entre os imigrantes senegaleses e a população da cidade que tem ascendência italiana.

Essa questão reflete a necessidade de analisar os contrastes que nascem da relação entre cultura, tradições e mudanças sociais. Nesse viés, é oportuno entender as percepções dos que vivem na cidade e se sentem pertencentes a ela como nativos e daqueles que chegam à cidade carregando uma cultura distinta e que percebem a hospitalidade a partir de suas referências. Abordando o bem receber, o estudo pode abrir um espaço para discussão acerca da necessidade de haver uma política cultural voltada à hospitalidade e que ajude a entender os contrastes e as inquietações que derivam dessa situação.

Referências

BECKER, Olga Maria Schild. Modalidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; BOUCINHAS FILHO, Jorge. *Migração de trabalhadores para o Brasil: aspectos teóricos e práticos*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Caxias do Sul. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430510>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do Turismo).

CAPEL, Horácio. Las políticas de atención a las necesidades de los inmigrantes extranjeros de escasos recursos. *Revista Scripta Nuova*, 2001. *Revista Eletrônica de geografia y ciencias sociale*, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. VI, n. 117, 1º jul. 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

DERRIDA, Jacques. Autoimunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. 2. ed. Caxias do Sul: Educus, 2009.

HERÉDIA, Vania B. M. Um município marcado por migrações. In: HENRICHES, Dinarte Paz et al. (Org.). *Histórias de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Secretaria de Cultura/Departamento de Memória e Patrimônio, 2012.

KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES. *Manual de investigação sobre as migrações Sul – Sul e desenvolvimento*. Bélgica, 2011. Disponível em: <<http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/PT-Obs-ACP-Manual-%20Investig-Final-06112012.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

PESQUISA em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

TEDESCO, João Carlos; GRZYBOVSKI, Denize. Senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul: integração cultural, trabalho e dinâmica migratória internacional. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 18, n. 2, p. 336-355, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/view/2433>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

UNHCR. UNITED Nations High Commissioner for Refugees. Dados sobre refugiados. 2015. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/31511-oito-pessoas-por-minuto-deixam-tudo-para-tras>>. Acesso em: 22 maio 2015.

O turismo no espaço rural e suas tipologias no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

Rafael Lima de Souza*

Resumo: Como resultado das grandes mudanças ocorridas no meio rural, nas últimas décadas, fez-se necessária a inserção de atividades não agrícolas como alternativa para a renda de famílias que residem no campo, e uma dessas atividades é o turismo. Esse tipo de turismo, além de permitir uma interação do homem urbano com o meio ambiente rural em pequenas e médias propriedades rurais, em diversas partes do mundo, permite que famílias rurais aumentem seus rendimentos e diversifiquem suas atividades. Partindo dessa lógica, foi realizado um estudo acerca do turismo no espaço rural, no Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Hortênsias, no Rio Grande do Sul – Brasil. Essa pesquisa foi dividida em duas fases: a primeira de caráter exploratório e bibliográfico, quando se realizou o levantamento do número de propriedades rurais ativas em relação à atividade turística, credenciadas na Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul, na segunda etapa, realizou-se um censo nas propriedades, para aplicação de questionário, com perguntas abertas e fechadas. Foram visitadas dez propriedades rurais em novembro de 2014. O objetivo deste estudo é diferenciar as propriedades rurais que praticam agroturismo das que praticam o turismo rural na região, bem como estabelecer o perfil da geração de empregos nos setores primário e terciário no Corede. Entre os resultados apresentados, verificou-se que o turismo rural é o mais praticado na região, ou seja, em 80% das propriedades visitadas. Os empregos gerados pelo turismo, em sua maioria, são temporários.

Palavras-chave: Turismo no espaço rural. Agroturismo. Turismo rural. Corede das Hortênsias. Censo.

Abstract: As a result of major changes in rural areas in recent decades, it was necessary the inclusion of non-agricultural activities as an alternative to the income of families living in the rural areas, and one of these activities is tourism. This type of tourism, besides allowing an interaction of urban man and the rural environment in small and medium-sized farms in various parts of the world, allows rural families to increase their income and diversify their activities. Based on this logic, we conducted a study of the rural tourism in the regional council of development (Corede) Hortênsias, in Rio Grande do Sul, Brazil. This research was divided into two phases, the first exploratory and bibliographical when it conducted the survey of the number of active farms in relation to tourism, accredited at the state secretariat of the great southern river tourism. In the second stage, there was a census in the properties for the application of a questionnaire with open and closed questions. 10 farms were visited in November 2014. The objective of this study was to differentiate the farms practicing agritourism of practicing rural tourism in the region and to establish the profile of the job creation primary and tertiary sectors in Corede. Among the results presented, it was found that rural tourism is the most practiced in the region, 80% of farms visited. The jobs generated by tourism, in most cases, are temporary.

Keywords: Rural Tourism. Agritourism. Rural tourism. Corede. Hortênsias. Census.

1 Introdução

A vida urbana, na contemporaneidade, vem acompanhada de todo tipo de poluição, doença e violência geradas pelo constante desgaste físico-psicológico das pessoas, e esses são os principais motivos do desejo de fuga do cotidiano e da, cada vez mais freqüente, busca da natureza, do reencontro com lugares que fizeram parte da história, da infância das pessoas. Em sintonia com essa dinâmica moderna e a falta de

* Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em Turismo e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* rafael_limatur@hotmail.com

perspectiva na agricultura, processo que teve início na década de 1960, a partir da mecanização do campo, a utilização de insumos agrícolas industrializados e seleção de sementes, vislumbrando a exportação, tornou-se insustentável a condição de pequenos produtores, o que resultou em êxodo rural e inversão da pirâmide populacional rural e urbana.

A falta de políticas públicas e a importância, cada vez menor, da agricultura familiar na ocupação produtiva, fizeram com que grande parcela da população do campo entrasse em elevada estagnação econômica. Assim, a busca por atividades complementares à produção agropecuária se mostrou uma das possibilidades desses produtores para garantirem a própria sobrevivência.

Novos arranjos econômicos passaram a configurar o cenário do campo quando o conceito de ruralidade passou a fazer parte do imaginário voltado à preservação da natureza, dando-se na forma de práticas relacionadas a atividades não agrícolas, como, por exemplo, a industrialização de produtos agropecuários, prestação de serviços, entre os quais, o turismo. Segundo Schneider,

o que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras. (2003, p. 22).

Com base na inserção da atividade turística no campo, seja na forma de turismo rural, seja na forma de agroturismo, foi realizado este estudo em uma região específica do Estado do Rio Grande do Sul, onde a prática do turismo começou a ser explorada no meio rural, procurando identificar as particularidades da região e tentando evidenciar as diferentes percepções dos proprietários rurais em relação à atividade. A região deste estudo foi o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Hortênsias.

Esta pesquisa tem como objetivo diferenciar as propriedades rurais que praticam agroturismo das que praticam turismo rural, bem como a geração de empregos atribuídos à atividade na região. Para isso, em um primeiro momento, foram verificadas as propriedades ativas em relação à atividade turística que estavam cadastradas na Secretaria Estadual de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul e, em um segundo momento, foi realizado um censo nas propriedades e aplicada entrevista aos proprietários das mesmas. Esta pesquisa está dividida em quatro partes: inicialmente, se apresenta a introdução; no segundo momento, o desenvolvimento, em que são apresentados conceitos importantes; a metodologia utilizada, os resultados e as discussões são mostrados no terceiro momento e, por fim, as considerações finais e referências que subsidiam o estudo.

2 Turismo rural

A tarefa de conceituar turismo rural não é nada fácil, primeiramente por ser uma prática nova e, segundo, como coloca Tulik (1997), torna-se impossível a utilização de um único conceito sobre a atividade nos diferentes países, em decorrência de variações conceituais no que se refere a definições culturais, geográficas, econômicas e sociais relacionadas à concepção de turismo rural.

No Brasil, sabe-se que o turismo rural, na forma como se rotula hoje, teve suas primeiras iniciativas oficiais no Município de Lages, localizado no Planalto do Estado de Santa Catarina, mais precisamente, na fazenda Pedras Brancas. Novais (1994) coloca que o turismo rural organizado teve início com a Serratur Empreendimentos e Promoções Turísticas S. A. órgão oficial de turismo do Município de Lages – SC, criado com a finalidade de implantar ações para desenvolver tal atividade.

Em 1986, a propriedade rural, anteriormente mencionada, propôs-se a receber turistas com a finalidade de passar um dia no campo, oferecendo-lhes serviços como pernoite e alimentação, além de atividades relacionadas à lida no campo. Outros empreendimentos, como a fazenda Barreiro e a fazenda Boqueirão, também são pioneiras nesse tipo de turismo, elas aproveitaram de alguma forma a estrutura existente e o alto poder de atração que a vida no campo tem para turistas oriundos de grandes centros urbanos.

Nessas propriedades, assim como em todo o Município de Lages e mais, como nos países europeus que adotaram o turismo rural, esse se tornou uma importante arma no combate à estagnação pela qual o campo estava passando, iniciada nas décadas de 70 e 80 e às inúmeras crises agrárias. De acordo com Zdepski (2001, p. 156), “o turismo rural vem surgindo como alternativa para proprietários em face da atual crise fundiária, aliada à falta de incentivo para a atividade no campo”. Na Espanha, pode-se verificar que o mesmo processo ocorreu:

Durante las tres últimas décadas se han venido produciendo en España procesos de revalorización de los medios rurales y de revitalización socioeconómica y demográfica de algunos de sus espacios, cuya cultura y formas de vida tienden a ser apreciadas en contraste con la visión peyorativa de que ellas predominaban durante las décadas de máxima vigencia del desarrollismo. (GARCÍA-SANZ, 1997, p. 644).¹

Dessa maneira, as iniciativas se multiplicaram rapidamente por toda a Região Sul e Sudeste do Brasil; mais recentemente, municípios da Região Centro-Oeste aderiram à

¹ “Ao longo das últimas três décadas, têm ocorrido na Espanha processos de revalorização das zonas rurais e revitalização socioeconômica e demográfica de alguns dos seus espaços, cuja cultura e modos de vida tendem a ser apreciados em contraste com a visão pejorativa que prevaleceu durante as últimas décadas de máxima vigência do desenvolvimentismo”. (Tradução livre do autor).

ideia, podendo-se destacar Mato Grosso do Sul. Nos dias de hoje, pode-se afirmar que o Brasil conta com muitas experiências de turismo rural em toda a sua extensão.

Segundo Tulik (2010), o aumento do número de empreendimentos exigiu maior organização do setor e a criação de inúmeras associações. A atenção voltada ao segmento impulsionou a realização de diversos eventos, grupos de estudos, o que contribuiu para a produção de pesquisas e relatos de experiências envolvendo acadêmicos, associações de turismo rural, empresários, institutos, organismos públicos e outros interessados no assunto. Houve progresso nos conhecimentos, o que contribuiu para alimentar debates sobre as diversas manifestações do turismo no espaço rural.

Uma questão a ser analisada, no tocante ao turismo rural no Brasil, é essa dificuldade de se criarem conceitos, o que parece estar intimamente relacionado à tentativa de classificações baseadas em experiências de outros países com realidades extremamente diferentes da local. Tulik (2010) reforça essa hipótese ao mencionar que, apesar das diferenças observadas quanto às características socioeconômicas, culturais e da estrutura agrária, a maioria dos empreendimentos de turismo rural seguiu modelos de países europeus, sobretudo de países como Portugal, França, Espanha e Itália. Faz-se necessária, portanto, uma ampla discussão a respeito da concepção oficial que norteia as ações do setor no Brasil, trazendo à tona sua fundamentação, possivelmente identificando essas marcas de outras realidades que não se encaixam na realidade brasileira, pois, no continente europeu e mesmo dentro de um único país da Europa, podem-se identificar diferenças marcantes na conceituação da atividade turística no meio rural.

Outra vez, na Espanha, por exemplo, Gilbert (1992) considera que “el turismo rural consiste en un viaje o pernoitación en una zona rural, ya sea agrícola o natural, que cuenta con baja densidad de población”.²

Para Blanco outro autor espanhol, turismo rural é

una actividad económica caracterizada por desarrollarse fuera de los núcleos urbanos y dirigirse fundamentalmente a los habitantes de una ciudad, produciéndose de una forma reducida, a través de espacios generalmente amplios. Utiliza de manera diversa recursos naturales, culturales, patrimoniales, de alojamiento y servicios propios del medio rural, y contribuye al desarrollo local y a la diversificación y competitividad turística. (1996, p. 25).³

² “o turismo rural é uma viagem ou pernoite em uma área rural, seja agrícola ou natural, com baixa densidade populacional”.

³ “uma atividade econômica caracterizada por se desenvolver fora dos centros urbanos e por ser dirigida principalmente aos habitantes de uma cidade, sendo produzida de uma forma reduzida, utilizando geralmente espaços grandes. Utiliza, simultaneamente, recursos naturais, recursos patrimoniais, serviços de hospedagem e serviços próprios do meio rural e contribui para o desenvolvimento local e a diversificação e competitividade turística”. (Tradução livre do autor).

De acordo com Beni (2003), o turismo rural é desenvolvido em espaços rurais, onde as pessoas buscam descanso, lazer e recreação. O pernoite pode ser realizado tanto em casas rústicas, normalmente antigas casas coloniais adaptadas à atividade turística, quanto em grandes sedes de fazendas que possuam um valor histórico e arquitetônico que tipificam importantes épocas da história do Brasil, como, por exemplo, o ciclo do café e da cana-de-açúcar, ou ainda, pode ser realizada em modernas instalações construídas para essa finalidade.

De acordo com Hernández Maestro et al. (2007, p. 951), “the main motivation of rural tourists is contact with a rural way of life and/or nature”.⁴

Souza (2004, p. 19), referindo-se ao turismo rural na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, afirma que “a despeito da tímida geração de emprego e renda para os envolvidos [...], admite-se que uma das principais características [...] é proporcionar às famílias empreendedoras um bem-estar perceptível vinculado a melhores condições financeiras”.

Comungam dessa ideia de melhoria da qualidade de vida em consequência do aumento da renda familiar os autores Hernández et al. (2007, p. 952): “Most are family businesses and may represent supplementary income beyond which the family earns from agriculture, commercial, or construction activities”.⁵

O principal ponto de diferenciação entre os conceitos apresentados está na propriedade onde o turismo se desenvolve. Para Beni (2003), esse turismo pode se dar em propriedades produtivas, sendo, porém, o turismo, a atividade principal, mas também em propriedades não produtivas que ofereçam instalações amplas e diferentes serviços. Todavia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur, 1994), para que haja turismo rural, esse deve ser desenvolvido em propriedades produtivas e quanto à questão de esse ser ou não fonte de renda principal isso não fica explicitado.

2.1 Agroturismo

O agroturismo é uma forma de turismo realizada no meio rural, por famílias de agricultores que compartilham seu estilo de vida com habitantes dos centros urbanos. Essas famílias, com a manutenção de suas atividades agropecuárias, passam a oferecer serviços, respeitando e valorizando a cultura local e o meio ambiente. Com o aumento da demanda turística, esse tipo de turismo pode trazer benefícios ao espaço rural, entre eles, verifica-se o estímulo à conservação do meio ambiente, à preservação da fauna e flora, entre outros. Almeida e Blos (2000) esclarecem o argumento ao afirmar que, na atividade turística, é necessário organizar todos os recursos disponíveis, os espaços

⁴ “a principal motivação dos turistas rurais é o contato com o modo de vida do espaço rural e / ou com a natureza”.

⁵ “A maioria são empresas familiares e podem representar uma renda complementar bem além da qual a família ganha através da agricultura, do comércio ou de atividades de construção”. (Tradução livre do autor).

agrários e naturais, os patrimônios histórico, arquitetônico, cultural e social e transformá-los em um único produto turístico agregando ainda outros serviços inerentes à atividade turística, como hospedagem, lazer e pessoal capacitado.

Economicamente, individualizam-se benefícios à comunidade receptora, e as famílias rurais passam a ter uma segunda fonte de renda, agregando valor aos produtos tipicamente produzidos na propriedade. Um exemplo são os doces em compota e queijos.

O desenvolvimento do agroturismo no campo gerou modificações no espaço rural, que, como mencionado, antes tinha sua base de produção pautada basicamente em atividades agrícolas e agropecuárias e, a partir das últimas décadas, com o avanço tecnológico, precisou se reinventar. O agroturismo apareceu como uma das diversas atividades de complementação de renda e difere do turismo rural por uma série de fatores.

Para Beni (2003, p. 9), agroturismo é a “denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para a fruição dos cenários e observações, vivências e participação nas atividades agropastoris”.

De acordo com Beni (2003) e Tulik (1997), o agroturismo ocorre somente em propriedades produtivas. A principal diferença em relação ao turismo rural está na participação dos hóspedes em atividades agropastoris rotineiras, ou simplesmente, na observância das mesmas, configurando um atrativo. No agroturismo, os turistas têm a possibilidade de participar da *lida* e das tarefas domésticas típicas do campo, como, por exemplo, a colheita, a ordenha, o preparo de pratos típicos, o cultivo, os cuidados com o rebanho, etc. E, quanto ao número de ocupação desses estabelecimentos, deve se tomar cuidado para que não interfira na qualidade do trabalho rotineiro. A motivação desse tipo de turista, ao procurar esse segmento do turismo, está na experiência de viver a rotina do campo.

Outro ponto muito importante levantado por Beni (2003) é que, no agroturismo, a atividade agropastoril é a principal fonte de renda da propriedade, sendo o turismo apenas uma renda complementar. Essa questão torna-se muito importante, pois, caso o empreendedor abandone a atividade primária, sua propriedade sofre uma descaracterização, perdendo a ruralidade e, por consequência, a atratividade.

No entanto, existem autores que não consideram a participação do hóspede nas lidas do campo, uma prerrogativa do agroturismo. É o caso de Silva et al. (2000), em um conceito detalhado da atividade para o caso brasileiro, ao afirmar que

Atividades internas à propriedade – *on farm* –, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do

cotidiano da propriedade, em maior ou menor intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventual contratação de mão de obra externa. (SILVA et al., 2000, p. 20-21).

Os mesmos autores citam como atividades associadas ao agroturismo: o pesque e pague, a fazenda-hotel, a pousada, a fazenda de caça, o restaurante típico, o artesanato, as vendas diretas do produtor, a industrialização de produtos do campo e atividades de lazer associadas à retomada do estilo de vida no campo.

3 Metodologia

O tipo de pesquisa escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi o qualitativo de natureza exploratória. Segundo Malhotra (2006), a pesquisa pode ser classificada como exploratória ou conclusiva. A pesquisa exploratória tem como principal objetivo ajudar a compreender a situação-problema enfrentada pelo pesquisador. Já a pesquisa conclusiva é realizada para determinar, avaliar e selecionar o melhor curso de ação e é eficaz para identificar características de determinada população ou fenômeno. (BOAVENTURA, 2004).

O problema de pesquisa do presente estudo está ligado à visão geral de uma situação que envolve a compreensão das limitações e possibilidades do turismo no espaço rural, como atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, do Corede das Hortênsias, no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. As respostas obtidas não são conclusivas, mas têm por objetivo compreender uma situação para, posteriormente, levantar hipóteses que poderão ser testadas. Dessa forma, a pesquisa exploratória atende às necessidades metodológicas do presente trabalho.

A pesquisa exploratória é a mais adequada ao objetivo deste estudo porque provê critérios e compreensão; o processo de pesquisa é flexível e não estruturado: a amostra é simples e não representativa; a análise dos dados primários é qualitativa e, geralmente, é seguida por pesquisas adicionais ou conclusivas. (SILVERMAN, 2009).

Nessa perspectiva, a pesquisa foi realizada em dois momentos: o primeiro de caráter exploratório para investigar as propriedades existentes e ativas no Corede das Hortênsias, as quais se enquadrariam neste estudo. Para isso, foram utilizados dados disponibilizados pela Secretaria Estadual de Turismo, pela administração do Corede, pelas prefeituras dos municípios, bem como pelas Secretarias de Turismo dos municípios onde foram feitas as pesquisas e ainda informações dos proprietários rurais.

No segundo momento, foram visitados todos os estabelecimentos (cf. censo) a seguir citados e que se encontravam ativos no período de setembro a novembro de 2014 para a realização de uma entrevista minuciosa com os proprietários dos mesmos.

O Corede das Hortênsias é composto por sete municípios (Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula), abrange uma área territorial de 6.261,7km², possui uma população total de 128.865 habitantes, e sua densidade demográfica é de 20,4hab./km². O PIB *per capita* (em 2010) foi de R\$17.474, de acordo com dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2011).

Detectou-se que os Municípios de Gramado e Picada Café não possuem propriedades ativas em relação à atividade turística cadastrada na Setur – RS.

Tabela 2 – Lista das propriedades ativas do Corede das Hortênsias

Propriedades	Localização
Pampa Rural, Pesca e Lazer	Cambará do Sul
Pousada das Corucacas	Cambará do Sul
Eco Parque Sperry	Canela
Parque-Fazenda da Serra	Canela
Pousada-Fazenda a Casa do Morro	Jaquirana
Pousada Bienenfreund	Nova Petrópolis
Pousada Verde Vale	Nova Petrópolis
Recanto dos Pioneiros	Nova Petrópolis
Fazenda-Hotel Invernadinha	São Francisco de Paula
Fazenda Remanso do Faxinal	São Francisco de Paula

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas e fechadas, elaboradas especialmente para este estudo e foram investigados os seguintes tópicos:

- a) dados de identificação dos proprietários e da propriedade;
- b) caracterização dos atrativos das propriedades;
- c) informações sobre a atividade primária;
- d) informações sobre a infraestrutura;
- e) empregos fixos e temporários;
- f) potencial turístico da propriedade;
- g) motivação e permanência na atividade turística;
- h) perfil e motivação dos turistas que frequentam a propriedade;
- i) situação conjuntural com o setor primário; e
- j) comentários pessoais e conversas complementares.

As respostas às questões fechadas foram tabuladas e analisadas a partir das categorias de respostas apresentadas nas entrevistas, analisando-se de forma descritiva

conforme a frequência de respostas a cada categoria. As abertas foram analisadas mediante análise de conteúdo.

Foram cumpridas as seguintes etapas práticas determinadas por Silverman (2009):

- a) documentação e transcrição das entrevistas, feitas a proprietários rurais;
- b) pré-análise dos dados coletados;
- c) codificação e categorização dos dados por meio de seleção das informações relevantes e categorização dos dados de acordo com os construtos a serem estudados;
- d) interpretação dos dados por meio de análise dos dados extraídos da etapa anterior;
- e) elaboração do relatório de resultados por meio de explicitação de evidências e consolidação de resultados comparativos.

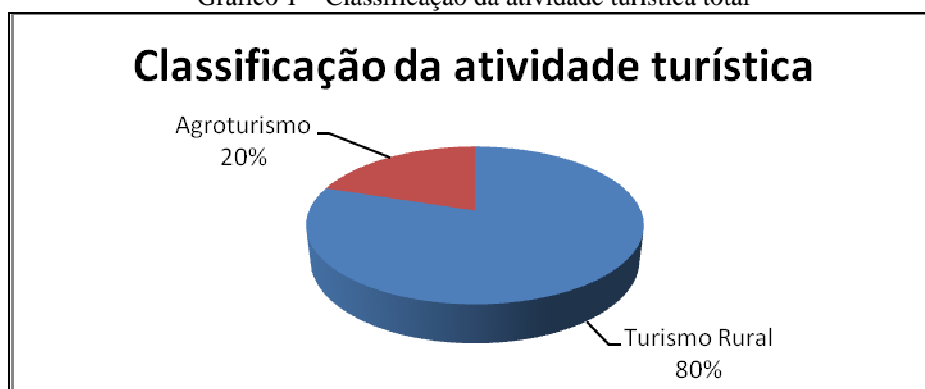
4 Resultados e discussões

De acordo com Criado et al. (2003), existem muitas razões para que proprietários rurais introduzam o turismo em seus estabelecimentos, e o principal é a diminuição da renda proveniente da agricultura, já que a atividade turística, no espaço rural, aumenta a receita, agrega valor e diversifica a atividade econômica.

Dessa forma, as propriedades investigadas foram divididas em dois grupos: o das que praticam o agroturismo, nas quais a atividade turística é complementar à primária; e as que praticam o turismo rural, nas quais o turismo é a atividade principal. Conforme Beni (2003), essa classificação pode ser definida de acordo com a receita anual mencionada pelo proprietário rural em relação aos setores primário e terciário.

Pode-se verificar no gráfico que segue que o turismo rural é o mais praticado no Corede das Hortênsias.

Gráfico 1 – Classificação da atividade turística total



Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

De acordo com o gráfico, conclui-se que 80% das propriedades rurais ativas da região têm como principal fonte de renda e ocupação o turismo, e apenas 20% das propriedades possuem o primeiro setor como atividade econômica predominante.

Para elucidar ainda mais a diferença entre as duas tipologias de turismo no espaço rural, ainda na visão de Beni (2003), existem dois aspectos que distinguem o agroturismo do turismo rural. Primeiramente, a produção agropastoril em escala econômica representa o maior rendimento da propriedade, ficando o turismo como uma receita extra à família. O segundo ponto é que as atividades agropastoris representam o principal diferencial turístico, visto que os turistas podem praticar e vivenciar a vida no campo da maneira mais autêntica possível.

Segundo Cavaco (1996, p. 109), “pela motivação dos que o praticam, o turismo rural é um turismo de espaços naturais e, sobretudo de espaços humanizados, ativo ou apenas contemplativo”. É fato o que se percebe na região: o turismo praticado na grande maioria das propriedades do Corede das Hortênsias se dá em um espaço natural, contemplativo e extremamente humanizado, com grande participação das famílias proprietárias e, ainda, um ativo motor de desenvolvimento local.

É importante observar que a região das Hortênsias, que compreende os Municípios de Gramado, Canela, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula, teve seu aparecimento no cenário turístico nacional de forma consistente desde meados da década de 80 (séc. XX), ou seja, antes mesmo de o Corede das Hortênsias ter sido instituído. Esse histórico de envolvimento com o turismo garantiu à região uma maior atenção e, conseqüentemente, maiores investimentos nos mais diversos segmentos da atividade. A partir dessa década, a região passou a se caracterizar como um destino de férias e negócios, atraindo turistas de vários segmentos e de diversas faixas socioeconômicas, em todos os períodos do ano.

Veiga (2002) entende que é o processo de volta às “riquezas naturais”, onde os encantos da vida – beleza, tranquilidade e segurança – são muito valorizados, em especial, por turistas. Foi essa situação que permitiu que as propriedades abrissem suas portas para o turismo e que conseguissem faturar mais com essa atividade do que com aquelas ligadas ao primeiro setor. Por serem, na grande maioria, propriedades pequenas, não conseguiam grandes montantes econômicos apenas com atividades primárias.

De acordo com Oliveira (2001), o turismo rural está em ascensão em todo o País pela

necessidade que o produtor rural, dono de terras e dos meios de produção, tem de tentar diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; e a vontade de algumas pessoas, principalmente moradores das grandes cidades, têm de reencontrarem suas origens e permanecerem mais perto da natureza, convivendo e

conhecendo a vida calma e a tranquilidade do campo, seus hábitos, tradições e costumes. (OLIVEIRA, 2001, p. 279).

É o que foi extraído das entrevistas realizadas com proprietários rurais do Corede das Hortênsias; por um lado, a dificuldade de geração de renda a partir das atividades agropastoris e da introdução da atividade turística como fonte extrarreceita e, por outro, o turista oriundo de grandes centros urbanos e a necessidade de resgatar suas origens e estar perto da ruralidade.

4.1 Empregos fixos e temporários

O presente subitem tem como intuito responder a mais um objetivo ao qual este estudo se propõe – que é o de estabelecer o perfil da geração de empregos fixos e temporários nos setores primário e terciário no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil.

De acordo com Lage e Milone (2000), não é todo empreendimento turístico que tem por objetivo direto a geração de emprego, mas, com certeza, esse é um dos resultados mais comuns, porque o turismo, por ser uma atividade que pertence ao setor de serviços, tem como característica gerar novas vagas de trabalho e diferentes tipos de ocupação. Para esses autores, os empregos gerados pelo desenvolvimento da atividade turística podem ser divididos em três categorias:

a) empregos diretamente relacionados com a direção e o funcionamento da indústria turística;

b) empregos resultantes do desenvolvimento da indústria turística, como transportes, agricultura, bancos, etc.; e

c) empregos indiretos criados pelo turismo, que surgem derivados do montante de recursos obtidos pelas atividades produtivas dos residentes locais.

Segundo o que foi verificado no Corede das Hortênsias, grande parte dos empregos diretos gerados pela atividade turística exige mão de obra pouco qualificada, o que quase sempre também representa salários mais baixos. Lage e Milone (2000) esclarecem que, por essa razão, o turismo torna-se uma atividade com potencial para ser explorada em áreas rurais, uma vez que a população rural, em geral, é pouco qualificada e muitas vezes bastante receptiva a esses baixos níveis de ganho monetário.

Por mais contraditório que pareça, esse fato pode ser visto como um ponto positivo da atividade, pois a absorção, principalmente da mão de obra mais jovem residente no meio rural, pode, inclusive, reduzir ou retardar a saída dos mesmos para a cidade, diminuindo sobremodo o êxodo rural. Carneiro (2008, p. 21) refere: “Encontram-se, sobretudo, para os jovens rurais oportunidades de postos de trabalho

alternativos e/ou complementares, que colaborariam para que estes permanecessem no campo através da pluriatividade”.

Entretanto existem outros pontos importantes a serem levantados quando se fala em ocupação e emprego no turismo no espaço rural. Por um lado, verifica-se que o turismo pode alavancar a produção de produtos alimentícios tanto para os visitantes quanto para o comércio local; por outro, deve-se levar em conta que a agricultura, ao invés de ser estimulada e desenvolvida pelo turismo, pode ser substituída por muitas outras atividades advindas desse que são, às vezes, mais rentáveis, perdendo a competição em termos de trabalho e área destinada.

Na Tabela 2, há um comparativo entre o número de empregos fixos e o de temporários nas propriedades investigadas. Como se pode notar em relação ao número total de vagas oferecidas, 42,1% são temporárias para os três modelos. No tocante a empregos fixos, Veiga (2002, p. 209), explica a pequena ocorrência da dupla jornada de trabalho do modelo dois da seguinte forma: “Principalmente porque o sucesso desses negócios resulta justamente da redução de subempregos de mão de obra familiar em função do simultâneo aproveitamento de oportunidades complementares de geração de renda.”

No modelo um, detectou-se a predominância de empregos fixos gerados pelo primeiro setor. Tradicionalmente, esse setor conta com trabalhadores de confiança das famílias que dedicam sua vida à propriedade. Também a ocorrência de empregos temporários, e isso acontece graças ao período de safra da uva na região.

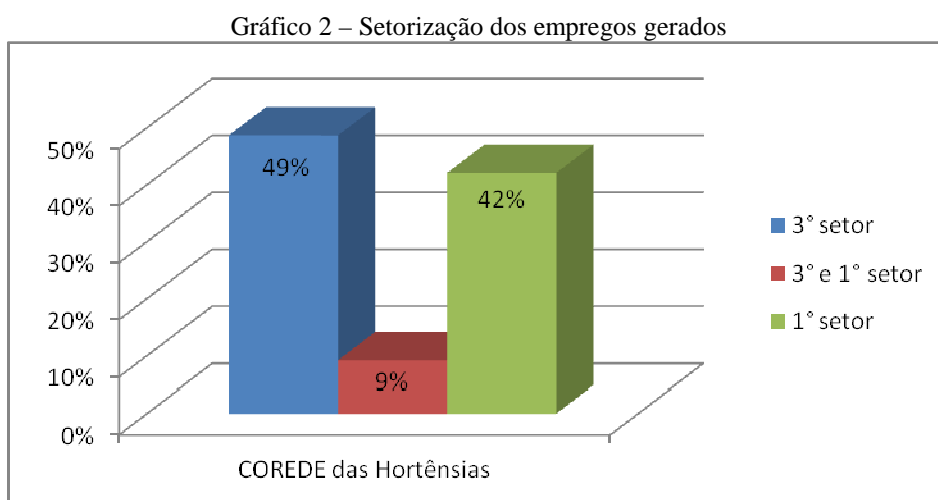
No modelo três, observou-se um volume muito grande de vagas temporárias geradas pelo turismo, e isso ocorre pela falta de vínculo empregatício, visto que os proprietários rurais ainda reclamam da sazonalidade da atividade turística. Percebeu-se, nas entrevistas, que tais trabalhadores são chamados nos períodos de alta temporada ou quando há necessidade de mais mão de obra. Ainda no modelo três, depreende-se que o turismo ainda gera poucos empregos fixos, mesmo que a atividade exercida na região seja, em sua absoluta maioria, o turismo rural.

Tabela 2 – Número de vagas de empregos fixos e temporários

MODELO 1 Pecuária e agricultura (emp. fixo)	MODELO 2 Pecuária, agricultura e turismo (emp. fixo)	MODELO 3 Turismo (emp. fixo)	Total de vagas em empregos fixos
59,09 % (26)	9,09% (4)	31,81% (14)	100% (44)
Pecuária e agricultura (emp. temporário)	Pecuária, agricultura e turismo (emp. temporário)	Turismo (emp. temporário)	Total de vagas em empregos temporários
18,75% (6)	9,37 (3)	71,87% (23)	100% (32)
Total fixo + temp.	Total fixo + temp.	Total fixo + temp.	Total de vagas em empregos fixos + temp.
42,10 % (32)	9,21% (7)	48,68% (37)	100% (76)

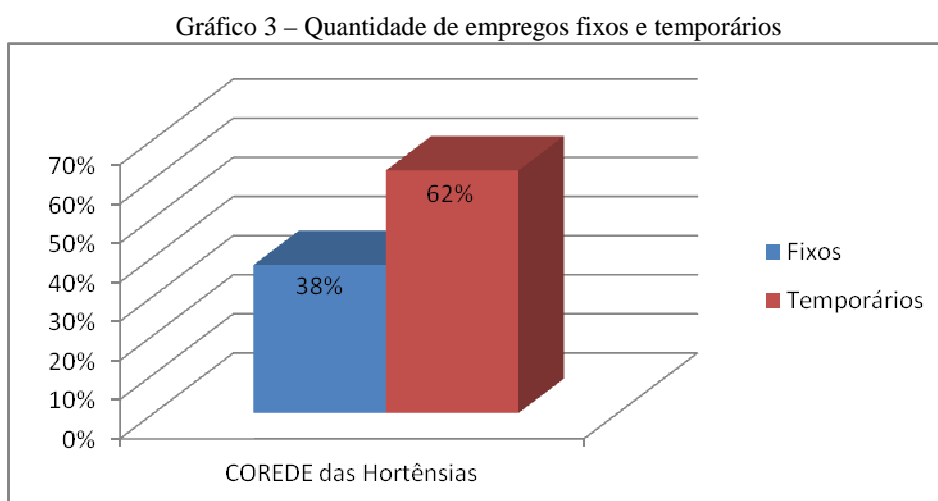
Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

No Gráfico 2, pode-se observar que o setor que mais emprega no Corede das Hortênsias, nas propriedades rurais ativas, em relação à atividade turística, é o terceiro-setor com quase 49% das vagas, somado aos trabalhadores que possuem jornada dupla e que atuam tanto no primeiro quanto no terceiro-setor, chegando-se a 58% dos empregos. Esse dado aponta à profissionalização do turismo rural na região e corrobora a hipótese de que o turismo é uma alternativa na geração de emprego e renda nas áreas rurais dos municípios visitados.



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

O Gráfico 3 ilustra a quantidade de empregos fixos e temporários gerada pelo turismo no Corede das Hortênsias; ainda se verifica um maior número de empregos temporários respaldado na falta de constância de rendimento gerado pela atividade. A sazonalidade do turismo foi citada, por grande parte dos entrevistados, como sendo o maior entrave para novas contratações.



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

5 Considerações finais

Verificou-se que o turismo no espaço rural é uma realidade na região, em sua grande maioria, na forma de turismo rural e, em menor quantidade, na forma de agroturismo. Dessa forma, chegou-se à resposta para um dos objetivos ao qual esta pesquisa se prestou, que era o de diferenciar as propriedades rurais ativas que praticam agroturismo daquelas que praticam turismo rural no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. Percebeu-se que 80% desses estabelecimentos são de turismo rural, o que significa que a fonte de renda principal da família é o turismo. Outros 20% têm o primeiro-setor (atividades agropastoris) como provedor fundamental, e o turismo entra apenas como complementação da renda.

A fim de responder a outro objetivo deste ensaio, que era o de estabelecer o perfil da geração de empregos fixos e temporários nos setores primário e terciário no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil, percebeu-se que a atividade turística é geradora de empregos e renda para essas famílias e à comunidade mesmo que, na maioria das vezes, com empregos temporários.

Veiga (2002) confirma essa afirmação ao afirmar que o setor terciário tem oportunizado geração de renda e emprego, enquanto, nos setores primário e secundário, a necessidade de trabalho reduz-se. Na região estudada, o turismo gerou 37 empregos, sendo 14 fixos. Os outros 23 temporários em muitos casos, são realizados na forma de jornada dupla pelo trabalhador do primeiro setor.

De acordo com dados analisados, detectou-se que os trabalhadores que possuem vínculo empregatício nos estabelecimentos ganham menos dos que aqueles que trabalham temporariamente. E isso ocorre porque os proprietários preferem driblar a sazonalidade da atividade turística contratando menos colaboradores e, sempre que necessário, chamando extras para cobrir funções que são necessárias.

Referências

- ALMEIDA, Joaquim A.; BLOS, Wladimir. O marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: Edusc, 2000. p. 75 – 84.
- BENI, Mário C. *Análise estrutural do turismo*. 8. ed. São Paulo: Senac, 2003.
- BLANCO, F. J. Fundamentos de la política comunitaria y española en materia de turismo rural. *Estudios Turísticos*, n. 131, p. 25-49, 1996.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. *Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese*. São Paulo: Atlas, 2004.

- CARNEIRO, Maria José. De terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades contemporâneas, modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 23-50.
- CRIADO, E. A.; BAENA, D. M.; FERNÁNDEZ, M. M. *Cultura, políticas de desarrollo y turismo rural en el ámbito de la globalización*. México: Horizonte Antropológico, 2003.
- EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. *Manual operacional do turismo rural*. Brasília: Embratur, 1994.
- FEE.FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 2011. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- GILBERT, D. C. Touristic development of a viticultural regions of Spain. *International Journal of Wine Marketing*, n. 4-2, p. 25-32, 1992.
- HERNÁNDEZ MAESTRO, R.; MUÑOZ GALLEGOS, P.; SANTOS REQUEJO, L. The moderating role of familiarity in rural tourism in Spain. *Tourism Management*, v. 28, p. 951-964, 2007.
- MALHOTRA, N. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- SILVERMAN, D. *Interpretação de dados qualitativos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SOUZA, Marcelino de. *Atividades não agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná*. 2000. 304 p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). *Turismo: desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Org.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri: Manole, 2010.

A economia criativa e a mão de obra nos municípios de maior relevância econômica na microrregião de Caxias do Sul, no ano de 2011

Jacqueline Maria Corá* – Rochele Kichs Macedo**

Resumo: Nas últimas décadas, a economia criativa vem ganhando destaque no contexto econômico-mundial. O Brasil, desde 2004, está comprometido com incentivar o desenvolvimento das ações que estimulam a economia criativa. Considerando que a economia criativa engloba um número significativo de setores e profissionais, surge o interesse em verificar as profissões, de maior participação nas cidades de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, que, de alguma maneira, apresentam a criatividade como ativo econômico e fator de desenvolvimento para seu município. Assim, o objetivo deste estudo é demonstrar a participação da mão de obra na economia criativa nos municípios de maior relevância econômica da microrregião de Caxias do Sul, através do mapeamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no ano de 2011. Este trabalho apresenta os aspectos conceituais, históricos e teóricos da economia criativa. Para tanto utiliza o método teórico-histórico descritivo e, por fim, dados estatísticos do mapeamento da economia criativa, fornecidos pela Firjan, referente a 2011.

Palavras-chave: Economia criativa. Indústria criativa. Mão de obra profissional. Microrregião de Caxias do Sul.

1 Introdução

Desde o final da década de 1990, observa-se, no cenário internacional, uma onda de ações que adotam a criatividade¹ como suporte ao desenvolvimento econômico, social e cultural. Tais ações passaram a ser denominadas de economia criativa e estão transformando o modo de produção de diversos bens e serviços.

A economia criativa tem origem nas antigas tradições do trabalho cultural e industrial que deram início à junção de uma série mais extensa de atividades produtivas modernas, ampliando a sua abrangência pelo domínio da tecnologia digital. Os avanços da pesquisa, no desenvolvimento de novas tecnologias, seguidas de alterações nos padrões de consumo mundial, causado principalmente pela abertura de mercado e, conseqüentemente, a globalização, vêm trazendo grandes desafios para este segmento econômico.

Diferentemente da economia tradicional, que estuda a escassez, a economia criativa baseia-se no excesso de criatividade, juntamente com a inovação, o

* Professora do Curso de Ciências Econômicas na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* jmcora@ucs.br

** Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

¹ Palavra de definições múltiplas, que remete intuitivamente à capacidade não só de criar o novo, mas de reinventar, diluir paradigmas tradicionais, unir pontos aparentemente desconexos, se com isso, equacionar soluções para novos e velhos problemas. Em termos econômicos, a criatividade é um combustível renovável e cujo estoque aumenta com o uso. Além disso, a “concorrência” entre agentes criativos, em vez de saturar o mercado, atrai e estimula a atuação de novos produtores. (REIS, 2008, p. 15).

empreendedorismo e a cultura como forma de promover o desenvolvimento econômico, considerando o estudo da produção, distribuição e do consumo dentro do contexto de economia criativa. Com base nesse contexto, este estudo pretende demonstrar a participação da mão de obra na economia criativa, nos Municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, que se destacam na microrregião de Caxias do Sul, por meio do mapeamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), no ano de 2011.² Inicialmente, será apresentada a abordagem teórica-histórica sobre a economia criativa; na sequência serão apresentados os três modelos de estudo da economia criativa no Brasil: Sistema da Firjan, no Rio de Janeiro; a da Fundap, em São Paulo e o da Fundação de Economia e Estatística (FEE), no Rio Grande do Sul. Por fim, com base nos dados estatísticos, disponíveis na base de dados da Firjan, será demonstrada e analisada a participação da mão de obra vinculada aos setores da economia criativa, nas cidades da microrregião de Caxias do Sul, no ano de 2011, com destaque para Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, evidenciando a profissão de maior destaque nas três cidades.

2 Bases teóricas da economia criativa

Ao longo do tempo, o alcance dos aspectos teóricos da economia foi ampliado, e desta ampliação surgiu a economia criativa, em que a criatividade, a inovação, o empreendedorismo e a cultura estão a serviço do desenvolvimento econômico, que passa a considerar a produção, a distribuição e o consumo sob a perspectiva da economia criativa.

Assim, a economia criativa está se configurando em uma dinâmica união de atividades produtivas do mundo. Conforme Newbiggin (2010, p. 9), “o mundo é inundado cada vez mais por imagens, sons, símbolos e ideias que geram novos empregos, mais riqueza e uma nova cultura” e, assim, os criativos de todo o planeta estão alterando o modo como se produz e trocam-se bens, serviços e cultura.

A economia criativa combina valores econômicos e culturais. A herança cultural é o que diferencia a economia criativa de qualquer outro setor da economia. McKinney (2012, p. 10) acrescenta que a “[...] economia criativa ultrapassou o antigo paradigma da economia baseada na informação”. Para ele, a base da economia criativa é que “[...] a habilidade mais importante já não é apenas ter conhecimentos, mas também demonstrar a capacidade de usar esse conhecimento para gerar ideias novas e extraordinárias”.

² Em 2014, quando este estudo foi realizado, 2011 era o ano mais recente que a Firjan disponibilizava em seu banco de dados.

Existem outras abordagens que estão sendo utilizadas para definir economia criativa, mas neste estudo será usada o conceito da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD), que considera a economia criativa um conceito em evolução, baseada em ativos criativos que, potencialmente, geram crescimento e desenvolvimento econômico, podendo estimular a geração de renda, a criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. O entendimento completo da economia criativa deve abranger aspectos econômicos, culturais e sociais, que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo, formando um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas, em macro e microníveis para a economia em geral. E complementa: é uma opção de desenvolvimento viável, que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. (UNCTAD, 2012).

De acordo com Reis (2008), a economia criativa é um novo ciclo econômico, que motiva novos modelos de negócios, processos organizacionais e institucionais e relações entre os agentes econômicos e sociais, trazendo em particular a cultura e tecnologia, juntamente com parcerias, levando, assim, à de inclusão socioeconômica.

A economia criativa contribuiu para reavivar limites urbanos subdesenvolvidos e áreas rurais distantes, fazendo com que as culturas sejam mais nitidamente percebidas, pertencendo a um setor competitivo, mas ao mesmo tempo fundamentado na cooperação e no compartilhamento de conhecimentos.

Perrone (2012) evidencia que a economia criativa é um componente da economia fundamentada pelo conhecimento. Além de abranger a possibilidade de criação de empregos, como alternativa de trabalho e renda, ela conduz a identificação regional, com desempenho baseado na distinção cultural, gerando alternativas de convivência comunitária.

A economia criativa apresenta peculiaridades; diante disso, Reis (2008) enumera as suas características:

a) *valor agregado da intangibilidade*: o intangível da criatividade gera valor adicional quando agrega atributos culturais, que não podem ser imitados perfeitamente, pois não há como copiar a essência cultural que confere aos produtos e locais criativos seu valor agregado;

b) *da cadeia setorial às redes de valor*: a economia criativa tem seu modelo de negócios baseado numa estrutura em forma de rede. A produção e o consumo, incentivados pelas novas tecnologias, desenvolvem-se em uma sucessão de possibilidades de muitos produtores para muitos consumidores, beneficiando-se a cada

entrada de novos colaboradores, promovendo a produção, distribuição e o acesso mais democráticos. A diversificação dos colaboradores faz com que as redes fiquem cada vez mais valorizadas, abrangendo empresas de portes variados, investidores e tomadores de crédito;

c) *novos modelos de consumo*: a combinação entre tecnologia e identidade cultural cria um novo estágio de relacionamento das pessoas com seu ambiente e com a cultura à sua volta. Os bens e serviços da economia criativa passam a ser adquiridos sem a necessidade de intermediação do mercado, mantendo um balanço entre a oferta de bens e serviços criativos globais e a identidade local, valorizando a diversificação e as várias possibilidades de escolha das comunidades;

d) *papel das micros e pequenas empresas*: as micros e pequenas empresas, fornecedoras ou distribuidoras de produtos e serviços, oferecem um canal de inclusão econômica e tem atuação em mercados diferenciados. Por serem as maiores empregadoras em vários países em desenvolvimento, aumentam a capacidade de inclusão socioeconômica nas indústrias criativas, onde as barreiras de entrada e o capital exigido para o início das atividades tendem a ser mais baixos. Contemplam maior diversidade em seu porta-fólio, arriscando mais do que as grandes empresas em novos talentos e projetos, atraindo grandes empreendimentos, seja por compra, seja por fornecimento de serviços;

e) *novas tecnologias*: as novas tecnologias participam como parte das indústrias criativas (*software*, games, mídias digitais, comunicações), impactando na produção, na distribuição e no consumo, transformando os processos de negócio e a cultura de mercado;

f) *amplo espectro setorial*: a economia criativa abrange a economia solidária, ligando artesanato às novas mídias e tecnologias, cuja seleção segue as especificidades, os talentos e as vantagens competitivas de cada região.

Desse modo, constata-se que a economia criativa se faz cada vez mais presente no cotidiano, sendo na educação, na geração de empregos ou em momentos de lazer, influenciando atitudes e estilos de vida, assimilando conhecimentos tradicionais com desenvolvimento tecnológico, para uma sociedade mais inclusiva.

2.1 A indústria criativa

O termo *indústria* utilizado para designar a indústria criativa é explicado por Valiati e Wink (2013), como sendo a tradução do termo em inglês *industries*, que se refere a um setor ou conjunto de empresas que desempenham uma atividade produtiva comum, ou seja, não se trata de atividade de transformação em série de grande escala. No entanto, aborda os segmentos de atividades econômicas que se apresentam com

características comuns e, nesse caso, a atividade-núcleo deve apresentar uma ação criativa, conforme a explicação a seguir:

Setores criativos são aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal de uma atividade gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social. (BRASIL, MINC, 2011, p. 23).

Para uma padronização em um sistema único de classificação nos sistemas industriais que se aplicam à economia, a Unctad (2012) classifica as indústrias criativas em quatro grupos principais, sendo eles:

a) *patrimônio*: o patrimônio cultural é identificado como a origem de todas as formas de arte e a alma das indústrias cultural e criativa. Ele une os aspectos culturais dos pontos de vista histórico, antropológico, étnico, estético e social; influencia a criatividade e se caracteriza como a origem de uma gama de produtos e serviços patrimoniais, além de atividades culturais. Seus componentes são:

- expressões culturais tradicionais: artesanato, festivais e celebrações;
- locais culturais: sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, etc.

b) *artes*: inclui as indústrias criativas baseadas exclusivamente na arte e na cultura. O trabalho artístico é inspirado por patrimônio, valores de identidade e significado simbólico. Subdivide-se em:

- artes visuais: pinturas, esculturas, fotografia e antiguidades;
- artes cênicas: música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, teatro de fantoches, etc.

c) *mídia*: atividades de mídia que produzem conteúdo criativo, com o objetivo de estabelecer comunicação com grandes públicos (“novas mídias” recebem uma classificação separada), dividem-se em dois grandes subgrupos:

- editoras e mídias impressas: livros, imprensa e outras publicações;
- audiovisuais: filme, televisão, rádio e demais radiodifusões.

d) *criações funcionais*: constitui indústrias mais impulsionadas pela demanda e voltadas à prestação de serviços, com a criação de produtos e serviços, que possuam fins funcionais. Apresenta-se em:

- *design*: interiores, gráfico, moda, joalheria e brinquedos;
- novas mídias: *software*, videogames e conteúdo digital criativo;
- serviços criativos: arquitetônico, publicidade, cultural e recreativo e pesquisa e desenvolvimento (P&D) criativo.

As indústrias criativas têm demandas e dilemas estratégicos distintos dos apresentados pelas indústrias tradicionais. A proposta de valor deriva dos benefícios obtidos; sendo assim, o reconhecimento de um novo paradigma dá origem a uma nova

abordagem da teoria da firma orientada pelo conhecimento, considerando que as soluções que foram adotadas, no passado, não respondem mais aos níveis da economia criativa, que adota outros norteadores para orientar a sua ação.

3 A origem e trajetória da economia criativa

Alguns aspectos estão na gênese da economia criativa, como a indústria cultural, que produz produtos e serviços culturais, unindo criação, produção e comercialização de bens intangíveis e culturais que acabam combinando o cultural com o econômico.

Segundo a Unctad (2012), a expressão *indústria cultural* surgiu no período pós-guerra pelos membros da Escola de Frankfurt, como uma crítica ao entretenimento do povo. Naquela época, *indústria cultural* tinha o entendimento e a intenção de chocar, pois se dizia que cultura e indústria eram conceitos opostos e que a expressão foi aplicada em polêmicas contra as limitações da vida cultural moderna. No momento atual, essas indústrias culturais têm a produção e comercialização de seus produtos em larga escala.

Já no que diz respeito à política cultural, usa-se o emprego da economia da cultura, que, para a Unctad (2012), é o emprego da análise econômica a todas as artes criativas cênicas e às indústrias patrimoniais e culturais, tanto de capital aberto quanto fechado, preocupando-se com a organização econômica do setor cultural e com o comportamento dos produtores, consumidores e governos desse setor, incluindo várias abordagens de correntes principais e radicais, neoclássicas, de economia do bem-estar, de política pública e de economia convencional.

No século XXI, a cultura aparece associada à economia na função de inclusão social e geração de emprego, como uma fonte de riqueza, sendo combustível, para ocasionar desenvolvimento local.

De fato, a atividade cultural não esteve incluída como um componente da economia durante uma boa parte da história humana. Abrangia aquelas atividades nas quais as pessoas pensavam quando deixavam de trabalhar, mas não faziam parte da sua vida laboral. Inclusive hoje, as indústrias criativas são expressões do valor cultural e econômico. Além do seu valor de troca, e seu valor funcional, a maioria dos produtos e serviços das indústrias criativas tem um valor “expressivo”, um significado cultural que pouco ou nada tem a ver com os custos da sua produção ou utilidades. (NEWBIGIN, 2010, p. 13).

À vista disso, a origem da economia criativa se apresentou quando as antigas tradições do trabalho cultural e industrial deram início à junção para uma série mais extensa de atividades produtivas modernas e mais respeitáveis ainda, quando começaram a ter maior abrangência pelo domínio da tecnologia digital. De acordo com

Reis (2008), a economia criativa origina-se da expressão *indústrias criativas*, inspiradas no projeto *Creative Nation*, da Austrália, em 1994. Esse projeto defendia a importância do trabalho criativo, sua contribuição para a economia do país e o papel das tecnologias como aliadas da política cultural, o que permitiu a inclusão dos setores tecnológicos no escopo das indústrias criativas.

A maior visibilidade da economia criativa deu-se em 1997 no Reino Unido, “[...] quando legisladores do Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Reino Unido estabeleceram a Força Tarefa das Indústrias Criativas”. (UNCTAD, 2012, p. 6).

A denominação *indústrias criativas* vem se desenvolvendo e abrangendo a intenção das indústrias culturais para além das artes, apontando uma modificação nas atividades que eram consideradas não econômicas, sendo observadas por Corazza; Sabbatini e Valiati (2013), desde a industrialização original até a desindustrialização avançada contemporânea, quando a manufatura progressivamente migra para a “periferia”, configurando uma nova forma de divisão internacional do trabalho, o Reino Unido se tornou um epicentro, colocando a criatividade no centro do debate sobre possibilidades de desenvolvimento.

Nesse contexto, a partir das ações desencadeadas na Austrália e no Reino Unido, observa-se, no cenário internacional, uma onda de ações que adotam a criatividade como suporte para o desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo, inclusive, para transformar o modo de produção de diversos bens e serviços. De acordo com Massinhã (2012), a Jamaica selecionou a indústria criativa como setor-chave de crescimento e, em países da África, a associação com o Programa das Nações Unidas e culturais firmou um dos pilares para o desenvolvimento. Já nos Estados Unidos, a indústria criativa busca na atividade cultural, incluindo o setor público, as cidades americanas mais criativas. De acordo com a Firjan:

Em 2002, Richard Florida, professor de Desenvolvimento Econômico Regional da Carnegie Mellon University, publicou “The Rise of the Creative Class”, tratando do desenvolvimento da indústria criativa, no qual constrói um “índice de criatividade” para as cidades americanas, identificando as mais propensas a essas atividades. Esse índice é bastante amplo, abrangendo toda e qualquer atividade geradora de ideia. (FIRJAN, 2008, p. 10)

Da mesma maneira complementa que, em Hong Kong, em 2003, organizou-se o primeiro de uma série de grandes seminários sobre a indústria criativa, com o objetivo de desenvolver o setor no território e nos países próximos. A China, por sua vez, teve a inclusão das indústrias criativas no 11º Plano de Cinco Anos feito pelo governo, tendo seu reconhecimento como estratégia de desenvolvimento. Segundo a Unctad (2012), a China se tornou líder do mercado mundial de produtos criativos entre 2000 e 2008,

devido à sua riqueza, diversidade cultural e sua habilidade de produzir uma boa combinação de produtos criativos tradicionais e de alta tecnologia.

Na Turquia, o governo está em busca do aprimoramento da indústria criativa de todo país. Istambul, a capital, já estabelece uma ponte entre a Europa e a Ásia, devido a seu rápido desenvolvimento. De acordo com o relatório da Unctad, “Istambul foi selecionada como a Capital Cultural da Europa em 2010”. (UNCTAD, 2012, p. 52).

Nesse sentido, em diferentes países, a criatividade passa a ser considerada ativo econômico e fomentadora do eixo de desenvolvimento.

4 A economia criativa no Brasil

No Brasil, o comprometimento com a economia criativa surgiu em 2004 após a realização do encontro da UNCTAD XI, em São Paulo. No ano seguinte, nasceu o Instituto de Economia Criativa, com a missão de fazer as empresas operarem com negócios criativos, contendo um Conselho Consultivo formado por profissionais e empresários de várias áreas de conhecimento. Em 2008, o Ministério da Cultura configurou a Coordenação Geral da Economia da Cultura e Estudos Culturais (CGEC), com o objetivo de unir políticas ajustadas e multidisciplinares com outros ministérios e instituições. Dessa iniciativa, resultaram várias ações para aperfeiçoar a economia criativa, como a Feira Música Brasil e a Arte Contemporânea Brasileira, além de incentivos nas áreas de *design*, arquitetura, moda, fotografia e artesanato. Por ser associada às universidades públicas e aos centros de pesquisa, oferece suporte às pesquisas, originando o Programa de Cultura Urbana e Cidades Criativas. Outro projeto foi o da criação da Rede de Agentes Públicos da Economia Criativa, que conciliou representantes de 18 estados do Brasil, de suas respectivas secretarias da cultura, a fim de que desenvolvessem e estimulassem a economia criativa. (UNCTAD, 2012).

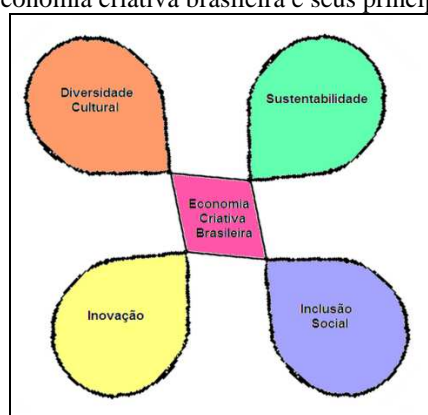
Em 2011 foi lançado o “Plano da Secretaria da Economia Criativa” pelo Ministério da Cultura, buscando a condução e o monitoramento de políticas públicas para este desenvolvimento. O principal programa da secretaria é a Rede de Incubadoras Brasil Criativo, que utiliza as potencialidades criativas de cada região. A rede está presente em 13 estados: Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. (BEVILAQUA, 2014).

E para o ano de 2018, o Brasil foi escolhido, entre os 10 países do Mercosul, como sede da terceira edição do Mercado das Indústrias Culturais da América do Sul (MICSUL), com o compromisso de compartilhar, para os demais ministérios, um

relatório técnico explicando minuciosamente o processo de implementação do Vale-Cultura.

A economia criativa brasileira desenvolve-se buscando compreender a realidade nacional e a importância da diversidade cultural do País, tendo a sustentabilidade como fator de desenvolvimento local e regional, a inovação como vetor de desenvolvimento da cultura e expressões de vanguarda e a inclusão produtiva, como base de uma economia cooperativa e solidária. (BRASIL, MINC, 2011). As intersecções desses princípios formam a economia criativa brasileira, conforme pode ser verificado na Figura 1.

Figura 1 – A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores



Fonte: Elaboração própria com base no Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011, p. 33).

Entende-se que a criatividade brasileira é produto da diversidade cultural, que aumenta as possibilidades e destaca os valores humanos, buscando a proteção das expressões culturais, para assim garantir originalidade e força para o seu crescimento. A oferta de produtos de baixo valor agregado, sem seus elementos originais e identificadores culturais, migrou para um mercado compulsivo e pouco crítico, impossibilitando o desenvolvimento endógeno; por isso, a importância de um desenvolvimento que garanta a sustentabilidade local, social, cultural, ambiental e econômica. A inovação demanda conhecimento para identificar e reconhecer as oportunidades e fazer a escolha das melhores opções, com uma visão crítica e estratégica, focada no mercado, a fim de que possa realizar suas intenções, já que os produtos da economia criativa são resultantes da integração entre novas tecnologias e conteúdos culturais. E, por fim, a inclusão social, que por meio do desenvolvimento de políticas públicas culturais, permite a inclusão produtiva da população, através da qualificação profissional, gerando oportunidade de trabalho e renda, incluindo o acesso a bens e serviços criativos. (BRASIL, MINC, 2011).

Portanto, após a análise dos norteadores, percebe-se que os recursos sociais e ativos econômicos são capazes de encontrar alternativas e até mesmo soluções para novos empreendimentos, suscitando riqueza.

No âmbito dos estados, destacam-se os estudos sobre a economia criativa realizados pela Firjan, pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), do município de São Paulo e pela Federação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), no Rio Grande do Sul, onde cada instituição realizou um mapeamento diferente sobre o tema.

A Firjan delimitou seu mapeamento, através de catorze segmentos criativos, sendo estes: arquitetura & engenharia, artes, artes cênicas, biotecnologia, *design*, expressões culturais, filme & vídeo, mercado editorial, moda, música, pesquisa & desenvolvimento, publicidade, *software*, computação & telecomunicações. A Fundap realizou um mapeamento dos impactos das indústrias criativas para a cidade de São Paulo e para a qual a economia criativa é entendida “[...] como aquelas manifestações humanas ligadas à arte em suas diferentes modalidades, sejam elas do ponto de vista da criação artística em si, como pintura, escultura e artes cênicas, sejam na forma de atividades criativas com viés de mercado, como design e publicidade”. (VALIATI, 2012, p. 13). A partir desse conceito, a Fundap definiu um grupo de atividades econômicas que pode ser entendido e classificado como pertencente à economia criativa: arquitetura e *design*; artes performáticas; artes visuais, plásticas e escritas; audiovisual; edição e impressão; ensino e cultura; informática; patrimônio; pesquisa e desenvolvimento; e publicidade e propaganda. A partir da definição de atividades específicas, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são produzidas informações sobre emprego e renda do trabalho, com base na Rais-MTE e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. (VALIATI, 2012, p. 14).

A FEE realizou o mapeamento da economia criativa no Rio Grande do Sul, no período de 2007 a 2010.³ Este estudo se manteve alinhado à definição da UNCTAD do conceito de indústria criativa: a cadeia produtiva é composta pelos ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços, que usam criatividade e capital intelectual como insumos primários. O estudo foi realizado a partir da análise de três grandes áreas: uma delas que representa o núcleo, circundado por atividades relacionadas e de apoio, que se definem por:

a) núcleo: atividades do setor de serviços que têm a criatividade como parte principal do processo produtivo:

³ Os organizadores deste estudo foram Leandro Valiat e Marcos Vinícius Wink Júnior. E esta obra foi publicada em 2013.

b) atividades relacionadas: envolvem segmentos de provisão direta de bens e serviços ao núcleo e compostos, em grande parte, por indústrias e empresas de serviços fornecedoras de materiais e elementos fundamentais para o funcionamento do núcleo;

c) atividades de apoio: englobam provisão de bens e serviços de forma indireta ao núcleo.

Após essa base teórica e histórica, apresenta-se os resultados do estudo realizado.

5 A participação da mão de obra na economia criativa nos municípios de maior relevância econômica na microrregião de Caxias do Sul

5.1 A microrregião de Caxias do Sul

O Rio Grande do Sul possui 35 microrregiões,⁴ dentre elas a de Caxias do Sul, que está dividida em dezenove municípios.⁵ Nesse estudo, dentre os municípios que integram a microrregião, optou-se por selecionar os Municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha, por apresentarem uma dinâmica interna mais expressiva, se comparada aos demais municípios da microrregião.

A Tabela 1 apresenta os principais indicadores dos municípios selecionados, como forma de contextualizá-los, comparativamente ao agregado do estado.

Tabela 3 – População, PIB e PIB *per capita* dos municípios selecionados e do RS

Municípios	População (2014)	PIB (2012) R\$ mil	PIB <i>per capita</i> (2012)
Bento Gonçalves	112.897	3.512.880	32.036
Caxias do Sul	473.955	16.651.357	37.259
Farroupilha	68.368	1.926.157	29.682
Total	655.220	22.090.394	-
Microrregião	828.519	27.604.621	
Representatividade Municípios/microrregião	79%	80%	
Rio Grande do Sul	11.258.402	277.657.666	25.779
Representatividade Municípios/ RS	5,8%	8%	-

Fonte: Elaborada pelas autoras; FDB: FEE (2015).

Verifica-se que os municípios selecionados participam, aproximadamente com 80%, tanto no PIB quanto na população da microrregião de Caxias do Sul, sendo que entre eles, Caxias do Sul é o que apresenta os maiores indicadores. Em relação ao total do estado, os três municípios representam 5,8% da população e 8% do PIB do estado.

⁴ De acordo com a FEE (2014), uma microrregião é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço, também identificada pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente

⁵ Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza, São Marcos, Veranópolis e Vila Flores. Porém, Pinto Bandeira ascendeu à categoria de município em 2013, até então era considerado distrito de Bento Gonçalves

Verifica-se que o PIB de Caxias do Sul representa 75,3% do total dos municípios selecionados, e 6% do PIB do Rio Grande do Sul. Caxias ainda apresenta o maior PIB *per capita* dos selecionados. Ocupa o 5º lugar no estado, ficando atrás de Triunfo, Canoas, Rio Grande e Santa Cruz do Sul e 45% acima do PIB *per capita* médio do RS.

a) Principais setores econômicos de Bento Gonçalves

Segundo a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (2014), um dos principais setores desse município é a indústria de móveis, sendo o polo moveleiro mais importante do estado, que movimenta o turismo de negócios através de feiras. Outro setor de notoriedade é a vitivinicultura, pois a cidade é a capital brasileira da uva e do vinho, por ser a pioneira a obter o certificado que qualifica a origem dos produtos em nível mundial, com a indicação de procedência pelo Vale dos Vinhedos. Foi escolhida pelo Ministério do Turismo como um dos 65 polos indutores de turismo do Brasil. Ainda no âmbito da indústria de transformação, as indústrias metalúrgica e elétrica também se destacam, pois se dedicam à produção de máquinas e equipamentos, principalmente para a indústria moveleira e vinícola. O setor industrial participa com 35,85% do VAB total de Bento Gonçalves, já o setor de serviços participa com 60,89%. (FEE, 2011). Nesse setor, o destaque fica para as empresas transportadoras com maior participação na economia local, e nos serviços que englobam as atividades turísticas, como a hotelaria e a gastronomia.

b) Principais setores econômicos de Caxias do Sul

Conforme a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2014), a cidade destaca-se por sua economia baseada na indústria, sendo o segundo polo metalomecânico do Brasil. O principal segmento industrial de Caxias do Sul é o de material de transporte, devido à projeção de seus produtos nos mercados interno e externo. O município abriga um dos cinco maiores fabricantes de carrocerias para ônibus do mundo, e é também um dos cinco maiores fabricantes de veículos e implementos rodoviários da América do Sul. Outro segmento de importância significativa para a cidade é a indústria metalomecânica e de material elétrico e eletrônico, sendo considerado um dos setores mais dinâmicos da economia de Caxias do Sul, com rápida expansão nos últimos anos. Também destaca-se o setor de material plástico, que apresentou significativa expansão, após o surgimento de indústrias especializadas na transformação de resinas plásticas em produtos para embalagens. Outros setores industriais que contribuem na dinâmica econômica caxiense são: madeireiro, mobiliário, têxtil/vestuário, alimentício, vinícola, editorial e gráfico e construção civil. O setor industrial representa 44,83% do VAB de Caxias do Sul.

Apesar da pujança do setor industrial, o principal setor é o de serviços, com 53,75% de representatividade no VAB. Nesse setor, tem-se uma diversidade de empresas, muitas delas terceirizando serviços para a indústria de transformação. E o

setor de menor representatividade é o da agropecuária, mesmo com a cidade sendo a maior produtora de hortifrutigranjeiros do Rio Grande do Sul, com destaque para o cultivo de uva, maçã, pêssego e alho. A avicultura e a criação de bovinos são as principais atividades pecuaristas.

c) Principais setores econômicos de Farroupilha

Farroupilha é nacionalmente conhecida pelos calçados e pelas malhas que fabrica e também por ser a maior produtora de kiwi do Brasil. O turismo apresenta importância econômica através da religiosidade, cultura, gastronomia e das reservas ecológicas. No que diz respeito aos setores econômicos, o de maior representatividade no município é o de serviços, com 57% do VAB total, com destaque para as transportadoras e para o turismo de negócios. O setor industrial participa com 35,6%, de acordo com a FEE, (2011), com destaque para o ramo metalúrgico, plástico, têxtil, de papel e embalagens, além dos segmentos: vinícola, moveleiro, calçadista e de bebidas. O setor de menor representatividade na formação do VAB é a agropecuária, com destaque para o cultivo de kiwi, uva, pêssego, maçã e milho, pela produção de proteína animal: leite, frango e ovos.

A seguir são apresentadas as informações relacionadas à mão de obra nos setores da economia criativa dos municípios selecionados.

5.2 Metodologia e resultados da pesquisa

Tendo em vista o que objetivo deste estudo é demonstrar e analisar a participação da mão de obra na economia criativa, nos Municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, utilizou-se o mapeamento realizado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2011. A Firjan dispõe de dados referentes aos catorze segmentos da indústria criativa por município brasileiro. Em cada segmento, abrem-se as informações relacionadas às diferentes profissões que integram esses segmentos, analisados pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, a sua remuneração média, o gênero e o grau de escolaridade dos profissionais de cada um dos catorze segmentos disponíveis. Além disso, para fins de comparação, é abordado também o número de profissionais criativos do Estado do RS e do País.

Com base nas informações obtidas no banco de dados da Firjan, foi possível elaborar a tabela 2 que apresenta o número de profissionais, em cada município selecionado, enquadrados nos quatorze segmentos criativos destacados pela Firjan.

Tabela 2 – Total de profissionais criativos, por segmento, em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Rio Grande do Sul e Brasil, no ano de 2011

SEGMENTO	BENTO	CAXIAS	FARROUP.	TOTAL	RS	BRASIL
Arquitetura e Engenharia	167	679	38	884	11.516	230.258
Artes	24	93	4	121	1.709	32.930
Artes Cênicas	4	20	3	27	295	9.853
Biotecnologia	3	29	3	35	846	23.273
Design	334	1.319	160	1.813	8.673	103.191
Expressões Culturais	15	19	2	36	466	6.813
Filme e Vídeo	21	157	4	182	1.129	20.693
Mercado Editorial	70	228	22	320	4.003	49.661
Moda	21	116	85	222	3.991	44.062
Música	3	61	1	65	649	11.878
Pesquisa e Desenvolvimento	15	125	14	154	1.646	37.251
Publicidade	89	619	106	814	5.227	116.425
Software, Comp. e Telecomunicações	111	658	103	872	7.249	97.241
Televisão e Rádio	52	120	41	213	2.914	26.004
Total de profissionais criativos	929	4.243	586	5.758	50.313	809.533

Fonte: Elaborada pelas autoras, com base nos dados brutos da Firjan (2014).

Percebe-se, de acordo com dados disponíveis na Tabela 2, que os profissionais enquadrados nos segmentos da economia criativa, do Município de Bento Gonçalves representaram, em 2011, 0,82% do total da população do município; Caxias do Sul tem sua representação criativa em 0,96% da população e Farroupilha 0,91%. No Estado, essa representação diminui para 0,45% da população.

Em relação à representatividade de cada município, no total de profissionais criativos do Estado, a cidade de Bento Gonçalves participa com 1,85%; Caxias do Sul com 8,43% e Farroupilha com 1,16%. Já o Rio Grande do Sul participa com 6,2% dos profissionais criativos do País.

Verifica-se também que os segmentos de *design*; arquitetura e engenharia; *software*; computação e telecomunicações e publicidade, nesta ordem, são os de maior destaque, estando presentes nos municípios analisados. Os quatro segmentos juntos representam 76,1% dos profissionais criativos das cidades selecionadas para o estudo. Constata-se também que Caxias do Sul detém 73,7% do total de profissionais criativos das três cidades analisadas.

O segmento de *design* foi o que apresentou o maior número de profissionais criativos e, portanto, terá sua análise ampliada a partir dos dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Total de profissionais do segmento de *design* em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Rio Grande do Sul e Brasil e sua remuneração média no ano de 2011

MUNICÍPIO	TOTAL DE DESIGNERS 2011	REMUNERAÇÃO MÉDIA 2011
Bento Gonçalves	334	R\$ 1.859,35
Caxias do Sul	1.319	R\$ 2.679,78
Farroupilha	160	R\$ 2.243,12
Total	1.813	-
RS	8.673	R\$ 2.183,60
Brasil	103.191	R\$ 2.363,42

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados brutos da FIRJAN (2014).

Verifica-se, de acordo com as Tabelas 2 e 3, que os profissionais do segmento de *design* representam 31% do total de profissionais criativos das cidades em análise. Os *designers* representam 17% do total de profissionais criativos do estado e 8,4% do total de *designers* do país. No Brasil, 12,7% dos profissionais criativos são *designers*, o que reforça a importância desse segmento nos municípios analisados. Em relação à remuneração média, Caxias do Sul possui os *designers* mais bem remunerados, ficando 23% acima da remuneração média do Estado e 13% acima da do País.

Com o objetivo aprofundar o estudo, fez-se a identificação das profissões que compõem o segmento de *design* em Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Identificação das profissões do segmento de *design* em Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha no ano de 2011

Profissionais do segmento de <i>design</i>	Bento	Caxias	Farroupilha
Cofeccionador de móveis de vime, junco e bambu	4	35	4
Decorador de eventos (Criada em 11/04/2011)	–	1	–
Decorador de interiores nível superior	4	8	–
Desenhista copista	9	32	22
<u>Desenhista detalhista</u>	7	113	15
Desenhista industrial de produto	3	8	1
<u>Desenhista industrial gráfico</u>	41	95	18
Desenhista projetista de arquitetura	45	26	–
Desenhista projetista de construção civil	8	20	–
Desenhista projetista de eletricidade	3	24	–
<u>Desenhista projetista de máquinas</u>	52	107	2
Desenhista projetista eletrônico	11	27	–
<u>Desenhista projetista mecânico</u>	45	518	26
Desenhista técnico	12	88	13
Desenhista técnico (arquitetura)	4	6	1
<u>Desenhista técnico (artes gráficas)</u>	13	67	29
Desenhista técnico (calefação, ventilação e refrigeração)	1	1	–
Desenhista técnico (construção civil)	3	1	–
Desenhista técnico (eletricidade e eletrônico)	–	0	–
Desenhista técnico (ilustrações artísticas)	–	4	–
Desenhista técnico (ilustrações técnicas)	–	2	–
Desenhista técnico (mobiliário)	3	8	2
Desenhista técnico de embalagens, maquetes e leiautes.	1	24	–
Desenhista técnico mecânico	24	27	1
Designer de interiores	–	7	–
Designer de vitrines	1	9	2
Maquetista na marcenaria	–	3	16
Marcheteiro	0	1	–
<u>Projetista de móveis</u>	40	39	4
Tanoeiro	–	18	4

Fonte: Elaborada pelo autor com fonte de dados brutos pela Firjan.

Pode-se perceber, com base nos dados da Tabela 4, que as atividades profissionais que apresentam maior número de profissionais, nos municípios são: *Desenhista detalhista*, *desenhista industrial gráfico*, *desenhista projetista de máquinas*, *desenhista projetista mecânico*, *desenhista técnico (artes gráficas)* e *projetista de móveis*. Pode-se observar, no caso de Bento Gonçalves, que a indústria moveleira, que é uma das principais atividades econômicas do município, demanda profissionais da área do *design*, infere-se que a indústria criativa, por meio de seus pressupostos, gera diferenciação para uma indústria tradicional vinculada ao projetista de móveis, portanto é natural o destaque para o profissional desta área. Da mesma forma, no caso de Caxias do Sul, que conforme visto anteriormente é um polo metalmeccânico, a atividade profissional do desenhista projetista de máquinas e mecânico justifica que essas profissões se destaquem das demais, coerentemente com os segmentos industriais que dão base para à atividade local.

As profissões que aparecem com maior destaque, nesse segmento da economia criativa, refletem a origem dos municípios, pois são profissões que estão a serviço das indústrias tradicionais e, no entanto, por meio da criatividade e da inovação, tais setores conseguem se diferenciar e acabam transformando essas indústrias em indústrias diferenciadas.

Ainda é possível constatar a quantidade de profissionais que exercem essas profissões de destaque em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Rio Grande do Sul e Brasil e sua remuneração média no ano de 2011, conforme a Tabela a seguir.

Tabela 5 – Profissionais de destaque do segmento de *design* em Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Rio Grande do Sul e Brasil e sua remuneração média no ano de 2011

PROFISSIONAL	BENTO	CAXIAS	FARROUP.	TOTAL	RS	BRASIL
Desenhista Detalhista (profissionais)	7	113	15	135	534	5.758
Remuneração média (R\$)	1.667,63	2.919,31	2.441,37	-	2.372,99	3.322,57
Desenhista Industrial Gráfico (profissionais)	41	95	18	154	986	17.806
Remuneração média (R\$)	1.613,06	1.864,36	1.551,15	-	1.628,46	1.991,91
Desenhista Projetista de Máquinas (profissionais)	52	107	2	161	464	2.767
Remuneração média (R\$)	2.567,31	3.336,77	2.381,48	-	2.919,41	3.182,91
Desenhista Projetista Mecânico (profissionais)	45	518	26	589	1.661	11.399
Remuneração média (R\$)	2.224,84	3.465,75	3.388,57	-	3.138,78	3.762,43
Desenhista Técnico (artes gráficas) (profissionais)	13	67	29	109	405	6.029
Remuneração média (R\$)	916,70	1.493,98	1.972,66	-	1.312,79	1.469,97
Projetista de Móveis (profissionais)	40	39	4	83	483	4.639
Remuneração média (R\$)	1.393,16	1.645,36	1.116,80	-	1.335,23	1.427,88

Fonte: Elaborada pelo autor com fonte de dados brutos pela Firjan.

Verifica-se que os profissionais destacados na Tabela 5 totalizam 68% dos profissionais do segmento de *design*. O *desenhista detalhista* tem maior participação no Município de Caxias do Sul, representando 21% dos profissionais do estado. A remuneração média para os profissionais de Caxias do Sul apresenta-se acima da remuneração do estado, mas inferior à remuneração média do País. Para o *desenhista*

industrial gráfico, ou *designer gráfico*, constata-se que este profissional tem relevância nos três municípios selecionados e, juntos, representam 15,6% dos profissionais do Rio Grande do Sul. Já o estado representa apenas 5,5% dos profissionais do País. Sendo esta a profissão, dentre as seis analisadas, com menor representatividade no Brasil. As remunerações médias, nas três cidades, apresentam-se inferiores à média nacional.

O profissional *desenhista projetista de máquinas* e o *desenhista projetista mecânico*, de acordo com a Tabela, tem destaque em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, com uma representação de 34% dos profissionais do estado. Já o Rio Grande do Sul representa 16,8% dos profissionais do País, sendo esta a profissão, dentre as seis analisadas, com maior representatividade no Brasil. Em relação à remuneração média, percebe-se que em Bento Gonçalves estes profissionais tem a remuneração mais baixa que os profissionais do estado e do País. Já em Caxias do Sul ocorre o contrário, os desenhistas projetistas de máquinas são mais bem remunerados que os do Rio Grande do Sul e do Brasil. O desenhista projetista mecânico é o profissional de maior destaque dentre os analisados, sendo comum aos três municípios. Já o *desenhista técnico de artes gráficas*, ou *arte-finalista* em Farroupilha, é o profissional que mais se destaca, representando 7,2% dos profissionais do Estado. Verifica-se também que a remuneração média para o arte-finalista de Farroupilha apresenta-se superior às remunerações médias analisadas para este profissional.

O *projetista de móveis* tem destaque no Município de Bento Gonçalves, representando 8,3% os profissionais do estado. Já no que diz respeito à remuneração média para esse profissional, Caxias do Sul apresenta a maior remuneração média dentre as analisadas.

Conforme constatado, o *desenhista projetista mecânico* é o profissional dos setores criativos de maior destaque nos três municípios selecionados, totalizando 35,5% do total desses profissionais do estado. Já o Rio Grande do Sul participa 15% no total desses profissionais do País. Em relação à remuneração média, a cidade de Bento Gonçalves é a que apresenta a remuneração média mais baixa dentre as analisadas. Já as cidades de Caxias do Sul e Farroupilha apresentam remunerações médias acima da remuneração média do estado, mas inferiores à remuneração média do Brasil. Nesse sentido, considerando as características das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios selecionados, que compõem o polo metalomecânico da Serra gaúcha, é coerente que tal remuneração esteja situada acima da média da remuneração do estado. Infere-se que, em tais municípios, ocorra a valorização e a demanda seja maior que a oferta dessa mão de obra específica. Ao mesmo tempo, o padrão de remuneração em outros polos metalomecânicos do País, deve se superior ao da Serra gaúcha, o que eleva a média nacional. Constata-se também, que a remuneração média do desenhista

projetista mecânico, nos três municípios, apresenta-se acima da remuneração média de todo o mercado de trabalho estadual que é de R\$ 1.631,28 e da remuneração média de todo o mercado de trabalho nacional que é de R\$ 1.733,00.

Conforme os dados da Firjan, a média de idade do desenhista-projetista mecânico, em todo o mercado de trabalho estadual e nacional, é de 36 anos; entretanto, para os três municípios em análise a média de idade apresenta-se inferior, sendo de 28 anos para os profissionais de Bento Gonçalves, 32 anos para os de Caxias do Sul e de 31 anos para os profissionais de Farroupilha. Já a distribuição dos profissionais desenhistas projetistas mecânicos por gênero demonstra a predominância da participação masculina. Em Bento Gonçalves a participação feminina é de 20%, sendo superior a participação feminina de Caxias do Sul e Farroupilha que é de 7% e 8% respectivamente, mas mesmo assim o gênero feminino aparece tímido nessa profissão nos três municípios, diferentemente da distribuição dos profissionais no mercado de trabalho nacional, no qual o sexo feminino ganha força e aparece com maior representatividade, embora ainda inferior à participação masculina.

Quanto ao grau de instrução desses profissionais, de acordo com os dados disponíveis na Firjan (2014), constatou-se que, em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, a maioria dos profissionais projetistas mecânicos possui Ensino Médio incompleto, ou Ensino Superior incompleto, já em Farroupilha destaca-se o ensino superior incompleto para 57,7% dos Profissionais. No mercado de trabalho estadual e nacional, os profissionais apresentam diversos níveis de escolaridade; no entanto, a maior concentração ocorre no ensino Médio completo, com 38,8% e 43,2%, respectivamente.

Com isso conclui-se que o grau de instrução estadual e nacional da maioria dos desenhistas projetistas mecânicos é o Ensino Médio completo, diferentemente dos três municípios analisados, onde as faixas que mais concentram profissionais são a de Ensino Médio incompleto e a de Ensino Superior incompleto. Com base nos dados, infere-se que pelo volume de demanda do mercado local, emprega-se profissionais ainda com ensino médio incompleto, que iniciam sua formação profissional concomitantemente a formação educacional regular, mas, por exigência do mercado de trabalho para o desenhista projetista mecânico da região, esses profissionais devem seguir estudando, buscando a formação superior. Portanto, existe uma exigência de qualificação maior no mercado de trabalho dos municípios selecionados.

6 Considerações finais

Considerando o objetivo deste estudo de demonstrar e analisar a participação da mão de obra na economia criativa nos municípios de maior relevância econômica da

microrregião de Caxias do Sul, através do mapeamento realizado pela Firjan, no ano de 2011, concluiu-se que nos três municípios analisados, os segmentos criativos que se destacaram foram: *design*, arquitetura e engenharia, *software*, computação e telecomunicações e publicidade, nesta ordem; juntos representam 76,14% das profissões criativas desses municípios.

As profissões do segmento de *design* representam 31% do total de profissões criativas das cidades em análise, sendo o segmento de maior representatividade. Em relação à remuneração média, Caxias do Sul possui os *designers* mais bem remunerados.

Das profissões que compõem o segmento de *design* em Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, as atividades profissionais que apresentaram maior relevância foram: desenhista detalhista, desenhista industrial gráfico, desenhista projetista de máquinas, desenhista projetista mecânico, desenhista técnico (artes gráficas) e projetista de móveis, onde juntos representam 67,9% dos profissionais do segmento de *design* das três cidades.

No que tange aos setores econômicos de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha, fica evidente uma região com um polo metalomecânico de destaque, visto que a profissão em relevância, entre as atividades apresentadas, é a de desenhista projetista mecânico, tendo fluxo para trabalhar nas três cidades, totalizando, 35,5% dos desenhistas projetistas mecânicos do Rio Grande do Sul. A remuneração média desse profissional, nos três municípios, apresenta-se acima da remuneração média estadual e nacional. Diferentemente, o desenhista projetista mecânico de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha é mais jovem e melhor remunerado que os profissionais deste mercado de trabalho no estado e no País. No que diz respeito ao gênero desses profissionais, conclui-se que a maioria é do sexo masculino, tanto nos três municípios analisados quanto em todo mercado de trabalho nacional. E, por fim, o grau de instrução do desenhista projetista mecânico nas cidades de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Farroupilha apresentou-se entre o Ensino Médio incompleto e Ensino Superior incompleto, diferentemente do grau de instrução estadual e nacional, no qual a maioria desses profissionais apresentou Ensino Médio completo.

Por fim, com base nesse estudo constata-se que a economia criativa, associada aos setores econômicos, torna-se eficaz como agente de transformação do mercado de trabalho, sendo cada vez mais presente no cotidiano, influenciando atitudes e estilos de vida, assimilando conhecimentos tradicionais com o desenvolvimento tecnológico, para uma sociedade mais inclusiva.

Referências

- BENTO GONÇALVES. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/cidade/economia-local>>. Acesso em: 1º set. 2014.
- BEVILAQUA, Montserrat. Ministra da Cultura inaugura incubadora e propõe projeto para a Ilha de Marajó. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/noticias-sec>>. Acesso em: 24 mar. 2014.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014*. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 156 p. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- CAXIAS DO SUL. *Perfil Socioeconômico de Caxias do Sul*. Prefeitura Municipal. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br/_uploads/desenv_economico/perfil_caxias.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.
- CIC, B. G.; GONÇALVES, Bento. *Panorama socioeconômico 2013*. Bento Gonçalves: Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: <http://www.cicbg.com.br/images/revista_panorama/Revista_CIC_2013_parte_01.pdf>. Acesso em: 17 set. 2014.
- CORAZZA, Rosana Icassatti; SABBATINI, Rodrigo C.; VALIATI, Leandro. Criatividade, cultura e inovação: uma profusão de “modelos” e o desafio da reorientação do desenvolvimento. *Com Ciência*, São Paulo, p. 1-4, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=90&id=1105>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- FARROUPILHA. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.farroupilha.rs.gov.br/novo/dados-socio-economicos/>>. Acesso em: 2 set. 2014.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. *A cadeia da indústria criativa no Brasil*. Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, n° 2. Maio 2008. Disponível em: <www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CE9215B0DC40121737B1C1407B2>. Acesso em 25 abr. 2014.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER – FEE. *Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul-2008*. Porto Alegre, 2009. 1 mapa em uma folha, color. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/>>. Acesso em: 29 ago. 2014.
- MASSINHÃ, Rozeli do Rocio Cosmo. *Economia criativa: conceito, experiências, desafios e alternativas para o Distrito de Ferraria – Campo Largo – Paraná*. 2012. 98f. Monografia (Especialização em Gestão, Produção e Promoção Cultural). Disponível em: <<http://tceonline.utp.br/wp-content/uploads/2013/02/ECONOMIA-CRIATIVA-CONCEITO-EXPERIENCIAS.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.
- NEWBIGIN, John. *A economia criativa: um guia introdutório*. Londres: British Council, 2010. 82 p. Disponível em: <http://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf>. Acesso em: 17 out. 2013.
- PERRONE, Cláudia Maria et al. Indústria criativa: a economia baseada na criatividade. 1º Fórum *Internacional Ecoinnovar*, Santa Maria, p. 1-5, 15-17, ago. 2012. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd/artigos/ECO100.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri, SP: Manole, 2007. 355 p. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=I8AQzUZ_hd0C&pg=PP25&lpg=PP15&dq=economia+criativa&hl=pt-BR#v=onepage&q=economia%20criativa&f=false>. Acesso em: 18 out. 2013.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p. Disponível em: <<http://www.culturaypolitica.com.php5-4.ord1-1.websitetestlink.com/files/EconomiaCriativaPortugues.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2013.

VALIATI, Leandro (Org.); WINK JUNIOR, Marcos Vinicius. *Indústria criativa no Rio Grande do Sul: síntese teórica e evidências empíricas*. 2. ed. Porto Alegre: FEE, 2013. *E-book*. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140312mapeamento-da-industria-criativa-no-rs.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

UFRGS. *Equipe*: Leandro Valiati. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cegov/pessoa/v/137?n=Leandro_Valiati>. Acesso em: 4 out. 2014.

UNITED Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). *Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma, opção de desenvolvimento*. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Disponível em: <http://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

O Jardim Botânico de Caxias do Sul: uma aproximação prévia da interpretação patrimonial¹

Felipe Zaltron de Sá* – Aline Valéria Fagundes** – Susana de Araújo Gastal***

Resumo: O presente artigo se propõe a contextualizar o Jardim Botânico de Caxias do Sul no âmbito da figura *jardins históricos* da tradição brasileira em relação aos mesmos, considerando possível a contribuição da *interpretação patrimonial* à qualificação de seu uso por frequentadores locais e turistas. A metodologia utilizada é a exploratório-quantitativa, e a investigação embasa-se na pesquisa bibliográfica, na observação e em entrevistas realizadas no local, em 2014 e no início de 2015. Os resultados indicam um diagnóstico do Jardim Botânico caxiense apresentando várias fragilidades e cuidados na área, inclusive para sua categorização como botânico, permitindo inferir que a interpretação patrimonial, se aplicada no local, poderia encaminhar positivamente alguns dos problemas levantados.

Palavras-chave: Jardins. Jardim Botânico. Jardim histórico. Interpretação patrimonial. Caxias do Sul – RS.

Abstract: This paper aims to contextualize the Botanic Garden of Caxias do Sul based on the historic gardens picture, the brazilian tradition concerning them, as well as possible considering the contribution of heritage interpretation which provides a better understanding of its use by local visitors and external tourists. The methodology is based on a bibliographic revision, observation in situ and interviews made in 2014 and early 2015. The outcomes of this research show a diagnosis of this botanic garden, featuring an inadequate care and the fragility of that area, including their categorization as botanical garden, and the diagnosis allowed this research to look at the botanic garden under the eye of heritage interpretation, as a possibility to improve the purposes of Botanic Garden of Caxias do Sul.

Keywords: Gardens. Botanic Garden. Historic garden. Heritage interpretation. Caxias do Sul – RS.

1 Introdução

O Jardim Botânico de Caxias do Sul (JBCS) foi criado em 1990 e implantado em 1992, numa área de 70 hectares, que também abriga a bacia hidrográfica do arroio Dal Bó, na represa São Paulo. Desde 1991 está filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos, embora, até o momento, não atenda plenamente aos itens exigidos pela legislação, para que seja tratado como *botânico*.

O presente artigo se propõe a contextualizar e avaliar o JBCS, previamente considerando o âmbito da figura *jardins históricos*, a tradição brasileira em relação aos botânicos, considerando possível a contribuição da *interpretação patrimonial* à

¹ Produção associada ao projeto de pesquisa “Educação Patrimonial e a Prática Turística Qualificada: o Jardim Botânico de Porto Alegre – RS”, coordenado pelos doutores professores Susana de Araújo Gastal e Antonio Carlos Castrogiovanni e ao projeto de Iniciação Científica – UCS “Educação Patrimonial e a Prática Turística Qualificada: o Jardim Botânico de Caxias do Sul”.

* Bacharelado em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). (fzsa@ucs.br).

** Bacharel em *Design Gráfico* pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestre em Turismo e Hospitalidade pela mesma instituição. (aline.efe@gmail.com).

*** Doutor. Estágio Pós-Doutoral na Universidade Católica Portuguesa. Professora, pesquisadora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Doutorado e Mestrado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). (susanagastal@gmail.com).

qualificação de seu uso por frequentadores locais e turistas. Para tanto, a pesquisa bibliográfica percorreu os temas *jardins*, *jardins históricos*, *jardins botânicos* e *interpretação patrimonial*. A pesquisa empírica no JBCS, realizada em 2014, envolveu visitas ao local, tendo como metodologia de investigação a observação livre, com anotações em diário de campo e registro fotográfico, e entrevistas com funcionários que atuam no local.

Na ocasião, entre os problemas constatados, constatou-se a falta de conscientização e cuidados por parte dos frequentadores em relação à área, como será apresentado adiante, levando a que, no presente artigo, se procure chamar a interpretação patrimonial como possível contribuição para uma solução parcial para manutenção do espaço.

2 Os jardins e os botânicos

Os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito. Com o jardim, inventou-se uma construção a céu aberto, composta por elementos inertes e vivos, o espaço ideal reinventado. (CASTEL-BRANCO, 1994, p. 20). Alguns jardins testemunham momentos especiais da sociedade que os criara e, nessa condição, passam a ser tratados como *jardins históricos*. Trata-se de monumentos vivos, portanto em constante evolução e diferenciação, demandando, nesses termos, intervenções a partir de técnicas de preservação e de interpretação patrimonial, que construam e aprofundem a relação desses espaços com a sociedade.

No Brasil, registram-se diversas formas de conceber jardins. Já a partir do século XVI, há maior constância desses registros na segunda metade do século XIX, no caudal de transformações urbanísticas havidas em diversas cidades ao redor do mundo, inspiradas nas intervenções de Haussmann, em Paris. (MAGALHÃES, 2015). Os jardins, no Brasil seiscentista e setecentista, na maioria das vezes, apresentavam características utilitárias, um misto de horta, horto, espaço de fruição e pomar doméstico, cercados por muros ou grades, o que não era incomum para o período em Portugal e em outros países europeus. No livro *Le théâtre d'agriculture et mésnage des champs*, publicado em 1600, Serres (1539-1619) escreveu que os jardins deveriam se constituir a partir de quatro tipologias ou espécies, a saber: potager (horta), bouquetier (flores), medicinal (medicinal) e fruitier (pomar). (MAGALHÃES, 2015).

Os jardins, como citado, predominaram por todo o período colonial brasileiro, conforme relatos de diversos viajantes que descreveram o País. Ainda hoje, mais raramente do que no passado, os quintais de casas, em algumas cidades no interior do

Brasil, mantêm os seus jardins privados com essas características funcionais e com uma estética singular. Entre o final do século XVIII e início do XIX, os jardins inserem-se em projetos urbanísticos nos traçados urbanos para o recreio e encontro da população citadina, fora do ambiente doméstico e privado. É desse período, também, o estabelecimento de hortos ou jardins botânicos com fins de aclimação de espécies vegetais. É no quadro histórico do século XIX, que se dará, no Brasil, a criação de *boulevards squares*, praças, jardins e parques públicos reproduzidos aqui com mais constância a partir da segunda metade do século, notadamente na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, influenciada pelas concepções francesas e inglesas. (MAGALHÃES, 2015).

Essa posição de *jardim histórico* se dá até os dias atuais, e as leis que definem o que é e como se constituem esses jardins surgem em dezembro de 1982, quando o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) apresenta a Carta de Florença, que explicita, em seu art. 1º, tratar-se de uma “composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público”. No art. 2º, registra tratar-se de uma

composição de arquitetura cujo material é principalmente vegetal, portanto, vivo e, como tal, perceptível e renovável. Seu aspecto resulta, assim, de um perpétuo equilíbrio entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e do afinamento da natureza, e da vontade de arte e de artifício que tende a perenizar o seu estado. (ICOMOS, 1982).

Baseando-se nessa concepção, está a Carta de Juiz de Fora, também chamada de “Carta dos Jardins Históricos Brasileiros”, redigida em outubro de 2010, que considera como “jardim histórico os sítios e paisagens agenciados pelo homem, como, por exemplo, **jardins botânicos**, praças, largos, passeios públicos, alamedas, hortos, pomares, quintais e jardins privados e jardins de tradição familiar”, destacando a “importância simbólica e afetiva, os locais de encontro e convívio [...] que se constituem muitas vezes em refúgio apaziguador, em contraste com o tempo ditado pelos automóveis e pelo relógio”.

Com essa base teórica sobre *jardins históricos*, percebe-se que a caracterização desses jardins inclui os Jardins Botânicos, que são definidos na legislação brasileira, através da Resolução 339,² de setembro de 2003, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), um órgão consultivo e deliberativo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. O Conama estabelece que se entende por jardim botânico

² Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res03/res33903.xml>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

a área protegida, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do País, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente. (CONAMA, 2003).

Ainda é citado que, para um espaço ser classificado como jardim botânico, deve levar em conta alguns critérios, como: corpo técnico e de pesquisadores, objetivos, localização, infraestrutura, entre outros pontos, a partir dos quais essas áreas serão avaliadas e categorizadas como “A”, “B” e “C”.

Além das exigências básicas já citadas, existem outras, para a criação de um jardim botânico e para o mesmo ser classificado em algumas das categorias: possuir quadro técnico-científico compatível com suas atividades; dispor de serviços de vigilância e jardinagem próprios ou terceirizados; manter área de produção de mudas, preferencialmente de espécies nativas da flora local; dispor de apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas; desenvolver programas de pesquisa visando à conservação das espécies; possuir coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas; desenvolver programas na área de Educação Ambiental; possuir infraestrutura básica para atendimento de visitantes; ter herbário próprio ou associado com outra instituição; possuir sistema de registro para o seu acervo; e oferecer apoio técnico, científico e institucional, em cooperação com as Unidades de Conservação (UCs).

Para ser classificado como jardim botânico de categoria “A”, deve atender a algumas exigências, além das requisitadas para todas as categorias, como: possuir biblioteca própria especializada, manter programa de publicação técnico-científico, subordinado à comissão de publicações e/ou comitê editorial, com publicação seriada, manter publicação regular do *Index Seminum* (revista anual ou semestral sobre Jardim Botânico) e promover treinamento do corpo técnico, oferecendo cursos a ele e ao público externo.

Para ser classificado como categoria “B”, deve atender a algumas exigências, além das requisitadas para todas as categorias, como: possuir biblioteca própria especializada, divulgar suas atividades por meio de informativos, e manter programas de coleta e armazenamento de sementes próprios ou associados. Para ser classificado como categoria “C”, deve atender somente às características básicas exigidas. Caso o jardim botânico não se enquadre em nenhuma das três categorias acima citadas, receberá a categoria “C”, mas somente se atender a pelo menos, seis das onze exigências, recebendo a tal categoria provisoriamente, até o atendimento da totalidade.

O pedido para que um espaço específico que se pretenda um jardim botânico seja reconhecido como tal, deve ser solicitado ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do

Rio de Janeiro (JBRJ), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, que é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Ata do Diário Oficial³ da União

o JBRJ terá como finalidade promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente. (BRASIL, 2001).

2.1 Os jardins botânicos

A etimologia da palavra *jardim* deriva do hebreu arcaico e chega até nós através do latim e do francês. O que envolve a palavra é a proteção e o prazer através do cultivo da flora, tanto para ornamentação como para consumo. (HOUAISS, 2014; LAROUSSE, 1988). Como expressão de arte, o jardim é um constructo cultural e envolve o senso estético e os valores simbólicos da sociedade que o cria. Em uma reflexão filosófica, o jardim é simulacro da perfeição. Para Segawa (1996, p. 21), “jardins são fragmentos de natureza na vida das cidades”.

“A implantação de jardins botânicos inicia-se no século XV, com as grandes navegações, que levaram os europeus a trazerem espécies vegetais das terras conquistadas, depositando-as em áreas fechadas onde cultivavam tais plantas exóticas”. (GASTAL; CASTROGIOVANNI, 2014). Ainda segundo os mesmos autores, com o tempo, a função dessas áreas foi se modificando, sendo que hoje elas têm como objetivos primordiais pesquisas em biotecnologia, manutenção da biodiversidade, preservação do ambiente natural do Planeta e interrupção da perda de espécies.

No Brasil, os primeiros jardins botânicos foram criados no Recife – PE, em 1640, e em 1798, em Belém – PA. De acordo com Segawa (1996), com a conquista do Nordeste brasileiro pelos holandeses, um dos responsáveis pela administração da região, Maurício de Nassau, teria dado início à história dos jardins botânicos brasileiros. Na primeira metade do século XVIII, em Pernambuco, Nassau criou o Jardim Botânico e o Palácio de Friburgo, em Recife, seguindo os estilos italiano e francês, incluindo, em seu paisagismo, elementos dos jardins medievais, que incluem plantas medicinais e pomares. Nassau foi pioneiro ao utilizar coqueiros como delimitadores da área externa e marcação do espaço interno do jardim. Atualmente, tal jardim não mais existe, sendo que, em 1960, foi criado outro jardim botânico na cidade.

Em Belém do Pará, a criação do jardim botânico teve um grande ponto extra: a proximidade com a mata Amazônica, o que permitia viagens de estudos e coletas

³ Diário Oficial da União, n. 233, Lei 10.316, de 6 de dezembro de 2001.

botânicas. Em 1978, por determinação do Rei, o modelo do Jardim Botânico de Belém foi instalado e seguido em outros locais, surgindo, então, os Jardins Botânicos do Rio de Janeiro, de São Luís e Salvador. (SEGAWA, 1996).

No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, segundo ordens do Príncipe Dom João VI, a criação veio com o objetivo de proteger especiarias vindas das Índias Orientais. No início, o local era chamado de “Real Horto” e foi instalado em 1808, em uma área exuberante, onde antes funcionava uma fábrica de pólvora. Nos dias atuais, ele é considerado o mais antigo do País, além de ser um centro de pesquisa e conservação respeitado internacionalmente e aberto à visitação. (SEGAWA, 1996). Juridicamente, se trata de uma autarquia federal. Os jardins botânicos, de acordo com Segawa (1996), estão na divisa entre o público e o privado: privado por se tratar de um centro com finalidades científicas; e público, por ser um espaço de divulgação, contemplação e educação a respeito da flora e da fauna.

Segundo o Jardim Botânico de Porto Alegre, em sua página *online*, por jardim botânico entendem-se

áreas protegidas, constituídas, no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação da flora regional, acessível ao público, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.⁴

Nessa busca dos botânicos por uma relação mais aprofundada com seu público frequentador, tanto a comunidade local como turistas, a interpretação patrimonial se coloca como uma importante contribuição.

3 Interpretação patrimonial

O conceito de *interpretação patrimonial* tem sua origem nos parques dos Estados Unidos da América. Segundo pesquisa de Ludwig (2003), as raízes da interpretação patrimonial datam de meados do século XIX, com o trabalho dos escritores Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, através do movimento Transcendentalista, filosofia que se colocava como uma resposta ao Racionalismo do século XVIII. Defendia a vida, a relação com a natureza e sua soberania perante a estrutura religiosa da época. No mesmo período, o naturalista e escritor escocês John Muir foi um dos mais importantes defensores do patrimônio natural americano. Sua amizade com o então presidente Theodore Roosevelt inspirou a criação do *Yosemite National Park*, localizado na Califórnia, e o *Sierra Club*, que foi a primeira Organização Não Governamental americana voltada à proteção do meio ambiente.

⁴ Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/jardimbotanico/>>. Acesso em: 24 maio 2012.

Através do trabalho de Muir, o termo *interpretação* surgiu pela primeira vez em 1872, para descrever experiência imediata com a natureza. No final do século XIX, o naturalista e agricultor Enos Mills criou o *Rocky Mountains National Park*, localizado no Estado americano do Colorado. Ele criou trilhas guiadas pelas montanhas do parque e também elaborou programas de treinamento educacional e interpretativo para a formação de guias do parque. Para Caputo, Lewis e Brochu (2008), o trabalho de Mills precedeu ao de Freeman Tilden, porém suas ideias não foram levadas em consideração pelo governo americano na criação do *National Service Park*. No entanto, as ideias de Mills foram articuladas anos mais tarde, nas obras de Tilden.

Em 1916, o *National Service Park* (NPS) foi fundado pelo governo americano como uma agência responsável pela gestão dos parques americanos e outros lugares de interesse histórico, cultural e ambiental dos Estados Unidos. A partir da década de 40 (séc. XX), o trabalho de educação e informação para a preservação da natureza foi denominado “interpretação de parques”. Em 1957, o impacto da obra *Interpreting our heritage*, de Tilden, forneceu a base teórica para que o campo fosse aprofundado, e a *interpretação* tornou-se uma divisão separada dentro do NPS, abrangendo os patrimônios cultural e ambiental. Para Ham (1992), Tilden foi o primeiro autor a definir, formalmente, a *interpretação*.

O trabalho de Tilden no NPS inspirou o autor a viajar e a observar, durante anos, vários parques, nas trilhas guiadas, caminhadas e outras maneiras de interpretar o local visitado. Para Tilden (1977, p. 8), interpretar “é uma atividade educacional que objetiva revelar significados e relações através do uso de objetos originais, por experiências de primeira-mão, e por mídia ilustrativa, ao invés de simplesmente comunicar informações fatuais”. Ele apresentou seis princípios que ainda norteiam o pensamento sobre a *interpretação* nos dias de hoje.

Para Ludwig (2003), a interpretação da paisagem pode ser estudada a partir do patrimônio e do meio ambiente. Observado pelo viés cultural, que é a abordagem europeia, a interpretação patrimonial envolve cidades, paisagens culturais, sítios arqueológicos e museus ao ar livre. Na visão do autor, quando há intervenção humana na natureza, como é o caso dos jardins, esse se torna um fenômeno cultural.

Os princípios norteadores da interpretação patrimonial, desde a sua concepção pelos autores apresentados, não foram criados especificamente para os jardins botânicos. Os primeiros estudos estavam associados a parques e reservas naturais, que carregavam um valor simbólico e histórico importante. Na visão de Furse-Roberts (2013), é importante aprofundar o estudo acerca dessas teorias e verificar as abordagens semelhantes que podem trazer para um jardim botânico. Para o autor, um sítio histórico

e um jardim botânico são semelhantes por serem espaços abertos, mas cada um apresenta suas especificidades.

Os sítios históricos situam-se em uma estrutura histórica, que pode ser natural ou fruto da mão humana, por exemplo, uma paisagem, uma área natural, um sítio arqueológico ou uma reserva ecológica. A interpretação nesses espaços geralmente envolve a história e as especificidades de sua localização física. Por outro lado, os jardins botânicos apresentam um grande número de espécimes expostas em um ambiente adaptado pela mão humana, com o objetivo de transmitir sua mensagem, fazendo com que o visitante tenha noção e abrace os ideais de proteção, conservação e sustentabilidade da flora exposta.

Walker (2003) relata que, durante muito tempo, a *interpretação* no Jardim Botânico de Oxford, no Reino Unido, se limitava à sinalização que informava o horário de atendimento e as condições de entrada. Como não havia suporte interpretativo para os visitantes, esses absorviam o jardim por conta própria, através da observação. Como esses visitantes poderiam saber que, ao adentrar o jardim, encontrariam um exemplar secular de *teixo*, plantado pelo primeiro curador do Jardim Botânico de Oxford? Ou então, como eles saberiam que as folhas dessa mesma árvore secular poderiam ser benéficas no combate ao câncer de mama? Será que, pela observação leiga, sem conhecimento botânico, os visitantes saberiam que as plantas estavam divididas por gênero e família? E que as belas flores não teriam sido plantadas somente pensando na estética do jardim, mas também com um propósito científico? Como essas pessoas saberiam em que época do ano algumas plantas florescem? Ou então, como elas saberiam que não podiam arrancar a casca do tronco da caneleira? Para o autor, ignorar o fato de que a grande maioria dos visitantes não é especialista em botânica é negar o acesso a uma das mais bonitas e importantes histórias: a herança botânica e a sua importância na vida humana no Planeta.

A interpretação não dá garantias de que o visitante verá uma planta florescer no momento da visita, mas, certamente, informará que ela floresce em determinadas épocas do ano. Ryland (2010) considera que os jardins são áreas informais de aprendizagem e espaço de lazer, com o enorme potencial de também informar aos visitantes sobre a conservação e gestão das plantas, bem como sobre os desafios ambientais do planeta Terra, através de materiais e atividades interpretativas. Assim, segundo o autor, o papel da *interpretação* em um jardim botânico é orquestrar o que será apresentado ao visitante e de que maneira isso será feito, utilizando como protagonistas as plantas, em sua diversidade, e de que forma suas características são relevantes para esse público.

Caputo, Lewis e Brochu (2008) explicam que o visitante tem mais acesso à interpretação não guiada, referente à sinalização, e que o *wayfinding*, ao contrário,

envolve o visitante sozinho, ou em grupos, sendo a maneira mais acessível de absorver a mensagem do local interpretado. Para os autores, uma pessoa gasta, em média, 10 segundos de seu tempo em frente de uma placa de interpretação, e o desafio do *designer* é fazer com que os visitantes parem, olhem, leiam, interajam e pensem sobre o que o recurso visual está tentando comunicar, baseado no fato de que os visitantes que optam pela visita não guiada, geralmente, estão no espaço por vontade própria e podem ir embora caso se sintam entediados ou inseguros pela falta de sinalização.

A interpretação voltada ao público infantil (crianças com menos de 12 anos) deve ser pensada com base em leitores recentes, com um tempo de atenção reduzido, pois que esse universo é atraído por cores marcantes e com forte senso de família. Já para o público adolescente, é preciso levar em consideração que grande parte desse público não tem interesse em leitura e recém está desenvolvendo o senso de responsabilidade. (CAPUTO; LEWIS; BROCHU, 2008, p. 8).

Beck e Cable (2011) retomam o que Tilden considera como paixão pelo espaço interpretado. Na visão dos autores, o sentimento pela cultura e pela paisagem permite que o profissional, que atua na interpretação, compartilhe sua inspiração e fruição com o visitante fazendo com que esse processo desperte diferentes reações do público: espanto, admiração, inspiração, ação e emoção. O objetivo da *interpretação* é incentivar a sensibilidade e as consciências cultural e ecológica, fazendo ligações com o passado e o futuro. O importante é que os legados natural, cultural e histórico de algum lugar sejam revelados *in situ* aos seus visitantes. (MURTA; GOODEY, 2002, p. 14).

Murta e Albano (2002) colocam que a interpretação patrimonial contribui para o desenvolvimento local sustentável, ao demonstrarem que a comunidade que conhece a si mesma tem mais facilidade *em* e entendimento *para* comunicar o seu patrimônio. Interpretar conduz a novos olhares e novos modos de apreciação por parte dos moradores em suas comunidades. Com isso, atitudes preservacionistas são desenvolvidas em diálogo com o turismo, os visitantes e os demais segmentos sociais.

4 O Jardim Botânico de Caxias do Sul

O Jardim Botânico de Caxias do Sul foi criado por Lei Orgânica, em 4 de abril de 1990, a partir de iniciativas do Gabinete Municipal de Planejamento e da Secretaria da Agricultura, com a assessoria do Professor Ronaldo Adelfo Wasum, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), tendo sido implantado apenas em 7 de dezembro de 1992. O referido jardim está filiado à Rede Brasileira de Jardins Botânicos desde 1991. Na sua administração, participam o Município de Caxias do Sul, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae) e a UCS, representada pelo Professor Ronaldo

Adelfo Wasum, até o mês de janeiro de 2014,⁵ quando a Professora Luciana Scur assumiu o seu lugar. Em 1998, foi criada no município a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), que passou a gerenciá-lo.

O local tem 70 hectares de extensão, onde também se abriga a bacia hidrográfica do arroio Dal Bó, na represa São Paulo. Para transformá-lo em jardim botânico, foram realizados estudos, através de levantamentos e diagnósticos, tanto na área de preservação como na de recursos para tal implantação, havendo, até mesmo, desapropriação de terras. Em 1996, foi criada a Coleção de Coníferas e inaugurada a Praça das Coníferas, por ser a vegetação predominante na área. A exposição “Buganvíleas para o Rei” – Retrospectiva Conde Louis Antoine de Bougainville – destacou a Coleção de Buganvílias em 1996. Nesse mesmo ano, a III Reunião Latino-Americana e do Caribe de Jardins Botânicos foi sediada em Caxias do Sul, em novembro, tendo a colaboração de especialistas latino-americanos e europeus, juntamente com a Rede Brasileira de Jardins Botânicos e da Associação Latino-Americana de Jardins Botânicos.

O Jardim Botânico de Caxias do Sul sempre manteve vínculo científico com o curso de Biologia da UCS, desenvolvendo projetos e coleta de amostras no local, posteriormente armazenadas na universidade para testes. Na UCS também foi criada uma coleção de polens para estudo, devido à incidência de alergias respiratórias e cutâneas na região. Em 2005, esse jardim ganhou apoio para desenvolver o projeto “Salvando os Cactos”, no Prêmio Internacional *Investing in Nature* (2005). Para Educação Ambiental, desenvolve, desde 2006, o projeto “Jardim Botânico vai à Escola”. Em 2007, por ocasião dos 300 anos de nascimento de Carl Von Linneu, botânico sueco, foi inaugurado o “Jardim de Lineu” que contém uma coleção de plantas, cujos nomes científicos foram dados pelo pesquisador sueco e, em 2008, surgiu o Museu Botânico.

Fazendo um comparativo entre as leis citadas anteriormente, que categorizam os botânicos, com a estrutura atual do Jardim Botânico de Caxias do Sul, percebe-se que existe uma grande diferença entre o que deveria ser esse jardim, conforme a legislação, e o que de fato há ali. Segundo o que foi analisado no local, assim como o que preveem as Leis Federais, em termos de infraestrutura tanto de jardim botânico quanto para atendimento de visitantes, do corpo técnico e de pesquisadores, localização e definição de objetivos, conclui-se que:

– a falta de cuidado com o local, por parte gestora, é grande, precisando de ajustes imediatos;

⁵ Por uma fatalidade, o professor veio a falecer no início de 2014.

- nota-se também, e mais ainda, a falta de cuidado, por parte da população e dos visitantes;
- existe, no momento, pouquíssima possibilidade de incluir o Jardim Botânico de Caxias do Sul como um lugar para visitantes e turistas, pela carência de infraestrutura para tal;
- não existe vigilância, nem de dia, nem à noite, levando à constante depredação dos equipamentos instalados;
- o corpo técnico presente é da UCS, não se tendo conhecimento sobre os pesquisadores, porém se sabe que alguns Trabalhos de Conclusão de Curso já foram analisados e efetuados na área;
- o serviço de jardinagem fica por conta da Secretaria do Meio Ambiente, que contratou sete funcionários, três deles estão lá desde a criação do jardim botânico;
- não existe cercamento da área, assim como lixeiras adequadas com separação de resíduos sólidos ou orgânicos,
- a Secretaria, na tentativa de fazer certos ajustes e arrumações na área, propiciou que os visitantes acabassem depredando o local;
- as trilhas existentes não têm guia e nem as informações necessárias aos visitantes;
- existe apenas uma linha de ônibus que passa na frente do Jardim Botânico e o acesso é precário. Se o visitante for de carro não há local para estacionar, a não ser dentro do jardim. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro, por exemplo, é proibido o estacionamento de veículos no espaço de preservação.

Nota-se a falta de cuidado da população, fazendo com que todo o esforço da parte gestora não influencie muito. Assim, o jardim em estudo não se enquadraria em nenhuma das categorias citadas na Resolução do Conama, pois ele possui apenas quatro dos requisitos da última categoria, ou seja, tem serviço de jardinagem, mantém na área produção de mudas da flora local e desenvolve programa na área de Educação Ambiental, dispõe de apoio administrativo e logístico apesar de muito reduzido e, por fim, tem herbário em associação com a UCS. Como ele foi eleito, na sua criação, como Jardim Botânico em 1992, e esteve sempre sob a orientação técnica do Professor Ronaldo Wassum que fazia parte da Rede Brasileira de Jardins Botânicos, provavelmente, por esse motivo, não lhe foi retirado o título.

5 Encaminhamentos finais

O diagnóstico que a pesquisa encaminhou sobre o Jardim Botânico de Caxias do Sul permite inferir que a interpretação patrimonial poderia dar importante contribuição,

no que se refere à falta de atenção e cuidado por parte do público para com o local. Os resultados indicam um diagnóstico do Jardim Botânico caxiense apresentando várias fragilidades na área, inclusive para sua categorização como botânico, permitindo inferir que a interpretação patrimonial, se aplicada no local, poderia encaminhar positivamente alguns dos problemas levantados.

Assim, se faz importante também voltar o olhar do turismo para esses espaços, pois, de acordo com o *Botanic Gardens Conservation International* (BGCI), os jardins botânicos no mundo todo recebem cerca de duzentos milhões de visitantes por ano. (BGCI, 2010). De acordo com Gastal e Fagundes (2015), esse número de visitantes é significativo e tem levado ao desenvolvimento de novo segmento na área do turismo, chamado de turismo de jardins (*garden tourism*, ou *garden visiting*). Desde a década de 1990, o assunto vem sendo desenvolvido em países como Reino Unido, Alemanha e Portugal, sendo que neste último, o segmento está em pleno crescimento devido ao grande número de jardins históricos e à importância de avaliar o potencial turístico desses espaços.

A interpretação patrimonial, além de ser uma grande aliada da causa ambiental, é um meio pelo qual o turismo pode reforçar a importância da preservação e conservação da biodiversidade concentradas em um jardim botânico pelo viés da cultura e do legado da humanidade.

Referências

- BECK, Larry; CABLE, Ted T. *The gifts of interpretation*. Urbana: Sagamore Publishing, 2011.
- CAPUTO, Paul; LEWIS, Shea; BROCHU, Lisa. *Interpretation by design*. Graphic Design Basics for Heritage Interpreters. Fort Collins: InterPress, 2008.
- CARTA DE FLORENÇA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), maio de 1981.
- CARTA DOS JARDINS HISTÓRICOS BRASILEIROS, Carta de Juiz de Fora, out. de 2010.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. *O lugar e o significado*. os jardins dos vice-reis. 1993. Dissertação (Doutorado em Arquitectura Paisagista) – ISA/UTL, Lisboa. 1993.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO SOBRE JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.jbrj.gov.br/sites/all/themes/corporateclean/content/documentos/LEI AUTARQUIA JBRJ.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2014.
- FURSE-ROBERTS, James. Interpretation master planning: creating holistic narrative experiences. *Botanic Gardens Conservation International*, Reino Unido, v. 6, n. 1, abr. 2009.
- GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C. Projeto de Pesquisa CNPq: “Educação patrimonial e a prática turística qualificada: o Jardim Botânico de Porto Alegre, RS”, 2014.
- GASTAL, S.; FAGUNDES, A. *Jardins e jardim histórico*: espaço de memória e possibilidades para o turismo, 2015. (Inédito).

HAM, Sam. *Environmental interpretation: a practical guide for people with big ideas and small budgets*. Golden: North American Press, 1992.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAROUSSE. *Gardening and gardens*. London: Hamlyn, 1988.

LUDWIG, Thorsten. *Basic interpretive skills*. the course manual. Werleshausen: Interp., 2008. Disponível em: <http://www.interp.de/dokumente/topas_course_manual.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda*. 2015. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas/São Paulo, 2015.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Org.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

CONAMA. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=377>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

RYLAND, Philip. *Who goes there?* Association for Heritage Interpretation Journal, Kent, Reino Unido, v. 12, n. 2, out. 2010.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1996.

TILDEN, Freeman. *Interpreting our heritage*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 1977.

WALKER, Timothy. *Wry reflections on a botanical garden*. Association for Heritage Interpretation Journal. Kent, Reino Unido, v. 9, n. 2, 2003.

Clima organizacional: uma análise das percepções de gestores e colaboradores

Lucas Almeida dos Santos^{*} – Luciana Fighera Marzall^{**} – Andressa Schaurich dos Santos^{***}
Vânia Medianeira Flores Costa[#] – Talita Gonçalves Posser^{##}

Resumo: Estudar o clima organizacional tem propiciado às organizações a identificação de elementos que afetam o comportamento dos colaboradores a partir de suas percepções e atitudes. O presente estudo, realizado numa empresa do ramo automotivo, tem como objetivo analisar o clima organizacional por meio da percepção dos gestores e colaboradores. Metodologicamente, esta pesquisa apresenta-se como um estudo de caso de natureza qualitativa e quantitativa, cuja coleta de dados se deu por meio de entrevistas com os gestores e da aplicação de um questionário para os colaboradores. Como principais resultados, identificaram-se algumas discordâncias nas percepções colocadas pelos envolvidos, bem como um desconhecimento por parte dos gestores, acerca da realidade vivenciada no âmbito organizacional. Como sugestão, fica a criação de um setor voltado a atividades que promovam a integração de todos os envolvidos, auxiliando, assim, na eficácia da gestão e na melhoria do clima organizacional.

Palavras-chave: Clima organizacional. Relações interpessoais. Desempenho organizacional. Comportamento.

Abstract: Study the organizational climate has allowed organizations to identify elements that affect the behavior of employees from their perceptions and attitudes. This study in a automotive company aims to analyze the organizational climate through the perceptions of managers and employees. Methodologically, this research is presented as a case study of qualitative and quantitative where the data collection was carried out through interviews with managers and applying a questionnaire for employees. The main results, it identified some disagreements by perceptions placed by those involved as well as an ignorance on the part of managers, about the reality experienced in the organizational context. As a suggestion is the creation of a targeted sector for activities that promote the integration of all involved, thus helping in the effective management and improving the organizational climate

Keywords: Organizational climate. Interpersonal relations. Organizational performance. Behavior.

1 Introdução

Toda organização apresenta em seu ambiente interno, aspectos relativos ao comportamento humano, que frequentemente são mensurados para diagnosticar o clima organizacional de uma empresa, objetivando, com isso, o conhecimento da situação atual e o dimensionamento do nível de comprometimento e de satisfação dos funcionários.

É por meio das organizações que o colaborador satisfaz a maioria de suas necessidades, pois, assim, as mesmas exercem certa influência em sua vida,

^{*} Mestrando em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* luksanttos@gmail.com

^{**} Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* lucimarzall@gmail.com

^{***} Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* dessorich@gmail.com

[#] Doutora em Administração. Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* vania.costa@ufsm.br

^{##} Aluna no curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *E-mail:* talitaposser@hotmail.com

desenvolvendo relações significativas, sejam elas individuais, seja em grupo, visto que as experiências que se expandem diariamente, trabalham com diferentes comportamentos, levando e trazendo emoções, motivações e contribuindo com os planos futuros.

Em ambientes que são considerados competitivos, o valor das empresas não é medido apenas em termos de seus resultados econômicos ou financeiros, mas também em termos de imagem, reputação e capacidade de reter recursos humanos altamente qualificados. (MORONI; DABOS, 2014). Tanto a literatura acadêmica e prática gerencial mostram uma crescente preocupação com o clima organizacional como um meio de entender os fatores que afetam a confiança, o comprometimento e o desempenho dos colaboradores. (CALDERÓN NARANJO; ALVAREZ, 2007; GUILLÉN; ADUNA, 2008; LUTHANS ET AL., 2008).

O estudo do clima organizacional tem atraído o interesse de muitos pesquisadores, em especial desde o último século (SCHNEIDER; EHRHART; MACEY, 2011; GUILLEN, 2013), principalmente, analisando a influência das mudanças tecnológicas, econômicas e sociais ocorridas nas organizações modernas. Seu estudo é de vital importância devido ao enorme impacto que tem sobre o comportamento dos membros de uma organização (NORIEGA, 2009; PEREZ; MALDONADO; BUSTAMANTE; 2006), constituindo uma espécie de reflexo da vida da organização e as condições em que os trabalhadores operam no campo de trabalho. (NORIEGA; PRIA, 2011).

Um bom ambiente de trabalho, na concepção de Souza et al. (2015), uma equipe motivada, boa qualidade de vida e uma boa liderança são alguns dos fatores capazes de tornar eficaz a produtividade de uma equipe, construindo um cenário mais dinâmico e propício ao aprendizado. Nesse sentido, a percepção da influência do clima nas atividades institucionais dos colaboradores deve ser reflexo das ações desenvolvidas pela administração, objetivando estreitar as relações da organização com as pessoas que a compõem, consideradas, hoje em dia, parceiras do negócio e não meros recursos empresariais.

Diante do exposto, o presente estudo, elaborado a partir do enlace entre teoria e prática, realizado numa empresa de médio porte do ramo automotivo de atuação nacional, tem por objetivo realizar uma análise comparativa das percepções dos gestores e colaboradores em relação ao clima organizacional do setor administrativo, sendo esse o responsável por gerir e controlar todas as demais áreas da empresa.

Ademais, justifica-se a presente pesquisa devido à importância do clima organizacional na *performance* das organizações e sua relevância para o crescimento e a sobrevivência em longo prazo. Assim, é necessário que os gestores compreendam que os instrumentos de administração, as técnicas econômicas e contábeis e as tecnologias

sofisticadas não são nada sem a existência de um clima social e humano propício à união, à colaboração e ao desempenho de ambas as partes.

2 Clima organizacional: breve revisão teórica

O clima organizacional pode ser definido como a percepção que os membros de uma empresa possuem acerca do ambiente de atuação e sua influência no comportamento das pessoas (REYS; ZAPATA, 2014), que, por meio de análise e avaliação de fatores organizacionais, podem ser determinadas algumas características: como: motivação, satisfação das necessidades pessoais e organizacionais, condições de trabalho, produtividade, competitividade, entre outras. Todos esses aspectos configuram as percepções conscientes e compartilhadas da realidade. (ECHEVERRI; CRUZ, 2014).

Em outras palavras, Santana e Araújo (2007) elucidam que o clima organizacional pode ser definido como um conjunto de percepções, políticas, práticas e procedimentos que são compartilhados por seus membros no ambiente de trabalho. Os autores também o mencionam como sendo esse conjunto a personalidade de uma organização, ao passo que as características pessoais de um indivíduo configuraram suas próprias características de personalidade.

Moos (1973) já considerava que o clima é um dos aspectos do ambiente ou do meio que é moldado por fatores psicossociais do grupo de trabalho. Hellriegel e Slocum (1974) sugerem que, quando o tempo é analisado e medido individualmente, tem a ver, exclusivamente com o clima psicológico e, quando ele é abordado a partir da organização, refere-se ao clima organizacional.

Swift e Hwang (2008) propuseram um modelo que explica os efeitos do contexto organizacional (práticas de recursos humanos e gestão de clima) e da natureza das relações entre colegas de trabalho em termos de afinidade com o comportamento e a partilha de conhecimentos.

Em outro estudo, Li, Zhu e Luo (2010) apontaram a influência do clima organizacional no comportamento e conhecimento de repartição em uma organização, no Sul da China. Os autores propuseram um modelo de pesquisa sobre os fatores que influenciam no comportamento e no intercâmbio de conhecimentos entre as empresas. Esse estudo empírico mostrou que os componentes que foram medidos (relação favorável à inovação e à justiça) contribuíram significativamente para o comportamento de partilha de conhecimentos e o comportamento de autoeficácia e expectativa.

Destaca-se, também, o estudo de Abzari e Abbasi (2011). Por meio de duas variáveis, estudaram o efeito do clima organizacional nos componentes da Teoria do

Comportamento Planejado (TPB), com o objetivo de analisar o comportamento de compartilhamento de conhecimento entre os funcionários da Universidade de Isfahan.

Tormo e Osca (2011) realizaram pesquisa que pretendia analisar, de maneira exploratória, o papel de três antecedentes pessoais e organizacionais na intenção de compartilhar conhecimentos: suporte, clima e comprometimento com a organização. Particularmente, estudaram eram as relações diretas de clima (especificamente sobre orientação de tarefas e de apoio à inovação) com base na partilha de conhecimentos. Os resultados mostraram que a orientação de tarefas tem um efeito direto sobre as intenções de partilha de conhecimentos, por isso é entendido como uma preocupação partilhada para alcançar qualidade como resultado do trabalho.

Em relação às dimensões do clima organizacional, o instrumento de medição do clima propõe sete variáveis. (CARDENAS; ARCINIEGAS; BARRERA, 2009). As seguintes dimensões têm a base teórica de um foco percentual, sendo que o clima é o resultado das variáveis individuais e implicações psicológicas do indivíduo. (REYES; ZAPATA, 2014). Essas dimensões são: a) estilo de direção; b) crescimento pessoal; c) modelo de gestão; d) o nível de trabalho; e) relações interpessoais; f) comunicação organizacional; e h) a imagem corporativa, que são definidas como segue:

Quadro 1 – Dimensões do clima organizacional

AUTOR	DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
Zutta (2008)	Direção e estilo	É definida como a percepção que os ajudantes têm de seus gestores em termos de flexibilidade e reconhecimento nos processos de comunicação. O estilo de direção constitui os gestores adotado forma de orientar e conduzir as ações da organização, criando autoridade e confiabilidade, mostrando a capacidade de gestão, a consciência dos cidadãos, as necessidades e os interessados na organização, compromisso com o controle, a missão, a visão, os planos e o cumprimento dos programas, bom tratamento aos funcionários públicos e uma utilização transparente e eficaz dos recursos.
Vallejo (2004)	Crescimento pessoal	Refere-se à atualização do potencial humano (psicológica e espiritual) que uma pessoa pode ir além de seu desenvolvimento natural em termos de idade. Os crescimentos pessoal e individual permitem aprender através de sua própria consciência, tirar proveito de sua habilidade de pensar, sentir e agir para usar o pensamento autônomo, livre-arbítrio e governar com liberdade responsável por ser seu próprio líder e tendo saúde emocional.
Echevarría (2007)	Modelo de gestão	Refere-se à percepção da estrutura organizacional e como seu <i>design</i> permite um bom ambiente de trabalho.
Ucymat (2001)	Nível de trabalho	Percepção de ajudantes em termos de quantidade no trabalho, a pressão para o cumprimento de metas e objetivos, o tempo gasto e a probabilidade de atingir os objetivos no prazo estabelecido. A noção de sobrecarga parece estar estreitamente relacionada ao conceito de incompatibilidade entre o que é necessário ao trabalhador e o que ele é capaz de alcançar.
Argyle (1994)	Relações interpessoais	Percepção do ambiente de trabalho a partir das interações entre os indivíduos dentro da organização. As relações interpessoais referem-se a situações sociais que envolvem duas ou mais pessoas.
Cardenas et al. (2009)	Comunicação organizacional	É definida como a percepção que se tem dos sistemas formais de comunicação. Além disso, se refere ao processo pelo qual um indivíduo ou uma parte de um organismo fica em contato com a outra parte da mesma.

Ruperti (2009)	Imagem corporativa	Percepção do posicionamento da organização e o impacto subjetivo. A imagem corporativa é a personalidade da organização; em outras palavras, o que a define é um elemento definido de diferenciação e posicionamento.
----------------	--------------------	---

Fonte: Elaborado pelos autores.

As sete dimensões destacadas são utilizadas como instrumento para medição do clima organizacional, em que se tem uma abordagem de cada uma, propiciando os desenvolvimentos individual e coletivo do colaborador.

2.1 Relações interpessoais na organização

Considerando que o indivíduo não se relaciona com os mundos físico e social como um simples observador, mas como um ator que participa, que toma partido e que se envolve, e que esse mesmo indivíduo permanece na organização porque deseja e não porque necessita (TAMAYO, 2005), pode-se dizer que é ele quem influencia o ambiente e não o inverso.

Para Leitão, Fortunato e Freitas (2006), uma questão primordial, na linha de arguição biológica é, que seres humanos se tornam humanos a partir do convívio com os outros, das interações ocorridas em seu processo de socialização, ou seja, o indivíduo surge e se desenvolve a partir de relacionamentos. Os autores relatam que a importância dada às relações parte do pressuposto de que as necessidades e os interesses das organizações são as necessidades e os interesses dos indivíduos de forma coletiva. As emoções são, primordialmente, reações singulares ocasionadas por interações sociais e são vistas como fenômenos sociais.

Os autores supracitados ainda elucidam que o relacionamento interpessoal é um tema relevante à vida associada e às condições em que ocorrem, pois definem a forma de convivência entre os humanos, que são seres de relações, e desses com a natureza. Os desgastes interpessoais resultam em deterioração das relações sociais, inter e intraorganizacionais.

Para Bergamini (2006), as pessoas precisam se relacionar da maneira mais produtiva possível para alcançar objetivos comuns. Quando essa interação é alcançada, percebe-se a existência daquilo que muitos autores chamam de “sinergia”, em que o todo é mais que a simples soma das partes, ampliando, assim, as forças individuais e obtendo maior eficácia do todo. A constituição de redes nas organizações ocorre por meio de variadas formas e meios, desde uma conversa informal na hora de descanso até situações formalmente criadas com a finalidade de alcançar resultados específicos, bem como evitar desentendimentos. (TOMAÉL; ALCARÁ; DI CHIARA, 2005).

Contudo, o conflito é inerente às relações humanas, como afirmam diversos autores, dentre os quais Carvalho (1998), Quinn *et al.* (2003), Motta (2004), Carvalhal,

André Neto e Andrade (2006), Chrispino (2007) e McIntyre (2007). Como a principal característica das organizações é unir pessoas diferentes, com experiências, personalidades e objetivos diversos, em torno de um objetivo comum, é bastante natural que surjam conflitos de diferentes origens, tipos e magnitudes. Assim, foram desenvolvidas, ao longo do tempo, diversas formas de gerenciamento, com o intuito de auxiliar no melhor aproveitamento dos benefícios desse fenômeno ou de eliminá-lo quando representa um problema aos processos de gestão.

As estruturas organizacionais são canais que permitem o exercício da autoridade e a realização do poder. (CARVALHO; VIEIRA, 2007). Já por essa definição é possível inferir que a configuração estrutural estabelecerá como essas relações entre os diversos indivíduos ocorrem, tendo base potencial para a existência de conflitos.

No âmbito das relações, de acordo com Madariaga (2010), há uma interdependência entre comunicação e liderança. Para esse autor, é preciso que a integridade do líder favoreça o processo comunicacional-organizacional, estruturando, assim, um contexto de confiança. Nesse cenário, Vendemiatti et al. (2010) afirmam que a atuação da liderança deve ser orientada por processos de diálogo e negociação, no intuito de construir relações de confiança que permitiam a atribuição de significado à ação dos liderados.

2.2 Avaliação do clima organizacional ante o desempenho dos colaboradores

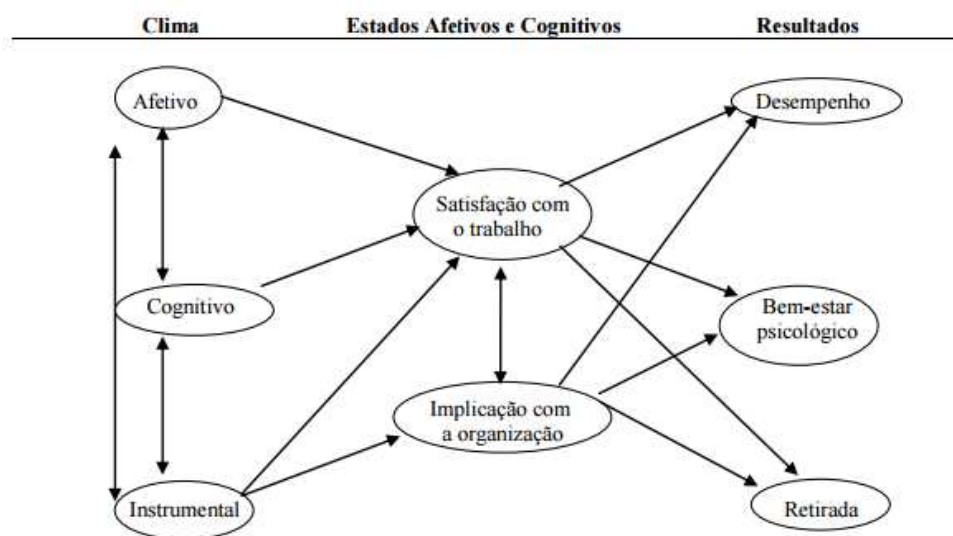
Avaliar o clima organizacional permite que seja identificada uma série de elementos internos da instituição, formais (produto) e informais (processo), a fim de analisar como essas afetam o comportamento dos colaboradores, a partir de suas percepções e atitudes, e como elas influenciam na sua motivação. (MÉNDEZ, 2006).

Guillén, Gala e Velázquez (2000) explicam que, quando o ambiente institucional é explorado, a visão pode ser focado em qualquer um dos seguintes fatores: aspectos organizacionais, indivíduo, ou interação pessoa/situação. Atualmente, essa abordagem está sendo progressivamente alargada e uso mais frequente no sentido de entender o que acontece no interior das instituições. (SALAZAR et al., 2015). Sua abordagem não é simples, uma vez que cada agência tem suas peculiaridades.

Independentemente dos fatores que se pretende explorar, a avaliação de clima organizacional nas instituições tem crescido rapidamente, sendo considerada como uma opção para alcançar a eficácia da gestão por meio da percepção dos colaboradores que, envolvidos nos processos, sofrem influência do ambiente de atuação. (CHIANG; NÚÑEZ, 2005). Nesse sentido, segundo Neves (2000), o clima influencia na motivação e no comprometimento dos indivíduos, bem como em sua produtividade.

O clima organizacional tem um papel intermediário entre as características da organização e os resultados individuais, como as atitudes, a motivação e o desempenho dos colaboradores, porque a percepção do contexto de trabalho, quando relacionada, evoca expectativas e valências, que têm uma influência direta na motivação, e desencadeia, também, sentimentos de satisfação e de identificação com o próprio trabalho e com o meio, como apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Relação entre clima, atitudes e resultados



Fonte: Chambel e Curral (2008).

No que tange à literatura, alguns estudos foram elaborados levando em consideração os efeitos do clima organizacional no desempenho dos colaboradores. Kopelman et al. (1990), concluíram que as práticas de gestão de recursos humanos tinham um efeito direto no clima, e que esse, por sua vez, influenciava na motivação, na satisfação e no envolvimento dos indivíduos. Parker (2003), num estudo alargado em diferentes indústrias, chegou a conclusões semelhantes, verificando as relações fortes e diretas do clima com as atitudes, a motivação e o envolvimento. Também verificou o impacto do clima nos estados afetivo e cognitivo do indivíduo, os quais poderiam, por sua vez, influenciar no comportamento.

A avaliação do clima pela própria equipe é uma forma que mensura o desempenho da mesma, como o todo. (BOHLANDER; SNELL, 2009). Esse método é bastante utilizado quando se trata de trabalhos em grupo, quando é difícil avaliar a contribuição individual. Segundo os autores, um aspecto positivo desse tipo de avaliação é que há um incentivo para o esforço coletivo, rompendo com possíveis barreiras entre os colegas de

trabalho. Esse tipo de avaliação pode ser complementado pelo pagamento de variável, de acordo com o desempenho do grupo.

Em outras palavras, o clima tem como base a percepção dos empregados sobre a qualidade do ambiente de trabalho interno, por isso se caracteriza pela natureza da relação pessoal-organização e pela relação superior-subordinado. (MULLINS, 2004). A avaliação do clima organizacional de qualquer empresa (agora ou futuramente) tem que ser uma realidade, devendo haver investigação, pesquisa e análise de resultados e, a partir daí, a implementação e o estabelecimento de ações, que, de tal forma, tornarão o ambiente mais motivador.

Diante do exposto, os gerentes são suscetíveis de ser, em grande parte, interdependentes nas decisões e ações dos outros, se quiserem alcançar seus próprios objetivos (FAURÉ; ROULEAU, 2011); em consequência, podem também arbitrar objetivos orçamentais de acordo com seus próprios objetivos, tais como a qualidade do produto e a política de serviços, por meio da adoção de táticas discricionárias. (OTLEY, 1978; ROBERTS, 1991; DAVILA; WOUTERS, 2005).

Em síntese, o clima organizacional faz menção à percepção que os colaboradores de uma têm sobre ela e seu ambiente de trabalho e, nessa perspectiva, a satisfação seria a causa provável de um melhor desempenho dos mesmos em face das atividades desenvolvidas. (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2011). Colaboradores satisfeitos tendem a falar bem da empresa, a contribuir com os colegas e a exceder as expectativas com relação ao trabalho, podendo, também, superar suas atribuições regulares no anseio de retribuir as expectativas positivas.

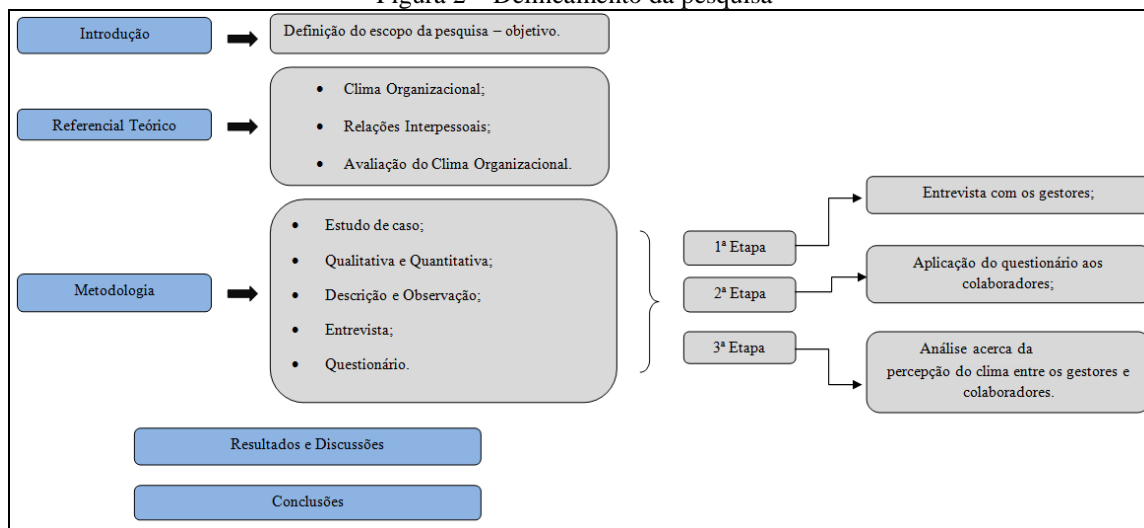
3 Método

Nesta pesquisa, foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa. O método quantitativo está voltado à mensuração dos fenômenos, envolvendo coleta e análise de dados, bem como a aplicação de testes estatísticos na tabulação dos resultados. No método qualitativo, tem-se a relevância da realidade abordada e sua contribuição para o desenvolvimento do estudo, sendo essa vista de forma mais subjetiva, uma vez que envolve reflexão e análise do contexto e das percepções, com o intuito de construir o conhecimento necessário, de forma não mensurada das variáveis. (COLLIS; HUSSEY, 2005; MIGUEL et al. 2012).

Portanto, o presente estudo, desenvolvido numa empresa do ramo varejista da região Central do Rio Grande do Sul e atuante em nível nacional, delineia-se a partir de estudo de caso e tem como objetivo analisar o clima organizacional por meio da percepção dos gestores e colaboradores do setor administrativo, sendo, esses,

responsáveis por gerir e controlar todas as demais áreas da empresa. Na Figura 2, é possível visualizar, de forma macro, o delineamento da pesquisa realizada.

Figura 2 – Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores.

O instrumento utilizado na coleta de dados se deu a partir de entrevista feita com os cinco diretores – geral, financeiro, administrativo, TI, recursos humanos – como forma de verificar suas percepções acerca do clima organizacional. Após a realização da entrevista com gestores, foi adaptado, a partir de suas considerações, um questionário, que, aplicado aos colaboradores, possibilitou uma comparação entre as respostas. Para isso, a adaptação do questionário se deu por meio da Escala *Likert* de cinco pontos, sendo: 1) Concordo totalmente, 2) Concordo em maior parte, 3) Indiferente, 4) Discordo em maior parte, 5) Discordo totalmente, pois esse tipo de escala não comparativa pode ter a descrição do grau adaptado, de acordo com a realidade pesquisada. (COSTA, 2011; MALHOTRA, 2012).

Mediante uma amostragem não convencional, dos 66 colaboradores do setor administrativo, 35 responderam ao questionário, os quais puderam escolher, entre as cinco alternativas da Escala *Likert* a que melhor espelha a realidade em que estão inseridos. Contudo, foram adicionadas, também, ao questionário, questões referentes ao perfil dos entrevistados, como: idade, gênero, tempo de empresa, grau de instrução e remuneração.

4 Resultados e discussões

Neste tópico são mostrados os resultados construídos a partir do levantamento de dados que se deu por meio de um enlace entre teoria e prática, contemplado no

referencial, na entrevista com os gestores, na aplicação dos questionários com os colaboradores, bem como também na caracterização da organização.

A empresa foco deste estudo está voltada à prestação de serviços e à venda de mercadorias do ramo automotivo, tendo atuação nacional com expressiva participação no mercado. Desde seu surgimento, a organização que outrora comercializava apenas pneus, atualmente expandiu seu *rol* de atividades, passando também a oferecer serviços, que, por meio de tecnologias de ponta, garante a satisfação dos clientes e aumenta o seu desempenho organizacional.

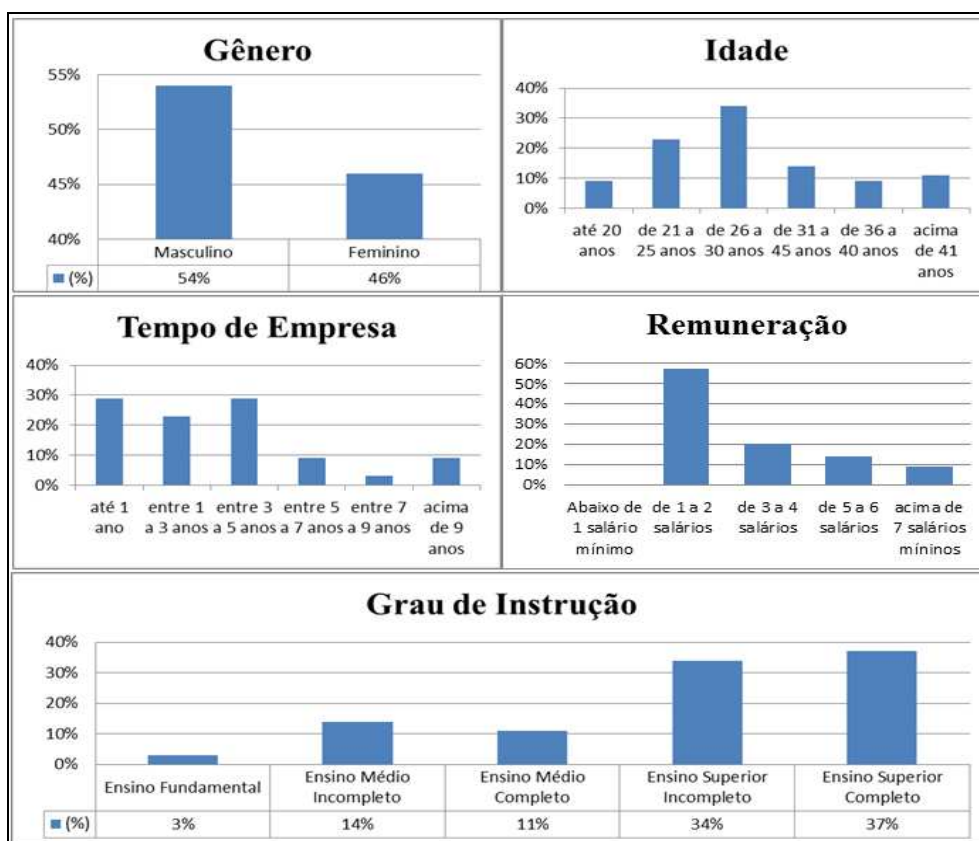
Atualmente, a empresa possui filiais espalhadas em sete estados brasileiros, sendo que a administração das mesmas está localizada na região Central do Rio Grande do Sul, onde esta pesquisa foi desenvolvida. Dentre os seus clientes, encontram-se pessoas jurídicas, pessoas físicas e estabelecimentos parceiros, atuando na prestação de serviços em cidades estratégicas dos estados atuantes.

No que tange à sua estrutura organizacional, a mesma encontra-se dividida em setores, facilitando, assim, a gestão do negócio. Para cada setor, há um gerente responsável, que permanece na matriz e coordena os demais gestores que gestionam os negócios nas filiais. Dessa forma, todos os gerentes são responsáveis por gerir os recursos materiais e humanos de cada setor e se reportam ao diretor-geral e demais acionistas.

4.1 Perfil dos colaboradores entrevistados

Este tópico aborda o perfil dos colaboradores da empresa pesquisada, que auxiliam os gestores na administração da organização, desempenhando funções desde o controle até a execução dos procedimentos. No gráfico 1, verificam-se as questões referentes ao gênero, à idade, ao tempo de empresa, à remuneração e ao grau de instrução dos colaboradores.

Gráfico 1 – Perfil dos colaboradores do setor administrativo



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as respostas obtidas, percebe-se que 54% dos entrevistados são do sexo masculino, e 46% são do feminino, possuindo, em sua maioria, idade entre 26 e 30 anos. Quanto ao tempo de trabalho desempenhado na organização, 29% possuem até 1 ano e 29% dos entrevistados possuem entre 5 e 7 anos, podendo-se perceber que a organização dispõe de colaboradores jovens e com pouco tempo de empresa.

Outro quesito percebido é quanto à remuneração: 57% recebem de 1 a 2 salários, do que pode ser comparado com a questão do tempo de empresa e o grau de instrução. Neste último, 37% dos respondentes possuem curso superior completo.

4.2 Análise do clima organizacional por meio da percepção dos gestores e colaboradores

A avaliação do clima organizacional segue as etapas descritas na metodologia (Figura 2), uma vez que, primeiramente, foi feita uma entrevista com os gestores da empresa, responsáveis por gerir o negócio. Num segundo momento, a partir de suas percepções acerca do clima, foi adaptado e aplicado um questionário aos colaboradores do setor administrativo, possibilitando, assim, uma análise das falas dos gestores e da realidade vivida pelos funcionários.

No Quadro 2, é possível verificar a percepção dos gestores, visto que os mesmos apontaram a algumas colocações de acordo com a realidade da organização, que, após a entrevista, foram adaptadas em um questionário e aplicado aos colaboradores. Para o levantamento dessas questões, foi solicitado aos mesmos que pontuassem afirmativas relevantes quanto ao clima organizacional, com total liberdade para mencionar o que desejassem.

Quadro 2 – Respostas dos gestores

TÓPICOS LEVANTADOS NA ENTREVISTA	
AFIRMATIVA DOS GESTORES	Considero a empresa um ótimo lugar para se trabalhar.
	Julgo ser importante o trabalho que os colaboradores realizam.
	Considero que todos estão satisfeitos com o trabalho que realizam.
	Considero que todos os funcionários são tratados com respeito entre os membros da equipe independente dos seus cargos.
	O clima de trabalho entre a equipe é bom dentro da organização.
	Os colaboradores são bem integrados e ajudam-se mutuamente.
	Existe um bom relacionamento entre os membros do grupo de trabalho, tanto pessoal como profissional.
	A organização é aberta a receber e reconhecer as opiniões e contribuições dos colaboradores.
	Existe liberdade para opinar sobre o trabalho realizado.
	Os membros participam juntamente com seu superior e com a equipe das decisões que afetam o trabalho.
	A remuneração está de acordo com a praticada no mercado.
	O trabalho executado pelos colaboradores faz com que se sintam bem profissionalmente.
	Os colaboradores executam suas tarefas diárias no horário normal de trabalho.
	Há oportunidade de desenvolvimento dentro da empresa.
	Os colaboradores participam frequentemente das atividades de integração promovidas dentro da organização.
	A remuneração de cada colaborador é compatível com as responsabilidades inerentes ao trabalho que realiza.
Existem políticas de treinamentos e aperfeiçoamento dos funcionários.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ademais, diante do exposto, percebe-se que as afirmativas apontadas pelos gestores envolvem a organização como um todo, bem como a satisfação dos colaboradores quanto à participação dos mesmos nos processos decisórios. A contextualização exposta revela a percepção que os mesmos têm diante de questões comportamentais de seus subordinados, sendo, esses, responsáveis pela liderança e implantação de práticas que sustentam e mantêm um bom clima entre os envolvidos.

Outra característica marcante percebida nas arguições dos gestores é a constante afirmação de um trabalho coeso entre os colaboradores, haja vista que os mesmos apontam à formação de uma equipe com bom nível de relacionamento, ratificando, assim, a participação de todos no processo decisório, a satisfação com o trabalho realizado, a boa comunicação organizacional, o crescimento pessoal e profissional, a

remuneração compatível com as funções, além do aperfeiçoamento mediante cursos e treinamentos.

Na tabela 1, é possível verificar o imbricamento entre os tópicos apresentados pelos gestores durante a entrevista, com as respostas dadas pelos colaboradores durante a aplicação dos questionários. É válido salientar que os colaboradores não tinham conhecimento de que o questionário aplicado tinha como base os apontamentos feitos pelos dirigentes da organização, evitando distorções nas respostas.

Tabela 1 – Comparação entre percepções e respostas dos gestores e colaboradores

		Respostas dos colaboradores ao questionário				
Tópicos levantados na entrevista		Discordo totalmente	Discordo na maior parte	Indiferente	Concordo na maior parte	Concordo totalmente
AFIRMATIVA DOS GESTORES	Considero a empresa um ótimo lugar para se trabalhar.	0%	3%	6%	37%	54%
	Julgo ser importante o trabalho que os colaboradores realizam.	0%	0%	4%	9%	87%
	Considero que todos estão satisfeitos com o trabalho que realizam.	3%	0%	0%	40%	57%
	Considero que todos os funcionários são tratados com respeito entre os membros da equipe independente dos seus cargos.	0%	9%	9%	22%	60%
	O clima de trabalho entre a equipe é bom dentro da organização.	0%	0%	3%	57%	40%
	Os colaboradores são bem integrados e ajudam-se mutuamente.	6%	3%	6%	45%	40%
	Existe um bom relacionamento entre os membros do grupo de trabalho, tanto pessoal como profissional.	3%	3%	20%	40%	34%
	A organização é aberta a receber e reconhecer as opiniões e contribuições dos colaboradores.	6%	9%	3%	40%	42%
	Existe liberdade para opinar sobre o trabalho realizado.	0%	8%	3%	43%	46%
	Os membros participam juntamente com seu superior e com a equipe das decisões que afetam o trabalho.	6%	13%	6%	46%	29%
	A remuneração está de acordo com a praticada no mercado.	3%	11%	3%	43%	37%
	O trabalho executado pelos colaboradores faz com que se sintam bem profissionalmente.	3%	3%	6%	37%	51%
	Os colaboradores executam suas tarefas diárias no horário normal de trabalho.	0%	14%	3%	40%	43%
	Há oportunidade de desenvolvimento dentro da empresa.	9%	0%	14%	23%	54%
	Os colaboradores participam frequentemente das atividades de integração promovidas dentro da organização	3%	0%	14%	34%	49%
	A remuneração de cada colaborador é compatível com as responsabilidades inerentes ao trabalho que realiza.	3%	11%	9%	34%	43%
Existem políticas de treinamento e aperfeiçoamento dos funcionários.	14%	9%	37%	29%	11%	

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, conclui-se que o enlace das respostas dos gestores com as dos colaboradores nem sempre converge para um consenso, pois, apesar da implementação de estratégias por parte do nível gerencial, com o intuito de melhorar o clima organizacional, a vivência dos colaboradores transcende as barreiras e aponta a divergências diante das percepções apresentadas. As análises, a seguir, decorrem dos resultados apresentados na tabela 1.

As inconsistências entre as respostas, em alguns casos, remetem a um desconhecimento, por parte dos gestores, do que ocorre no âmbito organizacional, pois, diante do foi reiterado pelos mesmos, há uma discordância por parte dos colaboradores. Primeiramente, dentre as variáveis em que mais se percebe essa discordância, está a relacionada à política de treinamento e aperfeiçoamento dos colaboradores, pois, nesse item, houve uma discordância de 14% dos entrevistados em relação às assertivas dos gestores.

A integração e o relacionamento entre os colaboradores foram aspectos que também tiveram divergências, uma vez que alguns participantes discordaram totalmente do que foi apresentado pelos gestores, uma vez que, conforme Bergamini (2006), deve haver um bom relacionamento entre os membros da empresa, para que haja uma maior produtividade. Por meio de uma sinergia, há uma ampliação das forças individuais e o alcance da eficácia do todo.

Quanto à remuneração e oportunidade de desenvolvimento profissional dentro da organização, percebe-se que a realidade colocada pelos gestores não condiz totalmente com a revelada pelos funcionários, pois existem no grupo colaboradores que não concordam com sua remuneração e desenvolvimento profissional, podendo esses influenciar os demais, tornando o clima organizacional propício a conflitos.

No que tange à organização estar aberta para receber e reconhecer a opinião de seus trabalhadores e a participação dos mesmos juntamente com seu superior nas decisões que afetam o trabalho em si, percebe-se uma discordância nas assertivas colocadas pelos gestores, uma vez que nem todos os colaboradores concordam que essas variáveis sejam totalmente cumpridas na prática.

Outro fator que merece atenção, no presente estudo, está na escolha da alternativa *Indiferente* por parte dos colaboradores, conforme mostra o Quadro 2, pois, apesar de ter sido colocada, por parte dos pesquisadores, a importância da pesquisa para a avaliação do clima organizacional, com o intuito de buscar alternativas para melhorá-lo, a escolha desse item pode apontar a duas situações: alguns colaboradores não estão comprometidos com a melhora do ambiente de trabalho ou, por se tratar de pesquisa no âmbito organizacional, preferiram omitir sua opinião, temendo represálias.

5 Considerações finais

A avaliação do clima organizacional tem sido percebida por muitas organizações como uma aliada na busca de alternativas que mensurem a influência das variáveis organizacionais, individuais e sociais, no desempenho dos colaboradores. Há, de certa forma, um emaranhado de premissas que corroboram a busca de um ambiente saudável, permitindo a integração do indivíduo com o meio em que desenvolve suas atividades.

Mediante o objetivo do presente estudo que era analisar o clima do ambiente organizacional por meio da percepção dos gestores e colaboradores do setor administrativo, percebeu-se a necessidade de um envolvimento maior, por parte da gerência, com os funcionários, pois conhecendo essa realidade, é possível perceber o que deve incentivar para promover a realização e o bem-estar dos colaboradores, por meio de ações que possibilitem um clima organizacional acolhedor de todos os tipos de comportamento: individuais e coletivos.

Partindo disso, averiguou-se, também, que nem sempre é possível agradar todos de uma empresa, pois, ao mesmo tempo que os colaboradores são influenciados pelo clima organizacional, acabam influenciando-o também. Nessa conjuntura, o perfil individual do colaborador exerce, também, influência na sua realização profissional, pois o seu comportamento, dentro do ambiente laboral, funciona como mediador nas relações interpessoais. Logo, o clima organizacional exerce um papel importante na realização profissional do trabalhador, refletindo num maior comprometimento para com a organização.

Em síntese, apesar de se notar uma avaliação favorável do clima por parte dos colaboradores, perceberam-se algumas divergências entre a colocação dos gestores e o respondido pelos colaboradores no questionário aplicado. Com isso, sugere-se à gerência da organização uma gestão mais participativa, que favoreça os desenvolvimentos pessoal e profissional dos colaboradores, aumentando a qualidade das informações, permitindo aos mesmos uma maior participação no processo decisório.

Como sugestão, propõe-se a criação de um departamento voltado a atender às necessidades dos colaboradores, bem como à promoção de atividades integradoras. Isso poderá auxiliar a empresa na construção de um ambiente mais dinâmico e inclusivo, pois, partindo da premissa de que deve haver um enlace dos objetivos individuais com os organizacionais dos indivíduos, o desempenho da organização seria beneficiado pela realização pessoal e profissional dos trabalhadores.

Por fim, as limitações encontradas na realização da pesquisa são de caráter abrangente, uma vez que, levando em consideração que a empresa tem filiais em várias partes do Brasil, não foi possível aplicar o questionário aos demais colaboradores. Dos

que se encontravam no setor onde a mesma foi realizada, nem todos se propuseram a participar. Para estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra de respondentes dos questionários, bem como fazer uma análise comparativa entre as respostas dos dois grupos participantes.

Referências

ABZARI, M.; ABBASI, R. Investigating impact of organizational climate on intention to knowledge sharing behavior by using theory of planned behavior (TPB). *Interdisciplinary Journal of Contemporary Research in Business*, v. 2, n. 12, p. 121-134, 2011.

ARGYLE, M. *Psicología del comportamiento interpersonal*. Madrid: Alianza, 1994.

BERGAMINI, C. W. *Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional*. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, G.; SNELL, S. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CALDERÓN, G.; NARANJO, J. C.; ALVAREZ, C. M. La gestión humana en Colombia: características y tendencias de la práctica y de la investigación. *Estudios Gerenciales*, v. 23, n. 103, p. 39-64, 2007.

CARDENAS, L.; ARCINIEGAS, Y. C.; BARRERA, M. Modelo de intervención en clima organizacional. *International Journal of Psychological Research*, v. 2, n. 2, p. 121- 127, 2009.

CARVALHAL, E.; ANDRÉ NETO, A.; ANDRADE, G. *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CARVALHO, C. A. *Poder, conflito e controle nas organizações modernas*. Maceió: Edufal, 1998.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MIGUEL, P. A. C. et al. *Metodologia de pesquisa em engenharia da produção e gestão de operações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Abepro, 2012.

CHAMBEL, M. J.; CURRAL, L. *Psicologia organizacional: da estrutura à cultura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CHIANG, M.; NÚÑEZ, A. Adaptación y ampliación de un instrumento para medir clima organizacional, satisfacción laboral y autoeficacia en grupos de trabajo. *Revista de Estudios Sociales*, v. 115, p. 111-139, 2005.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, n. 54, p. 11- 28, 2007.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos da graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTA, J. *Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

DAVILA, T.; WOUTERS, M. Managing budget emphasis through the explicit design of conditional budgetary slack. *Accounting, Organizations and Society*, v. 30, n. 7-8, p. 587-608, 2005.

ECHEVARRÍA, D. *Cultura organizacional y estilos de dirección desde la perspectiva de género: desafíos de la empresa cubana*. Havana: La Habana, 2007.

- ECHEVERRI, D. R.; CRUZ, R. Revisión de instrumentos de evaluación de clima organizacional. *Estudios Gerenciales*, v. 30, n. 131, p. 184-189, 2014.
- FAURÉ, B.; ROULEAU, L. The strategic competence of accountants and middle managers in budget making. *Accounting, Organizations and Society*, v. 36, n. 3, p. 167-182, 2011.
- MADARIAGA, M. G. Comunicación y liderazgo: sin comunicación no hay líder. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, n. 33, p. 61-72, 2010.
- GUILLÉN, M. Clima organizacional en la Editorial Ciencias Médicas a partir del análisis de sus dimensiones. *Revista Cubana Salud Pública*, v. 39, n. 2, p. 242-252, 2013.
- GUILLÉN, G.; GALA, L.; VELÁZQUEZ, M. *Clima organizacional: psicología del trabajo para relaciones laborales*. México. McGraw Hill, 2000.
- GUILLÉN, I. J.; ADUNA, A. P. La influencia de la cultura y del estilo de gestión sobre el clima organizacional: estudio de caso de la mediana empresa en la delegación Iztapalapa. *Estudios Gerenciales*, v. 24, n. 106, p. 47-64, 2008.
- HELLRIEGEL, D.; SLOCUM, J. W. Organizational climate: measures, research and contingencies. *Academy of Management Journal*, v. 17, p. 255-280, 1974.
- KOPELMAN, R. E. et al. The role of climate and culture in productivity. In: SCHNEIDER, B. (Ed.). *Organizational climate and culture*. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1990.
- LEITÃO, S. P.; FORTUNATO, G.; FREITAS, A. S. Relacionamentos interpessoais e emoções nas organizações: uma visão biológica. *Revista de Administração Pública*, Print version, 2006.
- LI, Z.; ZHU, T.; LUO, F. A study on the influence of organizational climate on knowledge-Sharing Behavior in IT Enterprises. *Journal of Computers*, v. 5, n. 4, p. 508-515, 2010.
- LUTHANS, F. et al. The mediating role of psychological capital in the supportive organizational climate employee performance relationship. *Journal of Organizational Behavior*, v. 29, n. 2, p. 219-238, 2008.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- McINTYRE, S. E. Como as pessoas gerem o conflito nas organizações: estratégias individuais negociais. *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 25, n. 2, p. 295-305, 2007.
- MÉNDEZ, C. *Clima organizacional en Colombia: el imcoc: un método de análisis para su intervención*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2006. (Colección Lecciones en Administración).
- MOOS, R. H. Conceptualizations of human environments. *American Psychologist*, v. 28, p. 652-665, 1973.
- MORONI, L.; DABOS, G. E. Comportamientos abusivos de baja intensidad en las organizaciones: una revisión de la literatura y de sus implicancias. *Estudios Gerenciales*, v. 30, p. 384-396, 2014.
- MOTTA, P. R. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MULLINS, L. J. *Gestão da hospitalidade e comportamento organizacional*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- NEVES, J. G. *Clima organizacional, cultura organizacional e gestão de recursos humanos*. Lisboa: Editora RH, 2000.
- NORIEGA, V.; PRIA, M. Instrumento para evaluar el clima organizacional en los Grupos de Control de Vectores. *Rev. Cubana Salud Pública*, v. 378, n. 2, 2011.
- NORIEGA, V. Otra aproximación al estudio del clima organizacional. *Revista Infodir*, v. 13, n. 9, 2009.

- OTLEY, D. T. Budget use and managerial performance. *Journal of Accounting Research*, v. 16, n. 1, p. 122-149, 1978.
- PARKER, M. *Organizational culture and identity*. London: Sage Publications, 2000.
- PÉREZ, I.; MALDONADO, M.; PÉREZ, M.; BUSTAMANTE, S. Clima organizacional y gerencia: inductores del cambio organizacional. *Investigación y Postgrado*, v. 21, n. 2, p. 231-248, 2006.
- QUINN, R. E. et al. *Competências gerenciais: princípios e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- REYES, M. M.; ZAPATA, D. I. Relation between organizational climate and its dimensions and knowledge-sharing behavior among knowledge. *Workers. int.j.psychol.res*, v. 7, n. 2, p. 64-75, 2014.
- ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. *Comportamento organizacional*. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- ROBERTS, J. The possibilities of accountability. *Accounting, Organizations and Society*, v. 16, n. 4, p. 355-368, 1991.
- RUPERTI, C. *Comunicación organizacional y relaciones públicas*. Retrieved from, 2009.
- SANTANA, P.; ARAUJO, Y. Clima y cultura organizacional: ¿dos constructos para explicar un mismo fenómeno? *Asociación Europea de Dirección y Economía*, 2007.
- SCHNEIDER, B.; EHRHART, M. G.; MACEY, W. A. *Perspectives on organizational climate and culture*. In: ZEDECK S. (Ed). *APA handbook of industrial and organizational psychology. Building and developing the organization*. Washington, DC: American Psychological Association, p. 373-414, 2011. v. 1.
- SOUZA, T. A.; CAMPOS, J.; DEJANIR, J.; MAGALHÃES, S. R. A importância do clima organizacional. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, v. 13, n. 1, p. 315-329, 2015.
- SWIFT, P. E.; HWANG, A. Learning, dynamic capabilities and operating routines: a consumer package goods company. *The Learning Organization*, v. 15, n. 1, p. 75-95, 2008.
- TAMAYO, A. Impacto dos valores pessoais e organizacionais sobre o comprometimento organizacional. In: TAMAYO, A.; PORTO, J. B. (Ed.). *Valores e comportamento nas organizações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 160-186.
- TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; DI CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, p. 93-104, 2005.
- TORMO, G.; OSCA, A. Antecedentes organizacionales y personales de las intenciones de compartir conocimiento: apoyo, clima y compromiso con la organización. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, v. 27, n. 3, p. 213- 226, 2011.
- UCyMAT – Dirección del Trabajo. *Problemas actuales en salud de los trabajadores*. Santiago: LOM, 2001.
- VALLEJO, J. *La personalidad integradora: el doble logro de ser sí mismo y vincularse*. Barcelona: Cedel, 2004.
- VENDEMIATTI, M. et al. Conflito na gestão hospitalar: o papel da liderança. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 1.301-1.314, 2010.
- ZUTTA, M. *Estilo de dirección: Equipo Operativo Meci-SGC*. San Juan de Pasto – Colombia, 2008.

Desenvolvimento rural: uma proposta de políticas públicas para um município da região Central do Rio Grande do Sul

Flaviano Moura Fragoso* – Rodrigo Belmonte da Silva**

Resumo: O desenvolvimento rural começa a ser um ponto amplamente discutido na sociedade contemporânea, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico dos municípios do interior. Questiona-se: Como promover essa forma de desenvolvimento no Município de Mata – RS, município esse que, desde sua formação está ligado às atividades rurais? Objetiva-se, na presente pesquisa, analisar as políticas de desenvolvimento rural do Município de Mata, propondo um plano de desenvolvimento local, mediante descrição das ações do município, descrição das políticas públicas rurais de alguns municípios vizinhos, realização da análise de *SWOT* da Secretaria de Agricultura do município e, por fim, sugestão de plano de trabalho para o desenvolvimento rural. Buscou-se analisar conceitualmente políticas públicas, desenvolvimento rural e também descrever o referido ente municipal. Metodologicamente, utilizou-se um estudo de natureza qualitativa, um estudo *multicaso*, além de estudo bibliográfico. Constatou-se que Mata deve realizar mudanças que envolvam, mobilização do capital social, melhoria na legislação, capacitação de servidores, dentre outras. O município possui plenas condições de promover políticas públicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento rural, mediante a implementação de mudanças que tenham afinidade com esses objetivos.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Desenvolvimento regional.

1 Introdução

O Brasil, após a redemocratização, segue em busca de atendimento das necessidades dos cidadãos, algo previsto pela Constituição de 1988 e pela Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (LIMA, 2007), que demandaram um conjunto de melhorias que significou uma maior autonomia para os municípios que, muitas vezes, têm sua base econômica ligada diretamente a atividades rurais.

Assim, a necessidade de estudo dessas atividades aparece, cada vez mais viva, na sociedade contemporânea, uma vez que o desenvolvimento rural deve, por essa importância econômica, ser objeto de estudo, porém em municípios do interior do Rio Grande do Sul, há carência de apoio científico nesse aspecto.

Exemplo disso está no Município de Mata – RS, que também traz em sua história atividades agrícolas como forma de sustento da economia local (MORAES, 2009), cabendo questionar: De que modo promover o desenvolvimento rural no Município de Mata? Para que respondamos a esse questionamento, há a necessidade de caracterizar quais atividades o município está realizando nesse segmento. Com esse estudo, poderá ser conhecido o histórico do município relativo às ações inerentes ao desenvolvimento rural. Esse autoconhecimento também contribuirá para minimização de erros e a

* Aluno Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

** Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

potencialização de acertos, na construção de um futuro com maior desenvolvimento nessa área.

Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar as políticas de desenvolvimento rural do Município de Mata, propondo um plano de desenvolvimento local, mediante descrição das ações desse município, descrição das políticas públicas rurais dos Municípios de Santiago, São Francisco de Assis e São Pedro do Sul, identificando os fatores-chave de desenvolvimento, realização de análise de *swot* da Secretaria de Agricultura do Município de Mata e sugestão de plano de trabalho para o desenvolvimento rural neste município.

2 Referencial teórico

2.1 Políticas públicas

Fica claro que, de acordo com Melo (2007, p. 12), as políticas públicas, de modo genérico, sofrem um conjunto de modificações de acordo com a realidade histórica em que a política pública se encontra. Assim, se observa que, com a redemocratização nacional, as políticas públicas também tiveram que se modificar, antes (no período militar) com a “lógica da acumulação” e posteriormente, em um contexto de redemocratização, até os dias atuais.

Segundo Boneti (2007, p. 74) apud Carvalho, Barbosa e Soares (2010, p. 3), as políticas públicas, além de serem passivas de transformação, no período histórico em que se encontram, também estão diretamente relacionadas às relações de poder. Nesse sentido,

entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI, 2007 apud CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010, p. 3).

Desse modo, se percebe que as políticas públicas não são um fenômeno que ocorre de modo isolado, visto a existência de vários fatores que determinam as formas de atuação, os tipos de público beneficiários e as diretrizes a serem adotadas por aqueles que “assinam” políticas públicas, esses com influência dessas forças de interesse.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) também faz menção a respeito de tipos de organizações que podem influenciar nas decisões daqueles que são detentoras de poder:

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, conforme apontado acima, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral. (SEBRAE, 2008, p. 6).

Esses grupos, então, pressionam o Estado para obtenção de políticas que atendam aos seus interesses, muito embora, como visto acima, as políticas públicas tenham também um viés de tomada de decisão que parte dos próprios líderes. Nesse sentido, podem-se distinguir alguns tipos de política pública, uns de cunho social, que podem ser demandados pela Sociedade Civil Organizada (SCO) (de baixo para cima) e outros que vêm diretamente dos líderes em um efeito de cima para baixo.

Segundo Rua (2009, p. 19), a “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Nesse viés, se observa que deve haver a convergência de diferentes ações para que as políticas públicas atendam aos seus objetivos, esses, por sua vez, embora possam atender às demandas privadas, de associações e da sociedade em geral, “por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’.” Rua também explica:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (RUA, 2009, p. 20).

Para a existência de políticas públicas, que, como visto anteriormente, atendam às demandas que podem vir dos mais diferentes segmentos, há a necessidade de um mapeamento de algumas ações que precisam ser realizadas conforme descrito pelo Sebrae (2008). Esse mapeamento pode ocorrer, pelo que se extrai do trabalho desses autores, tanto via Estado que estuda a realidade a ser atendida quanto pela sociedade organizada, que pressiona o Estado em busca da resolução de algum problema que objetive a melhoria de determinado segmento.

2.2 Desenvolvimento rural

No contexto da administração pública, percebe-se que os debates mais representativos do desenvolvimento rural no cenário brasileiro, de acordo com Schneider (2006, p. 1), têm ocorrido em tempos mais contemporâneos.

Esse autor também destaca que, “no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo”, muito disso causado pelas lideranças que participavam do sindicalismo rural,

ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Schneider (2006) também explica que “em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política [...] como é o caso dos eventos anuais em torno do ‘Grito da Terra’”.

Aqui se nota a influência e a importância que os movimentos sociais têm no âmbito político e de mobilização da atuação da administração pública. Nesse sentido, Schneider (2006, p. 1) também revela que o Estado, sentindo esse conjunto de pressões populares, respondeu positivamente, criando programas em âmbito nacional, como, por exemplo, o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Outra ação importante do Estado em benefício do desenvolvimento rural foi a criação da Lei 11.947/2009, que estabelece as diretrizes e o modo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de dispor sobre outros programas e ações relacionados à atividade escolar no ensino público como destacou Maluf (2009, p. 1).

Conforme Maluf (2009, p. 2), “a oferta de alimentação nas escolas passou por várias etapas até atingir a condição de programa com recursos federais regulares, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)”; nesse sentido, “houve também crescente participação dos estados e municípios com disponibilidade de recursos próprios, expressão de demanda social e decisão política, já que o frágil ordenamento do programa não obrigava a essa participação”. Essa participação veio colaborar com as finalidades do programa que tem, como um de seus propósitos, adquirir produtos da agricultura familiar. (MALUF, 2009).

Pode-se observar, então, a atuação do Estado no desenvolvimento rural, uma vez que criou mecanismos que beneficiam a agricultura familiar, por intermédio da aquisição desses produtos para utilização na alimentação escolar. Cabe ressaltar o que Maluf (2009) destacou como mobilização de decisões políticas, para que, em âmbito municipal os programas obtivessem resultado. Relativamente a essas relações políticas, Cazella destaca que

os políticos locais assumem a função de fazer a ligação e a mediação entre o local e as instâncias políticas mais amplas. A adoção das estruturas intermunicipais a fim de dinamizar suas ações é um recurso frequente. Os parceiros econômicos se organizam no interior de associações profissionais segundo os três setores da economia (agricultura, indústria e comércio). (2008, p. 16).

Essa mobilização destacada por Maluf (2009) e Cazella (2008), colabora para que o desenvolvimento (neste caso o desenvolvimento rural) ocorra de modo a fazer com que a administração venha a atender, de modo mais eficaz, aos propósitos dos programas, que, às vezes, surgem como demandas sociais, como aquelas destacadas por

Schneider (2006), que orientam a ação do Estado, que, por sua vez, encontra, na articulação política, orçamentária e social, os meios para propiciar desenvolvimento rural em âmbito local. (MALUF, 2009).

Destacam-se, também, os conceitos e as influências que o capital social desempenha nesse segmento. Primeiramente, destaca-se a colaboração de Coleman (1990) e Putnam (1996) apud Sachs e Lages (2001, p. 6), que “consideram ser capital social um conceito que abrange as características de organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Para Passador et al. (2005, p. 4) o “capital social, portanto, não é simplesmente um atributo cultural, mas ele pode ser criado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos convencionais”.

Exemplifica-se o que Schneider (2006) abordou, com relação às mobilizações sociais influenciando nas decisões das esferas competentes o que confirma a importância do capital social nas questões rurais. Além disso, também se pode destacar outra importante contribuição nos aspectos legal e orçamentário, a qual contribui com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, colaboração essa apresentada em pesquisa de Maluf (2009) com relação ao PNAE:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (art. 14º). (MALUF, 2009, p. 1).

O Programa de Aquisição de Alimentos almeja atingir, segundo informações no *site* do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013), dois focos principais: “promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar” algo que está diretamente ligado ao desenvolvimento rural e que contribui com a geração de renda por parte dos produtores.

Constata-se, pois, que o tema *desenvolvimento rural* compreende vários fatores que influenciam em seu resultado, como, por exemplo, os movimentos sociais que mobilizam o interesse da administração (SCHNEIDER, 2006), o próprio interesse da administração em criar programas de fomento à agricultura (MALUF, 2009), o capital social destacado por Passador et al. (2005) relendo as contribuições de Putnam (2000), Fialho e Waquil (2008), a nova legislação que gerou disponibilização de orçamento para programas, como destacado por Schneider (2006) e Maluf (2009).

Para que ocorra desenvolvimento rural com resultados positivos no desenvolvimento da sociedade, cabe à administração pública estudar os temas apresentados pelos autores que estão diretamente relacionados a esse desenvolvimento.

2.2 O Município de Mata – RS

O início da ocupação de terras que hoje formam o Município de Mata e da região deu-se após a “invasão e conquista da província das Missões, realizada por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, que culminou com a assinatura do tratado de Badajóz em 1801”. (UBERTI, 2012, p. 6).

Segundo Uberti (2012), naquele período histórico, “se acentuou a prática de concessão de sesmarias que atendia tanto a interesses privados quanto públicos” (MOTTA, 2005 apud UBERTI, 2012, p. 7), pois ocupação por parte de portugueses representava o domínio dessas terras e a garantia de segurança naqueles locais.

Nesse contexto, é que José da Silva Pereira recebeu sesmarias de terras situadas onde hoje se encontra o Município de Mata, no entanto esse e seus descendentes ocuparam mais a parte sul onde há campos e coxilhas, hoje denominado Distrito de São Rafael. O norte, porém, foi ocupado posteriormente por imigrantes europeus. “Essa colonização foi iniciada por João Hopf em 1885, o qual imigrou da Alemanha e iniciou o povoado que mais tarde denominaram de Sertão”. (MALGARIN, 1984 apud MORAES, 2009, p. 68).

A maior parte dos imigrantes vinha com a finalidade de servir de mão-de-obra. Foram encaminhadas as famílias Vogelei, Stüker, Bruning e Hartmann, que vieram no navio Bismark e desembarcaram na Ilha das Flores, hoje Porto Alegre, os quais se dirigiram para Santa Maria da Boca do Monte e esperaram a orientação do Governo para seguir até o Sertão. (MALGARIN, 1984 apud MORAES, 2009, p. 68).

Nesse sentido é que se desenvolveu a agricultura no Município de Mata que tem como base o trabalho de imigrantes europeus que muito contribuíram para o processo de desenvolvimento das formas de produção desse município, muito embora a economia local já possuísse atividades que eram anteriores aos imigrantes, praticadas através da produção de gêneros que eram escoados por terra e transporte fluvial, além da criação de gado e uma série de outras atividades conforme lembra Uberti (2012, p. 152), que revela algumas profissões daquela época nesse local. Posteriormente, com a construção da linha férrea, o desenvolvimento se acentuou, conforme destaca Malgarin (1984) apud Moraes (2009).

Essa vila teve, então, grande progresso e desenvolvimento, pois já exercia tais atividade. Posteriormente evoluiu com a chegada de imigrantes que aqueceram a economia local com produção agrícola e comércio, fortalecendo atividades já existentes.

Mata foi emancipada político e administrativamente, em 13 de junho de 1965, com base na Lei Estadual 4.836, de 4 de dezembro de 1964, que criou legalmente o município.

Atualmente, o município possui uma população de 5.092 habitantes segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2011), com uma densidade demográfica de 16,3 hab./km² e uma expectativa de vida ao nascer de 71,20 anos. Quanto à economia, Moraes anotou:

Mata, assim como o Estado gaúcho, apresenta sua matriz econômica alicerçada e dependente das atividades agrícolas. O Município tem, na agricultura e na pecuária, os condicionantes para o desenvolvimento do espaço rural e, através dessas atividades, a sua inserção no mercado local/regional. (2009, p. 65).

Assim, fica claro perceber a vocação do município que, desde sua ocupação territorial, traz, em sua história, a ligação de seus habitantes com o trabalho na terra, seja na agricultura, seja na pecuária; buscam na terra seu sustento e melhorias nas condições de vida das futuras gerações.

O município também possui atrativos turísticos que o tornam conhecido mundialmente conforme destacado:

É importante enfatizar que Mata possui o sítio paleontológico, o qual é favorecido pela presença de reservas de fósseis vegetais, ou seja, madeiras petrificadas, tornando-se uma de suas principais características. Essa riqueza fossilífera tem aproximadamente 200 milhões de anos. A descoberta desses fósseis deve-se ao pároco Daniel Cargin, o qual era apreciador de estudos de Paleontologia. Em 1976, quando chegou em Mata, conscientizou a população e a administração municipal sobre a riqueza fossilífera existente nesse Município, até então desconhecida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA, 2009 apud MORAES, 2009, p. 72).

A descoberta desse patrimônio possibilitou que Mata fosse reconhecida em outros lugares como “Cidade da Pedra que foi Madeira”, também aumentou o número de visitantes no município, muito embora ainda não exista um turismo forte que consiga deixar divisas significativas no município. Apesar de terem sido descobertas essas riquezas paleontológicas em 1976, a população segue com foco no setor rural, base econômica do lugar.

3 Metodologia

Metodologicamente, lançou-se mão de um estudo multicaso, quando foram estudadas políticas públicas de três cidades da região: o “Hortomercado”, de Santiago; o projeto “Jeito Caseiro”, de São Francisco de Assis; e o “Fundo Rotativo”, de São Pedro do Sul. Tal estudo deu-se a partir da análise de informações presentes e sistematizadas no livro *Experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar na região de*

abrangência do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul, organizado por Gustavo Pinto da Silva e Rafaela Vendruscolo, no ano de 2012, que tem em seu bojo caracterizações a respeito dessas políticas públicas.

Trata-se de uma análise de natureza qualitativa, em que foram descritas ações realizadas que levaram à construção dessas políticas públicas. Baseados na análise de fenômenos sistematizados pelo livro, posteriormente, observou-se a atuação da Secretaria de Agricultura de Mata, nos últimos anos. Também foi realizada a análise de *Swot* da Secretaria de Agricultura, que delimitou a necessidade de criação de políticas. Com essas informações, buscou-se a criação de um plano de trabalho para o desenvolvimento rural em Mata.

Embora se trate de um estudo multicaso, também se pode dizer que, em parte, esta pesquisa também é bibliográfica, uma vez que houve a análise do referido livro e, segundo Gil (2008), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e de artigos científicos”, característica essa que também aparece neste estudo.

4 Resultados e análises

4.1 Histórico das ações de desenvolvimento rural em Mata – RS

Como histórico recente das ações de desenvolvimento rural, descreve-se o “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” (PADRS), de 1999 e 2000, projeto que teve como principal orientador o “Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda” (Prorenda), que, no município de Mata, foi desenvolvido com foco na agricultura familiar.

O PADRS em Mata foi criado com a utilização desta metodologia, que envolvia a participação de atores e agentes locais. Foi promovido com o apoio da Contag, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Fetag – RS), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata, mas com a atuação da Universidade Regional Integrada, Campus Santiago, que dispunha de um professor Coordenador Regional do Prorenda – Agricultura Familiar.

Sua metodologia envolve a participação conjunta, para a geração de conhecimento compartilhado conforme disposto no PADRS (2000): “Não haverá uma palestra, mas construção compartilhada do conteúdo. O princípio é que cada um sabe um pouco e juntos sabemos muito.”

Atualmente, a Secretaria de Agricultura age de acordo com as demandas operacionais, isto é, não existe um plano específico. Por exemplo, se há a necessidade de realizar algum tipo de atividade, como plantio, transporte ou algum serviço com

máquinas da Secretaria, são realizados os trabalhos de acordo com a fila de espera. Não existe nenhum tipo de planejamento em longo prazo das atividades.

4.2 Análise das políticas públicas de municípios vizinhos: fatores-chave

No Quadro 1 a seguir, estarão elencadas as características históricas de três políticas públicas: o “Hortomercado”, de Santiago; o projeto “Jeito Caseiro”, de São Francisco de Assis; e o Fundo Rotativo de São Pedro do Sul. Esses municípios foram escolhidos para análise por possuírem vários fatores em comum com o Município de Mata, o que justifica o estudo dessas ações:

- a) tem características históricas quanto à sua formação quase similares;
- b) possuem grande vínculo econômico com as atividades rurais, desde sua formação até a atualidade;
- c) estão inseridos na região Central do Rio Grande do Sul, em locais bastante próximos, utilizam-se da mesma BR para chegar aos grandes centros urbanos;
- d) possuem políticas públicas de fomento à agricultura. Essas características apresentam-se sistematizadas no livro Experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul; e
- e) embora o Município de Santiago não possa ser comparado ao Município de Mata, no que se refere à quantidade populacional, a caracterização dessa experiência justifica-se pelo grande número de relações do empreendimento com a administração pública, conforme seu histórico, tornando-a fonte de aprendizagem e referência no estudo do desenvolvimento rural.

Os dados referentes às políticas públicas de Santiago, São Francisco de Assis e São Pedro do Sul estão dispostos de forma independente, e, na coluna posterior a essas caracterizações, serão descritas as características presentes nessas políticas, de modo geral, “unindo” as três políticas em cada linha para a busca de ações comuns que foram responsáveis pelo desenvolvimento rural nesses municípios e que poderiam ser utilizadas para promover o desenvolvimento rural no Município de Mata.

Quadro 1 – União de características das políticas públicas estudadas

Hortomercado de Santiago	Projeto “Jeito caseiro de São Francisco de Assis”	Fundo Rotativo de São Pedro do Sul	Ações de desenvolvimento
Histórico de ações independentes			União de características
Começou no ano de 1979, com um grupo de aproximadamente, vinte agricultores, através de iniciativa e suporte da Prefeitura Municipal de Santiago.	Em 2005, começaram excursões, reuniões, seminários e alianças com agentes locais, a construção da políticas públicas e a definição de um grupo gestor.	A organização dos produtores rurais é resultado de um longo trabalho de sensibilização e mobilização desses sujeitos.	– Organização da sociedade através da aliança entre diferentes atores e o Poder Público municipal na busca de melhorias no meio rural.
A Prefeitura Municipal proporcionou aos feirantes, armações de	Em 2006, identificação dos agricultores, visita do técnico, crédito para os	Assim, ao longo dos últimos 30 anos, essa proposta mobilizou a	– Prefeitura colaborou com a infraestrutura. – Criação de associações

ferro, sobre as quais poderiam dispor as lonas de suas barracas, ou cobrir a carroceria de seus veículos.	agricultores e seus empreendimentos, bem como qualificação.	formação de 35 associações nas comunidades rurais.	rurais e participação nas decisões do Poder Público.
A partir de 1982, disponibilizou um servidor municipal que auxiliaria na organização e no funcionamento da feira, que realizaria pesquisa de preços nos supermercados.	Em 2007, a Feira de Indústria, Comércio e Artesanato de São Francisco de Assis.	O “Fundo Rotativo” é mantido com dotação da Prefeitura Municipal, sendo gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Pedro do Sul.	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilização de servidor municipal para atuar no empreendimento. – Feira municipal. – Conselhos de desenvolvimento.
Criação da Associação Santiaguense dos Feirantes, em 29 de abril de 1989, com o apoio de diversas instituições do município.	Em 2008, teve início a comercialização para alimentação escolar.	O fundo foi criado pela Lei Municipal 505-93/1996, de 10 de março de 1993.	<ul style="list-style-type: none"> – Criação de associação. – Novidade na legislação referente à alimentação escolar. – Criação e melhorias na legislação municipal.
Regulamento da Feira do Produtor de Santiago, que qual definia normas, direitos e deveres dos feirantes.	Em 2009, para o PNAE..	O Fundo Rotativo Municipal tem conta específica e todo valor ressarcido é automaticamente injetado no programa.	– Empreendimentos que são regulados por regras claras presentes em estatutos.
No ano de 1991, começou a construção do espaço “Hortomercado”, de Santiago, acompanhada pelos agricultores. A inauguração aconteceu em 1992, com a presença de diversas autoridades da região.	Em 2012, 19 unidades constituídas, 95 beneficiários diretos, 4 agroindústrias coletivas e alimentação escolar (3.840 alunos).	Ao longo dos 19 anos de existência do “Fundo Rotativo” no município, mais de trezentos projetos de desenvolvimento foram financiados.	<ul style="list-style-type: none"> – Participação dos agricultores na construção do “Hortomercado”. – Financiamento de projetos ligados a investimentos na agropecuária. – Alimentação escolar.
Os recursos foram destinados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Prefeitura Municipal de Santiago, pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul e angariados pelos próprios agricultores. A Emater/RS-Ascar foi a mediadora na elaboração de projetos e na estimulação dos agricultores desde o início das atividades.	Criação da lei “Conhecendo sua Municipalidade” e criação da marca “Jeito Caseiro”.	Os interessados devem estar em dia com as obrigações na Associação e instituições financeiras.	<ul style="list-style-type: none"> – Colaboração entre as diversas esferas de governo quanto à liberação de recursos, demandados pela Emater. – Obrigatoriedade de quitação dos débitos com as instituições financeiras.
Foram feitos investimentos com divulgação em rádios locais, sorteios de brindes, propagandas, troca do local da feira, bem como mudanças nos dias e horários de realização da		Na gestão 2009-2012, anualmente, foram disponibilizados em torno de 50 mil Reais para empreendedores individuais ligados ao agronegócio e ao comércio local.	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgação. – Recursos municipais para o fundo municipal, oriundos da quitação de empréstimos anteriores e dotação orçamentária para esse fim.

atividade.			
Em junho de 2008, foi realizado um curso de “Alimentos Seguros e Boas Práticas de Fabricação”, que se tornou um diferencial na relação com os consumidores.		O custo para o usuário do recurso é de 2% de juros ao ano, sendo que o prazo para pagamento é de três anos, com carência de um ano.	– Realização de cursos de capacitação. – Carência de um ano e prazo para pagamento, no caso do “Fundo Rotativo”.

Fonte: Dados da pesquisa.

Retoma-se, aqui, a contribuição dos autores com relação aos vários fatores que influenciam no resultado das políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural, como, por exemplo, os movimentos sociais que mobilizam o interesse da administração (SCHNEIDER, 2006), o próprio interesse da administração em criar programas de fomento à agricultura Maluf (2009), o capital social destacado por Passador et al. (2005), relendo a contribuição de Putnam (2000), Fialho e Waquil (2008), a nova legislação que gerou disponibilização de orçamento para programas destacados por Schneider (2006) e Maluf (2009).

Nesse sentido, é que se apresenta, na sequência, o Quadro 2, que identificará esses fatores e contribuirá na construção do modelo de desenvolvimento que Mata poderá utilizar para o fomento das atividades dos cidadãos desse município, uma vez que possui, a exemplo dos municípios da região, características econômicas quase essencialmente ligadas à produção rural.

Quadro 2 – Principais fatores ligados às ações de desenvolvimento

Ações de desenvolvimento (união de características)	Principais fatores	Ações de desenvolvimento (união de características)	Principais fatores
– Organização da sociedade através de aliança entre diferentes atores e o Poder Público municipal na busca de melhorias no meio rural.	– Interesse social. – Interesse da administração.	– Empreendimentos que são regulados por regras claras presentes em estatutos.	– Estatutos (regras legais internas das associações).
– Prefeitura colaborou com infraestrutura. – Criação de associações rurais e participação nas decisões do Poder Público.	– Interesse social (capital social). – Interesse da administração.	– Participação dos agricultores na construção do “Hortomercado”. – Financiamento de projetos ligados a investimentos na agropecuária. – Alimentação escolar.	– Interesse social. – Mudanças na legislação (alimentação escolar).
– Disponibilização de servidor municipal para atuar no empreendimento. – Feira municipal. – Conselhos de desenvolvimento.	– Interesse social. – Interesse da administração.	– Colaboração entre as diversas esferas de governo quanto à liberação de recursos, demandados pela Emater. – Obrigatoriedade de quitação dos débitos com instituições financeiras.	– Mudanças na legislação. – Interesse da administração (articulação política).

<ul style="list-style-type: none"> – Criação de associação. – Novidade na legislação referente à alimentação escolar. – Criação e melhorias na legislação municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> – Interesse social. – Mudanças na legislação. 	<ul style="list-style-type: none"> – Divulgação dos empreendimentos para os consumidores. – Existência de recursos municipais para o fundo municipal, oriundos da quitação de empréstimos anteriores e dotação orçamentária para esse fim. 	<ul style="list-style-type: none"> – Promoção dos projetos (capital social). – Recursos orçamentários.
---	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise das políticas públicas dos municípios da região comprova a existência de fatores-chave para o desenvolvimento dessas políticas, os quais também foram referidos pelos autores. Esses fatores devem ser trabalhados para que Mata consiga se desenvolver, desenvolvimento esse que não pode estar desvinculado das atividades rurais por razões econômicas.

O desenvolvimento rural deve existir no sentido de não ocorrer de modo isolado, pois existem vários determinantes que se completam, por exemplo, o interesse da administração não deve estar afastado da vontade dos agricultores em evoluírem e se desenvolverem; posteriormente, se deve analisar se as leis municipais estão adequadas às mudanças pretendidas e se elas se refletem em ações. Também se somam a esses fatores a disponibilidade orçamentária que é regulada por lei. Posteriormente, devem ser capacitados servidores e agricultores para entenderem a importância do desenvolvimento rural.

4.3 Análise *Swot* para a Secretaria de Agricultura

Para um melhor entendimento da situação existente em Mata, faça-se mão da utilização de uma forma de estudo que se utiliza da análise de vários aspectos inerentes à Secretaria de Agricultura, por intermédio da ferramenta denominada Fofa, segundo Ribeiro Neto:

A Análise S.W.O.T. também denominada análise F.O.F.A. em português, é uma ferramenta estrutural da administração, utilizada na análise do ambiente interno e externo, com a finalidade de formulação de estratégias da empresa. Nesta análise identificamos as Forças e Fraquezas da empresa, extrapolando então Oportunidades e Ameaças internas para a mesma. É uma sigla do idioma inglês, a qual representa: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), sendo fundamentada por Kenneth Andrews e Roland Christensen. (2011).

Esse tipo de análise aplicada à Secretaria de Agricultura possibilita uma visão geral do modo como essa Secretaria está atuando, baseada nas suas potencialidades e deficiências, quando se cruzam os dados da seguinte forma: Forças/Oportunidades, Forças/Ameaças, Fraquezas/Oportunidades e Fraquezas/Ameaças. Esse cruzamento de

dados torna-se útil para a criação de um cenário onde poderão ser realizadas melhorias e corrigidos erros dessa Secretaria:

Quadro 3 – Análise de *Swot* para a Secretaria de Agricultura de Mata – RS

	Oportunidades	Ameaças
Matriz Fofa – Secretaria de Agricultura de Mata – RS	<ul style="list-style-type: none"> – Qualidade de solos aliada à tradição agrícola no município. – Existência de núcleos de produtores rurais nas localidades . – Existência de instituições de ensino próximas do município (IFFarroupilha, URI, UFSM). – Demanda em grandes centros por produtos agro industrializados e hortifrutigranjeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> – Pouco diálogo entre a Secretaria e as outras entidades de fomento à atividade rural (Emater, Sindicato, etc.). – Baixo interesse e motivação dos agricultores pela busca de conhecimento. – A não utilização dos conhecimentos adquiridos em cursos antes oferecidos na propriedade rural. – Falta de interesse político. – Falta de conhecimento por parte da sociedade. – Dependência do plantio de tabaco que gera maior renda na visão dos produtores.
Forças <ul style="list-style-type: none"> – Compra de novos equipamentos da Patrulha Agrícola. – Convênio do programa “Troca-Troca” de sementes de forma abrangente. 	<ul style="list-style-type: none"> – Utilizar os novos equipamentos com foco na produção de hortifrutigranjeiros e apoio a agroindústrias com a gerência dos núcleos e apoio científico das instituições de ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os agricultores deverão utilizar de maneira correta os equipamentos e se interessar plenamente pela mudança de cultura visto que não possuem conhecimentos específicos, sobre como devem se qualificar e aceitar novos conhecimentos.
Pontos a melhorar <ul style="list-style-type: none"> – Falta de capacitação dos funcionários. – Poucos recursos financeiros. – Baixa comunicação entre setores. – Falta de elaboração de projetos pela Secretaria. – A Secretaria possui apenas um técnico. – Não possui veículo da secretaria. 	<ul style="list-style-type: none"> – Os funcionários necessitam de motivação e capacitação para compreenderem a importância do desenvolvimento rural. – Necessidade de apoio das instituições de ensino para a elaboração de projetos específicos para essa Secretaria. 	<ul style="list-style-type: none"> – Tanto os agricultores quanto os servidores da Secretaria não agem em favor do desenvolvimento. – Politicamente não é interessante promover melhorias, pois não existem recursos para o financiamento dessas. – As entidades e a Secretaria não possuem pessoal qualificado em suficiente quantidade para desenvolver os trabalhos. – A Secretaria não dispõe de recursos para financiar valores em agroindústrias que concorram em lucratividade com o plantio de fumo.

Fonte: Dados da pesquisa.

Tal análise servirá de guia para a elaboração de um plano de trabalho, pois estão pontuados itens que devem ser levados em consideração, como, por exemplo, a necessidade de capacitação e a existência de instituições de ensino muito próximas do município. Outro fator que se destaca como limitador do processo de desenvolvimento é a falta de recursos financeiros para investimentos no setor rural.

Embora existam esses pontos a serem considerados, acredita-se que com base nas potencialidades e nas forças da Secretaria de Agricultura, aliadas às ações do município e à análise das políticas públicas dos municípios vizinhos, pode-se realizar

um plano de trabalho que colabore com o desenvolvimento rural do Município de Mata, em auxílio à Secretaria de Agricultura, no sentido de melhor satisfazer as necessidades de seus munícipes.

4.4 A avaliação das políticas públicas para o Município de Mata: plano de trabalho

A avaliação dessas políticas públicas para a construção de um modelo de desenvolvimento demonstra que, além do interesse político, deve haver uma avaliação da situação legal do município, para que seja identificado o amparo legal para os projetos que poderão ser executados. Por exemplo, se as melhorias propostas envolverem o incentivo a agroindústrias, surge, então, a necessidade de verificar a legislação específica dessa área, pois não se pode implementar mudanças sem amparo legal.

Outro fator importante é a verificação da situação orçamentária, visto que, após a existência de amparo legal, deve-se ter atentar à situação dos recursos disponíveis para a realização desses planos, pois, para que o plano seja efetivo, deve ter como se sustentar, e uma ação que pode contribuir para aumentar o total de recursos é investir na captação desses recursos.

Essas ações deverão ser reguladas por lei (criação de Plano Diretor de Desenvolvimento Rural) e geridas por uma equipe técnica com conhecimentos específicos nessas áreas, conforme este plano de trabalho:

Quadro 4 – Ações e metas para desenvolvimento da agricultura

Meta 1	Sensibilizar o interesse político
Ações 1	Promover reuniões, palestras e seminários com os secretários municipais e as lideranças da Emater e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais entidades, a fim de os convencer da necessidade de desenvolvimento rural, visto ser a base econômica do município.
Meta 2	Sensibilizar os servidores e líderes da comunidade
Ações 2	Capacitação dos servidores para que compreendam os processos de desenvolvimento, motivando e instruindo para a promoção de melhorias com o fortalecimento do capital social.
Meta 3	Legislação atualizada com ações efetivas baseadas nela
Ações 3	Criação de lei que fomente o desenvolvimento da economia rural (agroindústrias, hortas comunitárias, correção de solo, etc.), uma vez que a agricultura sustenta a economia municipal. Criação de lei que disponibilize recursos para o financiamento de ações no meio rural, como, por exemplo, a criação de um fundo municipal atuante, com gerência de um conselho municipal criado para esse fim, ou incentivar um envolvimento maior do Conselho existente. Regularização do Sistema de Inspeção Municipal para licenciar agroindústrias para se adequarem à Lei Estadual 66/2011, que possibilita comércio intermunicipal de produtos da agricultura familiar.
Meta 4	Instruir a comunidade e produtores rurais
Ações 4	Oferecer cursos sobre finanças pessoais, empreendedorismo, economia, e cursos específicos para cada empreendimento. Celebrar parcerias e convênios com o Sebrae e instituições (IFFarroupilha, UFSM, URI,

	etc.) que possam contribuir com seu conhecimento com os produtores rurais.
Meta 5	Agir com foco no setor rural
Ações 5	Disponibilizar financiamentos (criação ou reativação de fundo municipal) para produtores pré-cadastrados, que tenham potenciais e interesse no desenvolvimento de suas atividades, para a aquisição de máquinas e equipamentos e construções de acordo com as exigências sanitárias. Assessorar os agricultores na compra de matérias-primas necessárias ao sucesso de seus empreendimentos. Acompanhamento de técnicos da Secretaria de Agricultura ou da Emater, para monitorar e avaliar os empreendimentos e, se necessário, orientar os agricultores (os agricultores deverão assinar termo de compromisso em que fique claro que a intervenção no empreendimento por parte dos técnicos poderá ocorrer de modo compulsório, ficando o agricultor responsável por mudanças de acordo com as determinações, sob pena de não receber auxílio e ter de devolver os já recebidos, na forma da lei).
Meta 6	Avaliação e monitoramento
Ações 6	Elaborar relatórios técnicos com olhar crítico, a fim de monitorar se o plano está sendo executado da melhor maneira possível, com foco no desenvolvimento do cidadão e elaborar relatórios financeiros para apuração de mudanças econômicas e de lucratividade, além de apurar o custo/benefício à administração e mensurar mudanças na arrecadação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido de busca pelo desenvolvimento de Mata, que parte, em um primeiro momento, do meio rural em virtude de esse município ser essencialmente agrícola, orienta-se que as instituições se comuniquem em defesa do desenvolvimento rural, pois que muitas ações poderiam ser potencializadas se houvesse um diálogo mais prático entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (por intermédio de seus núcleos), a Emater, a Prefeitura (por intermédio da Secretaria da Agricultura) e também tantos outros atores que poderiam ser determinantes na construção de melhorias no município de Mata.

5 Considerações finais

Verificou-se que o desenvolvimento rural pode existir se for promovido com a consideração de algumas variáveis que, na visão dos autores estudados, pode ter um viés do capital social que mobiliza (ou não) ao interesse da administração, a melhorias na legislação e no orçamento. Isso se dará com a capacitação dos servidores envolvidos nesse processo e a adoção de um conjunto de ações na forma de um plano de trabalho para que a Secretaria de Agricultura e a administração pública do Município de Mata – RS consigam desenvolver as atividades rurais daquele município, para que se cumpram os objetivos preconizados pela Constituição Federal de 1988 e a Reforma do Aparelho do Estado de 1995.

Uma das principais sugestões está no fato de haver necessidade de que o capital social seja mais atuante para que a sociedade e a administração se comuniquem de forma mais concreta. Há também que se investir em conhecimentos, sugerindo-se a

realização de convênios com instituições de ensino, essas importantíssimas nos processos de desenvolvimento.

Outro ponto relevante é a necessidade de buscar conhecimentos fora do município, não apenas em instituições de ensino, mas também em outras prefeituras, que podem servir de exemplo para a realização de políticas que venham a atender às necessidades desse município, que possui uma realidade econômica quase similar, alicerçada na agricultura. Também para que isso seja conquistado, há que se minimizar os conflitos político-partidários e pensar o desenvolvimento rural de modo mais abrangente, respeitando fatores que contribuam para o seu sucesso.

Nesse cenário, acredita-se que promover a capacitação dos agentes públicos seja a melhor forma de promover o desenvolvimento rural no Município de Mata, de modo que tais agentes sejam sensíveis às mudanças que o Brasil vive dos pontos de vista tecnológico, político e social. Enfim, para que este município não seja uma “ilha” que, isolado de suas “esferas-pares” e esferas superiores, deixe de ser o agente que deve satisfazer as necessidades dos cidadãos e promover o desenvolvimento municipal.

Conclui-se que diversas mudanças devem ser realizadas para que o município consiga desenvolver o segmento rural. As mudanças são viáveis, pois há potencial e recursos humanos a serem capacitados, existe um Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é atuante, além da Emater que pode, de igual modo, auxiliar nesse processo, embora haja um partidário político divergente, poucos recursos financeiros e falta de interesse em busca de novos conhecimentos. Há esperança de que, em um futuro próximo, o desenvolvimento rural possa alavancar e promover o desenvolvimento de forma abrangente no Município de Mata, uma vez que procure minimizar conflitos e promover o desenvolvimento rural levando em consideração as variáveis abordadas.

Referências

CAZELLA, Ademir Antônio. *As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa*. UFSC Florianópolis – SC- Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. *Revista Extensão Rural*, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, ano XV, jan./jun. 2008.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JACQUES, Julio Cesar Bueno. *Hortomercado de Santiago*. In: SILVA, Gustavo Pinto da; VENDRUSCOLO, Rafaela (Org.). *Experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul./ São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha, Campus São Vicente do Sul, 2012.*

MALUF, Renato S. Alimentação, escola e agricultura familiar. *OPPA – Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*, Artigos mensais OPPA, n. 26, maio 2009.

MALUF, Renato S. *Compras para a alimentação escolar e a promoção da agricultura familiar*. S. D. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4436>. Acesso em: 18 dez. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA-RS. Lei 1.510, de 7 de junho de 2011. *Dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no município, cria o serviço de inspeção municipal – S.I.M. e dá outras providências*. MATA, 2011.

MELO, Marcus André. *As sete vidas da agenda pública brasileira: avaliação de políticas públicas sociais: uma questão em debate*. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2007.

MORAES, Fernanda Dalosto. *A organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

RIBEIRO NETO, Eduardo. *Análise Swot: planejamento estratégico para análise de implantação e formação de equipe de manutenção em uma empresa de segmento industrial*. São João Del Rei: Ed. da Faculdade Pitágoras – Núcleo de Pós-Graduação, 2011.

PASSADOR, João Luiz et al. *Capital social e desenvolvimento rural sustentável: uma abordagem sistêmica da verticalização da agricultura familiar*. In: SIMPEP, 12., 205, Bauru, SP. *Anais...* Bauro, 2005.

PADRS. PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, CONTAG, FETAG/RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata, 2000.

RIGHES, Antônio Carlos Minussi et al. Programa de desenvolvimento agroindustrial de São Francisco de Assis – Pacto São Chico – Produtos Jeito Caseiro. In: SILVA, G. P. da; VENDRUSCULO, Rafalea (Org.). *Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul*. São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

RUA, Maria das Graças. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; Brasília: Capes: UAB, 2009.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinicius Nobre. *Capital social e desenvolvimento: novidade para quem?* In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL Y POBREZA, 2001, Santiago. *Anais...* Santiago: CEPAL y Universidad del Estado de Michigan. Santiago, Chile 24 a 26 de septiembre de 2001.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROELICH, J. M.; DIESEL, Vivien (Org.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Políticas públicas: conceitos e práticas*. supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coord. de Ricardo Wahrendorff Caldas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

SILVA, Maysa Eichner da et al. Fundo Rotativo Municipal de São Pedro do Sul. *Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul*. In: SILVA, Gustavo Pinto da; VENDRUSCOLO, Rafaela (Org.). São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

UBERTI, Hermes Gilber. O Vale do Jaguari no processo de construção da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. *História em Reflexão – revista eletrônica*, Dourados: Ed. da UFGD, v. 6, n. 11, jan./jun. 2012.

UBERTI, Hermes Gilber. “Ao meo compadre e verdadeiro amigo Randolpho”: tecendo redes, discutindo hierarquias sociais no Vale do Jaguari. In: MOSTRA DE PESQUISA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 10., 2012: Porto Alegre. *Anais...* Porto Alebre: Corag, 2013.

O Vale do Jaguari – RS: um recorte da análise socioeconômica

Rodrigo Belmonte da Silva* – Lucas Veiga de Ávila** – João Serafim Tusi da Silveira***

Resumo: O presente estudo tem como objetivo descrever o Vale do Jaguari, região Centro-Oeste do Rio Grande do Sul – Brasil – sob alguns aspectos econômicos e sociais, além de apontar, conforme análises técnicas quando da realização do planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari, alternativas estratégicas para nortear políticas públicas. Espera-se, ainda, que a reflexão sirva de subsídio para problematização de pesquisas acadêmicas e de extensão de alunos de universidades, institutos e prefeituras da região. Diante dos aspectos metodológicos (estudo de caso descritivo e exploratório), apresentam-se algumas estratégias, nos moldes das perspectivas que podem amenizar a dificuldade competitiva da região: promover a diversificação e expansão da atividade econômica; a criação de uma unidade de produção integradora como estímulo ao empreendedorismo; o desenvolvimento da estrutura e do modelo de governança. No entanto, salienta-se que diante das análises e dessas sugestões, verificou-se também como um dos sérios problemas do desenvolvimento – o processo chamado de *involução* da região, que está baseado na diminuição do capital humano. Para vencer esse desafio e galgar novos rumos, será necessário aglutinar esforços políticos em torno da força coletiva em detrimento no desenvolvimento, e com a intenção de melhorar o poder de escala de produção, além de fortalecer a economia de aglomeração.

Palavras-chave: Planejamento territorial. Desenvolvimento regional. Gestão estratégica. Involução.

1 Introdução

Localizado na região Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul, o Vale do Jaguari, como passa a ser denominado, surge com o Decreto 45.436, publicado em 10 de janeiro de 2008, no Diário Oficial do estado, que institui o Corede Vale do Jaguari. Até então, a região fazia parte do Corede Centro. Com uma articulação política, a chamada “independência” da região acontece, para que ela otimize e transforme suas diferenças socioculturais, principalmente sua vocação econômica, em diferenciais para o seu desenvolvimento. O Vale do Jaguari é constituído pelos Municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Os Coredes são instituições de deliberação coletiva da comunidade regional, sob a forma de entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e que têm por finalidade assessorar o governo estadual na definição e no planejamento de diretrizes gerais para os desenvolvimentos regional e estadual, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida da população, a

* Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

** Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Capes. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Regional Integrada (URI). Professor-Assistente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

*** Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

distribuição equitativa da riqueza produzida, os desenvolvimentos social e econômico com a utilização de recursos naturais e a preservação do meio ambiente. São compostos por representantes dos diversos segmentos da sociedade que participam decisivamente das deliberações coletivas que norteiam os desenvolvimentos regional e estadual, razão pela qual são verdadeiros pilares de sustentação do novo modelo de gestão regional adotado pelo atual governo estadual.

A área de abrangência do Vale do Jaguari compreende 11.268,10km² (4% do estado) onde vivem, aproximadamente, 121 mil pessoas (1,12% do estado). São Francisco de Assis, Santiago e Cacequi ocupam 64,71% da área e abrigam 69,89% da população regional. São Francisco de Assis é o município de maior área, e Santiago, o de maior número de habitantes. A proposta deste artigo consiste em descrever o Vale do Jaguari, sob alguns aspectos econômicos e sociais, além de apontar, conforme análises técnicas, quando da realização do planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari, alguns desafios no contexto do seu desenvolvimento, elencando alternativas estratégicas para nortear políticas públicas. Espera-se, ainda, que a reflexão sirva de subsídio para problematização de pesquisas acadêmicas e de extensão de alunos de universidades, institutos e prefeituras da região.

2 O Vale do Jaguari: caracterização

A denominação da região foi conhecida em 2007, quando houve o desmembrado do Corede Central, passando a instituir o Corede Vale do Jaguari. Possui uma área total de 11.268km² de área o que corresponde a 4,50% do território do Rio Grande do Sul. O maior município em área é São Francisco de Assis com 2.508km², ou 22,30% da região, e o menor é Nova Esperança do Sul com 191km² o que representa 1,7% da área da região.

encontra aporte teórico em escolas de desenvolvimento regional, que relacionam a economia com a vocação econômica do lugar, ou seja, ênfase na teoria do crescimento endógeno.

Os modelos baseados em *spillovers* explicam o crescimento por meio das externalidades positivas da acumulação de capital humano e conhecimento. Esses modelos surgiram com as Teorias de Crescimento Endógeno, de Romer (1986, 1989) e Lucas (1988). Esses autores defendem que os agentes econômicos devem investir não apenas em capital físico, mas também em inovações e na acumulação de capital humano. O capital humano está relacionado às habilidades do trabalhador – um trabalhador mais qualificado consegue inovar, criando novos e melhores projetos e com uma produtividade maior. O capital humano gera externalidades positivas, que são capazes de amenizar os rendimentos decrescentes do capital físico.

As Teorias do Crescimento Endógeno procuram explicar o que está subjacente ao progresso tecnológico, ao invés de supor que o crescimento se determina apenas por avanços exógenos. O destaque está na mobilização de soluções internas à região, elevando o esforço de dentro para fora, de baixo para cima, no sentido de alavancar um desenvolvimento autossustentado. (ROSA, 2004).

Romer (1986) considera as externalidades positivas e entende que o conhecimento tecnológico, ou capital de pesquisa, seja a única forma relevante de capital. Segundo ele, o capital de pesquisa, ou conhecimento tecnológico, gera retornos decrescentes à escala, mas, por conta das inovações, deve ser avaliado como um bem público puro, e que a criação de um novo conhecimento por uma empresa tem um efeito externo às outras empresas, fazendo com que essas busquem novas possibilidades de produção. Essas externalidades positivas atuam de forma a fazer com que a produção de bens de consumo apresente rendimentos crescentes, compensando, assim, os retornos decrescentes do capital de pesquisa com efeitos positivos no crescimento em longo prazo.

Lucas (1988) diz que o capital humano, a educação e o “aprender fazendo” são os principais fatores determinantes de acumulação de capital. No seu modelo, a variável investimento em capital humano é concebida como proporcionadora de externalidades positivas, que alavancam o nível tecnológico.

Romer (1989) reforça que a educação também desempenha um papel importante no crescimento econômico. A educação capacita os indivíduos à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e processos.

Em interpretação mais recente de Barquero, a Teoria do Crescimento Endógeno constitui-se no desenvolvimento local definido como

um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Quando a capacidade local é capaz de utilizar o potencial de desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar de desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno. (2001).

Segundo Amaral Filho (2001), o modelo de desenvolvimento endógeno é construído a partir das bases da sociedade local, ou seja, baseia-se nas potencialidades socioeconômicas originais do local. Ao invés de depender de exogeneidades, fundamenta-se no planejamento e na intervenção conduzidos “de dentro pra fora”, “de baixo pra cima”. Nessas condições, esse tipo de desenvolvimento somente progride com atores e ambientes que detêm bons resultados internos, sendo esses fatores responsáveis pelos capitais humano e social que geram um ambiente propício para o desenvolvimento econômico. E essa acumulação de capital é fundamental para o crescimento, pois nasce em decorrência de processos viabilizadores internos, inclusive de criação e difusão de inovações no sistema produtivo, de organização flexível da produção, de geração de economias de aglomeração, de diversificação nas cidades e de desenvolvimento das instituições. Por isso, o desenvolvimento sustentável de caráter endógeno, quando bem-conduzido, proporciona acumulação de capital, viabilizando economias de escala/aglomeração, redução do custo das transações, favorecendo, sobremaneira, as economias diversificadas.

Contudo, para o desenvolvimento endógeno ser eficaz, é necessário que haja sincronia no envolvimento dos atores e um ambiente ativo, integrado por pessoas detentoras de capital intelectual e social inovador.

Pensar em desenvolvimento regional endógeno é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2002).

A compreensão clara das reais características e do conceito de desenvolvimento é imprescindível para a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional. Boisier (1989) sugere que, para entender o processo de desenvolvimento regional, deve-se dedicar atenção especial a um conjunto de elementos – macroparâmetros – que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento

regional, em termos de sistema de organização econômica e de estilo e conceito de desenvolvimento econômico.

A proposta do referido autor não substitui, mas complementa as teorias atuais sobre o desenvolvimento econômico regional, que, na sua maioria, enfatizam, apenas e tão somente, a dinâmica do crescimento com a preocupação única de responder ao “como?” e não ao “por quê?” da ocorrência do desenvolvimento:

O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado [...] como essencialmente originado de forças e mecanismos exógenos à região; depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que guia a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, em consequência, como de natureza essencialmente endógena. (BOISIER, 1989).

Assim, o desenvolvimento regional é o resultado de uma necessidade real, de uma forma de gerenciamento dos fatores de desenvolvimento, tanto na otimização dos recursos como na garantia de uma maior participação dos diferentes atores. Nesse contexto é possível identificar os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional, que se traduzem no combate às assimetrias regionais; no aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas das regiões; na promoção do ordenamento do território; e na garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. O desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento consoante os objetivos locais.

4 Metodologia

Este estudo baseou-se em pesquisa descritiva, tendo como método o estudo de caso (YIN, 2001) no qual o objeto de observação foi composto pelo Corede Vale do Jaguari, visando a levantar análises, a interpretação de documentos e relatórios e atas de reuniões desse Corede. Do material recolhido, realizou-se uma triagem para que, a partir do qual pudessem ser realizadas análises mais aprofundadas, fazendo anotações e organizando a fundamentação teórica para a construção do trabalho. (GIL, 2005). No entanto, após essas observações, realizou-se uma pesquisa direta por meio de entrevista com a equipe técnica e conversas informais com os professores da URI Santiago – que se fizeram presentes nos diagnósticos. Quanto à abordagem do problema, segundo Richardson (1999), esta pesquisa é do tipo *qualitativa* (quantitativa e qualitativa), cuja população, ou universo, compreendeu o conjunto de seres animados e inanimados que apresentam, pelo menos, uma característica em comum, conforme Marconi e Lakatos (2002). A população pesquisada foi composta pelos municípios do Corede Vale do Jaguari participantes das consultas.

5 Análises e discussões

5.1 Desafios socioeconômicos e competitivos

Os indicadores de escolaridade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstram que, enquanto no Vale do Jaguari a média de anos de estudo atinge 5,08%, no Estado do RS, o mesmo dado confere 6,40%. Da mesma forma, enquanto o índice de analfabetos no RS é de 9,20%, no Vale, atinge 11,40%, o índice do RS em Ensino Superior é de 6,87%, na região, o indicador atinge somente 4,82%. Chama a atenção a baixa escolaridade do município de Unistalda. A baixa escolaridade do Vale do Jaguari é corroborada com o percentual de analfabetos no grupo de pessoas acima de 25 anos de idade para o ano 2000. Observa-se que apenas Santiago apresentou percentual menor que a média do estado. Na maioria dos municípios, o percentual fica acima de 10% e, no caso de Unistalda, a participação é de 15,40%.

O desenvolvimento humano pode ser mesurado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, no caso do RS a Fundação de Economia e Estatística (FEE) calcula o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). No caso do Vale do Jaguari, o Idese para a maioria dos municípios é menor que a média do estado, ou seja, enquanto o RS apresenta um índice de 0,76, o Vale atinge somente 0,67 com exceção de Santiago. (FEE, 2006). Entretanto, todos os municípios estão classificados como de médio desenvolvimento humano ou socioeconômico. O baixo Idese, na maioria dos municípios, pode ser explicado pelas dimensões: *renda; condições de saneamento; e moradia*.

O Diagnóstico Técnico e a Análise Situacional, elaborados para o planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari em 2010, corroboram outras análises. Sinteticamente, o quadro socioeconômico mensurado, no período de 2000-2008, ou em partições dele, é o seguinte: **População adolescente (15-19 anos)** diminuindo 2% a.a. (no estado, 1% a.a.); **População jovem (20-29 anos)** aumentando 0,5% a.a. (no estado, 1,3% a.a.); **População adolescente e jovem (15-29 anos)** decrescendo quase 0,5% a.a. (no estado, expandindo-se quase 0,5% a.a.); **População urbana** crescendo em proporções anuais correspondentes à metade da média estadual; **População rural** decrescendo com intensidade de 15% maior do que a respectiva involução no estado; **Novos empregos** desaparecendo a uma taxa de quase 40% a.a.; **Emprego formal** oscilando sua participação nos empregos do RS, entre 0,56% e 0,60%, superando apenas um dos 28 Coredes; **Exportações totais** encolhendo 2,8% a.a., resultado inferior apenas às taxas, também negativas, registradas por dois dos 28 Coredes. **Índices de retorno do ICMS** estagnados, com base nos auferidos em 2001; **VABs da indústria e dos serviços** declinando sua participação nos respectivos VABs estaduais (27º posto

nos *rankings* dos 28 Coredes; **VAB da agropecuária** aumentando sua participação no respectivo VAB estadual (porém, ocupando o 23º lugar no *ranking* dos 28 Coredes); **Estoque de maquinário agrícola** diminuindo insistentemente, enquanto, no RS, a maquinaria aumentou 18%; **PIB** diminuindo sua participação no PIB estadual (27ª posição no *ranking* dos 28 Coredes); **PIB per capita** decrescendo sua participação no PIB per capita RS (última colocação no *ranking* dos 28 Coredes); **Investimento per capita** realizado no estado, cerca de 1,2 vezes maior do que o da região; **Amortização da dívida per capita** mais que dobrou em 2008, enquanto a média estadual (2008/2005) aumentou 1,4 vezes; **Ensino Fundamental** com matrículas iniciais e número de concluintes decaindo substancialmente; **Ensino Médio**, com comportamento similar ao do Ensino Fundamental quanto ao sentido das alterações, porém com declínio bem mais acentuado nas matrículas; **Ensino Superior**, com matrículas e número de concluintes em drástico declínio; **Posse e tráfico de entorpecentes** aumentando sensível, mas discretamente; **Programa Bolsa-Família** socorrendo quase a metade da população regional; **Despesas anuais com Assistência Social** (providenciadas pelos cenários municipais), aumentaram 208%, de 2002 a 2008; **Benefícios de Previdência Social** (pagos pelas Prefeituras Municipais), subiram 95%; **Consumo de energia elétrica por estabelecimento comercial** (em 2008), em quatro municípios, chegou a pouco mais de 6,44MWh, enquanto o consumo médio estadual foi quase duas vezes maior; **Consumo de energia elétrica por unidade industrial** (em 2000, 2004 e 2007), em sete municípios, foi 56,5% inferior à média estadual; **Consumo médio de energia na área rural**, em sete municípios, não ultrapassou 3,45MWh, enquanto a média no RS passou de 7,6MWh, em 2000, para 8,51MWh, em 2008; **Consumo de energia elétrica por unidade residencial** manteve-se entre 1,1 e 1,8MWh, enquanto a média gaúcha alcançou 2MWh.

Com a finalidade de aprofundar as reflexões sobre a realidade do Vale do Jaguari, expõe as constatações de maior interesse para justificar a necessidade de políticas públicas que fomentem as questões econômica e social: estrutura econômica pouco diversificada com predomínio de empresas de âmbito familiar; a agricultura familiar carece de infraestrutura e de uma política de crédito que estimule a diversificação das atividades produtivas; produtos agropecuários com baixo valor agregado, vendidos em boa parte *in natura* e a preços desestimulantes; excessivo número de produtores rurais informais; baixo nível tecnológico na agroindústria; insuficiente assistência técnica aos produtores rurais; escassez de mão de obra operacional qualificada em todos os setores; falta de oportunidades de emprego em todos os setores; maciço número de jovens fora do mercado de trabalho; baixo nível de empreendedorismo no setor agropecuário (para cada mil pessoas ocupadas na região, no período de 1997 a 2005, apenas seis eram

empreendedores); autoestima baixa por falta de perspectivas; cultura participativa e comunitária incipiente e escassez de colaboradores e lideranças competentes, determinadas e unidas; debilidade na vocação para o associativismo, dificultando a cooperação e a união de forças na busca de soluções para os problemas locais/regionais; e as instituições que atuam na região apresentam um grau de envolvimento comunitário inferior ao de organizações similares localizadas em outras regiões do estado.

Por ocasião dessas questões aqui apresentadas e da realização do planejamento estratégico da região abrangida pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Jaguari (RS), Corede Vale do Jaguari, evidenciou-se um grave problema sócioeconômico: o esvaziamento da força de trabalho jovem. A população adolescente (15-19 anos) diminuiu 2% a.a., entre 2000 e 2008, enquanto no mesmo período, no RS, essa redução média anual foi exatamente a metade. Por sua vez, a população adolescente (15-29 anos) decresceu quase 0,5% a.a., enquanto no estado se expandiu quase 0,5% a.a., no mesmo período, constituindo, assim, o principal problema a ser solucionado.

Verifica-se, então, que a região está em processo de *involução* no que ela tem de mais valioso que é o seu capital humano, jovem, social e intelectualmente em busca de trabalho. As causas deste fenômeno são multidimensionais, complexas e envolvem variáveis econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, etc. Porém, a falta de perspectivas regionais de qualificação profissional, de oportunidades de trabalho/empreendimento e de auferir salário/renda é o principal determinante.

Além desse, os projetos e programas de desenvolvimento da região, postos em prática nas duas últimas décadas, partiram da premissa de aproveitamento das potencialidades locais, em especial, a agroindustrialização de produtos primários e o incentivo ao turismo com a constituição de rotas (gastronômica, histórica e paleontológica. (SEBRAE – RS). Essas tentativas, apesar do esforço, não mostraram fôlego para mudar a matriz produtiva da região e diminuir a dependência do setor primário nem foram capazes de gerar empregos duradouros para a maior parte da população que vive nas cidades.

5.2 Perspectivas estratégicas para o Vale do Jaguari

As questões até aqui descortinadas, pelas análises socioeconômicas, são desafios complexos, porque é preciso refletir sobre como melhorar a competitividade de um local afastado dos grandes centros urbanos e com forte predominância econômica do setor primário e com indústria incipiente. Esse é o caso da microrregião do Vale do Jaguari, localizada na metade Sul do Rio Grande do Sul, objeto de reiteradas políticas

públicas de âmbito federal e estadual para tentar reverter o baixo dinamismo econômico e reduzir a desigualdade em relação a outras regiões do RS.

Analisando as informações apresentadas e o próprio planejamento estratégico mencionado, podem-se citar as seguintes perspectivas estratégicas que viriam a amenizar a dificuldade competitiva da região:

a) Promover a diversificação e expansão da atividade econômica: partindo da vocação regional e das culturas existentes na região, a fruticultura, a piscicultura, a ovinocultura e a pecuária leiteira são cadeias produtivas que ainda não estão maduras, possuem recomendável potencial de crescimento em função do volume de produtores familiares envolvido. O programa de integração de cadeias produtivas, como apresentado no planejamento estratégico do Corede Vale do Jaguari 2010, propõe projetos integrados que agregariam e desenvolveriam tecnologias de construção de açudes, de irrigação, de agricultura de precisão, de aproveitamento do couro do peixe, de rotações de forrageiras, de alimentação alternativa dos rebanhos com resíduos da fruticultura e/ou do processamento de frutas (os ovinos e o gado leiteiro poderiam ser alimentados com folhas e talos da amoreira, por exemplo).

b) Criar Unidade de Produção Integradora: não basta somente pensar a engenharia de produção adequada para integração das cadeias, para influenciar ou convencer o pequeno produtor a aumentar sua área produtiva. Será necessária capacidade de processamento e ampliação de mercados. A ideia de criar uma Unidade de Processamento Integradora segue dois vieses: primeiro, buscar solucionar problemas referentes ao recebimento de matéria-prima (compra), do pequeno produtor, tanto de fruticultura como de couro, e dar seguimento à cadeia produtiva com elaboração de produto final, levando em consideração a qualidade e o volume de entrega, hoje inexistente nos produtos *in natura*, comercializados na sua maioria pela região. E a segunda justificativa é a questão de criar, no seu entorno, serviços secundários e desenvolver outra aglomeração não só de produção, mas de mão de obra necessária para dar volume de ocupação para a região.

c) Estimular o empreendedorismo: a proposta é a criação de alternativas para a matriz produtiva que não venha somente do setor primário. Para tal, é necessária uma mudança comportamental, em longo prazo, ou seja, ações como a criação de um centro de empreendedorismo, em que o ensino saia do tradicional e se preocupe em atingir desde o público do Ensino Básico até o Ensino Superior e de pós-graduação, garantindo, em visão de futuro, competências empreendedoras. A criação de um Comitê Regional

de Empreendedorismo, ou Agência de Desenvolvimento, também é uma estratégia que poderia agregar na governança dos planos estratégicos municipais e regionais de desenvolvimento. Outro fator que ainda é inexpressivo nas universidades e institutos é a presença de *incubadoras de novos negócios*, importantes para estimular o empreendedorismo, pois são espaços de pesquisa e alavancagem de ideias inovadoras com base tecnológica, uma maneira segura e científica de promover o crescimento sustentável de novas empresas, alternativa, essa, que poderia ser trabalhada levando em consideração a vocação regional.

d) Planejar e organizar Aglomerados Produtivos Locais (APLs): um comitê gestor competitivo para melhoria, após o mapeamento estratégico dos APLs potenciais da região, integraria os atores locais e organizaria a cadeia produtiva, além de disseminar informações e reforçar os vínculos de confiança e cooperação, qualificando também a mão de obra especializada. Deve-se pensar na criação articulada de organizações e instituições de caráter intermediário, que façam a mediação entre o Poder Público local, as empresas e o restante da sociedade; o planejamento também auxiliaria na definição da especialidade setorial de cada segmento e no trabalho das políticas de qualificação e tecnológicas na direção de melhorar a qualidade e competitividade dos produtos priorizados.

e) Desenvolver um modelo de governança: todas as estratégias mencionadas necessitam de aplicabilidade prática. Costa (2008) menciona uma estatística preocupante quando cita que de cada dez empresas que praticam planejamento estratégico apenas uma consegue colocá-lo em prática. Dentro dessa ótica, o desafio será pensar uma estrutura que favoreça a implementação das estratégias citadas. Um das alternativas constitui-se no modelo de consórcios intermunicipais. Mesmo com exemplos e tentativas anteriores infrutíferas, essas ações poderiam proporcionar ganho em escala, tão necessário à região. Ratear custos e possibilitar, pela relevância e congruência política, o capital social entre os municípios, seriam apenas algumas das contribuições que o consórcio poderia significar para a representatividade consistente da região do Vale do Jaguari.

6 Conclusões

O presente artigo teve como proposta descrever brevemente a região do Vale do Jaguari sob os aspectos econômicos, sociais e competitivos, elencando os desafios e sugerindo direções estratégicas para o seu desenvolvimento. Após as análises, percebe-

se que a atual matriz produtiva, baseada na agropecuária extensiva, não tem capacidade de alavancar economicamente a região. Salienta-se que este estudo não se esgota aqui; pelo contrário, só iniciou. Existem muitos campos e problemas de pesquisas a serem levantados em busca de melhorias e alternativas competitivas à Região. No entanto, é necessário frisar, ao término desta discussão, que o processo chamado de *involução* da região está baseado na perda do que a mesma tem de mais valioso: o seu capital humano. Para vencer o desafio, será preciso aglutinar forças políticas em torno de uma realidade que é coletiva, deixar de lado as políticas públicas locais e individualistas em detrimento das regionais, com a intenção de melhorar o poder de escala de produção da região, além de criar uma economia de aglomeração.

Referências

- BARQUERO, A. V. Desarrollo endogeno y globalización. *Revista EURE*, Santiago de Chile, n. 79, p. 47-65, 2000.
- COREDE. Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari – RS. *Planejamento Estratégico Corede Vale do Jaguari*. URI, 2010.
- COREDE Conselho Regional de Desenvolvimento Vale do Jaguari – RS. *Análise Situacional Corede Vale do Jaguari*. URI, 2010.
- COSTA, Elieser Arantes da. *Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística/Feedados, 2008.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Estudos sobre o Modelo *Servqual*

Leticia Carvalho Vivian*

Resumo: A garantia da satisfação dos clientes é a forma mais concreta das empresas de se manterem num mercado cada vez mais competitivo. Por isso, nos últimos anos, diversas pesquisas têm considerado a importância da mensuração da qualidade dos serviços prestados pelas organizações. Em razão disso, o objetivo deste artigo é visualizar, no âmbito acadêmico, qual é a quantidade e diversidade de pesquisas existentes sobre esse tema. Para alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliométrica, de corte longitudinal, nas bases de dados internacionais: Sage, Emerald, Science Direct e Wiley Online Library e nas principais bases de dados nacionais que é a dos Periódicos da Capes e Periódicos Online, no período de 2000 a 2015. Os resultados apontam à predominância de publicações estrangeiras, a inexistência de uma *mainstream* que defina os autores principais sobre o tema e a concentração das publicações em um dos periódicos da área que abrange mais de 50% dos artigos considerados na pesquisa.

Palavras-chave: Turismo. Serviços. Qualidade. Modelo *Servqual*.

Abstract: Ensuring customer satisfaction is the most concrete way for companies to stay in an increasingly competitive market, so in recent years several studies have considered the importance of measuring the quality of services provided by organizations. Because of this, the purpose of this article is to visualize the academic context which the quantity and diversity of research on this topic. To accomplish this it carried out a bibliometric research, longitudinal cut in international databases: Sage, Emerald, Science Direct and Wiley Online Library and major national databases that is the Capes Journals and Periodicals Online, from 2000 to 2015. The results point to the predominance of foreign publications, the lack of a mainstream setting out the main authors on the subject and the concentration of the publications in one of the journals of the area covering more than 50% of articles considered in the survey.

Keywords: Tourism. Services. Quality. Model *Servqual*.

1 Introdução

O setor de serviços, em diversas economias, tornou-se o maior setor em âmbito mundial como importante fonte de renda e emprego. A qualidade dos serviços é imprescindível para o sucesso de uma economia, pois vivemos na era da economia de serviços. Os países pertencentes à Organization for Economic Cooperation for Development (OECD) afirmam que os clientes gastam mais em serviços do que em bens tangíveis, segundo Martin (1999).

Para Javalgi, Martin e Young (2006), a globalização dos serviços significa para pesquisadores e profissionais do mercado desafios e oportunidades. Diante desse cenário, estudar sobre a qualidade dos serviços nas organizações turísticas e o Modelo *Servqual* se tornou um assunto oportuno no meio acadêmico.

Por outro lado, a qualidade nos serviços tem sido uma ferramenta estratégica para consolidar e aumentar a participação de empresas num mercado cada vez mais

* Mestranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Gestão de Negócios pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa). Graduada em Pedagogia pela Universidade da Região da Campanha (Urcamp). Atua no mercado hoteleiro há mais de nove anos.

competitivo, de acordo com Gronroos (1984, 1998, 2000). Partindo desse pressuposto teórico, surgiram meios para que essa qualidade fosse medida e avaliada de acordo com seu desempenho. (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1985, 1988, 1991, 1996, CRONIN JÚNIOR; TAYLOR, 1992).

Para os estudiosos Bolton e Drew (1991), a qualidade do serviço é um ponto crucial no estudo do serviço como um todo, pois é fator determinante do desempenho de organizações em longo prazo. A qualidade do serviço é um fator que repercute diretamente na satisfação do cliente, que, por sua vez, vai determinar a sua fidelização (ou não) a uma determinada organização. Parasuraman e Zeithaml Berry (1985, 1988); Cronin Júnior e Taylor (1992, 1994) afirmam que os clientes avaliam um serviço através do contato com o serviço recebido e, sob essa ótica, os pesquisadores concordam que a qualidade de um serviço executado seja representada por fatores, ou dimensões, e pelos respectivos atributos tais como: confiabilidade, agilidade, competência, acesso, cortesia, comunicação, credibilidade, segurança, compreensão e elementos tangíveis da oferta de serviço.

Este artigo é parte do estudo para a dissertação de Mestrado em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O objetivo é identificar autores, obras e instituições de referência que tenham relação com o tema: estudos sobre o Modelo *Servqual* em organizações turísticas na esfera acadêmica. A pesquisa utiliza as palavras-chave: turismo, serviço, qualidade e Modelo *Servqual* para pesquisas em bancos de dados nacionais, e as palavras-chave: *tourism, service, quality* e *Model Servqual* para pesquisas em bancos de dados internacionais.

2 Turismo e serviços

O fenômeno Turismo envolve pessoas, viagens, recursos naturais e culturais e serviços. Com o processo de globalização, o fenômeno está presente em todo o mundo e, devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, são raros os lugares em que não haja a presença de turistas. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1963, adotou o seguinte conceito para turista:

Visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade da viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião, esporte), negócios, famílias, missões e conferências. (BENI, 2004, p. 35).

A importância dessas atividades pode ser observada pela geração de empregos. O crescimento das organizações turísticas prestadoras de serviços está relacionado a alguns fatores, como: melhor qualidade de vida, mais tempo de lazer, mudanças socioeconômico e tecnológicas segundo Gianesi e Corrêa (2006).

Os turistas não consomem apenas recursos naturais e culturais, mas principalmente serviços turísticos, independentemente dos motivos que os levam ao deslocamento. A atividade turística tem como principal característica a prestação de serviços. Ao falar em serviços, é importante destacar algumas características necessárias a serem observadas nos serviços: intangibilidade, heterogeneidade, inseparabilidade e perecibilidade, como apontado por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985).

A intangibilidade é a principal característica dos serviços, pois eles não podem ser medidos, testados e verificados no sentido de garantir a sua qualidade; em sendo assim, são difíceis de serem valorados. (BERRY, 1980; LOVELOCK, 1981). Por serem intangíveis, as empresas têm dificuldade em compreender qual é a percepção dos serviços prestados, como explica Zeithaml (1981). A heterogeneidade consiste na variação do desempenho de serviço a serviço, de cliente a cliente. A inseparabilidade está vinculada ao fato de a produção e o consumo dos serviços serem inseparáveis, ou seja, ocorrendo de maneira conjunta. (GRONROOS, 1984). A perecibilidade é a incapacidade de o serviço ser estocado, pois o mesmo é caracterizado como sendo um bem perecível: caso não seja utilizado, torna-se sem efeito, não podendo ser recuperado. (GRONROOS, 1984; FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2004).

O setor de serviços apresenta inúmeras atividades incluídas, sendo difícil encontrar apenas uma definição para serviços. Para Kotler e Keller (2006) entende-se por serviço qualquer ato ou desempenho intangível que uma parte oferece a outra sem resultar em propriedade de algum objeto específico. Fitzsimmons e Fitzsimmons (2005, p. 30) afirmam que “um serviço é uma experiência perecível, intangível, desenvolvida para um consumidor que desempenha um papel de coprodutor”. Lovelock (2000) conceituou *serviço* como o ato ou desempenho oferecido por uma empresa à outra, sendo o serviço originalmente intangível, mesmo quando está vinculado a um produto físico. A relação com o produto é resultado de um movimento feito pelas empresas ante mudanças na competitividade, cujas organizações passam a agregar produtos a seus serviços e serviços a seus produtos, oferecendo um pacote a seus clientes.

De acordo com Von Friedrichs Grängsjö (2001), existem alguns fatores que influenciam *no* e descrevem *o* produto turístico:

1) o produto turístico é dominado por serviços, ou seja, o consumo ocorre em interação com os fornecedores desses serviços;

2) a procura por serviços turísticos é influenciada por variações sazonais, incluindo estações climáticas e calendário de férias. Por consequência, muitas das contratações de funcionários são feitas por períodos temporários;

3) o setor de turismo é composto por empresas do setor privado e organizações do setor público; em sendo assim, o setor opera dentro desses dois setores que possuem diferentes normas e formas de controle; e

4) o setor também é composto por pequenas empresas atuando em várias áreas de negócio, como: hospedagem, viagem, lazer, alimentação.

Esses fatores significam que o conceito de *turismo* é complexo. Swarbrooke e Horner (2001) compararam isso a um quebra-cabeça, que tem inúmeras partes que devem se encaixar perfeitamente para satisfazer o turista. O turista satisfeito com o serviço recebido não só leva uma imagem positiva do destino visitado, como também recomenda a outras pessoas e procura repetir a visita.

O termo *experiência* tem se tornado cada vez mais conhecido no contexto do turismo, pois está relacionado à qualidade do serviço, explica Bitner (1992). A qualidade na prestação de serviço é julgada pelos consumidores, sendo também um conceito difícil de avaliar e medir. É ainda mais complexo em experiências de turismo, porque qualidade, nesse setor, inclui interações com uma gama de fornecedores. A busca pela qualidade do serviço turístico é o assunto do próximo tópico a ser abordado.

2.1 Qualidade

O interesse pelo assunto *qualidade* surgiu no final da década de 1970, a partir daí, o assunto chama a atenção de pesquisadores e participantes. (GRONROOS, 2004). O tema *qualidade* é complexo, pois envolve fatores relacionados tanto ao prestador quanto ao cliente, porém é um item essencial na avaliação dos clientes. Na verdade, interpretar e entender os sentimentos dos clientes, transformando-os em parâmetros concretos, são complexas tarefas tanto para produtos quanto para serviços.

Autores como Zeithaml et al. (1988); Heskett et al. (1994); Fitzsimmons; Fitzsimmons, (2005), sustentam que o conceito de qualidade em serviço está na diferença entre a expectativa do cliente com o serviço a ser prestado e sua percepção de como ele é prestado. Porém, esse conceito é debatido por Cronin Júnior e Taylor (1992) e Carman (1990), pois que acreditam no uso de um sistema de avaliação de desempenho da qualidade em serviço baseado apenas na percepção dos clientes.

Johnson et al. (1996) alegam que a qualidade percebida pode ser entendida como “desempenho percebido”, definindo-o como a percepção do serviço pelos clientes relacionando os benefícios recebidos com os esforços realizados para obter determinado serviço. Para Gronroos (2004), a qualidade de serviços e produtos é definida como sendo qualquer coisa que o cliente perceba o que ela seja, isto é, o que conta é a percepção do cliente. O autor ainda coloca que, para prestar um serviço com qualidade, uma empresa deve, primeiramente, conhecer o conceito de qualidade para seus clientes.

De acordo com Viera (2004), a satisfação do cliente, sob a ótica da qualidade, é a razão pela qual as organizações trabalham e visualizam o seu sucesso, sempre atendendo às necessidades e expectativas dos clientes. Sendo assim, a autora defende que a qualidade está no ato de encantar o cliente, superando suas expectativas no atendimento e na qualidade dos serviços e produtos que lhes são oferecidos.

Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) lembram que a percepção da qualidade por aqueles que prestam o serviço e pelos clientes que recebem o serviço é muitas vezes diferente, pois a qualidade percebida é medida na comparação entre as expectativas e as experiências vividas pelo cliente. Ao avaliar a qualidade de um serviço, o cliente o está julgando em função de algum padrão estabelecido anteriormente que é o pilar para a formação da expectativa. Se não houve uma experiência pessoal importante, o cliente baseará sua expectativa em propagandas, folhetos e em *marketing* boca a boca. (LOVELOCK; WRIGHT, 2006).

O modelo pioneiro para avaliação de serviços é atribuído aos pesquisadores Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), que desenvolveram um modelo com o objetivo de captar critérios para avaliação da qualidade em serviços. Os critérios usados na avaliação levam em consideração as lacunas (*gaps*) que são diferenças entre expectativa e o que é realmente recebido. Os *gaps* são obstáculos para atingir a excelência em serviços. (PARASURAMAN, ZEITHAML; BERRY, 1990). Os autores apresentam o seguinte modelo:

$$\text{Gap5} = \text{Gap1} + \text{Gap2} + \text{Gap3} + \text{Gap4}$$

Gap1: lacuna entre a expectativa dos clientes e a percepção dos gerentes sobre essa expectativa.

Gap2: lacuna entre a percepção dos gerentes sobre a expectativa dos clientes e a especificação da qualidade do serviço.

Gap3: lacuna entre a especificação da qualidade dos serviços e os serviços realmente oferecidos.

Gap4: lacuna entre os serviços oferecidos e aquilo que é comunicado ao cliente.

Gap5: lacuna entre o que o cliente espera receber e a percepção que ele tem dos serviços oferecidos.

Segundo Parasuraman, Zeithaml e Berry (1990), através de suas pesquisas, os clientes avaliam a qualidade do serviço prestado utilizando os mesmos critérios independentemente do tipo de serviço prestado. Esses critérios foram generalizados em dez categorias denominadas “dimensões de qualidade”, que representam os pontos críticos da prestação de um serviço e que podem gerar discrepâncias entre expectativa e desempenho. Tendo como embasamento as dez dimensões de qualidade dos serviços, os

mesmos autores desenvolveram um questionário chamado “Escala *Servqual*”, que será discutido no próximo tópico.

Portanto, se pode constatar que o diferencial competitivo de uma empresa depende da qualidade de seus bens e/ou serviços. A organização pode se destacar em relação à concorrência se garantir e oferecer aos seus clientes os melhores serviços do mercado. Com isso, o desejo de toda empresa é que a qualidade do seu serviço seja percebida pelo cliente, caso contrário, seu trabalho estará perdido.

3 Modelo *Servqual*

A partir do modelo dos *gaps* proposto por Parasuraman, Zeithaml e Berry (1990), esses autores desenvolveram a Escala *Servqual*, que tem como principal objetivo mensurar a percepção dos clientes em relação à qualidade dos serviços. Na lição de Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), a qualidade percebida significa um julgamento generalizado que o cliente realiza acerca da excelência do serviço, ao qual resulta também da comparação entre expectativa e percepção do desempenho do serviço prestado.

A Escala *Servqual* tornou-se popular pela sua aplicabilidade e tem sido muito difundida e utilizada. Os criadores da escala sugerem sua adaptação, considerando o tipo de negócio e os aspectos mais relevantes. Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) afirmam que, a partir dos resultados de pesquisa exploratória, os consumidores utilizam critérios idênticos para avaliar a qualidade dos serviços. Tais critérios podem ser agrupados em três diferentes categorias: determinantes da qualidade; dimensões da qualidade; e critérios para avaliação da qualidade.

A partir dos seus estudos, Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) constataram que os critérios usados pelos consumidores para avaliar a qualidade originam-se de dez dimensões: tangibilidade, confiabilidade, agilidade, comunicação, credibilidade, segurança, competência, cortesia, compreensão, conhecimento do cliente e acesso.

De acordo com o que está descrito na sequência, os dez determinantes da qualidade e suas descrições serviram como base para o modelo de medição da qualidade de serviços: a Escala *Servqual*.

a) *intangibilidade*: envolve a consistência do desempenho e a confiabilidade. Diz respeito à empresa realizar o serviço certo desde a primeira vez;

b) *receptividade*: refere-se à boa-vontade da equipe dos colaboradores para prestar o serviço. É a pontualidade do serviço, o pronto-atendimento;

c) *competência*: são as habilidades e os conhecimentos necessários para a execução do serviço;

d) *acesso*: significa proximidade e facilidade de contato. O serviço deve ser acessível;

e) *cortesia*: polidez, respeito e cordialidade da equipe. Aparência limpa e arrumada do pessoal;

f) *comunicação*: manter os clientes informados usando linguagem que possa ser compreendida;

g) *credibilidade*: fidelidade e honestidade;

h) *segurança*: envolve a segurança física e a financeira;

i) *confidencialidade*: compreender e conhecer o cliente entendendo as suas necessidades; e

j) *tangíveis*: instalações físicas, aparência do pessoal e equipamentos utilizados durante a prestação do serviço.

Após o refinamento dos seus estudos, e Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985) afirmaram que as dez dimensões da qualidade em serviços eram mais bem-representadas se fossem reduzidas a cinco dimensões, conforme segue:

a) *tangibilidades*: instalações físicas, ferramentas e equipamentos necessários à prestação do serviço;

b) *confiabilidade*: refere-se à empresa realizar seu serviço de modo, certo desde a primeira vez, honrando suas promessas;

c) *responsabilidade*: é a pontualidade no serviço, chamar o cliente para dar retorno;

d) *segurança*: capacidade de inspirar confiança, confidencialidade e credibilidade aos clientes; e

e) *empatia*: atendimento individualizado, conhecer e ter interesse pelas necessidades do cliente.

Para Khan (2002), a expectativa de um serviço está relacionada ao nível que o cliente acredita que deve receber do fornecedor de serviços. E a Escala *Servqual* foi criada a partir de muitos critérios para a mensuração da diferença entre a expectativa e o desempenho do serviço.

A maneira como é utilizado o modelo acontece em duas etapas: na primeira, são mensuradas as expectativas dos clientes em relação ao desempenho do serviço à luz do item j, denotada por Ej. Na segunda, são mensuradas as percepções do desempenho do serviço prestado à luz do item j, denotada por Dj.

No geral, é utilizada a Escala *Likert* de sete pontos, cujas extremidades são definidas com os conceitos *Discordo Totalmente* e *Concordo Totalmente*. Para cada item registra-se o Gap 5, representado pela seguinte equação:

$$QJ = DJ - EJ$$

Os *gaps* negativos ($D_j < E_j$) indicam que as percepções acerca do desempenho do serviço prestado são menores que as expectativas, apontando falhas nos serviços, deixando insatisfeitos os clientes. E os *gaps* positivos ($D_j > E_j$) indicam que o serviço é superior ao esperado, contribuindo para a satisfação do cliente.

A Escala *Servqual* é considerada um modelo reconhecido, é uma contribuição à literatura na área de serviços no sentido de orientar as organizações e seus gestores para que encontrem soluções auxiliando no desenvolvimento de operações de serviços mais adequadas às expectativas de seus clientes.

4 Metodologia

O estudo baseia-se em uma pesquisa sobre a produção científica da Escala *Servqual*. A abordagem metodológica foi uma revisão de literatura partindo da bibliometria. Para Fonseca (1986), a bibliometria surgiu no início do século como um sintoma da necessidade de estudo e avaliação das atividades de produção e comunicação científicas. A bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico.

Primeiramente, realizou-se uma busca em diferentes bases de dados relacionadas ao tema; quanto à sua natureza, este estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo. Para a realização do mesmo, foram pesquisadas publicações no período de 1º de janeiro de 2000 até 30 de junho de 2015.

Para atingir o proposto, foram utilizadas bases de dados do Portal de Periódicos da Capes como fonte de pesquisa para publicações nacionais e internacionais, e bases de dados internacionais: Emerald, Sage, Science Direct, Wiley Online Library.

Para a busca de publicações nacionais no portal de Periódicos da Capes, foram utilizadas palavras-chave da língua portuguesa: turismo, qualidade e *Servqual*, e para a busca em publicações internacionais, nesse banco de dados e em outros, foram utilizadas as palavras-chave: *tourism, quality* e *Servqual*.

4.1 Periódicos da Capes

No banco de dados dos Periódicos da Capes, obtivemos o resultado de 18 publicações disponíveis, sendo 7 publicações relacionadas com o tema, utilizando as palavras-chave em português, conforme pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 – Publicações Periódicos CAPES – palavras-chave em português

Autor(es)	Artigo	Revista	Publicação
ANDRADE, K.; BACHI, T. M.; TONTINI, G.; WALTER, S. A.	<i>Qualidade percebida de stakeholders como estratégia de melhoria de serviços</i>	Revista Eletrônica de Estratégias e Negócios	Jan./abr. 2014, v. 7, p. 3
ALONSO, M. V.;	<i>Los efectos de las practicas de gestión de</i>	Revista Brasileira	2014, p. 351

DEL RIO RAMA, M. C.; GARCIA, J. A.	<i>la calidad en los resultados clave: muestra de cuestionarios para el sector de alojamiento turístico en Espana.</i>	de Gestão de Negócios	
KOETZ, C. I.; KOPSCINA, L. C.; SANTOS, C. P.	<i>Signaling of quality on services.</i>	Revista de Gestão USP	Jul./set. 2009, v. 16, p. 81
DOMINGOS, F. C.; MARODIN, T.	<i>El uso de matrices de oportunidad para el análisis de los servicios hoteleros en la ciudad de Natal – RN – Brasil.</i>	Estudios y Perspectivas en Turismo	Out. 2013, v. 22, p. 66
FRAIZ BEA, J. A.; GANDARA, J. M. G.; MANOSSO, F. C.	<i>Calidad de la experiencia en los hoteles termales de Galicia – España.</i>	Estudios y Perspectivas en Turismo	Jul. 2013, v. 22, p. 492
DEFANTE, L. R.; LIMA FILHO, D. De O.; MANLOVANI, D.; BARBOZA, M. M.	<i>Satisfacción del consumidor de servicios hoteleros: implicaciones estratégicas.</i>	Estudios y Perspectivas em Turismo	Abr. 2013, v. 22, p. 276
CHAGAS, M. N. das; MARQUES, S.	<i>Dimensiones de la calidad como antecedentes de la satisfacción y fidelidad a los destinos turísticos del sol y playa: un estudio de caso en Natal – Brasil sobre la percepción del turista nacional.</i>	Estudios y Perspectivas en Turismo	Nov. 2011, v. 20, p. 1.431

Fonte: Pesquisa da autora.

Os sete artigos mostrados no Quadro 1 abordam a qualidade do serviço hoteleiro de acordo com a percepção do cliente, ambos usando a Escala *Servqual* como instrumento para medir a qualidade do serviço.

Para verificar se a incidência de publicações aumentaria em outro idioma, foram traduzidas as palavras-chave para a língua inglesa. A faixa de tempo continuou a mesma, e o total de publicações foi de 68. Do total da pesquisa, foram selecionadas 14 publicações com relação ao tema, conforme pode ser verificado no Quadro 2.

Quadro 2 – Publicações periódicos Capes – palavras-chave em inglês

Autor(es)	Artigo	Revista	Publicação
KLEFSJO, B.; KVIST, A-K. J.	<i>Which service quality dimensions ar importante in inbound tourism? A case study in a peripheral location.</i>	Managing Service Quality	2006, v. 16, p. 520-537
BHAT, M. A.	<i>Tourism service quality: a dimension-specific assessment of Serqual.</i>	Global Business Review	2012, v. 13, p. 327-337
LÓPEZ, M. F.; SERRANO BEDIA, A. M.	<i>Is the hotel classification system a good indicator of hotel quality? An application in Spain.</i>	Tourism Management	Dez. 2004, v. 25, p. 771-775
IRANMANESH, M.	<i>Measuring the quality of ecotourism services.</i>	Sage Open	2014, v. 4
AKINCI, S.;	<i>Mapping service quality in the tourism</i>	Managing Service	2003, v. 13, p.

AKSOY, S.; ATILGAN, E.	<i>industry.</i>	Quality	412-422
CHANG, J.-C.	<i>Taiwanese tourists perceptions of service quality on outbound guided package tours. A qualitative examination of the servqual dimensions.</i>	Journal of Vacation Marketing	2009, v. 15, p. 165-178
COSTA, J.; SALAZAR, A.; RITA, P.	<i>A service quality evaluation scale for the hospitality sector: dimensions, attributes and behavioural intentions.</i>	Worldwide Hospitality and Tourism Themer	2010, v. 2 p.383-397
TYLER, K.; VELA, M. R.; WANG, Y.	<i>Cultural perspectives: Chinese perceptions of UK hotel service quality.</i>	International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research	2008, v. 2, p. 312-319
PAWITRA, T. A.; TAN, K. C.	<i>Tourist satisfaction in Singapore à perspective from Indonesian tourists.</i>	Managing Service Quality	2003, v. 13, p. 399-411
SU, C.-S.; SUN, L.-H.	<i>Taiwan's hotel rating system: a service quality perspective.</i>	Cornell Hotel & Restaurant Administration Quartely	Nov. 2007, v. 48, p. 392.
OBENOUR, W.; PATTERSON, M.; PEDERSEN, P.; PEARSON, L.	<i>Conceptualization of a meaning-based research approach for tourism service experiences.</i>	Tourism Management	Fev. 2006, v. 27, p. 34-41.
FUCHS, M.; WEIERMAIR, R.	<i>New perspectives of satisfaction research in tourism destinations.</i>	Tourism Review	2003, v. 58, p. 6-14.
BASTIC, M.; GOJCIC, S.	<i>Measurement scall for eco-component of hotel service quality.</i>	International Journal of Hospitality Management	2012, v. 31, p. 1012-1020
HUIMIN, G.; RYAN, C.	<i>Perceptions of Chinese hotel (analysis of customer satisfaction).</i>	Cornell Hotel & Restaurant Administration Quartely	Nov. 2007, v. 48, p. 380

Fonte: Pesquisa da autora.

Os artigos acima que possuem relação com o tema tratam da satisfação do cliente quanto aos serviços recebidos na hotelaria, em destinações turísticas e no setor de turismo. É possível notar que o tema ainda é pouco comentado na esfera acadêmica, mas é positivo encontrar publicações diretamente relacionadas ao tema, mostrando a relevância do mesmo.

4.2 Base de dados Sage

A *Sage Publications* é uma editora independente e internacional de revistas, livros e meios eletrônicos. Possui escritório nos Estados Unidos da América (*Thousands Oaks*), na Inglaterra (Londres), na Índia (Nova Delhi) e na Ásia e no Pacífico (escritório em Singapura).

Utilizando as palavras-chave em português, não há resultado de publicações. Com as palavras-chave em inglês, juntamente com o período preestabelecido, foram

encontradas 12 publicações. Na pesquisa foram selecionadas quatro obras que têm relação com o tema, que são mostradas no Quadro 3.

Quadro 3 – Publicações Base de Dados SAGE – palavras-chave em inglês

Autor(es)	Artigo	Revista	Publicação
CHANG, J.-C.	<i>Taiwanese tourists perceptions of service quality on outbound guided package tours. A qualitative examination of the Servqual dimensions.</i>	Journal of Vacation Marketing	2009, v. 15, p. 165-178
HEUNG, V. C. S.; QU, H.; WONG, M. Y.	<i>Airport – restaurant service quality in Hong Kong: an application of Servqual.</i>	Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly	Jun. 2000
BHAT, M. A.	<i>Tourism service quality: a dimension-specific assessment of Servqual.</i>	Global Business Review	2012, v. 13, p. 327-337
EKINCI, Y.	<i>An examination of the Servqual dimensions using the guttman scaling procedure.</i>	Journal of Hospitality & Tourism Research	Fev. 2003, v. 27, n. 1, p. 3-23

Fonte: Pesquisa da autora.

Nessa pesquisa do banco de dados Sage, foram encontradas duas publicações que estão nos Periódicos da Capes: *Taiwanese tourists perceptions of service quality on outbound guided package tours* e *An qualitative examination of the Servqual dimensions*. Seu autor é CHANG, J.-C., publicada no *Journal of Vacation Marketing* em 2009, e a outra publicação é *Tourism service quality: a dimension-specific assessment of Servqual* do autor BHAT, M. A. publicada na *Global Business Review* em 2012. Ambos os artigos estão diretamente ligados ao tema *estudos sobre o Modelo Servqual*.

4.3 Base de dados Emerald

A *Emerald Publishing Group* foi fundada em 1967 como um desdobramento da Universidade de *Bradford* e se tornou a editora líder mundial de acadêmicos de revistas e de livros de negócios e de gestão, com uma presença forte e crescente em disciplinas, incluindo LIS, ciências sociais, engenharia, linguística e audiolgia. Possui 12 escritórios espalhados pelo mundo e um em São Paulo.

Ao utilizar as palavras-chave na língua inglesa, conseguimos um resultado de 239 publicações, sendo 238 artigos em jornais especializados e um estudo de caso. Dentre o total das publicações pesquisadas, foram separadas cinco, que são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Publicações Base de Dados Emerald – palavras-chave em inglês

Autor	Artigo	Revista	Publicação
ROSENBAUM, M. S.; WONG, I. A.	<i>Modeling customer equity, Servqual, and ethnocentrism: a Vietnamese case study.</i>	Journal of Service Management	2009, v. 20, Iss 5, p. 544-560
KLEFSJO, B.; KVIT, A.-K.	<i>Which service quality dimensions are important in inbound tourism? A case study in a peripheral location.</i>	Managing Service Quality: An international Journal	2006, v. 16, Iss 5, p. 520-537
VAUGHAN, E.; WOODRUFFE-BURTON, H.	<i>The disabled student experience: does the Servqual scale measure up?</i>	Quality Assurance in Education	2011, v. 19, Iss 1, p. 28-49.
KIM, Y.-P.; KIM, K. W.; YUN, D.-G.	<i>Exploration and development of Servqual.</i>	Asian Journal on Quality	2003, v. 4, Iss 1, p. 116-130
LADHARI, R.	<i>A review of twenty years of Servqual research.</i>	International Journal of Quality and Services Sciences	2009, v. 1 Iss 2, p. 172-198

Fonte: Pesquisa da autora.

Nesta pesquisa, um artigo aparece novamente: “Which service quality dimensions are important in inbound tourism? A case study in a peripheral location”. O artigo aborda as dimensões da qualidade do serviço que são consideradas importantes por turistas que visitam um local turístico na Suécia.

4.4 Base de dados Science Direct

A Science Direct é uma empresa líder de banco de dados de textos científicos completos, oferecendo artigos de periódicos e capítulos de livros de 2.500 jornais revisados, e mais de 11 mil livros. A empresa faz parte do grupo Elsevier, sediada em Amsterdã – Holanda, empresa fornecedora mundial de informação científica, técnica, médica e pública. A Elsevier é um membro da Reed Elsevier plc Group.

A pesquisa foi feita novamente com as palavras-chave em inglês e se obteve 138 publicações em artigos. Do total, nove publicações foram selecionadas que seguem listadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Publicações Base de Dados Science Direct – palavras-chave em inglês

Autor	Artigo	Revista	Publicação
NOWACKI, M. M.	<i>Evaluating a museum as a tourist product using the Servqual method.</i>	Museum Management and Curatorship	2005, v. 20 p. 235-250
HOWEY, R. M.; URDANG, B. S.	<i>Assessing damages for non-performance of a travel professional – a suggested use of Servqual.</i>	Tourism Management	2001, V. 22, p. 533-538
AYDIN, O. ; PAKDIL, F.	<i>Expectations and perceptions in airline services: an analysis using weighted Servqual scores.</i>	Journal of Air Transport Management	2007, v. 13, p. 229-237

MUNIKRISHNAN, U. T.; NAIR, V.; RAJARATNAM, S. D.; SHARIF, S. P.	<i>Service quality and previous experience as a moderator in determining tourists satisfaction with rural tourism.</i>	Procedia Social and Behavioral Sciences	2014, v. 144, n. 20, p. 203-211
ALBALADEJO, I. P.; GONZÁLEZ-MARTINEZ, M. I.; MARTINEZ-GARCIA, M. P.	<i>Quality and endogenous tourism: an empirical approach.</i>	Tourism Management	2014, v. 41, p. 141-147
FORSTER, G.; SHARPLEY, R.	<i>The implications of hotel employee attitudes for the development of quality tourism: the case of Cyprus.</i>	Tourism Management	2003, v. 24, Iss 6, p. 687-697
CHEN, C.-F.; CHEN, F.-S.	<i>Experience quality, perceived value, satisfaction and behavioral intentions for heritage tourists.</i>	Tourism Management	2010, v. 31, Iss 1, p. 29-35
JEON, S.; LEE, S. KIM, D.	<i>The impact of tour quality and tourist satisfaction on tourist loyalty the case of Chinese tourists in Korea.</i>	Tourism Management	2011, v. 32, Iss 5, p. 1.115-1.124
BRIGGS, S.; DRUMMOND, S.; SUTHERLAND, J.	<i>Are hotels serving quality? An exploratory study of service quality in the Scottish Hotel sector.</i>	Tourism Management	2007, v. 28, Iss 4 p. 1.006-1.019

Fonte: Pesquisa da autora.

Nesse banco de dados, surgiram novas publicações e se obteve um número maior de artigos relacionados ao tema.

4.5 Wiley Online Library

O *Wiley Library Online* hospeda uma coleção multidisciplinar, ampla e profunda do mundo de recursos online que cobrem a vida, a saúde e as ciências físicas, sociais e as humanidades. Ela oferece acesso contínuo integrado para 4 milhões de artigos a partir de 1.500 revistas, 15 mil livros *online* e centenas de obras de referência, protocolos laboratoriais e bancos de dados. (WILEY LIBRARY ONLINE, 2014).

As palavras-chave usadas na pesquisa eram em inglês. Durante a pesquisa nessa base de dados, foram encontrados 120 artigos dos quais foram selecionados cinco que estavam diretamente ligados ao tema, como mostra o Quadro 6:

Quadro 6 – Publicações Base de Dados *Wiley Online Library* – palavras-chave em inglês

FROCHOT, I.	<i>Atlas annual conference: service quality and consumer service in tourism and leisure.</i>	International Journal of Tourism Research	2001, v. 3, p. 59-64
KING, B.; TRUONG, T.-H.	<i>An evolution of satisfaction levels among Chinese tourist in Vietman.</i>	International Journal of Tourism Research	2009, v. 11, p. 521-535
HABER, S.; REICHEL, A.	<i>Identifying performance measures of small ventures – the case of the tourism industry.</i>	Journal of Small Business Management	2005, v. 45, p. 257-286
CHEN, C. M.; CHEN, S. H.; HUANG, T. H.;	<i>Tourist behavioural intentions in relation to service quality and customer</i>	International Journal of	2010, v. 13, p. 416-

LEE, C. M.	<i>satisfaction in Kinmen National Park – Taiwan.</i>	Tourism Research	432
KOCIC, M.; MARINKOVIC, V.; SENIC, V.; SAPIC, S.	<i>Investigating the impact of Servqual dimensions on customer satisfaction: the lessons learnt from Serbian travel agencies.</i>	International Journal of Tourism Research	2011, v. 15, p. 184-196

Fonte: Pesquisa da autora.

4.6 Periódicos online

Nos periódicos nacionais, foram encontrados 32 artigos e selecionados quatro. A pesquisa foi realizada no periódico *Turismo: Visão e Ação* e na revista *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*. A revista *Turismo: Visão e Ação*, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Nesse periódico, foram selecionados dois artigos que estão relacionados ao tema da pesquisa e apresentados no Quadro 9.

A revista *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade* é um periódico acadêmico dedicado à reflexão e à discussão sobre turismo e temas transversais, cujo início ocorreu em 2009. Sob a concepção de divulgação eletrônica, ela explora recursos do meio eletrônico de forma a ampliar a disponibilização e a troca de informações. Busca, assim, contribuir para aprofundar a reflexão acadêmica sobre a temática *turismo* numa perspectiva transdisciplinar. A revista encontra-se hospedada no Servidor Data Center da Universidade de Caxias do Sul (UCS), usufruindo da estrutura de segurança do mesmo. Nesse periódico, foi selecionado um artigo relacionado à área, conforme mostra o Quadro 7.

A *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR)* foi criada em 2007 em atendimento à demanda de representantes da comunidade científica em turismo no Brasil. Configura-se como um periódico de acesso aberto e gratuito na *World Wide Web* com periodicidade quadrimestral. Editada pela ANPTUR, tem o compromisso de disseminar pesquisas e estudos originais em turismologia e hospitalidade com alto índice teórico e metodológico. Nesse periódico, foi selecionado um artigo relacionado ao tema.

Quadro 7 – Publicações Periódicos Online de Turismo – palavras-chave em português

SANTOS, G. E. O.; VASSALLO, M. D.; RABAHY, W. A.	<i>Determinantes do valor percebido e da intenção de retorno no turismo receptivo brasileiro.</i>	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	2009, v. 3, n. 3 p. 34-56
FARIAS, J. S.; VEIGA, L. S.	<i>Avaliação da qualidade dos serviços em uma pousada com a aplicação da Escala Servqual.</i>	Turismo: Visão e Ação	2005, v. 7, n. 2, p. 257-272
MASKE, D. C.; MEIRA, J. V. S.; SOUZA, E. C.	<i>A medição da qualidade dos serviços prestados em hotéis do Balneário Camboriú – SC: uma aplicação do Modelo Servqual.</i>	Revista Rosa dos Ventos	2012, v. 4, p. 544-555
MAMEDE, M. I. B.;	<i>Qualidade percebida e expectativas de</i>	Turismo: Visão e	2011,

VEIGA NETO, A. R.	<i>brasileiros e estrangeiros em relação aos equipamentos e serviços turísticos.</i>	Ação	v. 13, n. 3, p. 311-328
-------------------	--	------	-------------------------

Fonte: Pesquisa da autora.

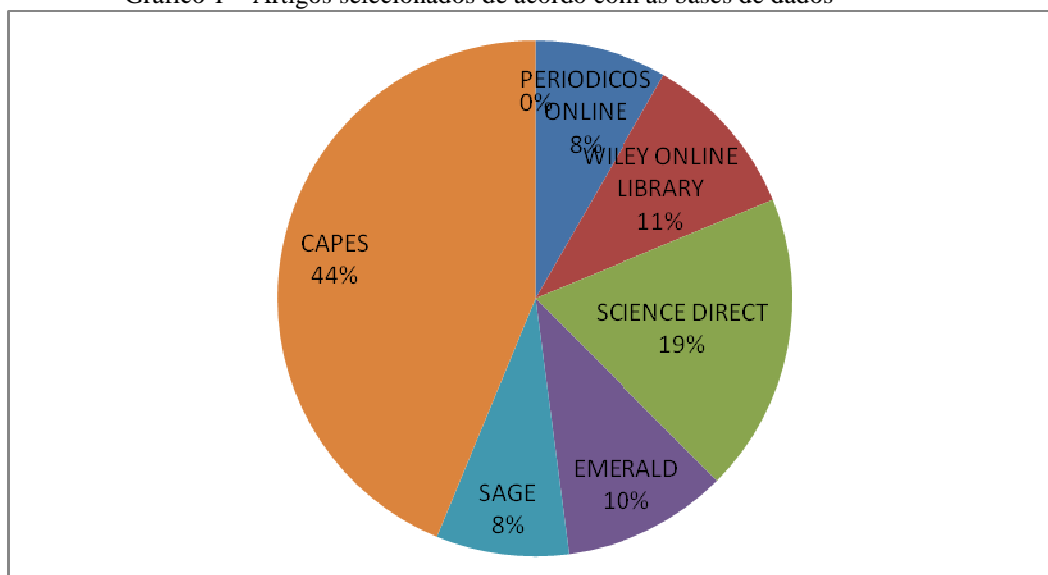
Nesse banco de dados de publicações nacionais, foi encontrado um número bem reduzido de artigos ligados ao tema. Nesta pesquisa foi constatado que há um número bem maior de publicações nas bases de dados estrangeiras.

5 Análise dos dados

A pesquisa nos bancos de dados: Periódicos da Capes, *Sage, Emerald, Science Direct, Wiley Online Library e Periódicos Online de Turismo*, apresentou 627 opções de publicações relacionadas às palavras-chave. Desse total, apenas 48 publicações foram selecionadas por conterem assuntos relacionados ao tema: **Estudos sobre o Modelo Servqual**, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Para o resultado total de 627 obras obtidas na pesquisa, 48 publicações correspondem a apenas 7,65% desse universo. Esperava-se obter mais resultados sobre o tema, no que concerne em publicações nacionais com as palavras-chave em português, e também mais resultados com palavras-chave em inglês. É possível afirmar que há pouca discussão na academia sobre esse assunto. Os bancos de dados *Sage e Capes* foram os que apresentaram menos resultados: 30 publicações.

Gráfico 1 – Artigos selecionados de acordo com as bases de dados



Fonte: Pesquisa da autora.

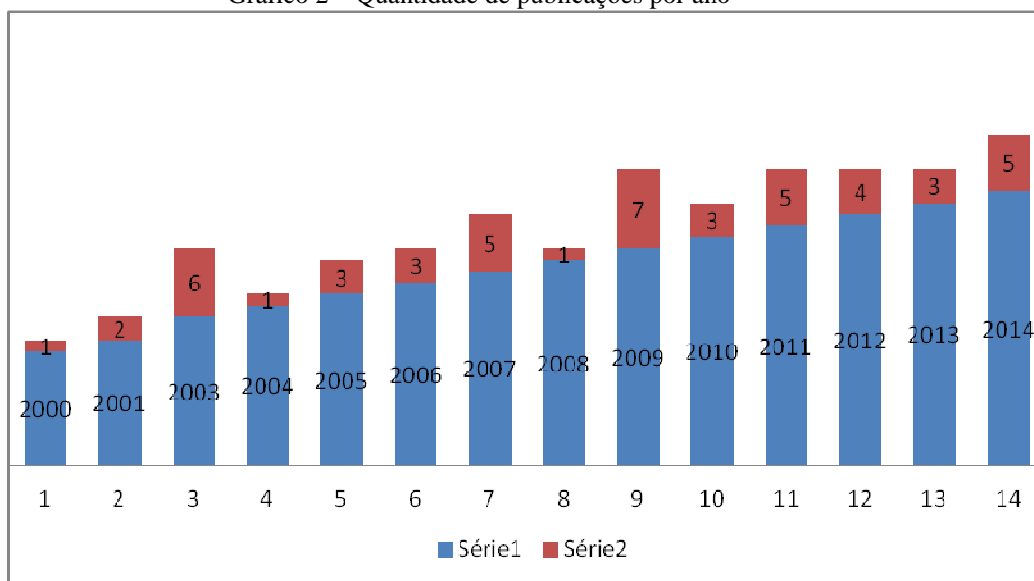
Esperava-se obter mais resultados sobre o tema em publicações nacionais e estrangeiras. Os banco de dados *Periódicos Online de Turismo* e *Sage* apresentaram menor resultado. O periódico *Capes* foi o que apresentou maior resultado, com 44% do total de artigos.

Para aprofundar o estudo dos artigos selecionados, serão analisadas informações relativas ao ano das publicações, em quais periódicos elas foram veiculadas e quais as palavras-chave mais utilizadas no conjunto de artigos selecionados.

5.1 Publicações por ano

A pesquisa considerou como intervalo de tempo o período compreendido entre 1º de janeiro de 2000 e 30 de junho de 2015. A análise permitiu que se constatasse que a maioria das publicações ocorreu em 2009, época em que foram selecionadas sete obras. Na sequência, se observa 2003 com seis artigos e 2011 e 2014 com cinco artigos em cada ano.

Gráfico 2 – Quantidade de publicações por ano



Fonte: Pesquisa da autora.

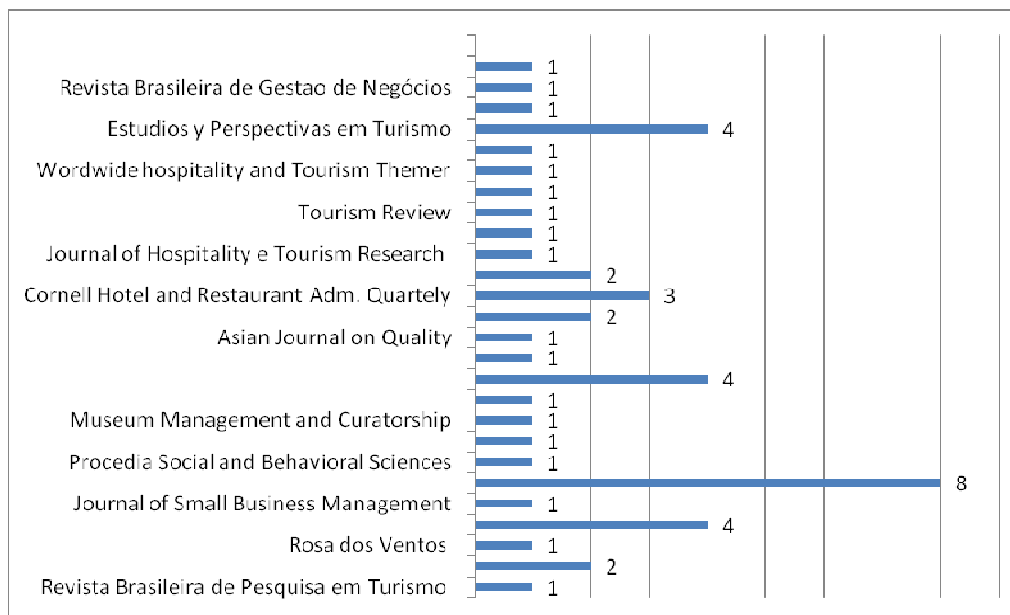
Ao somar as obras dos anos de 2009 a 2014, se obtém um total de 27 artigos publicados. É possível notar a atualidade das publicações que possuem relação com o tema.

5.2 Publicações por periódicos

O Gráfico 3 mostra a lista de periódicos responsável pela publicação das 28 obras relacionadas ao tema que foram selecionadas pela pesquisadora em razão de estarem

intimamente associadas ao objeto de pesquisa de sua dissertação de Mestrado, que faz uma abordagem do uso da Escala *Servqual* na medição da qualidade do serviço hoteleiro.

Gráfico 3 – Quantidade de publicações por periódico



Fonte: Pesquisa da autora.

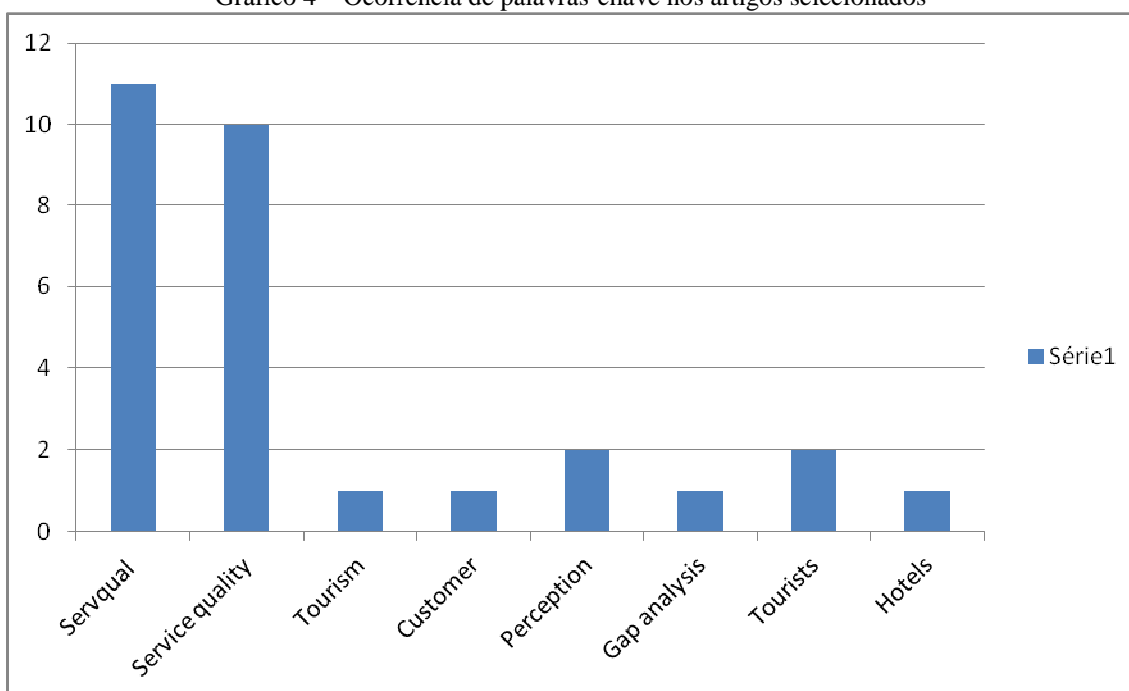
O periódico *Tourism Management* apresenta mais publicações relacionadas ao tema do que outros periódicos, o que pode indicar maior afinidade entre os editores/avaliadores desse periódico e o tema de pesquisa escolhido. Dentre as 28 obras selecionadas, oito são desse periódico, 28,57% do total, destacando a sua importância como meio para busca de mais assuntos que possam estar relacionados a outras palavras-chave com relação ao tema.

Nos periódicos nacionais, foi encontrado um número bem-reduzido de publicações. Na revista *Turismo: Visão e Ação*, constam duas publicações apenas, seguida da revista *Rosa dos Ventos* com um artigo publicado.

5.3 Palavras-chave mais citadas

O Gráfico 45 mostra a incidência de palavras-chave no conjunto de publicações selecionadas como base para esta pesquisa. Pode-se observar que não há muita diversidade de palavras-chave, restringindo-se a apenas quatro, aquelas que ocorrem mais de uma vez.

Gráfico 4 – Ocorrência de palavras-chave nos artigos selecionados



Fonte: Pesquisa da autora.

Entre o total de 48 artigos selecionados, foi possível encontrar 143 palavras-chave somadas em todas as obras, mesmo quando repetidas. A palavra-chave com maior incidência é *Servqual*, com 11 citações, aparecendo em 60% das publicações escolhidas. A segunda palavra-chave mais citada é *service quality*, com 10 citações, aparecendo em 43% dos artigos, seguida de *perceptions* e *tourists* com 2 citações.

6 Conclusão

A pesquisa permitiu a constatação de que há poucas obras relacionadas especificamente ao tema: **Estudo sobre o Modelo *Servqual***. Os resultados elencam inúmeras publicações relacionadas às palavras-chave *turismo*, *Servqual* e *qualidade*, mas grande parte dos resultados não estava relacionada com todas as palavras-chave simultaneamente.

Considerando-se todas as publicações escolhidas, foi possível observar que a maioria está em língua estrangeira, apenas cinco em espanhol, cinco na língua portuguesa e o restante em inglês. O grande enfoque das obras selecionadas aponta à qualidade que o cliente exige em um hotel e que estratégias essas empresas estão usando para encantar e fidelizar seus clientes. Conforme citado anteriormente, diversos autores

sugerem a qualidade no setor hoteleiro como meio de perpetuar o negócio. Pode-se dizer que a qualidade afeta o futuro desse setor.

Este estudo inicial abre espaço para pesquisas mais profundas sobre o assunto e temas relacionados como hospitalidade na hotelaria. É relevante ressaltar, também, a importância do profissional de hotelaria, de como ele pode fazer a diferença no dia a dia dessas organizações.

O tema qualidade no setor hoteleiro permite diversos vieses de pesquisa, o que ajuda a compreender a grande quantidade de obras publicadas sobre o tema e também demonstra que esse assunto pode auxiliar os empreendedores a obterem melhores resultados em seus empreendimentos, contribuindo para a perenidade dos mesmos, a melhoria de sua competitividade e, em última instância, auxiliando na melhoria da qualidade de vida dos residentes, tal como proposto por Vianna (2011).

Referências

BENI, M. C. *A análise estrutural do turismo*. 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.

BERRY, L. L. Services marketing is different. *Business*, v. 30, n. 3, p. 24-28, 1980.

BITNER, M. J. Servicescapes: the impact of physical surroundings on customers and employees. *Journal of Marketing*, v. 56, p. 57-71, 1992.

BOLTON, R. N.; DREW, J. H. A multi-stage model of customers assessments of service quality and value. *Journal of Consumer Research*, v. 17, n. 4, p. 375-384, 1991.

CARMAN, J. M. Consumer perceptions of service quality: an assessment of the Servqual dimensions. *Journal of Retailing*, v. 66, p. 33-55, 1990.

CRONIN, J.; TAYLOR, S. Measuring service quality: a reexamination and extension. *Journal of Marketing*, v. 56, n. 3, p. 55-68, 1992.

EMERALD Research you can use. <http://www.emeraldinsight.com> Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. *Administração de serviços: operações, estratégias e tecnologia de informação*. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. *Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GIANESI, I. G.; CORRÊA, H. L. *Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente*. 1. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

GRONROOS, C. A. A service quality model and its marketing implications. *European Journal of Marketing*, v. 18, n. 4, p. 36-45, 1984.

GRONROOS, C. A. Marketing services: the case of a missing product. *Journal of Business & Industrial Marketing*, v. 13, ns. 4 e 5, p. 322-338, 1998.

- GRONROOS, C. A. Relationship marketing: the Nordic school perspective. In: SHETH, J. N.; PARVATIYAR, A. (ed.) *Handbook of relationship marketing*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 95-117.
- HESKETT, J. L.; SASSER, W. E.; HART, C. W. L. *Serviços revolucionários: mudando as regras do jogo competitivo na prestação de serviços*. São Paulo: Pioneira, 1994.
- JAVALGI, R. R. G.; MARTIN, C. L.; YOUNG, R. B. Marketing research, market orientation and customer relationship management: a framework and implications for service providers. *Journal of Services Marketing*, v. 20, n. 1, p. 12-23, 2006.
- JOHNSON, M.; NADER, G.; FORNELL, C. Expectations, perceived performance and customer satisfaction for a complex service: the case of bank loans. *Journal of Economic Psychology*, v. 17, p. 163-184, 1996.
- KHAN, M. Ecoservicetourists quality expectation. *Annals of Tourism Research*, v. 30, n. 1, p. 109-124, 2002.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. *Administração de marketing*. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- LOVELOCK, C. H. Why marketing management needs to be different for services, In: DONNELLY, J. H.; GEORGE, W. R. (Ed.). *Marketing of services*. Chicago: American Marketing, 1981. p. 5-9.
- LOVELOCK, C. H. *Services marketing: people, technology, strategy*. 4. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2000.
- MARTIN, C. L. The history, evolution and principles of services marketing: poised for the new millennium. *Marketing Intelligence & Planning*, v. 17, n. 7, p. 324-328, 1999.
- PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V.; BERRY, A. A conceptual model of service quality and its implications for future research. *Journal of Marketing*, v. 49, p. 41-50, 1985.
- PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V.; BERRY, A. *Servqual: a multiple-item scale for measuring consumer perceptions of service quality*. *Journal of Retailing*, v. 64, n. 1, p. 12-40, 1988.
- PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V.; BERRY, A. *Delivering quality service: balancing customer perception and expectation*. New York: The Free Press, 1990.
- OECD. Organization for Economic and co-operation and Development. Responding to the economic crisis: fostering industrial restructuring and renewal growth in services. *Industry and Innovation*, OECD, Paris, julho 2009. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/12/20/092005061009.xls>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- SAGE journals. Disponível em: <<http://online.sagepub.com>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- SCIENCE DIRECT. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- SWARBROOKE, J.; HORNER, S. Consumer behaviour in tourism. Butterworth and Heinemann, Oxford, 2001. Disponível em: <<http://www.uces.br/>>. Acessado em: 25 jun. 2015.
- VIERA, E. V. *Qualidade em serviços hoteleiros: a satisfação do cliente é função de todos*. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- ZEITHAML, V. A. How consumer evaluation processes differ between goods and services. In: DONNELLY, J.; GEORGE, W. (Ed.). *Marketing of services*. Chicago: American Marketing Association, 1981. p. 186-190.
- WILEY ONLINE LIBRARY. Disponível em: <www.onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Cidades criativas da rede Unesco: Florianópolis Cidade Criativa da Gastronomia

Débora Wollmann* – Camila Fagundes** – Mary Sandra Guerra Ashton***

Resumo: Este estudo¹ tem por objetivo refletir sobre as principais características que levaram Florianópolis a integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco, como *Cidade Criativa da Gastronomia*. Para tanto, utilizou o método exploratório-descritivo numa pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, de pesquisa documental e na internet. Florianópolis é a Capital do Estado de Santa Catarina, no Brasil que é destino turístico litorâneo consagrado, pois busca a valorização da cultura local, com destaque à gastronomia, em especial, à que envolve frutos do mar, uma especialidade do lugar. Entre os resultados deste estudo, espera-se reunir subsídios que possam ser úteis às demais cidades brasileiras que almejam entrar para a Rede de Cidades Criativas da Unesco, ou que buscam melhorias nas condições de vida de seus habitantes e visitantes e que possam contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: Cidades criativas. Florianópolis. Gastronomia. Unesco.

Abstract: This study aimed to reflect on the key features that led Florianópolis to join the Creative Cities Network of Unesco as a *Creative City of Gastronomy*. To do so, used the descriptive exploratory method in qualitative research through literature review document search online. Florianópolis is the Capital of the State of Santa Catarina in Brazil and dedicated coastal tourist destination that seeks the enhancement of local culture especially in gastronomy involving seafood, a specialty of the place. The results of this study, expected to gather elements that might be useful to other Brazilian cities that aims to join the Creative Cities Network of Unesco, or seek improvements in living conditions for its inhabitants and visitors and can contribute to local socio-economic development.

Keywords: Creative cities. Florianópolis. Gastronomy. Unesco.

1 Introdução

As cidades são espaços que contêm a história e a cultura dos seus habitantes, além de relacionar sociedade, política, economia e ambiente. As cidades refletem o estilo de vida dos seus habitantes, despertando o interesse de investigadores que buscam, nas estatísticas e nos indicadores de desenvolvimento das cidades, um norte para a melhoria da qualidade de vida da população.

Nesse contexto, Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, localizada no Sul do Brasil, reuniu elementos culturais suficientes que lhe renderam a inserção no rol de Cidades Criativas da Rede Unesco. Florianópolis é destino turístico destacado no Sul do Brasil, atraindo turistas de todos os lugares do mundo que a visitam por suas belezas naturais e culturais, em especial, pela gastronomia. Seu fluxo turístico é crescente,

* Bolsista de Iniciação Científica. Aluna no curso de Turismo da Federação de Estabelecimentos de ensino Superior em Novo Hamburgo (Universidade Feevale). *E-mail:* deborawollmann@hotmail.com

** Bolsista do Prosup/Capes no Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale. Bacharel em Turismo e Administração pela mesma instituição. *E-mail:* camilafagundes@feevale.br

*** Doutora em Comunicação Social. Professora no curso de Turismo e no Programa de Mestrado em Indústria Criativa. Pesquisadora na Universidade Feevale. *E-mail:* marysga@feevale.br

¹ Este trabalho integra a pesquisa “Cidades Criativas e Turismo: análise das dinâmicas de produção e consumo turístico e seu reflexo no desenvolvimento socioeconômico” com fomento do CNPq – Processo 408.841/2013-3. Trabalho-destaque no IX Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 2015.

exigindo investimentos de ordem pública e privada, buscando maior valorização da cultura e a possível apropriação desse patrimônio cultural de maneira criativa.

Assim, por meio da sua gastronomia diferenciada e singular, em dezembro de 2014, Florianópolis entrou para um seleto grupo de cidades criativas, no quesito gastronômico – na Rede de Cidades Criativas da Unesco – iniciativa que surgiu em 2004, de parceria entre Poder Público e Privado, organizações profissionais, comunidades, sociedade civil e instituições culturais, e tem por objetivo a troca de conhecimento entre as cidades participantes desse programa, além de promover a divulgação dos conteúdos criativos em termos mundiais e, assim, fomentar o desenvolvimento sustentável do turismo.

Nessa perspectiva, o artigo em questão tem o objetivo de refletir sobre as principais características que levaram Florianópolis a integrar a Rede de Cidades Criativas da Unesco, como *Cidade Criativa da Gastronomia*, por meio do qual se buscam subsídios que possam ser úteis aos gestores públicos e privados, em prol do desenvolvimento socioeconômico. Além disso, responder a alguns questionamentos, tais como: O que é uma cidade criativa? Quais são os diferenciais e as características de uma cidade criativa? O que é a Rede de Cidades Criativas da Unesco? Como uma cidade pode fazer parte dessa rede? Os diferenciais da gastronomia de Florianópolis para integrar a seleta Rede de Cidades Criativas da Unesco?

Desse modo, este estudo está estruturado em quatro partes: inicialmente, apresenta a metodologia; a seguir, contextualiza as cidades criativas desde o seu surgimento, seus conceitos e características; na sequência, trata de questões da Rede de Cidades Criativas da Unesco, e logo, entra na temática-foco deste texto: Florianópolis: Cidade Criativa da Gastronomia da Unesco, finalizando com a análise e as conclusões.

2 Metodologia

Este estudo adotou o método de pesquisa exploratório-descritivo, por meio de revisão bibliográfica para a compreensão dos conceitos e termos utilizados nesta análise. Além disso, pesquisa documental e levantamentos foram realizados via internet e utilizou como exemplo de caso a cidade de Florianópolis – Cidade da Gastronomia da Rede de Cidades Criativas da Unesco, desde dezembro de 2014. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2002), é meio facilitador da aproximação com o problema, proporcionando o aperfeiçoamento das ideias. Como pesquisa descritiva, Farias Filho e Arruda Filho (2013, p. 63) afirmam que esse tipo de pesquisa “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis”. A estruturação deste estudo inicia com a pesquisa bibliográfica para a

contextualização do conceito *ciudades criativas*, utilizando autores como Landry (2013); Unesco (2003); Florida (2011); Reis (2008, 2009); Reis e Kageyama (2011); Vivant (2012), buscando conceitos e definições numa revisão de literatura atual e apropriada. Em segundo, se buscou compreender a Rede de Cidades Criativas da Unesco. Na sequência, foi realizado um levantamento de documentos e dados na internet para compreender as características de Florianópolis que a tenha consagrado como Cidade Criativa da Gastronomia.

3 Cidades Criativas: reflexão histórica e conceitual

A expressão *ciudades criativas* tem sua origem na economia criativa, tendo sido citada pela primeira vez por Landry (2013) como cidades fundadas a partir de novo conceito de cidade mais dinâmica, interligada, tolerante, interativa e atraente que busca valorizar a história e a cultura da população e está aberta à inovação e à criatividade, baseadas no conhecimento humano, como fator gerador de economia e de qualidade de vida nos centros urbanos. Entre os elementos que compõem as cidades criativas estão “os recursos culturais que são a matéria-prima, e sua base de valores é a criatividade que é o método para explorar os recursos e ajudá-los a crescer [...], esses recursos únicos estão embutidos na inventividade, nas habilidades e nos talentos das pessoas”. (LANDRY, 2011, p. 15).

Para a Unesco (2003), a cidade criativa deve romper com a simples estratégia de preservação do patrimônio como um modelo único de desenvolvimento local e com a visão de cultura ligada apenas ao tradicional para tentarem alcançar uma requalificação dos espaços urbanos, a qual venha associada ao reconhecimento e à difusão de novas práticas culturais e novos investimentos econômicos que possam gerar riquezas socioculturais e econômicas. (VALVERDE, 2012). A Unesco (2013) elenca um rol de cinco áreas distintas que marcam presença nas cidades criativas, entre elas: o cinema, a música, o artesanato e a arte popular, o *design*, as artes e mídias digitais e a gastronomia.

A Rede de Cidades Criativas foi criada em 2004 pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco). Com a missão de trabalhar a diversidade cultural e o desenvolvimento urbano sustentável, oportuniza a cooperação internacional entre as cidades-membros para o compartilhamento de experiências e novas ideias em conformidade com sua missão.

Em contribuição ao estudo das cidades criativas, Florida (2011) realizou um estudo e apresenta alguns indicadores no intuito de dar subsídios para reconhecer uma cidade criativa, entre eles: *talento* – número de pessoas com Ensino Superior e

Mestrado completo; *tecnologia* – número de diplomas técnicos; *tolerância* – avaliada sob três índices: diversidade (taxa de pessoas nascidas no Exterior); número de pessoas hipermodernas, que inventam sua própria vida e seu próprio modelo; e boemia artística, composta por músicos, bailarinos, fotógrafos, autores, entre outros. Assim, é essencial atrair e reter esse grupo de criativos, para o desenvolvimento econômico das cidades.

Reis, economista brasileira e autoridade no estudo de cidades criativas afirma que esse tipo de cidade “é capaz de transformar continuamente sua estrutura socioeconômica, com base na criatividade de seus habitantes e em uma aliança entre suas singularidades culturais e suas vocações econômicas”. (2009, p. 3). As cidades criativas são espaços urbanos de atração de talentos e investimentos; de combate às desigualdades e violência; de revitalização de áreas degradadas; de promoção de *clusters* criativos; de transformação das cidades em polos criativos mundiais; de reestruturação do tecido socioeconômico urbano baseado nas especificidades locais. (REIS, 2008).

Reis e Kageyama (2011) buscaram contextualizar a essência das cidades criativas e, para tanto, elaboraram uma publicação contendo a opinião de 18 estudiosos e gestores de cidades de várias partes do mundo. A obra destaca a necessidade de recriação e requalificação dos espaços públicos subutilizados, para uso e valorização dos residentes, conferindo-lhes melhorias na qualidade de vida, bem como a atração de talentosos-criativos, a cultura como geradora de benefícios culturais e impactos sociais e econômicos que agrega valor e aumenta a competitividade num ambiente mais criativo, e a construção de uma governança clara e facilitadora de uma estratégia em longo prazo.

Para Reis e Kageyama (2011), uma cidade criativa é dinâmica e permanece em constante estado de transformação, buscando continuamente soluções inteligentes e práticas para seus problemas cotidianos, além de ser constituída por três características fundamentais: inovação, conexão e cultura.

Vivant (2012) considera as cidades criativas ambientes de maior participação no espaço cidadão, cujos residentes são os agentes das transformações urbanas por seu estilo de vida criativo e boêmio, mais tolerante e participativo, pois compartilham de valores comuns. Em contribuição, Landry (2011, p. 13) defende que os habitantes das cidades criativas não podem se acomodar na zona de conforto, porque “uma cidade criativa estimula a inserção de uma cultura de criatividade, no modo como se participa da cidade”, porém, demandam necessidades específicas, tais como: políticas integradas de desenvolvimento local/regional; planejamento e gestão urbana integrados; urbanismo funcional e arquitetura inovadora; conexões horizontais; políticas culturais e oferta diversificada de atividades; economia da cultura do conhecimento; gestão criativa das empresas e organizações; turismo cultural e criativo; *marketing* territorial e *branding*;

inovação tecnológica, criatividade artística e boa gestão empresarial dos produtos culturais; estímulo à criatividade e ao seu reconhecimento; construção de uma governança por meio de uma visão partilhada (setores público, privado e sociedade civil); presença de uma classe criativa. (SANTOS, 2013).

Conforme o Dossiê de Economia Criativa de Portugal (DEC, 2010, p. 13), as cidades criativas devem dar possibilidades aos cidadãos para desenvolverem sua capacidade criativa; as universidades, as escolas técnicas, os institutos de pesquisa, os teatros, as bibliotecas e instituições culturais devem servir de suporte à criatividade; melhorias na qualidade de vida fomentando a sensibilidade e a criatividade dos cidadãos por meio de políticas culturais e ambientais eficazes que preservem o patrimônio cultural e o ambiente devem ser buscadas; ter uma base econômica sustentável para suportar uma região criativa, em nível de rendimento e acesso a bens artísticos e culturais.

Destaca-se, ainda, a importância dada ao papel do turismo nas cidades criativas, pois, conforme os autores consultados para o desenvolvimento deste estudo (LANDRY, 2013; UNESCO, 2003; FLORIDA, 2011; REIS, 2008, 2009; REIS; KAGEYAMA, 2011; VIVANT, 2012), existe vinculação direta entre o turismo e o consumo do patrimônio local, pois o turismo é “catalizador de negócios locais, de desenvolvimento do setor de serviços e do aumento da demanda cultural, garantindo a viabilidade de projetos culturais”. (REIS; KAGEYAMA, 2011, p. 28). Para Salman (2010), as cidades criativas mantêm permanente a valorização de questões relativas à cultura local, através de uma requalificação, regeneração e recriação dos espaços para a criatividade cultural, a partir de uma identidade própria e de seus valores tangíveis e intangíveis.

Nessa perspectiva, o turismo se insere nas mais diversas formas de lazer, impactando a comunidade local, através da produção de bens e serviços, essa gerada para o turismo e no próprio turista, o qual passa a valorizar e consumir os saberes e fazeres da comunidade receptora.

4 Rede de Cidades Criativas da Unesco

Criada em 2004, a Rede de Cidades Criativas da Unesco emerge no contexto da economia criativa e das indústrias criativas com o propósito de aceleração do desenvolvimento das cidades-membros, com a meta de promover a cooperação internacional entre as que fazem parte da rede, a partir do compromisso de investir na cultura da criatividade como propulsão para o desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e o aumento da influência e valorização da cultura no mundo, de modo que possa reverter em melhoria da qualidade de vida à população.

Observa-se que 80% da população mundial vive, atualmente, nas cidades, demandando novas forma de organização e de adequação às vontades e aspirações profissionais e pessoais dos cidadãos. Segundo a Unesco (2013), a cidade criativa, a partir da sua cultura, pode desempenhar uma renovação urbana no sentido mais amplo, isto é, valorizando a cultura local, a diversidade e as habilidades e competências dos cidadãos, desenvolvendo meios e soluções próprias para os problemas em nível de gestão pública, setor privado e sociedade civil.

Entre os objetivos apontados pela Rede de Cidades Criativas (*Mission Statement* – Unesco, 2013), destacam-se o fortalecimento da criação, produção, distribuição e fruição de bens e serviços culturais em termos locais; promoção da criatividade e expressões criativas; melhorias ao acesso e participação na vida cultural, bem como a diversidade de bens culturais e integração das indústrias culturais e criativas em planos de desenvolvimento local.

Atualmente, a Rede de Cidades Criativas da Unesco conta com 69 cidades-membros, de 32 países diferentes, que estão divididas em sete aéreas: artesanato e arte popular; design; filmes; gastronomia; literatura; artes midiáticas e música. Do Brasil, apenas duas cidades integram essa rede, quando em dezembro de 2014, a cidade de Curitiba recebeu o título de “Cidade Criativa do *Design*” e Florianópolis, de “Cidade Criativa da Gastronomia”.

Nesse contexto, surgem algumas inquietações e questionamentos: Como integrar a seleta Rede de Cidades Criativas da Unesco? A cidade que busca o título de Cidade Criativa da Unesco em uma das áreas elencadas por essa rede, primeiramente, deve ser reconhecida como cidade criativa por seus habitantes e pelos representantes da Unesco, os quais avaliam as potencialidades das cidades-candidatas. Em segundo, devem estar enquadradas nas exigências da Unesco (2013, s.p.) que são: “As cidades criativas são as que promovem o desenvolvimento de indústrias criativas, em que a criatividade individual e o talento têm o potencial de criar riqueza e empregos através da geração e exploração de propriedade intelectual”. Além desse reconhecimento, as cidades devem atender aos critérios estabelecidos pela organização, como: compromisso de trabalhar os objetivos nas áreas de ação que visa à missão do programa Cidades Criativas, como os descritos na Declaração da Missão de Cidades Criativas; qualidade, quantidade e diversidade de cooperação internacional na área específica; experiência e compromisso em sediar festivais e eventos em nível nacional ou internacional; plataformas Online nacionais ou internacionais dedicadas às indústrias criativas e economia criativa, dentre outros.

Uma vez nomeada parte da Rede de Cidades Criativas, a mesma pode compartilhar experiências e criar novas oportunidades com outras cidades em uma

plataforma global, nomeadamente para atividades baseadas nas noções de economia criativa e turismo criativo. Participar da rede confere à cidade o direito de usar o nome e o logotipo da Unesco, nos termos e nas condições especificados pela organização. Porém, ao se desmembrar da rede, a mesma não tem mais direito de mencionar sua filiação à Unesco, e muito menos, de utilizar materiais para a comunicação que se refiram à organização, pois são desligadas do programa.

5 Florianópolis: do contexto histórico à Cidade Criativa da Gastronomia

A Capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, possui 421.240 habitantes distribuídos em uma área de 675,409km. Está a 476km de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, e a 300km de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, pertencentes à Região Sul do Brasil. (IBGE, 2010). Florianópolis também é conhecida como a ilha da Magia e compreende uma parte insular, a ilha de Santa Catarina, e outra parte continental incorporada à cidade em 1927, por meio da construção da ponte Governador Hercílio Luz, de 820m de comprimento ligando a ilha ao continente. Os primeiros habitantes da região de Florianópolis eram índios Tupis-Guaranis que praticavam a agricultura, mas tinham na pesca e na coleta de moluscos as atividades básicas para sua subsistência. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS).

No século XX, Florianópolis passou por profundas transformações, sendo que a construção civil foi um dos seus principais suportes econômicos, além da pesca de frutos do mar. A implantação das redes básicas de energia elétrica e do sistema de fornecimento de água e captação de esgotos somou-se à construção da ponte Governador Hercílio Luz, como marcos do processo de desenvolvimento urbano. Isso se deu, principalmente, porque a cidade foi reconhecida pela população brasileira como grande facilitadora da valorização dos atrativos do centro urbano com a qualidade de vida em uma cidade rodeada por belas paisagens naturais, tais como a Serra e Litoral (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS), atraindo pessoas de diversas localidades brasileiras e estrangeiras que buscavam melhorias na qualidade de vida (morar no Litoral), oportunidades de emprego e de desenvolvimento de novos negócios vinculados (ou não) ao turismo, acarretando um aumento significativo na população, nas organizações e nos empreendimentos industriais, comerciais, destinados ao turismo. Em consequência, dessa demanda houve a necessidade de promover o desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos citadinos, bem como de organização e planejamento urbano.

A economia da cidade gira em torno das atividades de comércio, prestação de serviços públicos, indústria e turismo. (FLORIPAMANHÃ, 2014). A gastronomia passa,

também, a assumir um papel importante devido à recente participação da Unesco do grupo seletivo. Dentre os atrativos turísticos da capital, salientam-se, além das praias, as localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o próprio centro histórico da cidade de Florianópolis. Com relação à gastronomia, considerado um dos tripés do desenvolvimento da atividade turística, Florianópolis possui uma série de restaurantes considerados típicos da região, na qual ganham destaque os frutos do mar. Além disso, a capital ainda conta com restaurantes de comidas de outras localidades, como a mexicana, a japonesa, entre outras. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Florianópolis, desde dezembro de 2014, vivencia um momento histórico ao receber o título internacional “Cidade Unesco da Gastronomia”. A capital passou a integrar o grupo das cidades da gastronomia junto com Hunde (China) e Tsuruoka (Japão). O grupo já era composto por Popayán (Colômbia), Zahlé (Líbano), ChengDu (China), Jeonju (Coreia do Sul) e Östersund (Suécia), cidades, que prestaram apoio à candidatura de Florianópolis à Cidade Unesco da Gastronomia.

A indicação da capital foi realizada pela diretora da Unesco, Irina Bokova, alusiva aos dez anos da rede, em dezembro de 2014. Naquele mesmo ato, foram indicadas, no total, 28 novas cidades-membros. As cidades criativas da Unesco reúnem-se a cada ano para criar parcerias, compartilhar experiências, discutir novas formas de utilizar a cultura e a criatividade para o desenvolvimento local, além de apresentar as principais atividades desenvolvidas.

A associação “FloripAmanhã” foi a idealizadora do projeto que levou Florianópolis a se candidatar à Cidade Criativa da Gastronomia. Desde 2005, com a missão de desenvolver a cidadania e o bem-estar social de forma sustentável através de estratégias, entre elas, unir ideias de cidadãos que buscam tornar a cidade onde vivem um lugar cada vez melhor.

Atuando de forma não governamental, FloripAmanhã trabalha com diversas atividades e projetos que vão ao encontro dos objetivos de desenvolvimento da cidade para os próprios cidadãos, entre eles, o de “contribuir para a prosperidade da região destacando projetos direcionados aos conceitos de inovação, criatividade e cidade inteligente, como forma de bem-estar social e qualidade de vida”. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Dentre os projetos coordenados pela associação, encontra-se o “Florianópolis Cidade da Gastronomia”. O projeto foi desenvolvido por um período de cinco anos, com participação de Abrasel, Estácio/Assesc, Floripa *Convention*, IFSC, Sebrae, Setur/PMF e Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Florianópolis (SHRBS).

Segundo Barraso (2014), consultor do projeto “FloripAmanhã”, o projeto busca unificar a cultura gastronômica local e projetá-la como referência no mundo, “um dos requisitos da Unesco era que as cidades Popayán (Colômbia), Zahlé (Líbano), ChengDu (China), Jeonju (Coreia do Sul) e Östersund (Suécia) dessem um aval favorável à capital catarinense, já que deve haver cooperação e intercâmbio cultural entre as cidades.

O dossiê, documento que apresentou Florianópolis à Unesco, a fim de integrar a capital à Rede Mundial de Cidades Criativas da Unesco, foi elaborado pela associação “FloripAmanhã” (2014). O documento destaca que a cidade deseja integrar a rede “como forma de impulsionar e promover a indústria da gastronomia local, contribuindo para os desenvolvimentos socioeconômico e cultural da cidade e para sua visibilidade internacional. (FLORIPAMANHÃ, 2014, p. 7). Além disso, o mesmo dizia que a cidade tinha um grande potencial econômico, histórico e cultural, o que teria contribuído para ser uma referência nacional em gastronomia.

A gastronomia de Florianópolis caracteriza-se pela harmonia entre tradição e diversidade: os restaurantes locais valorizam e preservam expressões culturais como os modos de fazer, os ingredientes da região e outros costumes, ao mesmo tempo em que novos chefs formados em escolas de gastronomia promovem a releitura da gastronomia regional, propondo uma cozinha contemporânea com elementos do Estado de Santa Catarina. O resultado vai além da inovação, pois surpreende, encanta e conquista os comensais. (FLORIPAMANHA, 2014).

A caracterização da harmonia entre tradição e diversidade demonstra algumas das peculiaridades da produção gastronômica da cidade. Através da inovação pautada pela conquista na participação desse seleto grupo, a cidade pretende se destacar como polo turístico. Isso se percebe através do objetivo que a cidade apontou na sua candidatura, que foi impulsionar a gastronomia local e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Impulsionado pelo crescimento econômico dos últimos 15 anos, se percebeu, na cidade, um incremento de 38% no número de restaurantes locais. E, nessa perspectiva, a geração de emprego passou de 5.230 para 7.720, entre os anos de 2004 e 2010. Percebe-se, na Capital, uma mistura dos mais variados tipos de comida, entretanto os frutos do mar ganham destaque. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Florianópolis, junto com outros municípios litorâneos do Estado de Santa Catarina, representam 94% da produção nacional de moluscos, abastecendo, principalmente, mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. Florianópolis tem essa produção devido às características da ilha, das baías e enseadas ricas em fitoplâncton e com temperatura adequada. Apenas nessa atividade, 690 maricultores estão envolvidos gerando mais de quatro mil empregos indiretos. Além disso, a atividade *pesca artesanal*

constitui o principal elemento da culinária da ilha, que são os peixes, os siris, as ostras, osmariscos e camarões. De uma combinação das influências portuguesa e indígena e, mais tarde europeia, africana, etc. foi se moldando a culinária local.

Florianópolis também é conhecida como a “Capital da Ostra” desde 2009 quando foram produzidas, no Estado de Santa Catarina, 12.462 toneladas de ostras, mexilhões e vieiras, o que ocasionou uma movimentação financeira de R\$ 21,6 milhões de Reais. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Existem grande variedade de peixes na ilha de Florianópolis, mas cada espécie é servida de forma particular. Tainha, anchova, linguado e bagre são servidos como filés, cortados em postas fritas ou são servidos na forma de iscas de peixe à milanesa. Outra receita com a tainha é a chadama *escalada*, que deixa a mesma por horas no sol, para depois cozinhar. Existe também a opção pelo peixe enrolado na folha de bananeira. Para os acompanhamentos, têm-se arroz, caldo de peixe, pirão, bananas empanadas, consideradas as mais tradicionais da ilha. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

A produção estadual de alimentos também torna mais rica a gastronomia em Florianópolis que conta com uma oferta de produtos diversificados e, em alguns casos, exclusivos da Região Sul do País. O Estado de Santa Catarina é o maior exportador e o maior produtor brasileiro de frango e carne suína; também se destaca na pecuária bovina, na pesca e na agricultura. (FLORIPAMANHÃ, 2014). Além disso, entre os alimentos em destaque em Florianópolis, é importante destacar a mandioca, como refere o jornal:

Base da alimentação brasileira, a mandioca já era usada pelos indígenas antes da chegada dos portugueses. A raiz pode ser consumida cozida ou frita ou, ainda, transformada em farinha. A farinha de mandioca é consumida pura, como acompanhamento, ou utilizada na fabricação de diversos alimentos da culinária tradicional brasileira. Além da produção industrial na região, Florianópolis ainda conta com alguns engenhos artesanais para fabricação da farinha de mandioca, onde visitantes podem assistir à antiga tradição da “farinhada”, muitas vezes com a roda do engenho puxada por bois. Existe uma comunidade da farinha de mandioca no movimento *Slow Food*, que compreende cerca de 50 famílias, se localiza em torno de Santo Antonio de Lisboa, na ilha de Santa Catarina. (FLORIPAMANHÃ, 2014, p. 11).

Dentre as comidas e bebidas típicas de Florianópolis, o dossiê enviado à Unesco apresenta como cardápio tradicional da cidade a caipirinha com limão e a cachaça artesanal, elaborada com cachaça local e alguns pedaços de limão juntamente com açúcar e gelo; a casquinha de siri, elaborada com carne de siri, numa mistura de azeite de dendê, leite de coco, cebola e tomate; e o caldo de peixe, elaborado normalmente com a cabeça do peixe, azeite, salsinha, tomate e cebola. Entretanto, atualmente, o que ganha destaque em Florianópolis é a chamada “sequência de frutos do mar”, pela qual o

consumidor paga um valor único e desfruta de uma série dessas delícias. A sequência é servida com ostras gratinadas e naturais, camarões fritos e à milanesa, mariscos, casquinha de siri e duas postas do peixe do dia ao molho de camarão, acompanhados de arroz, pirão e salada. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

A cidade ainda conta com frutas que podem ser consumidas *in natura* ou através de molhos e doces, como: banana, pitanga, goiaba branca e vermelha, melancia, mamão, bergamota, abacate, limão e laranja. Além disso, temperos e condimentos também são destaque na região: canela, cravo, alho, salsa, colorau, cominho, cebola verde, tomate cereja, vinagre, manjericão, coentro, hortelã, orégano, pimenta, entre outros. Entre os doces, o projeto “FloripAmanhã” (2014) destaca alguns: *Beiju* – elaborado com massa crua de farinha de mandioca depois de prensada; usa-se também sal, ovo, canela, cravo; *Cuscuz* – com os mesmos ingredientes do Beiju, apenas se modifica o seu cozimento, através de banho-maria; *Broa* – considerado um biscoito que leva araruta, coco ralado, margarina, açúcar e ovos; *Mousse* ou *Geleia* – através do cozimento da fruta, à qual se mistura o açúcar e se mexe até o ponto certo; *Rosca de Polvilho* – escalda-se uma parte do polvilho na água quente e se juntam açúcar mascavo, canela, cravo, erva doce, uma pitada de sal, leite ou água, ovos e farinha de mandioca.

A mandioca, presente em forma de farinha em diversos pratos da cidade, é um ingrediente essencial no “pirão”, outro prato considerado um ótimo acompanhante de frutos do mar. O pirão é uma mistura de farinha de mandioca com água, o que também pode ser feito com caldo de feijão, caldo de camarão ou caldo de peixe, como já comentado. O camarão, presente na sequência de frutos do mar, ganha destaque por ser um dos pratos mais apreciados na Capital, e, nesse sentido, acabou ganhando sua mesma sequência: ele é servido de diversas formas: frito, à milanesa, com alho, no molho de peixe, entre outras. Além disso, o camarão também está presente em outras receitas, como: maionese de camarão, risoto de camarão, feijoada de camarão com feijão branco, pastel de camarão, camarão na moranga, entre outras. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Com o objetivo de promover a gastronomia local, Florianópolis criou diferentes projetos que cominaram o setor de turismo, a gastronomia e eventos para o desenvolvimento desse nicho da economia local. Um dos projetos é o “Fortalecimento de Bares e Restaurantes da Grande Florianópolis”, que tem o objetivo de aumentar a competitividade das empresas do ramo de alimentação. É contemplado por ações, como o Festival Brasil Sabor; o Festival Sabores de Coqueiros; o lançamento anual do livro *Segredos dos chefes*, além da capacitação empresarial dos empreendimentos. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

Além disso, Florianópolis realizou, no final de 2014, algumas ações, a fim de provar por que foi escolhida. Dentre elas, pode-se destacar o observatório gastronômico que tem como objetivo a realização de oficinas para discussão sobre a gestão da gastronomia local. (FLORIPAMANHÃ, 2014).

É importante destacar que um laboratório de inovação cultural foi instalado e tem como meta, além de dar suporte a projetos vinculados à Unesco, a realização de projetos para o desenvolvimento da cultura criativa.

6 Conclusão

Conforme observado, Florianópolis se destaca por suas belezas naturais, sua cultura de pesca, favorecendo, assim, a diversificação da gastronomia. Ao longo deste estudo, também foram apresentados conceitos desenvolvidos por estudiosos, a fim de contribuir para o alcance do objetivo geral. A cidade que pretende ser criativa precisa de inovação e valorizar a cultura nos seus saberes e fazeres cotidianos.

Entre os resultados deste estudo, considerou-se importante reunir elementos que sirvam de subsídios aos gestores públicos das demais cidades brasileiras, que buscam entrar para a Rede de Cidades Criativas da Unesco. Entre os aspectos observados, está ainda a identificação de Florianópolis como Cidade Criativa da Gastronomia, que, desde sua fundação, possui tradição na pesca e nos derivados de frutos do mar na constituição de sua alimentação, destacando-se também, pela valorização da cultura local por meio da gastronomia, o que promove o desenvolvimento de um destino turístico gastronômico.

É importante acentuar que uma cidade que busca um título desse porte precisa de pessoas capacitadas que se preocupem com as questões exigidas pela Unesco, que façam estudos em busca de reconhecimento como cidade criativa através de seus moradores e, principalmente, dos membros da Unesco. Só assim, um título dessa grandeza, será alcançado.

Por fim, acredita-se que Florianópolis buscou, por meio dessa caracterização – cidade criativa voltada à gastronomia – um meio de divulgar a cidade de forma internacional, atraindo turistas e gerando benefícios principalmente à comunidade local.

Referências

CIDADES CRIATIVAS DA UNESCO. *Mission Statement*. Set. 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Mission_statement_Bologna_creative_cities_meeting.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2015.

DEC. DOSSIÊ DE ECONOMIA CRIATIVA. *Agência Inova Cult Digest*, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://www.esar.edu.pt/be/ficheiros/Recursos/Economia/Dossier_Economia_Criativa.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.

FARIAS FILHO, Milton C.; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. *Planejamento da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas, 2013.

FLORIPAMANHÃ, Dossiê. Cidade Unesco da Gastronomia. 2014. Disponível em: <http://floripamanha.org/wp-content/uploads/2014/02/unesco_relatorio_6a_2013.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.

FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FLORIPAMANHÃ, 2014. Disponível em: <www.floripamanha.org/principaisobjetivos>. Acesso em: 27 abr. 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=420540>>. Acesso em: 16 mar. 2015

ISCET. INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E DO TURISMO. International Congress on Tourism – Turismo Cultural. Porto, Portugal, de 21 a 23 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.iscet.pt>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

LANDRY, C. Cidade criativa: a história de um conceito. In: REIS, A. C. F.; KAGEYAMA, P. (Coord.). *Cidades criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. p. 30-37, Disponível em: <http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2015.

LANDRY, C. *Origens e futuros da Cidade Criativa*. São Paulo: Sesi, 2013.

REIS, A. C. Fonseca. *Economia criativa como estratégia do desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, A. C. Fonseca. Cidades Criativas, turismo cultural e regeneração urbana. 2009. Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Cidades-Criativas.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

REIS, A. C. Fonseca; KAGEYAMA, P. *Cidades Criativas: perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

SALMAN, Duygu. Rethinking of cities, culture and tourism with in a creative perspective. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Special Issue v. 8, n. 3, p. 1-5, 2010.

SANTOS, R. *Indústrias culturais, imagens, valores e consumos*. Lisboa: Edições 70, 2007.

SANTOS, Joana F. F. *As Cidades Criativas como modelo dinamizador do destino turístico*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Tomar, Lisboa, 2013.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=a+cidade&menu=6>>. Acesso em: 9 abr. 2015.

PORTUGAL. Disponível em: <<http://www.portal.ipt.pt/mgallery/default.asp?obj=4055>>. Acesso em: 3 set. 2013.

UNCTAD. UNITED NATIONS CONFERENCE. 2004. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/Docs/td412_en.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific And Cultural Organization. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003. Disponível em: <<http://www.unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 2013. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 26 mar. 2015.

VALVERDE, Rodrigo R. H. F. A rede de Cidades Criativas da Unesco e o desafio das indústrias culturais latino-americanas. 2012. São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.egal2013.pe/wp-content/.../07/Tra_Rodrigo-R-H-F-Valverde.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

VIVANT, Elsa. *O que é uma Cidade Criativa?* São Paulo: Senac, 2012.

Gastronomia e turismo: os pães coloniais de São Gotardo

Etiene M. Johannsen* – Susana Gastal**

Resumo: São Gotardo, localizado no Distrito de Vila Seca, em Caxias do Sul, é marcado por forte herança cultural dos itálicos que migraram para região Nordeste do Rio Grande do Sul, no século XIX. A gastronomia é destaque nessa herança e, nesses termos, um patrimônio a ser salvaguardado, em especial, nas suas receitas *ancienne*.¹ O presente artigo, portanto, tem por objetivo apresentar o patrimônio gastronômico da localidade e suas possibilidades turísticas. Metodologicamente, segue a História Oral, que valoriza os saberes do cotidiano dos quais as pessoas são portadoras, resgatando-os através de entrevistas abertas. Os resultados preliminares do trabalho indicam a possibilidade de releitura de receitas de pães coloniais através de técnicas gastronômicas, mas que mantenham a essência da linhagem antiga na produção local de pães artesanais, como possibilidade para o fomento turístico regional.

Palavras-chave: Turismo. Gastronomia. Cozinha colonial. Pão. São Gotardo.

Abstract: São Gotardo, located in the Vila Seca District, in Caxias do Sul, is marked by strong heritage from Italians who immigrate to the northeast region of Rio Grande do Sul, in the XIX century. In this heritage the gastronomy stands out and must be preserved, especially the *ancienne* recipes. This article therefore aims to present the gastronomic heritage of the town and its tourist possibilities for the Northeast region. Methodologically it follows the Oral History, which values people's everyday knowledge, through open interviews. Preliminary results of the study indicate the possibility of reinventing colonial breads recipes and modernized culinary techniques, while maintaining the essence of ancient lineage in local productions of homemade breads, as a possibility for regional tourism promotion.

Keywords: Tourism. Gastronomy. Colonial food. Bread. São Gotardo.

1 Introdução

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a gastronomia é um item muito importante quando se busca fomentar o turismo e que esse pode ser um encaminhamento com viabilidade técnica para a mesorregião Nordeste do Rio Grande do Sul. Na gastronomia local, destaca-se o pão.

Produto de forte simbolismo cultural, a história do pão confunde-se com a da própria humanidade, pois se trata de um dos alimentos mais antigos de que se tem notícia, com registros arqueológicos que reportam há mais de oito mil anos. Informes arqueológicos registram a presença de padarias em 3500 a.C., em vila egípcia, a qual seria capaz de alimentar milhares de pessoa. (FRANCO, 2001). Outros dados que caracterizam o viés sociológico e o simbólico do pão é a questão da fermentação, que remonta a 2.660 a.C., provavelmente descoberta por acaso. A fermentação foi um

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Doutora. Professora, orientadora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: susanagastal@gmail.com

¹ *Ancienne*: termo francês, que em português significa *antigo*.

avanço importante, muito embora não seja utilizada em todas as culturas, pois algumas considerariam esse processo, associado à putrefação, como impuro. (FRANCO, 2001).

São Gotardo localiza-se no Distrito de Vila Seca, distante cerca de 25km do Município de Caxias do Sul, região Nordeste do Rio Grande do Sul. Os primeiros moradores da comunidade chegaram ao local no início do século XX. Descendentes de imigrantes italianos, trouxeram consigo usos e costumes de seus ancestrais, os quais foram sendo passados às novas gerações. Após se estabelecerem nesse território, construíram uma igreja, que passou não só a marcar a religiosidade da comunidade, mas se transformou em ponto de encontro nos finais de semana.

Hoje, há cerca de 130 famílias na comunidade, muitas das quais trabalham na agricultura, produzindo grande parte da alimentação consumida no dia a dia. Para as festividades, há um grande salão de festas onde, aos domingos, os moradores se reúnem para falar sobre o que ocorreu durante a semana, jogar baralho e rezar. Durante o ano, são promovidas festas com missa e almoço colonial, quando consta do cardápio a tradicional sopa de *agnolini*,² o *pien*,³ a salada, a carne assada de gado, frango e suíno e a batata com maionese. Nesses encontros, toda a comunidade se faz presente, colaborando voluntariamente na preparação dos alimentos, na cozinha, assim como no momento de servir.

Esse cenário, em especial em termos gastronômicos, permitiu supor que, feito o registro dos pratos ali preparados e o resgate de receitas tradicionais, ter-se-ia uma riqueza de oferta de alimentos, que poderiam fomentar o turismo na localidade. Partiu-se do elemento mais básico, por estar presente não só nas mesas locais, mas que acompanha a história da humanidade, ou seja, o pão. Propôs-se mesclar práticas da alta gastronomia às receitas *anciennes* de pães coloniais, buscando valorizar os alimentos produzidos na área rural, reforçando sua qualidade e originalidade.

Pesquisa em torno dos pães de São Gotardo foram realizadas em 2014, tendo a História Oral (HO) como metodologia e pressuposto teórico, no tratamento dado à memória e à valorização dos saberes do cotidiano, dos quais as pessoas são portadoras, resgatando-os através de entrevistas abertas.

2 A memória: processo social e metodologia de pesquisa

Comer é um ato compartilhado, portanto, uma prática social, que se conjuga ao ato individual de se alimentar. Assim, o significado sociológico de uma refeição, como aponta Simmel (2004), está na força socializadora dessa prática ancestral, demonstrando

² *Agnolini* ou *capelete*: massa recheada com frango, em forma de pequenos chapéus, presente nas comunidades italo-descendentes.

³ *Pien* (recheio). Espécie de bolo feito com miúdos de frango ou carne moída, misturado com ovos e condimentos.

que o comportamento relativo à comida se liga diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social.

Identificando o pão com o corpo de Cristo, a ceia cristã foi pioneira ao criar, sobre o chão dessa mística, a verdadeira identidade também daquilo que é consumido, criando assim uma forma muito particular de comunhão entre os participantes. Pois aqui, onde cada um não toma para si a parte do todo negada aos outros, mas cada qual recebe o todo em sua misteriosa indivisibilidade igualmente repartida a todos, o elemento egoísta da excludência, próprio do comer de cada um, foi superado por completo. (SIMMEL, 2004, p. 160).

A socialização da refeição veio acompanhada de estilização estética, base da futura alta gastronomia. Vale ressaltar que “a historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época, e que marcaram uma época. Nesse sentido, o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come”. (SANTOS, 2005, p. 12-13). Sendo sociais, os hábitos e práticas alimentares se constituem em veículo de emoção, trazendo em si forte relação entre comida e memória, constituidores de cultura através do que as pessoas constroem para si mesmas e para suas comunidades. Memórias que têm, nos relatos, suporte privilegiado de transmissão:

Faz parte da natureza humana o hábito de contar histórias. Narramos o tempo inteiro, contamos o que nos aconteceu durante o dia, o sonho da noite anterior, contamos fatos que também nos foram contados, narramos nossas próprias experiências anteriores em determinadas circunstâncias, contamos o que acontece ou aconteceu com pessoas conhecidas ou não, e assim por diante. As ações sociais humanas são transmitidas de pessoa para pessoa por meio da narração do fato em si. Dessa forma, relatar um acontecimento de qualquer natureza significa ter a habilidade de fazer com que o interlocutor construa um sentido a respeito do que está sendo contado, resgatando o fato e analisando-o repetidas vezes, se necessário. (JOHANNSEN; BEVILACQUA, 2013, p. 19).

Tendo em vista que as oralidades acompanham a evolução social dos indivíduos, promovendo constante encontro com seu passado através da memória, vê-se que, mesmo com toda a tecnologia disponível na atualidade, memória e imaginação estão intimamente ligadas e, independentemente da forma como esse processo se difunde, afloram através da oralidade. Nesse contexto, somos sempre personagens de nossas próprias histórias e sistematizamos nossas lembranças como queremos ou de acordo com o que nos é significativo. Logo, a partir da possibilidade de sistematização das memórias, é possível organizar estudos a partir do registro da oralidade, visto que a memória é “uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado”. (MATOS; SENA, 2011, p. 97).

Portanto, as oralidades consistem, também, em procedimento metodológico para registro de vivências e lembranças que permitem o compartilhamento de saberes

cotidianos que possam fomentar o conhecimento científico, como proposto no âmbito da História Oral, em que pese ainda haver certo preconceito quanto ao uso desse recurso. A História Oral vale-se do recurso da multidisciplinaridade e também das questões de alteridade, uma vez que a realidade, a partir dessa perspectiva, é vista pelo olhar do *outro*. Metodologicamente, apresenta técnicas que organizam procedimentos, como a entrevista, por exemplo, determinando a forma de participação daqueles que nelas estão envolvidos e os que devem ser tomados pelo pesquisador na coleta e no tratamento da informação.

Levando em conta o método de pesquisa escolhido para a realização do projeto, ou seja, a entrevista propriamente dita, além de filmagens realizadas durante as oficinas, é importante ressaltar que o método de pesquisa que emprega História Oral pode ser considerado de ordem qualitativa. O emprego da oralidade era, anteriormente, visto como prática apenas de pesquisas antropológicas. Todavia, outras áreas do conhecimento recorreram a essa prática, como as ciências humanas e sociais. Assim, a multidisciplinaridade valoriza a contribuição de outras disciplinas que auxiliam pesquisas de fontes orais. Alguns pesquisadores acreditam que as histórias orais consistem em uma metodologia mais abrangente do que uma simples técnica de entrevista. Outros acreditam que elas não passam de uma técnica que organiza “procedimentos de trabalho, tais como as entrevistas, e de que forma os entrevistadores e os entrevistados devem se comportar”. (MATOS; SENNA, 2011, p. 100).

No emprego de histórias orais em diversas áreas do conhecimento científico, verificam-se alguns procedimentos e técnicas comuns a todas as áreas, tais como: Estudo documental; Depoimento (gravado em áudio e/ou vídeo); Entrevista (gravada em áudio e/ou vídeo). Diversos temas fomentaram o uso de histórias orais como metodologia de pesquisa, como principalmente fatores sociais, cujos estudos estão ligados ao estudo da memória, o que acabou gerando tendências dentro das histórias orais, integrando-se, por isso, à história geral. Dependendo da cultura em que uma pesquisa está inserida, pode haver incentivo ou resistência ao uso de histórias orais, sendo a resistência um fator de privação de novas perspectivas, tendo em vista que “a história oral utiliza como fonte a memória de um testemunho para a compreensão de uma sociedade, a qual dá à história um campo de pesquisa considerável”. (MATOS; SENA, 2011, p. 101).

Se os cuidados metodológicos forem considerados, as histórias coletadas por esse viés trazem contribuições à ciência, as quais muitas vezes, não seriam alcançadas apenas por meio de fontes escritas. Para a História Oral as fontes escritas alimentam os referenciais teóricos e respaldam o conhecimento específico a respeito do qual se

pesquisa, evitando que ambiguidades ou reflexividades⁴ interferiram no estudo como um todo. O ideal seria que as fontes orais fossem estudadas em conjunto com documentos escritos do mesmo período histórico, pois informações de uma fonte são alimentadas e complementadas por outra.

A partir de observações de campo e de pesquisa bibliográfica a respeito de festividades populares realizadas em comunidades específicas, como as da região em estudo, pode-se dizer que as pessoas têm por hábito compartilhar e transmitir não somente valores sociais, mas, principalmente, aquilo que constitui item de sobrevivência, ou seja, as necessidades mais básicas, como, por exemplo, beber, comer e se comunicar. Tais funções, além de imprescindíveis à manutenção da vida, não são idênticas ao pensar ou à habilidade de ver, já que a primeira pode ser desenvolvida na busca individual por conhecimento, e a segunda independe da interferência do *outro*, pois o que vemos, todos também podem ver. Partindo desses pressupostos, buscou-se vincular tais necessidades a prazeres como o de viajar, conhecer outras culturas e costumes, bem como suas relações de pertencimento constituídas a partir das refeições.

Seguindo as considerações até aqui apresentadas, que não separam memória (visto como fato social), de metodologia científica para trabalhar com a memória, a investigação relatada buscou, a partir da realização de oficinas de panificação, em São Gotardo, construir um espaço onde o pesquisador pudesse observar e avaliar sua própria prática, integrando-se ao grupo pesquisado, com vistas a unir discurso e prática, ao questionar sobre o potencial turístico da região, considerando a gastronomia e a possível releitura de receitas *anciennes*, de confecção de pães. Para tanto, foram realizadas oficinas de elaboração de pães coloniais e visitas à comunidade do Distrito de Vila Seca. Nessas ocasiões, foram realizadas entrevistas com ênfase nas histórias transmitidas oralmente de geração em geração, das quais fazem parte receitas e práticas de elaboração de pães, narradas e ensinadas no interior das unidades familiares particularmente.

Tendo sido realizadas entrevistas orais, nesse viés metodológico e após reunião com a família em estudo, da qual é membro uma das alunas do curso de Gastronomia da Universidade de Caxias do Sul, foram realizadas, em sua residência, oficinas de elaboração de pães caseiros, cuja organização ocorreu da seguinte forma: Receituário verbal; *Mise-en-place*: insumos e utensílios; Elaboração de fermentos e mistura das massas; Sova e levedação; Boleamento e cocção. Obviamente, as práticas realizadas durante as oficinas de saborização dos pães, cujo propósito, como já dissemos, é

⁴ Reflexividade: uma variável alterada altera todas as demais de um sistema em estudo.

fomentar o turismo na região em estudo, também serão analisadas de forma abrangente, com vistas a atingir os diversos aspectos ora em estudo no processo de pesquisa.

3 Contextualizando o lugar

Para contextualizar os aspectos socioeconômicos e culturais associados a São Gotardo, é importante mencionar que Caxias do Sul somente foi alçada à categoria de cidade, em 1º de junho de 1910. A imigração para o local data de 1870 e, além de agricultores, trouxe à região também artesãos, que deram início ao processo local de industrialização. O município, ao longo dos anos, foi dividido administrativamente em sete distritos: *Primeiro Distrito*: Criúva, Fazenda Souza, Santa Lúcia do Piaí, Vila Cristina, Vila Oliva e Vila Seca e conta ainda com quatro Regiões Administrativas: Ana Rech, Desvio Rizzo, Forqueta e Galópolis.

Na zona rural, instala-se, então, a agricultura de subsistência que se concentra na produção de uva, trigo e milho. Todo o excedente era comercializado ou alimentava um incipiente processamento caseiro. Em São Gotardo, são produzidas frutas que, processadas, são exportadas para outras regiões do país ou vendidas em feiras na cidade de Caxias do Sul. A colheita das frutas varia conforme as estações do ano, podendo adiantar ou atrasar conforme as condições climáticas.

A economia na comunidade de São Gotardo se mantém à base da agricultura, permitindo um sistema alimentar que utiliza o melhor que a terra pode oferecer. A riqueza do local não se dá apenas em termos de frutas e verduras, mas também pelos ensinamentos que receberam dos seus antepassados e que são passados de geração em geração. As receitas dificilmente estão registradas em cadernos ou receituários, mas se acumulam na memória das mulheres. Os pratos, como: biscoitos, cucas, bolos e pães são feitos “de olho”, fazer que é transmitido de forma oral aos membros de uma mesma unidade familiar.

Além disso, no trabalho de campo, foi possível constatar que, além dos imigrantes vindos da hoje Itália, outras etnias perpassaram e povoaram a região, ocasionando não apenas a miscigenação, como também um processo de aculturação, que aproximou não somente pressupostos musicais e de linguagem, como também tradições específicas. Tais especificidades convivem até os dias de hoje com a tradição vinda da região de fronteira do estado, mesclando sabores e temperos culinários e culturais.

Assim, favorecida pelo clima, pela alimentação em abundância, pela hospitalidade acolhedora e tendo por base a uva e o vinho produzidos na região, outras localidades da mesorregião Nordeste do Rio Grande do Sul já se colocam com destaque no turismo do

estado e mesmo do País. Reforça-se a ideia de que, ao se buscar o resgate gastronômico, possibilita-se o fomento do potencial turístico em Vila Seca – São Gotardo – RS.

Na ampla gama de produtos da gastronomia local, destaca-se, como elemento básico, o pão. Assim, tendo por objetivo valorizar os alimentos produzidos na zona rural para potencializar o turismo, propôs-se mesclar práticas da alta gastronomia com receitas *anciennes* de pães coloniais. A saborização desse alimento pode constituir-se em mote turístico, uma vez que o turista irá ingerir não apenas o pão em si, mas também um simbolismo experimental gastronômico, recheado de história e cultura, que consiste numa forma concreta de resgate imaterial.

Nas oficinas, tudo foi realizado informalmente, inclusive as entrevistas com as vovós, contando a grande dificuldade na produção da farinha. As participantes diziam, em uma de suas falas, que antes tudo era muito complicado e hoje elas são mais felizes, pois tudo é mais fácil. Por outro lado, comentaram que o trigo moído à mão tinha mais sabor, era artesanal o que deixava o trigo mais escuro. Outras mulheres que também participaram das oficinas afirmaram que não há necessidade de grandes tecnologias para produção de pão colonial, pois criaram filhos e netos com a mesma receita da *nona* [avó], cuja base é banha e fermento de batata. Isso demonstra que a oralidade também garante a qualidade do produto, mantendo a tradição familiar, visto que ditas receitas, além de escritas, são faladas, trabalhadas, compartilhadas e degustadas a partir de manifestações orais.

Para melhor exemplificar a mescla da alta gastronomia com pão colonial, o Quadro 1 mostra a sugestão da *Chef* para elaboração de um fermento diferenciado.

Quadro 1 – Mescla da alta gastronomia ao pão colonial

Receitas originais	Alterações sugeridas pela <i>chef</i> pesquisadora
Receita escrita em dialeto italiano e passada oralmente: <ul style="list-style-type: none"> • Farinha • Água • Fermento de batata • Sal • Banha de porco 	Receita da <i>Chef</i> : <ul style="list-style-type: none"> • Farinha • Água • <i>Levain</i> (massa azeda) • Sal • Manteiga + banha de porco
Procedimentos originais	Alterações sugeridas pela <i>chef</i> pesquisadora
Misturar e sovar todos os ingredientes Deixar fermentar – 30 minutos Bolear Coccionar	Misturar os ingredientes, sem o sal 1º descanso = 1 hora Acrescentar saborizantes, sovar e bolear 2º descanso = 1 hora Coccionar

Fonte: Johannsen (2015).

Na primeira oficina realizada, tanto o processo de elaboração do *levain*, como a fermentação, o boleamento e a cocção ocorreram adequadamente, tendo em vista que a aluna do curso de Gastronomia da UCS, neta de uma das vovós participantes da pesquisa, interferiu nas interações entre ela e a *Chef*, a fim de auxiliá-la na realização das atividades propostas pela professora. Todavia, se percebeu que a vovó não soube dar continuidade e manutenção ao *levain*, deixando que morresse a fermentação e, conseqüentemente, todas as demais etapas do processo.

A realização de outras oficinas está projetada como parte do prosseguimento da pesquisa, a fim de que outros aspectos possam ser observados mais a fundo, o que nos faz acreditar na complementação e continuidade da investigação.

4 Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se analisar diversos aspectos relacionados à região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, com o propósito específico de fomentar a atividade turística local, a partir de um enfoque gastronômico. Pesquisas foram realizadas no que diz respeito à economia e à formação sociocultural local, visando a compreender e atingir, turisticamente, a heterogeneidade formativa da sociedade da região.

A partir de entrevistas e oficinas envolvendo práticas gastronômicas, buscou-se responder à pergunta de pesquisa e, nesse processo, identificou-se ser possível encontrar uma resposta afirmativa a tal questionamento. Isso ocorreu porque se viu que o pão colonial pode ser elaborado, mantendo receitas orais originais, com sabores e aromas diferenciados, aplicando insumos contemporâneos, sem desconsiderar o patrimônio cultural local, no resgate gastronômico em busca do desenvolvimento de seu potencial turístico. Na região em estudo, especificamente, constatou-se que a gastronomia está diretamente ligada a serviços oferecidos ao turista, como hospedagem acolhedora de base alimentar, comércio e lazer. A mescla da alta gastronomia com receitas *anciennes* visa, obviamente, a fomentar o turismo na região, entretanto objetiva um patamar maior, ou seja, o de transmissão do patrimônio cultural aí esboçado, expandindo fronteiras e levando mais longe os pressupostos culturais, econômicos e socioculturais locais.

Referências

- BEVILACQUA, Rachel M. *O contar histórias e o gosto pela leitura*. 1998. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras – Português e Inglês) – Unisinos, São Leopoldo, 1998.
- FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a gourmet: uma história da gastronomia*. São Paulo: Senac, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIMENES, Maria H. S. G. *Cozinhando a tradição: gesta, cultura e história no Litoral paranaense*. 2008. 405 f. Tese (Doutorado em História – Setor de Humanas, Letras e Artes) – UFPR, Curitiba, 2008.

JOHANNSEN, E. M.; BEVILACQUA, R. M. A elaboração de pães coloniais como resgate cultural do patrimônio imaterial, na região de Vila Seca – São Gotardo – RS. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 2013, Pelotas. *Anais...* Pelotas: UFPel, 2013.

MATOS, Júlia S.; SENNA, Adriana K. História oral como fonte: problemas e métodos. *Históreae*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95, 97, 108, 2011.

PERTILE, Krisciê; GASTAL, Susana. Turismo e gastronomia: as vozes italianas e a culinária de imigração. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. TURISMO E PAISAGEM: RELAÇÃO COMPLEXA, 7., 2012, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2012.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, v. 42, p. 11-31, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewArticle/464>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SIMMEL, Georg. Sociologia da refeição. *Revista Estudos Históricas*, v. 1, n. 33, p. 160, 2004.

Realidade migratória: dados comparativos entre Senegal e Brasil

Migratory reality: comparative data between Senegal and Brazil

Vania Beatriz Merlotti Herédia* – Bruna Pandolfi**

Resumo: A cidade de Caxias do Sul tem recebido fluxos migratórios internacionais nos últimos anos. Entre esses fluxos, está a presença de imigrantes do Senegal, localizado na África Ocidental, com uma população de 13,9 milhões de habitantes. A partir dessa realidade, o objetivo deste estudo é identificar as características do Senegal na comparação com os dados do Brasil. Trata-se de um estudo quantitativo que utiliza o método comparativo. Os dados foram obtidos através do quadro de dados da população mundial do *Population Reference Bureau* publicados nos anos de 2010, 2011 e 2014. Como principais resultados tem-se que o Senegal é um país com indicadores de desenvolvimento humanos e sociais (taxa de mortalidade infantil; taxa de fecundidade; esperança de vida ao nascer; mortes maternas; população alfabetizada, etc.) inferiores aos indicadores do Brasil, o que significa que aquele país tem diversos desafios para a construção do seu desenvolvimento. Portanto, o Brasil, conforme esses dados do *Population Reference Bureau*, apresenta indicadores de condições de desenvolvimento mais positivos do que o país africano. Assim, a busca por melhores condições de vida impulsiona a vinda de imigrantes senegaleses para o Brasil.

Palavras-chave: Senegal. Brasil. Migrações internacionais. População. Indicadores.

Abstract: The city of Caxias do Sul has been receiving international migratory flows in the past years. Among these flows there are immigrants from Senegal, in Central Africa, with 13.9 thousand inhabitants. Based on this fact, the aim of this study is to identify the characteristics of Senegal compared with data about Brazil. It is a quantitative study that uses the comparative method. Data was obtained from the world population data sheet of the *Population Reference Bureau*, published in 2010, 2011 and 2014. As main results it was found that Senegal is a country with indicators of human and social development (child mortality rate; fertility rate, life expectancy at birth, maternal mortality, literate population, etc.) inferior to the indicators of Brazil. This means that Senegal faces numerous challenges to build up its development. Therefore, Brazil, according to the data from the *Population Reference Bureau*, presents more positive indicators of development conditions than the African country. This way the search for better life conditions has been driving the coming of Senegalese immigrants do Brazil.

Keywords: Senegal. Brazil. International migrations. Population. Indicators.

1 Introdução

O fluxo migratório de senegaleses para o Município de Caxias do Sul, na região Nordeste do Rio Grande do Sul, tem sido constante desde 2010. A cidade gaúcha é considerada uma cidade média e possui uma população estimada de 470.223 habitantes. (IBGE, 2014). Na história de sua formação, tem-se que ocorreu uma colonização por parte de imigrantes provenientes da Itália. Ao longo dos anos, diversos foram os fluxos

* Professora no curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Doutora em História pela Universidade de Gênova – Itália. Coordenadora do projeto “Migrações externas: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil”, financiado pela Fapergs. *E-mail:* vbmhered@gmail.com

** Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, durante o período de agosto de 2014 a julho de 2015, no projeto “Migrações externas: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil”, financiado pela Fapergs. Assistente Social pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* bdolfi.as@gmail.com

migratórios que chegaram até a cidade, sejam eles internos (de brasileiros de todas as regiões do País) e internacionais (de todos os lugares do mundo). Como um dos fluxos mais recentes e expressivos na cidade, estão os senegaleses.

O Senegal está localizado na África Ocidental, com uma população de 13,9 milhões de habitantes. O país faz divisa com a Mauritânia, Mali, Guiné e Guiné-Bissau e possui uma parte litorânea banhada pelo oceano Atlântico. Além de possuir entre seu território a Gâmbia, como se pode observar na Figura 1. A capital é a cidade de Dakar, localizada perto do oceano. O país foi colonizado pela França e conseguiu sua independência somente em junho de 1960.

Figura 1 – Senegal inserido na África Ocidental



Fonte: Disponível em: < <http://wwwnc.cdc.gov/travel/destinations/traveler/none/senegal>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

O Senegal possui características econômicas e sociais que revelam um país que busca desenvolvimento com diversas dificuldades, o que estimula a migração para outros lugares do mundo, visando ao trabalho e a melhores condições de vida. A partir dessa realidade, o objetivo deste estudo é identificar as características do Senegal na comparação com os dados do Brasil. Trata-se de um estudo quantitativo que utiliza o método comparativo. Os dados foram obtidos através do quadro de dados da população mundial do *Population Reference Bureau*, publicados nos anos de 2010, 2011 e 2014. O *Population Reference Bureau* é uma organização que tem como objetivo informar as pessoas de todo mundo sobre temas relacionados à população, à saúde e ao meio ambiente.

Diversos indicadores de desenvolvimento humanos e sociais, tais como: taxa de mortalidade infantil, taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer, mortes maternas e população alfabetizada foram coletados com a finalidade de identificar características tanto do Senegal, inserido no contexto da África Ocidental composta destes países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo, como do Brasil, inserido no contexto da América do Sul que é formada pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Brasil e Senegal possuem vários aspectos em comum, tais como: terem sido colonizados por países europeus (Brasil por Portugal e Senegal pela França); comporem o grupo de países considerados em desenvolvimento e terem uma história entrelaçada, pois a população brasileira conta, também, com a presença de africanos. Assim,

não se pode entender a história do Brasil sem compreender suas relações com o continente africano. A África está em nós, em nossa cultura, em nossa vida, independentemente de nossa origem familiar pessoal. Sendo brasileiros, carregamos dentro de nós muito da África. (LIMA, 2006, p. 70).

É preciso lembrar que “a história do tráfico de escravos africanos constituiu o mais longo e volumoso processo de migração forçada da história”. (LIMA, 2006, p. 70). Muitos africanos que chegaram no Brasil foram obrigados a migrar, pois não tiveram poder de escolha. Na atualidade, apesar de não serem obrigados a sair de seu país de origem, muitos o fazem para garantir a sobrevivência, o que não deixa de ser uma migração forçada pelo sistema capitalista.

2 Dados comparativos: Brasil e Senegal

Os dados populacionais são um dos primeiros indicadores que retratam o perfil de locais, regiões ou países. A Tabela 1 representa a população em milhões de habitantes em meados de 2014 com um percentual em relação à população mundial. Pode-se observar que o Senegal possui 0,19% da população mundial, sendo que o Brasil atinge 2,80% dessa população. Além disso, a população do Senegal é levemente superior à da maior cidade brasileira, São Paulo – SP, com 11.895.893 habitantes. (IBGE, 2014). Assim, se percebe que o país africano possui baixa taxa populacional na comparação com dados do Brasil.

Tabela 1 – População em milhões em meados de 2014

População/2014	Total (em milhões)	%
Brasil	202,8	2,80
América do Sul	410	5,66
Senegal	13,9	0,19
África Ocidental	339	4,68
Mundo	7.238	100,00

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2014, do *Population Reference Bureau*.

A população do Senegal é jovem, 44% dela tem menos de 15 anos de idade, e apenas 2% possuem mais de 65 anos, conforme dados do *Population Reference Bureau* de 2010. Já o Brasil possui 27% de sua população com menos de 15 anos e 7% com mais de 65 anos. Enquanto o Brasil tem uma população cada vez mais longeva, o Senegal ainda é um país de população jovem. Isso implica que os programas sociais no Brasil, nas últimas década,s têm auxiliado a população idosa e que nosso país se diferencia de outros pelas propostas de desenvolvimento. Vale lembrar que os conflitos pelos quais o País passa não é de natureza bélica, o que não representa dizer que não temos acentuadas contradições sociais. Nas últimas décadas, o Brasil instituiu programas sociais voltados à população que se encontra na linha de extrema pobreza com vistas a diminuir as vulnerabilidades. Constata-se pelos registros oficiais que esses programas trouxeram uma série de benefícios à população de baixa renda.

Por se tratar de um país de população jovem, o Senegal apresenta um número maior de nascimentos por 1.000 habitantes, cerca de 40. O número de nascimentos, conforme a Tabela 2, indica que os países da América do Sul têm menos nascimentos do que a média mundial; já os nascimentos nos países da África ocidental são superiores à média mundial, ou seja, nascem mais crianças naqueles países. Isso retrata bem o momento por que passam esses continentes, pois, enquanto a América convive com baixo número de nascimentos, ou seja, índices que alcançam a necessidade de reposição, de forma parecida com o que aconteceu no continente europeu, a África ainda revela um número mais elevado de nascimentos.

Tabela 2 – Nascimentos por 1.000 habitantes nos anos de 2010 e 2014

Nascimentos	2010	2014
Brasil	17	15
América do Sul	18	17
Senegal	39	40
África Ocidental	41	39
Mundo	20	20

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2010 e 2014 do *Population Reference Bureau*.

Assim como a taxa de nascidos é maior nos países da África ocidental, o número de mortes também é superior nesses países. A Tabela 3 retrata esses dados. Os dados comparativos do Brasil e da América do Sul têm se mantido constantes; ou seja, 6 mortes para cada 1.000 habitantes, enquanto no Senegal e na África Ocidental os mesmos são superiores ou iguais à média mundial, mesmo que apresentem como ponto positivo uma queda nos últimos anos.

Tabela 3 – Mortes por 1.000 habitantes nos anos de 2010 e 2014

Mortes	2010	2014
Brasil	6	6
América do Sul	6	6
Senegal	11	8
África Ocidental	15	12
Mundo	8	8

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2010 e 2014 do *Population Reference Bureau*.

Quanto a mortes maternas, os dados revelam que o Senegal apresentou 410 mortes maternas por 100.000 nascidos vivos, no ano de 2008, enquanto, no Brasil, são 58 mortes por 100.000 nascidos vivos. Esse resultado positivo deve-se aos investimentos em políticas de atendimento materno, como, por exemplo, a realização de pré-natal, programas de políticas públicas setoriais, etc.

O Brasil apresenta como taxa de crescimento natural o percentual de 0,9; já o Senegal possui uma taxa de crescimento natural de 3,2, ou seja 2,3 mais elevada que a taxa brasileira conforme dados do *Population Reference Bureau* para o ano de 2014. A taxa de fecundidade é maior no Senegal, como se observa na Tabela 4. Enquanto no Brasil a taxa é de 1,8 filho por mulher, no Senegal esse dado chega a 5,3 filhos. Além disso, pode-se observar que os dados, como um todo, têm sofrido queda desde 1970.

Tabela 4 – Taxa de fecundidade nos anos de 1970 e 2013

Taxa de fecundidade	1970	2013
Brasil	5,0	1,8
América do Sul	4,9	2,1
Senegal	7,3	5,3
África Ocidental	6,7	5,4
Mundo	4,7	2,5

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2014, do *Population Reference Bureau*.

A esperança de vida ao nascer é outro dado interessante que precisa ser observado na realidade desses países. A Tabela 5 evidencia a diferença entre ambos os países,

quando o Brasil apresenta uma diferença de 12 anos de esperança de vida na comparação com o Senegal, sendo a média da África Ocidental de apenas 55 anos. O sistema de proteção social brasileiro contribui para que o País tenha melhores índices e possa viver por um período mais longos de tempo. Essa afirmação é resultado da ação de políticas públicas que foram efetivadas a partir da Constituição de 1988, quando o Brasil adota um sistema de saúde para todos, regido pelo Estado, na garantia de atendimento universal. Saúde para todos, assistência social para quem dela necessita juntamente com as demais políticas sociais (alimentação, habitação, educação, etc.) possibilitam uma vida melhor e com proteção.

Tabela 5 – Esperança de vida ao nasce, no ano de 2013

Esperança de vida ao nascer	Mulheres	Homens	Ambos os sexos
Brasil	79 anos	71 anos	75 anos
América do Sul	78 anos	72 anos	75 anos
Senegal	65 anos	62 anos	63 anos
África Ocidental	55 anos	54 anos	55 anos
Mundo	73 anos	69 anos	71 anos

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2014, do *Population Reference Bureau*.

É preciso ressaltar que o Senegal tem obtido avanços nesse indicador de esperança de vida ao nascer, pois, em 1970, esse dado era de apenas 39 anos e, em 2013, elevou-se para 63 anos. O Brasil, em 1970 tinha como esperança de vida a idade de 59 anos; atualmente está com uma expectativa de 75 anos. Essa constatação indica que, nesses últimos 40 anos, o Brasil investiu em políticas públicas que são comprovadas nas taxas de distribuição da população.

Quanto ao indicador *população alfabetizada*, 45% das mulheres e 58% dos homens entre 15 e 24 anos são alfabetizados no Senegal, conforme dados relativos ao período de 2005-2008. No Brasil, 99% das mulheres e 97% dos homens são alfabetizados considerando essa mesma faixa etária e período. O Brasil tem melhores resultados nesse indicador devido à estrutura do ensino. A política social de educação está organizada para atender desde a crianças até adultos. O ensino é dividido em Básico, Médio e Superior e oferecido na modalidade pública e gratuita. No Senegal, o ensino pode ser através de duas escolas: francesa e a árabe. A francesa é baseada no sistema do país que o colonizou enquanto a escola árabe está vinculada à religiosidade, ou seja, aprende-se árabe para ler o Alcorão (livro sagrado) da religião muçulmana.

Um ponto polêmico é a presença de HIV/AIDS na população. Nos dados da população com HIV/AIDS, entre adultos de 15 a 49 anos, no período de 2007-2009, os

dados do Senegal e do Brasil são semelhantes, pois apresentam um percentual de 0,8% entre homens, como se observa na Tabela 6. Há uma diferença maior em relação às mulheres senegalesas com um percentual de 1,2% com HIV/AIDS enquanto o percentual de mulheres brasileiras é de 0,4%. Os dados dessa população doente auxiliam na desmistificação da ideia de que os africanos apresentam números superiores de pessoas com HIV. É importante ressaltar que o Brasil tem investido em política pública de prevenção e tratamento da doença, que passa pela distribuição gratuita de preservativos até o fornecimento da medicação necessária para a doença. Nesse aspecto, o Brasil é exemplo e modelo para todo o mundo.

Tabela 6 – Porcentagem da população com HIV/AIDS, entre adultos de 15 a 49 anos, no período de 2007-2009

População com AIDS	Mulheres	Homens
Brasil	0,4	0,8
América do Sul	0,3	0,8
Senegal	1,2	0,8
África Ocidental	3,0	2,1
Mundo	0,9	0,8

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2010, do *Population Reference Bureau*.

O grau de urbanização também é indicador do desenvolvimento de determinado país. Na Tabela 7, tem-se que o Senegal possui menos de 50% de seu território urbanizado, o que pode ser justificado pela proximidade com o deserto do Saara, pelo tipo de ocupação colonial, pelas lutas políticas, entre outras causas. O país, por ter uma pequena extensão territorial, possui maior concentração populacional na comparação com o Brasil que conta com uma extensa área territorial e concentra sua população nos grandes centros metropolitanos. Comparando os dois países, cujas extensões territoriais são distintas, lembra-se que o Senegal tem 196.722km² de extensão territorial e o Brasil 8.515.767,49km².

Tabela 7 – Porcentagem urbana nos anos de 2010 e 2014

Porcentagem urbana	2010	2014
Brasil	84	85
América do Sul	82	82
Senegal	41	47
África Ocidental	42	45
Mundo	50	53

Fonte: Quadro de dados da população mundial de 2010 e 2014, do *Population Reference Bureau*.

A população que conta com serviços de saneamento alcança 69% do meio urbano no Senegal e 87% do meio urbano no Brasil, conforme dados de 2008. Já a população rural conta com serviços de saneamento, cujo percentual é de 38% no Senegal e de 37% no Brasil.

3 Considerações finais

Reconhece-se a dificuldade de comparar entre dois países com realidades tão diferentes. Porém, se ressalta que identificar essas características permite compreender o motivo das migrações e da escolha do Brasil pelos senegaleses nos últimos anos.

O Brasil, apesar de todas as dificuldades e desafios que apresenta, tem obtido uma evolução em seus indicadores de forma muito positiva. Isso se deve, dentre os diversos motivos, a investimentos em políticas públicas sociais que permitem melhores condições de vida à população. Prova desses investimentos são as políticas públicas sociais como as de saúde, educação, assistência social, habitação, previdência social, segurança nutricional, entre outras, que, por meio de seus programas e projetos, atendem à população brasileira, principalmente aquela em situação de vulnerabilidade social.

O Senegal é um país com indicadores de desenvolvimento humano e sociais inferiores aos do Brasil, o que significa que aquele país tem diversos desafios para a construção de seu desenvolvimento. Devido à sua recente independência, o país ainda está em fase de organização interna. Dessa forma, é possível reconhecer que, mesmo com indicadores que não sejam tão positivos, o Senegal, em diversas circunstâncias, apresenta condições socioeconômicas mais avançadas do que os demais países da África Ocidental.

Através desse estudo, buscou-se realizar uma comparação entre dois países que estão conectados atualmente, devido ao processo migratório. Os dados apresentados revelam que os senegaleses buscam, no Brasil, possibilidades que não encontram no país de origem. O Brasil, por possuir uma situação econômica e social melhor que outros países em desenvolvimento, torna-se ponto de referência e destino de novas migrações. Seria válido que existissem trocas entre os diversos países do mundo para que as iniciativas pudessem ser utilizadas em favor da construção de um mundo melhor. Tanto Brasil quanto Senegal teriam muito a aprender com isso.

Referências

BUREAU, Population Reference. Quadro de dados da população mundial dos anos de 2010, 2011 e 2014.

LIMA, Mônica. História da África: temas e questões para a sala de aula. *Cadernos Penesb* – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: Quartet; Ed. da UFF, p. 68-101, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Trad. de Cristina Murachco. São Paulo: Edunesp, 1998.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org.). *História da África e dos africanos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Turismo alternativo como forma de desenvolvimento

Alternative tourism as a way of development

Felipe Decol* – Rosane Maria Lanzer**

Resumo: O turismo (como meio de desenvolvimento) pode ser causa de muitas formas de impactos – ambientais, sociais e econômicos. Sua maneira tradicional de exploração geralmente leva à massificação. Inicialmente, traz benefícios às populações locais, porém, fatores como excesso de turistas e falta de planejamento tornam o destino inviável, esgotando-o tanto como fonte de recursos quanto ambientalmente. As formas alternativas de turismo buscam evitar a massificação e o consequente esgotamento do destino. Uma dessas formas alternativas é o turismo de natureza, que aglomera segmentos de turismo que tenham a natureza como principal motivador e que busquem desenvolver-se de modo sustentável. Essas formas de turismo são realmente uma alternativa – quase obrigatória – na busca de equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

Palavras-chave: Turismo de natureza. Turismo alternativo. Desenvolvimento. Impacto ambiental. Turismo.

Abstract: Tourism as a mode of development can be the cause of many forms of impacts – environmental, social and economic. Its traditional form of exploitation often leads to mass tourism. Initially brings benefits to local populations, however, factors such as excess of tourists and lack of planning makes it unaffordable destination, exhausting him, both as a source of resources and environmentally. The alternative forms of tourism seeking to avoid overcrowding and the consequent depletion on destination. One such alternative forms is nature tourism, gathering tourism segments that have nature as the main motivation, and demand to develop in a sustainable way. These forms of alternative tourism are really an alternative – almost obligatory – in the search for balance between development and preservation.

Keywords: Nature tourism. Alternative tourism. Development. Environmental impact. Tourism.

1 Introdução

O turismo já foi considerado a “indústria sem chaminés”, que prometia desenvolvimento econômico às comunidades sem comprometimento do meio ambiente, uma forma de desenvolvimento para locais com recursos naturais únicos, principalmente se esses locais não oferecerem alternativas à subsistência de sua população nativa. Na década de 1960, a confiança no desenvolvimento através do turismo despertou o interesse de grandes instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) o Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Reconstrução e de Desenvolvimento (Bird), que incentivaram planos e projetos turísticos em todo o

* Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pós-Graduado em Educação Ambiental pelo Senac. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo na Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* fdecol@ucs.br

** Licenciada em Ciências Biológicas. Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ph.D. em Biogeografia pela *Universität des Saarlandes* (Alemanha). Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* rlanzer@ucs.br

mundo, através do financiamento de empreendimentos turísticos em países emergentes, como: México, Jordânia, Senegal e Turquia. (TOFANI, 2013).

A tentativa de desenvolvimento sustentável através do turismo é característica do turismo alternativo, que será apresentado neste trabalho.

2 Turismo, massificação e impacto

As características do modelo de turismo atual, classificado como fenômeno de massas, devem-se ao seu desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra, no final do século XVIII, introduzindo na “sociedade moderna um modelo econômico que tem como objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais”. (DIAS, 2003, p. 12). Desde 1960, o turismo de sol e praia é o exemplo que melhor retrata a relação entre turismo e natureza; entretanto, como outras formas de desenvolvimento, pode originar problemas, tais como: deslocamento social, perda de patrimônio cultural, dependência econômica e degradação ecológica. Como consequência, surge a ideia de que a exploração indiscriminada e sem planejamento dos recursos naturais pode gerar graves e irreparáveis impactos na natureza. (PEÑALVER TORRES, 1998).

O questionamento a respeito dos impactos causados pela ação do homem sobre o Planeta passa a ser maior na década de 70. Realizada na Suécia, no período de 5 a 16 de junho de 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, reuniu representantes de 113 nações e foi o primeiro grande encontro internacional para a discussão de problemas ambientais e nela se consolidou e discutiu a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. No ano de 1972, o Banco Mundial começa a se preocupar mais com o impacto causado pelo turismo. Alguns aspectos passam a ser considerados para a avaliação dos possíveis impactos causados por empreendimentos financiados pela instituição, como SPAs, hotéis e *resorts*, que geralmente eram construídos em áreas naturais. Dentre esses aspectos, há questionamentos sobre o impacto causado pela densidade de turistas; a compatibilidade do *design* dos projetos a serem construídos com as áreas em que seriam inseridos; a possível poluição visual e sonora causada pela construção, além, é claro, da poluição causada por esgotos e dejetos dispensados pelo empreendimento. Os problemas socioculturais incluíam a intromissão do projeto na forma de vida das pessoas do local e a apropriação, por terceiros, de locais que até então eram comuns a todos os moradores. (DIAS, 2003).

A alta geração de renda provocada pelo turismo de massa é o motivo dos inúmeros impactos prejudiciais ao meio ambiente, a quem nele vive e à própria

atividade turística. A ideia de que sempre haveriam novos lugares, novas paisagens a serem exploradas, aliada a certa inocência, ignorância e muita inconseqüência, converge para uma indústria autodestrutiva, que consome de maneira impensada sua fonte de geração de riquezas. (BOULLÓN, 2003).

O desenvolvimento rápido e não planejado do turismo conduz à massificação – capacidade do turismo de chegar a um local, utilizá-lo até perto de se extinguirem seus atrativos e sair em busca de outros destinos. Há um rápido aumento do número de visitantes sem o planejamento necessário para lidar com as conseqüências do crescimento. A rápida e abundante geração de recursos e postos de trabalho torna-se mais relevante que o estudo e o planejamento que poderiam garantir a continuidade da exploração do espaço turístico. Isso cria um círculo vicioso e, de tempos em tempos, aparecem novos locais para serem explorados tomando o lugar dos antigos destinos já saturados. “Não há dúvidas de que a forma como o turismo utiliza o meio ambiente hoje terá conseqüências para o seu uso – e talvez até para sua viabilidade – no futuro”. (LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 116).

Para Ruschmann, o início do que conhecemos por “turismo de massa” se deu em 1950, tendo como apogeu o período entre 1970 e 1980:

Esse período é o mais devastador e se caracteriza pelo domínio brutal do turismo sobre a natureza e as comunidades receptoras. Trata-se de uma fase de excessos, acentuada pela qualidade medíocre da arquitetura nas localidades turísticas. Predominam o concreto, o crescimento desordenado, a arquitetura urbana, a falta de controle de efluentes e esgotos, a criação de marinas, de portos artificiais e de estações de esporte de inverno, onde várias construções ruíram por causa da falta de estudos geológicos. Em resumo, um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. (2001, p. 21).

Inicialmente, o turismo de massa não foi considerado prejudicial. Em 1960, o discurso do desenvolvimento viabilizado pelo turismo era incontestável e teve impactos sociais representativos, aumentando a renda das populações locais e influenciando no papel das mulheres na sociedade. (JOAQUIM et al., 1997).

Foi apresentado como uma “ideologia triunfalista do turismo que, acreditava-se, viria substituir as indústrias poluidoras da Revolução Industrial, por uma atividade limpa e não contaminante – uma indústria sem chaminés”. (ARRONES, 1992 apud DIAS, 2003, p. 13). A falta de poluição visível implicava a falsa ideia de que o turismo não prejudicaria o meio ambiente:

Num primeiro instante, a característica da exploração realizada pelo turismo de massa não tornava tão evidente seus impactos negativos no ambiente natural, a tal ponto que durante a década de 60, em termos de desenvolvimento econômico, somente se considerava seu aspecto positivo e ele era visto economicamente como verdadeira dádiva dos céus [...]. Acreditava-se que os hábitos de lazer e de viagens

de quem vivia nos países ricos iriam abrir as portas do desenvolvimento econômico aos habitantes dos países pobres. E, desse modo, um bom número de países em desenvolvimento incentivou o turismo sem estudos adequados de sua viabilidade. (ARRONES, 1992 apud DIAS, 2003, p. 13).

Comparar o turismo a uma indústria, que detém uma imagem pejorativa de poluidora do meio, encobriu danos causados pelo turismo sem planejamento, que não seriam obras de chaminés, porém que poderiam ser tão ou mais danosos que essas.

O turismo de massa surge da interação do sistema econômico capitalista e do comportamento individualista e consumista dos turistas que “entendem que seu tempo livre é sagrado, [...] e, além disso, permaneceram pouco tempo – tempo insuficiente, no seu entender – para agredir o meio natural”. (RUSCHMANN, 2001, p. 23).

O alto impacto deve-se à soma dos fatores citados, porém, no fundo, é causado pela grande quantidade de visitantes que se dirige a um mesmo local, em uma mesma época e pela falta de planejamento e estudos de viabilidade e quantidade de carga suportada pelo meio em questão. Com a diminuição do número de visitantes, os preços baixam, atraindo novos turistas, em maior número e de menor poder aquisitivo. O excesso de turistas leva ao superdimensionamento dos equipamentos relacionados à superestrutura dos meios turísticos, que ocupam grandes espaços, agredem paisagens e destroem ecossistemas. No caso de áreas naturais, há um fator agravante: esses espaços eram intocados ou pouco utilizados antes do turismo, e, como consequência, alguns índices que medem impactos ambientais nas principais áreas de destino de turismo são significativamente mais elevados do que os de áreas não turísticas vizinhas. Além disso, o crescimento do número de turistas não é acompanhado dos desenvolvimentos estrutural, intelectual e infraestrutural a respeito dos possíveis impactos. (JOAQUIM et al., 1997; FEITOSA; GOMES, 2013; LI et al., 2014).

Os equipamentos turísticos impactam de maneira significativa, desde sua implantação e continuando durante sua operação. São impactos referentes, principalmente, a questões energéticas – mau uso de recursos naturais – e de gestão de resíduos, gerados em abundância. Feitosa e Gomes (2013, p. 225), entretanto, destacam fatores positivos provocados pelos meios de hospedagem como “restauração de monumentos e edifícios históricos, bem como com a limpeza ou reparos e a edição de artes públicas”. Quanto aos impactos negativos, um exemplo causado pelos hotéis pode ser conferido no consumo de água por acomodação, que pode variar de 84 até 2.425 litros por hóspede por dia, levando-se em consideração a água utilizada diretamente pelo turista, para consumo, banho, etc., e a utilizada pelo mesmo turista, indiretamente – água das piscinas, irrigação, limpeza, etc. (GÖSSLING, 2014).

No início dos anos 1980, percebeu-se uma redução da procura por destinos tradicionais internacionais, aliada a uma tentativa de organização do turismo interno de países emissores. (JOAQUIM et al., 1997). Ainda nessa década, surgem novos conceitos relacionados à natureza, à sustentabilidade, à vida saudável, que se aliam “às primeiras citações sobre turismo ecológico como uma nova forma redentora da prática utilizada pelo turismo até então desenvolvida”. (BEZERRA, 2009, p. 8).

A demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável, tendendo a direcionar o foco à qualidade, exprimindo as necessidades da cultura e do meio ambiente. O turista passa a procurar locais que combinem autenticidade e profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar. Ocorreram mudanças no comportamento do consumidor, caracterizando-se, nesse caso, o turista, como um consumidor do espaço. A maior utilização dos espaços implica maior impacto e a consequente necessidade de planejamento, pois a “proteção do meio ambiente e o êxito do desenvolvimento turístico são inseparáveis”. (ANSARAH, 2001, p. 30).

Essa nova consciência, somada à antiga definição de viagem e natureza como uma fuga do estresse das cidades, faz com que o turista torne-se cada vez mais exigente em relação à qualidade dos serviços que lhe são oferecidos. Tais exigências parecem em total contradição com a oferta do turismo de massa que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo, assim, a qualidade relativa dos sítios turísticos. “À medida que a crise ambiental aumenta, a consciência pública desperta e se manifesta de diversas formas [...] chegando a denunciar produtos altamente poluidores”. (MOLINA, 2001, p. 71).

Essa preocupação fez com que surgissem e se popularizassem novos segmentos de turismo que tinham uma maior preocupação com questões de impacto, ambientais e de sustentabilidade, palavras essas que estão se tornando cada vez mais comuns no cotidiano e em todos os setores da economia.

3 Turismo alternativo

O que é turismo alternativo? Alternativo a quê? Obviamente, não a qualquer forma de turismo, mas para o tipo menos desejado, conhecido, essencialmente, como turismo de massa. (SMITH; EADINTONG, 1992).

Na década de 1970, começa-se a falar em turismo alternativo, com a valorização da temática ambiental e o consequente aumento da preocupação com as condições do meio ambiente. O turismo alternativo engloba uma série de segmentos do turismo que são, como o próprio nome diz, alternativos às formas consideradas tradicionais e emerge

como antítese ao turismo convencional de massa, criticado ao longo dos anos por seu modelo de desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental. (WEAVER, 1991; BOULLÓN, 2003).

Ao contrário do turismo massificado, predominante nas décadas de 1950 a 1970, o turismo alternativo torna-se uma nova tendência, refletindo um novo turista, que valoriza experiências pessoais significantes e as peculiaridades características de cada local, um turismo benigno, alternativo ao convencional e que pode ocorrer em alguns tipos de destino. (WEAVER, 1991). As facilidades trazidas pelas novas tecnologias acabam por reduzir os níveis de satisfação pessoal. Atividades simples, como plantar seus próprios alimentos, trabalhos manuais ou passeios em um ambiente natural, são tentativas de buscar a satisfação não encontrada nos meios virtuais. Nesse contexto, o reencontro com a natureza, através de atividades turísticas, surge como forma de realização. (LEME; NEVES, 2007).

Onde o turismo é considerado alternativo e onde não é? Existem algumas características que norteiam conceitos, como: “contato e comunicação entre os turistas e a população nativa, um desejo de igualdade, individualidade, consciência ambiental e preocupação com o meio”. (MACLEOD, 2001, p. 169). As formas alternativas de turismo têm, essencialmente, em comum, a preocupação e a responsabilidade com o meio ambiente e as comunidades locais; procuram aproximação e contato com essas, o que valoriza e fortalece a cultura local, a maximização dos benefícios do turismo aliada à minimização dos malefícios.

O novo conceito de turismo equaciona um conjunto de princípios que, não sendo novos para a grande maioria dos estudos que abordam a matéria, são hoje entendidos como fundamentais para o sucesso das práticas turísticas com consequente desenvolvimento: a localidade, o respeito pelas diferenças, a identidade, a autenticidade das comunidades de acolhimento e a preservação ambiental. No fundo, trata-se da sustentabilidade ecológica, econômica e sócio-cultural. (BRITO, 2001, p. 2).

O conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito foi o desenvolvido no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987; WWF, 2015).

No turismo, a sustentabilidade representa baixos impactos negativos, ambientais, sociais e econômicos negativos. A valorização das comunidades locais, por meio de sua inserção no processo, pressupõe que os deslocamentos de turistas realizados hoje não comprometam o deslocamento dos próximos turistas, que visitarão o lugar no futuro.

(BRITO, 2001). O turismo depende diretamente das boas condições do meio ambiente e das populações que nele residem. Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), o turismo sustentável é aquele capaz de gerir os recursos de forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos e a diversidade biológica. (Apud JAAFAR; MAIDEEN, 2012).

O turismo alternativo consiste, portanto, em formas de turismo divergentes do turismo de massa e que, conseqüentemente, contemplem o conceito de sustentabilidade, condicionando o desenvolvimento à preservação ambiental e ao bem-estar social das comunidades onde está inserido. A partir dessas características, formaram-se muitos segmentos distintos, mas que têm, em comum, o fato de serem alternativos ao turismo tradicional. Weaver (1991) afirma que as formas alternativas de turismo são perceptíveis através de termos genéricos ou estratégicos, como: *eco*, *soft*, apropriado, responsável, controlado, de pequena escala, verde, *cottage*. Brito chama de “novas formas de turismo” “o turismo de natureza, o turismo de aventura, o turismo verde, o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo rural, o turismo branco, ou de neve, o turismo azul, ou de mar”. (2000, p. 5). Há, ainda, mais alguns, como: turismo cultural, turismo social, turismo de pesca e turismo náutico. (BRASIL, 2010).

Há autores como Valentine (1992), Rodrigues (2002) e Elvarsdóttir (2013) que sugerem subcategorias a algumas formas de turismo alternativo. Por exemplo, consideram o ecoturismo, o turismo de aventura e o turismo rural como segmentos do turismo de natureza. Esse não seria uma forma de turismo específica, mas uma categoria que engloba vários segmentos distintos, tendo a natureza como fator comum.

2.1 Turismo de natureza

O turismo de natureza não é um tipo de turismo, mas um segmento que compreende diversos outros tipos que têm, em comum, a natureza como principal atrativo e motivador da viagem. (ELVARSDÓTTIR, 2013). Ocorre principalmente em áreas pouco ou nada exploradas com o principal objetivo de usufruir da natureza sem causar impactos negativos. (RODRIGUES, 2002). O crescimento dessas formas de turismo é estimulado pelo distanciamento do homem do meio ambiente natural, provocado, principalmente, pela vida essencialmente urbana, voltada ao consumo. A natureza passa a ser motivo de estranheza e curiosidade, uma espécie de retorno a um local esquecido, mas comum a todos. As imagens das criaturas vivas por trás dos pedaços de peixe e carne que comemos ou das roupas que nos aquecem não são mais vistas e nem mesmo conhecidas. A sazonalidade dos frutos e vegetais cessou, e os móveis e decoração de nossa casa em nada lembram as árvores das quais vieram. (KUENZI; MENEELY, 2008).

Somada a isso, há a saturação do turismo convencional, o desenvolvimento do paradigma ecológico e a comercialização do *eco* e da *natureza*, como bens de consumo, que acabaram influenciando diretamente no crescimento do turismo de natureza. (RODRIGUES, 2002).

No Simpósio *Tiger in the Forest*, realizado em 2003, foi formulada a definição de turismo de natureza, ou *nature-based tourism*, como sendo o segmento do turismo cuja principal atração/motivação da viagem é a natureza.

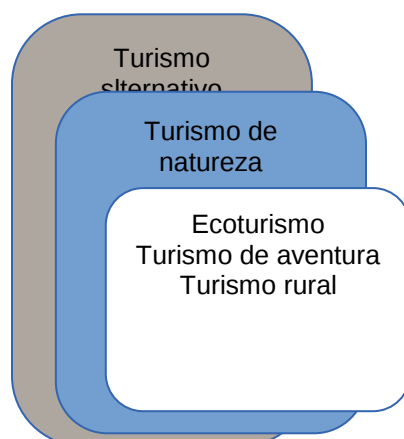
Zeitlin (2011) afirma que o *turismo de natureza* é um conceito genérico que abrange vários tipos de turismo que têm, em comum, a dependência de paisagens e recursos naturais para existirem, ou seja, várias atividades do turismo de aventura – montanhismo, *mountain bike*, *rafting*, *trekking* –, como também do ecoturismo. Essas duas formas de turismo – de aventura e eco – possuem diferenças entre si, mas ambas são turismo de natureza.

Pires corrobora essa afirmação:

Então o que se tem, antes de mais nada, é um tipo de turismo voltado para a natureza ou turismo baseado na natureza ou, simplesmente, turismo na natureza. A partir então dessa condição fundamental, se estabelecidos outros condicionantes para a prática da atividade – educação ambiental, participação das comunidades locais, mínimo impacto, sustentabilidade... – mesma, além de turismo na natureza, tornar-se-á ecoturismo. **Dessa forma todo e qualquer ecoturismo supõe, antes de tudo, o turismo na natureza, a natureza elevada à condição de motivadora primordial da iniciativa turística**, em seu estado natural sem alterações humanas significativas (1998, p. 87-88, grifo nosso).

Sendo assim, o espaço natural é o principal atrativo e motivador do turismo de natureza. Suas subcategorias: ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, etc. apresentam pequenas diferenças conceituais, uma organização hierárquica, porém, são unidas pelo protagonismo da natureza. Naturalmente, o conceito de sustentabilidade foi acrescido à definição de turismo de natureza: são atividades de turismo, cujo principal objetivo é experienciar o meio natural, e que sejam realizadas de maneira sustentável. (ELVARSDÓTTIR, 2013). Torna-se praticamente imperioso levar em conta o conceito de sustentabilidade para caracterizar turismo de natureza.

Figura 1 – Hierarquia na relação entre turismo alternativo, turismo de natureza e outras formas de turismo



Fonte: Elaborada pelos autores (2015).

A preservação dos recursos naturais é condicionante para o sucesso do turismo de natureza, visto que ocorre mútua dependência, pois o equilíbrio proposto pela sustentabilidade pode proporcionar sucesso a uma atividade econômica, pela via da preservação do espaço natural. O turismo de natureza desenvolve-se, principalmente, em lugares longe dos grandes centros urbanos, em ambientes rurais e também em parques nacionais e Unidades de Conservação. Ajuda a desenvolver economias precárias, e suas formas tendem a ser de baixo impacto ambiental, porém, não significa que o turismo de natureza não possa ser danoso ao meio ambiente, principalmente se não for administrado de maneira correta. O turismo de natureza pode ser desenvolvido de modo não sustentável, porém, conceitualmente, já não se chamará mais *turismo de natureza*, atividades turísticas na natureza, pela perda de sua característica sustentável. (RODRIGUES, 2002; ELVARSDÓTTIR, 2013).

Como exemplo da fragilidade da relação turismo – meio natural, são citadas atividades de observação, como safáris que aparentam ser pouco impactantes, mas que interferem no cotidiano dos animais explorados, principalmente dos que mais despertam a atenção dos turistas, como: leões, elefantes, girafas. No *Serengeti National Park*, há relatos de hienas que utilizavam-se da localização de carros de safári como indicativo de presença e localização de famílias de leopardos – cujos filhotes são caçados pelas hienas – tamanha a frequência de turistas para observarem esses animais. (VALENTINE, 1992).

Os impactos também se refletem na experiência do turista, haja vista que grande quantidade de visitantes, além de impactar o meio ambiente, também atrapalha a interpretação do local, a qualidade da visita, a atenção dada ao atrativo. O turismo de natureza pode, através de suas diversas formas, ser um meio de desenvolvimento

sustentável. Questões administrativas e de planejamento e estrutura são essenciais para que tanto turistas quanto comunidades locais e o meio ambiente sejam beneficiados. Os turistas devem perceber como se dá a relação entre esses benefícios e suas escolhas, seu papel de responsáveis diretos pelos impactos negativos ou positivos. (VALENTINE, 1992).

Alguns países concentram sua política nacional no turismo de natureza. Palau, Chile – com 20% de suas terras protegidas – Eslovênia – que planeja seu turismo a partir do turismo de natureza, sendo seu *slogan* “*Green, active, healthy, Slovenia*” (Verde, ativo, saudável, Eslovênia) e Botswana – com 17% de suas terras protegidas por parques nacionais e reservas – além dos países mundialmente caracterizados pelo turismo de natureza como Nova Zelândia e Austrália, são exemplos de como o turismo pode proporcionar desenvolvimento sustentável. (UNWTO, 2014).

A importância do turismo de natureza para o desenvolvimento econômico pode ser percebida no fato de o turismo de muitos países subdesenvolvidos – mas não somente – basear-se na natureza. As viagens, cujo principal elemento motivador são as paisagens naturais, significam 75% do turismo internacional da Austrália. Além disso, somente em 2000 contribuiu com mais de 120 bilhões de dólares no mercado dos Estados Unidos e, aproximadamente, 14% de todos os visitantes internacionais da África do Sul, em 1997, realizaram práticas relacionadas ao turismo de aventura. Na Europa, 9% de todas as viagens realizadas em 2004 foram para a prática de turismo de natureza, o que significa 22 milhões de viagens, sendo os alemães os maiores consumidores desse turismo em números absolutos, com 5 milhões de emissões. (TURISMO DE PORTUGAL, 2006; PRATT, 2011).

Existe uma busca crescente por destinos que ofereçam novas experiências, novas paisagens e novas culturas. Estes turistas também concordam em pagar mais se o turismo beneficiar as comunidades locais e preservar o meio ambiente. (PRATT et al., 2011).

4 Conclusão

O turismo pode trazer benefícios, porém, também é conhecido o seu potencial destruidor. Os impactos negativos gerados pelo turismo – principalmente pelo turismo de massa – podem ser de ordem econômica, social e ambiental. São muitos os casos em que o turismo destrói seu maior motivo de existir: o espaço. Localidades antes turísticas perdem sua atratividade e, por consequência, os benefícios trazidos pelos turistas, tendo que arcar com passivos ecológicos, econômicos e sociais.

Formas de turismo, chamadas *alternativas*, propõem um planejamento que busque a manutenção do equilíbrio entre turismo e espaço. Nesses casos, a exploração turística serviria como meio de preservação dos recursos naturais ou não. O interesse em sua manutenção fundamenta-se no fato de ser fonte de recursos à comunidade. Sendo assim, o desenvolvimento através do turismo passa a ser norteado não somente pelo lucro, mas principalmente pela sustentabilidade.

Referências

- ANSARAH, Marília G. R. *Turismo: como ensinar, como aprender*. São Paulo: Senac, 2001.
- BEZERRA, Givaldo Santos. *Os fundamentos teórico-conceituais do ecoturismo*. Sergipe: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe, 2009.
- BOULLÓN, Roberto. *Ecoturismo: sistemas naturales y urbanos*. 3. ed. Buenos Aires, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Segmentação do turismo: experiências, tendências e inovações*. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRITO, Brígida Rocha. O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 4., 2001. *Anais...* 2001.
- DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.
- ELVARSDÓTTIR, Hildur Sólveig. An approach towards sustainable coastal tourism management: nature-based tourism in *Nuup Kangerlua*. Greenland, 2013.
- FEITOSA, Maria José da Silva; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. Aplicação do *Tourism Ecological Footprint Method* para avaliação dos impactos ambientais do turismo em ilhas: um estudo em Fernando de Noronha. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 7, n. 2, p. 220-238, 2013.
- GÖSSLING, Stefan. New performance indicators for water management in tourism. *Tourism Management*, v. 46, p. 233-244, 2014.
- JAAFAR, Mastura; MAIDEEN, Siti Aishah. Ecotourism-related products and activities, and the economic sustainability of small and medium island chalets. *Tourism Management*, v. 33, n. 3, p. 683-691, 2012.
- JOAQUIM, Graça et al. Da identidade à sustentabilidade ou a emergência do turismo responsável. *Revista de Sociologia-Problemas e Práticas*, v. 12, n. 23, 1997.
- KUENZI, Caroline; McNEELY, Jeff. Nature-based tourism. *Global Risk Governance*, Springer Netherlands, p. 155-178, 2008.
- LEME, Fernanda Beraldo Maciel; NEVES, Sandro Campos. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análise das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 5, n. 2, p. 209-223, 2007.
- LI, Gang et al. Destination island effects: a theoretical framework for the environmental impact assessment of human tourism activities. *Tourism Management Perspectives*, v. 10, p. 11-18, 2014.
- LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

- MACLEOD, Donald. Turismo alternativo: uma análise comparativa do seu significado e do impacto por ele causado. *Turismo Global*, São Paulo: Senac, p. 165-180, 2001.
- MOLINA, Sérgio E. *Turismo e ecologia*. São Paulo: Edusc, 2001.
- PEÑALVER TORRES, Maria Teresa. Un turismo alternativo: reutilización de molinos yalmazaras. *Cuadernos de Turismo*, n. 2, p. 147-158, 1998.
- PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo-Visão e Ação*, v. 1, n. 1, p. 75-92, 1998.
- PRATT, Lawrence; RIVERA, Luis; BIEN, A. Tourism: investing in energy and resource efficiency. *UNEP, Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, 2011.
- RELATÓRIO Brundtland. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- RODRIGUES, Carla. *Turismo de natureza: o desporto de natureza e a emergência de novos conceitos de lazer*. ICN, Lisboa: ICN, 2002.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 2001.
- SMITH, Valene L.; EADINGTON, William R. (Ed.). *Tourism alternatives: potentials and problems in the development of tourism*. Pensilvânia: University of Pennsylvania Press, 1992.
- TIGER in the Forest: *Sustainable nature-based tourism in Southeast Asia*. March 2003. Disponível em: <<http://cbc.amnh.org/symposia/archives/tigerintheforest/>>. Acesso em: 6 abr. 2015.
- TOFANI, Frederico de P. Por um modelo de desenvolvimento turístico sustentável para comunidades económica, sociocultural e ambientalmente frágeis. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 2013. *Anais...* 2013. v. 8.
- TURISMO de Portugal. I. P. *Turismo de natureza: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo de Portugal*. Lisboa, 2006.
- UNWTO. The United Nations World Tourism Organization. *Global report on adventure tourism*. AM Reports. Madrid, 2014. v. 9.
- VALENTINE, P. Review: nature-based tourism. In: _____. *Special interest tourism*. London, Great Britain: Belhaven Press, 1992. p. 105-127.
- WEAVER, David B. Alternative to mass tourism in Dominica. *Annals of Tourism Research*, v. 18, n. 3, p. 414-432, 1991.
- WWF. World Wide Fund for Nature. Disponível em: <http://www.wwf.org.au/our_work/saving_the_natural_world/forests/forests_work/heart_of_borneo/solutions/ecotourism/>. Acesso em: 11 abr. 2015.

Hospitalidade no “Sonho de Natal” – Canela – RS: breve contextualização

Hospitality in “Sonho de Natal” – Canela – RS: brief contextualization

Simone Simon* – Susana Gastal**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo resgatar as relações de hospitalidade no evento “Sonho de Natal”, realizado anualmente, na cidade de Canela – RS, desde 1988. O aporte teórico associado à hospitalidade busca sustentar a importância da mesma para o sucesso do turismo nas localidades. Prioriza-se sua relação com a cidade, considerando a acessibilidade, a legibilidade e a identidade cultural como indicadores, como proposto por Grinover (2007). Trata-se de um estudo de caráter exploratório, com revisão bibliográfica dos temas referidos, observação de campo (com indicadores seguindo Grinover) e entrevista com roteiro estruturado de perguntas, com turistas, comunidade e gestores, a fim de colher informações conforme os objetivos da investigação. Os resultados indicam que a hospitalidade marca o evento na cidade de Canela, mas que os turistas e a comunidade teriam algumas restrições.

Palavras-chave: Turismo. Hospitalidade. “Sonho de Natal”. Canela – RS.

Abstract: The article aims to rescue the hospitality relations in the “Sonho de Natal” event, held annually in the city of Canela, RS, since 1998. The theoretical background associated with Hospitality seeks to sustain its importance for the success of tourism in the locations. The priority is its relationship with the city, considering accessibility, readability and cultural identity as indicators, as proposed by Grinover (2007). It is an exploratory study, with literature review of the topics, field observation (with indicators following Grinover) and interview with structured scripted questions with tourists, community and managers to gather information according to the objectives of the research. The results show that the hospitality is a brand in the event in the city of Canela, but with tourists and the community having some restrictions.

Keywords: Tourism. Hospitality. “Sonho de Natal”. Canela – RS.

1 Introdução

Canela dista cerca de 130km da Capital regional, Porto Alegre, encontrando-se inserida na região turística da Serra gaúcha, no Noroeste do Estado Rio Grande do Sul. Canela tem uma população de 39.229 habitantes (IBGE, 2010), com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,748 e um Produto Interno Bruto (PIB), em 2012, de R\$ 13.347,54. (FEE, 2013). Seu clima subtropical de altitude – o município situa-se a 837m – atrai visitantes e turistas, no período de menores temperaturas, no inverno, ou quando de temperaturas mais elevadas, no verão. A cidade tem feito do turismo sua principal atividade, conforme dados da Prefeitura local.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS).
E-mail: simone.simon1974@gmail.com

** Doutora. Professora, orientadora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* susanagastal@gmail.com

Em termos históricos, no início do século XIX, a localidade era frequentada por tropeiros, que passavam pelo local conduzindo gado que seria negociado mais ao norte, nas Minas Gerais. Os tropeiros faziam parada de descanso nas caneleiras, árvores que ofereciam um agradável local sombreado, o que acabou sendo fonte de inspiração para o seu nome, *Canela*, pelo qual o local passou a ser conhecido. (STOLTZ, 1992; SILVA, 2014).

Assim como a caneleira, os pinheiros fizeram parte da paisagem local, o que levou a extração da madeira se tornar a base da economia local, até o desaparecimento de tal matéria-prima. Outra fonte de divisas para o município foi seu clima de montanha, associado à qualidade de vida, fazendo em que, nas décadas de 1920 e 1930, a cidade fosse indicada àqueles que estivessem com sua saúde debilitada e, por essa razão, necessitassem de clima adequado à recuperação. Muitos acabavam se estabelecendo por definitivo ou por longas temporadas de descanso e lazer, no local, passando a ser conhecido como movimento turístico de *veraneio*.

O turismo de Canela, hoje, se sustenta com base em atrativos naturais, em suas belezas cênicas, no lazer e, em parte, nos eventos, que buscam superar as sazonalidades, com a presença de turistas. Como exemplo dessas políticas, está o “Sonho de Natal”, principal evento do calendário do município, como parte do ciclo natalino que tem marcado a Serra gaúcha.

Nesses termos, o presente artigo aborda a hospitalidade associada ao evento “Sonho de Natal”, como fundamental às relações humanas estabelecidas no âmbito do mesmo e, por consequência, para promover experiências turísticas de qualidade. Utiliza-se a hospitalidade no viés proposto por Grinover (2007), que discorre sobre o acolhimento por parte da cidade, considerando que o “Sonho de Natal” acontece no espaço público urbano de Canela. Grinover (2007) utiliza como indicadores de análise a *acessibilidade*, a *legibilidade* e a *identidade*, os quais serão adotados na presente análise. Os indicadores propostos por Grinover (2007) serão aplicados tendo por base levantamento de dados a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas em 2014 e 2015, com partícipes do evento. Dessas entrevistas foram retirados segmentos de fala, conforme proposto.

2 Hospitalidade e turismo

Os eventos são analisados por Gastal, Machiavelli e Guterres (2013, p. 452-453) sob o enfoque da festa. As autoras propõem a expressão *festa temática* para caracterizar aquelas que apresentem temática agindo como eixo organizador, eixo esse que, em geral, estará associado a um imaginário, que rememore, simbolicamente, o território ou

outros referenciais presentes na paisagem. O imaginário pode, ainda, estar associado a manifestações da cultura local e à identidade, como decorrentes do território ou dos costumes locais tradicionais. O artigo citado inclui, ainda, o “Natal Luz”, realizado em Gramado – RS, como exemplo de festa temática, o que permite incluir, na tipologia o “Sonho de Natal”, de Canela.

As festas temáticas também se marcariam pela forte presença de oferta gastronômica; de feiras de pequeno, médio e grande portes para exposição e/ou venda de produtos; programação cultural marcada pela participação de grupos locais amadores, como corais de escolas, esquetes por grupos de Clubes de Mães, teatralizações por grupo de idosos, entre outros, para preencher horários e espaços ociosos, e grandes *shows* com músicos de repercussão nacional e popular, no horário noturno. Haveria, ainda, segundo as autoras, a iniciativa (ou forte apoio) do Poder público; a organização “tendo como responsáveis grupos da comunidade, na forma de comissões comunitárias, menos por razões socioculturais, que busquem a representação local no evento e mais por razões econômicas, para baixar custos de gestão, o que leva a certo amadorismo na realização”. (2013, p. 452), embora os discursos sobre a festa omitam o interesse financeiro e enfatizem o comunitário.

Destaca-se, ainda, como marca da *festa temática*, a ritualização, “não mais no seu sentido antropológico, mas com viés midiático, marcados pela espetacularização, como desfiles [sic] de corsos ou carros alegóricos, eleições de princesas e rainhas” (2013, p. 452) e a “íntima associação com o turismo, quer *a priori*, desde a sua concepção, quer *a posteriori*, por atrair fluxos de visitantes. (2013, p. 453). À exceção da presença da gastronomia e a eleição de rainhas, todas essas marcas estariam presentes no “Sonho de Natal”.

Steil (1998, p. 11) defende, em artigo, que o evento de Canela tem ampliado a participação de visitantes e moradores e “traz [...] um exército crescente de anjos, duendes, gnomos, bruxas, e fadas que, se, de um lado, evocam a memória infantil, associada ao Natal [...], encontra no evento por outro viés, um cenário adaptado a um imaginário religioso de novos tempos”. A religiosidade associada ao Natal tematiza os 72 dias de evento, em cenários como a catedral, onde atuam bailarinos, cantores, músicos, atores, acrobatas, anjos, orquestra, projeção 3D, com destaque para o Papai Noel e seus duendes, que realizam rapel na estrutura da torre da igreja.

A tipologia proposta por Gastal, Machiavelli e Guterres (2013) permite aprofundar a relação do evento, no caso do evento-festa, com o turismo. Conforme Lickorish e Jenkins (2000, p. 276), “o turismo é historicamente um setor de crescimento”, levando a que os municípios utilizem os eventos como ferramentas não só para atrair turistas, como também para ampliar a oferta de lazer, nem sempre presente

em localidades menores. Barretto (2008, p. 17) reforça esse enfoque, ao afirmar que “o turismo é um fenômeno social complexo e diversificado”; Cooper et al. (2001, p. 40) o colocam como “uma atividade multidimensional, multifacetada, que influencia muitas vidas e muitas atividades econômicas diferentes. Não é de surpreender, portanto, que defini-lo seja tão difícil”. Nesses termos, uma das definições aceitas é a de La Torre (1992) citado por Barretto, que o definem como

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (2003, p. 13).

No turismo, como em outras atividades, predomina a interação entre pessoas, não só por se tratar de um setor que envolve serviços, mas por se compor de ofertas de produtos que derivam, primordialmente, do envolvimento do cliente na produção que se efetiva simultaneamente ao consumo. (LEMOS, 1999; TOMAZZONI, 2009). Ao incentivar o deslocamento de pessoas, a atividade turística também incentiva contatos culturais e troca de experiências, que se darão, em maior ou menor grau, conforme sejam permeadas – ou não – por relações de hospitalidade.

Da mesma maneira e considerando-o a partir dessa forma de olhar, o turismo e suas atividades significam para uma região mais do que seu desenvolvimento e sustentabilidade econômica. Para a comunidade e os indivíduos, a presença de visitantes pressupõe encontros que, *a priori*, se sustentam na troca humana e no acolhimento. Em decorrência dessa ênfase, talvez o evento seja o momento de maior aproximação entre visitantes e visitados, por reunirem, num mesmo momento e num mesmo lugar, qual um grande *corpo*, gestores, participantes e comunidade, dos quais se espera sejam *acolhedores*. (SANTOS; PERAZZOLO, 2012).

Grinover retoma Montandon para afirmar:

O gesto de hospitalidade é, de início, aquele que coloca de lado a hostilidade latente de qualquer ato de hospitalidade, mesmo que, na própria essência de seu funcionamento, a hospitalidade tenha, por necessidade, de manter o estrangeiro como tal, isto é, “preservar certa distância” para preservar sua identidade, sua originalidade, sua singularidade. (2007, p. 36).

Oferecer o melhor a quem é acolhido, ser hospitaleiro e respeitar as diferenças garantem a integridade das culturas e a valorização da pessoa, dos sujeitos envolvidos. Como bem-colocado por Dias (2002, p. 44), sentir-se “em casa em termos de hospitalidade turística significa ter no lugar em que se é ‘estrangeiro’ a mesma sensação

de colhimento que se tem na própria casa, o que significa, em primeiro plano, segurança, mas também conforto e bem-estar de modo geral”.

A hospitalidade e o turismo estão, portanto, diretamente relacionados, pois, ao sair de seu local habitual de moradia, o turista promove, em si mesmo, a experiência e o acolhimento a que se refere Dias (2002), pois tanto precisa em si de disponibilidade para vivenciar, respeitando os locais que visita, como espera ser tratado do mesmo modo pela comunidade que o acolhe.

O acolhimento é um instrumento constituído a partir da ação humana, que é marcada também no espaço físico; nas cidades, o acolhimento pode estar associado aos equipamentos, à arquitetura e ao desenho urbano, independentemente da presença, ali, de serviços para atender às atividades turísticas. (GRINOVER, 2007). A expansão das cidades demanda a aplicação de alguns princípios, como sinalização urbana e turística, os quais acabam sendo associados à hospitalidade *do* e *no* lugar. A hospitalidade urbana implica organização e ordenamento de lugares, que requerem atenção na sua disponibilidade e nas formas de uso. A segurança do cidadão e de seu visitante, por exemplo, é importante, além do acesso a equipamentos, serviços, transporte, dentre outros.

A cidade harmoniza-se com os espaços e passa a oferecer e a receber, simultaneamente, informações, identidade e organização de seus lugares. Segundo Grinover (2007, p. 82), “a hospitalidade é um dom do espaço: espaço a ser lido, atravessado ou contemplado; de toda maneira, um espaço planejado”. Tal planejamento deve supor, assim, acessibilidade, legibilidade e identidade, segundo o mesmo autor. Iniciando pela acessibilidade, a mesma

evoca diversos conceitos ligados às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou grupos sociais, a certas atividades ou a certos serviços que estão presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos: o acesso à cidade é um direito de todos. Pode ser considerada como a disponibilidade de instalações (levando em conta os limites de capacidade dos equipamentos urbanos) ou de meios físicos, que permitem esse acesso (considerados, ao mesmo tempo, os meios de transporte e uso do solo), ou, ainda, de acessibilidade socioeconômica (levando em conta a distribuição de renda). (2007, p. 135).

Grinover considera, ainda, que a acessibilidade pode ser tangível, que consiste naquilo que pode ser mensurado, como a mobilidade urbana, por exemplo. Há também a acessibilidade intangível que diz respeito ao acesso à cultura, à informação, essa representando a possibilidade de a população da cidade e seus visitantes terem direito de gozar desses sistemas de lazer. A acessibilidade tangível supõe o acesso à infraestrutura viária, à localização do espaço das atividades e aos serviços, no desejável ir e vir fundamental para o sucesso de um evento, que reúna grande número de pessoas em um

mesmo local e tempo. Por outro lado, se as pessoas esperam igualdade de tratamento, a acessibilidade à oferta cultural que cada sociedade gera, por exemplo, seria um dos meios de se chegar a esse objetivo.

Quanto à identidade, Castrogiovanni (2003, p. 26) afirma que a mesma “está associada ao diferencial, ou seja, às singularidades. [...] A identidade urbana deve ter algum significado para o observador, seja esse significado material ou emocional.” Sobre a mesma questão, Grinover afirma:

Seguindo estudos sobre a identidade – entendo-a como algo formado ao longo do tempo – chegamos à conclusão de que as velhas identidades, por muito tempo baluartes do mundo social, estão de franca dissipação, fragmentando o indivíduo moderno, até então considerado um sujeito unificado, e criando novas identidades. (2007, p. 148).

As identidades tradicionais e as novas identidades demandam a compreensão das diversas formas de expressão tanto nas dimensões espaciais como nas temporais. A identidade compreendida como tradição, tem sido relacionada à história e às vivências de cada comunidade. As novas identidades, mais fluidas, dependeriam da indústria cultural, nela incluídos os eventos, para se expressarem. Em ambos os casos, a cidade é o palco privilegiado de reconhecimento dessas identidades.

A legibilidade, por sua vez, estaria associada ao visual, como se lê:

Por legibilidade, entende-se a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudos de imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, os seus habitantes. Essa imagem mental é uma referência, é uma estrutura gramatical e sintática que, por analogias e pela construção de um sistema, exprime-se pela codificação de mensagens, e, em seguida, pela decodificação dessas mesmas mensagens, cujas interpretações só poderão se dar se os códigos de emissão e de leitura forem compatíveis. Com legibilidade pretende-se indicar a facilidade com que as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente. (GRINOVER, 2007, p. 144).

A legibilidade de uma cidade, ou espaço urbano, associa-se a uma qualidade visual que permite identificar as partes pelas quais a cidade pode ser reconhecida, assim como garantir a circulação entre elas. Trata-se da qualidade da comunicação urbana, da sua capacidade de se fazer entender aos olhos de um estranho ou mesmo de seus moradores.

3 O “Sonho de Natal”

Canela é um dos mais importantes destinos turísticos do Rio Grande do Sul, atraindo visitantes por seu clima e belezas naturais. Atualmente, o turismo é a maior

fonte de economia do Município de Canela, segundo o secretário Leandro de Oliveira,¹ que responde pela pasta.

O evento “Sonho de Natal”² nasceu no ano de 1988, pois, então, o mês de dezembro era marcado pela baixa procura por serviços hoteleiros e de turismo na cidade, levando a que a comunidade se preocupasse em alterar tal situação. Surgiu, por iniciativa do hoteleiro Rudimar José Anghinoni, a proposta de um projeto específico, associado ao ciclo natalino e que, além de atrair visitantes, envolvesse a cidade e seus moradores. Englert (2002) explica que os preparativos para a primeira edição do evento, que viria a ser conhecido como “Sonho de Natal”, no segundo semestre daquele ano.

O envolvimento da comunidade, buscado desde os momentos iniciais, deu-se por intermédio de uma campanha para captação de recursos para iluminar a cidade no mês de dezembro. A “Campanha das Lâmpadas” promoveu a doação de lâmpadas de 25watts pelos escolares do município. A iniciativa levou a outras necessidades, como a de um local para reunir as doações e a destinação de recursos para aquisição de fiação e outros materiais elétricos, todas satisfeitas com sucesso. À medida que avançavam, na cidade, as atividades de decoração dos prédios e de distribuição dos ornamentos feitos com lâmpadas, surgiram as “Margaridas de Natal”, porque o desenho dos ornamentos ficou semelhante a pétalas de flores.

A participação da comunidade era cada vez maior, pois conforme o evento se organizava, ampliava a presença da decoração. Além das luzes, outra decoração foi sugerida, associada ao projeto natalino: “A Grande Alameda dos Sinos”. Tal alameda foi construída em vime, com o patrocínio de empresas locais. O mesmo hoteleiro, Rudimar José Anghinoni, autor da sugestão inicial, teria declarado, em retrospectiva, que “tudo que aconteceu em 1988 serviu para acordar um pouco a comunidade, pois, se ela fosse participativa, não tinha como a via do turismo dar errado”. (ENGLERT, 2002, p. 99).

Nos anos seguintes, o evento se manteve e se consagrou, apesar das questões judiciais enfrentadas em 2012, envolvendo a penhora de sua denominação, então com valor de marca comercial, em ações trabalhistas. (JORNAL DE GRAMADO, 2014). Ao longo dos anos de realização, foram ocorrendo mudanças. Se inicialmente o “Sonho de Natal” era organizado e elaborado por uma comissão de dez casais, que tinham por missão buscar recursos e mobilizar o comércio e os moradores da cidade para os preparativos do evento, em sua 27ª edição, realizada em 2014, já havia uma profissionalização na sua execução. A busca de recursos financeiros, na atualidade, se

¹ Em entrevista concedida às pesquisadoras.

² As informações sobre a origem do evento Sonho de Natal têm como fonte a obra *Canela – a conquista de horizonte*, de Suzana Vellinho Englert (2002), na qual destacam-se os depoimentos de Rudimar José Anghinoni, um dos principais colaboradores do evento natalino canelense.

dá através da captação de recursos pelas Leis de Incentivo à Cultura e pela contratação de profissionais para funções administrativas e artísticas.

A trajetória de quase três décadas tornou o “Sonho de Natal” um produto turístico importante à cidade. Conforme o secretário de Turismo do município, “Canela está renascendo com o Natal [...]. Acreditamos na conscientização da comunidade para a importância dessa transformação [...] e que o fluxo seja 20% superior se comparado a 2013”. (PANROTAS, 2014). Mas as falas dos entrevistados pela pesquisa destacam que a hospitalidade local também faz parte do evento. Um dos entrevistados, membro da comunidade, destacou:

Acredito que é importante se investir primeiramente na qualidade de tudo aquilo que será oferecido ao turista, acho que a priori o ele vem buscar. Segundo momento, mas não menos importante, nas condições adequadas de conforto de acolhimento, de prestação de serviços adequados. (E. A., Canela, 16 dez. 2014).³

Outra das pessoas ouvidas manteve-se na mesma direção, destacando que a hospitalidade estava entre

as minhas necessidades e expectativas também ao vir para a Serra [...] na época do Natal. A necessidade de trabalho. Trabalho temporário. [...] Eu gosto da organização, limpeza, segurança. Isso na região de Porto Alegre a gente não vê mais. Então estando aqui perto e participando do evento e convivendo com as pessoas que participam, eu vejo essas necessidades mais satisfeitas. Pra mim tá bem legal. Estou gostando de ficar aqui. Acredito que vou ficar um bom tempo ainda. (E. B., Canela, 19 dez. 2014).

As categorizações propostas por Grinover (2007), também estão presentes nos discursos dos depoentes. Sobre a acessibilidade, duas falas reforçam a sua importância:

Eu sinto, assim, necessidade de ter um conhecimento a mais. De se aprofundar não só no turismo, mas pra saber o que está acontecendo na nossa região pra deixar o turista bem informado. (E. C., Canela, 16 dez, 2014)

E teve uma pessoa, um cadeirante que chegou com os seus pais e aí “Eles”: Ai não tem como subir! A gente vai ficar aqui! “Elas” (ajudantes do Papai Noel): Não! tem uma rampa. E assim que foi emocionante pros pais como que começaram a chorar. “Como assim uma casinha de Papai Noel que tem uma rampa, tantos outros lugares que a gente vai e não tem”. (E. D., Canela, 20 dez, 2014).

Entretanto, há ressalvas quanto à acessibilidade:

Mas em questão maior pra mim o problema maior daqui da cidade é a infraestrutura ao redor. A ida até os parques daqui. Ou até tem outras atrações que poderiam ser mais usadas pelos turistas aqui na cidade que não estão sendo usadas

³ E. A. data: será a forma de referenciar os entrevistados. O E se refere a entrevistado; a letra seguinte à inicial do nome dos diferentes sujeitos e mais a data de realização da entrevista.

por quê? Porque as estradas estão muito ruins, sabe! Isso aí dificulta um pouco. O acesso do turista. (E. E., Canela, 3 jan. 2015).

A legibilidade também está presente em outras falas dos entrevistados.

Primeiro: Informação. Eu acho muito mal-informado. Não tem placas informando nada aqui nessa cidade. Quem chega, eu mesmo chego não sei aonde me dirigir se fosse o caso. (E. F., Canela, 19 dez. 2014).

E uma reclamação. Bem, não é bem uma reclamação, mas uma falta de informação. Por exemplo: eles precisam de banheiros públicos. Tem aqui, mas é fora da praça e não tem uma seta indicando. (E. G., Canela, 16 dez. 2015).

A identidade da festa, associada ao evento natalino, acaba sendo incorporada também à cidade, como resumem algumas das falas ouvidas.

Ela resgata essa magia do Natal. [...] A beleza! A magia do evento, da cidade! Parece que você tá fora da realidade. Eu sempre indico as pessoas para virem para cá. Nessa época porque é especial. (E. H., Canela, 17 dez. 2015).

Os turistas costumam elogiar muito nossa cidade, na limpeza, na educação do povo canelense. (E. I., Canela, 19 dez. 2014).

Outros depoimentos poderiam ser reportados, em especial, os que destacam a hospitalidade no viés da acessibilidade, visibilidade e identidade da cidade de Canela e de seu evento “Sonho de Natal”. Entretanto, a breve aproximação realizada neste artigo demonstra a sua importância tanto quando estão presentes, como quando não se dão de maneira adequada. O que as falas indicam é que não se pode separar o evento “Sonho de Natal” do espaço urbano de Canela, pois tanto um quanto o outro são responsáveis pela recepção aos turistas e visitantes.

4 Encaminhamentos provisórios

As transformações, ocorridas nestes 27 anos ao longo da realização do “Sonho de Natal” em Canela, determinam a persistência por parte dos organizadores e a comunidade em manter viva a festa. A hospitalidade constitui-se na disposição de pensar o cuidado a ser dispensado ao visitante e se destaca quando a escolha é para quem busca complementar, mesmo que temporariamente, as necessidades econômicas pela via de um emprego e se estabelece na segurança, organização e limpeza do elo de fundamentação.

Ainda na perspectiva proposta por Grinover (2007), a acessibilidade, a legibilidade e a identidade passam por momentos mais favoráveis e, por vezes, não servem de modelo para o visitante ou comunidade. Dessa forma, o tecido urbano constituído de cultura, infraestrutura, códigos, tem, no sujeito, a possibilidade de propor

constantes ajustes e reformas para receber e ser recebido de forma hospitaleira nos espaços que delimitam a compreensão de uma experiência turística e natalina na cidade de Canela.

Referências

- BARRETTO, Margarita N. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 2003.
- COOPER, Chris; SHEPHERD, Rebecca; WESTLAKE, John. *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Rocca, 2001.
- DIAS, Celia Maria de Moraes. *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri, SP: Manole, 2002.
- ENGLERT, Suzana Vellinho. *Canela: a reconquista de horizonte: memórias e estratégias do sucesso*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística do RS. Canela, 2013. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Canela>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- GASTAL, Susana de Araújo; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). *Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- GASTAL, Susana de Araújo; MACHIAVELLI, Mariana Schwaab; GUTERRES, Liliane Stanisquaski. Festa temática: da tradição à modernidade. *Turismo em Análise*, v. 24, n. 2, p. 432-458, 2013.
- GRINOVER, Lucio. *A hospitalidade, a cidade e o turismo*. São Paulo: Aleph, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados 2010. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=430440&search=canela>>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- JORNAL de Gramado. *Prefeitura Municipal de Canela assegura marca Sonho de Natal*. Disponível em: <http://www.jornaldegramado.com.br/_conteudo/2014/07/noticias/regiao/65080-prefeitura-de-canela-assegura-marca-sonho-de-natal.html>. Acesso em: 19 mar. 2015.
- LEMOS, Leandro de. *Turismo: Que negócio é esse?: uma análise da economia do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PANROTAS. Canela comemora antecipação do 27º Sonho de Natal. Dez. de 2015. Disponível em: <http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/destinos/2014/12/canela-comemora-antecipacao-do-27o-sonho-de-natal_107963.html>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- SANTOS, Marcia Maria Capellano dos; PERAZZOLO, Olga Araújo. Hospitalidade numa perspectiva coletiva: o corpo coletivo acolhedor. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 2012.
- SILVA, Paula Carina Mayer da. *O discurso fundador sobre o turismo no município de Canela – RS: ressignificações na paisagem e no artesanato*. 2014. Dissertação (Mestrado em Turismo) – UCS, Caxias do Sul, 2014.
- STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal em Gramado e Canela. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. *Anais...* Caxambu, 1998. p. 1-17.

STOLTZ, Roger. *Primórdios de Canela: nascente turístico do RGS*. Canela, RS: Fundação Cultural de Canela, 1992.

TOMAZZONI, Edegar Luis. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

Lei complementar em matéria tributária: princípio da legalidade, origem, evolução e aplicação na Constituição de 1988

Supplementary law on tax matters: principle of legality, origin, evolution and application in the Constitution of 1988

Camila Ziliotto Serafin *

Resumo: O presente artigo pretende esclarecer a importância dos princípios dentro do ordenamento jurídico, em especial o da legalidade tributária, previsto no art. 150, I, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que se apresenta como uma garantia individual do cidadão. Tem por finalidade prover ao contribuinte a tão almejada segurança jurídica contra as investidas arbitrárias do Estado. Analisa as características e o alcance do princípio da legalidade no Direito Tributário brasileiro em conjunto com a CF/88. Através da pesquisa foram obtidos os seguintes entendimentos: a) os princípios exercem papel decisivo no sistema, pois servem de fundamento de validade da norma jurídica; b) o princípio da legalidade configura uma limitação ao poder de tributar, e como uma típica garantia individual dos contribuintes, qualifica-se como cláusula pétrea; e c) o princípio da legalidade em matéria tributária pressupõe não só a existência de lei criadora de uma obrigação fiscal, mas essa lei descreve todos os elementos indispensáveis à formação da relação jurídico-tributária.

Palavras-chave: Leis complementares. Direito Tributário. Constituição Federal. Princípio da legalidade. História econômica.

Abstract: This article aims to clarify the importance of the principles within the legal system in particular the legality of the tax provided for in article 150, I of the Federal Constitution of 1988 (CF/88), which is presented as an individual guarantee citizen, is to provide the taxpayer as desired legal certainty against arbitrary invested state. The aim of this study was to analyze the features and the scope of the principle of legality in Brazilian tax law in conjunction with the CF/88. Through research, I obtained the following understandings: a) the principles exert decisive role in the system as they provide a foundation of validity of the rule of law; b) the principle of legality set a limitation on the power to tax, and as a typical individual guarantee taxpayers qualifying as entrenchment clause; and c) the principle of legality in tax matters presupposes not only the existence of creative law a tax liability, but is law describes all the essential elements forming the legal and tax relationship. Thus the principle of tax legality serves as qualified standard that guides us to drive the performance of all legal rules for the direction to be followed, resulting in the correct understanding of reality before certain standard to be applied fairly.

Keyword: Complementary laws. Tax Law. Federal Constitution. Principle of legality. Economic history.

1 Introdução

O núcleo deste artigo é a investigação acerca dos aspectos fundamentais do princípio da legalidade no Direito Tributário, aprofundando na origem e evolução do referido princípio, bem como o seu reflexo no mundo jurídico, à luz da CF/88.

O estudo desse tema é de extrema relevância na ordem jurídica atual, pois visa a observar a garantia e a segurança jurídicas nas relações entre contribuinte e Estado, as quais devem ser inteiramente disciplinadas em lei, obrigando tanto o sujeito passivo como o ativo da relação obrigacional tributária a cumprirem os seus deveres legais.

* Aluna no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* amilazserafin@hotmail.com

Esta pesquisa tem como objetivos: 1) produzir um artigo acadêmico; 2) investigar o conteúdo e o alcance do princípio da legalidade, com foco na matéria tributária; 3) elucidar a origem e evolução do princípio; 4) diferenciar lei complementar de lei ordinária; 5) aplicação do princípio da legalidade na CF/88.

Para a investigação do objeto e o alcance dos objetivos, foi utilizado o método indutivo¹ sendo organizado com as técnicas,² bem como com pesquisas bibliográficas propostas por Colzani,³ dividindo-se o artigo em três tópicos:

A problemática levantada é a seguinte:

- 1) o Código Tributário Nacional (CTN) é lei ordinária ou complementar?;
- 2) a origem do princípio da legalidade; e
- 3) princípio da legalidade e sua aplicação/disposição na CF/88?

O presente artigo se encerra com os pontos conclusivos da pesquisa, um breve resumo de cada tópico buscando resolver as questões formuladas acima, verificando se as mesmas restaram (ou não) aprovadas.

2 Lei complementar em matéria tributária

O CTN é denominado de lei ordinária (Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966), lei essa que instituiu normas gerais de Direito Tributário aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. O CTN foi publicado na vigência da CF/46, na qual não havia previsão de lei complementar.

Em 1967, ano seguinte à publicação desse código, sobreveio a CF/67, trazendo, no seu texto constitucional, a previsão de leis complementares, entre elas as normas gerais de Direito Tributário (art. 18, § 1º).⁴

Com o advento da CF/88, foi repetida a exigência de Lei Complementar para normas gerais de Direito Tributário. Sendo assim, a lei ordinária em vigor foi recepcionada como complementar, podendo ser classificado o CTN formalmente, como lei ordinária e materialmente como lei complementar.

Ao longo de sua criação, desse código esteve inserido em três Constituições, ressaltando que a cada promulgação de uma nova é imprescindível que sejam respeitados os princípios e, fundamentalmente, a Teoria da Recepção, que ensina que,

¹ O método indutivo consiste em pesquisar e identificar as partes de um fenômeno e colecioná-las de modo a ter uma percepção ou conclusão geral. (PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008. p. 87).

² Técnica é um conjunto diferenciado de informações reunidas e acionadas em forma instrumental para realizar operações intelectuais ou físicas, sob o comando de uma ou mais bases lógicas investigatórias. (PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008. p. 63).

³ COLZANI, Valdir Francisco. *Guia para elaboração do trabalho científico*. 2. ed. Curitiba: Juruá 2007.

⁴ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

quando uma nova Constituição é aprovada, as leis em vigor no regime passado, não conflitantes com o novo texto continuam válidas na nova ordem. Assim, as leis compatíveis são recepcionadas pela nova Constituição, independentemente de os requisitos formais de aprovação serem diferentes.

O fundamento da existência de leis complementares é derivado da constatação de que há matérias de especial importância e que, contudo, não encontram razão para figurar no texto constitucional, assim merecem um cuidado maior na sua elaboração e alteração, seguindo um procedimento mais rígido do que a lei ordinária.

As leis complementares, basicamente, se diferenciam das ordinárias em dois aspectos: disciplinam matérias taxativamente previstas na Constituição (diferença material) e requerem, para sua aprovação, maioria absoluta (diferença formal).

Alexandre de Moraes entende que

a razão da existência da lei complementar consubstancia-se no fato do legislador constituinte ter entendido que determinadas matérias, apesar da evidente importância, não deveriam ser regulamentadas na própria Constituição Federal, sob pena de engessamento de futuras alterações; mas, ao mesmo tempo, não poderiam comportar constantes alterações através do processo legislativo ordinário.⁵

A Teoria Coordenativa sustenta não existir relação de subordinação entre lei complementar e lei ordinária. Para essa doutrina, as duas espécies se situam no mesmo plano hierárquico, tendo campos distintos de atuação, determinados pela reserva de matérias.

Considera-se ser essa teoria a mais apropriada, pois, com base nos ensinamentos do mestre austríaco Kelsen,⁶ há hierarquia quando “a norma que determina a criação de outra norma é a norma superior, e a norma criada segundo essa regulamentação é a inferior”, o que não se observa nesse caso.

A lei ordinária é lei como a complementar; a diferença é que o campo da lei complementar foi expresso pelo texto constitucional, e o *quorum* para a votação é mais rigoroso. A lei complementar é uma lei ordinária adjetivada constitucionalmente. Como ensina Souto Maior Borges,⁷ o *quorum* só faz a existência da lei complementar, mas não lhe confere a eficácia. Aí se percebe um grande erro: dizer que a lei complementar tem hierarquia sobre a lei ordinária em razão do maior número de votantes necessário para sua aprovação.

⁵ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 569.

⁶ KELSEN, Hans. *Teoria geral do Direito e do Estado*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: M. Fontes, 2000. p. 181.

⁷ BORGES, José Souto Maior. *Curso de Direito Comunitário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 45.

O Ministro Moreira Alves, ao proferir seu voto no RE n. 84.994/SP, formou jurisprudência dizendo que “a lei complementar federal também está no mesmo nível da lei ordinária federal. O problema é apenas de competência. [...] Não há subordinação hierárquica, senão a lei federal também poderia ser ilegal.”⁸

Assim, a lei complementar em matéria tributária se reveste de enorme importância enquanto é norma geral, pois não tem a função de criar tributos, apenas os institui em situações excepcionais, mencionadas na própria CF, sob pena de desvirtuar sua natureza.

3 Princípio da legalidade em matéria tributária: origem e evolução

A origem do princípio da legalidade acaba por se confundir com a origem do próprio Estado Democrático de Direito. Isso acontece, pois esse princípio tem como função essencial garantir que o Estado não cometa abuso com os cidadãos, lhes proporcionando segurança jurídica. Segundo Carazza,⁹ “o Estado de Direito assegura o império da lei, como expressão da vontade popular”.

Historicamente, afirma Victor Uckmar,¹⁰ que o princípio da legalidade foi elaborado como norma jurídica em meados de 1215, na Inglaterra, na Magna Carta elaborada pelo rei inglês João Sem-Terra, a qual tinha um diferencial em relação aos textos medievais: a limitação ao poder do soberano, que devia respeito à lei, sendo genérica, abstrata e tendo eficácia contra todos. Nas monarquias espanholas, francesas, italianas e portuguesas, constam registros do desenvolvimento da ideia de consentimento popular à tributação a partir da Idade Média.

Com a Revolução Francesa e a Americana, acabou por surgir o denominado constitucionalismo clássico, que engloba todos os princípios basilares do Direito Constitucional, mais o princípio da legalidade tributária, encontrados, daí em diante, em todas as Constituições dos Estados Democráticos de Direito, conforme atestado por Victor Uckmar:

Todas as Constituições vigentes – exceção feita, pelo que me consta, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – afirmam explicitamente que os impostos devem ser aprovados pelos órgãos legislativos competentes, preceito que, pelo menos nos Estados de Direito, não seria nem mesmo necessário.¹¹

O princípio da legalidade reflete a necessidade de ser ter, no texto constitucional, dispositivos destinados a limitar a atividade estatal, tendo o regramento das relações

⁸ POLETTI, Ronaldo. *Constituição anotada*. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 194.

⁹ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 237.

¹⁰ UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 9-20.

¹¹ UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976. p. 24-25.

sociais de cada época, buscando obter o bem comum e sendo moldado de acordo com as concepções políticas, por ser produto do trabalho dos poderes constituídos.

No Brasil, o princípio da legalidade tributária foi consagrado por todas as Constituições, iniciando-se, no sistema jurídico, desde a Constituição Política do Império de 1824 (arts. 36, inciso I, e 171), na CF, de 28 de fevereiro de 1891 (art. 72, § 30), na CF, de 16 de julho de 1934 (art. 17, inciso VII), na CF, de 18 de setembro de 1946 (art. 141, § 34), na CF, de 24 de fevereiro de 1967 (arts. 20, inciso I, 150, §§ 2º e 29), e na Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969 (arts. 19, inciso I, e 154, § 2º).

A Constituição vigente em 1967, na redação dada pela Emenda Constitucional 1/1969, contempla o princípio da legalidade tributária em dois capítulos: o primeiro é dedicado ao STN, cujo princípio da legalidade é expresso como uma proibição dirigida aos poderes tributantes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios); no segundo, o capítulo é dedicado aos direitos e garantias individuais.

A CF de 1891, além de reproduzir o princípio da legalidade na parte relativa à competência do Poder Legislativo (art. 34, itens 1 a 4), o elevou à categoria de direito individual, incluindo-o na Declaração de Direitos (art. 72, § 30).¹²

Atualmente, o princípio da legalidade está presente no art. 150, inciso I, da CF de 5 de outubro de 1988.

4 Princípio da legalidade em matéria tributária: aplicação na Constituição de 1988

Os princípios são as bases de qualquer ordenamento jurídico e são fundamentais para a completa e correta interpretação das normas. Carregam os valores de uma sociedade, quase em sua totalidade, os princípios aparecem de forma expressa no texto constitucional como o art. 5º, ao tratar dos direitos e das garantias fundamentais, no *caput* do art. 37, que trata da Administração Pública, bem como o art. 145 que se detém no STN.

Percebe-se que o legislador reservou aos princípios um lugar de extrema importância, em nível constitucional, não ficando engessados somente na Constituição, dando aos seus efeitos uma abrangência por todo o ordenamento jurídico brasileiro. Ressalta-se que os princípios explícitos, ou não, carregam uma grande carga de valores.

¹² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1891. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

A Constituição é definida como o documento escrito e formal elaborado pelo Poder Constituinte Originário. Possui vários conceitos, que ainda não se encontram pacificados na doutrina. Alessandro Issa Kimura a conceitua como sendo

a norma suprema do ordenamento jurídico, pois forma o Estado, estabelece as regras e princípios estruturais do exercício de poder, atribui competências orgânicas e espaciais às instituições, bem como os seus respectivos limites e relações. Estado e Constituição são institutos indissociáveis, vale dizer, o Estado não subsiste sem a Constituição. [...] No sentido jurídico, a Constituição é a lei fundamental de um Estado, da qual todas as demais normas jurídicas extraem o seu fundamento de validade.¹³

A CF/88 brasileira, ao estabelecer que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, consagrou todos os fundamentos como sendo os valores da nação brasileira, assim o conjunto de princípios lógicos tem uma função importantíssima à manutenção do sistema democrático brasileiro. A Constituição está no ápice da nossa pirâmide normativa, sendo observada por todos.

Se, de uma banda, os princípios ensinam a maneira como deve ser o sistema jurídico, de outra, negam validade a qualquer norma criada em desacordo com o seu intento. Os princípios balizam a atuação do legislador na elaboração de novas leis e também o aplicador na interpretação dos comandos para a construção de normas que serão aplicadas ao caso concreto.

Princípios jurídicos, sem dúvida, significam os pontos básicos, que servem de ponto de partida ou de elementos vitais do próprio Direito. Indicam o alicerce do Direito. [...] Assim, nem sempre os princípios se inscrevem nas leis. Mas, porque servem de base ao Direito são tidos como preceitos fundamentais para a prática do Direito e proteção dos direitos.¹⁴

O princípio da legalidade surgiu da necessidade de haver consentimento por parte do povo para a imposição de direitos e obrigações, estando previsto na CF/88, no título II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, no art. 5º, II, leia-se *in verbis*:

Art. 5º da CF. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. (Grifo nosso).¹⁵

[...]

¹³ KIMURA, Alexandre Issa. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Forense, p. 7.

¹⁴ DE PLÁCIDO e Silva, O. J. *Vocabulário jurídico*. 30. ed. São Paulo: Forense, p. 639.

¹⁵ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Sendo este artigo uma base importante para o Direito Tributário brasileiro, como elucida Carrazza¹⁶ “a raiz de todo administrativo tributário deve encontrar-se em uma norma legal, nos termos expressos no artigo 5º, II, da Constituição da República”. Em sendo assim, o constituinte deixou claro que os entes tributantes só poderiam estabelecer a cobrança de tributos que fossem estabelecidos em lei.

O particular somente terá que pagar o tributo ou outro dever que se manifeste de forma pecuniária em algum momento, desde que a lei determine.

No mesmo sentido, Hugo de Brito Machado¹⁷ afirma: “Tais princípios existem para proteger o cidadão contra os abusos do Poder. Em face do elemento teleológico, portanto, o intérprete, que tem consciência dessa finalidade, busca nesses princípios a efetiva proteção do contribuinte”.

O princípio da legalidade se torna, claramente, uma delimitação ao poder do Fisco. Nesse viés Carrazza¹⁸ ressalta que “o princípio da legalidade garante, decisivamente, a segurança das pessoas, diante da tributação”. O tributo necessita mais do que uma lei que o defina: requer uma lei que defina todos os aspectos pertinentes ao fato gerador.

É tão grande a importância do princípio da legalidade, que ele foi incluído entre os direitos e as garantias individuais, o que lhe garante a condição de cláusula pétrea, ficando vedada qualquer deliberação sobre proposta de emenda à Constituição que até mesmo tente abolir essa garantia, conforme disposição do art. 60, § 4º, IV, da CF/88.

Assim, se verifica que o art. 5º da CF/88 exerce grande influência no Direito Tributário, talvez maior do que em outros ramos do Direito. Isso se deve ao fato de o Direito ser um instrumento de proteção dos cidadãos, mas, se usado por pessoas egocêntricas, torna-se uma forma de dominação. Em se tratando de matéria tributária, causaria danos muito graves à boa parte da sociedade, se não a ela toda.

Aprofundando-se na história, se verifica que houve a necessidade desse princípio tributário desde séculos atrás, como Luciano Amaro disciplina.

O princípio é informado pelos ideais de justiça e segurança jurídica, valores que poderiam ser solapados se à administração pública fosse permitido, livremente, decidir quando, como e de quem cobrar tributos. Este princípio é multissecular, tendo sido consagrado na Inglaterra, na Magna Carta de 1215, pelo rei João Sem-Terra, a quem os barões ingleses impuseram a necessidade de obtenção prévia de aprovação dos súditos para a cobrança de tributos.¹⁹

A Constituição destinou um capítulo do seu texto ao sistema tributário, mas apenas o art. 5º da CF/88 bastaria para impor limites ao Estado, mas, para assegurar os

¹⁶ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 241.

¹⁷ MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 52, 58.

¹⁸ CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 245.

¹⁹ AMARO, Luciano. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. p. 114.

direitos dos cidadãos, foi incorporado o art. 150, I, da CF/88²⁰ denominado princípio da legalidade tributária, leia-se *in verbis*:

Art. 150 da CF. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

Este artigo foi incorporado, pois, ao conferir aos entes políticos competência para instituir tributos, a Carta Magna também quis assegurar que determinadas situações, pessoas, bens ou serviços ficassem fora da incidência de tributos, propiciando uma segurança jurídica e firmando a ideia de Estado Constitucional.

Segundo Tavares,²¹ “assim como os princípios constitucionais que regem o Sistema Tributário Nacional, a imunidade tributária aparece como uma limitação ao poder de tributar”.

Acerca da imunidade tributária, conceitua Oliveira: “É a vedação constitucional ao poder de tributar. Emerge da Constituição e as pessoas ou bens imunes tornam-se inatingíveis pelas leis tributárias, ou seja, não chega a ocorrer o fato gerador da obrigação tributária”.

A imunidade é, simplesmente, um meio instituído pela CF/88 para excluir, do campo tributário, certas situações que devem ser isentas da cobrança fiscal de alguma maneira.

As leis complementares surgiram no Brasil com a emenda 18/1965, que vigora até os dias atuais. Essa espécie normativa foi criada para suprir a necessidade de uma lei que extrapolasse o âmbito de interesse da União, abrangendo os interesses nacionais. Para que seja aprovada uma lei complementar, é necessário *quorum* qualificado, conforme previsto no art. 69 da nossa Constituição, ou seja, a maioria absoluta em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Assim, sempre que a Constituição exigir que determinado assunto seja tratado por lei complementar estará expresso “lei complementar”. Quando fizer menção, tratará da lei ordinária, como, por exemplo, o caso do art. 146 da CF/88 que trata de matérias tributárias que exigem lei complementar:

Art. 146. Cabe à lei complementar:
I – dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar;
III – estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

²⁰ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²¹ TAVARES, Alexandre Macedo. *Fundamentos do Direito Tributário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. p. 41.

- a) definição de tributos e de suas espécies, bem como em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;
- c) adequado tratamento tributário ao cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas;
- d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais e simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13 e da contribuição a que se refere o art. 239.²²

A nossa Constituição confere à lei complementar a função exclusiva de instituir, excepcionalmente, determinados tributos, como, por exemplo, os empréstimos compulsórios previsto no art. 148, e os impostos de natureza residual da União, art. 154, inciso I, da CF/88.

No que diz respeito a essa matéria, a CF/88 conferiu exclusivamente à lei complementar a regulamentação desse assunto. Além do art. 146, a lei complementar é mencionada também 988 nos arts. 153, inciso VII, 155, § 1º, inciso III e § 2º, inciso XII, bem como no art. 156, inciso III e § 3º.

Ensina Ichihara:

As Leis Complementares [...] além de típicas, têm a função de, ao complementar a Constituição, traçar diretrizes a serem observadas pelas leis ordinárias, como limites, ou molduras, dentro das quais o legislador ordinário deve atuar. São as leis complementares destinadas a implementar o campo das chamadas normas gerais do direito tributário, como é o caso do Código Tributário Nacional.²³

Atualmente, o CTN é a lei complementar a que se refere o artigo 146 da CF/88. Porém, quando de sua edição, esse código não restou aprovado como tal, uma vez que a Constituição da época não previa essa forma normativa. Assim, o CTN só restou recepcionado como lei complementar no texto constitucional de 1967, bem como na nossa vigente Constituição, em seu art. 146, Inciso III.

A possível razão, pela qual a Constituição reservou para a lei complementar a instituição de determinadas figuras tributárias, está presente no fato de que o processo legislativo da lei complementar é mais representativo que o da lei ordinária, em razão de ela exigir *quorum* especial para aprovação.

Dessa forma, a Carta Magna prevê, de forma exaustiva, os possíveis conflitos existentes entre os entes tributantes, bem como limita o poder de tributar dos mesmos, podendo a lei complementar simplesmente reafirmar o que já está previsto.

A função da lei complementar, no âmbito dos conflitos, é tentar evitá-los e não dirimi-los. Pode esse tipo de norma reafirmar o que está previsto na Constituição,

²² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²³ ICHIHARA, Yoshiaki. *Princípios da legalidade tributária na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 89.

detalhando o que lá está escrito, mas apenas reforçando o perfil constitucional de cada tributo. Assim, o limite dessa norma nacional são as próprias competências tributárias já demarcadas no texto constitucional.

5 Conclusão

O presente estudo foi realizado à luz da CF/88, com o objetivo de elucidar o princípio da legalidade na referida Constituição e no Direito Tributário, desde a sua origem, passando pela evolução e até sua aplicação, bem como realizar a diferenciação entre leis complementares e leis ordinárias, ressaltando a não incidência hierárquica entre elas.

O interesse pelo tema foi em razão da sua diversidade, amplitude e importância e pelo fato de não só beneficiar o contribuinte como delimitar as ações estatais, evitando abusos e arbitrariedades, sendo uma garantia a todos os cidadãos.

Para a organização do trabalho, o mesmo foi dividido em três itens: o primeiro desenvolvido sobre a lei complementar em matéria tributária, que tem a finalidade de servir de guia para normas gerais, ou seja, traçar as diretrizes básicas. Os princípios é que devem orientar as normas tributárias que lhe devem obediência.

O segundo tópico abordado foi a origem e a evolução do princípio da legalidade, iniciando-se a reflexão em meados de 1215, na Inglaterra, com a elaboração da Carta Magna pelo rei inglês João Sem-Terra, passando pelas Constituições brasileiras que adotaram o referido princípio.

O terceiro e último item aborda o princípio da legalidade e sua aplicação na nossa atual Constituição, o qual está inserido de maneira expressa no art. 5º, inciso II e art. 150, inciso I. O princípio da legalidade, em matéria tributária, exerce uma função importantíssima, pois tem o objetivo de limitar o poder tributário do Estado, sendo, desse modo um instrumento colocado à disposição do particular.

A finalidade do princípio da legalidade é impedir que o Estado interfira na esfera do patrimônio do particular criando-lhe encargos financeiros em nome da satisfação dos interesses públicos coletivos. Ressalto que o princípio da legalidade tributária, proveniente do Estado Democrático de Direito, quando corretamente aplicado, produz justiça fiscal, segurança jurídica, igualdade e respeito aos direitos humanos. Entretanto, se for mal-empregado, constitui-se em arbítrio legalizado e injustiça positivada.

Referências

AMARO, Luciano. *Direito Tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

BORGES, José Souto Maior. *Curso de Direito Comunitário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 1º jun. 2015.

COLZANI, Valdir Francisco. *Guia para elaboração do trabalho científico*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2002.

DE PLÁCIDO E SILVA, O. J. *Vocabulário jurídico*. 30. ed. São Paulo: Forense, 2008. p. 639.

ICHIHARA, Yoshiaki. *Princípios da legalidade tributária na Constituição de 1988*. São Paulo: Atlas, 1995.

KELSEN, Hans. *Teoria geral do Direito e do Estado*. Trad. de Luís Carlos Borges. São Paulo: M. Fontes, 2000.

KIMURA, Alexandre Issa. *Curso de Direito Constitucional*. 2. ed. São Paulo: Forense, 2005.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 2008.

PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed. Florianópolis: Millennium, 2008.

POLETTI, Ronaldo. *Constituição anotada*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TAVARES, Alexandre Macedo. *Fundamentos do Direito Tributário*. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009.

UCKMAR, Victor. *Os princípios comuns de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.

Produtos regionais e inflação: análise da cesta básica em Caxias do Sul entre 2004 e 2014

Suélen Teles Andrezza* – Andréia Valiati** – Fernanda Danieli Witt***
Adrieli Alves Pereira-Radaelli# – Cassiane Chais##

Resumo: O aumento generalizado dos preços, mais conhecido como *inflação*, é um fenômeno que influencia diretamente na vida econômica da população e, com seus custos e distorções, prejudica as ações de todos os entes da economia. Os produtos regionais que estão na cesta básica sofrem uma demanda muito forte, causada pela cultura local trazida pelos antepassados. Além disso, no cultivo da matéria-prima para sua fabricação, podem ocorrer prejuízos na plantação ou até mesmo a falta de incentivo ao seu plantio, diminuindo a oferta e aumentando gradativamente o preço final. Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo analisar a evolução dos preços de produtos regionais em Caxias do Sul. Os anos consultados integram o período entre 2004-2014. Os dados foram coletados a partir de informações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, da Universidade de Caxias do Sul, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, juntamente com dados de uma rede de supermercados da cidade de Caxias do Sul, assim como a utilização de bibliografia relacionada ao tema abordado e *sites* especializados.

Palavras-chave: Inflação. Cesta básica. Produtos regionais. Evolução de preços. Caxias do Sul.

Abstract: The general increase in prices, better known as *inflation* is a phenomenon that directly influences the economic life of the population and their costs and distortions affect the actions of all entities of the economy. Regional products are in the basket suffer a very strong demand, caused by local culture brought by the ancestors, and in addition, the cultivation of the raw material of manufacture, may occur losses in the plantation or even the lack of incentives in your planting, decreasing their supply and gradually increasing your final. Before that, price of the above, this research aims to analyze the evolution of regional product pricing in Caxias do Sul. queried years were from 2004 to 2014. Data were collected from information of the Institute of Economic and Social Research, the University of Caxias do Sul, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, along with data from a network of supermarkets in the city of Caxias do Sul, as well as the use bibliographies related to the topic and specialized sites.

Keywords: Inflation. Basic foods. Regional products. Price evolution. Caxias do Sul.

1 Introdução

Na situação econômica que o Brasil vive atualmente, a taxa de inflação vem sendo observada com mais atenção, já que essa interfere diretamente no poder de compra das pessoas. Principalmente, interfere nos produtos essenciais de sua alimentação diária, também conhecidos como *cesta básica*.

* Aluna no curso de Ciências Contábeis da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). *E-mail:* su_andrezza@hotmail.com

** Aluna no curso de Ciências Contábeis da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). *E-mail:* valiatiandrea@gmail.com

*** Aluna no curso de Ciências Contábeis da Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). *E-mail:* fer.witt@hotmail.com

Doutoranda em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Economista pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* adrieli.radaelli@gmail.com

Doutoranda em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Mestra em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Especialista em Gestão Secretarial pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada em Secretariado Executivo pela Universidade de Passo Fundo (UPF). *E-mail:* cassichais@gmail.com

Além dos componentes básicos, tais como o arroz e o feijão, há produtos típicos inclusos na cesta básica. Esses produtos são altamente consumidos pelos habitantes de determinada região, havendo um aumento de seus preços em consequência da alta demanda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), na Região Sul, os produtos regionais fazem parte apenas de 5% do total de produtos alimentícios (24,9%) que compõem a cesta básica, em comparação aos outros estados brasileiros. Em contrapartida, os produtos regionais participam ativamente da dieta diária da população e é uma maneira de expressar sua cultura e origens.

Este estudo tem como objetivo principal analisar a evolução do preço de produtos regionais em Caxias do Sul. Os anos consultados compreendem o período de 2004 a 2014. Para a escolha desses produtos levou-se em consideração o seu consumo, que é relativamente alto, principalmente o pão caseiro, a erva-mate e o salame, devido à presença de uma cultura muito forte, através do tradicionalismo trazido dos antepassados e que até hoje se mantém presente, como um costume cultural.

Esse alto índice de consumo é de grande influência na economia da cidade de Caxias do Sul através do turismo local e, principalmente, da gastronomia, predominando fortemente a cultura italiana. Com isso, o preço desses produtos e seu aumento devem ser observados com mais atenção, pois, além de estarem presentes na economia, também interagem com a rotina de seus cidadãos. (IPES, 2015).

Desse modo, para alcançar o objetivo proposto, organizou-se esta pesquisa em cinco partes: introdução; síntese do referencial teórico, evidenciando os principais conceitos de inflação; procedimentos metodológicos, durante os quais os dados foram coletados a partir de informações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), da Universidade de Caxias do Sul, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com dados de uma rede de supermercados da cidade de Caxias do Sul, assim como a utilização de bibliografia relacionadas ao tema abordado e sites especializados que relacionam o assunto; análise dos dados, através de estatística descritiva básica, e, por fim, a conclusão, as limitações da pesquisa e pesquisas futuras indicadas a partir deste artigo.

2 Referencial teórico

2.1 Inflação

Há inúmeros fatores que contribuem para o aumento e/ou variação no preço dos produtos. Um deles é a inflação, que, por sua vez, é o aumento generalizado do preço

dos produtos, ou seja, para que haja inflação, deve haver um aumento total dos insumos e não somente em alguns em especial. As causas podem ser:

a) **causa monetária:** emissão excessiva de base monetária (moeda e crédito) provocando o crescimento do consumo e o conseqüente aumento dos preços.

Em conseqüência disso, os efeitos negativos se destacam, já que nem sempre o percentual de aumento salarial equipara-se ao índice inflacionário. Com isso, há uma diminuição do poder de compra da população, como aponta Vasconcellos:

Uma das distorções mais sérias provocadas pela inflação diz respeito à redução do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, que possuem prazos legais de reajuste. Nesse caso, estão os assalariados que, com o passar do tempo, vão ficando com seus orçamentos cada vez mais reduzidos, até a chegada de um novo reajuste. Os que mais perdem são os trabalhadores de baixa renda que não têm condições de manter alguma aplicação financeira, pois tudo o que ganham gastam com sua subsistência. Percebe-se que a inflação é, principalmente, um imposto sobre os mais pobres. (2011, p. 349).

Com essa cautela nos investimentos dentro das empresas, há dificuldade de crescimento do País, já que traz muitos riscos e incertezas, além da diminuição do consumo de certos produtos, diminuindo sua produção e, conseqüentemente, a compra de matéria-prima, ou seja, afeta integralmente todos os participantes do processo econômico: desde o produtor até o consumidor final.

b) **inflação de demanda:** É o gênero mais recorrente de inflação, também chamada de “Causa Real da Inflação”, que se caracteriza como o excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens, assim como afirma Vasconcellos (2011): “Intuitivamente, ela pode ser entendida como ‘dinheiro demais à procura de poucos bens’.” Com isso, quanto mais se aproxima do pleno emprego, mais lenta se torna a expansão da produção, gerando um excesso de demanda que se refletirá nos preços.

c) **inflação de custos:** A inflação de custos, por sua vez, é a inflação relacionada à oferta. O nível de demanda permanece estável, e o que diferencia é o valor de certos insumos importantes que aumenta, e esse aumento é repassado aos preços dos produtos.

Isso quer dizer que o preço de um bem ou serviço está diretamente relacionado aos custos de produção: se há aumento no custo, provavelmente, aumentará o preço final do produto. Um dos motivos por que ocorre a inflação de custos é o choque de oferta, ou seja, o aumento dos preços da matéria-prima e prejuízos ou redução na produção agrícola, aumentando, assim, os custos de produção e, conseqüentemente, o preço final de um bem ou serviço.

d) **distorções decorrentes da inflação:** Como já mencionado, a inflação causa algumas distorções, principalmente na distribuição de renda à população, pois os

assalariados não conseguem repassar os custos do aumento generalizado de preços dos produtos, assim como praticam as empresas e o Estado, fazendo com que seu orçamento se reduza até que ocorra um reajuste salarial. Há, também, prejuízos na balança comercial, já que o índice de inflação interna é maior que o da externa. Isso faz com que o produto nacional encareça em relação ao produto importado, diminuindo, em consequência, as exportações e aumentando as importações.

Juntamente com isso, ocorre a redução das expectativas, ou seja, o empresário, diante de uma economia imprevisível, tende a ser mais cauteloso, reduzindo seus investimentos, já que não tem certeza se, realmente, terá lucro ou prejuízo, e, como reflexo disso, há um desestímulo na aplicação em mercados de capitais, migrando esses investimentos para outros setores, como, por exemplo, os bens imóveis. E, ao encontro dessas distorções, há também a ilusão monetária, que tem uma interpretação errada da relação entre o ajuste do salário nominal com o real, gerando maior percepção de renda e decisões erradas, pois as pessoas, ao acreditar que estão ganhando mais, procuram mais bens e serviços, gerando ainda mais inflação.

e) **custos da inflação:** Além de a inflação conter causas e consequências, também produz custos tanto à população quanto às empresas e ao Estado. Esses custos irão depender da taxa de inflação e de sua previsibilidade, ou seja, de acordo com Netto (2009), quanto mais imprevisível e maior for a taxa de inflação, também serão maiores os custos.

O valor financeiro da sola de sapato corresponde à ida mais constante das pessoas ao banco, pois como a inflação faz com que a moeda perca valor, as pessoas precisarão ir mais vezes às instituições bancárias, sacar valores menores, para que o dinheiro possa render um pouco mais em conta. Já o custo do menu refere-se à atualizações dos preços; como a inflação aumenta em nível geral os preços dos produtos, esses devem ser atualizados constantemente, gerando custos com etiquetas de preço e anúncios de divulgação aos consumidores. Em decorrência, há a variabilidade dos preços relativos, pois, conforme os preços aumentam, o preço fixo se torna relativo e varia constantemente, dificultando comparações e causando a alocação distorcida dos recursos.

Em consequência da inflação, o capital nominal tende a aumentar (como, por exemplo, o reajuste salarial no índice da inflação), além da renda de juros. São sobre esses fatores que o Estado incide a tributação, em vista disso, o contribuinte passa a pagar mais impostos, havendo uma distorção tributária causada pela inflação. Pode-se citar, também, que a inflação provoca confusão e inconveniências, pois reduz a habilidade da moeda em operações de unidade de conta, tornando muito mais difícil comparar custos, rendas reais e lucros, já que é necessário fazer ajustes constantes.

Além disso, a inflação inesperada redistribui a riqueza entre devedores e credores, ou seja, ao final de uma dívida, os devedores e credores perdem ou ganham riqueza, dependendo do índice inflacionário.

2.2 Cesta básica

O art. 6º, inciso 1 do Decreto-Lei 399, escrito em 30 de abril de 1938, que define os recursos mínimos de vida para os cidadãos, como o salário-mínimo e a cesta básica equivalendo à “parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros anexos, necessárias à alimentação diária do trabalhador adulto”. Portanto, a cesta básica é uma lista de alimentos que seriam suficientes para o bem-estar de um trabalhador na fase adulta, havendo quantidades balanceadas dos nutrientes essenciais para uma vida saudável.

No entanto, os bens e as quantidades variam de região para região, além de conter alimentos tradicionais daquela localidade. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul (Ipes) (2015), no caso da cidade de Caxias do Sul, onde as culturas italiana e gaúcha estão muito presentes, os produtos que compõem a cesta básica do município são: o pão caseiro, o salame, a erva-mate para o chimarrão e a massa caseira fresca.

3 Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa com pesquisa bibliográfica, compreendendo diferentes técnicas de interpretação e análise dos dados, com o objetivo de esclarecer o problema de pesquisa. O caráter da pesquisa é exploratório, visando a criar familiaridade com o tema, tendo como principal objetivo o aprimoramento de idéias. (GIL, 2007).

Os dados foram coletados a partir de informações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), da Universidade de Caxias do Sul, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com dados acerca de uma rede de supermercados da cidade de Caxias do Sul, assim como a utilização de bibliografia relacionada ao tema abordado e *sites* especializados que se relacionam ao assunto.

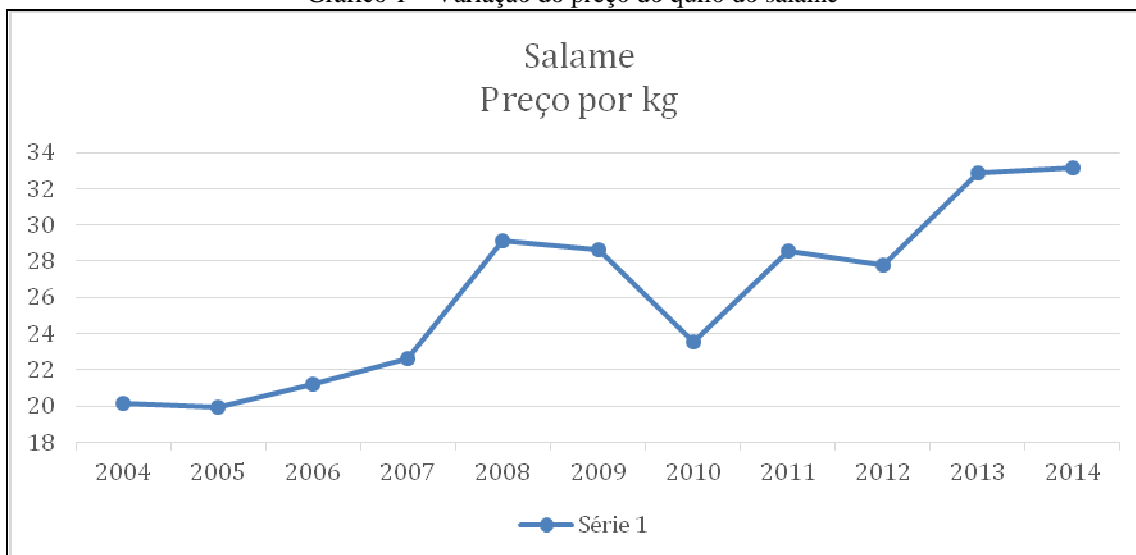
Após a coleta de dados, com o auxílio de gráficos, identificou-se a evolução inflacionária dos produtos regionais, determinando o real impacto que ela gera na renda da população, nas relações de consumo do produto e na relação entre o aumento inflacionário desse período e o aumento do salário nominal. Na sequência, apresentada a análise dos dados.

4 Análise e discussão dos resultados

Para determinar a evolução inflacionária dos produtos regionais da cesta básica na cidade de Caxias do Sul, nos anos de 2004 a 2014, foram utilizados como fonte de pesquisa, dados do IPES (1014). Entretanto, alguns dados não foram divulgados pelo instituto, por isso, se utilizaram dados fornecidos por uma grande rede de supermercados da cidade de Caxias do Sul, conforme os gráficos que serão apresentados a seguir.

Um dos produtos típicos da região da Serra gaúcha, como da cidade em estudo (Caxias do Sul), o salame mostra uma crescente em relação ao seu preço nos últimos anos, como ilustra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação do preço do quilo do salame

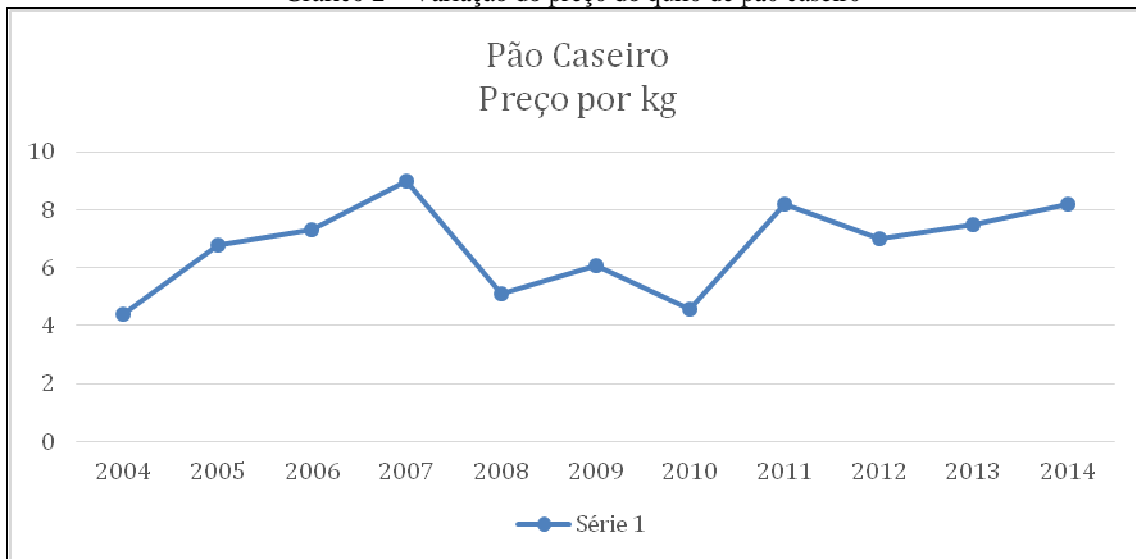


Fonte: Ipes (2014).

No período descrito, o preço do quilo de salame subiu cerca de R\$ 13,00 (64,42%) em relação ao preço inicial. O Gráfico 1 aponta e um aumento gradativo nos anos de 2004 a 2008, passando por uma variação constante de 2008 a 2012, aumentando novamente e de forma gradativa a partir de 2010.

O Gráfico 2 apresenta dados relativos ao pão caseiro.

Gráfico 2 – Variação do preço do quilo de pão caseiro

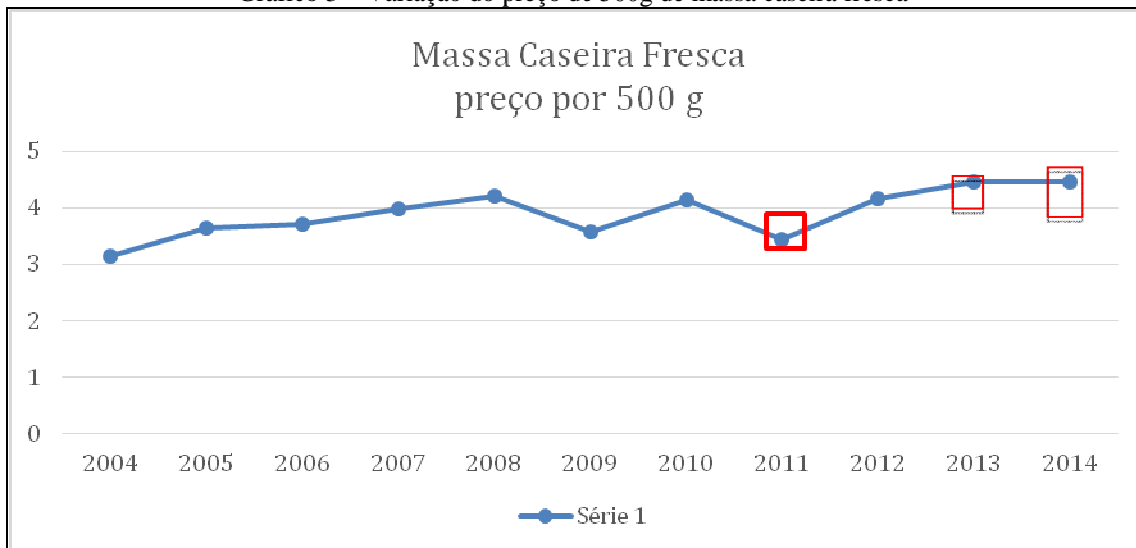


Fonte: Ipes (2014).

O preço do quilo do pão caseiro evoluiu cerca de R\$ 3,82 (87,02%) em dez anos. A variação dos preços nesse período foi constante, chegando a um aumento gradativo a partir de 2013, conforme é possível observar no Gráfico 2.

A seguir, o Gráfico 3 apresenta dados sobre a massa caseira fresca.

Gráfico 3 – Variação do preço de 500g de massa caseira fresca



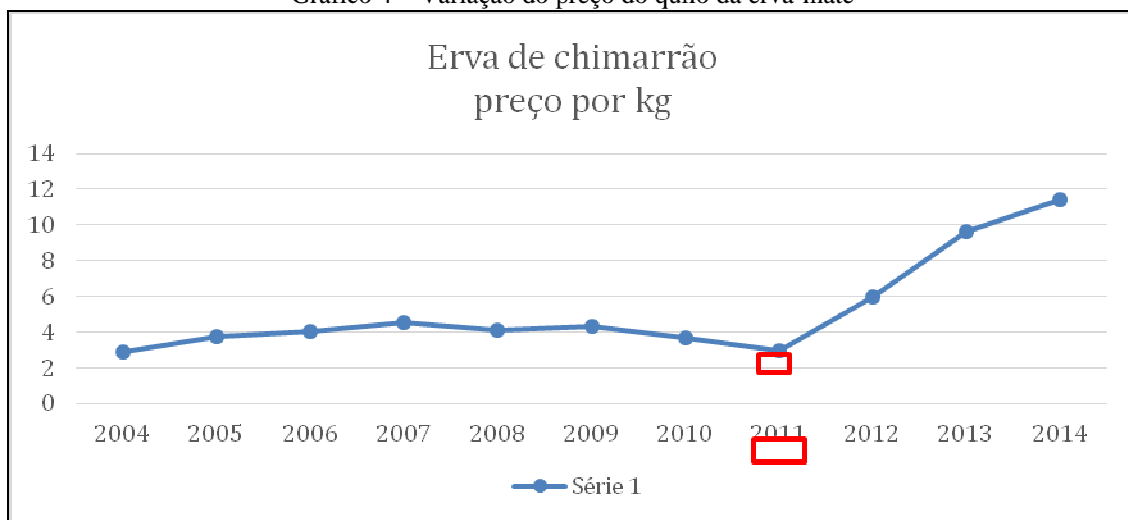
Fonte: Ipes (2014).

— Dados fornecidos por uma grande rede de supermercados da cidade.

O Gráfico 3 revela que o preço de uma porção de 500g de massa caseira fresca, segundo as fontes pesquisadas, cresceu R\$ 1,31 (41,72%) em uma década. Em alguns períodos, houve diminuição do preço (em 2009 e 2011); posteriormente a isso, o aumento se manteve constante.

O Gráfico 4 retrata a evolução dos preços da erva-mate.

Gráfico 4 – Variação do preço do quilo da erva-mate



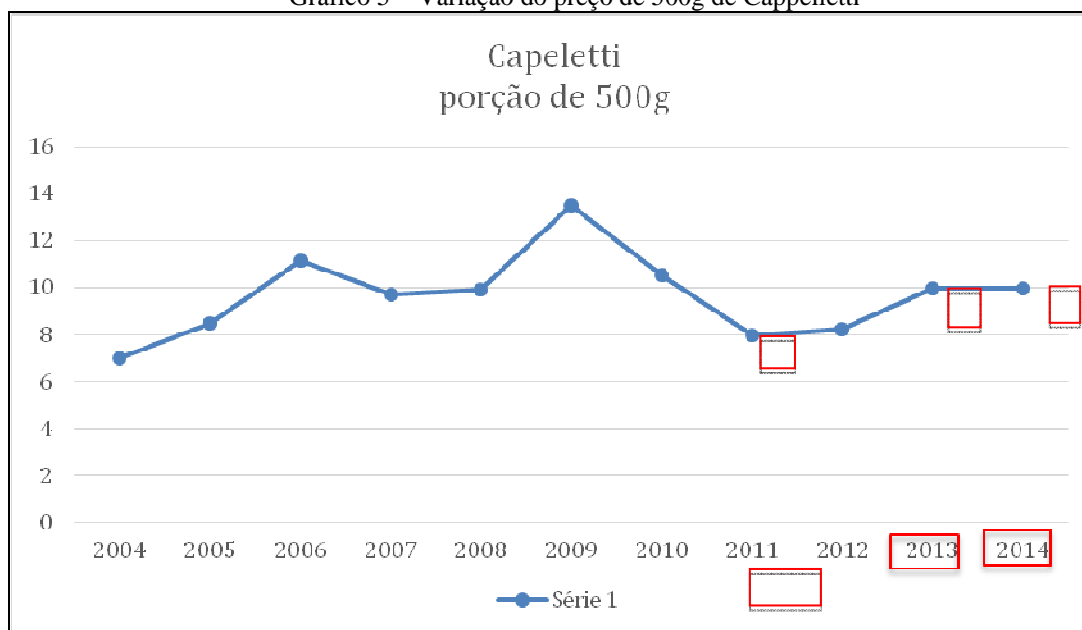
Fonte: Ipes (2014).

□ Dados informados por uma grande rede de supermercados da cidade.

A evolução do preço do quilo de erva-mate, conforme mostra o Gráfico 4, foi altamente significativa, chegando a R\$ 8,57 de aumento em dez anos (298,60%), ou seja, quase o triplo de seu preço inicial de pesquisa (2004). Esse aumento ocorreu a partir de 2012 em diante. Anteriormente a esse fato, houve aumentos e reduções pouco significativas.

O Gráfico 5 apresenta a evolução do Cappelletti.

Gráfico 5 – Variação do preço de 500g de Cappelletti



Fonte: Ipes (2014).

☐ Dados informados por uma grande rede de supermercados da cidade.

O Gráfico 5 aponta que o preço de 500g de Cappelletti, em uma década, teve um aumento total de R\$ 2,95 (42,14%). Seu maior aumento foi em 2009, tendo reduzido seu preço nos anos posteriores. Nos últimos dois anos, manteve seu preço estável.

Dentre os produtos regionais da cesta básica, o que teve maior aumento, no período em questão, foi a erva-mate que, praticamente, triplicou em relação ao seu preço inicial. O motivo desse grande aumento foi a redução da oferta desse produto. Os produtores de erva-mate estavam deixando de produzi-la pela falta de incentivo e valorização de sua cultura, isto é, o preço do quilo pago pela indústria era considerado muito baixo, desestimulando os produtores da planta a continuarem seu cultivo, já que a matéria-prima estava perdendo valor.

Posteriormente, o pão caseiro, segundo item que mais aumentou em dez anos, chegou a atingir 87% de aumento em dez anos. Justifica-se essa evolução dos preços considerando o aumento do valor da matéria-prima-s utilizada (farinha, leite, ovos, etc.) e sua alta demanda.

Conforme dados do Ipes (2014), todos os produtos citados nesta pesquisa tiveram aumentos maiores do que a inflação no período de 2004 a 2014, chegando a quase sete vezes mais que a média inflacionária desse intervalo de tempo. A média do índice inflacionário, em uma década, foi de 6,17%, e o aumento do preço dos produtos regionais foi de, no mínimo, 41,72% (no caso da massa caseira fresca) em dez anos, chegando a 298,60% (no caso da erva-mate).

Em relação aos salários nominais, a evolução, em uma década, foi de R\$ 1275,29 (228%), conforme exposto na Tabela 1 e em comparação aos produtos analisados nesta pesquisa, somente o índice de aumento do preço da erva-mate foi maior que a evolução salarial nesse período.

Tabela 1 – Média do salário nominal no período de 2004 a 2014

Ano	Média salarial (R\$)
2004	900,67
2005	969,12
2006	1039,24
2007	1115,62
2008	1226,35
2009	1329,86
2010	1451,75
2011	1588,07
2012	1744,36
2013	1884,06
2014	2054,44
Média evolutiva total	1275,29 (228%)

Fonte: (IBGE).

5 Considerações finais

A variação do índice inflacionário interfere diretamente na rotina econômica da população e das empresas privadas. É um ciclo que dificulta o poder de compra e a tomada de decisão, tornando-as mais cautelosas.

Quanto ao objetivo proposto por este artigo, qual seja o de analisar a evolução dos preços de produtos regionais em Caxias do Sul, entre 2004 e 2014, constatou-se que os produtos regionais da cesta básica da cidade de Caxias do Sul, em uma década, aumentaram seu preço significativamente, mais que o da média inflacionária desse período. Isso ocorreu devido ao aumento do preço da matéria-prima, da demanda, à escassez de alguns produtos e à desvalorização da matéria-prima pela indústria, afetando certos hábitos da população.

Entretanto, o aumento salarial também foi muito significativo nesse período e, juntamente com isso, o custo de vida e a carga tributária também tiveram aumento. Conseqüentemente, o ente econômico que mais sofre com esse aumento generalizado é a população em geral, já que o Estado pode aumentar o índice tributário, e as empresas podem repassar os seus custos inflacionários ao preço final dos produtos, ou seja, todo o impacto recai sobre os trabalhadores.

Para o controle da inflação, em curto prazo, é necessário que o Estado controle seu orçamento, para não gerar mais demandas e, principalmente, que adote uma política monetária, fazendo com que o Banco Central eleve a taxa básica de juros, desestimulando o consumidor e tornando o crédito mais difícil. E juntamente com isso, o aumento da capacidade produtiva e a valorização dos produtos agrícolas pela indústria contribuirão, em longo prazo, para o controle inflacionário. Além disso, a concorrência dos produtos importados diante dos produtos nacionais faz com que os preços dos produtos diminuam em função da competitividade com produto estrangeiro, que detém uma inflação mais baixa, podendo ter qualidade igual ou superior ao produto produzido no País.

Identificou-se, como limitações da pesquisa, o não estabelecimento de correlação entre as variáveis pesquisadas e outras variáveis. Sugere-se que, em trabalhos futuros, se pesquise quanto os consumidores estão dispostos a deixar de consumir de produtos regionais, haja vista uma possível elevação dos preços.

Referências

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 5. ed. Trad. de Luciana do Amaral Teixeira. São Paulo: Pearson, 2011.

BRASILESCOLA. *Inflação*. Disponível em: <<http://www.brasilescola.com/economia/inflacao.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos. *Cesta Básica Nacional: metodologia*. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IPES. Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais. Caxias do Sul, UCS, 2014. *Cesta básica*. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/o-instituto-de-pesquisas-economicas-sociais/cesba-basica/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MALUF, R. S. *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de segurança alimentar*. São Paulo. 1999. Disponível em: <www.polis.org.br/uploads/846/846.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

NEPOM. Núcleo de Estudos de Política Monetária. *A inflação gerada por causas monetárias e reais*. Disponível em: <<https://nepom.wordpress.com/2014/04/16/a-inflacao-gerada-por-causas-monetaria-e-reais/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

NETO. G. B. *Teoria Macroeconômica II*. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02237/custos-inflacao.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2015.

BRASIL. Senado Federal. *Decreto-lei 399*, de 30 abr. 1938. Disponível em:
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

VASCONCELLOS, M. A. S. *Economia micro e macro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.



EDUCS